O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS
1946 – 2011

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Organizador

O Brasil nas Nações Unidas
1946 – 2011

3ª edição revista e ampliada

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz
Wellington Solon de Souza Lima de Araújo

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

C824

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas.

O Brasil nas Nações Unidas : 1946-2011 / Luiz Felipe de Seixas Corrêa; apresentação à terceira edição de Antonio de Aguiar Patriota. — 3. ed. rev. e ampl. — Brasília : FUNAG, 2012.

986 p.; 23 cm.

Compilação dos principais discursos de representantes brasileiros na ONU.

ISBN: 978-85-7631-390-8

1. Discursos. 2. Seções ordinárias. 3. Organização das Nações Unidas. 4. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. 5. Política externa brasileira. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.123.042(042.5)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Apresentação da Terceira Edição 15

Introdução da Terceira Edição 19

Apresentação da Segunda Edição 21

Introdução da Segunda Edição 25

Apresentação da Primeira Edição 31

Introdução da Primeira Edição 33

1946 43

I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU

I Parte - Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas 47

II Parte - Embaixador Pedro Leão Velloso Netto 51

1947 57

II Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU

Embaixador João Carlos Muniz 61

1948.....71

III Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Raul Fernandes.....73

1949.....79

IV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Cyro de Freitas-Valle 81

1950.....89

V Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Cyro de Freitas-Valle 91

1951.....99

VI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Mário de Pimentel Brandão 101

1952..... 109

VII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro João Neves da Fontoura..... 111

1953..... 119

VIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Mário de Pimentel Brandão 121

1954..... 127

IX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Ernesto Leme..... 129

1955..... 139

X Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Cyro de Freitas-Valle 141

1956..... 149

XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Cyro de Freitas-Valle 151

1957..... 159

XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Oswaldo Aranha..... 161

1958..... 167

XIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Francisco Negrão de Lima..... 169

1959..... 175

XIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Embaixador Augusto Frederico Schmidt 177

1960..... 187

XV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Horácio Lafer..... 189

1961..... 197

XVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Affonso Arinos de Mello Franco 201

1962..... 209

XVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Affonso Arinos de Mello Franco 211

1963..... 223

XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro João Augusto de Araújo Castro 227

1964..... 251

XIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Vasco Leitão da Cunha 255

1965..... 265

XX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Vasco Leitão da Cunha 267

1966..... 279

XXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Juracy Magalhães..... 281

1967..... 293

XXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro José de Magalhães Pinto 297

1968..... 307

XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro José de Magalhães Pinto 309

1969..... 317

XXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro José de Magalhães Pinto 319

1970..... 331

XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Mário Gibson Barboza..... 333

1971..... 345

XXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Mário Gibson Barboza..... 347

1972..... 359

XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Mário Gibson Barboza..... 363

1973..... 377

XXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Mário Gibson Barboza..... 379

1974..... 391

XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira..... 393

1975..... 405

XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira..... 407

1976..... 417

XXXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira..... 419

1977..... 429

XXXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira..... 431

1978..... 443

XXXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira..... 445

1979..... 453

XXXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro..... 455

1980..... 467

XXXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro..... 471

1981..... 485

XXXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro..... 487

1982..... 501

XXXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo..... 503

1983..... 517

XXXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro..... 519

1984..... 531

XXXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro..... 533

1985..... 545

XL Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente José Sarney..... 549

1986..... 567

XLI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Roberto de Abreu Sodré 571

1987..... 587

XLII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Roberto de Abreu Sodré 589

1988..... 599

XLIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Roberto de Abreu Sodré 601

1989..... 613

XLIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente José Sarney..... 617

1990..... 631

XLV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Fernando Collor de Mello 633

1991..... 647

XLVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Fernando Collor de Mello 651

1992..... 663

XLVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Lafer 667

1993..... 683

XLVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Amorim 685

1994..... 699

XLIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Amorim 701

1995..... 713

L Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 717

1996..... 731

LI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 735

1997..... 747

LII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 751

1998..... 763

LIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 767

1999..... 779

LIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 783

2000..... 793

Sessão Plenária da Cúpula do Milênio
Discurso do Vice-Presidente da República Marco Maciel 797

LV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Luiz Felipe Lampreia 801

2001..... 811

LVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Fernando Henrique Cardoso 815

2002..... 823

LVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Lafer 827

2003..... 835

LVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva..... 839

2004..... 849

LIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva..... 853

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização..... 861

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Líderes Mundiais para a "Ação contra a Fome e a Pobreza", na sede das Nações Unidas..... 865

Palavras do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Líderes Mundiais para a "Ação contra a Fome e a Pobreza", na sede das Nações Unidas..... 871

2005..... 875

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento..... 879

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas..... 883

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Implementação das Metas do Milênio..... 887

LX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Amorim..... 891

2006..... 899

LXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva..... 903

2007 911

LXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva 915

2008 923

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sobre a crise alimentar mundial 929

LXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva 933

2009 941

LXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva 945

2010 953

Discurso do Ministro Celso Amorim na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança das Nações Unidas 959

LXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU
Ministro Celso Amorim 963

2011 973

Abertura do Debate Geral da LXVI Assembleia Geral das Nações Unidas
Presidenta Dilma Rousseff 979

Apresentação da Terceira Edição

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

> "*Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.*
>
> *E é com a esperança de que esses valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.*"[1]
>
> *Presidenta Dilma Rousseff*

Há mais de sessenta anos, o Brasil tem o privilégio de abrir o Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Desde os discursos do final dos anos 40, ainda marcados pela experiência traumática da Segunda Guerra Mundial e pelas circunstâncias da então incipiente Guerra Fria, até o pronunciamento em 2011 da Presidenta Dilma Rousseff – a primeira mulher a inaugurar o debate da Assembleia Geral –, essa é uma tradição que nos honra a todos os brasileiros.

É, ao mesmo tempo, uma tradição que nos posiciona, ano após ano, diante do desafio de identificar os temas que, à luz de nossos valores e interesses, consideramos merecedores da atenção prioritária do foro diplomático multilateral por excelência que é a Assembleia Geral da ONU.

O desafio não é menor. Demanda uma visão apurada e sempre atualizada da cambiante realidade internacional – o que envolve, também, para sermos inclusivos, a capacidade de apreender as percepções de nosso entorno regional e do conjunto da comunidade internacional – e traz consigo a importante responsabilidade de contribuir para a própria definição da agenda global.

A oportunidade de concorrer para moldar as pautas diplomáticas na ONU – políticas, econômicas, sociais – reveste-se de significado especial para um país que, como o Brasil, tem na defesa e na promoção do multilateralismo um dos fatores estruturantes de sua política externa.

[1] Discurso proferido pela Senhora Presidenta da República na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 21/9/2011).

O Brasil identifica, no multilateralismo, uma expressão internacional da democracia. De certa forma, o multilateralismo desempenha, no plano das relações entre os Estados, o papel que recai sobre a democracia – e o primado do Estado de direito – no plano doméstico. Havendo consolidado nossa própria democracia, e tendo-lhe conferido alcance renovado por meio de políticas sociais que resgataram a cidadania de dezenas de milhões de brasileiros, acreditamos estar particularmente bem situados, neste início de século XXI, para, pela via do diálogo e da persuasão, ampliar os espaços de legitimidade que só o multilateralismo é capaz de assegurar.

O fortalecimento das Nações Unidas, e de sua capacidade de atuação, se torna ainda mais premente neste estágio de mudanças que atravessa o sistema internacional.

O mundo vive período de transição que aponta para uma ordem internacional mais multipolar. Essa é, em princípio, uma tendência positiva, que pode abrir possibilidades adicionais de participação, nos processos decisórios globais, de países que vinham deles excluídos. No entanto, não se imagina que a existência de uma ordem multipolar ofereça, por si só, estruturas de governança mais equânimes e melhores condições para a promoção do desenvolvimento e da paz. É preciso trabalhar para que seja assim. Trabalhar para que, na multipolaridade que venha a prevalecer, o signo da cooperação predomine sobre o da confrontação. E nesse esforço, que é necessariamente coletivo e que pressupõe concertação em busca de consensos, cabe às Nações Unidas papel privilegiado, que não pode ser desempenhado por outro foro. Sobretudo à medida que a Organização e suas diferentes instâncias se tornem mais representativas, mais legítimas e mais eficazes.

Daí o sentido maior de *O Brasil nas Nações Unidas*, obra organizada pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. A compilação dos principais discursos de representantes brasileiros na ONU – incluindo todos os que foram pronunciados nas aberturas do Debate Geral da Assembleia Geral – constitui matéria-prima de notável utilidade não apenas para a investigação histórica, mas pelo interesse do antecedente em política externa, também para nossa ação diplomática atual na ONU.

Nos discursos reunidos neste livro, revela-se a forma como o compromisso do Brasil com o multilateralismo se manifesta ao longo do tempo, refletindo sempre a vocação brasileira para a paz e as circunstâncias de cada momento histórico.

Assim foi, por exemplo, em 1963, com a doutrina dos "três Ds" (desarmamento, desenvolvimento e descolonização). Ou, nos anos 70, com o combate ao *apartheid* e a crítica ao "congelamento do poder mundial". Ou, ainda, na década de 80, com a denúncia do peso excessivo da dívida externa de países em desenvolvimento.

Mais recentemente, nos anos 90, o Brasil engajou-se, como ator central, nos debates sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e insistiu no imperativo de substituir-se uma globalização assimétrica por uma globalização solidária. Nos primórdios do século XXI, levou para a ONU a bandeira da luta contra a fome.

Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff ressaltou, para além das análises econômicas da crise financeira internacional, a natureza também política do problema. Defendeu a incorporação da Palestina como membro pleno das Nações Unidas – declarou: "Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno". Sempre se valendo da alta tribuna da Assembleia Geral da ONU, a Presidenta propôs a noção de "responsabilidade *ao* proteger", como complemento necessário da "responsabilidade *de* proteger", no contexto do debate sobre a proteção de civis em situações de conflito.

O que se observam, nos textos aqui compilados, são as marcas de uma diplomacia de alcance crescentemente universal. Os traços de uma sociedade que sabe que a comunidade internacional deve comportar a convivência de uma pluralidade de visões e que, por isso mesmo, valoriza o diálogo com uma multiplicidade de atores. A voz de um país que hoje mantém relações diplomáticas com todos os demais 192 membros das Nações Unidas e até mesmo com Estados não membros, ainda, como a Palestina.

O Brasil nas Nações Unidas é, contudo, mais que uma coleção de discursos. Inclui, como significativo valor agregado, informações e análises elucidativas do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, tanto nas introduções gerais que elaborou para a obra como nas notas individualizadas que preparou a propósito dos discursos, nas quais descreve o contexto, doméstico e internacional, em que cada um deles surge como fato histórico. O talento analítico do Embaixador Seixas Corrêa representa um valioso aporte para a publicação e proporciona ao leitor uma compreensão mais completa dos documentos selecionados.

É, portanto, com especial satisfação que o Itamaraty, e sua Fundação Alexandre de Gusmão, editam versão atualizada deste relevante livro, cujo conteúdo constitui fonte de inspiração e aprendizado para todos os que nos interessamos, nos estudos ou na prática, pelo trabalho da diplomacia brasileira em uma de suas vertentes definidoras – a multilateral.

Brasília, agosto de 2012.

Introdução da Terceira Edição

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

O presente volume adiciona às duas edições precedentes os quatro discursos de abertura do Debate Geral da Assembleia Geral da ONU pronunciados durante o segundo mandato do Presidente Lula da Silva (2007 a 2010) e o primeiro discurso pronunciado (2011) pela Presidente Dilma Rousseff.

Em minhas duas introduções anteriores, assinalei os elementos de continuidade e mudança no discurso brasileiro ao longo das décadas de intensa participação do Brasil na política multilateral. A análise então feita permanece válida. Recomendo ao leitor que inicie a sua benevolente consulta a este livro por uma vista d'olhos às introduções precedentes, pelo que possam valer como contextualização e interpretação da evolução da política exterior do Brasil tal como refletida nos nossos discursos.

A política exterior de um país é, por definição, uma história que não termina. Parte de determinados condicionantes históricos, geográficos, sociais, que tendem a permanecer vigentes. Oscila, porém, em função das circunstâncias internas e reflete os desafios e as oportunidades que se apresentam no plano internacional. Representa em última análise uma permanente busca de criar no plano externo possiblidades de viabilização para os objetivos internos do país.

Nestes últimos anos – e muito particularmente no período coberto por esta terceira edição – registrou-se uma inflexão positiva na participação do Brasil no cenário internacional. O Brasil revelou-se particularmente ativo na busca de espaços mais afirmativos para a atuação dos chamados

"países emergentes", em particular, a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul. Tanto nos foros multilaterais de comércio (OMC), quanto nas plataformas políticas, de segurança, ambientais e de outra natureza, a participação do Brasil e dos demais "países emergentes" se tornou mais afirmativa. Nossas reinvindicações encontraram crescente receptividade, tanto mais porque sustentadas por importantes avanços no plano da integração regional.

Isto não aconteceu por acaso. Foi certamente fruto em grande medida da plena consolidação da democracia no Brasil, algo que vinhamos perseguindo intensamente desde o imediato pós-guerra, mas que teimava em nos escapar. A consolidação da democracia tornou-nos mais respeitados perante o mundo e perante nós mesmos. Deu credibilidade a nossas postulações externas e, ao mesmo tempo, nos permitiu ocupar posições de preeminência na condução de praticamente todas as chamadas questões globais, assim como de alguns temas específicos mais diretamente vinculados à paz e à segurança internacional.

Não menos importante foi também o acentuado crescimento econômico do país observado nos últimos anos, acompanhado – e isto é particularmente importante – de excepcionais avanços no plano da inclusão social.

Democracia, crescimento sustentado e inclusão social constituem o trinômio que distinguiu positivamente o Brasil nos últimos anos e que passaram a conferir ainda maior efetividade a nossa ação externa, tal como se observa na sequência mais recente de nossos discursos na Assembleia Geral da ONU.

Os últimos anos foram tempos marcados pelo agravamento de situções de conflito em diversas áreas, por ameaças de proliferação nuclear e, sobretudo, por uma solerte, crescente e ainda indefinida crise financeira. Nosso discurso manteve em tom elevado as reinvindicações brasileiras por maior participação no processo decisório internacional. Nossa voz parece estar sendo ouvida com crescente atenção!

Não logramos ainda o objetivo mais consistentemente exposto ao longo destes 67 anos de discursos na ONU: um assento permanente no Conselho de Segurança. Difícil dizer se estamos perto de alcançar este objetivo histórico da política exterior do Brasil. O certo é que já estivemos mais longe. E o que é mais importante, tal como decorre de nossos discursos: não perdemos a coerência, nem tampouco a força de nossas postulações.

Apresentação da Segunda Edição

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O Brasil nas Nações Unidas

A abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas é um dos momentos mais importantes da diplomacia multilateral contemporânea. Chefes de Delegação dos 192 Estados-Membros da ONU, hoje em dia muitas vezes Chefes de Estado e de Governo, apresentam à comunidade internacional suas posições sobre uma vasta gama de temas.

Os assuntos tratados vão desde a paz e a segurança internacionais até o combate à fome e à pobreza. É nas Nações Unidas que ressoam, desde 1946, as visões nacionais sobre como a comunidade internacional deve agir para impedir a guerra, tragédia que está na origem da criação da ONU. Ali se articulam consensos legitimadores de temas com crescente impacto sobre a vida cotidiana das pessoas, como as questões referentes ao meio ambiente, aos direitos humanos, à proteção de grupos vulneráveis e à promoção do desenvolvimento econômico e social.

Devemos às Nações Unidas um patrimônio de conquistas inestimáveis. Sem a vontade política coletiva articulada em seus foros, talvez não tivesse sido possível avançar tão decisivamente no processo de descolonização. A violência do "apartheid" provavelmente teria durado mais tempo. Sem a presença das forças de paz da ONU, conflitos e guerras civis teriam seguramente prolongado o sofrimento de muitos povos.

Claro, essas seis décadas de história não transcorreram sem revezes. Limitada por sua própria natureza de instância parlamentar amparada na igualdade jurídica dos Estados, a ONU muitas vezes não foi capaz de impedir que o uso da força prevalecesse sobre a opção pelo diálogo como forma de resolver conflitos.

A ideia de utilizar os discursos brasileiros no Debate Geral da ONU como base para uma visão histórica da diplomacia brasileira nasceu em 1995, ano do cinquentenário da Organização. Os discursos foram editados pela Fundação Alexandre de Gusmão sob a premissa de que constituem uma porta de entrada para quem deseja estudar a evolução da política externa brasileira, em seus aspectos de continuidade e mudança.

Os textos aqui recolhidos têm grande valor de referência como uma apresentação global e consistente dessa política externa. Os discursos de abertura do Debate Geral sempre foram documentos cuidadosamente trabalhados, seja por seu valor externo, como apresentação das posições do Brasil, seja como indicação para a opinião pública brasileira sobre os rumos da nossa ação internacional.

Assim, podemos ver como, na primeira Assembleia Geral, o Brasil recebeu com entusiasmo a ideia da organização de uma "sociedade internacional" que ia ao encontro da tradição pacifista que sempre orientou as relações externas do País. Dezessete anos mais tarde, o então Chanceler João Augusto de Araújo Castro pronunciava o emblemático discurso dos três D's, que colocava o Desarmamento, o Desenvolvimento e a Descolonização como três temas fundamentais para a Organização. Em seu primeiro pronunciamento na Assembleia Geral, em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou sua confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.

Os textos obviamente não esgotam o conhecimento de nossa política multilateral. As intervenções e votos no Conselho de Segurança e as posições brasileiras em tantos outros foros são indispensáveis para que se tenha uma ideia completa da matéria. O discurso na abertura da Assembleia Geral, no entanto, é o grande marco público dessa política, não apenas pela importância da ONU ou pelo papel do Brasil no moderno multilateralismo, mas também pelas expectativas que cria, já que por tradição é o Brasil que inaugura o Debate Geral.

Esta edição dos pronunciamentos brasileiros dos últimos 61 anos oferece contribuição valiosa à historiografia diplomática brasileira. Mais do que isso, apresenta a um público cada vez mais atento à agenda externa do Brasil uma visão abrangente de como o País percebe a

realidade internacional ao longo dos anos. É, portanto, muito bem-vinda e oportuna a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão de proporcionar a estudiosos e interessados mais esta ferramenta para uma melhor compreensão das relações internacionais do Brasil.

Introdução da Segunda Edição

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

A base do conhecimento, da análise e da transmissão da História não é dada necessariamente pelos fatos em si mesmos, ou pelas imagens dos fatos, mas sim pelos textos a eles referentes. Sabem, porém, os historiadores, em particular os que se dedicam à hermenêutica, que o significado dos textos, antes de constituir um dado objetivo da realidade, algo passível, portanto, de uma determinação científica, é, sobretudo, uma emanação cultural, sujeita aos misteriosos caprichos da interpretação e da subjetividade. Em princípio, os textos terão tantos significados quantos forem os autores que se dedicarem a analisá-los, cada qual envolto em suas próprias circunstâncias.

Daí a importância de procurar juntar sempre que possível os textos a suas respectivas interpretações. A edição original deste livro teve este cuidado. Foi publicada em 1995, ao ensejo das comemorações do cinquentenário da Organização das Nações Unidas. A tarefa de organizá-la foi-me confiada pelo então Presidente da FUNAG, Embaixador João Clemente Baena Soares. Tratava-se de compilar, contextualizar e analisar os discursos pronunciados pelos Chefes das Delegações do Brasil na abertura do Debate Geral de todas as sessões da Assembleia Geral da ONU realizadas, desde a primeira, em 1946, até a quinquagésima em 1995.

Pus-me ao trabalho com muito gosto. Desde o período, entre 1971 e 1974, que passara como Segundo Secretário de Embaixada na Missão do Brasil junto à ONU, então sob a chefia do Embaixador Sérgio Armando Frazão, interessara-me pelo processo de elaboração dos

discursos brasileiros no Debate Geral. Havendo participado da equipe de redação dos discursos das Assembléias de 1971, 1972 e 1973, examinei antecedentes, comparei as orientações e as ênfases postas nos diferentes textos ao longo do tempo. Dei-me, desde então, conta do valor singular dos nossos discursos na abertura do Debate Geral como fonte primária de análise da trajetória histórica recente da política exterior do Brasil.

Em 1981, recolhi e examinei todos os discursos até então pronunciados. Usei-os no meu trabalho para o CAE, "Da Confrontação à Confrontação: As Relações EUA-URSS – O Brasil e as Superpotências", no qual procurei analisar a evolução da política do Brasil com relação aos EUA e a URSS sob o prisma de sua enunciação nos nossos discursos de abertura do Debate Geral. Em diferentes fases da carreira, mantive acompanhamento constante e interessado sobre nossos discursos, em alguns dos quais, mais adiante, como Secretário-Geral do Ministério em 1992 (XLVII Sessão) e novamente entre 1999 e 2001 (LIV, LV e LVI Sessões), voltei a participar de alguma forma.

Ao elaborar a edição original deste livro em 1995, vali-me da experiência acumulada, em particular com a preparação da tese do CAE. A transcrição de cada um dos discursos foi precedida por um breve texto, no qual procurei contextualizá-los em função das circunstâncias então prevalecentes, tanto no quadro interno do Brasil, quanto no âmbito das relações internacionais. Tratei de ser o mais objetivo possível, evitando os riscos inerentes a qualquer análise mais aprofundada texto por texto. Ao expor a cada ano a visão do Brasil sobre a realidade internacional, os discursos contêm em si mesmos uma análise "institucional" dos fatos e das situações, sob o ponto de vista da diplomacia brasileira. Restringi, portanto, minha breve análise pessoal à Introdução geral do livro, muito embora cada contextualização, na medida em que pressupõe uma determinada seleção de fatos, possa também ser estritamente considerada como uma forma de análise.

Neste ano de 2006, honrou-me o Ministro Celso Amorim com a incumbência de atualizar a edição original, mediante a adição dos discursos subsequentes. Novamente dediquei-me à tarefa com muito gosto.

Pareceu-me apropriado reter o formato da edição de 1995, mantendo-se o modelo então utilizado. Mantiveram-se também, tanto a apresentação feita pelo então Ministro Luiz Felipe Lampreia, quanto a introdução que originalmente redigi, na qual exponho:

1. A importância histórica do sistema multilateral da ONU, em particular para o Brasil;

2. As circunstâncias que singularizam o discurso do Brasil, invariavelmente o primeiro na sessão de abertura do Debate Geral de cada Assembleia;
3. As diferentes etapas percorridas pelo Brasil no cenário internacional e, em particular, os antecedentes da participação do Brasil no processo multilateral; e
4. Os principais valores que informam historicamente a formulação, a enunciação e a implementação da política exterior do Brasil.

Comentava então que, em sua política multilateral, a diplomacia brasileira sempre buscou servir simultaneamente como instrumento para a preservação dos valores éticos do país e do respeito ao Direito Internacional, quanto como veículo para a inserção competitiva do Brasil no cenário internacional.

Esses mesmos objetivos acham-se presentes nos discursos que se seguiram. É notável a coerência com que o Brasil costuma apresentar-se diante de si mesmo e diante do mundo. As circunstâncias mudam. Há momentos em que as expectativas positivas são mais evidentes, outros em que não há muito lugar para otimismo. Em algumas ocasiões, as ilusões parecem prevalecer sobre as realidades. Muitas vezes, as formulações são precisas e as enunciações assumem certo viés prescritivo. Em outros momentos, porém, o componente utópico do discurso predomina. Mas estão sempre presentes, de alguma forma, as demandas consistentes do Brasil pela transformação da ordem internacional, por sua permeabilidade às realidades emergentes, e pela consolidação da ONU, *de jure e de facto*, como expressão formal da legitimidade na condução dos grandes temas políticos, de segurança, econômicos e sociais da agenda internacional.

Os onze anos cobertos pela presente edição referem-se aos mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (até 2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Nos discursos de ambos os períodos, estão presentes, embora com distintas modulações, diversos componentes semelhantes, entre os quais o de reforma da ONU e a demanda do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança; a prioridade latino-americana da política exterior do Brasil; a crescente tendência à singularização da América do Sul como espaço político e de integração diferenciado; o apego do Brasil aos valores do multilateralismo, da democracia, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico com justiça social; do repúdio ao terrorismo; da necessidade de uma solução para o conflito palestino-israelense que conduza à efetiva institucionalização do Estado Palestino; da necessidade de encaminhamento adequado para os gravíssimos problemas africanos.

Em praticamente todos os textos, percebe-se a importância atribuída pelo Brasil às negociações comerciais multilaterais, na medida em que possam contribuir para a remoção das distorções e desigualdades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

As ênfases compreensivelmente variam e algumas singularidades são perceptíveis.

Nos discursos do período do Governo do Presidente Fernando Henrique, há uma insistência especial nos temas da globalização, na abertura econômica e comercial, na liberalização econômica em geral, nos grandes riscos acarretados pela volatilidade dos movimentos de capitais, na necessidade de renovar as instituições de Bretton Woods. Há também extensas referências à temática do desarmamento.

Nos discursos do período do Governo do Presidente Lula, por sua vez, verifica-se maior ênfase na temática da justiça social, acentuando-se os programas levados a cabo pelo Governo na área social como matriz para projetos de natureza global. Os temas ligados à "guerra contra a fome e a pobreza" tomam preeminência sobre as formulações vinculadas à estabilidade macroeconômica e à volatilidade dos mercados financeiros internacionais. As menções à América Latina cedem definitivamente lugar a referências à América do Sul.

O leitor passa a ter, portanto, à sua disposição, com esta edição atualizada, a integralidade dos discursos brasileiros na abertura do debate geral da Assembleia de 1946 até 2006. Terá ainda, no que se refere ao ano de 2000, o discurso do Vice-Presidente Marco Maciel na Sessão Plenária da "Cúpula do Milênio"; no que se refere a 2004, os discursos do Presidente Lula durante reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização e por ocasião da Reunião de Líderes Mundiais para a "Ação contra a Fome e a Pobreza"; e, no que se refere a 2005, os discursos do Presidente Lula no debate de alto nível sobre Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento, na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança e na Reunião de Alto Nível da AGNU sobre a Implementação das Metas do Milênio. Estes textos adicionais são imprescindíveis para a contextualização e o correto entendimento dos discursos proferidos no Debate Geral das Assembléias daqueles anos.

Cada um dos discursos transcritos e brevemente contextualizados no presente volume é importante, tanto em si mesmo, quanto, ao mesmo tempo, como parte de um *corpus* de política exterior que se desdobra ao longo do tempo. Cada um é parte de um diálogo de duplo sentido entre os responsáveis pela política exterior do Brasil e as suas circunstâncias: um diálogo em tempo real entre os fatos e sua apreciação e, simultaneamente,

um diálogo em tempo diferido entre o Brasil e suas tradições diplomáticas, ou seja, entre o Brasil, sua autopercepção, sua visão do mundo e sua inserção, real ou imaginária, no mundo. Tomados em seu conjunto, os discursos transcritos no presente volume contam uma história atraente e singular, uma história inacabada, *in fieri*, e fornecem ao leitor uma ideia fidedigna do incessante debate entre, de um lado, a formulação da política exterior do Brasil e, de outro, as vicissitudes que determinaram o passado do País, os riscos e as oportunidades que caracterizam o seu presente e as expectativas tão longamente depositadas no seu futuro.

Apresentação da Primeira Edição

Luiz Felipe Lampreia
Ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores

Um compêndio valioso

Esta edição dos pronunciamentos dos Chefes de Delegações brasileiras às sessões de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas ao longo dos últimos cinquenta anos constitui mais uma contribuição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) ao conhecimento da história e da doutrina diplomáticas do Brasil.

Ao mesmo tempo em que assinala para nós, do Itamaraty, a comemoração do cinquentenário da fundação das Nações Unidas, o presente esforço editorial coloca à disposição do público interessado na política externa brasileira um valioso compêndio de textos fundamentais da nossa diplomacia. Nesses textos, encontra-se a síntese por excelência da visão de mundo e dos projetos da diplomacia brasileira, atualizada a cada ano, à medida em que evoluíam as relações internacionais e à medida em que evoluía a nossa própria concepção do nosso país e do mundo.

Compilada pela FUNAG, a coletânea está apresentada pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, diplomata de grande experiência e reconhecida sensibilidade política, que foi também responsável pelos textos que situam cada discurso em seus contextos interno e internacional. A obra passa, assim, a constituir uma fonte autorizada de referência histórica e doutrinária. Ao longo dos cinquenta e dois discursos aqui

compilados, encontram-se expostos os grandes temas que marcaram a história mais recente das relações internacionais e que por isso mesmo concentram a atenção do Governo brasileiro no cenário internacional ao longo deste meio século de pós-guerra. Neles encontram-se também as grandes contribuições brasileiras ao debate que as Nações Unidas promoveram ao longo de sua existência, transformando qualitativamente o direito e a normatividade internacionais. O desenvolvimento, o desarmamento, a segurança econômica coletiva, o hiato normativo entre a Carta e a evolução das relações internacionais, o conceito mais moderno de "desenvolvimento sustentável" e outros avanços políticos que receberam uma notável contribuição brasileira encontram-se aqui perfeitamente refletidos e analisados segundo a ótica diplomática do momento em que se fizeram os discursos. Ênfases, avaliações, intuições e sensibilidades na política externa brasileira revelam-se com particular acuidade nos discursos de abertura da Assembleia Geral.

Ao mesmo tempo, a leitura destes discursos vai revelando ao leitor, passo a passo, um grande e bem-sucedido esforço de aprendizado realizado pela diplomacia brasileira nestes últimos cinquenta anos: o aprendizado do multilateralismo. Verdadeira escola de diplomacia moderna, marca distintiva por excelência as Nações Unidas serviram ao mesmo tempo de arena política e de foro de aperfeiçoamento da convivência internacional, traços que os países forçosamente tiveram de internalizar em suas políticas externas.

Documento político por excelência, registro e memória da política defendida e implementada por um Governo, o discurso nas Nações Unidas, paradigma do discurso diplomático refletido e cuidadosamente elaborado, ganha, com a perspectiva contextual em que é colocado nesta coletânea, a sua verdadeira dimensão histórica, ao mesmo tempo em que revela as linhas de coerência da diplomacia brasileira.

Por tudo isso, esta coletânea apresenta-se como uma iniciativa oportuna e valiosa, que ajudará a todos a compreender melhor um período da nossa história diplomática que simbolicamente se reinaugura com as comemorações do cinquentenário das Nações Unidas, às quais o Governo brasileiro e particularmente o Itamaraty têm o agrado de se somar com esta edição.

Introdução da Primeira Edição

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Em outubro de 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) comemora cinquenta anos de existência. Necessidade e esperança, razão e ilusão, realidade e utopia, sob qualquer ponto de vista, as Nações Unidas constituem, desde a sua fundação em 1945, o ponto de referência central do processo de relações internacionais. Para a ONU confluem as pressões e contrapressões próprias de um sistema internacional descentralizado e tendencialmente anárquico; nela se articulam as coalizões de interesses e se expressam as configurações de poder que movem o processo decisório internacional; e dela emanam determinações de diversa natureza destinadas a introduzir na ordem internacional elementos de normatividade e de cooperação.

As Nações Unidas são um sistema de instituições que, com base na Carta de São Francisco, constrói gradativamente o *corpus* jurídico regulador da vida internacional. São ao mesmo tempo um fim e um processo. É impossível hoje em dia conceber o mundo sem a Organização das Nações Unidas. Pode-se criticar este ou aquele aspecto de sua operação, apontar este ou aquele fracasso, neste ou naquele campo de atuação. Mas é forçoso reconhecer a sabedoria de sua concepção original, os méritos dos resultados que alcançou em sua operação e, sobretudo, a sua capacidade de se renovar mediante a incorporação permanente de novos temas, de novos conceitos e de crescentes áreas de atuação. Ao cabo deste meio século de existência, a ONU se tornou, tanto quanto os Estados-Membros que a integram, um elemento matricial da ordem internacional.

A diplomacia brasileira é parte original desse que se tornou o grande projeto coletivo da sociedade internacional no século XX. Membro fundador da Organização, o Brasil sempre atribuiu à ONU um papel central na formulação e na execução de sua política externa. A qualidade de Estado-Membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil.

Ao se comemorar o cinquentenário da Organização, portanto, nenhuma iniciativa poderia ser mais apropriada do que recuperar as palavras do Brasil na Assembleia Geral. Com a publicação de seus discursos no Debate Geral, a diplomacia brasileira exalta a Organização, ao mesmo tempo que se reencontra com o seu próprio trajeto. Ao fazê-lo, constrói um monumento diplomático que consagra exemplarmente a política externa do Brasil, sem dúvida, um dos mais valiosos patrimônios morais da sociedade brasileira.

Nas páginas que se seguem, o leitor encontrará todos os discursos pronunciados pelos Chefes das Delegações do Brasil às cinquenta Sessões ordinárias realizadas pela Assembleia Geral da ONU, de 1946 a 1995. Os discursos acham-se reproduzidos na íntegra. Dos textos que não se encontraram em português foi providenciada a devida tradução, já que, até a década dos setenta, era costume que os discursos fossem pronunciados numa das línguas oficiais, quase sempre o inglês.

Cada discurso está precedido de uma breve introdução. Nela se expõem as principais variáveis internas e externas que condicionaram o momento histórico em que o texto foi produzido, chamando-se atenção para os elementos distintivos do discurso e analisando-se sua inserção no fluxo de formulação e enunciação da política externa brasileira. Mediante esta contextualização, o que se pretende é dar ao leitor algumas chaves para que possa acompanhar e formar o seu próprio juízo sobre a política externa brasileira contemporânea.

***

Desde a IV Assembleia Geral, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. Acredita-se que essa prática se iniciou em 1949, em função do clima de confrontação que então se observava, com vistas a evitar que fosse concedida a primazia seja aos EUA, seja à URSS. A partir de então, a cada ano, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, o Secretário-Geral da ONU dirige nota à Missão do Brasil em Nova York em que indaga se, de acordo com a praxe, o Chefe da delegação brasileira desejará ser o primeiro orador. A resposta invariavelmente afirmativa

à consulta do Secretário-Geral assegura a vigência de uma tradição que honra e distingue o Brasil.

Essa circunstância sedimentou na diplomacia brasileira uma valoração elevada da importância dos discursos de "abertura" do Debate Geral, que foram, na realidade, durante muitos anos o principal veículo de que dispunha a diplomacia brasileira para se fazer ouvir internacionalmente. Contrariamente à grande maioria das delegações que intervêm no Debate Geral, mais preocupadas com questões tópicas, os Chefes de Delegação do Brasil, por serem os primeiros a falar, costumam apresentar discursos abrangentes, em que a avaliação da situação internacional figura como pano de fundo para a enunciação da visão brasileira do mundo e para a apreciação das principais questões internacionais.

Alguns discursos são mais explícitos, outros algumas vezes reticentes; alguns revelam-se inovadores, outros conservadores; alguns mais acadêmicos, outros mais orientados para o plano da operação diplomática. Tomados em seu conjunto, estes textos constituem uma espécie de livro de horas, um breviário da política externa brasileira. Através de seu estudo, torna-se possível discernir os diferentes períodos que caracterizaram a atuação diplomática do Brasil, as diferentes ênfases que assinalaram os diferentes períodos, os constrangimentos internos e externos que prevaleceram circunstancialmente e, bem assim, identificar os elementos de permanência e continuidade que se manifestam na projeção externa do Brasil.

Além de amplo, o material revela-se valioso do ponto de vista de sua qualidade documental. O discurso brasileiro é linear, objetivo e fidedigno. Não se observam ambivalências entre as políticas enunciadas e as linhas de ação diplomática implementadas.

Em política externa, discurso e ação na verdade se complementam e se sobrepõem. Frequentemente o discurso é a ação e a ação é o discurso. No caso de um país como o Brasil, cuja capacidade de se expressar na esfera internacional por meios de poder é limitada, o discurso diplomático passa a ser o meio por excelência de definição de políticas, de mobilização de coalizões de interesses, de transação, de busca de equilíbrios.

Um grande líder político dizia ter ouvido ao longo de sua vida parlamentar muitos discursos que o haviam feito mudar de opinião a respeito das questões em debate. Nenhum discurso, no entanto, jamais havia mudado o seu voto. É possível que o discurso da diplomacia brasileira em Nova York nestes cinquenta anos não tenha sido capaz de mudar os votos de outras delegações. Mas seguramente terá sido fundamental para disseminar na comunidade internacional a imagem de

um país que se distingue pela seriedade, pelo sentido de responsabilidade e pela alta qualidade da representação externa de seus interesses.

***

Para que se possa apreciar adequadamente a evolução da política externa brasileira à luz dos textos recolhidos no presente volume, convém recordar em linhas muito gerais as etapas historicamente percorridas pelo país no cenário internacional e, em particular, os antecedentes da participação do Brasil no processo multilateral.

Como instrumento de defesa e promoção dos interesses fundamentais do Estado no plano da convivência internacional, a política externa do Brasil pode ser apreciada em três grandes momentos. O momento inicial se estende por três séculos. Abre-se nas negociações entre Portugal e Castela que culminaram com o Tratado de Tordesilhas de 1494, afirma-se no século XVIII com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) e culmina com a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Nesta longa fase, o vetor fundamental da projeção externa do território que gradualmente evoluiria para a formação do Estado do Brasil foi a "delimitação do espaço nacional". A fase seguinte corresponde ao período monárquico, embora na verdade se estenda até Rio Branco. É o momento em que a sociedade brasileira, já plenamente estruturada em um Estado, busca a "consolidação do espaço nacional", mediante a sua ocupação efetiva, a sua defesa, sobretudo na vertente platina, e a definitiva configuração das fronteiras territoriais. E o terceiro momento, que se prolonga até os dias de hoje, pode ser caracterizado como o do "desenvolvimento do espaço nacional", ou seja, a utilização da relação externa como fator de arregimentação de recursos, de negociação de coalizões e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A participação do Brasil nos foros multilaterais internacionais é fruto deste terceiro e atual momento da política externa. Inaugura-se no princípio do século, após a proclamação da República, com a busca de uma parceria com a potência emergente de então, os EUA. Até Rio Branco, a política externa brasileira movia-se em função de dois objetivos complementares decorrentes do imperativo de consolidar o espaço nacional: administrar a preeminência britânica e preservar a integridade da fronteira sul ameaçada ocasionalmente, ora pelo Paraguai, ora pelo Uruguai e permanentemente pela Confederação Argentina. Não obstante as suas convicções monárquicas e a sua formação europeia, Rio Branco

percebeu os riscos de marginalização a que o Brasil estava submetido no contexto internacional eurocêntrico e anteviu o deslocamento dos centros de poder que se efetuaria em direção à América do Norte.

Desde Rio Branco, a política externa brasileira passou a procurar simultânea ou sucessivamente a "aliança" com os EUA e a ampliação da inserção internacional do Brasil como fatores de desenvolvimento econômico e social do país. Os períodos de maior alinhamento com os EUA coincidem com fases da vida nacional em que as correlações de forças internas permitiram a implantação de modelos políticos que privilegiavam a obtenção, através da "aliança" norte-americana, dos recursos e da cooperação necessária para sustentar o processo de desenvolvimento econômico do país. Inversamente, os períodos de atenuação da "aliança" coincidem com a vigência de propostas alternativas mais diversificadas, não exclusivamente predicadas na expectativa da cooperação norte-americana. Nas últimas décadas, à luz das transformações ocorridas no Brasil e no mundo, os discursos brasileiros na ONU revelam como a "aliança" deixou de apresentar um valor referencial unívoco. Não é mais, como no passado, o padrão de sinal positivo ou negativo de mobilização da diplomacia brasileira, cujos horizontes alargados passaram a visualizar na estratégia do universalismo a forma adequada de promover a inserção competitiva do Brasil no mundo.

No plano multilateral, o primeiro momento que assinala a internacionalização da projeção externa do Brasil é a II Conferência de Paz da Haia em 1907. Na Haia, a diplomacia brasileira faria a sua estréia nos foros internacionais com um discurso afirmativo e reivindicatório em que se propunha desempenhar, como país intermediário, um papel na elaboração das normas que deveriam reger os grandes temas internacionais de então: mitigação das leis e costumes da guerra, codificação do direito da neutralidade, reforma da Corte de Arbitragem e estipulação da arbitragem compulsória. Da participação do Brasil na Conferência da Haia sob a liderança de Ruy Barbosa derivam pelo menos dois dos principais paradigmas seguidos desde então pela diplomacia brasileira: o paradigma da singularidade do Brasil e o paradigma do respeito ao Direito Internacional. É perceptível nas formulações de Ruy Barbosa a preocupação em singularizar o Brasil no contexto internacional como um país que não se sente confortável com tipificações apriorísticas e que rejeita enquadramentos em grupos ou movimentos. Vem igualmente da Haia a pretensão do Brasil de atuar no concerto das nações não com o peso de suas armas ou com eventuais ambições de potência, mas com a força de suas razões e a ascendência do seu Direito. Segundo expressaria

significativamente Ruy Barbosa ao analisar os resultados da Conferência, a presença internacional brasileira se construiria "de trabalho, de instrução, de energia, de fé, de aliança entre a tradição e o progresso, de amor à lei e ao direito, de aversão à imoralidade e à desordem".

A participação na Conferência da Haia ensejou a formulação das bases ideológicas para a posterior decisão brasileira de aderir à causa aliada na Primeira Guerra Mundial e, em seguida ao término do conflito, de participar da Conferência de Versalhes, onde o Brasil foi oficialmente classificado, para fins de reparações, como "potência de interesses limitados".

Os paradigmas da Haia foram essencialmente os mesmos que orientaram a participação do Brasil na Liga das Nações e que influíram na decisão de abandonar a Organização em 1926, quando a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho foi baldada pela indicação da Alemanha. Ao se retirar, por razões de princípio, de uma Organização que pouco depois desapareceria sob a violência desatada pela própria Alemanha, o Brasil sentiu-se reforçado nas convicções de sua singularidade e de seu apego à ordem e à moralidade internacional.

E foi movido por estas convicções que, tendo participado da Segunda Guerra no teatro europeu, o Brasil se juntou ao núcleo original de países que fundaram a Organização das Nações Unidas. Os vetores essenciais de política permaneciam os mesmos: reforçar a "aliança" com os EUA e ampliar a inserção internacional do país com vistas ao seu pleno desenvolvimento. Também se mantinham os paradigmas da Haia, apesar da decepção causada pela não inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança devido à oposição da URSS, à ambivalência do apoio norte-americano e a determinação da França de manter um *status* de Grande Potência. A esse propósito, o Chefe da Delegação do Brasil à Conferência de São Francisco, Ministro Pedro Leão Velloso, observa em seu Relatório que não descurou de sondar a possibilidade de obter para o Brasil tratamento idêntico ao que havia sido acordado à França, em consonância com o que tinha sido acertado com os demais quatro membros permanentes do futuro Conselho (EUA, Grã-Bretanha, URSS e China) na reunião preparatória de Dumbarton Oaks. Mas, verificando que as Grandes Potências "não se mostravam dispostas, por prudência, a permitir que em São Francisco fosse reaberta a discussão em torno do aumento do número de lugares permanentes no Conselho de Segurança", Leão Velloso achou melhor abster-se, segundo expõe no Relatório, registrando apenas, em carta ao Secretário de Estado dos EUA a "decepção que poderia causar à opinião pública a exclusão do Brasil".

Em São Francisco, ficariam plasmados pela atuação da Delegação do Brasil pelo menos três grandes temas que se inscreveriam, da mesma forma que os paradigmas da Haia, como elementos constantes do discurso brasileiro na ONU: as questões geminadas do veto e do funcionamento do Conselho de Segurança, a reforma da Carta e o desenvolvimento econômico e social. Quanto ao veto, a posição brasileira foi originalmente ambígua. Leão Velloso recorda em seu Relatório que a Delegação do Brasil manifestou formalmente durante o debate da questão em São Francisco que "o Brasil seria, por princípio, contrário à outorga do veto... (e que), portanto, apoiaria as emendas que restringissem o seu uso, mas, para dar mais uma prova do desejo de auxiliar o bom êxito da Conferência, no caso de nenhuma emenda ser adotada e o seu voto ser necessário para formar maioria, a Delegação estaria pronta a votar em favor do texto original, isto é, do veto". Quanto à reforma da Carta, a delegação do Brasil chegou a propor uma emenda que previa a reunião de uma Assembleia Geral revisora a cada cinco anos. Ao final, contentou-se com a fórmula constante da Carta que deriva de uma proposta norte-americana e que se revelou utilizável apenas para o aumento dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e do ECOSOC. Leão Velloso vincula no seu relatório o tema do veto com o da reforma da Carta ao assinalar que o Brasil aceitou o primeiro por não poder agir de outra forma: "se o tivéssemos feito, de certo não poderíamos assinar o Estatuto da nova Organização Mundial e teríamos de ficar à margem da comunidade das Nações. Nossos esforços (...) foram no sentido de atenuar a rigidez do veto com a revisão (da Carta)". No que se refere ao tema do desenvolvimento econômico e social – elemento que viria gradualmente a se transformar na constante mais vigorosa do discurso brasileiro na ONU – é notável a antevisão revelada em São Francisco. Registra-se no Relatório a determinação da Delegação do Brasil de bater-se por dar ao ECOSOC "um caráter mais dinâmico, a fim de impedir que a (sua) preocupação especial fosse a manutenção de um *status quo* econômico para os países de economia já mais desenvolvida ou para a reconstrução econômica das nações devastadas pela Guerra". Acham-se sintetizadas nessa formulação as bases do que viria a se constituir na diplomacia econômica multilateral do Brasil.

***

Tal como reproduzidos nas páginas adiante, os discursos brasileiros nas cinquenta Assembléias Gerais que se seguiram à conferência fundacional de São Francisco refletem com fidelidade o

percurso trilhado pela diplomacia brasileira nos últimos cinquenta anos. Demonstram que, não obstante ocasionais mudanças de ênfase ou de orientação, a diplomacia brasileira buscou invariavelmente servir como instrumento para a preservação dos valores éticos da paz e do respeito ao Direito Internacional, assim como para a inserção competitiva do país no cenário internacional.

Os discursos deixam entrever algumas das principais dicotomias que caracterizam o processo de formulação de política externa no Brasil: nacionalismo e internacionalismo; realismo e idealismo; pragmatismo e utopia; reivindicação e invenção; ocidentalismo e terceiro-mundismo; universalismo e particularismo; fatalismo e esperança; subjetivismo e objetivismo; democracia e autoritarismo; continuidade e mudança; e assim por diante.

Essas dicotomias refletem as ambivalências das múltiplas e muitas vezes contraditórias dimensões do Brasil, mas não obscurecem jamais a escala de valores éticos mediante a qual a diplomacia brasileira se propõe a apreciar os fatos e distinguir o real do irreal, a ilusão da realidade. Nestas cinco décadas de política multilateral no foro das Nações Unidas, a diplomacia brasileira projetou sempre uma visão valorativa do mundo. A qualidade ética do discurso brasileiro se manifesta em formulações permanentemente voltadas para a realização no plano internacional dos objetivos de liberdade e igualdade inerentes à condição humana.

A utopia brasileira, tal como emerge da leitura destes textos é a utopia da justiça universal. Uma utopia que tem os olhos postos no porvir. Irrealizada. Irredenta. A utopia de um país singular que busca encontrar-se consigo mesmo, ao mesmo tempo que procura construir o seu lugar na História.

Os discursos reunidos neste livro representam, portanto, uma homenagem ao passado e uma oferta ao futuro. Honram a tradição diplomática brasileira e obrigam as gerações vindouras.

1946

1946

O término da Segunda Guerra Mundial desencadeia importantes transformações no quadro político-institucional brasileiro. Rompida a censura à imprensa, sucedem-se os manifestos de intelectuais e artistas em favor da restauração da ordem democrática e da convocação de eleições. Fundam-se os Partidos que dominariam a política brasileira até 1964: de um lado, a União Democrática Nacional (UDN), que seria veículo das tendências antivarguistas; e, de outro, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), congregando as forças conservadoras e trabalhistas ligadas ao sistema Vargas. Em outubro, o Presidente Getúlio Vargas é deposto pelos Chefes Militares e, em novembro, o candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra elege-se Presidente da República. Empossado em janeiro de 1946, o Presidente Dutra empreende a normalização institucional do Brasil após os quinze anos de excepcionalidade que se haviam iniciado com a Revolução de 1930. Em setembro, é promulgada a nova constituição, de orientação liberal, que restabelece o princípio da separação de Poderes e as eleições diretas em todo o país.

As transformações em curso no Brasil obedeciam à lógica de um quadro internacional que se caracterizava pela afirmação dos valores democráticos ocidentais vitoriosos na luta contra o totalitarismo nazifascista. A aliança ainda vigente entre as Grandes Potências ocidentais e a União Soviética permitia que à dependência estratégica do Brasil em relação aos EUA, se contrapusessem tendências em favor da aproximação com a URSS. Com a derrocada do Estado Novo, a anistia de 1945 e o

novo Código Eleitoral, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) emergiria da Guerra como fator relevante no cenário político nacional. Àquela altura, o PCB era o único Partido Comunista da América Latina responsável por uma tentativa revolucionária pela força, a chamada "intentona" de 1935, que tantos e tão intensos ressentimentos havia deixado nos meios militares. As relações Brasil-URSS nunca haviam existido formalmente. O Brasil não reconhecera até então o regime que emergia da Revolução de 1917. Ao se aproximar o fim da guerra, essa situação se alteraria. Interessado em obter o beneplácito soviético para as suas pretensões nos arranjos multilaterais que viriam a conformar a ordem internacional pós-conflito, o Governo brasileiro, mediante notas trocadas em Washington sob os auspícios dos EUA, reconheceria o Governo soviético em abril de 1945.

O domínio bipolar do mundo já se prenunciava. As relações entre os EUA e a URSS, anteriormente periféricas a um cenário que tinha na Europa os seus principais vetores de poder, passariam a se constituir no fenômeno central das relações internacionais. A partir do final da Guerra até a derrocada da URSS, a história das relações internacionais seria a crônica da interação entre as duas superpotências, sua permanente obsessão por segurança e sua competição por influência ideológica, política e econômica nas demais áreas.

Esse quadro levaria os EUA a logo procurar reforçar suas alianças estratégicas. Bilateralmente associado ao sistema de defesa dos EUA, o Brasil mais adiante, em 1947, com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) incorporar-se-ia igualmente ao sistema de segurança coletiva regional.

No Brasil, a aliança com os EUA gerava expectativas positivas. Acreditava-se na iminência de um influxo de recursos norte-americanos para impulsionar o desenvolvimento do país. Essas expectativas positivas não chegariam a se atenuar mesmo com a decepção surgida nas negociações finais da Carta da ONU quando, apesar de anteriores insinuações e algumas promessas de apoio por parte de autoridades norte-americanas, a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU viu-se frustrada pela indicação da França.

Influenciado pelas transformações em curso no mundo, o panorama político-institucional brasileiro se revelava complexo. À relativa simplicidade do modelo getulista sucedia-se um processo institucional que se ressentia da inexistência de modelos (a "República Velha" não servia obviamente como padrão de referência), e que se achava limitado pela falta de coesão social do país. Dividido internamente, o Brasil se dividiria também externamente em torno da confrontação soviético-americana,

com a qual o debate político nacional passaria a interagir ideologicamente. Em 1946 o líder comunista Luiz Carlos Prestes declara publicamente que ficaria com a União Soviética em caso de guerra entre esta e o Brasil. Meses depois sucede o episódio em que o líder da UDN, Octávio Mangabeira, beija as mãos do General Eisenhower, em visita ao Rio de Janeiro.

Não é de estranhar, pois, que os primeiros pronunciamentos do Brasil na Assembleia Geral tenham sido cautelosos.

A Primeira Assembleia Geral foi composta de duas partes. A primeira, de caráter inaugural, realizou-se em Londres. O discurso da delegação do Brasil, pronunciado pelo Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas reveste-se de acentuado conteúdo moralista e até certo ponto místico. Propõe-se a configuração de uma comunidade intelectual de nações e a formação de uma "única casa espiritual" para eliminar "a guerra, a doença e a necessidade", expressões que se usavam para designar o que mais adiante viria a ser conhecido como segurança internacional e desenvolvimento econômico e social. É de notar a referência à inevitabilidade da difusão da "ciência cósmica" então liberada, como prenunciadora dos problemas que viriam a ser criados com a proliferação nuclear.

A segunda parte da Primeira Assembleia Geral transcorreu em Nova York. Ao intervir no Debate Geral, o Embaixador Pedro Leão Velloso Netto revela expectativas benevolentes em tomo dos ideais da Organização e não deixa de desvendar nas entrelinhas algum ressentimento pelo fato de o *status* do Brasil não ter sido elevado, apesar do esforço de participação na Guerra. Ainda estavam vivas as sequelas do episódio da retirada do Brasil da Liga das Nações ao não serem atendidas as pretensões brasileiras de um assento permanente no Conselho. Passando ao largo dos problemas que dividiam o Brasil e das grandes questões ideológicas que ensombreciam o cenário internacional, Leão Velloso projeta a imagem de um país amadurecido, guiado pela ética e preparado para atuar com responsabilidades crescentes no plano externo. Admitindo, porém, que a paz, não obstante toda a construção jurídica da Carta de São Francisco, repousava efetivamente nas Grandes Potências, o Representante do Brasil manifesta-se disposto a aceitar o instituto do veto como maneira pragmática de "obter resultados". Enfatizando os objetivos de segurança da Organização, Leão Velloso identifica na constituição do *Staff Committee* do Conselho de Segurança a principal característica que diferenciaria positivamente a Carta de São Francisco do Pacto da Liga das Nações. E, prenunciando uma linha que viria a se constituir em vertente essencial da política externa brasileira, refere-se à importância que o Brasil desde então atribuía ao trabalho do Conselho Econômico e Social.

I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1946

Primeira Parte

Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas[2]

Em nome do povo brasileiro e de seu Governo, gostaria, em primeiro lugar, de expressar o quanto meu país é grato a esta augusta Assembleia pelo sincero voto de confiança que lhe foi dado quando de sua eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Deste modo desejastes registrar vossa simpatia por nossas tradições pacíficas e por nossa contribuição nos sacrifícios incorridos na luta pela liberdade e dignidade humana.

A República dos Estados Unidos do Brasil nunca cessou de trabalhar pela paz e tem a satisfação de ter sido a primeira nação a introduzir em sua Constituição uma cláusula que prescreve arbitragem compulsória para todos os conflitos internacionais. Sua história diplomática foi sempre escrita sob a clara luz do dia e exibe uma sucessão de tratados e acordos selados com o espírito do entendimento e da solidariedade. Recorreu às armas apenas para colocá-las a serviço da causa geral envolvendo povos cuja independência e integridade territorial estavam ameaçadas. Seu sangue foi misturado ao dos Aliados, seus recursos foram postos à disposição de todos, e seu único desejo foi o de servir à causa da paz internacional e da segurança coletiva.

É devido à força desses méritos e em nome de nossos soldados que deram suas vidas pela vitória comum que nos posicionamos ao vosso

[2] **Luiz Martins de Souza Dantas**, nascido no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1876. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Adido de Legação em 2/3/1897. Embaixador em 1/11/19. Duas vezes Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, no período de 1913 a 1917. Serviu como Delegado do Brasil junto à Liga das Nações, em Genebra, em 1924 e 1926. † Paris, em abril de 1954.

lado para trabalhar pela reconstrução, dever de todos nós. Tendo em vista esta finalidade, não pouparemos esforços e nem haverá dificuldade que nos faça recuar. A tarefa a ser cumprida é por demais fina e nobre para que sejam admitidos pensamentos impuros ou preocupações menores. Assumimos sinceramente todas as obrigações que nossa posição nas Nações Unidas possa implicar.

O problema que se coloca agora diante dos povos que tenham passado pelo teste de terríveis catástrofes é o de substituir o interesse próprio, excludente dos direitos de terceiros, por uma avaliação de deveres mútuos. Segundo a admirável frase de São Paulo, somos todos membros uns dos outros. Portanto, esforços coletivos deveriam ser coordenados para que se preserve e aperfeiçoe a sociedade humana considerada como uma unidade indivisível da qual as diversas nações são necessariamente órgãos constituintes. Se preciso for, para a obtenção desta unidade, cada nação deve aprender a subordinar sua soberania ao interesse prevalecente da humanidade como um todo; e se, dentre as Nações Unidas, há algumas mais poderosas que outras, tal superioridade deve servir apenas para produzir maior devoção à causa comum.

Somos chamados a construir uma organização muito promissora, mas não nos esqueçamos, ao iniciarmos este grande trabalho, da lição vinda do passado. Nenhuma força estritamente temporal pode ter a expectativa de pôr um termo às disputas internacionais. Antes que as armas se calem para sempre, o coração do homem deve ser desarmado; deve ser drenado de todos os preconceitos quanto à raça, nacionalidade e religião; deve ser purgado dos pecados da ambição e do orgulho; devendo ser preenchido, em lugar disso, de esperança e sentimento fraterno. Deve-se erigir um sistema de moralidade internacional, extraído de todo o tipo de força espiritual, e deverá ser esta a moralidade orientadora dos tratados e acordos políticos do mundo de amanhã.

Mais do que nunca, uma comunidade intelectual torna-se urgentemente necessária para a constituição de uma verdadeira Assembleia de nações. Cuidemos para que ela seja construída sem interferência política e que se fundamente tanto nos grandes movimentos religiosos que brotaram dos ensinamentos de Cristo, Maomé, Buda e Confúcio, quanto na contribuição laica de poetas, filósofos e cientistas de todos os países. Sem o apoio de uma opinião pública bem informada e livre, qualquer tentativa de uma organização internacional provar-se-ia ilusória, principalmente no presente momento, em que as forças materiais liberadas pelo gênio humano já ameaçam alcançá-lo. O homem se prepara para manejar uma energia cósmica, e se não for treinado corretamente para isso, poderá ser tragado

por ela. Ainda por algum tempo, as armas secretas provenientes desta energia poderão permanecer ocultas. Mas seria leviano pensar que se trata de uma solução definitiva: descobertas científicas não são privilégio de um único povo ou grupo. Assim que, dados os primeiros passos, seja alcançado um determinado estágio, estas descobertas irão surgir simultaneamente em várias mentes. A história tem provado isso reiteradas vezes.

Desviados os perigos que a liberação da energia atômica traz para as relações internacionais, não resta alternativa senão o desenvolvimento da fraternidade humana por todos os meios intelectuais e morais a nossa disposição. A Carta das Nações Unidas aponta claramente o caminho a ser tomado ao posicionar o Conselho Econômico e Social lado a lado com o Conselho de Segurança. Contanto que aquele honre seus compromissos, é de se esperar que este jamais terá de intervir. Tenho esperança ardente de que continuará sendo, como tem sido, um escudo que ninguém ousará atacar.

A máxima segundo a qual o perturbador da paz está sempre errado é a que deve guiar as Nações Unidas. Quem quer que procure interromper a paz, semear discórdia entre nações, ou promover uma guerra de nervos, será doravante subjugado pela inabalável determinação de todos os que têm sofrido as amarguras da guerra e que resolveram nunca mais admitir que semelhante catástrofe ocorra.

Em termos políticos, há cinquenta e um países diferentes representados nesta Assembleia; poder-se-á dizer que nosso trabalho obteve êxito se, ao partirmos, nossos países formarem uma única casa espiritual. Deste modo, o homem terá feito a sua maior conquista, e poderemos nos reunir em um esforço comum na eliminação dos três grandes castigos que no momento nos dividem e oprimem: a guerra, a doença e a necessidade.

Um único pensamento deve inspirar nossas ações no sentido de se estabelecer a Organização das Nações Unidas em bases inabaláveis e eu espero que seja o expresso na seguinte máxima: *Communis humanitatis causa.*

Muito obrigado.

Londres, em 10 de janeiro de 1946.

I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1946

Segunda Parte

Embaixador Pedro Leão Velloso Netto[3]

Primeiramente, gostaria de expressar à cidade de Nova York, da parte da delegação brasileira, nossa sincera gratidão pela sua gentil hospitalidade durante o período da Assembleia Geral.

A Organização das Nações Unidas viu a luz do dia pela primeira vez em solo dos Estados Unidos; sua criação foi inspirada pelo grande Presidente Roosevelt, assistido por seu eminente Secretário de Estado, o Honorável Cordell Hull. O plano delineado em Dumbarton Oaks foi aprovado em São Francisco pelos Estados que formam a Organização das Nações Unidas. Eles compuseram uma Carta destinada a governar doravante suas relações mútuas. Esses fatos têm uma significação que não nos pode escapar e que eu, como filho deste continente, fico feliz em ressaltar.

América, terra da liberdade, habitada por povos que não têm os preconceitos acumulados em outros continentes durante séculos de conflitos intermináveis, berço da maior das democracias, oferece à Organização das Nações Unidas uma oportunidade sem precedentes para que floresça e efetue sua grande missão política, econômica, social e cultural.

O Brasil, em sua dupla qualidade de membro da comunidade de nações e de Estado integrante deste hemisfério, orgulha-se em ter

[3] **Pedro Leão Velloso Netto**, nascido em Pindamonhangaba, SP, em 13 de janeiro de 1887. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Segundo Secretário em 1910. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/11/45 a 31/1/46. † Nova York, em janeiro de 1947.

contribuído para a criação da Carta das Nações Unidas. Seu passado, sua tradição pacífica, seu amor pela ordem, seu respeito pelo direito e seus sentimentos democráticos o prepararam para receber com entusiasmo a ideia da organização de uma sociedade internacional para a preservação da justiça e do respeito a tratados e outras fontes de direito dos povos.

É por isso que o meu país tem dado sincero apoio à iniciativa das grandes potências. Participou não somente da Conferência de São Francisco, como também do trabalho preliminar à primeira parte da Primeira Sessão da Assembleia Geral, em agosto de 1945.

A Organização das Nações Unidas tem apenas poucos meses de funcionamento. E o fato de que o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e outros órgãos tenham se reunido regularmente desde janeiro deste ano não significa que não estejam ainda em processo de organização, tendo número incompleto de funcionários, orçamento experimental, sede permanente ainda indefinida, *et cetera.*

Acrescente-se a este quadro as condições de pós-guerra em diversas partes do mundo, resultantes do atraso na composição e assinatura de tratados de paz.

Em suma, nossa existência se resume a um período muito curto de tempo, durante o qual temos estado diligentemente comprometidos em nos organizarmos em um mundo que ainda espera um retorno à normalidade. Seria inteiramente prematuro, nas atuais circunstâncias, tentar avaliar que papel a Organização das Nações Unidas tem desempenhado até o presente momento.

Desejo expressar a imensa fé que o meu país deposita na causa das Nações Unidas. Após os anos dolorosos que acabamos de atravessar, não podemos conceber o mundo, que ora se configura, sem levarmos em conta o modelo proposto pelas Nações Unidas em benefício da humanidade, a saber, a garantia da preservação da ordem e da segurança internacional em um sistema político e legal que assegure, tanto ao vencedor quanto ao vencido, respeito por suas vidas, seus direitos e suas liberdades.

Como podeis ver, eu vos falo com meus olhos fixos na Carta. Ela representa a segunda tentativa, em vinte e cinco anos, de dar aos povos um estatuto que lhes possibilite viver em sociedade em um mundo pacífico e civilizado.

Um esforço foi feito em Dumbarton Oaks e posteriormente em São Francisco no sentido de se aperfeiçoar a Convenção da Liga das Nações pela introdução, na Carta das Nações Unidas, de provisões mais realistas que as contidas no instrumento cujo insucesso foi marcado pela invasão da Manchúria. Dentre as provisões que ressaltam as diferenças entre a

Convenção e a Carta, a mais importante é a que estabelece um Comitê de Pessoal para ajudar o Conselho de Segurança em caso de ameaça à paz, ofensa à paz, ou de agressão.

A Organização das Nações Unidas foi, contudo, estabelecida tendo por base um princípio de longo alcance. Este princípio, ao qual os criadores de nossa Organização atribuíram a maior importância, tanto antes quanto durante a Conferência de São Francisco, tomou forma no Artigo 27 da Carta. A visão deles foi a de que a unanimidade entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, ou seja, entre as grandes potências, é essencial para que a Organização das Nações Unidas sobreviva e cumpra a sua tarefa; sem isso, ela desapareceria.

Se considerado à luz do princípio da igualdade de todos os Estados perante a lei, o Artigo 27 foi um preço muito alto pago por pequenos e médios países pela obtenção da Carta. Tal cláusula do nosso estatuto é mais conhecida como a concessão do direito de veto aos membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil, embora seja em tese contrário ao veto, aceitou-o dentro de espírito construtivo, em nome da obtenção de resultados práticos. Pensamos que, enquanto todos os Estados são iguais perante a lei em termos teóricos, suas responsabilidades concernentes à preservação da paz são diretamente proporcionais aos seus meios de ação e, por conseguinte, variam muito. Por esta razão, decidimos que era necessário confiar nas grandes potências.

É óbvio, contudo, que esta confiança depositada com o mesmo espírito pela maioria dos Membros da Organização das Nações Unidas nas grandes potências obriga-as, enquanto beneficiárias, a honrá-la. Obterão êxito, primeiramente, trabalhando juntas para a reorganização do mundo. Todos compreendemos que a tarefa não é fácil. Mas estamos igualmente convencidos de que, por mais difíceis que possam ser os obstáculos, não resultarão intransponíveis, quando confrontados com a boa vontade e o desejo sincero por parte das grandes potências de alcançar todos os objetivos para os quais nos subscrevemos desde a Carta do Atlântico.

Hoje os povos de todo o mundo têm uma suprema aspiração. Após os terríveis sofrimentos da última guerra, eles desejam ordem e paz. Estão ansiosos por duas coisas: querem um retomo à ordem e esperam que ela seja duradoura. Não irão tolerar a ideia de que toda geração terá de suportar horrores cada vez mais terríveis, resultantes da solução ilusória de problemas mediante a guerra. Sem dúvida, a paz está nas mãos das grandes potências; mas o mundo nunca aceitará a ideia de que os conflitos de interesse das mesmas possam justificar o sacrifício do bem-estar da humanidade.

Voltemo-nos ao Preâmbulo de nossa Carta, que dispõe estarmos "determinados a poupar as gerações seguintes das aflições da guerra, que duas vezes durante a nossa existência trouxe indizível pesar para a humanidade". As nações têm, frequentemente, uma missão histórica a cumprir no mundo; nada pode impedi-las de alcançar seu destino. Porém, nos dias de hoje, tentar efetuá-lo fora da estrutura das Nações Unidas, à qual pertencem, seria loucura ou mesmo um crime.

Uma árdua tarefa nos aguarda. Nos reunimos aqui, em primeiro lugar, para finalizar os trabalhos iniciados em Londres no inicio do ano. Desde então, muitos temas adicionais têm sido apresentados para estudo. Temos à frente uma agenda extremamente cheia. Ademais, estamos nos reunindo após um considerável atraso resultante de duplo adiamento.

Todos os assuntos que nos aguardam são, naturalmente, muito importantes; todos merecem de nós a mesma atenção, seja qual for sua natureza. Contudo, no atual estágio alcançado pela Organização das Nações Unidas, não hesito em afirmar que alguns temas sejam de interesse predominante. Tais temas são, em primeiro lugar, os ligados à sua organização; em segundo lugar, os que nos foram submetidos para exame por parte de órgãos como o Conselho Econômico e Social, *et cetera.* Neles devemos concentrar nossos esforços se quisermos que o trabalho das Nações Unidas alcance os mais completos resultados e se desejarmos que a Organização das Nações Unidas, afinal emergente da fase preparatória que, aliás, já durou bastante, exerça o papel para o qual foi criada.

Foi com tal propósito que a delegação brasileira veio participar da segunda parte desta Primeira Sessão da Assembleia Geral que atualmente se reúne em Nova York. O Brasil, deste modo, continua a agir com a mesma atitude objetiva e construtiva que adotou em São Francisco, cujo propósito essencial é a formação e o desenvolvimento das Nações Unidas no mundo. Esta Assembleia Geral pode contar com o nosso mais sincero apoio para desempenharmos o trabalho que assumimos no mais curto período de tempo possível.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de outubro de 1946.

1947

1947

Em fevereiro de 1947, produzem-se nas relações internacionais os acontecimentos iniciais do período que viria a ser conhecido como da "Guerra Fria". Pressionada por severas dificuldades internas, a Grã-Bretanha manifesta não estar mais em condições de prestar auxílio econômico e militar à Grécia e à Turquia, dois países que, segundo os arranjos do fim da Guerra, haviam sido incorporados à sua esfera de influência. Ante a possibilidade de que o poder soviético passasse a se estender àqueles dois países vitais para as rotas estratégicas do Mediterrâneo, os EUA assumem a sua defesa. Ao submeter seus planos ao Congresso, o Presidente Truman expõe a doutrina que ficaria associada ao seu nome e manifesta a determinação dos EUA de ajudar os "povos livres" que resistiam a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Em junho, os EUA instrumentam economicamente a política de defesa da Europa com o anúncio do Plano Marshall. No mês seguinte, aparece na revista "*Foreign Affairs*" o artigo em que, sob o pseudônimo de Senhor X, George Kennan, diplomata norte-americano especialista em União Soviética, defende a necessidade da contenção da URSS mediante a aplicação sistemática de contraforça por parte dos EUA em qualquer parte do mundo, teoria que ficaria conhecida como do *containment* e que viria a dominar o pensamento estratégico norte-americano na fase inicial do pós-guerra.

A URSS responde ao *containment* mediante a criação do COMINFORM *(Communist Information Bureau)*, destinado a coordenar a atuação do movimento comunista internacional. Afirma-se, ao mesmo

tempo, sem prejuízo da rejeição do COMINFORM pela Iugoslávia de Tito, o domínio soviético sobre a Europa Oriental com a instalação de governos comunistas na Hungria (junho de 1947) e na Tchecoslováquia (fevereiro de 1948).

A Europa Ocidental, por sua vez, mobiliza-se para enfrentar as novas realidades de Poder. França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formam a "União Ocidental", embrião da aliança que viria, em 1949, em resposta ao Bloqueio de Berlim, a se transformar na OTAN. O Brasil mantinha-se à margem dos acontecimentos. No período inicial da Guerra Fria, os países latino-americanos observavam de longe os acontecimentos que se passavam, sobretudo na Europa e na Ásia. O momento, porém, era propício à reafirmação de lealdades fundamentais e os EUA empenhar-se-iam em solidificar sua preeminência no Hemisfério.

O ano de 1947 assinala o início de uma fase de alinhamento do Brasil com os EUA. Na expectativa de que a aliança com os EUA criasse as condições necessárias para o desenvolvimento do país, a exemplo do que ocorreria na Europa Ocidental e no Japão, a diplomacia brasileira passa a praticar política de bloco. A pretexto de um incidente com diplomata da Embaixada em Moscou, as relações diplomáticas Brasil-URSS são rompidas. Na ONU, a delegação do Brasil toma invariavelmente partido dos EUA nas votações de questões vinculadas à polaridade Leste-Oeste. Na Conferência do Rio de Janeiro para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em que se aprovou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a diplomacia brasileira apoia ativamente as postulações norte-americanas sobre a defesa da região.

No discurso que pronunciou perante a Segunda Assembleia Geral, o Embaixador João Carlos Muniz revela certa preocupação com as divisões entre as Grandes Potências. Faz, em consequência, a apologia da Assembleia Geral como representante da consciência da Humanidade e órgão plenamente capaz de exercer poderes semelhantes aos do Conselho de Segurança em matérias que afetem a paz e a segurança. Embora não citada nominalmente, a URSS é responsabilizada como fator de irracionalidade e de inviabilização das Nações Unidas pelo constante recurso ao veto.

Do discurso do Embaixador Muniz desprende-se a visão do mundo de uma diplomacia que, se dando conta da importância secundária a que tinha sido relegado o país nos arranjos do pós-guerra, refugia-se em formulações de cunho idealista ou mesmo utópico. A Humanidade, afirma o Representante do Brasil, estaria passando por um período verdadeiramente existencial, de tensão e de confusão de

valores. Reconciliar liberdade e segurança do indivíduo seria o caminho de salvação para o homem isolado e aterrorizado diante das ameaças do momento. Entre o totalitarismo e as perspectivas de progresso e bem-estar abertas pelo desenvolvimento científico, o Brasil se manifesta preparado para contribuir com as ideias liberais e democráticas em que se baseava a sua vida nacional. A conciliação, diria Muniz, evocando a política do Gabinete chefiado pelo Marquês de Paraná no II Reinado, é o traço essencial do povo brasileiro: nossa participação na esfera internacional visa à conciliação de ideias opostas com vistas a promover o progresso mediante a persuasão.

O idealismo do discurso, no entanto, é compensado por observações de notável pertinência e acuidade. São relevantes nesse particular a menção à "extrema interdependência de pessoas postas em contato pela multiplicidade dos meios de comunicação"; e, bem assim, a avaliação pioneira de que a Carta continha defeitos que poderiam ser corrigidos por revisão ou pela adoção de práticas consensuais.

II Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1947

Embaixador João Carlos Muniz[4]

A presente Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas dá um tom de esperança e incentivo a estes momentos angustiantes que vivemos atualmente. A razão disso é que a Assembleia Geral representa a consciência do mundo e suas decisões são a personificação dessa consciência no esforço de resolver os problemas que dizem respeito a todos os povos. Sem uma profunda reflexão sobre esses problemas, nunca poderemos chegar a soluções orgânicas capazes de harmonizar interesses nacionais e promover o bem-estar geral. Daí a importância da Assembleia Geral, que deve ser considerada o órgão central das Nações Unidas, e ao qual todas as outras agências estão relacionadas.

Enquanto os outros órgãos tratam de aspectos fragmentários dos problemas, a Assembleia Geral observa e fiscaliza de modo que todas as suas agências possam funcionar corretamente. Ela é o único órgão no sistema do qual participam todos os Estados-Membros integrantes. É o grande foro ao qual são trazidas todas as questões que interessam à comunidade internacional. Por este motivo, a Carta não coloca limites à sua competência; ao contrário, ela a define nos termos mais amplos possíveis para que todos os temas que afetem as relações internacionais sejam incluídos em sua jurisdição.

Para que a Organização das Nações Unidas possa alcançar o seu propósito, é essencial que a opinião pública mundial seja formada com

[4] **João Carlos Muniz**, nascido em Cuiabá, MT, em 21 de março de 1883. Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Nova York. Chanceler em Nova York, em 1918. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1939. † Rio de Janeiro, em 1960.

um perfeito entendimento de seus objetivos e as condições necessárias para a consecução dos mesmos; a opinião pública deve apoiar suas ações e impor o respeito à Organização. Sem o apoio da opinião pública mundial, as Nações Unidas nunca poderão tornar-se uma realidade. A Assembleia Geral, com seus meios para disseminar ideias, é o órgão que está primordialmente equipado para criar uma opinião pública global.

Em um mundo caracterizado pela extrema interdependência de pessoas postas em contato pela multiplicidade dos meios de comunicação, tanto na esfera material quanto na das ideias, a ausência de um foro como esta Assembleia só poderia levar à confusão e a conflitos resultantes da falta de um instrumento de conciliação e de síntese pela livre discussão e para decisões tomadas em comum. Na medida em que a Assembleia Geral exercer a função salutar de formar uma opinião pública, muitos dos problemas que agora nos afligem desaparecerão e darão lugar a áreas de entendimento entre nações, intensificando portanto a colaboração internacional.

A Segunda Sessão da Assembleia Geral reúne-se em um momento que é verdadeiramente "existencial"; um momento de fortes contradições que afetam os destinos dos povos; um tempo de tensão e confusão de valores, como os que sempre precedem a emergência de um novo período na história. Todas as civilizações passaram por épocas idênticas antes de adquirirem formas superiores de consciência. Poderia ser dito que o espírito, em sua busca de ascensão, recorre à negociação e à oposição, como um propulsor na direção de sua meta mais elevada.

A desesperança não é, portanto, admissível, pois é precisamente em períodos de dúvida e tensão, como o presente, que o homem revela as imensas potencialidades de seu espírito ao ultrapassar obstáculos aparentemente intransponíveis e adquire uma concepção mais ampla da liberdade.

Se, por um lado, o nosso mundo é tragicamente obscurecido por antagonismos e contradições, seus vastos horizontes, por outro, oferecem amplas perspectivas de progresso e melhora. A atual geração utiliza métodos técnicos extremamente avançados; a aplicação desses métodos pode criar um nível de vida elevado em todas as regiões do mundo e eliminar a miséria e a pobreza. Esse progresso técnico já nos permite visualizar o advento de uma nova humanidade, altamente civilizada como somos, mas formando um só corpo dotado de uma consciência mais ampla e mais receptiva à realização de todas as metas da raça humana. Para que essa aspiração seja gradualmente alcançada, é necessário apenas que antagonismos existentes sejam conciliados. Se a Organização das Nações

Unidas lograr êxito no cumprimento dessa tarefa, o momento decisivo mais perigoso de nossos tempos terá sido ultrapassado e poderemos olhar para o futuro com a segurança do viajante que alcançou o topo de um árduo caminho montanhoso e vislumbra finalmente a extensão ilimitada de uma planície radiosa.

Não preciso dizer mais nada para enfatizar a importância desta Segunda Sessão da Assembleia Geral. Nossos debates e as decisões que tomarmos devem ser de uma natureza que nos leve a uma ampla conciliação de antagonismos existentes ou, ao menos, à preparação do terreno para tal conciliação.

A delegação brasileira, cuja composição é verdadeiramente representativa das forças democráticas de nosso país, está determinada a fazer uso de todos os seus esforços para trazer aos trabalhos desta Segunda Sessão da Assembleia Geral a contribuição das ideias liberais e democráticas nas quais se baseia a nossa vida nacional. A conciliação é a característica essencial do povo brasileiro; isso pode ser explicado pelo desenvolvimento histórico e geográfico do país. O histórico de nossa participação na vida internacional é precisamente um histórico de conciliação de ideias e influências opostas com o propósito de promover o progresso nas relações internacionais através da persuasão. É por isso que o Brasil, em sua história, sempre foi um dos mais ardentes defensores da arbitragem e outros meios de solução pacífica de controvérsias.

A cooperação internacional pressupõe não somente a existência de um instrumento adequado para mobilizar as diversas formas de atividade coletiva, mas também um mínimo de acordo entre as diversas nações sobre questões fundamentais, como a natureza das relações internacionais e das relações entre o indivíduo e a comunidade. Em outras palavras, a cooperação é condicionada por um determinado grau de unidade espiritual entre as nações. Quando falta essa unidade e as divergências de opinião a respeito de questões fundamentais são acentuadas, até mesmo ao ponto de parecerem irreconciliáveis, o trabalho cooperativo se toma precário, se não impossível. Esta é, essencialmente, a situação atual. A luta ideológica ainda não foi amenizada pela conciliação e ainda não foi encontrado um meio termo que possa promover um acordo e uma ação comum em todas as áreas dos empreendimentos humanos. Sob essas condições, todos os esforços para a cooperação são invalidados, por mais perfeito que seja o instrumento que visa a esse propósito.

A Organização das Nações Unidas é um instrumento propiciado por nações soberanas que voluntariamente aceitam certas restrições à sua liberdade de ação, em vista das vantagens decorrentes da cooperação. Como

um instrumento de cooperação voluntária, a Carta incontestavelmente revela certos defeitos que podem ser corrigidos, seja por revisão, seja pela adoção de certas práticas sobre as quais os Estados possam chegar a um acordo.

O processo de votação, que requer unanimidade dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança para a tomada de decisões a respeito de questões de substância, constitui, sem dúvida alguma, um sério obstáculo à solução pacífica de controvérsias e torna impossível qualquer ação destinada a garantir a segurança, quando uma grande potência, ou mesmo um Estado que tenha o apoio de uma grande potência, opuser-se a ela.

O veto, diga-se de passagem, não foi contemplado inicialmente como um elemento negativo para permitir a qualquer das grandes potências se opor a decisões do Conselho de Segurança. Foi projetado mais como um fator positivo e como elemento de equilíbrio para garantir a solidariedade entre as grandes potências, que arcam com as maiores responsabilidades para a manutenção da paz. Acreditou-se, em Ialta, que a regra de unanimidade, criteriosamente aplicada a decisões importantes tomadas pelas grandes potências, serviria para manter a solidariedade entre as mesmas para que a paz mundial pudesse ser garantida. No entanto, essa solidariedade entre as grandes potências não se materializou e, como resultado das divergências entre as mesmas, o veto foi transformado em um instrumento negativo que está frustrando todos os esforços do Conselho de Segurança em direção à paz. Ele tem sido empregado indiscriminadamente como um meio de frustrar métodos de resolução pacífica e impedir a admissão de novos membros à Organização.

Por esses motivos, somos a favor da adoção de meios práticos que levem à disciplina no uso do veto.

A Organização das Nações Unidas certamente não é um mecanismo perfeito. Ela contém falhas que devem eventualmente ser corrigidas para assegurar uma maior eficiência. Não devemos esquecer, no entanto, que, por mais perfeita que ela se torne, ela ainda permanecerá sendo um mecanismo que só pode ser usado com eficácia se as nações continuarem a fazer um esforço sincero para tirar proveito de todos os seus serviços. Apesar de suas falhas, a Organização das Nações Unidas é um instrumento admirável para a cooperação entre os povos. Mas a vontade de usá-la corretamente está dividida e a ação torna-se impossível.

O que acaba de ser dito significa, portanto, que o veto é mais um efeito que uma causa. É o reflexo do profundo antagonismo que divide o mundo no que diz respeito à concepção de vida e à civilização e até

mesmo ao próprio destino do homem. Até que este antagonismo seja resolvido – e isso só pode se dar através da aceitação de uma fórmula suficientemente ampla que concilie as duas concepções contraditórias de forma a restabelecer a confiança e a colaboração – não poderemos confiar muito em meras mudanças no mecanismo.

Entre os defeitos da Carta aos quais me referi, um dos mais óbvios foi a não aceitação, em São Francisco, do princípio de jurisdição obrigatória pela Corte Internacional de Justiça nos diversos tipos de controvérsia, incluídos no Artigo 36 do Estatuto. Esse princípio satisfazia as exigências da consciência jurídica universal; isto foi comprovado pela aceitação por vários Estados da cláusula opcional. Se o recurso obrigatório à Corte tivesse sido incluído na Carta, teríamos hoje em nossas mãos um poderoso instrumento para a promoção da solução pacífica de controvérsias. A ausência de tal cláusula relegou à Corte Internacional de Justiça um papel secundário quando, na verdade, ela deveria ter se tornado um dos órgãos mais importantes da Organização.

A Carta contém um potencial inexplorado na área de segurança. O Artigo 10 autoriza a Assembleia a discutir quaisquer questões ou assuntos dentro do alcance da Carta ou relacionados aos poderes ou funções de quaisquer órgãos previstos na Carta, assim como fazer recomendações a respeito de qualquer assunto, exceto como previsto no Artigo 12.

Os termos amplos nos quais os poderes da Assembleia são definidos não deixam dúvidas quanto à sua competência em questões de solução pacífica de controvérsias, mesmo apesar das definições precisas introduzidas pelos Artigos 11 e 35 que expressamente estabelecem a competência da Assembleia Geral para considerar princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e segurança internacional, e considerar especificamente qualquer situação ou disputa.

Pode-se, portanto, afirmar que, em questões de solução pacífica de controvérsias, a Assembleia Geral tem o mesmo poder que o Conselho de Segurança: em ambos os casos, o poder de fazer recomendações. A supremacia do Conselho de Segurança nesta questão reside somente nas cláusulas do Artigo 12, que proíbem a Assembleia de fazer recomendações em uma disputa ou situação a respeito da qual o Conselho de Segurança esteja exercendo as funções que lhe atribui a Carta. O poder da Assembleia de trazer qualquer questão à atenção do Conselho de Segurança e, inversamente, o poder do Conselho de referir qualquer assunto à Assembleia Geral para recomendação, e o fato de que os Estados-Membros podem submeter qualquer disputa ou situação à consideração da Assembleia Geral, com a única exceção prescrita pelo

Artigo 12, demonstra claramente que a Carta deposita na Assembleia uma importante função em questões de segurança, superada apenas por aquela atribuída ao Conselho de Segurança. É vantajoso, portanto, que essa função da Assembleia Geral seja exercida plenamente, completando assim a ação do Conselho.

Se é verdade, por um lado, que a Assembleia está impedida de entrar no plano de ação reservado ao Conselho, também é verdade, por outro lado, que ela representa, até mais que o Conselho, o poder da opinião pública mundial, e que suas recomendações contêm um prestígio indubitável. Devemos, portanto mobilizar essa força moral que representa a vontade de cinquenta e cinco nações reunidas nesta Assembleia, com vistas a tornar eficiente os propósitos da Carta, de assegurar a paz e a segurança como condições primordiais para o desenvolvimento da cooperação internacional.

As normas estabelecidas para a Assembleia Geral pela Conferência de São Francisco foram ainda mais judiciosas que aquelas que governam o Conselho de Segurança. Enquanto as últimas contêm concessões exageradas à força das grandes potências, dando preponderância à política de poder, as da Assembleia Geral representam em sua totalidade a vitória da persuasão sobre a força. A Assembleia é o órgão essencialmente democrático das Nações Unidas; em suas decisões a norma democrática de maioria é respeitada. Sua ação está destinada a crescer em importância já que a persuasão, e não a força, é o único elemento capaz de organizar o mundo.

Devemos admitir, portanto, que a Organização das Nações Unidas não conseguiu atingir o objetivo principal para o qual ela foi criada: assegurar a segurança e a paz. Os resultados nesta área são quase nulos. A força armada internacional, que deveria ser a peça chave do sistema de segurança, ainda não foi organizada, nem tampouco se chegou a um acordo entre as superpotências para fazer do desarmamento uma realidade. Uma trágica insegurança pesa sobre o mundo e é traduzida em diversas formas de medo, tornando a colaboração em outras áreas impossível.

O tratado de assistência recíproca, recentemente concluído no Rio de Janeiro entre países do continente americano, representa o único ponto otimista no esforço estéril de organizar a segurança. Esse tratado é baseado nos princípios da Carta que favorecem a defesa regional coletiva legítima como um complemento à segurança coletiva geral.

No entanto, a atual crise não é uma crise somente da Organização das Nações Unidas, mas uma crise mundial. É uma crise da consciência humana, que se encontra dividida e incapaz de ascender a um plano

mais elevado onde suas contradições internas possam ser conciliadas. É também uma crise de liberdade. A história tem mostrado que todas as vezes em que o homem conseguiu ultrapassar as contingências de seus fardos passados, atingindo a liberdade, ele se sentiu sozinho e perdido, e sua primeira reação sempre foi de temor em relação a sua conquista.

Enquanto o progresso técnico e científico abriu novos horizontes para a liberdade do homem, a própria amplidão da perspectiva instila um sentido de isolamento e medo em seu coração. Mas o medo é afastado e superado com o tempo pelo esforço humano de conciliar a liberdade com a segurança do indivíduo. Neste esforço está a sua salvação.

Muito obrigado.

Nova York, em 16 de setembro de 1947.

1948

1948

Uma sucessão de acontecimentos na Europa faria com que a Guerra Fria entrasse em acelerada impulsão. O BENELUX, a união aduaneira entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo passa a vigorar em janeiro. A reforma monetária na Alemanha ocupada pelas Potências ocidentais torna possível o início da recuperação econômica do país e a constituição da OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica) organiza eficientemente a administração dos recursos do Plano Marshall. Em junho, o bloqueio soviético a Berlim gera uma resposta decidida por parte dos Aliados ocidentais. A anterior capital da Alemanha torna-se a trincheira avançada da Guerra Fria. Após a tomada do Poder na Tchecoslováquia, os partidos comunistas ganham terreno na Bulgária. A prisão e condenação do Cardeal Mindszenty na Hungria desata forte reação anticomunista da Igreja Católica. A morte de Ghandi acelera o processo que conduziria à independência da Índia. E a proclamação do Estado de Israel, seguida da invasão da Palestina pelos exércitos árabes, dá início ao prolongado conflito no Oriente Médio.

Poucos reflexos desse quadro internacional em ebulição observam-se, porém, no Brasil. A breve prosperidade herdada da guerra e a relativa estabilidade do Governo Dutra criam na sociedade brasileira uma sedutora sensação de tranquilidade, contrastante com a tensão reinante nas áreas onde então se enfrentavam os interesses das Grandes Potências. Alguns sintomas da confrontação ideológica, no entanto, não deixariam de se fazer sentir na vida política e institucional brasileira:

a mesa da Câmara dos Deputados declara cassados os mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro.

No plano regional, a diplomacia brasileira se orienta por uma linha de apoio às políticas norte-americanas e assim atua na Conferência de Bogotá, que aprovou a Carta da Organização de Estados Americanos (OEA).

Talvez como reação a um certo sentimento de exclusão, já que os acontecimentos internacionais continuavam a atribuir ao Brasil um papel periférico, a diplomacia brasileira se expressa em formulações principistas e moralistas. Prevalece uma atitude de cautela. A militância parlamentar das delegações do Brasil revela-se de baixa intensidade, alguns pontos abaixo do nível da retórica dos discursos. O Chanceler Raul Fernandes expõe no discurso pronunciado na Terceira Assembleia Geral, realizada em Paris, a visão de uma diplomacia que percebia a realidade internacional cada vez mais distante das expectativas de preeminência que o Brasil alimentara por sua participação na Guerra. Reitera a adesão do Brasil aos elevados propósitos da Organização, ao mesmo tempo em que critica a continuada discórdia entre as Grandes Potências. Quanto aos itens da agenda, a delegação do Brasil, diria o Ministro, deles se ocuparia em seu momento, em função dos relatórios pertinentes, com base nos princípios tradicionais de "moderação, equidade e justiça". Não se furta, no entanto, a aplaudir a inclusão do tema dos direitos humanos como merecedor de proteção internacional.

No discurso de 1948, observa-se a primeira utilização do tema dos direitos humanos como instrumento de condenação à URSS. Raul Fernandes inaugura uma prática que seria seguida em quase todos os discursos até 1955, quando o texto dos Pactos negociados na III Comissão passaria a ser considerado inaceitável para o Brasil.

III Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1948

Ministro Raul Fernandes[5]

Senhor Presidente, Senhores Delegados, Senhoras e Senhores,

As Nações Unidas se reúnem pela terceira vez em Assembleia Regular para deliberar sobre as questões concernentes à paz, à segurança e ao bem-estar dos povos.

Em nome do Brasil, eu lhes dirijo minhas cordiais saudações. Dentre elas, saúdo particularmente a França, que com tanta cortesia nos acolhe e à qual os brasileiros são ligados pelos laços de uma amizade inquebrantável, como também por uma cultura que toma de empréstimo os melhores aspectos do espírito universal francês.

A presente Assembleia não é e não deve ser uma *clearing house* onde as disputas internacionais são liquidadas para compensação, nem um tribunal competente para prolatar sentenças; ao invés disso, ela é um fórum onde cada um, frente a opinião mundial, pode pleitear em causa própria, e onde todos devem incessantemente defender a causa de justiça, equidade e liberdade, ou um conselho familiar com poder de fazer recomendações.

A contribuição do Brasil para o cumprimento dessa tarefa constitui-se em sua fidelidade aos ideais e princípios incorporados na Carta das Nações

[5] **Raul Fernandes**, nascido em Valença, RJ, em 24 de outubro de 1877. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Deputado Federal em 1909. Delegado do Brasil à Conferência Internacional da Paz, em Versalhes, e à Assembleia da Liga das Nações, de 1920 a 1925, sendo designado, pelo Conselho da Liga, para integrar a Corte Internacional de Justiça. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 12/12/46 a 1/2/51 e de 26/8/54 a 12/11/55. † Rio de Janeiro, em janeiro de 1968.

Unidas. O Brasil aceitou prontamente tais ideais e princípios junto com as responsabilidades decorrentes deles, já que sempre fez deles sua linha mestra de conduta nas relações internacionais. A história é testemunha de que, mesmo nos tempos mais difíceis e perigosos, o Brasil manteve-se à altura das obrigações impostas por tal regra.

Nisto está presente uma fé ativa na lei e na justiça e não uma mera atitude mental. A prova disso está no fato de que nós nos alinhamos às Potências que, a nosso ver, lutavam pela liberdade nas duas grandes guerras deste século, e ao fim destas, colaboramos, sem reservas, na tentativa das potências vitoriosas de organizar uma comunidade internacional que assegurasse a paz e o bem-estar humano. Eis o espírito de nossa colaboração, outrora no seio da Liga das Nações, agora como Membro das Nações Unidas.

No limiar do quarto ano de vida da Organização, a delegação brasileira presta tributo ao trabalho realizado na área social, e ao sucesso alcançado com as definições parciais ou totais de certos conflitos, conforme registrado no relatório anual do Secretário-Geral. Ao mesmo tempo, contudo, somos obrigados a constatar que, fundada sobre o princípio do poder e concedendo preeminência a certos Estados em troca de suas promessas de garantir a segurança, a Organização das Nações Unidas tem, até o presente, fracassado em cumprir tal obrigação devido ao contínuo desentendimento entre esses Estados privilegiados.

Segundo a opinião da delegação brasileira, a Assembleia deve fazer de tudo a seu alcance para erradicar as causas de tal dissensão, ou ao menos para não agravá-la, tomando decisões que, correndo o risco de serem inoperantes, poderiam até causar o retrocesso das Nações Unidas rumo ao seu objetivo de universalidade.

Não obstante, é certo que o poder que a Assembleia possui para aplacar as atuais divergências é muito limitado, já que está, principalmente, na impossibilidade de se atingir a paz com a Alemanha. Se esse assunto não pode ser evocado pelas Nações Unidas, será que deve permanecer como competência exclusiva das grandes potências, enquanto estas admitem sua incapacidade para traçar as cláusulas de um tratado aceitável?

É com preocupação que os outros beligerantes veem esse acordo de paz ser adiado indefinidamente em grande detrimento da Europa, do mundo e da própria Alemanha, e com prejuízo dos direitos que eles obtiveram na vitória comum e de seu interesse no restabelecimento de relações normais com a Alemanha.

Ademais, e, sobretudo, existe aí uma grande ameaça à paz mundial, uma negligência de promessas solenes, uma negação flagrante

dos princípios em que está baseada a nova ordem instituída pela Carta de São Francisco. Já é chegada a hora de os governos responsáveis mudarem seus métodos para transpor os obstáculos recorrendo a mediadores sábios e não a árbitros inexistentes.

Abstenho-me de prejulgar quaisquer das questões constantes da agenda. A delegação do Brasil decidirá sobre elas à luz dos relatórios elaborados pelos comitês encarregados de estudá-los. Limito-me a dizer que nossa delegação, julgando esses problemas de acordo com as tradições de nosso país – isto é, com moderação, equidade e justiça, – colaborará lealmente, em toda a extensão de seu poder, para que a Assembleia permaneça fiel ao seu grande dever e às esperanças da humanidade.

Por último, quero saudar a inclusão dos direitos fundamentais do homem na categoria dos que merecerem proteção internacional. É uma proposta progressista e que muito honrará nossa geração. O Secretário de Estado Marshall, em seu grande e generoso discurso de outro dia, nos falava sobre o calvário das liberdades individuais em certas regiões de um mundo que se diz civilizado, e ressaltou que entre os Membros das Nações Unidas que sinceramente se esforçam para viver de acordo com a Carta estarão, de fato, os Estados que desejam manter e proteger a dignidade e a integridade do indivíduo.

Que esses votos possam se realizar!

Paris, em 21 de setembro de 1948.

1949

1949

Com a explosão da primeira bomba atômica soviética em 14 de julho, a hipótese do holocausto nuclear agrava o quadro da confrontação ideológica. Nas sociedades ocidentais, a ameaça comunista adquire dimensão de terror. Com a vitória das forças comunistas chinesas sob Mao-Tse-Tung e a proclamação da República Popular da China, os Partidos Comunistas passam a controlar grandes extensões territoriais no mundo. Já a constituição dos dois Estados alemães no mês de maio dera novos e significativos contornos à geoestratégia europeia, cristalizando uma divisão que perduraria por mais de quatro décadas. Contrapondo-se à OECE, o COMECON surge como elemento organizador da cooperação na Europa do Leste sob a tutela soviética. O quadro internacional se enrijece. Acreditava-se que uma nova conflagração estivesse iminente.

Em contraste, os acontecimentos no Brasil seguiam curso até certo ponto remansoso. Alguns sinais de crise econômica, porém, faziam-se notar. A baixa das reservas internacionais de ouro desvenda as debilidades da política econômica e alimenta a inflação. Em maio, o Presidente Dutra visita os EUA em busca de créditos e investimentos. No plano político, ressurgem os antagonismos que haviam assinalado o fim do Estado Novo. Getúlio Vargas é lançado candidato à sucessão pelo PTB da Paraíba, provocando reações por parte da UDN e o lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

A expectativa da parceria com os EUA sofre um severo golpe com a conclusão dos trabalhos de uma Comissão Mista bilateral, o

chamado Relatório Abbink, que exclui a possibilidade de cooperação a nível governamental, como era desejo do Governo brasileiro, acentuando, sobretudo a necessidade do desenvolvimento equilibrado dos recursos do Brasil através da iniciativa privada.

No seu discurso perante a Quarta Assembleia Geral reunida em Flushing Meadows, na sede provisória da ONU em Nova York, o Embaixador Cyro de Freitas-Valle principia por retomar a questão do veto e revela que o Brasil, com base na confiança que depositava nas cinco Grandes Potências, tinha sido o primeiro dos cinquenta Estados-Membros das Nações Unidas a votar favoravelmente pela inclusão do instituto na Carta. O Embaixador Freitas-Valle mantém a linha do discurso pronunciado na Assembleia anterior pelo Ministro Raul Fernandes. Fala na "pureza" do idealismo do Brasil e, sempre evitando pronunciar-se sobre os temas concretos da agenda internacional, concentra-se numa análise da viabilidade dos propósitos das Nações Unidas e numa crítica ao crescimento exagerado da Organização, à qual estariam sendo atribuídas responsabilidades desprovidas de meios materiais de execução. É notável a análise das razões que haviam conduzido às políticas antagônicas em matéria de segurança coletiva pelas grandes potências. E certamente audaciosa terá parecido em 1949 a comparação da ONU com a Liga das Nações. Nas entrelinhas da afirmação do representante do Brasil de que uma das principais causas da ruína da Liga havia sido a "penosa obrigação" de fazer cumprir o Tratado de Versalhes já se pressente um tema que viria a se tomar constante na retórica brasileira: a reforma da Carta.

Outra postulação então exposta por Freitas-Valle viria igualmente a se constituir em elemento obrigatório dos discursos brasileiros na ONU. Ao defender a necessidade de "um programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico", a diplomacia brasileira começa, já em 1949, a estabelecer as bases de sua atuação multilateral no plano econômico-comercial.

O discurso de 1949 é valioso igualmente pelo profissionalismo com que se refere aos temas organizacionais das Nações Unidas e pela qualidade de suas análises. Freitas-Valle aborda pela primeira vez a questão da emergência de povos coloniais para a vida independente, que qualifica de uma "grande revolução política". De maneira cautelosa, mas firme, condena determinadas práticas das potências coloniais como capazes de deturpar o processo de expressão política autônoma dos territórios administrados pela ONU.

IV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1949

Embaixador Cyro de Freitas-Valle[6]

Senhor Presidente,

A participação do Brasil na Conferência de São Francisco foi marcada por um espírito de esperançosa confiança, tanto que, apesar de sua anterior oposição à instituição do veto, o Brasil foi o primeiro dos cinquenta Estados lá representados a votar pela inclusão do veto na Carta, o que mostrou a confiança do Brasil na capacidade das cinco Grandes Potências de usarem o veto sabiamente.

Em Londres, a cooperação sincera dos representantes do Brasil foi dirigida para a tarefa do estabelecimento das Nações Unidas através da implementação da Carta. O Brasil deu sincero apoio à decisão de localizar-se a sede da Organização em Nova York. Sua eleição como membro inicial do Conselho de Segurança foi garantida pela quase unanimidade dos votos; um de seus representantes foi duas vezes Presidente da Assembleia Geral e atualmente é membro do Conselho Econômico e Social. Por generosa decisão da Assembleia Geral, eu próprio fui escolhido para ser um dos Vice-Presidentes da Quarta Sessão. Por que razão, então, o Brasil teria motivo para reclamar da Organização das Nações Unidas?

[6] **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1969.

Senhor Presidente,

É a pureza do seu idealismo que impele o Brasil a criticar as Nações Unidas. No entanto, a sua total ausência de preconceito constitui inegável evidência da fé que deposita no futuro da Organização. É chegado o tempo de resgatar o espírito de São Francisco.

A Liga das Nações foi um mero instrumento de conciliação. As Nações Unidas constituem uma poderosa liga política para a preservação da tranquilidade e para a defesa da paz – a paz prometida por Deus aos homens dotados daquela boa vontade que a muitos parece faltar nos tempos atuais. É tão inútil procurar determinar a responsabilidade para isso quanto necessário reconhecer o fato.

Pode-se indagar se não foi pela própria falha da Organização das Nações Unidas que ela deixou de fazer maior progresso. Eu, particularmente, não penso assim, pois na minha opinião as circunstâncias foram cruéis para com os protagonistas da paz. Não posso negar contudo que, como partes da Organização, poucos membros das Nações Unidas mostraram o desprendimento de interesses de vaidades necessário a que os povos se associem sem preconceitos. Cada Estado ou, mais precisamente, cada Governo deu mais atenção a sua própria subsistência do que ao progresso das Nações Unidas. Mesmo que a triste verdade seja a de que certos membros estejam usando as Nações Unidas, ao invés de servi-la, ainda assim pode-se argumentar, sem entrar em sutilezas, que a utilização em causa própria dos serviços de uma instituição é sinal de crença em seu valor.

O Senhor Trygve Lie, Secretário-Geral das Nações Unidas, em diversas ocasiões, explicou francamente as razões do lento progresso da Organização das Nações Unidas, colocando toda a responsabilidade nos ombros dos que não cooperavam. Não seria talvez mais justo falar de falta de confiança mútua ao invés de procurar dividir a culpa?

A Organização das Nações Unidas não poderia ter proclamado que os povos estavam se unindo com a determinação de "salvar as futuras gerações do flagelo da guerra" se tal determinação não houvesse de fato existido. É esse pensamento que me leva a relembrar o espírito que reinou em São Francisco, tão mais amplo do que aquele que se manifestou nos encontros subsequentes em Londres. Todo membro deve ter a coragem de admitir tal fato e retomar ao espírito original para que alcancemos um verdadeiro progresso.

É evidente que assim agindo a Organização não se deixará desencorajar por aqueles que a criticam pela demora em alcançar os objetivos para os quais foi criada. Que sacrifício de princípios significaria para alguns membros, nos casos em que o veto foi invocado, pensar de boa-fé num sistema de equilíbrio e garantias?

Há exatamente três anos e oito meses realizou a Assembleia Geral das Nações Unidas a sua primeira reunião em Londres, ainda sob o impacto do espírito de São Francisco, visando a armar o arcabouço estrutural cujo esboço fora lá delineado. Viviam todos em ansiosa expectativa de alcançar o objetivo que havia sido então traçado. Não poderia a Organização, desde o início, ter sido plenamente capaz de fazer o que dela se esperava quando confrontada com os problemas resultantes da guerra – problemas que os vencedores infelizmente foram incapazes de resolver?

Além disso, a formação da Organização das Nações Unidas ocorreu no ápice de uma das periódicas crises mundiais, e foi exatamente durante tais períodos que os Governos e povos evoluíram e adaptaram-se às circunstâncias, enquanto o idealismo declinava. Uma das causas da falta de um perfeito ajuste no âmago da Organização reside exatamente nessa evolução de atitudes e no comportamento internacional desde a Conferência de São Francisco. Conquanto seja admitido que a política internacional não deveria ser submetida a mudanças violentas, não é menos verdadeiro ser extremamente difícil manter o equilíbrio numa estrutura cujas fundações tenham sido assentadas sob os auspícios de um grupo de países que, desde o principio do trabalho, perdeu a capacidade de compreensão mútua e começou a trilhar caminhos antagônicos no campo da segurança coletiva. O penoso mandato-obrigação de executar o Tratado de Versailles foi uma das principais causas da queda da Liga das Nações.

O que está errado, portanto, não é a Organização das Nações Unidas, mas o mundo em si. Uma prova disso está no fato de que, enquanto o Conselho de Segurança conduz suas intermináveis rodadas de reuniões, a Corte Internacional de Justiça fez muito pouco, não por falha de seus membros, mas porque nenhuma causa lhe foi apresentada, uma vez que as pessoas aparentemente não mais acreditam no domínio do espírito sobre a força. As nações estão, de fato, temerosas do uso da força em si, conforme se evidenciou quando o Conselho de Segurança mostrou-se incapaz de exercer suas altas funções na preservação da paz. O mundo pode de fato lamentar os conflitos no seio do Conselho de Segurança, assim como a falta de apelações junto à Corte Internacional de Justiça.

Uma tentativa no sentido de encobrir deficiências comuns, não apenas no sistema, mas decorrentes de circunstâncias pouco auspiciosas, foi a de colocar ênfase indevida em atividades que podem ser explicadas, porém nem sempre justificadas. O objetivo, aparentemente, é solucionar problemas concretos, frequentemente de natureza material, enquanto se perde de vista os fundamentais; curar o corpo esquecendo-se da alma. O corpo da Organização cresce a uma velocidade alarmante, com um

desenvolvimento descontrolado de órgãos e funções. Praticamente todo problema internacional que surge é entregue diretamente à Organização das Nações Unidas, ou a uma de suas agências, sem qualquer tentativa de se descobrir antecipadamente se a Organização está ou não equipada para enfrentar a questão ou solucioná-la. O resultado disso é a criação quase que automática de instituições e comissões para solucionar problemas diariamente submetidos à Organização como novos. O problema não é resolvido, mas um aparato internacional para estudá-lo é imediatamente criado, o que apenas o torna mais complicado e de solução mais difícil.

O número de reuniões realizadas em consequência da crescente tendência de se estabelecer nova engrenagem internacional é inacreditável: durante os anos de 1947, 1948 e 1949, os diversos organismos das Nações Unidas realizaram respectivamente 3.504, 4.092 e 3.683 reuniões, sendo que 3.850 já estão planejadas para o próximo ano.

O Brasil considera tal procedimento não apenas mal orientado, mas, sobretudo, nocivo à imagem das Nações Unidas. Eu não estou aqui para acusar, menos ainda para denunciar o que deveria ser de conhecimento de todos. No entanto, constato que alguns membros podem estar alheios às circunstâncias, já que nem todos podem comparecer às inúmeras reuniões, enquanto que os que a elas comparecem frequentemente deixam de ser adequadamente representados.

O propósito de todos os membros – pois em São Francisco e em Londres o pensamento de todos esteve centrado nas Nações Unidas do futuro – foi o de reunir as diversas instituições internacionais sob a égide do que poderia ser chamado de o Novo Superestado, não para complicar, mas para simplificar a vida internacional. Os resultados nesse sentido podem talvez demonstrar que o procedimento foi errático. É melhor admitir tal fato e tentar remediar a situação.

Por outro lado, é preciso reconhecer que muitos dos esforços feitos não foram em vão. No campo econômico, por exemplo, a organização de amplo programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico – cujo modelo baseado na bem intencionada proposta do Presidente Truman – constitui tarefa importante e construtiva. Somente com a organização de planos para assistência técnica em larga escala é que o Conselho Econômico e Social atingirá a maioridade.

No campo do progresso social, importantes empreendimentos podem ser registrados. É gratificante lembrar a Resolução 217 (III) da Assembleia Geral, adotada em 10 de dezembro de 1948, proclamando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguida pela Convenção sobre Direitos Humanos e medidas de implementação, e pela codificação do Direito Internacional.

A Convenção sobre Prevenção e Penalidade do Crime de Genocídio, aprovada pela Assembleia em sua Resolução 260 (III), em 9 de dezembro de 1948, representa igualmente um passo em direção à maturidade da consciência jurídica e ao acordo sobre a questão internacional da responsabilidade penal.

Conquanto ainda não tenha tido qualquer participação direta nas atividades do Conselho de Tutela, a delegação do Brasil as segue com muita atenção e interesse. O advento de povos coloniais à independência constitui, sem dúvida, revolução política da maior importância. É de esperar que esse processo transcorra de maneira acelerada e seja facilitado pelas atividades do Conselho de Tutela, sobre o qual pesa imensa responsabilidade em sua função de representar a consciência internacional de povos ainda privados de expressão política autônoma. Não deixa de ser com alguma preocupação, contudo, que o governo brasileiro constata certa tendência da parte de potências metropolitanas administradoras de territórios não autônomos de utilizarem uniões administrativas, quer com o propósito de reduzirem a área de supervisão internacional, ou ainda – o que é mais alarmante –, como estágio preparatório para absorção política. Felizmente, é dever do Conselho de Tutela manter-se alerta sobre o problema e coibir tais tendências.

A organização administrativa das Nações Unidas, conquanto prejudicada pela falta de melhor distribuição geográfica na composição do Secretariado, já se faz notar pela qualidade superior de seus serviços e pela regularidade com que suas crescentes e difíceis tarefas vêm sendo desempenhadas. A conclusão, em 1950, da construção da nova sede deverá liberar a Organização dos inconvenientes e da perda de tempo a que está sujeita para a realização de reuniões fora de Nova York, com consequente redução em termos de eficiência e pesados gastos orçamentários.

Ao concluir, expresso a minha sincera esperança de que na presente Sessão se faça rápido progresso e que a inspiração de instinto político e de grandeza de espírito possa contribuir para solucionar alguns dos problemas que estão causando tantos dissabores, particularmente, os das antigas colônias italianas cujo destino depende da sabedoria e do espírito de justiça das decisões a serem deliberadas pelas Nações Unidas.

Reafirmo a confiança do Brasil nas Nações Unidas, e acrescento que a delegação brasileira apenas assinalou algumas das deficiências da Organização, porque o desejo do Brasil é o de vê-las corrigidas para a melhoria da vida internacional e o bem-estar da raça humana.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1949.

1950

1950

A Guerra Fria fica institucionalizada com a aprovação dada pelo Presidente Truman ao memorando do Conselho de Segurança Nacional dos EUA conhecido como "NSC 68". Ao estabelecer seus objetivos e programas em matéria de segurança nacional, o Governo norte-americano descarta a possibilidade de convivência pacífica com a URSS, à qual atribui intenção de dominar o mundo pelos métodos da Guerra Fria. A importância singular desse documento para o curso das relações internacionais deriva dessa percepção antagônica e da atribuição à URSS do objetivo de destruir não apenas os EUA, mas toda a civilização. Para enfrentar uma ameaça definida tão peremptoriamente, os EUA sentiam-se compelidos a mobilizar, arregimentar e organizar os recursos do mundo inteiro. Uma derrota das instituições democráticas em qualquer lugar do mundo, estabelecia a doutrina presidencial, passa a ser vista como uma derrota em todos os lugares do mundo. Estavam criadas as condições políticas e os fundamentos institucionais para a globalização da ação externa dos EUA.

Com a invasão da Coreia do Sul, em junho de 1950, pelas tropas do Norte, as circunstâncias internacionais não tardam a testar a política norte-americana. Era preciso responder ao que se percebia como uma deliberada agressão de inspiração soviética. A intervenção na península coreana assinala nova etapa na confrontação com a URSS, ao revelar a determinação dos EUA de empregar poderio militar em regiões distantes de suas fronteiras territoriais e europeias.

Nesse contexto antagônico, a diplomacia dos EUA revelar-se-ia capaz de arregimentar as Nações Unidas em defesa de seus postulados de segurança. Manobra parlamentar facilitada pela ausência fortuita da URSS do Conselho de Segurança permite aos EUA, mediante a Resolução *Uniting for Peace,* legitimar a intervenção na Coreia através da Assembleia Geral, foro em que graças ao alinhamento da Europa Ocidental e da América Latina, detinha maioria de votos.

As consequências do conflito coreano não deixaram de se fazer sentir na política externa do Brasil. Resistiria o Governo às pressões para enviar tropas à península, mas, em contrapartida, sentir-se-ia compelido a tomar parte ativa na confrontação parlamentar em Flushing Meadows.

Novamente incumbido de pronunciar o discurso do Brasil no Debate Geral, o Embaixador Cyro de Freitas-Valle utiliza na Quinta Assembleia Geral retórica francamente antissoviética. Faz um discurso de tomada de posição. Enquanto a URSS é nominalmente citada como tendo despertado a condenação do mundo todo por sua atitude, os EUA são elogiados por sua determinação de assumir ônus da luta na Coreia. As referências ao tema dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por sua vez, enquadram-se na mesma perspectiva antissoviética.

Sem prejuízo do alinhamento expresso nas formulações combativas do discurso, Freitas-Valle não deixa, por outra parte, de ceder ao gosto pela retórica da utopia. Qualifica a paz como uma questão de honestidade e compara a reconciliação de divergências entre os membros da ONU com a fusão harmoniosa de notas diversas e imutáveis em uma melodia. E propõe uma mudança completa na mentalidade prevalecente no Conselho de Segurança.

Pronunciado às vésperas da eleição que conduziria Getúlio Vargas à presidência constitucional do Brasil, com base numa plataforma nacionalista, o discurso de Freitas-Valle enfatiza particularmente o tema do desenvolvimento. Atribui os problemas da ONU ao subdesenvolvimento de grande parte dos Estados-Membros e reclama medidas mais abrangentes e positivas para assegurar o que, naqueles tempos iniciais de multilateralismo, era qualificado de "assistência econômica e financeira" ou "assistência mútua".

V Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1950

Embaixador Cyro de Freitas-Valle[7]

Por ser o primeiro representante a ter a honra de falar à Quinta Sessão da Assembleia Geral, peço que se faça um tributo à memória de um dos fundadores das Nações Unidas, o Marechal Jan Christian Smuts, que faleceu na semana passada. Ao fazê-lo, tenho certeza que traduzo os pensamentos de todos nós. O Marechal Smuts foi um bravo soldado e foi justamente por ter lutado em muitas guerras que ele se tornou um dos líderes mais entusiastas do movimento pela paz mundial.

A Assembleia Geral das Nações Unidas não é um palco. No entanto, ao nos reunirmos aqui, os olhos do mundo se voltam para nós como se estivéssemos em um palco; e isso se deve ao fato de todos acreditarmos que esta Organização tem a capacidade de ajudar o mundo a viver. Ainda é a esperança da paz que nos une, como personagens em um drama, ao grande público atento.

Tal esperança vem para tomar o lugar que pertencia, e deveria ainda pertencer, à confiança. Havia confiança em São Francisco quando, ao pronunciar o voto do Brasil sobre a regra do veto, foi-me possível dizer:

> Um passo tão construtivo é tomado como uma demonstração da nossa crença na boa-fé com a qual as quatro Potências patrocinadoras buscam o exercício

[7] **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1969.

> do direito de veto como uma necessidade imprescindível para a manutenção da paz e como uma demonstração da nossa confiança que elas farão uso prudente do referido direito.

Nenhum de nós, hoje, reiteraria essas palavras, pois a verdade é – e todos a sabemos – que houve abuso do direito do veto.

Se, só para demonstrar, quiséssemos substanciar essa asserção pela exposição de um simples fato, não precisaríamos fazer mais do que perguntar por que a nobre nação italiana ainda não obteve a permissão para sentar-se entre nós, de acordo com o que foi solenemente estipulado na Conferência de Paris. Não é verdade que foi dada a garantia à nova Itália de que ela viria trabalhar conosco, em condições iguais, uma vez que o acordo de paz que assinou com seus antigos inimigos fosse ratificado? Não vimos, e não estamos vendo ainda, como uma consequência do veto, decisões fundamentais que afetam a Itália sendo tomadas sem que haja uma plena participação da mesma?

Por outro lado, como foi dito deste mesmo púlpito um ano atrás, quem quer que faça mau uso intencional deste foro demonstra assim uma crença implícita no mesmo. É evidente que a União Soviética não estaria suscitando a crescente condenação por parte do mundo todo a respeito de sua atitude negativa, se ela não estivesse inspirada em alguma meta construtiva. Que a União Soviética possa, um dia, decidir expor os motivos por trás dessa atitude inexplicada, limpando assim o caminho para um entendimento com aqueles que depositaram confiança em sua lealdade quando a mesma se uniu a nós no trabalho pela paz. Não está expresso no Artigo Primeiro de nossa Carta que um dos propósitos da Organização das Nações Unidas é ser "um centro para harmonizar as ações das Nações"? Um homem tem motivos para suspeitar que está errado quando ele tem certeza que está certo em um momento no qual todos os outros pensam de maneira diferente.

Os eventos na Coreia do Sul, suscitados pela agressão lançada pelo norte, motivou ação imediata e efetiva por parte do Conselho de Segurança. No entanto, esses eventos também demonstraram – e parece não haver mais nenhuma dúvida a esse respeito – que é necessário equipar melhor a nossa Organização, tendo sempre em vista o estabelecimento de uma força internacional e a criação de um sistema para a mobilização imediata de todos os recursos comuns. Os Estados-Membros não deixaram de demonstrar solidariedade para com as Nações Unidas. Porém, quase todo o fardo da luta recaiu sobre uma Nação, cuja ação em defesa da democracia exige o respeito de todo homem livre. Alguns se somam a ela

nesse esforço. Muitos outros ainda não foram capazes de transformar suas boas intenções em verdadeira ajuda material.

Essa deficiência por parte de muitos – uma deficiência que não é culpa dos mesmos – provém em parte do subdesenvolvimento econômico. A ideia generosa de ajudar essas Nações a ajudarem a si mesmas para que, para o bem de todos, elas possam produzir e consumir mais, nunca poderá ser considerada por demais ambiciosa. Esse problema é de tal magnitude que medidas mais compreensivas e positivas ainda se fazem necessárias.

Além disso, nunca será demais enfatizar que, devido à falta de um programa adequado para assistência econômica e financeira, muitos Estados-Membros ainda não estão em posição de render às Nações Unidas toda a cooperação que gostariam. O problema que confronta esses Estados é a simples questão de desenvolver suas forças físicas para que as possam oferecer para a defesa da Organização.

A assistência mútua entre os Estados-Membros é a peça chave da nossa grande aliança. Na introdução do excelente relatório no qual demonstra o quanto foi atingido pelas Nações Unidas durante o seu mandato, o Senhor Trygve Lie dirige nossa atenção ao Artigo 103 da Carta, que corretamente determina que as obrigações assumidas pelos Estados-Membros na Carta prevalecerão sobre quaisquer outras obrigações internacionais.

Por outro lado, *horresco referens,* ainda não concebemos um instrumento prático para compelir os Estados a respeitar ou restaurar, quando violados de alguma forma, os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião. No entanto, tão dominante era o desejo em São Francisco de assegurar definitivamente tais direitos que a promessa está enunciada seis vezes na Carta. E aqueles que, como o meu caro amigo, Sir Gladwyn Jebb, foram membros da Comissão de Coordenação em São Francisco, recordar-se-ão que a mesma promessa aparecia o dobro das vezes nos esboços votados pelas doze comissões.

É impossível continuar sem fazer referência aos procedimentos do Conselho de Segurança. Quando normalmente executadas, suas atividades são uma indicação de que tudo o mais na Organização está funcionando normalmente. Se, pelo contrário, essa fonte principal fica obstruída, todo o resto – até as agências especializadas – estará em vias de ter problemas. O menor desses predicamentos – ainda que sério – é uma resultante atmosfera de desconfiança, e por vezes acrimônia, entre pessoas que deveriam trabalhar com uma mente sempre aberta à cooperação ilimitada.

Já foi sugerido que a maneira de lidar com a situação seria aumentar as funções e reforçar os poderes da Assembleia Geral, em detrimento do Conselho de Segurança. Mas o Conselho é um órgão primeiramente

responsável pela manutenção da paz, e seria impossível encurtar seus poderes sem incorrer em risco. O que é verdadeiramente indispensável é chegar a uma mudança completa na mentalidade que tem prevalecido no Conselho de Segurança. Devemos pensar no que o Conselho deve e pode fazer e não nos concentrarmos simplesmente nos aspectos técnicos de suas regras de procedimento, que são destinadas a garantir a busca honesta da verdade mas que têm, mesmo assim, sido usadas para bloquear o funcionamento das Nações Unidas. Os homens que participam do Conselho e os governos que eles representam devem provar-se à altura de suas missões e, assim, restaurar a confiança universal no Conselho de Segurança. O mundo precisa dessa confiança.

Essa crítica severa, mas construtiva, não se aplica à Assembleia Geral ou à sua Comissão Interina, comumente conhecida como a "Pequena Assembleia", que o Brasil teve a honra de presidir este ano. No entanto, mesmo nesses órgãos, os procedimentos são frequentemente inadequados e incompletos, e isso pode estar fundamentado na atmosfera à qual nos referimos.

O governo brasileiro aguarda com enorme interesse o relatório sobre as medidas a serem tomadas para evitar a proliferação de nossas agências e reuniões, cujo número, como foi verificado durante a Quarta Sessão, tem crescido em ritmo alarmante.

Esta Quinta Sessão da Assembleia Geral, proclamada pelo presidente da Quarta Sessão, General Romulo, como a mais histórica de todas, está, nas palavras de um dos meus colegas, impregnada de destino. Sejamos todos merecedores desta oportunidade, que nos apresenta um dilema: ou continuamos nos arrastando, destruindo assim a esperança ainda depositada nas Nações Unidas, ou então, com nossos olhos voltados para o Criador e nossos corações elevados no esforço resoluto de poupar a humanidade da devastação de uma nova guerra, voltamos a um nível que nunca deveríamos ter abandonado.

A paz é uma questão de honestidade. O que foi dito há vinte anos ainda é verdade atualmente, mais do que nunca. Sejamos honestos uns com os outros. Sejamos, cada um de nós, honestos com os seus compatriotas que, sem exceção, detestam a guerra e a violência. Sejamos honestos com os homens e mulheres das gerações vindouras, cuja única herança deixada por nós serão problemas complicados, quando é o nosso claro dever, em reconhecimento à luta pela democracia em que seus pais tanto se empenharam, pavimentar seu caminho para um destino de felicidade.

Todos falamos sinceramente, aqui, de paz e desarmamento, direitos humanos e educação, segurança e liberdade. Mas prendemo-nos – e por que

não admiti-lo? – a pontos de vista rígidos, e é por isso que não alcançamos o entendimento que é a própria razão da nossa associação. Notas musicais são também diversas e imutáveis, mas de sua fusão harmoniosa surgem as mais inspiradas melodias. Por que não, corajosamente, buscar reduzir nossas diferenças e reconciliar nossas opiniões divergentes?

A Quinta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas se confronta com uma escolha muito dramática: a luz ou a escuridão.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1950.

1951

1951

Ao assumir o seu mandato constitucional, o Presidente Getúlio Vargas encontra o Brasil sensivelmente transformado. O incipiente processo de industrialização e urbanização tornara mais complexas e diversificadas as relações de forças internas. As questões ligadas ao desenvolvimento principiariam a assumir preponderância na agenda social e política. Coerente com as suas plataformas, Vargas incorpora o ideário do nacionalismo econômico. Suas políticas são percebidas como estatizantes e hostis ao capital estrangeiro. O debate em torno da criação da PETROBRAS divide o país. O apoio prestado pelo Partido Comunista à política nacionalista gera inquietação nas Forças Armadas. Estas continuavam a identificar na aliança com os EUA a garantia de segurança interna e externa do país. No ano de 1951 os EUA dão início à formação de sua rede de acordos militares no Hemisfério. Iniciam-se as negociações que culminariam, em 1952, na assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA.

Na esfera internacional, o ano foi relativamente tranquilo. Churchill regressa ao poder em Londres. A Europa dá um passo decisivo em direção à integração, ao se constituir a Comunidade do Carvão e do Aço. Preocupados com a segurança do Pacífico, os EUA se comprometem com a recuperação do Japão. Em diversas áreas, produzem-se acontecimentos que, mais adiante, evoluiriam num contexto de confrontação ideológica: o Irã de Mossadegh nacionaliza o petróleo e a China impõe a sua preeminência sobre o Tibete.

O discurso do Brasil na Sexta Assembleia Geral, pronunciado pelo Embaixador Mário de Pimentel Brandão mantém-se predominantemente no plano das formulações genéricas. O incerto panorama interno não ensejava definições muito ousadas no plano externo. Não faltam, porém, palavras de aplauso às intervenções da ONU na Coreia e na Grécia. A retórica revela-se grandiloquente, reflexo indireto, talvez, da falta de participação do país no encaminhamento das grandes questões que ameaçavam a estabilidade internacional. A circunstância de que a Assembleia se realizava em Paris motiva o representante brasileiro a proferir louvações à capital francesa e a renovar a lealdade do Brasil, numa expressiva sequência de associações, ao Cristianismo, ao império do Direito e à cultura do Mediterrâneo. O Embaixador Pimentel Brandão faz neste discurso uma sugestiva profissão de fé no "mundo latino" e lamenta, em alusão à Espanha e à Itália, a ausência de certas grandes nações latinas até então excluídas da ONU.

Pela primeira vez nos discursos pronunciados pelos Chefes de Delegação do Brasil na Assembleia Geral ficam evidentes as ambivalências da posição brasileira em matéria de descolonização. O Embaixador Pimentel Brandão, por um lado, afirma a simpatia do Brasil diante das legítimas aspirações nacionais dos povos e recorda passagem da mensagem ao Congresso em que o Presidente Vargas qualificara o colonialismo como intolerável na vida internacional. Mas, por outro lado, expressa dúvidas quanto à implementação prática do processo, pedindo prudência e tranquilidade aos países que buscavam sua independência para não afetar as estruturas de segurança internacional. A ambivalência do discurso brasileiro em matéria de descolonização era fruto de um processo de formulação de política orientado fundamentalmente pela confrontação ideológica. Pouco pesavam os interesses históricos, culturais e estratégicos diferenciados que o país tinha no espaço atlântico ocidental.

VI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1951

Embaixador Mário de Pimentel Brandão[8]

Deste púlpito em que eu tenho hoje a honra de ser o primeiro a subir, saúdo Paris em todo o seu esplendor. *Fluctuat nec mergitur:* Igualmente, nossa fé e confiança na paz, na liberdade e no direito nunca soçobrarão.

Como o poeta antigo, imbuído de admiração e gratidão, exclamo: "Oh luz divina, olhos áureos do dia!". E no brilho do sagrado fulgor que saudou o nascimento de Lutécia há dois mil anos, ofereço à França, que nos acolhe com todo o seu charme imponente e incomparável, um tributo de solene e cordial homenagem. Em nome de todos os povos cujos idiomas ressoam, mesmo longinquamente, a língua do Lácio, eu renovo o juramento de eterna lealdade ao Cristianismo, ao império da lei e à cultura do Mar Mediterrâneo.

A tradição da filosofia do direito e dos princípios básicos que emanam daquela grande fonte original foi proclamada e adotada pelos povos, que lhe conferiram a forma da Carta das Nações Unidas de São Francisco. É nela que encontraremos permanente fonte de inspiração para nossos trabalhos durante a Sexta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, trabalhos estes envolvendo temas da maior importância para a paz e segurança internacionais.

Percebe-se claramente o relevo da Sexta Assembleia devido à diversidade de tópicos que nela serão abordados. Não importando o

[8] **Mário de Pimentel Brandão**, nascido no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1889. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Adido à Secretaria, em 1912. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 6/11/52 a 22/11/52 e de 19/6/53 a 1/7/53. † Rio de Janeiro, em 1956.

assunto em debate, quer se trate do problema vital da preservação da paz e segurança mundiais, ou de pormenores sobre cooperação econômica e técnica entre Estados-Membros, a Assembleia emerge novamente como organismo quintessencial das Nações Unidas. Encerrando as mais variadas correntes de pensamento, analisando e discutindo a gama total de problemas da sociedade internacional, ela assume o caráter de um fórum internacional em que todos os membros da Organização são representados em igualdade de direitos.

A existência de um Conselho de Segurança, órgão especificamente encarregado de lidar com os temas relacionados aos fins últimos das Nações Unidas, de modo algum detrai a suprema autoridade da Assembleia. É a Assembleia, em razão de sua estrutura, a responsável pelo efetivo trabalho na Organização e pela realização de seus escopos. E os vários obstáculos com os quais o Conselho tem se deparado ao tentar atingir integralmente seus altos objetivos justificam a adoção pela Assembleia, em sua última Sessão, da Resolução 377, a qual procura assegurar que as grandes potências trabalharão em conjunto dentro de um espírito de entendimento mútuo; e que qualquer deficiência que possa resultar de fracasso por parte do Conselho seja sanada.

Com relação a isto, permitam-me recordar que a Quarta Reunião de Consulta a Ministros de Relações Exteriores realizada em Washington no início deste ano foi totalmente ao encontro do espírito de tal Resolução, intitulada *Uniting for Peace,* ao recomendar que todos os membros da Organização de Estados Americanos devessem adaptar seus recursos e seus sistemas defensivos às atuais exigências da segurança internacional, sem, contudo, prejudicar os interesses legítimos de suas defesas internas.

Tem-se nisto um exemplo concreto de participação efetiva por parte de um organismo regional no empenho das Nações Unidas de completar sua tarefa pela paz internacional. É desnecessário que eu me detenha sobre a importância da atividade de tais organismos no âmbito do sistema instituído pela Carta. O valor das organizações regionais como agentes da propagação das Nações Unidas e do desenvolvimento e aplicação de seus princípios cresce constantemente. Os benefícios delas obtidos são inegáveis uma vez que se reconheça que, quer por sua existência, quer por suas atividades, jamais detrairão a universalidade sobre a qual recai a esperança de vitória final para as Nações Unidas.

De modo a que enfrente a presente crise nas relações internacionais e obtenha sucesso, nossa Organização deve-se esforçar com renovado vigor para que sua esfera de atuação seja alargada e seu domínio territorial seja acrescido de todas as nações que desejam fielmente colaborar para

esta nobre tarefa. É lamentável que nós ainda não possamos ouvir neste recinto a voz de certas nações, particularmente a de grandes povos latinos, cuja assistência poderia ser deveras valiosa, não só para as Nações Unidas como também para o grande contingente humano residente dentro dos limites de suas fronteiras.

O Brasil recentemente participou do primeiro Congresso da União Latina. Trata-se de um movimento pelo reforço progressivo do trabalho pacífico e construtivo das Nações Unidas de interligação de vinte e seis países, americanos e europeus, que tenham origem latina. O movimento, cujo primeiro Congresso foi realizado no Rio de Janeiro, obteve conclusões que representam a reafirmação de princípios básicos da civilização ocidental.

Tendo em vista sua competência e composição, a universalidade é a condição vital para o sucesso das Nações Unidas. Lucraremos muito pouco com a contínua proliferação de agências especializadas e comitês *ad hoc* a não ser que nossos trabalhos sejam dirigidos dentro de um espírito de lealdade, de cooperação sem reservas da parte de todos os povos do mundo. Como afirmou com muita propriedade o Senhor Trygve Lie, Secretário-Geral das Nações Unidas, nem paredes nem cortinas impedirão que povos pertençam às Nações Unidas ou que as Nações Unidas pertençam aos povos.

Atualmente, é quase um truísmo afirmar que as dificuldades colossais com as quais estão lidando determinadas comunidades têm caráter político e não técnico. Para a delegação brasileira, é triste pensar que o intelecto humano, que tem se aplicado com tanto sucesso no desembaraçar dos mais árduos mistérios da ciência, encontra-se frequentemente perplexo e frustrado quanto à obtenção de resultados práticos, devido à falta de entendimento entre certos governos, estimulada por fanatismo ideológico ou atitude de equivocada firmeza. A crescente interdependência, de fato a virtual coincidência, das políticas estatais interna e externa tem obtido o resultado verdadeiramente paradoxal de ser ameaça à causa da paz mundial. Uma época que se considera iluminada depara-se com a terrível realidade de multidões escravizadas em sombria servidão moral e espiritual, um terreno fértil para a propagação de doutrinas tanto antidemocráticas quanto contrárias aos interesses da paz.

Os problemas emergentes das reivindicações nacionalistas de certos grupos são delicados e de difícil resolução. Enquanto o Brasil, conforme suas tradições políticas, simpatiza profundamente com as legítimas aspirações nacionalistas dos povos, não deixa de ter sempre estado na vanguarda dos que advogam soluções pacíficas e conciliatórias para todos

os conflitos da vida internacional. O Presidente Vargas, em sua mensagem ao Congresso Brasileiro este ano, declarou que todo colonialismo deve ser visto como sobrevivência indesejável na vida internacional de hoje. Na atual conjuntura, é de importância premente que povos aspirantes de liberdade total se empenhem em agir com a prudência e a calma exigidas pela necessidade de salvaguardar a estrutura de segurança construída tão lenta e dolorosamente e que oferece a melhor garantia para a realização de seus anseios.

É, portanto, vital procurar-se acordos compensatórios mediante negociação amistosa. Trazer diante da Organização das Nações Unidas uma disputa sem antes serem exauridos todos os outros meios de solução pacífica é contrariar o sentido da Carta e trazer-lhe dano considerável. Em um momento em que são submetidas às Nações Unidas questões que pesam sobre o mundo, não é demais reafirmar a necessidade vital de confiança mútua e de fé em nossa Organização, em seus objetivos e aspirações.

Faz-se mister que as resoluções e recomendações, tanto da Assembleia Geral quanto do Conselho de Segurança, sejam respeitadas por todos os Estados-Membros e que as decisões da Corte Internacional de Justiça sejam mantidas por todos os governos. O Brasil sente-se particularmente bem qualificado a apoiar tais projetos já que o espírito de conciliação e paz, tantas vezes confirmado por seu desenvolvimento histórico e por sua conduta no âmbito da comunidade das nações, faz parte da sua tradição legal e do temperamento de seu povo. Pois o verdadeiro espírito democrático fundamenta-se sobre uma justa harmonia entre interesses coletivos e individuais.

Defendendo, sob a autoridade da Carta, soluções pacíficas para os problemas que ameaçam o mundo, a delegação brasileira não tem a menor intenção de restringir a liberdade, afastar os direitos, ou ignorar as aspirações de alguns povos em favor de outros, sejam eles grandes ou pequenos. Procura apenas estabelecer uma balança equitativa de interesses ao dar a medida de satisfação para cada grupo e ao garantir a todos as condições mínimas de vida que lhes permitirão exercer os direitos assim adquiridos.

Olhando em retrospecto o trabalho empreendido pela Organização das Nações Unidas desde a sua criação, sinto que podemos afirmar que já rendeu muitos resultados positivos. Como exemplo destes resultados, é com grande satisfação que a delegação brasileira, por ocasião da abertura da Sexta Sessão da Assembleia Geral, aponta para a feliz intervenção das Nações Unidas na Grécia e na Coreia.

Aqueles que são céticos quanto à atividade da Organização até o presente momento tendem a um tratamento simplista das questões e a uma análise indevidamente superficial dos princípios sobre os quais se baseiam as Nações Unidas. É realmente encorajador recapitular tudo o que tem sido planejado e atingido durante estes seis anos de trabalho. Estabelecemos normas e técnicas para o avanço econômico e social do homem como ser predominantemente político. Reafirmamos os direitos fundamentais do homem enunciados na convenção preliminar que iremos discutir e que consiste em uma das mais ambiciosas tentativas de ação criativa legal e social já empreendida por uma organização internacional. A Organização das Nações Unidas é uma instituição criada pelo homem para o homem e tal aspecto fundamental exprime de uma só vez toda a sua força e toda a sua fraqueza. Suas vicissitudes, seus recuos e suas hesitações são as vicissitudes, recuos e hesitações do homem moderno, perplexo ante uma enorme quantidade de problemas, cansado de guerra e, no entanto esperançoso como nunca na paz, não obstante os aspectos mais sombrios da existência contemporânea. A fidelidade com a qual as Nações Unidas têm refletido e interpretado a situação na qual se encontra o homem é, sobretudo, prova eloquente de que é um instrumento vital do progresso político-social e do desenvolvimento.

A experiência de ação conjunta na Coreia, sobre bases que teriam sido consideradas altamente improváveis e até impossíveis alguns anos atrás, tem demonstrado até que grau os povos do mundo estão imbuídos com os ideais da "Carta" nos dias de hoje. A percepção do fato de que a paz é indivisível e de que uma agressão contra qualquer Estado consiste não somente em violação da paz mundial como em um ato dirigido contra a comunidade de nações livres levou ao estabelecimento de certos padrões internacionais de conduta e à cristalização de certos princípios que complementarão o sistema de segurança coletiva da Carta na medida em que refletem sistemas políticos e sociais do mundo contemporâneo. É por esta razão que a delegação brasileira está particularmente interessada na análise cuidadosa que faremos do relatório feito pelo Comitê de Medidas Coletivas (A/1891). O trabalho preliminar desempenhado por quatorze delegações que se reuniram durante sete meses na sede da ONU nos fornece fundamentos para uma discussão sobre o reforço dos princípios da segurança coletiva. Conforme já se manifestou o Brasil naquele Comitê, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva não é o fim último das Nações Unidas. Pelo contrário, nós o abordamos como uma contingência surgida da contínua precariedade da paz nas relações internacionais, e como uma admissão da possibilidade de novos atos de agressão.

Os resultados até aqui obtidos são um passo no caminho para a paz, mas não significam que tenhamos atingido os objetivos finais que pusemos a nossa frente. Estamos nos esforçando por tornar a segurança coletiva o mais universal possível. Mas mais avançados estaríamos se nos fosse concedido agora um rápido olhar sobre uma época em que pudéssemos considerar um sistema de segurança internacional genuinamente universal como algo de todo incompatível com um estágio de desenvolvimento político em que os princípios que formulamos hoje seriam vistos como concepções inadequadas e obsoletas de homens ainda obcecados pelo temor da agressão e da guerra.

Vivemos em uma época de profundas mudanças sociais e políticas; nossa tarefa não consiste em nos opormos a elas ou em protelá-las. Nossa Organização, na forma em que a planejamos, recebeu de todas as nações a tarefa de atribuir substância, estrutura e contorno a estas novas aspirações, de criar um vínculo entre as realizações do passado e as promessas do futuro, entre pensamento e ação, entre ideias que nos inspiram e objetivos por nós estabelecidos dentro do espírito da Carta e com consciência de nossas responsabilidades em um estágio especialmente crítico da história da humanidade.

Eu endosso a esperança, expressada por um dos mais proeminentes líderes do pensamento brasileiro e membro de nossa delegação, de que as tempestades da alma possam apoderar-se desta Assembleia.

Muito obrigado.

Paris, em 6 de novembro de 1951.

1952

1952

A partir de 1952, operar-se-ia significativa inflexão nos pronunciamentos brasileiros. O alinhamento com os EUA parecia não haver rendido os frutos esperados. Surgiriam então nos discursos brasileiros na ONU formulações favoráveis à implantação de mecanismos multilaterais mais eficazes para a promoção do desenvolvimento econômico, por oposição ao bilateralismo assistencialista característico do período anterior. Sem abandonar a expectativa da aliança norte-americana, a diplomacia brasileira passaria a qualificá-la.

O panorama externo não sofre alterações fundamentais, a não ser a vitória no Egito do golpe de estado antimonárquico e nacionalista liderado pelo Coronel Gamal Abdel Nasser, que, mais adiante, introduziria elementos críticos na dinâmica do conflito do Oriente Médio.

Refletindo a natureza das preocupações que dominavam o panorama do país, o Chanceler João Neves da Fontoura expressaria na Assembleia de 1952 a importância que a diplomacia brasileira atribuía às divisões econômicas que marcavam o mundo. Sem abandonar totalmente a retórica da confrontação, o discurso brasileiro ensaia na Assembleia de 1952 os primeiros passos da diplomacia econômica que viria a se consolidar no período Kubitschek. O diagnóstico de João Neves era singelo e preciso. Uns poucos Estados haviam industrializado completamente as suas economias. Enquanto isso, o mundo estava-se dividindo entre uma comunidade próspera de países ricos e um vasto proletariado internacional. A minoria, prossegue o Ministro, na lógica de

uma avaliação que teria importantes consequências para a evolução da política externa do Brasil, enriquece, ao passo que a maioria empobrece. Sem dúvida ousadas para um país latino-americano no ano da guerra fria de 1952, estas formulações contêm os elementos de raciocínio que levariam o Brasil gradualmente a se afastar da dinâmica da confrontação ideológica Leste-Oeste para se transformar num dos principais agentes da diplomacia econômica multilateral Norte-Sul.

A mudança de ênfase era justificada pela situação interna. O Brasil experimentava sérias dificuldades econômicas, com a intensificação do processo inflacionário e o aumento do custo de vida. Os planos de redução do déficit na balança de pagamentos e de contenção da inflação não encontravam apoio em Washington. Com a mudança de governo nos EUA, a administração republicana de Eisenhower interrompe as práticas implantadas por Roosevelt e seguidas por Truman, favoráveis a medidas especiais de assistência econômica internacional. De acordo com a ortodoxia republicana, competia à iniciativa privada o papel de agente de cooperação internacional. Aos Governos interessados em investimentos norte-americanos cabia criar, mediante a liberalização e a abertura de suas economias, as condições adequadas.

Prevalecia no Brasil, porém, a visão de que o Estado tinha um papel essencial na promoção do desenvolvimento. Datam de 1952 a lei de restrições à remessa de lucros e à repatriação de capitais, a constituição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a implantação do Instituto Brasileiro do Café (IBC). O diálogo Brasil-EUA passaria a encontrar dificuldades crescentes, às quais não faltaria o estímulo dos setores empresariais internos ligados aos interesses norte-americanos, que adicionaria elementos de crispação ao já conturbado quadro político nacional.

VII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1952

Ministro João Neves da Fontoura[9]

Senhor Presidente,

Antes de expressar a opinião de meu país no debate geral, gostaria de, em nome do Governo do Brasil, homenagear sinceramente o Senhor Trygve Lie, que ontem (392ª Reunião) informou-nos sobre sua intenção de resignar do seu posto como Secretário-Geral das Nações Unidas. Embora eu reconheça as razões e considerações que levaram o Senhor Lie a tomar tal decisão, com a única intenção de facilitar o trabalho das Nações Unidas de obtenção da paz, não posso compartilhar de seu ponto de vista e arrisco-me a expressar a esperança de que sua decisão não seja irrevogável.

A paz continua a *ser* o objetivo básico das Nações Unidas. Certamente que a Organização não foi estabelecida para perpetuar o mundo de 1945, com seus grupos fixos de vitoriosos e vencidos, nem para se arrastar interminavelmente nos ajustes dos ódios, destruição e rivalidades da última guerra. Mais do que nenhuma outra organização política, as Nações Unidas não podem se manter estáticas. Como uma criação do homem, têm que seguir o *curso* dos eventos, tentando sempre descobrir métodos que devem sempre variar, calculados para oferecer melhores condições de vida para a comunidade internacional.

[9] **João Neves da Fontoura**, nascido em Cachoeira, RS, em 16 de novembro de 1887. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Embaixador, por nomeação, em 19/5/43. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/1/46 a 24/7/46 e de 1/2/51 a 19/6/53. † Rio de Janeiro, em 31 de março de 1963.

Esta Assembleia é uma manifestação do reconhecimento irrestrito do princípio de democracia, pois, livre de coerção ou restrição, ela considera problemas de interesse comum – não apenas aqueles envolvendo uma ameaça à paz, mas também aqueles relacionados ao método de manutenção da paz. Isso, acreditamos, pode ser descrito como a técnica da paz. Os representantes dos governos aqui reunidos podem expressar livremente as suas diferenças de opinião, diferenças que são inevitáveis porque o direito à discordância e a liberdade de exercer este direito são as bases primeiras da democracia. Regimes totalitários são baseados na força, intimidação e silêncio; só a democracia é revigorada pelo conflito de ideias. Mesmo quando as circunstâncias da vida contemporânea justificam a interferência do Estado nos negócios econômicos para dirigir a produção, a distribuição da riqueza e o consumo, as diferentes escolas de opinião devem sempre sobreviver, desde que as liberdades civis, políticas e espirituais estejam protegidas. Nós, de nossa parte, consideramos que a controvérsia é não apenas natural, mas necessária e salutar. A unanimidade quase sempre implica a dominação absoluta e desenfreada de uma opinião sobre todas as outras, e o seu efeito sobre esse corpo coletivo seria a frustração por meio da atrofia funcional.

Seria, contudo, uma crítica injusta salientar apenas o aspecto negativo de nossas discordâncias, sem nos referirmos ao valioso trabalho já realizado pelas Nações Unidas; por exemplo, a sua função como um lugar de contato permanente entre todos os Estados, onde grandes e pequenas diferenças são gradualmente contornadas por meio da discussão e onde há um esforço para evitar a perpetuação daqueles mal entendidos que os historiadores corretamente detectam como a origem de todas as guerras. É verdade que os esforços das Nações Unidas nem sempre produziram resultados positivos. Em todos os grandes movimentos históricos, contudo, há sempre um estágio de evolução dialética no correr da qual a síntese prevalece sobre tese e antítese, que os contemporâneos não conseguem temporariamente distinguir.

O Brasil está entre os países que têm grande confiança nas Nações Unidas, nos seus objetivos e seus métodos. Não pode ser negado que por meio das Nações Unidas o mundo tomou-se consciente das consequências políticas da desigualdade econômica entre os povos, e compreendeu que a perspectiva da paz está ligada com a melhoria constante das condições que trazem o bem-estar geral que todos os povos deveriam poder dividir sem sofrer os riscos e atrasos de uma longa evolução. Além disso, as Nações Unidas estão contribuindo decisivamente para a criação de uma consciência internacional sobre os direitos humanos, e elevou

todos os assuntos pertinentes à dignidade e ao respeito humano pelas liberdades individuais à categoria de objetivos internacionais supremos. Somente com tal espírito de internacionalismo, baseado nos princípios da tradição cristã e humanista que é o fundamento primordial da civilização contemporânea, será possível, com o livre consentimento dos Estados, se proceder às mudanças legais necessárias, para que o respeito à soberania encontre o seu complemento natural no reconhecimento dos direitos humanos e nas salvaguardas apropriadas da segurança e da paz.

Contudo, as Nações Unidas não atingirão seu vigor total até que incluam entre seus Membros todas as nações que apoiem genuína e sinceramente seus princípios básicos. Afinal de contas, o propósito das Nações Unidas não é somente manter a paz entre seus Estados-Membros, mas principalmente estabelecer a paz em uma base universal. Por isso todos os Estados que preenchem esses princípios fundamentais deveriam ser imediatamente admitidos como Membros. Esta é a posição de meu Governo. Ele sempre defendeu essa posição, e sente muito que o Conselho de Segurança não seja capaz de recomendar que a Assembleia Geral admita alguns Estados como Membros, muitos dos quais, no correr de suas longas histórias, ajudaram a enriquecer os mais altos valores de nossa civilização. Além de estarem ausentes de nosso meio, alguns desses países encontram-se no momento sujeitos a regimes especiais contrários ao interesse da paz. Refiro-me particularmente à Áustria, cujo povo infeliz foi umas das primeiras vítimas da escravatura nazista. A restauração da total soberania daquele país está sendo retardada e impedida em flagrante desrespeito aos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas. O meu Governo, fiel à tradição de justiça e concórdia do povo brasileiro, clama fortemente a todas as nações, e particularmente àquelas potências diretamente responsáveis, que devolvam àquela nobre nação, situada na encruzilhada espiritual onde o Leste encontra-se com o Oeste, o seu lugar independente no mundo moderno.

Se podemos agora dizer que existe um estado de equilíbrio nas forças militares que assegura a paz, embora precário, esta situação existe sem dúvida devido ao Comitê de Medidas Coletivas e à sua declaração do princípio que, ao tomarem medidas militares para restaurar a paz, as Nações Unidas não estão cometendo um ato de guerra, mas engajando-se em uma operação policial contra o crime em defesa da lei.

Problemas de tal magnitude necessitam de constante vigilância das Nações Unidas, e particularmente da Assembleia Geral, se desejamos evitar que a diversidade destrua o mundo unido que aspiramos construir. Tenho em mente os problemas e as reivindicações de algumas

comunidades que ainda não são soberanas. De acordo com as suas tradições, o povo brasileiro simpatiza verdadeiramente com as legítimas aspirações desses povos, e faz um apelo às partes diretamente envolvidas que reconciliem seus interesses divergentes por meio do reconhecimento dos direitos recíprocos, num espírito de sincera cooperação, excluindo qualquer circunstância e conflito que possam apenas ferir ambos os lados e por em perigo a paz mundial.

Estou convencido, contudo, de que nossos maiores problemas são os econômicos, e que o que precisamos aqui é de uma política dinâmica, capaz de satisfazer as necessidades que surgem em muitos países como o resultado de seu crescimento. É bastante conhecido que os Estados-Membros das chamadas áreas subdesenvolvidas estão sofrendo os efeitos de uma crise que influencia todos os aspectos de sua vida cotidiana. Incapazes de obter o equipamento necessário não apenas para satisfazer o crescimento das necessidades de suas indústrias, mas também para repor os equipamentos gastos com o uso constante, incapazes de renovar as ferramentas essenciais à sua expansão econômica, privados até mesmo de seus clientes tradicionais devido à escassez de moeda para a compra dos bens de consumo produzidos pelos países subdesenvolvidos, estes países confrontam-se com um problema que, complexo em si mesmo, é ainda mais agravado pelo esgotamento progressivo das reservas de moeda que tinham conseguido acumular a custo de um esforço tremendo. É, portanto, uma questão de necessidade imperativa para eles restaurar a sua prosperidade – na verdade, garantir pelo menos um padrão razoável de vida. Esses países encontram-se ao mesmo tempo em meio a uma crise de crescimento e uma crise de empobrecimento. Eis porque aqueles que detêm o poder de guiar a reconstrução da economia e do mercado mundiais devem antes de mais nada classificar e avaliar os problemas econômicos não apenas em termos de prioridades, mas também de urgência.

Infelizmente, existindo poucos Estados que industrializaram completamente as suas economias, o mundo está em meio a um processo de ser dividido em um grupo de Estados ricos e um outro grupo, muito maior, de Estados pobres. Enquanto a minoria acumula riquezas, a maioria empobrece. Os Estados da segunda categoria estão em posição de "*coloni*"; ou, para aplicar internacionalmente uma classificação usada em negócios nacionais, podemos dizer que hoje temos um pequeno número de comunidades prósperas *vis-à-vis* um vasto proletariado internacional. Os Estados das chamadas áreas subdesenvolvidas estão procurando emergir do estágio de economia primitiva baseada na agricultura e na criação de gado. Estão procurando desesperadamente se beneficiar dos recursos da técnica moderna, e estão se

esforçando por lucrar com a experiência das nações que estão mais avançadas no caminho do progresso industrial. As Nações Unidas têm também que devotar mais atenção ao problema resultante do fato de que todos os bens e todos os recursos estão concentrados nas mãos de certos Estados, enquanto outros Estados, por falta de meios e oportunidades, estão a caminho de uma terrível pobreza, porque eles não possuem o capital e o equipamento técnico adequado para explorar os seus recursos agrícolas e minerais.

Se as Nações Unidas visam estabelecer os princípios da dignidade da pessoa humana como parte integral da ordem legal internacional, têm que tirar vantagem do poder do homem como criador de trabalho e de riqueza. No interesse da solidariedade internacional, planos para aumentar os padrões de vida nas áreas subdesenvolvidas, que constituem a maior parte do mundo, têm que ser levados a efeito sem demora. Chegou a hora de considerar cuidadosamente este problema muito sério, com a intenção definida e não ambígua de entendê-lo e solucioná-lo. Passos imediatos têm que ser dados para se traçar um amplo programa de ação que beneficie os países subdesenvolvidos e aqueles que ainda não chegaram nem a um nível econômico que assegure a mera subsistência. A menos que se aja logo, esses países continuarão não somente a não ter os meios com que resistir às repercussões domésticas das crises econômicas em outros países, como também não terão a oportunidade de acumular as reservas de bens, trabalho e moeda estrangeira necessárias para assegurar uma prosperidade contínua.

Esta é a ampla política, vasta no seu campo de ação, ilimitada na sua visão e continuidade, que todo o tipo de consideração requer das Nações Unidas. Em uma análise final, apenas tal política poderá injetar nova força nas instituições democráticas em todo o mundo, contra-atacar o ressentimento dos Estados cujo progresso tem sido retardado e colocar as próprias Nações Unidas em bases firmes.

É claro que esta tarefa é um desafio para as forças construtivas do mundo. Seria vão tentar fechar nossos olhos para os problemas dramáticos de hoje em dia; é melhor colocá-los às claras e corajosamente procurar soluções para eles. O reconhecimento da existência de tais problemas é um passo inicial para solucioná-los; não se deixar intimidar por eles já é em si um grau de progresso. Durante os últimos sete anos, o mundo que existia no dia seguinte à guerra já foi deixado para trás. Outras mudanças advirão com o correr dos eventos. Nossas chances, contudo, de guiar essas mudanças pelos caminhos da ordem mundial, paz e prosperidade dependem não apenas da vontade do homem, mas também da bondade de Deus.

Nova York, em 14 de outubro de 1952.

1953

1953

Ao deixar à URSS a iniciativa das decisões fundamentais quanto aos elementos tempo, local e método das ações, a doutrina do *containment,* tomada ao pé da letra, deixara os EUA em papel até certo ponto passivo. Em consequência, Eisenhower e Dulles introduzem o conceito da "retaliação maciça", segundo o qual a reação norte-americana a qualquer evento produzido pela URSS ou a ela favorável perderia a característica da proporcionalidade. Os EUA, que haviam explodido a primeira bomba de hidrogênio no ano anterior e cuja opinião pública havia-se mobilizado em tomo do perigo da infiltração comunista com o processo e a execução do casal Rosenberg, reservavam-se doravante a opção de reagir aos eventos favoráveis à URSS no grande tabuleiro mundial em lugares de sua própria escolha e empregando os meios julgados adequados, não necessariamente proporcionais aos utilizados na ação original.

Paralelamente, anuncia-se a disposição norte-americana de não mais apenas "conter" a expansão comunista no mundo, mas sim de efetivamente combatê-la e "liberar" os países que haviam sido controlados por Governos comunistas. Mais propriamente de efeito retórico do que de aplicação prática, essa política, conhecida como de *roll-back,* assumiu certa valoração significativa no contexto da confrontação bipolar, ao infundir nas lideranças soviéticas a percepção da determinação ofensiva dos EUA. Com a morte de Stalin, o cessar-fogo na Coreia e o início do processo de implantação da liderança de Nikita Kruschev, as interações americano-soviéticas não sofreriam, porém, alterações significativas na prática. Foi

pouco expressiva a reação ocidental ao esmagamento por tropas soviéticas de uma revolta sindical ocorrida na República Democrática Alemã.O discurso do Brasil na ONU reflete tanto as incertezas do panorama internacional, quanto as ambiguidades do quadro político e econômico interno. Permanece a retórica ocidentalista. Ao se dirigir à Oitava Assembleia Geral, o Embaixador Mário de Pimentel Brandão louva a ONU pela funcionalidade alcançada à luz da dominação exercida pelos EUA sobre as maiorias da Assembleia Geral. A URSS, por sua vez, devido a seus repetidos vetos, é responsabilizada pela falta de efetividade do Conselho de Segurança.

Ênfase crescente adquirem as questões econômicas. A sanção da lei que criou a PETROBRAS revelara a determinação do Governo de manter o controle do Estado sobre riquezas e atividades econômicas consideradas fundamentais. Desapontada quanto aos programas de assistência bilateral dos EUA, a diplomacia brasileira passaria efetivamente a propugnar medidas de caráter multilateral. Formula-se em 1953 o conceito da "segurança econômica coletiva", em nome do qual reclamam-se mecanismos capazes de atenuar os efeitos negativos observados nos países subdesenvolvidos em função das desigualdades internacionais de crescimento econômico.

O discurso contém ademais menções a dois temas que viriam posteriormente a se transformar em constantes dos pronunciamentos brasileiros: a reforma da Carta, que havia sido esboçada em termos muito genéricos em 1947, e a "redução de armamentos".

O tema da descolonização, na realidade, continuava a encerrar dificuldades para o discurso do Brasil. A veemência com que se reclamam medidas de apoio ao desenvolvimento contrasta com formulações genéricas em favor da conciliação entre o espírito nacionalista das jovens nações e a assim chamada ordem colonial.

VIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1953

Embaixador Mário de Pimentel Brandão[10]

Senhora Presidenta,

Antes de começar meu discurso, gostaria de dizer o quanto meu Governo, minha delegação e eu mesmo ficamos felizes com a eleição da Senhora Pandit para a Presidência da Oitava Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nossa satisfação origina-se de duas fontes: primeiro pelo fato de que, como chefe da delegação da Índia, ela representa um país querido de todos os brasileiros e que tem sido um trabalhador incansável pela causa da liberdade e da paz; e, segundo, porque a Presidenta desta Assembleia é uma senhora ilustre cujo talento pessoal não fica atrás de sua experiência política.

Eu gostaria de acrescentar uma palavra de congratulação ao Senhor Hammarskjöld, Secretário-Geral de nossa Organização. As suas qualificações pessoais, que já ficamos conhecendo durante o curto período desde a sua eleição, são uma garantia de que os assuntos concernentes às Nações Unidas serão bem tratados, como também de que será criado um clima melhor para o entendimento entre as grandes Potências.

Ano após ano, as Nações Unidas têm aumentado seu campo de ação. Imperativos políticos, econômicos, culturais e jurídicos, em resumo, todas as forças livres da vida internacional, estão transformando a Assembleia

[10] **Mário de Pimentel Brandão**, nascido no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1889. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Adido à Secretaria, em 1912. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 6/11/52 a 22/11/52 e de 19/6/53 a 1/7/53. † Rio de Janeiro, em 1956.

Geral das Nações Unidas em um verdadeiro fórum mundial. Nesta sala são expressas as opiniões de todos os grupos geográficos, assim como de todas as ideologias políticas e todos os anseios pela melhoria das condições econômicas e sociais da raça humana, pelo fortalecimento da harmonia mundial e pela observância dos princípios de lei universalmente proclamados.

No entanto, com o aumento desse campo de ação, estamos nos defrontando com o crescimento de um ceticismo. Aqueles que encontram defeitos nos resultados práticos da ação das Nações Unidas afirmam que muito mais poderia ter sido conseguido; que o mundo ainda está dividido em dois blocos antagônicos, que alguns grandes problemas foram tocados apenas superficialmente, e que hesitações e a alternância entre progressos e retrocessos têm sido muito prejudiciais a alguns esforços da Organização, que ofereceram, no começo, possibilidades promissoras. Eu não nego que até certo ponto essas críticas poderiam ter um fundamento. Deveríamos, contudo, salientar que a Organização, devido ao próprio fato de que nasceu de um profundo caos político, é prejudicada por certas imperfeições e falhas inevitáveis. Essas imperfeições e falhas são consequências das angústias do período imediatamente posterior a guerra. Uma das maiores autoridades jurídica e diplomática de meu país, o Senhor Raúl Fernandes, antigo Ministro das Relações Exteriores, disse certa vez que hoje em dia é dado ao mundo apenas uma "moratória de paz".

O perigo a ser evitado é que este crescente ceticismo quanto à ação das Nações Unidas tenha sucesso em contaminar mentes que até agora têm sido inspiradas por um realismo construtivo.

Em verdade mesmo – e esta é minha crença profunda – é agora fato consumado que a opinião pública mundial repousa sua confiança nas Nações Unidas. Se fôssemos fazer um breve balanço das atividades e sucessos das Nações Unidas, ficaria imediatamente claro que suas conquistas já são consideráveis. Eu gostaria de acrescentar que, se ainda não se conseguiu mais, a responsabilidade não deveria ser atribuída totalmente à Organização; é principalmente resultado de correntes e contracorrentes políticas, que exerceram grande influência nas soluções dos problemas considerados.

Na minha opinião, é necessário que mais cedo ou mais tarde nós prossigamos, na ordem prescrita, com a revisão da Carta, para que a Organização se encontre em melhor posição para chegar ao máximo de seus objetivos e, portanto, eliminar as críticas que foram levantadas contra ela. Esta revisão deveria ser feita de maneira objetiva e imparcial, tirando-se vantagem da experiência adquirida nos últimos anos. Se de fato a Carta das Nações Unidas contém defeitos e imperfeições, e se todos nós estamos cientes de sua existência, por que não lidar com esse problema e tentar

encontrar um remédio para ele. A Carta não é apenas um documento político e jurídico que serve como guia e um código de disciplina; a Carta é na verdade a expressão de um tipo de plebiscito político, jurídico e moral, que expressa os desejos de nosso mundo.

Os povos de nossa época, aqueles das grandes, pequenas ou médias Potências, anseiam por lei e justiça, tanto no campo nacional quanto no internacional. A guerra tem se tornado cada vez mais assassina e destrutiva, ameaçando a própria existência da sociedade humana. É provavelmente esse instinto de autopreservação na espécie humana que inspirou a criação deste órgão político. Esta vontade instintiva de viver é, na verdade, uma força irresistível que não pode ser ignorada por ninguém. A prova disto é que, até mesmo aqueles que expressam as críticas mais violentas sobre a eficiência de nossa Organização, são contudo os mais ansiosos por mantê-la viva.

Se o governo de uma grande Potência, tal como a União Soviética, critica as ações da Organização e repetidamente expressa seu descontentamento com a maneira pela qual as Nações Unidas lidaram com os problemas, pareceria natural – e eu diria ainda – lógico, esperar que este governo fosse, na teoria ou na prática, a favor da revisão da Carta. Será que eu poderia ter a esperança de que a União Soviética se unirá eventualmente àqueles que seriamente consideram a possibilidade de levar adiante a revisão da Carta das Nações Unidas para fazer dela uma melhor ferramenta nos campos político e jurídico?

Como representante de uma nação amante da paz, honestamente devotada às regras jurídicas e aos princípios morais que deveriam guiar a sociedade internacional, eu gostaria de reforçar que nosso principal desejo é que o trabalho das Nações Unidas cresça ano após ano para permitir uma melhor proteção aos direitos humanos sagrados e ao respeito mútuo entre as nações, e para estreitar os laços entre todos os povos.

A divisão do mundo em dois blocos ideologicamente opostos e os antagonismos culturais, econômicos e políticos que resultaram dessa separação não foram fortes o suficiente para minar as fundações da Organização. Pelo contrário, essa divisão infeliz agiu como um verdadeiro catalisador. Na verdade aumentou o poder de resistência das Nações Unidas.

Na verdade não somos criadores, mas intérpretes das profundas aspirações da raça humana. É nossa missão resgatar as principais correntes da opinião pública mundial, que procura a melhoria das condições econômicas, sociais e morais do indivíduo e o aperfeiçoamento da comunidade internacional. O atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o eminente Professor, Dr. Vicente Rao, que representou o Brasil na

Assembleia Geral de 1950, já enfatizou a predominância da ordem jurídica sobre assuntos transitórios que surgem como resultado do desejo de certas Potências de se expandirem.

Solicita-se que a atual Sessão da Assembleia Geral considere as sérias questões políticas e econômicas em cujas soluções encontra-se a segurança de urna paz mundial duradoura. Entre esses problemas, eu gostaria de me referir à redução de armamentos, ajuda econômica a países subdesenvolvidos, assistência técnica, direitos humanos e a resolução do conflito entre o espírito nacionalista das nações jovens e a chamada ordem colonial.

É absolutamente necessário que as Nações Unidas devotem o máximo de tempo e atenção aos gigantescos problemas econômicos que perturbam vastas regiões da maioria dos países subdesenvolvidos. É até mesmo aconselhável mencionar que a segurança coletiva de natureza econômica deveria coexistir com a ideia clássica de segurança coletiva nos domínios políticos e jurídicos. Embora já esteja delineado na Carta, este conceito merece ser totalmente explorado, permitindo assim uma solução prática designada a permitir que países subdesenvolvidos lidem com as pressões resultantes da falta de equilíbrio nos níveis econômicos e a taxa de crescimento econômico das diferentes nações.

Neste campo particular, o trabalho das Nações Unidas não pode deixar de trazer resultados imediatos. Os países subdesenvolvidos esperam com ansiedade um crescimento mais rápido de sua renda *per capita* por meio de uma produtividade crescente, tanto em amplitude como em profundidade.

É importante que, graças aos seus excelentes especialistas e órgãos executivos, as Nações Unidas e suas agências especializadas irão gradativa e incansavelmente não apenas continuar com as atividades de assistência técnica, mas também estabelecer esquemas de cooperação internacional para o financiamento do desenvolvimento econômico. Essa política não pode deixar de ser implementada, e servirá de base para as fundações de uma ordem econômica mundial mais firme.

É a esperança profunda de meu país que a paz prevaleça na Coreia. Será que é preciso que eu diga que a paz é na verdade o objetivo principal das Nações Unidas? A lição trágica aprendida na Coreia não terá sido em vão. Não nos deixemos esmorecer no nobre esforço pela paz e pela intensificação de relações pacíficas e frutíferas entre todas as nações do mundo.

Muito obrigado.

Nova York, em 15 de setembro de 1953.

1954

1954

A deterioração da situação interna no Brasil se acelera dramaticamente em 1954. Grupos das Forças Armadas e setores civis de oposição denunciam infiltração comunista no Governo Vargas. A política do ABC, como ficou conhecida a proposta de entendimento Brasil--Argentina-Chile, é apontada como instrumento de orientação esquerdista destinado a conter a influência dos EUA no Hemisfério. O debate interno no Brasil permanecia subordinado à lógica do conflito Leste-Oeste.

Seria a partir dos acontecimentos produzidos em 1954, que agosto passaria a figurar na crônica política brasileira como o mês aziago. Envolto, nas suas próprias palavras, num "mar de lama", o Presidente Vargas se suicida em 24 de agosto, deixando em sua carta-testamento uma profissão de fé nacionalista que influenciaria decisivamente o curso das políticas interna e externa do Brasil. O nacionalismo da carta-testamento de Vargas seria responsável, inclusive, por certa associação que passou a ser feita no inconsciente popular brasileiro entre o suicídio do Presidente e as pressões norte-americanas contrárias à PETROBRAS e ao intervencionismo do Estado na economia.

O quadro internacional era tenso. Começa em 1954 a luta armada pela independência da Argélia; os franceses, derrotados em Dien-Bien-Phu, são expulsos da Indochina; a República Federal Alemã elimina os entraves constitucionais que impediam o seu rearmamento; e os EUA derrubam o governo nacionalista de Jacobo Arbenz na Guatemala.

A tensão do quadro internacional somada à instabilidade do quadro interno brasileiro que se seguiu ao suicídio de Vargas determina

prudência nos pronunciamentos do país na ONU. Em seu discurso, o Embaixador Ernesto Leme não deixa de responsabilizar nominalmente a URSS pela paralisação do Conselho de Segurança e pela falta de progressos em matéria de desarmamento. Critica a tendência das Grandes Potências de conduzir negociações fora do contexto multilateral da ONU. Nas entrelinhas das críticas à URSS pelo uso repetido do veto é possível discernir a insatisfação latente do Brasil por sua não inclusão como membro permanente do Conselho. A partir da Assembleia de 1953, quando o tema foi suscitado pela primeira vez no discurso do Embaixador Pimentel Brandão, a reforma da Carta apareceria nos pronunciamentos brasileiros sempre vinculada explícita ou implicitamente à questão dos procedimentos e da composição do Conselho de Segurança.

Àquela altura, o discurso brasileiro continha ainda vigorosas afirmações em favor dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Em contrapartida, a descolonização continuava a ser minimizada e vista, de maneira paternalista, como questão de cooperação franca e construtiva ligada à preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência, processo que o Embaixador Leme denomina sugestivamente de "a tarefa da civilização".

IX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1954

Embaixador Ernesto Leme[11]

Senhor Presidente,

A Nona Sessão da Assembleia Geral tem realmente uma tarefa árdua pela frente. Mas sejamos otimistas; a Assembleia cumprirá o seu dever apesar de todas as atuais dificuldades.

Como já mencionei no Conselho de Segurança, estamos a caminho da paz geral. Um armistício foi assinado na Coreia, um cessar-fogo foi concluído na Indochina, a paz voltou à Guatemala e, pela primeira vez em um período muito longo, não há uma guerra assolando nosso planeta.

É verdade que ainda há várias questões a serem solucionadas. Neste momento, representantes das grandes Potências, reunindo-se em Londres, procuram caminhos e meios para estabelecer uma cooperação estreita que assegurará calma e felicidade à Europa. Além disso, em seu discurso de ontem (Reunião 484), o Senhor Vyshinsky afirmou que a União Soviética está determinada a, juntamente com todos nós, tentar chegar a um acordo na questão das armas atômicas e desarmamento geral que criaria a base de uma convenção que incluiria também o controle internacional proposto pelas Potências Ocidentais no plano que submeteram ao Subcomitê da Comissão de Desarmamento e à própria Comissão. A Agenda desta

[11] **Ernesto de Morais Leme**, nascido em Bragança Paulista, SP, em 30 de dezembro de 1896. Bacharel e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Reitor da USP em 1951. Presidente da Academia Paulista de Letras entre 1971 e 1974. Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas, na categoria de Embaixador (1954-1955). † em 1986.

Sessão inclui também um item intitulado "Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Usos Pacíficos da Energia Atômica" (item 67), proposto pela Delegação dos Estados Unidos, que será submetido ao Primeiro Comitê para apreciação.

Não temos, portanto, motivos para pessimismo. Mas temos que nos lembrar que a liberdade, como a paz, exige uma vigilância constante. As Nações Unidas ainda estão longe de ser aquele esplêndido edifício com que os seus fundadores sonharam. Sob os auspícios desta Organização, que foi designada para ser utilizada a serviço da paz, estamos procurando alcançar um ideal político, embora ainda não o tenhamos conseguido. As negociações internacionais, cujos objetivos são precisamente aqueles que podem ser encontrados na Carta, estão, na verdade, sendo conduzidas fora de nossa Organização. Teria sido em vão, contudo, esperar que a perfeição fosse atingida em menos de dez anos.

A experiência que adquirimos desde a Conferência de São Francisco e os resultados que os esforços das Nações Unidas obtiveram na manutenção da paz e no desenvolvimento econômico e cultural, contudo, dão-nos forças para confiar no trabalho que já fizemos e no trabalho que ainda esperamos executar. A necessidade de se criar as Nações Unidas, expressa pela primeira vez na Declaração de Moscou de 1943, foi consagrada em Dumbarton Oaks e, com a assinatura da Carta, a Organização tornou-se uma realidade.

A Assembleia Geral é o órgão supremo das Nações Unidas. Os poderes investidos nela são prova de sua importância. Lado a lado com a Assembleia Geral, ao Conselho de Segurança foi delegado um papel executivo, e a Carta lhe designou a responsabilidade grandiosa de "manutenção da paz e segurança internacionais". Ao cumprir o seu dever, o Conselho de Segurança vai agir "de acordo com os Objetivos e Princípios das Nações Unidas". Um princípio básico da Carta é descrito no Artigo Segundo, Parágrafo I, que reconhece a "igualdade soberana de todos os seus Membros". Este é o princípio que foi defendido pelo Senhor Ruy Barbosa, o representante brasileiro na Segunda Conferência de Paz em 1907. Esta igualdade legal de todos os Membros das Nações Unidas conflita, no entanto, com o Artigo 27, Parágrafo 3, da Carta, no qual os Membros permanentes do Conselho de Segurança possuem o direito de exercer o veto em todas as questões importantes. Isso, como disse o Senhor Basdevant, é um direito concedido a certos Estados de usar um voto negativo para impedir o Conselho de Segurança de tomar uma decisão; é, de fato, o poder de impedir as Nações Unidas de tomarem as decisões mais importantes.

Na Conferência de São Francisco, a Delegação Brasileira aceitou o princípio do veto. Era necessário delinear a Carta e assegurar a sua adoção, o que não seria possível se este princípio não tivesse sido reconhecido. O Presidente da Delegação Brasileira na Quinta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas explicou claramente nossa atitude a esse respeito (Reunião 279): depositamos toda a nossa confiança nas grandes Potências a quem foi dado este privilégio, pois estávamos convencidos de que não iriam abusar dele.

A experiência que adquirimos desde as primeiras reuniões do Conselho de Segurança agora nos convenceu, contudo, que este Conselho nunca poderá cumprir suas obrigações satisfatoriamente enquanto um de seus Membros permanentes puder anular os esforços dos outros Membros para manter a paz e a segurança. Os sessenta vetos que a União Soviética já exerceu contra decisões do Conselho mostram claramente que o assunto terá que ser bem estudado quando a Carta for revista em 1955. Precisamos começar o nosso trabalho agora. Se ainda não é possível abolir o direito ao veto, será sem dúvida necessário regulá-lo, reservando sua aplicação para casos excepcionais.

O Brasil é membro de uma organização regional que dá valor às nações de nosso hemisfério. A Organização dos Estados Americanos encaixa-se na estrutura das Nações Unidas, mas as suas origens são mais antigas, e sua história remonta, na verdade, a épocas anteriores – mais de um século – à adoção da Carta em São Francisco. O Tratado do Rio de Janeiro finalmente completou os laços de solidariedade que une os povos de nosso continente.

Quando a minha delegação propôs ao Conselho de Segurança que a questão da Guatemala deveria ser submetida à organização regional, não quis dar a entender que o Conselho de Segurança não poderia lidar com o assunto. Era obviamente necessário, contudo, aguardar os resultados da investigação e as medidas decididas pela organização regional antes de pedir às Nações Unidas que encontrassem uma solução final para este problema. Nós ainda achamos que as organizações regionais podem fazer com que a ação das Nações Unidas seja mais efetiva e aumentar o prestígio da Carta.

Nossas obrigações para com os povos de nosso continente não nos podem fazer esquecer dos deveres que todos os Estados têm para com os povos de todo o mundo. Os laços são mais estreitos e mais íntimos entre países vizinhos, mas somente a solidariedade entre todas as nações pode trazer felicidade para a humanidade como um todo.

A delegação brasileira está convencida de que o progresso político e o bem-estar social dos povos dependem fundamentalmente do desenvolvimento de seus recursos potenciais. Como o provam

experiências recentes, não conseguimos realmente alcançar este objetivo, dentro da estrutura do Estado moderno, sem uma grande participação de todos os Membros da comunidade das nações. O destino do homem quis que o fator econômico fosse a constante pela qual o pensamento político é governado – poderíamos dizer até preponderantemente governado. A consequência natural é que o bem-estar e a segurança do indivíduo e das comunidades estão condenados a sentir consideravelmente as repercussões dos defeitos no sistema econômico. De fato, não será possível estabelecer e manter a paz a menos que se tenha o cuidado de formular os princípios sobre os quais a paz se estabelecerá, de fornecer às economias dos países subdesenvolvidos o dinamismo que lhes propiciará beneficiarem-se no futuro do vigor e do espírito empreendedor de nossos tempos.

Hoje somos chamados a estudar programas de trabalho relacionados com o financiamento de desenvolvimento econômico, assistência técnica, reforma agrária e o estabelecimento de uma reserva mundial de alimentos. A minha delegação está preparada para contribuir com esses estudos na crença de que todos os esforços que são coordenados aqui poderão nos levar, senão a resultados concretos, pelo menos à firme esperança – até mesmo a certeza – de que o trabalho da Nona Sessão da Assembleia Geral trará realmente uma contribuição válida para a solução desses problemas.

Não há dúvidas de que a questão do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos terá um papel preponderante no trabalho do Segundo Comitê. Isto é, na verdade, um problema que atrasa aquela estabilidade social e econômica da vida internacional que, no espírito da Carta, é uma condição para a paz. Os itens da agenda relacionados à questão econômica mostram que estamos tentando libertar os povos representados nas Nações Unidas da ansiedade que pesa sobre os seus Governos nas suas tentativas de criar o bem-estar social. É essencial que tenhamos sucesso nesta tarefa, se queremos evitar que a humanidade perca a fé na sua própria capacidade criativa.

Temos certeza, portanto, que devemos ser capazes de nos dedicar, sem jamais dar lugar ao desalento, a fixar as fundações de uma cooperação internacional que nos guie em futuro próximo, uma vez que tenhamos colocado em funcionamento o mecanismo através do qual será possível integrar as características e os diferentes tipos de desenvolvimento econômico nacional e regional àquele alto nível de civilização concebido pelas Nações Unidas. Esse instrumento tem que ser suficientemente bem concebido para poder ser aplicado suavemente, sem perturbar o equilíbrio da economia mundial, na tarefa de manter a paz, uma tarefa cujo objetivo será sempre a melhoria espiritual e moral da humanidade.

Em se tratando das questões sociais, culturais e humanitárias, e mais particularmente da redação dos pactos sobre Direitos Humanos, o meu país tem dado, e continuará a dar o seu apoio e sua cooperação ao trabalho do Terceiro Comitê que, embora possa parecer vago e idealista, é de valor inquestionável para o alcance gradual dos objetivos das Nações Unidas.

Eu gostaria de mencionar em particular as questões concernentes à liberdade de informações, aos refugiados e à existência não justificada de trabalho escravo, que está tomando imensas proporções em muitas partes do mundo.

A preocupação que sentimos a respeito dessas questões está na tradição – na verdade, vou até mais longe ao afirmar que é a essência – de nossa cultura democrática, latina e cristã. O respeito pela dignidade humana e pelas liberdades fundamentais do homem é, a nosso ver, uma condição necessária para a coexistência pacífica não apenas de indivíduos, mas também de nações. Nossa posição neste campo é fundamentada mais em um conceito moral do que político. A violação das liberdades e direitos fundamentais, onde quer que ocorra, constitui um ataque e uma ameaça à integridade e dignidade de cada um de nós como indivíduo. Também ameaça os fundamentos dos direitos e liberdades em cada um de nossos países.

As Nações Unidas também terão que considerar os problemas complexos relacionados às provisões dos Capítulos 11 e 12 da Carta que fundou a nossa Organização. Não acho que seja necessário eu reforçar mais a importância que meu Governo atribui ao papel que esta Organização é chamada a representar no campo colonial. Pela Carta, todos os Membros das Nações Unidas concordaram juntos com a aplicação dos princípios e a realização dos objetivos atribuídos às Potências administradoras pelas provisões concernentes aos Territórios que não são Autogovernantes. Ao cumprir esta tarefa, portanto, devemos dar a nossa cooperação franca e leal aos Estados-Membros que assumiram a responsabilidade perante a comunidade internacional pelo desenvolvimento político, econômico e social dos povos que ainda não atingiram um autogoverno total.

Esta cooperação pode, algumas vezes, tomar a forma de criticas bastante severas quanto à política praticada em certos campos pelas administrações coloniais. Não se deve, contudo, achar, que este exame consciente dos problemas tem qualquer outra intenção a não ser aquela construtiva de cooperação franca na execução da "tarefa da civilização", cujo objetivo primordial é a preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência.

Neste campo, a crítica honesta é um símbolo de nossa confiança nas Potências administradoras. Se algumas vezes deixamos de concordar com elas na interpretação de princípios, sinceramente acreditamos que a colaboração

entre as Potências administradoras e as não administradoras é sempre possível nas Nações Unidas. Esta troca de ideias será sempre útil, se as questões forem consideradas pelos seus méritos e se nossas atitudes para com os outros não for determinada por nenhum fator externo ao objetivo que todos estamos procurando alcançar, isto é, o bem-estar dos povos dependentes.

Em vista da importância das atribuições da Carta ao Secretariado, a delegação brasileira sempre se preocupou particularmente com os problemas de sua organização e funcionamento. Embora acreditemos que o Secretário-Geral seja responsável principalmente por lidar com tais questões, jamais negamos a ele nosso apoio e cooperação nas suas tentativas de elevar ao mais alto nível de eficiência a máquina administrativa pela qual os objetivos políticos, econômicos e sociais das Nações Unidas serão alcançados. Nesta Sessão, como na última, estamos prontos a examinar com espírito construtivo as propostas administrativas e orçamentárias do Secretário- Geral, e em particular o seu plano para a reorganização do Secretariado e do seu trabalho, e a dar a ele os meios necessários para promover mais mudanças, para que o Secretariado possa tornar-se um instrumento efetivo e econômico a serviço das Nações Unidas.

A respeito das questões legais, a posição brasileira em diversas conferências internacionais já revelou nosso modo de pensar. Os juristas brasileiros têm há muito se preocupado com a questão da codificação da lei internacional, como pode se ver pelos trabalhos do Senhor José Higino e pelo "Código Provisório da Lei Pública Internacional", do Senhor Epitácio da Silva Pessôa. Contudo, devemos encarar os fatos internacionais. Os representantes do Brasil irão, por conseguinte, propor medidas que levem em conta aqueles fatos e, portanto, são regras bem longe de ideais: regras que provavelmente serão aceitas pela maioria dos Estados. Problemas políticos, econômicos e sociais não são os mesmos em toda parte. Precisamos encontrar uma fórmula que os cubra a todos. É melhor nos confinarmos a remédios modestos do que escolher outros que possam estar mais perto do ideal, mas que poderiam não ser aceitos no geral.

Juntamente com os Estados Unidos e outros países, o Brasil submeteu à Assembleia Geral as questões da plataforma continental e o desenvolvimento econômico do direito de pesca, ambas de importância primordial. Se não pudermos completar nossos exames sobre essas questões nesta Sessão, deveremos sem dúvida poder fazer algum progresso, para que possamos submeter projetos os mais satisfatórios possíveis à Décima Sessão da Assembleia Geral.

Mais dois problemas muito delicados também foram submetidos ao Sexto Comitê: o que define a agressão e o estabelecimento da jurisdição

criminal internacional. Como vamos encontrar uma fórmula conveniente para o primeiro? *Omnis definitio periculosa est.* Será possível sobrepujar as dificuldades técnicas e institucionais para se estabelecer o segundo? Achamos que não.

A atitude do Brasil sobre o assunto da discriminação racial continua a mesma. É para nós uma obrigação pela nossa Constituição. Deveremos sempre fazer tudo o que estiver em nosso poder, dentro das limitações da Carta, para evitar qualquer tipo de discriminação no que concerne ao respeito das liberdades fundamentais de todos, "sem distinção de raça, sexo, língua ou religião".

No Primeiro Comitê deveremos ter que examinar o relatório da Comissão de Desarmamento (DC/55) referente à "regulamentação, limitação e redução balanceada de todas as forças armadas e todos os armamentos". O problema foi considerado em todos os seus aspectos na Comissão de Desarmamento. Também lá expressei o ponto de vista do meu Governo. Mas não se chegou a nenhum resultado positivo. É uma lástima que não se possa chegar a um acordo que diz respeito não somente à França ou ao Reino Unido, ou ao Canadá, ou à China, ou aos Estados Unidos, ou à União Soviética, mas a toda a raça humana. Todos os Estados compreendem que de algum modo tem-se que chegar a um acordo, para que todo o mundo tenha o direito a viver livre do medo e para que a raça humana possa alcançar a paz e a felicidade.

As Nações Unidas ouviram atentamente o apelo do Presidente Eisenhower durante seu histórico discurso do dia 8 de dezembro último (Reunião 470). A Comissão de Desarmamento trabalhou incessantemente para chegar a um acordo sobre a proibição da fabricação e uso de armas atômicas e de hidrogênio e a redução das forças armadas e dos armamentos convencionais, em proporção a ser determinada. Poderia ter tido sucesso não fossem as questões sobre método levantadas. A União Soviética recusou-se a aquiescer ao programa de controle internacional estabelecido na proposta franco-britânica de 11 de junho de 1954 e então o relatório da Comissão à Assembleia Geral simplesmente passa a questão de um órgão para outro.

No seu discurso por ocasião do debate geral de ontem (Reunião 484), o Senhor Vyshinsky anunciou à Assembleia, da parte de seu Governo, que estava preparado para participar de um acordo sobre desarmamento, envolvendo a criação de um órgão de controle internacional responsável por supervisionar o cumprimento das regras de qualquer convenção que venha a ser adotada. Estamos encantados em ouvir isto. Minha delegação estudará com interesse a proposta apresentada pelo representante da União Soviética, com toda boa-fé e na crença de que é sincera.

Foi a Rússia que, em 1899, reuniu as Potências para a primeira Conferência de Paz. A ideia única de redução de armamentos era a base de seu programa original. Naquela época, o mundo não tinha sido ainda exposto à ameaça das armas nucleares. Não acreditamos que a União Soviética vá querer ser menos pacífica do que o Governo do Czar. Um único gesto de sua parte poderá iluminar o seu lugar na história ou prejudicar o seu futuro, juntamente com o de toda a raça humana.

Eu os convoco a banir, com salvaguardas mútuas, as quais espero que possam ser providas, tanto a produção quanto o uso de armas atômicas e de hidrogênio. Vamos estudar o uso da energia atômica para objetivos pacíficos; procuremos descobrir nesta força natural todas as ricas possibilidades para o bem-estar humano que possam se encontrar nela.

O Brasil tem se preocupado com este problema já há alguns anos. Um progresso considerável se fez nas faculdades e laboratórios de nossas universidades, e o Conselho Nacional de Pesquisa tem encorajado os trabalhos científicos de todas as formas possíveis. Nosso país trará ao órgão internacional a ser estabelecido a contribuição de seus recursos naturais e seus trabalhos.

Os resultados obtidos pela ciência no uso da energia atômica para objetivos pacíficos já são bastante impressionantes. Os cientistas de todas as nações devem unir seus esforços numa tarefa que salvaguardará o futuro do universo. A energia atômica como instrumento de destruição precisa ser execrada, mas o seu aparecimento como instrumento de paz, daquela paz que é a aspiração máxima da humanidade, da qual o Evangelho fala quando abençoa o trabalho dos pacificadores, precisa ser ovacionado.

A Delegação brasileira participa dos trabalhos desta Sessão da Assembleia Geral na esperança de que possamos este ano alcançar um progresso considerável no objetivo a que nos propusemos. Acabada a Sessão, esperamos que os povos de todas as nações possam ver em nossos esforços a garantia do amor que temos para com eles e a contribuição de nossa experiência para a causa da civilização e da paz.

Nova York, em 21 de setembro de 1954.

1955

1955

Os acontecimentos que se sucederam à morte do Presidente Vargas poriam à prova a resistência das instituições democráticas no Brasil. O ano transcorreu em clima emocional. Em outubro, a eleição de Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como companheiro de chapa, reacende os antagonismos originários do período Vargas e dividem as Forças Armadas. Um golpe de estado preventivo dado pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, e a implantação do Estado de Sítio permitiriam ao Presidente interino Nereu Ramos transmitir o poder ao Presidente eleito. Na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Nereu Ramos havia sido empossado na Presidência após a deposição do Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz que, por sua vez, assumira ante alegado impedimento de saúde do Vice-Presidente Café Filho.

O país atravessava uma situação política precária. Em consequência, a diplomacia brasileira evita qualquer aproximação com a URSS e os países socialistas, procurando paralelamente recuperar níveis mais altos de confiança e cooperação com os EUA. Aproveitando-se da conjuntura relativamente tranquila no Hemisfério nos anos precedentes à emergência de Fidel Castro, o Brasil tenta aproximar-se dos EUA. Estes, no entanto, preocupados com um panorama global em que a URSS começava a ser ameaçadoramente percebida como capaz de alcançar os EUA na corrida armamentista, pouca ou nenhuma atenção davam na América Latina a questões que não se expressassem em termos ideológicos ou de crise aguda.

A partir de 1955, retoma-se no quadro das relações entre os EUA e a URSS a prática, iniciada durante a guerra e interrompida por dez anos, das reuniões de cúpula. Após fazer explodir a sua primeira bomba de hidrogênio e constituir o Pacto de Varsóvia, a URSS começa a admitir progressos nas conversações sobre controle de armamentos. Um acordo de paz entre a Áustria e a URSS permite a desocupação daquele país. Tomava-se mais perigoso e mais complexo o panorama internacional. A Conferência de Bandung reúne países asiáticos e africanos e exige uma aceleração do processo de descolonização. Convinha criar mecanismos mais eficazes de comunicação entre as Grandes Potências: em julho de 1955, reúnem-se em Genebra os assim chamados "Quatro Grandes": EUA, URSS, França e Grã-Bretanha. No fim do ano, Kruschev e Bulganin visitam o sul da Ásia e a URSS lança vigorosa ofensiva diplomática dirigida a incrementar o comércio e a cooperação com os países do Terceiro Mundo. Eram passos concretos do processo que levaria a URSS a desembaraçar-se da política continentalista herdada da Rússia para se projetar no mundo como uma superpotência.

Pronunciado poucos dias antes das eleições de 3 de outubro, o discurso do Chefe da Delegação do Brasil à Décima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Embaixador Cyro de Freitas-Valle, mantém-se predominantemente no plano conceitual. Revela um a visão do mundo rica em categorias analíticas, exibindo, ao mesmo tempo, acentuado valor profissional. Trata-se de discurso breve, em que voltam a ficar patentes as ambivalências brasileiras em relação à "assim chamada questão colonial", ao se propugnar por um tempo adequado para que as instituições dos países colonizados amadureçam e se desenvolvam plenamente, evitando-se ações prematuras. E em que já se observam reticências em relação aos Pactos de Direitos Humanos, cuja transformação em declarações radicais ou idealistas deveria, segundo a diplomacia brasileira de então, ser evitada a todo custo.

X Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1955

Embaixador Cyro de Freitas-Valle[12]

Senhor Presidente,

Permita-me apresentar desta tribuna minhas saudações respeitosas ao meu amigo, Presidente da Assembleia Geral, ilustre estadista do Chile, país que acabo de deixar e pelo qual tenho enorme admiração.

O Brasil sempre se dirigiu à Assembleia Geral das Nações Unidas com fé e franqueza. Uma vez mais estamos juntos nesta Assembleia, desta vez em um momento em que novos horizontes parecem estar despontando ante nossos olhos e toda a humanidade deseja se ver livre da ameaça lúgubre que assombra seu caminho. As celebrações do aniversário de São Francisco, onde as discordâncias enfraqueceram-se, foram seguidas pela conferência das 4 Potências *at the summit* em Genebra, onde as virtudes da franqueza foram enfatizadas. Agora, como resultado deste encontro tão bem-vindo, o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e os Ministros do Exterior da França, Reino Unido e União Soviética irão em breve unir seus esforços para enfrentar com coragem e determinação os problemas que ainda os mantêm afastados. A paz não pode ser conseguida a *coup* de *miracles,* como disse o Senhor Spaak, com a sua usual perspicácia. Se, contudo, as respostas aos problemas a serem examinados em Genebra

[12] **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1969.

não forem suficientes para trazer à luz o milagre da paz, elas vão pelo menos restaurar a confiança do mundo no futuro.

É verdade que os Membros mais antigos das Nações Unidas não podem esquecer que muitas dificuldades têm sido solucionadas com sucesso dentro da estrutura da Organização. Basta recordar o notável recorde do Conselho de Segurança em Londres, onde em um único mês muitos assuntos de suma importância foram resolvidos. Basta ter em mente as situações criticas resolvidas com firmeza e sabedoria pela Assembleia Geral, particularmente nos anos de 1947, 1949, 1950 e 1951. E estou mencionando apenas alguns exemplos. Portanto, não seria fora de hora deplorar o fato de que muita coisa tem sido feita à revelia de nossa Organização nos últimos anos. Contudo, damos boas-vindas ao que foi conseguido com sucesso fora desta Casa, e ansiamos por mais.

A Conferência sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica, convocada como consequência da importante iniciativa tomada diante da Assembleia Geral pelo Presidente dos Estados Unidos da América (Reunião 470), nos proporciona a mais recente prova da recompensa ganha por se fazer amplos usos de nossa Organização. Aquela Conferência tornou bastante claros não somente os benefícios que a humanidade terá com o poder atômico, mas também a ameaça apocalíptica que paira sobre a humanidade se a força do átomo for desviada para a destruição. Vimos cientistas de 70 países – alguns deles intimamente ligados à fabricação de armas atômicas – trabalhando lado a lado, aberta e livremente trocando informações relevantes sobre os benefícios que podem advir ao mundo por meio desta incrível descoberta. Isto é bastante confortador e tem um toque de cavalheirismo raras vezes visto nas relações internacionais de nossa era.

Mas dez anos atrás, as esperanças ardentes de homens e mulheres – emergindo dos horrores da guerra – estavam voltadas para as Nações Unidas. Que Deus Todo Poderoso permita que esta nossa Organização consiga prosseguir sem barreiras na sua tentativa de assegurar uma paz justa e duradoura.

Estou inclinado a acreditar que o mundo nunca recuperará o seu equilíbrio a menos que a segurança da Europa esteja assegurada. O que nos leva inevitavelmente ao problema da unificação da Alemanha. Não é apenas uma questão de dar ao povo alemão – cujas qualidades todos reconhecemos – o que é seu de direito. Temos também que dar à Alemanha a sua parte total na responsabilidade de manter a paz. A continuidade da atual divisão da Alemanha só pode ser prejudicial à tão desejada estabilidade política e econômica da Europa. Esta situação

infeliz também deverá manter viva uma perigosa fonte potencial de agitação. Acreditamos que a unificação daquela nação, associada a um programa de desarmamento mundial de grande alcance englobando as grandes Potências, desencorajaria qualquer espírito agressivo que ainda possa existir na Alemanha.

Agora que a tensão nos negócios internacionais está em declínio, podemos discernir mais claramente as controvérsias que assolam as relações entre povos e nações. Refiro-me à chamada questão colonial. Quase todas as nações americanas conseguiram a sua independência por meio da insurreição, e até hoje têm orgulho das suas valentes lutas e feitos de guerra. É mais do que natural, portanto, que simpatizem com aqueles que clamam pela sua independência. Este sentimento, contudo, vem do coração e não deve nublar a mente. Deixem-me relembrar, Senhores, as palavras de Napoleão: "*Le coeur d'un homme d'Etat doit être dans sa Tête*".

Então parece que o papel das Nações Unidas é o de evitar ações prematuras que, uma vez adotadas, possam um dia causar um arrependimento profundo. A independência real é o fruto do crescimento natural de instituições políticas, fundamentada em uma estrutura econômica e política estável. Deixem os povos amadurecerem e suas instituições se desenvolverem totalmente. Aí então a independência será uma bênção; de outro modo, será apenas uma perigosa ilusão.

A maturidade política dos países representados na Conferência de Bandung foi enfatizada pelo próprio fato de que, enquanto apresentavam firmemente a sua opinião em muitos assuntos polêmicos, levavam em conta as realidades da situação internacional e os problemas que a necessidade da coexistência cria para cada nação.

No Extremo Oriente, nos é gratificante mencionar que os esforços do Secretário-Geral para a liberação dos aviadores das Nações Unidas tão arbitrariamente detidos pelo Governo de Peiping tiveram sucesso. Enviamos toda a nossa gratidão ao Senhor Hammarskjöld. As Nações Unidas têm a sorte de possuir como seu principal funcionário um político cuja grande competência só é ultrapassada por sua modéstia.

Não conheço outro problema mais vital para as Nações Unidas do que a admissão de novos Membros. O impasse, que poderia já ter sido há muito resolvido, priva a Organização daquela universalidade que deveria ser uma de suas características, se o Artigo Quarto da Carta fosse devidamente observado. Se se pudesse fazer prevalecer o novo espírito de compreensão e concessões mútuas entre todos os Membros do Conselho de Segurança, acredito que muitos Estados seriam recomendados à Assembleia Geral para sua admissão às Nações Unidas.

A delegação do Brasil sugeriu em São Francisco, em 1945, que a Carta das Nações Unidas deveria ser revista automaticamente a cada cinco anos, sem o direito a veto. Embora não tendo sido adotada na época, nossa proposta foi de uma certa forma coberta pelo Artigo 109, que direcionava a Assembleia Geral a considerar, em dez anos, a necessidade de convocar uma Conferência com a finalidade de revisar a Carta. Parece, contudo, que o cenário internacional de hoje não dá muitas esperanças de que se conseguiria apoio suficiente para o texto resultante desta revisão para assegurar a sua aprovação. Isto se aplica não apenas à sua adoção em termos de votos, como também ao processo mais lento da ratificação. Sendo este o caso, enquanto reconhecemos a necessidade de se revisar a Carta, seria mais inteligente, na opinião da delegação brasileira, tomar agora uma decisão em favor da convocação daquela conferência, deixando para a próxima Sessão da Assembleia Geral a tarefa de marcar uma data para ela. A nosso ver isso possibilitaria aos Estados-Membros, então guiados por um espírito mais forte de harmonia, rever lucrativamente aquelas disposições da Carta que, à luz da experiência, provaram ser insatisfatórias.

No campo dos direitos humanos, o Brasil não teve a oportunidade de participar mais ativamente do projeto dos pactos propostos, uma vez que não estava representado nos grupos que executaram essa tarefa. Meu Governo gostaria, contudo, de chamar a atenção para o fato de que qualquer transformação de tais pactos em declarações radicais e fantasiosamente idealistas deveria ser evitada. Está bastante claro que os próprios Estados que tradicionalmente sempre preservaram estes mesmos direitos fundamentais serão impedidos de assinar declarações deste tipo.

Antes de finalizar meus comentários, gostaria de chamar a atenção da Assembleia Geral para a necessidade de um maior esforço para corrigir a tremenda disparidade dos níveis econômicos entre as várias regiões do mundo. Isto é, em verdade, um dos propósitos essenciais de nossa Organização. Não podemos exigir, é claro, que todos os países sejam igualmente ricos. Mas países como o meu, cuja maior fonte de renda vem da produção de produtos básicos, são afetados não apenas por flutuações de oferta e demanda, como também pela crescente produção de bens similares nos territórios coloniais, onde a produção aumentou parcialmente em virtude da ajuda financeira prestada com a finalidade de beneficiar as próprias Potências colonialistas. Em vista disso, os padrões de vida nos territórios coloniais determinam um custo de produção que leva o preço dos produtos a um nível tão baixo que prejudica o poder competitivo de produtores tradicionais. É urgente que por meio de assistência técnica e

um mecanismo financeiro adequado nós nos esforcemos pela eliminação de dissabores econômicos e sociais que afetam as relações harmoniosas entre os povos.

Antes de deixar esta tribuna, gostaria de informar a Assembleia Geral que o Governo do Brasil decidiu receber aqueles prisioneiros da Guerra da Coreia ainda sob custódia das autoridades indianas, dependendo apenas do preenchimento dos mínimos requisitos de imigração e de sua vontade de viver no seio de nosso povo.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1955.

1956

1956

Os dois primeiros anos do Governo Kubitschek não ensejariam mudanças sensíveis na política externa do Brasil. Tendo de enfrentar um contexto interno difuso e até certo ponto conflitivo, a Administração Kubitschek dá prioridade à viabilização de projetos mobilizadores para o desenvolvimento do país. Mantém-se a retórica nacionalista. Buscava-se favorecer o capital nacional sem, no entanto, hostilizar o investimento estrangeiro.

Ao criar o Conselho de Desenvolvimento logo ao início do Governo, o Presidente Juscelino sinaliza a ênfase que perseguiria em sua administração. E, na tentativa de apaziguar ânimos nas Forças Armadas após os episódios de Jacareacanga e a prisão do General Juarez Távora, o Presidente anunciaria no final do ano a compra do porta-aviões Minas Gerais.

No plano internacional, produzem-se em 1956 importantes acontecimentos. A repressão soviética esmaga um levantamento anticomunista na Hungria. A crise de Suez e a guerra árabe-israelense crispam o panorama no Oriente Médio. Kruschev inicia o processo de "desestalinização", ao denunciar no XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética os crimes cometidos por seu antecessor. A inevitabilidade do conflito entre o capitalismo e o comunismo é relativizada com a introdução do conceito da "coexistência pacífica". A compulsão ideológica principia a ceder lugar a acomodações pragmáticas entre os EUA e a URSS. A liderança soviética dá sinais de querer transplantar para o plano social interno as riquezas geradas pelo formidável desenvolvimento econômico-industrial dos anos anteriores.

O Governo dos EUA reagiria inicialmente com cautela às transformações que se delineavam na URSS, atribuindo às anunciadas disposições de Kruschev o intuito de iludir o Ocidente.

Na prática, os acontecimentos internacionais continuavam a obedecer à mecânica da Guerra Fria. E o discurso do Brasil não se afastaria dos postulados da confrontação. O Chefe da Delegação seria novamente o Embaixador Cyro de Freitas-Valle que condena enfaticamente a URSS pela repressão ao levante da Hungria.

Coerente com a linha que se esboçara nos anos anteriores, o discurso brasileiro dedica um significativo parágrafo às injustas divisões entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Contém ademais uma importante tomada de posição sobre as questões ligadas ao conflito árabe-israelense, àquela altura afetadas pela situação criada em Suez. Trata-se de formulação precisa e equilibrada, que serviria de padrão para subsequentes manifestações da diplomacia brasileira.

XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1956

Embaixador Cyro de Freitas-Valle[13]

Senhor Presidente,

É para mim um grande privilégio poder ser um dos primeiros a lhe parabenizar pela sua eleição unânime para a Presidência da Décima Primeira Sessão da Assembleia Geral. Seus serviços à causa da paz, e especialmente a sua devoção às Nações Unidas, há muito o qualificam para a alta função a que foi eleito e que, eu tenho certeza, Vossa Excelência desempenhará com imparcialidade e proficiência.

Volto agora as minhas atenções para os últimos acontecimentos no Oriente Médio, quase levando o mundo a uma guerra total, que nunca esteve tão perto desde que as forças do nazismo foram arrasadas pelo poder dos exércitos Aliados. É de conhecimento geral que a aliança que foi possível forjar contra a força destrutiva da agressão fascista não poderia ser mantida nos anos que se seguiram ao estabelecimento de uma paz vacilante. Esta infeliz circunstância está na raiz de todos os problemas que infestam o mundo hoje em dia.

O fato de as Nações Unidas nunca terem conseguido reunir uma força militar suficiente para assegurar paz e segurança onde quer que uma ameaça de agressão ocorresse ou uma violação da paz fosse iminente também contribuiu muito para a situação não satisfatória que

[13] **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1969.

põe em perigo a vida de cada ser humano em todo o mundo. Eis porque nos alegramos com a criação da Força de Emergência das Nações Unidas, concebida para fazer cumprir as resoluções adotadas pela Assembleia Geral em recentes ocasiões importantes.

Gostaria de expressar, neste sentido, a profunda admiração de minha delegação pela iniciativa tomada a esse respeito pelo Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros do Canadá. O Senhor Pearson prestou um grande serviço à causa da paz com justiça. Nós também concordamos fervorosamente com as propostas feitas pelo Secretário-Geral – cujo incomparável desempenho em suas missões é motivo de orgulho para todos os Membros das Nações Unidas – no que concerne às missões e funções da Força de Emergência (A/3289, A/3302). E esperamos e oramos para que essa nova experiência na diplomacia mundial venha a provar ser o núcleo de onde emanará a força que dará a esta Organização o poder físico que tanto lhe tem faltado.

Enquanto falo da questão ligada à situação no Oriente Médio, devo enfatizar mais uma vez que nenhuma solução poderá trazer resultados proveitosos e duradouros se aqueles problemas tão delicados e complexos que estão por trás da crise atual não forem abordados corajosamente de uma vez por todas. Duas questões são de suprema importância com relação à paz instável naquela região do globo. A primeira é a situação causada pela violenta captura do Canal de Suez, e a outra é o relacionamento entre o Estado de Israel e os seus vizinhos árabes. Já que os problemas do Oriente Médio serão discutidos durante a Décima Primeira Sessão da Assembleia Geral, talvez fosse de grande relevância se as Nações Unidas aprovassem certas diretrizes que pudessem servir de base para a discussão desses dois importantes assuntos.

Na questão do Canal, vários princípios gerais já foram aceitos por todas as partes envolvidas. Em nome da delegação do Brasil; quero enfatizar que seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. Também gostaríamos de mais uma vez enfatizar que não toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação.

As bases para uma solução duradoura para o estado de beligerância que tem prevalecido desde os dias do Acordo do Armistício Geral entre Israel e os países Árabes são mais difíceis de imaginar e formular. Alguns princípios, contudo, governam as nossas atitudes e, na nossa opinião, deveriam ser geralmente aceitos.

Primeiro, Israel é um Estado soberano com os mesmos direitos e obrigações de todos os Membros das Nações Unidas. O seu desejo de viver em paz com seus vizinhos nos parece legítimo e propício a uma solução feliz para esta delicada questão. Por outro lado, os agravos sofridos pelas Nações Árabes como resultado do aparecimento de Israel são facilmente compreensíveis. A sua relutância em conversar com Israel sobre paz em pé de igualdade é resultado desses sentimentos, de antagonismos criados como resultado da confusão que tomou conta do Oriente Médio desde a guerra árabe-israelense. O espaço de tempo decorrido desde aqueles trágicos dias não parece ser longo o bastante para que haja a necessária moderação e visão por parte de todas as Potências envolvidas. Contudo, chegamos a uma encruzilhada no cenário internacional que demanda um esforço imediato e decidido para resolver todos os problemas que possam acender a centelha que desencadeará catástrofes de consequências imprevisíveis. É necessária agora uma grande habilidade política dos Estados Árabes e de Israel, e eu tenho confiança que seus Governos vão se provar dignos da tremenda tarefa que se lhes defronta.

Parece à minha delegação que o pior erro possível que poderíamos fazer neste momento difícil seria deixar de analisar as profundas causas ocultas de todos esses fatos perturbadores. Pela sua ação rápida e decisiva, as Nações Unidas podem ter evitado ou adiado os perigos de um conflito militar, mas não se pode dizer que as enormes pressões que criaram os fatores conflitantes foram removidas. É dever de todos nós, nesta Assembleia, colocar a máxima sinceridade a serviço da paz mundial e tentar, por meio dela, apontar as causas dos distúrbios que devem ser eliminados antes que se possa encontrar a base de uma paz justa e duradoura.

Existem vários motivos econômicos óbvios por trás de todo este fenômeno que estamos tentando compreender. Parece bastante claro que a maior parte das pressões políticas e militares que apareceram recentemente no cenário internacional estiveram fundamentalmente a serviço das necessidades econômicas mais básicas dos diferentes participantes. Por um lado, vemos os países menos desenvolvidos, cujos povos não podem mais aceitar o subdesenvolvimento, numa busca desesperada dos meios pelos quais poderão acelerar seu processo de desenvolvimento, envolvendo-se em diferentes sistemas de aliança militar na esperança de assim poder contar com uma ajuda maior dos líderes ou sublíderes desses sistemas. Por outro lado, vemos os países desenvolvidos tentando perpetuar um sistema de relacionamentos internacionais que vai garantir para eles no futuro, assim como o fez no passado, um suprimento vital de bens essenciais aos quais as suas economias se adaptaram durante muito tempo

e cujo desaparecimento iria provocar problemas de readaptação, que os mesmos não estão nem psicológica nem economicamente preparados para enfrentar. Aqueles problemas que surgem da competição entre o grupo de nações de economia livre e as economias com planejamento central devem ser, a longo prazo, solucionados pela capacidade de cada grupo fomentar ou acelerar o desenvolvimento econômico.

Com a permissão do Presidente, farei agora alguns comentários sobre o acontecimento que mexeu com os sentimentos de todo o mundo nas últimas semanas. Estou me referindo à atitude tomada pelas forças armadas soviéticas para sufocar e destruir as legítimas aspirações do nobre povo da Hungria. Durante o debate que houve a esse respeito por ocasião da Segunda Sessão Especial de Emergência desta Assembleia Geral, minha delegação teve a oportunidade de expressar a sua opinião a respeito desse evento trágico (Reunião 569). Eu apenas gostaria de acrescentar que estamos convictos de que aqueles que perderam suas vidas lutando nas ruas de Budapeste não morreram em vão. A sua causa, a causa da paz, não pode ser destruída pelo mero peso do poder. Entre aqueles países que estão intimamente ligados com a União Soviética foi tomado um rumo irreversível. Quanto mais cedo a poderosa nação Russa reconhecer este fato, mais terá a ganhar a longo prazo, pois a amizade real e leal de nações livres sempre provou ser uma melhor garantia de segurança do que qualquer outra forma de influência ou dominação.

Vou agora falar apenas algumas palavras sobre dois assuntos internacionais importantes, um no cenário Europeu e o outro no Extremo Oriente. A unidade na Europa é um elemento indispensável à paz mundial. A unidade na Europa jamais poderá ser alcançada sem a reunificação da Alemanha. As condições do mundo moderno mudaram tão radicalmente com o advento do poder atômico, que o perigo de termos que lidar novamente com um espírito agressivo alemão não é mais uma ameaça significativa para a segurança dos países vizinhos a essa poderosa nação de outrora. Reconhecemos os interesses especiais da União Soviética na solução da questão alemã, mas não podemos admitir que seria do interesse da União Soviética manter vivo este assunto e, com isso, bloquear o desenvolvimento natural pacífico do progresso na Europa Ocidental. No que concerne ao Extremo Oriente, o Japão deve ter um papel cada vez mais importante nos negócios mundiais. Para tanto, urge que o Japão seja admitido nas Nações Unidas e que as manobras que por tanto tempo impediram essa ação cessem imediatamente.

Já mencionei que a formação da Força de Emergência das Nações Unidas é um progresso bastante louvável com implicações de grande

alcance para a futura eficácia das ações das Nações Unidas. Seria sensato se a Assembleia Geral considerasse algumas medidas práticas para assegurar a implementação da Resolução 377 A (V), parágrafo 8, para que as forças armadas de cada Estado Membro tivessem, em base permanente, uma ou mais unidades sempre à disposição das Nações Unidas. Essas unidades, cujo tamanho seria deixado a cargo do Estado Membro interessado, poderia talvez um dia levar a bandeira das Nações Unidas ao lado de sua própria bandeira nacional. O efeito psicológico conseguido, se essa sugestão fosse aceita, talvez criasse, em bases mundiais, um sentimento de maior respeito pela nossa Organização, e a convocação de tropas em obediência às resoluções adotadas tanto pelo Conselho de Segurança quanto pela Assembleia Geral passaria a ser considerada um procedimento normal.

Em toda a sua história, as Nações Unidas jamais foram assediadas por tantos problemas de natureza política e econômica. Gostaria de expressar a esperança de que, no final de nossos trabalhos, o mundo dirá que a Décima Primeira Sessão da Assembleia Geral fez jus às grandes esperanças que a humanidade depositou nela.

Nova York, em 12 de novembro de 1956.

1957

1957

Com o lançamento do *Sputnik,* em 1957, o desafio soviético à hegemonia científico-militar dos EUA adquire credibilidade. As possibilidades abertas pelas tecnologias de mísseis intercontinentais de longo alcance alteram radicalmente as concepções estratégicas.

Como consequência do processo de descolonização e da aplicação sucessiva das doutrinas do *containment* e da *massive retaliation,* tanto os EUA, quanto a URSS terminariam por se envolver extensamente no Terceiro Mundo. Multiplicavam-se as operações norte-americanas para derrubar, através de operações clandestinas, governos simpáticos à URSS: Irã (1953), Guatemala (1954). Em 1958, seria a vez da Indonésia. A essas tendências, cujas manifestações na década de sessenta iriam incluir Cuba (1961) e São Domingos (1965), somavam-se, no caso do Sudeste Asiático, o estímulo e apoio a regimes não comunistas ameaçados por movimentos armados revolucionários internos apoiados por Moscou e/ou Pequim. Data de 1954 o início do envolvimento direto dos EUA no Vietnã.

Na Europa, onde se assistia com crescente preocupação à polarização ideológico-estratégica do mundo, seria dado, em 1957, um passo fundamental para a consolidação de um núcleo diferenciado de poder: o Tratado de Roma constitui a Comunidade Econômica Europeia. Na África e na Ásia, a independência de Gana e da Malásia impulsionam o processo de descolonização.

O Brasil, superada a instabilidade dos primeiros tempos da Administração Kubitschek, entrava em fase de crescimento. Iniciam-se as

obras de Brasília e, apesar dos repetidos movimentos grevistas, a aceleração do processo de industrialização abre perspectivas positivas para o país.

É nesse contexto que, a partir de 1957, a diplomacia brasileira dá sinais de mudança em suas visões e percepções do mundo. Oswaldo Aranha expressa perante a Décima Segunda Assembleia Geral uma nova percepção do Brasil, não mais derivada do enquadramento automático do país no cenário estratégico internacional, mas sim numa avaliação diferenciada de interesses nacionais. Oswaldo Aranha, um dos líderes brasileiros que mais havia se distinguido na formulação da política de aliança com os EUA, critica a falta de cooperação norte-americana ao desenvolvimento da América Latina. Suas palavras revelam frustração diante do rumo tomado pela relação estratégica global e do papel secundário destinado à América Latina.

Notável por sua clareza, por sua candura e pela força de sua argumentação, o discurso de 1957 contém os elementos que determinariam transformações substantivas na "visão do mundo" da diplomacia brasileira. A partir de então, o eixo das preocupações externas do Brasil começaria a se desviar do sentido Leste-Oeste para se concentrar na vertente Norte-Sul. Seriam as desigualdades econômico-sociais, mais do que as polaridades político-ideológicas que o Brasil passaria a identificar como elementos estruturais responsáveis pelas tensões internacionais. Voltando a Nova York, dez anos depois de haver presidido a Assembleia Geral de 1947, Oswaldo Aranha se manifestaria pessimista ao avaliar o estado do mundo e as realizações das Nações Unidas. Existe um limite, afirmaria enfaticamente, a partir do qual as desigualdades podem ameaçar a comunidade internacional.

Já se revelam no discurso de 1957 também os fundamentos conceituais do projeto que viria se constituir nos anos seguintes na "Operação Pan-Americana" (OPA).

Oswaldo Aranha possivelmente terá sido o primeiro representante do Brasil a deixar de singularizar o país como situado no universo europeu--norte-americano, para caracterizá-lo primeiro como latino-americano e, depois, como membro do mundo em desenvolvimento.

XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1957

Embaixador Oswaldo Aranha[14]

Senhor Presidente,

Tenho especial alegria em ser dos primeiros a aplaudir vossa escolha para a Presidência da Décima Segunda Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, homenagem a suas qualidades pessoais e sua devoção às Nações Unidas e ao apoio constante e valioso de seu país à nossa Organização.

Faz dez anos exatamente que tive a honra de presidir os vossos trabalhos. Desde então não voltei ao seio das Nações Unidas e imaginareis assim a emoção com que, volvida a década, aqui encontro, em alguns dos operários da primeira hora, e nos que depois chegaram, os mesmos anseios de servir o grande ideal da ONU. Faz dez anos, falava-se aqui em paz quando saíamos da guerra e, agora, quando a necessidade da paz nunca foi maior para a sobrevivência dos povos, ouço falar quase unicamente de guerra. As nações, neste decênio, ao invés de se desarmarem, como era a finalidade desta nossa associação, não só se armaram muito mais, senão que criaram armas tremendas, que algumas grandes potências, por causa de seus recursos científicos e materiais, praticamente monopolizam.

Um novo poder se criou e, por força dele, como que ficaram a paz e a guerra à mercê dos que o detêm ou o vierem a possuir. Seria, pois, de temer-se

[14] **Oswaldo Euclides de Souza Aranha**, nascido em Alegrete, RS, em 15 de fevereiro de 1894. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores de 12/30 a 12/31, quando passou para a Pasta da Fazenda, nela permanecendo até 1934, e de 6/53 a 8/54. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/38 a 23/8/44. † Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1960.

que, como consequência, se estabelecessem condições que haveriam de permitir a existência de verdadeiras ditaduras mundiais, exatamente à sombra da ONU e, no fundo, em completa oposição ao espírito que a fez nascer.

Uma nova forma de vida está, assim, sendo imposta ao mundo. Ao invés de crescerem a segurança das nações e a igualdade e bem-estar dos povos, preocupação culminante de São Francisco, persistem entraves, controles e dificuldades à plena comunhão jurídica, econômica e social. Corremos, assim, no seio da ONU, o risco de nos tornarmos menos livres, menos iguais e, mesmo, menos pacíficos, os povos e as criaturas.

Eu vos peço desculpa, Senhores Delegados, se algum pessimismo me toma quando comparo 1947 com 1957. Mas posso e desejo assegurar-vos que o povo e o Governo do Brasil continuam, como eu, a acreditar que é aqui, na Organização das Nações Unidas, que pode e deve ser encontrada a solução pacífica dos problemas e conflitos regionais e mundiais.

O Brasil representa uma grande parte do território, da população e das riquezas da América. Estamos em pleno desenvolvimento e somos um povo sem aspirações que não caibam, todas, dentro de nossas possibilidades, fronteiras e tradições pacíficas e pacificadoras.

Há mais de um século nos incorporamos aos princípios e aos compromissos Pan-Americanos, que fizeram de nosso continente não apenas um só território, mas um só pensamento e até um só sentimento e uma mesma atitude internacional. O Pan-Americanismo integrou-se na ONU para servir à paz mundial. A ONU teve e terá nele um alicerce para as suas construções humanas e pacíficas.

A organização da família continental procurou sempre servir ao interesse e ao progresso mundiais. A América despendeu, após a fundação da ONU, muitos bilhões de dólares com o mundo e muito poucos com a própria América. Foi com o apoio e até com o aplauso de nossos Governos que uma nação americana concedeu ajuda à Europa, à Ásia e à própria União Soviética, em um ano, mais do que em dez anos de cooperação com suas irmãs do Continente. Essa atitude dos Estados Unidos para com os outros continentes não derrogou o Pan-Americanismo, antes o veio reafirmar em suas finalidades mundiais. Não foi nunca propósito dos fundadores do novo sistema regional criar um continente próspero e feliz num mundo pobre e infeliz. O bem que não possa ser de todos só pode ser procurado por governos que não sejam íntima, sincera e convencidamente democráticos.

Por isso mesmo, ainda durante a guerra, os países americanos apoiaram o estabelecimento de entidades internacionais cujo objetivo principal iria ser a recuperação das áreas devastadas e contribuíram, para esse fim, com o máximo de recursos a seu dispor.

A própria agência financeira internacional criada em Bretton Woods, de que participam todos os países americanos, tomou o nome de Banco de Reconstrução e Desenvolvimento. Foram-lhe dadas, portanto, duas missões de igual relevância: uma, de emergência – a reconstrução das áreas assoladas pela guerra; e outra, de longo alcance – o auxílio aos países economicamente menos desenvolvidos.

Passados dez anos, vemos que as nações mais duramente atingidas pelo conflito não só estão inteiramente reconstruídas como ultrapassaram seus níveis anteriores, enquanto quase todas as demais nações, levando em conta seu crescimento demográfico, tiveram reduzidas suas rendas, incluídas as individuais. Não quero dizer que todos os povos possam ser nivelados, mas sim que há um limite abaixo do qual a desigualdade pode comprometer a comunhão mundial. Algumas das nações recuperadas já iniciaram mesmo programas de cooperação que visam ao desenvolvimento econômico de outros países. Não há negar, pois, que a tarefa de reconstrução está virtualmente cumprida.

Chegou, portanto, o momento de empreenderem as Nações Unidas – principalmente através de suas entidades especializadas – uma participação mais ativa no encaminhamento da solução dos problemas de desenvolvimento econômico. No caso do Banco Internacional, é necessário inverter os termos do binômio, dando-se ao desenvolvimento a prioridade até agora concedida à recuperação e, no do Fundo Monetário Internacional, restabelecer os objetivos de dirimir as dificuldades de balanço de pagamento, originadas de desvalorizações monetárias competitivas, de supervalorizações cambiais e de inflações internas.

Estou certo de interpretar, em relação a esse problema, o pensamento não apenas de meu país, mas da América Latina.

Não somos, porém, um bloco e nem queremos ser. As Repúblicas Americanas não se guiam por aspirações unicamente continentais. Somos um pensamento político definido, uma forma de viver e de conviver, testados por um século. Somos uma grande família, com ricos e pobres, mas igualados e livres, uns em relação aos outros e, todos juntos, no afã de trabalhar aqui pela paz e pelo bem-estar mundial.

Volto hoje ao vosso convívio com o mesmo mandato de meu país e com a mesma fé nesta Organização. Os problemas a enfrentar – políticos, sociais, econômicos e jurídicos, tais como o da igualdade das nações, da autodeterminação dos povos, da emancipação dos territórios tutelados, da regulamentação, limitação e redução equilibrada das forças armadas e dos armamentos, do desenvolvimento econômico, da assistência técnica, e tantos outros, nem são grandes, nem pequenos, nem difíceis, nem fáceis e, muito

menos, insolúveis. São os mesmos e eternos problemas do homem, que o próprio homem terá de resolver se quiser sobreviver. Foi por imprevidência nossa que se criaram e, agora, precisamos ter capacidade para corrigi-los. O erro não é irreparável. Para o homem, como para os povos de boa vontade, o erro é passageiro e pode servir de estímulo para melhor pensar e agir.

A exacerbação do nacionalismo é um efeito, não é uma causa. A injustiça, a desigualdade, a má distribuição dos recursos financeiros e dos excedentes criaram essas e outras formas menos desenvolvidas e os que se estão desenvolvendo, como o Brasil, são levados à desconfiança, à descrença em uma justa e racional cooperação mundial. É natural que cada povo queira ser dono de si mesmo, do seu destino e do seu bem-estar: não depender de alguns, mas viver de todos e para todos. Não queremos empobrecer os ricos ou enfraquecer os poderosos. Queremos o equilíbrio da força e um mais justo acesso dos povos aos instrumentos de prosperidade e às fontes do bem-estar da humanidade. Sem essa orientação, nosso trabalho será vão e o mundo multiplicará seus problemas, ao invés de resolvê-los, e cada dia mais caminharemos todos, ricos e pobres, poderosos e fracos, para uma paz mais armada, e para agravar a miséria, a fome, o medo e os conflitos, que aqui nos propusemos eliminar para sempre da vida humana e da dos povos.

Senhor Presidente,

Aqui estou para continuar a série de esforços que desenvolveram meus predecessores em outras Assembleias Gerais. Aqui estamos, fiéis à vocação e às finalidades da ONU, para ajudar a resolver, à luz da Carta de São Francisco, as controvérsias internacionais, incluídas em nossa ordem de trabalhos. O maior incentivo para cada um de nós é a certeza de que homens e mulheres de todo o mundo continuam a confiar na ONU. Nem sempre será eficaz nossa ação, mas conta muito o fato de estar a nossa Organização presente quando a Força ameaça dominar e as criaturas humanas começam a desesperar. Não há no mundo, mesmo perturbado como está, quem deseje ver fechadas as portas desta casa, sem achar que as sombras da guerra desceriam sobre a humanidade para obscurecer definitiva e irremediavelmente a esperança dos homens e as relações entre os povos.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1957.

1958

1958

Em 1958, como resultado de sua política de constituição de uma rede mundial de acordos de segurança, os EUA tinham assumido obrigações explícitas pela defesa de mais de quarenta países. Implicitamente; muitos outros se juntavam à trama de segurança externa urdida pelos EUA ao longo dos anos da Guerra Fria. No Líbano, naquele ano, seria aplicada a "Doutrina Eisenhower": os EUA defenderiam qualquer país da região ameaçado militarmente por uma nação controlada pelo comunismo internacional. Àquela altura, os EUA haviam-se transformado efetivamente numa superpotência. Capazes de atuar militarmente em qualquer parte do globo, haviam estendido sua área de segurança externa ao mundo todo. Qualquer acontecimento, em qualquer latitude, passara a interessar direta ou indiretamente aos EUA. A Guerra Fria assumia contornos ameaçadores.

Data dessa época o que se poderia chamar de início da inserção da América Latina no contexto da confrontação Leste-Oeste, que viria a se caracterizar plenamente a partir do ano seguinte, com a ascensão de Fidel Castro em Cuba. Em maio de 1958, o Vice-Presidente Richard Nixon visita diversos países da região e é hostilizado, chegando a ser fisicamente atacado em Lima e em Caracas. Era perceptível a frustração da região diante da atitude dos EUA, geralmente percebida como de alheamento e desinteresse.

A diplomacia brasileira procuraria tirar partido daquele momento das relações internacionais. O país nutria-se àquela altura de expectativas crescentes de desenvolvimento econômico geradas pelo crescimento da

indústria automobilística, pela implantação de uma infraestrutura de comunicações e pela construção de Brasília.

No seu discurso perante a Décima Terceira Assembleia Geral, o Chanceler Francisco Negrão de Lima exalta a unidade pan-americana, que qualifica como um novo movimento de política internacional destinado a promover a luta contra o subdesenvolvimento em escala global. O discurso de Negrão de Lima se constituiria no batismo internacional da "Operação Pan-Americana" (OPA). A mobilização diplomática então concebida e implementada reeditava uma tendência tradicional da diplomacia brasileira desde os tempos do Barão do Rio Branco de servir de ponte entre os EUA e os demais países do Hemisfério. Oferecia mecanismos de diálogo e cooperação para que os EUA pudessem desempenhar um papel substantivo no processo de desenvolvimento da região e, ao mesmo tempo, contrabalançar a crescente influência do comunismo e da URSS.

Notável no discurso do Ministro Negrão de Lima é a vinculação expressa, possivelmente por primeira vez em foro tão solene e por tão alto representante do Brasil, entre o fenômeno do subdesenvolvimento e as ameaças à paz e à segurança internacional. Formulada em tempos de Guerra Fria, esta afirmação desvendava uma percepção brasileira significativamente variante dos postulados estratégicos globais dos EUA. Os países latino-americanos, afirma o Chanceler brasileiro, não mais podem aceitar passivamente um estado de coisas injusto e estão decididos a empreender uma ofensiva para valorizar as regiões deserdadas e o bem-estar de suas populações.

XIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1958

Ministro Francisco Negrão de Lima[15]

Senhor Presidente,

Gostaria primeiramente de parabenizá-lo pela honra conferida a Vossa Excelência pelos povos representados aqui ao elegê-lo para a alta posição de Presidente da Décima Terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste importante momento da vida do homem, a sua experiência, a sua ampla visão dos problemas atuais e a confiança que todos nas Nações Unidas depositamos em Vossa Excelência permitem-nos acreditar no sucesso de nossas deliberações futuras.

Ao tomar a palavra neste debate geral com que iniciamos a Décima Terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, julgo oportuno trazer, aos representantes de quase todos os países do mundo aqui reunidos, maiores informações sobre o novo movimento de política internacional em que está empenhado o Brasil, juntamente com os demais Estados americanos.

O movimento de revitalização da unidade continental, denominado "Operação Pan-Americana", apesar de constituir originariamente uma iniciativa de caráter regional, a juízo de meu Governo ultrapassa de muito os limites dessa qualificação, para adquirir significado e alcance universal,

[15] **Francisco Negrão de Lima**, nascido em Nepomuceno, MG, em 24 de agosto de 1901. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Ministro da Justiça, interino, em setembro de 1938, março de 1939, agosto de 1939 e de 17/1 a 19/3 de 1941. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 3/7/58 a 10/8/59. † Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1981.

pois os seus objetivos correspondem às aspirações e às necessidades de todos os povos.

É certo que a melhor maneira de alcançar as finalidades que, ano após ano, vêm congregando os Estados nas reuniões desta Organização é a de se atender, de modo mais consciente e eficaz, a problemas que reclamam angustiosamente solução adequada nas diferentes regiões do mundo.

É também evidente que se torna mais fácil cuidar de problemas dos quais possuímos conhecimento imediato e direto do que tentar resolver com a mesma proficiência aqueles que se situam fora das áreas a que pertencemos.

Pareceu assim, ao meu Governo, em consonância com as aspirações e necessidades dos povos americanos, já manifestadas em tantas ocasiões, que o momento era chegado para que fosse encetada uma ação decisiva e dinâmica no sentido de erradicar o subdesenvolvimento das Américas. Não nos era possível fechar os olhos por mais tempo à situação aflitiva em que se encontram as populações de vastas zonas do nosso continente, atingidas de modo cruel pelos males do subdesenvolvimento. Faltar-nos-ia autoridade moral para o cumprimento efetivo dos deveres de caráter universal que nos impõe a Carta desta Organização, se não pudéssemos, do mesmo passo, dar mostras do nosso propósito de oferecer remédio para aqueles males.

Eis por que a Delegação do Brasil se associou, vigorosa e entusiasticamente, aos Estados que propuseram, durante a Décima Segunda Sessão da Assembleia Geral, a criação de uma Comissão Econômica para a África. Afigurou-se-nos que deveríamos propiciar aos povos africanos a oportunidade e os meios para uma análise conveniente dos problemas e das soluções que os mesmos estavam a reclamar. Um melhor conhecimento das necessidades daquele Continente contribuirá, por certo, para atenuar as repercussões políticas – cuja gravidade na hora atual não é mister encarecer – de fatores eminentemente econômicos e sociais.

Não é mais lícito duvidar que existe uma correlação evidente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as fricções locais que vêm ameaçando a paz da humanidade. Na miséria e no descontentamento é que fermentam e proliferam as manifestações de uma política de desespero que poderá invalidar em definitivo as tentativas de implantação da concórdia universal. A experiência de treze anos de existência desta Organização tornou patente que o subdesenvolvimento é a grande e verdadeira ameaça à segurança coletiva, visto que ele constitui sempre o instrumento das agitações de massa e dos ressentimentos nacionais contra povos mais afortunados. Esse estado de insatisfação vem conduzindo algumas nações a

ingressarem no perigoso caminho da adoção de ideologias contrárias à sua própria formação política e cultural, na ilusória esperança de encontrarem nas mesmas uma resposta adequada a seus problemas. Se aqueles que detêm o poder material de remediar essa situação não se apressarem em fazê-lo, testemunharemos, em breve, o colapso de importantes valores de civilização, indispensáveis à plena realização do conceito da universalidade das Nações Unidas, em consequência da ação diluidora do sentimento de desamparo crescente na alma dos povos esquecidos.

O Brasil aderiu com todo o entusiasmo à ideia de um esforço conjunto e cuidadosamente planejado pelo desenvolvimento harmônico das economias do Continente, convicto de que assim se abririam novas perspectivas para a conquista da paz, e é o fervor que nos animou nos primeiros passos dessa cruzada que nos serve de estímulo, para levantar aqui o problema, em termos universais. E fazêmo-lo certos de que não tem autoridade para agitar a bandeira de uma nova esperança quem não está atento às angústias e necessidades de seu próprio povo; quem, a pretexto de servir a remotos ideais de toda a humanidade, se descuida de remediar os males prementes e imediatos que lhe dizem respeito.

Vale lembrar que aqui se diz e repete, há muito, que o avanço tecnológico acentua e agrava os desníveis econômicos existentes entre certas nações. Foi nesse sentido, e por atentar a essas circunstâncias, que o Presidente Kubitschek dirigiu ao Presidente Eisenhower uma carta que mereceu pronta acolhida e que tantos ecos favoráveis despertou em todo o Continente. Desejo ressaltar que o Governo brasileiro não visou, com essa iniciativa, a colher vantagens políticas, econômicas, ou outras, em benefício exclusivo do Brasil, mas apenas a servir aos interesses de todos os povos do continente, guardando, ao mesmo tempo, fidelidade aos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, cujo fundamento mais relevante é a causa do bem-estar geral dos povos.

Creio que ficou bem claro Senhor Presidente, no que acima disse, que de acordo com o pensamento do Presidente Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana, sendo um movimento regional, é também um movimento que se entrosa na luta geral contra o subdesenvolvimento. Os problemas econômicos que a Operação Pan-Americana se propõe solucionar não são novos, nem estranhos à consideração dos diferentes órgãos das Nações Unidas. Ao contrário, de há muito vêm sendo examinados minuciosamente pela nossa Organização, que sobre os mesmos se tem externado através de estudos, resoluções e recomendações, contadas por centenas, mas infelizmente não transportadas ainda para o campo da execução efetiva. É que tem faltado até agora, para a sua concretização,

o ânimo criador nascido dos reclamos da opinião pública, convicta da necessidade inadiável de vencer a batalha do subdesenvolvimento.

Diante da receptividade manifestada em pronunciamentos dos círculos governamentais e através da imprensa nos países que integram a grande comunidade americana, acreditamos poder assegurar a esta Assembleia que já existe, em nosso Continente, aquela disposição capaz de superar a aceitação passiva de uma realidade injusta, substituindo-a por uma ofensiva conjunta e irreversível em prol da valorização econômica das áreas abandonadas e do bem-estar de suas populações.

Acreditamos, também, que a melhoria das condições gerais de vida das populações em todo o mundo, resultante da efetivação de iniciativas como a que agora esposamos, acarretará, sem dúvida, a diminuição das tensões políticas existentes, com a consequente liberação de fundos, esterilmente empregados na corrida armamentista, para a aceleração do processo de emancipação econômica e social da humanidade. Teremos passado, assim, a uma era em que as energias imensas, ora desviadas para o aumento do potencial de destruição, encontrariam o seu verdadeiro destino na competição pacífica entre os países altamente industrializados que iriam disputar, entre si, a hegemonia na valorização rápida das zonas economicamente fracas.

Em nossos dias, quando as conquistas da ciência ultrapassam de muito a fantasia dos antepassados, quando as grandes potências se lançam à conquista da imensidão erma dos gelos e das vastidões espaciais, necessário se faz que o Homem não se esqueça de si mesmo e que se reencontre na sua condição verdadeira de origem, centro e finalidade das suas próprias realizações. Valorizar a existência e respeitar a dignidade do homem, permitindo-lhe a plena afirmação da personalidade, eis o benefício supremo que a redenção econômica há de assegurar à criatura humana.

Falando nesta Assembleia, não desejo deixar perder-se uma oportunidade tão especial para, em nome de meu País, proclamar a nossa firme convicção de que o espírito humano há de encontrar uma forma de equilíbrio, de harmonia e entendimento entre os povos. Para isso, é necessário que se reúnam todos os homens de boa vontade em torno dos princípios desta Organização das Nações Unidas, que tem sabido evitar tantos males, que se tem portado impávida em horas graves e serena em horas que pareciam marcar a destruição de nossas esperanças.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1958.

1959

1959

Aproximando-se o fim do mandato do Presidente Kubitscheck, os primeiros movimentos do processo sucessório, somados à aceleração da inflação, provocam instabilidade. Em maio, a visita de Fidel Castro ao Brasil gera desconfianças em setores norte-americanos. Dando satisfação aos setores nacionalistas, o Presidente anuncia em junho, em discurso no Clube Militar, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional. A criação da SUDENE no fim do ano mostraria a determinação do Governo de promover por via do Estado o desenvolvimento do Nordeste. Dias antes produzira-se o levante militar de Aragarças, logo controlado pelas forças legalistas.

No plano internacional, a partir de 1958, começara a ficar evidente a cisão sino-soviética. Os contatos entre os EUA e a URSS se intensificariam. Krushev faz em setembro uma longa viagem pelos EUA. O líder soviético esforçou-se por criar na sociedade norte-americana imagens sedutoras. O panorama, a nível das superpotências, parecia encaminhar-se em clima positivo. O conceito da coexistência pacífica seria proposto pela liderança soviética em outubro de 1959.

Após os acontecimentos de Cuba, no entanto, os países do Hemisfério seriam induzidos a reafirmar suas lealdades no contexto da confrontação Leste-Oeste. Em sintonia com as lideranças militares latino-americanas, os EUA davam indicações de preocupação com o eventual avanço da influência soviética numa região até então marginal no contexto da Guerra Fria.

A diplomacia brasileira percebeu as oportunidades ensejadas por aquele momento como propícias para a reformulação das relações hemisféricas. Tratava-se essencialmente de incentivar os EUA para que voltassem as suas vistas para o cenário regional. A Operação Pan-Americana (OPA) foi concebida como instrumento de diálogo e de cooperação destinado a comprometer os EUA com o processo de estabilidade e crescimento da América Latina.

Em seu discurso perante a Décima Quarta Sessão da Assembleia Geral, o Embaixador Augusto Frederico Schmidt, Conselheiro especial do Presidente Juscelino, expõe vigorosamente as propostas brasileiras. Seu diagnóstico da situação internacional representa um passo adiante na gradual desvinculação do Brasil da confrontação ideológica. A expectativa benevolente que, no discurso tradicional brasileiro, sempre temperava as demandas por cooperação internacional, cede lugar pela voz do Embaixador Schmidt a manifestações de impaciência e mal-estar. Os problemas do subdesenvolvimento não mais podem ser procrastinados enquanto as nações avançadas dão constantes mostras de progresso material e científico.

Não era, porém, intenção da diplomacia brasileira expressar ressentimentos ou recriminações. O Brasil mobilizava seus próprios recursos para superar o subdesenvolvimento. O que não se podia compreender – e o discurso do Embaixador Schmidt coloca a questão em termos contundentes – é que alguns países, só porque dispõem de mais recursos, se julguem capazes de se apropriarem exclusivamente das visões corretas do mundo. Em lugar de se dedicarem a preparar a guerra, os países altamente desenvolvidos deveriam, isto sim, dedicar-se a cooperar para erradicar o subdesenvolvimento.

Veemente e denso, o discurso do Embaixador Schmidt conclui com uma apresentação dos objetivos da Operação Pan-Americana e uma exortação ao combate à pobreza, à doença e à ignorância. A apatia da comunidade internacional diante desses problemas, afirma, constitui crime contra a razão, ataque à civilização, imperdoável ofensa moral e um ato de imprudência política, de incalculáveis consequências para a paz mundial.

XIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1959

Embaixador Augusto Frederico Schmidt[16]

Senhor Presidente,

Ao orgulho de falar neste momento em nome do Brasil acrescento a satisfação de ser o primeiro a manifestar a Vossa Excelência a comovida alegria com que o vemos elevado à mais alta investidura desta Assembleia Geral. Não quero que esta saudação seja apenas o cumprimento de um dever de cortesia, mas sim que transmita, de maneira calorosa, a admiração e o apreço da Delegação de meu País pela eminente figura de Victor Andrés Balaunde, expoente da cultura humanística e jurídica das Américas, veterano paladino das mais nobres causas, orador insigne, cuja voz eloquente vem apaixonando e convencendo as Nações Unidas desde as memoráveis jornadas de São Francisco.

A consagração que Vossa Excelência acaba de receber, Senhor Presidente, é a justa medida da confiança que todos depositamos em sua experiência, sua sabedoria, seu talento diplomático, e sua energia. Sob sua segura direção, estamos certos, esta Sessão da Assembleia Geral será levada a bom termo.

[16] **Augusto Frederico Schmidt**, nascido no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1906. Assessor da Presidência da República no Governo Kubitschek, cabendo-lhe principalmente o comando da OPA (Operação Pan-Americana). Atuou com destaque como Chefe da Delegação do Brasil na Décima Quarta Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e como Presidente do Comitê dos 21 na Conferência de Bogotá, na Colômbia. † Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1965.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Diante da conquista do espaço cósmico, que neste momento vence mais uma etapa, graças à técnica e à vontade do homem, nada mais ofereço neste discurso do que a repetição das advertências sobre os perigos do abandono crescente em que se encontra a própria criatura. Não quero deixar de salientar, desde já, ter bem presente a noção de que defendo uma inatualidade: a melhoria da condição humana. Chegou sem dúvida a hora de esplendor da técnica, mas o problema do homem, apesar das muitas palavras proferidas aqui e em toda parte, não é tratado em seu justo conceito de urgência. O reino do homem ainda parece distante. Na atualidade, o homem será o fruto de uma política de espírito que estamos longe de ensaiar e mais ainda de praticar.

As nações aqui reunidas vivem nesta mesma época idades diversas. Encontramos um meio de fazer compreender uns aos outros as palavras e conceitos que aqui trocamos; mas a Babel de idades é algo inédito para a história da humanidade.

Atinge-se a Lua, criam-se satélites e planetas artificiais; e, ao mesmo tempo, vastas comunidades humanas, milhões e milhões de seres vivem na idade da forma insaciada, em atraso igual ao da mais remota antiguidade. Cresceram, magicamente, as possibilidades técnicas, cresceram as populações, cresceu a miséria.

Após a distensão internacional consecutiva à viagem do vice-presidente Nixon à União Soviética, tínhamos a impressão de que se ia inaugurar nova fase, na qual seria possível, enfim, imprimir maior dinamismo à luta contra o reino da miséria, que ocupa tão vastas áreas do mundo; já experimentávamos uma sensação, não digo de tranquilidade, mas de menor apreensão, quando nos surpreenderam graves acontecimentos na Ásia. Em face das mostras de melhor disposição ao entendimento por parte das duas maiores potências, já a Delegação do Brasil se dispunha a reclamar uma nova atitude e, mesmo, um novo rumo para as Nações Unidas, quando aquelas novas ocorrências sobrevieram, para fazer-nos temer não encontrar tão cedo a estabilidade que as nações mais desenvolvidas consideram necessária para que seja finalmente deflagrada – com o emprego de modesta parte dos orçamentos destinados a fins bélicos – a guerra da civilização, a guerra em defesa do homem e não contra o homem, a guerra ao subdesenvolvimento, ou seja, ao cativeiro que submete dois terços da humanidade.

Ao que parece, serão novamente confrontados com uma dura realidade os povos que dependem da cooperação internacional para solver

seus problemas básicos – alguns deles carentes de auxílio somente para acelerar ainda mais o esforço de desenvolvimento que, a duras penas, estão promovendo, como é o caso de meu País; mas, outros, na dependência de um impulso inicial para saírem da estagnação anti-humana em que vivem. Sabem perfeitamente esses povos o quanto terão que esperar e toda paciência que terão que empregar se for mantida a exigência de uma harmonização das duas concepções de vida antagônicas, em duelo no nosso tempo, até que lhes sejam oferecidas soluções válidas e não simples paliativos de ocasião.

Estas palavras da Delegação do Brasil desejam exprimir a impaciência e o cansaço diante dessas ameaças permanentes, que acarretam o adiamento de providências de envergadura, capazes de libertar a maioria dos nossos semelhantes de uma longa servidão; mas essa impaciência e esse cansaço não traduzem nenhum desespero. Temos esperança de que chegue um dia a época da maturidade, obra de cultura política, e não de avanço técnico, que sejam definitivamente eliminadas as causas da Guerra Fria, geradora de desânimo e de inércia; guerra fria, mas que não exclui alguns episódios sangrentos habilmente dosados. Mas essa esperança é longínqua e a situação atual não pode ser aceita resignadamente, sem que se faça um apelo à razão e ao interesse, já que os tempos tornaram impraticável apelar-se para mais altos e nobres ideais. Esse apelo à razão consiste na necessidade de que nossos sistemas – sistema a que se filia meu País e que se orgulha de defender a Democracia e a Liberdade – não continuem abrigando em seu seio contradições tão graves. Grave contradição é, sem dúvida, que se proponham soluções para a humanidade e, ao mesmo tempo, admite que persistam condições desumanas de existência em extensas áreas do mundo livre.

Se tivermos que esperar, Senhor Presidente, que se harmonizem os contrários, que deixem de abalar este plenário e as Comissões da Assembleia Geral os ecos dos conflitos, gerações sucessivas continuarão perecendo de fome em muitas partes do mundo, enquanto se continuarão a construir engenhos mortíferos, que logo se transformarão em coisas anacrônicas, nessa vertiginosa aceleração da técnica aplicada à morte e à produção de escombros e ruínas.

Desejo exprimir aqui, com toda a nitidez, o ponto de vista da Delegação de meu País. Assim agindo, estou certo de que prestamos a melhor colaboração possível à causa da Democracia e às Nações Unidas, organização que deve refletir com fidelidade as diversas faces da inquietação de nossa época e saber preservar-se da estratificação, do imobilismo, do formalismo, para sobreviver e continuar prestando os seus serviços.

As Nações Unidas não são uma máquina de discutir ou de rezar. Necessitamos de insistir em certas verdades. Não assume a Delegação do Brasil uma atitude romântica, de reivindicação, ou de ressentimento. Nosso País está fugindo como pode à sujeição da miséria e tem possibilidades, riquezas naturais e vontade suficiente para tornar-se, um dia, nação plenamente desenvolvida. O pronunciamento de minha Delegação baseia-se principalmente no justo temor de que os esforços para manter a paz e a segurança estejam impedindo, entre as nações que arcam com maiores responsabilidades, uma exata e larga visão dos grandes perigos que decorrem dos sofrimentos presentes da Humanidade. O fato de deterem alguns povos recursos poderosos, de viverem na intimidade de certos problemas, ou de possuírem informações valiosas, não lhes confere o dom de apreciar a conjuntura mundial em toda a sua profundidade, ou de alcançar a visão mais ampla do dia de amanhã. Seria infindável relembrarmos aqui a cegueira de civilizações e impérios magníficos, que foram atirados, com as suas riquezas e conhecimentos, com a sua orgulhosa convicção de eternidade, nos abismos da História. A História não aproveita aos povos, contudo: a experiência das nações, como a dos homens, por mais exemplar que seja, parece intransferível.

A maneira de favorecer a Democracia não é a de se prepararem, exclusiva e infatigavelmente, os povos mais desenvolvidos para uma guerra que acabará por não vir – tal como eles a esperam, ou supõem que venha – enquanto a larva do subdesenvolvimento continua a roer e debilitar o nosso mundo. Já ninguém ignora que este planeta está dividido em uma fração, cada vez menor, de humanidade que desfruta vida próspera e confortável, e outra parte, cada vez maior, de flagelados com índices impressionantes de mortalidade precoce, privados de nutrição e de conhecimentos. O fato de que a verdadeira guerra é essa, que se processa nas regiões cada vez mais extensas do subdesenvolvimento, deixou hoje de ser um segredo, para transformar-se nessa coisa perigosa e também terrivelmente desnorteadora: uma verdade proclamada com os lábios, mas que não desperta o desejo da ação corretora.

A Delegação do Brasil não poderia perder esta ocasião de reafirmar o pensamento que orienta a nova política internacional inaugurada pelo Presidente da República de meu País, o Senhor Juscelino Kubitschek. Há mais de um ano que se iniciou entre as 21 Repúblicas americanas um movimento regional que tem como premissa o reconhecimento da imperiosa necessidade e da extrema urgência de uma ação conjugada multilateral dos países do continente para promover o desenvolvimento acelerado e harmonioso das suas economias.

Os pontos principais dessa política – que é conhecida pela denominação de Operação Pan-Americana – foram levados ao conhecimento das Nações Unidas pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao iniciar-se a Décima Terceira Sessão da Assembleia Geral. A Operação Pan-Americana visa a reforçar o conteúdo econômico do Pan-Americanismo, mediante a adoção de um conjunto de medidas enérgicas e coordenadas, suscetíveis de remover os obstáculos ao desenvolvimento dos países da América Latina, cujas economias necessitam de vigoroso impulso para que ultrapassem o estado de atraso em que se encontram e ingressem numa era de industrialização, aproveitamento máximo dos recursos naturais e ativo intercâmbio.

Somente por tal modo poderá ser elevado o nível de vida das populações latino-americanas, colocando-se dois terços do nosso Continente em melhores condições para a defesa dos valores mais altos da nossa civilização. A ideia política inspiradora da Operação Pan-Americana foi definida pelo Presidente do Brasil nos seguintes termos:

> Sempre estivemos dispostos – como o estão os outros países do Continente – a trazer nossa colaboração à grande tarefa de preservar a paz e a segurança internacional. Adotamos uma mesma atitude fundamental face os perigos com que se defronta a humanidade nesta hora. Por isso mesmo, e porque está em jogo um patrimônio comum de civilização, não desejamos ser simples elementos secundários. Nossa contribuição só terá valor na medida em que refletir o nosso desejo de analisar com franqueza os grandes problemas de interesse comum, de manifestar livremente os nossos pontos de vista, de buscar de modo ativo as soluções mais adequadas às exigências de cada momento. Queremos levar a cabo um trabalho em conjunto, e não permanecer indefinidamente confinados em passiva adesão. Desejo, porém, reafirmar que nossa iniciativa só terá significado e ganhará movimento, só conseguirá dar os frutos almejados, se compreendida como uma resultante da opinião unânime do Continente.

Essa opinião do Continente quanto à conveniência e à oportunidade da Operação Pan-Americana não oferece dúvidas. Os princípios do Pan-Americanismo renovado foram elaborados em sucessivas reuniões internacionais americanas: a Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores e a primeira reunião do Comitê dos 21, no ano passado; a segunda reunião dos 21 e a Conferência de Santiago, no corrente ano. Podemos afirmar com segurança que o continente americano está, todo ele, psicologicamente mobilizado para entrar na batalha contra o subdesenvolvimento. Esta não pode ser mais adiada.

Algumas providências concretas já foram aprovadas e se tornam cada vez mais nítidos os pronunciamentos dos estadistas do continente sobre a matéria. Ainda no mês passado, ao partir para sua viagem à Europa, o Presidente Eisenhower declarou que as nações do mundo livre deveriam colaborar num plano geral para a elevação dos padrões de vida nos países subdesenvolvidos ou em processo de evolução, afirmando que "o problema dos dois bilhões de homens que vivem em condições de atraso é um dos mais impressionantes e sérios do mundo".

O mesmo pensamento, que não é unicamente humanitário, mas decorre de uma clara visão dos acontecimentos e de um prudente realismo político, foi expresso por outro eminente Chefe de Estado, o General Charles De Gaulle, em recente conferência de imprensa, quando manifestou a opinião de que os países altamente industrializados, sem distinção de doutrinas políticas, deveriam unir seus esforços e seus recursos materiais e humanos para um auxílio eficaz às populações das zonas subdesenvolvidas. Ao salientar que tal decisão seria mais importante para resolver os problemas mundiais do que quaisquer fórmulas ou compromissos simplesmente políticos entre as Grandes Potências, o General De Gaulle declarou: *La seule querelle qui vaille est celle de l'homme.* Eis uma frase que merece ser longamente meditada.

Não há, pois, divergência de opiniões sobre a necessidade e a urgência da luta contra o subdesenvolvimento. Que estará então faltando para que, num ato de legítima defesa da civilização e da cultura política, de garantia da sinceridade de propósitos da causa democrática, se imprima um maior dinamismo à luta contra o subdesenvolvimento, transplantando-a do plano circunscritamente tático, para o de uma estratégia mais ampla, em que predomine uma justa visão global? Que estará faltando para que zonas potencialmente ricas do mundo sejam redimidas e valorizadas por uma política criadora? Que estará faltando para que os olhos das nações líderes do mundo, pregados obstinadamente no muro do imediato, se abram a uma visão mais geral e mais correta? Que estará faltando para que se ponha fim a uma situação que constitui o fermento da desordem que se alastra sobre o mundo? Enganavam-se e enganam-se, tragicamente, os que julgam ser a luta contra o subdesenvolvimento puramente um capítulo da Caridade. Ela também é um capítulo da defesa da liberdade no mundo, e, para confusão nossa, só não tem sido assim considerada porque é problema com implicações éticas e isso torna mais difícil a sua solução por parte dos realistas e dos estrategistas. Como explicar, Senhor Presidente, que seja a causa do homem a mais desdenhada de todas? Talvez se encontre a explicação na imaturidade, na extrema juventude

da espécie humana sobre a terra. "*Grattez le civilisé, vous trouverez le paleolithique*", escreveu René Grousset. Será essa a razão da diferença com que certos problemas são encarados pelos que estão em condições de resolvê-los? A falta de solidariedade, a falta de emoção diante do espetáculo do subdesenvolvimento, a ausência de instinto da defesa e de poder de compreensão, da força destruidora desse fenômeno são provas de que o homem paleolítico não se distancia tanto dos que defendem a civilização mais refinada e nela se julgam integrados.

Não tenciona o meu País modificar a sua posição, nem a linha de conduta prudente e firme que tem sempre adotado nos debates de nossa Organização. Membro originário das Nações Unidas, o Brasil sempre foi um dedicado defensor dos princípios e propósitos da Carta. Coerente com a sua formação cristã e ocidental, e com sua condição de país que deseja preservar o seu sistema democrático e o estilo de vida de seu povo, o Brasil se baterá sempre pela harmonia entre as nações, pela solução pacífica das controvérsias, pelo respeito ao Direito das Gentes e aos acordos internacionais. Animado de prudente otimismo em relação à atmosfera de distensão que parece agora prevalecer no quadro das relações diretas entre as Grandes Potências, não deixará de apoiar qualquer iniciativa tomada de boa-fé, venha de onde vier, que lhe pareça tendente a restabelecer um mínimo de confiança nas negociações internacionais e a favorecer a discussão aprofundada, bem como a solução dos grandes problemas de que depende a manutenção da paz e da segurança, no âmbito desta Organização, que fundamos a fim de afastar definitivamente a guerra, e que não desejamos fique à margem dos acontecimentos, mas que os oriente para o bem-estar dos povos. A essa atitude, que é decorrência lógica de sua passagem e de sua atuação internacional, o Brasil acrescenta hoje, com o caráter prioritário, a política da colaboração internacional para o desenvolvimento, que é a política do futuro, a política da esperança. Estamos profundamente convencidos de que – como afirmou o Chefe da Nação brasileira – a inércia diante do problema da miséria, da doença e da ignorância, num mundo que tem à sua disposição recursos científicos e técnicos nunca dantes sonhados, constitui um crime contra o espírito, um atentado aos nossos pretendidos foros de civilização, uma imperdoável ofensa moral e uma imprudência política de incalculáveis consequências para a paz do mundo. Que essa advertência seja ouvida, enquanto for tempo.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1959.

1960

1960

A obsessão norte-americana com a questão cubana dominaria completamente a agenda hemisférica a partir de 1960. Reunidos em São José e posteriormente em Bogotá, os Chanceleres latino-americanos reiterariam os postulados democráticos de seus Governos e examinariam com os EUA fórmulas para promover o desenvolvimento regional. O Brasil procuraria ainda desempenhar um papel protagônico no processo, mas as dificuldades no diálogo com os EUA acabariam por frustrar as iniciativas. As tentativas brasileiras de moderar as posições norte-americana e cubana esbarrariam no que foi então percebido como uma decisão cubana irrenunciável de buscar a aliança da URSS, o que, no quadro regional então prevalecente, era considerado uma ameaça à integridade do sistema interamericano.

Os desenvolvimentos positivos do ano anterior no plano da relação EUA-URSS seriam anulados em 1960, com o episódio da derrubada do avião espião U-2 norte-americano. Em consequência desse episódio, seriam canceladas a cúpula dos Quatro Grandes de Paris e a visita que o Presidente Eisenhower programara à URSS. Kruschev, embora reiterasse os propósitos da "coexistência pacífica" com os EUA, assumiria posturas agressivas. Assim seriam interpretadas as suas frequentes tiradas sobre a capacidade de destruição dos mísseis soviéticos, suas sapatadas no Plenário da Assembleia Geral da ONU e o apoio emprestado pela URSS a Cuba e a diversos movimentos armados de libertação nacional que surgiam na África. Kruschev parecia acreditar na intimidação como meio de forçar os EUA a negociar de igual para igual com a URSS.

Às vésperas da eleição do Presidente Jânio Quadros, e em meio a uma campanha eleitoral carregada política e ideologicamente, que testava os limites da frágil democracia brasileira, eram reduzidas as possibilidades abertas à criatividade da diplomacia do Brasil na ONU. O país crescera nos anos JK à taxa média de 7 por cento ao ano. A produção industrial aumentara em 80 por cento. Mas as polaridades ideológicas internas alimentadas pela confrontação estratégica global, conferiam ao quadro brasileiro acentuada dose de instabilidade.

Em seu discurso perante a Décima Quinta Assembleia Geral, o Ministro Horácio Lafer ainda se esforçaria para manter viva a política pan-americana do Brasil. Não lhe seria possível, porém, disfarçar o desapontamento com que a diplomacia brasileira, em função do desinteresse dos EUA, vira frustadas as suas expectativas de revigorar a cooperação hemisférica. Já o Brasil restabelecera contatos comerciais com a URSS em dezembro de 1959. Na ONU passaria a defender, pela primeira vez, a pluralidade ideológica. Horácio Lafer chega a empregar a expressão "coexistência pacífica" não obstante a sua conotação soviética. O princípio da não intervenção faria também nesse discurso a sua entrada formal no catecismo da política externa brasileira, dando-se por aceitas como inevitáveis as divisões ideológicas que então caracterizavam o mundo.

A notar no discurso do Ministro Lafer, por outra parte, que pela primeira vez o Brasil faria a correlação entre desarmamento e desenvolvimento, propondo a convocação de uma conferência para implantar sistema mediante o qual as economias geradas pela redução de armamentos pudessem constituir um fundo internacional de desenvolvimento.

A par da ênfase econômica e da atenção ao tema do desarmamento, duas constantes do discurso brasileiro na ONU, o Ministro Lafer não deixa de reiterar a adesão do Brasil à Organização, tal como expressa em particular pela participação das Forças Armadas nas operações de paz de Suez e do Congo. A menção ao Congo dá ademais ensejo para que o Ministro Lafer afirme o interesse com que os brasileiros acompanhavam o "despertar de seus irmãos africanos" e se manifeste em termos inequívocos a favor da consideração pela Assembleia Geral do tema da discriminação racial.

XV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1960

Ministro Horácio Lafer[17]

Senhor Presidente,

É um grande prazer para mim e constitui uma honra a de poder saudá-lo, em nome do Brasil, por sua eleição para a presidência da Assembleia Geral. Nossa Reunião de 1960 será, sem dúvida, das mais importantes realizadas por esta Organização; e a direção de seus trabalhos reclama timoneiro seguro e de reconhecida competência e imparcialidade, como é o caso de Vossa Excelência, a quem renovo minhas homenagens.

Acabam, há pouco, os países americanos de realizar na Costa Rica uma das suas mais importantes reuniões de chanceleres. A mais expressiva conclusão dessa conferência é a afirmação da solidariedade dos países do Continente em torno de princípios e ideais que têm constituído a base das aspirações supremas de nossos povos. Dezenove nações deste Hemisfério solenemente reafirmaram que o regime que os povos americanos aceitam como compatível com suas tradições e anseios coletivos é aquele que se caracterize pela livre manifestação do pensamento, por eleições livres, pela independência dos poderes, pela temporariedade dos cargos eletivos e pelo respeito às liberdades cívicas e aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, as dezenove nações declararam que tão importante quanto aquelas aspirações políticas é a necessidade de desenvolvimento econômico de

[17] **Horácio Lafer**, nascido em São Paulo, em 3 de maio de 1900. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ministro da Fazenda de 31/1/51 a 24/8/53. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 13/8/59 a 31/1/61. † Paris, em 29 de junho de 1965.

seus povos. Pressentindo tal preocupação foi que o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, propôs o movimento que veio a denominar-se Operação Pan-Americana. Seu objetivo fundamental é o de assentar as bases de uma íntima solidariedade econômica entre as nações do Continente para que dentro dos ideais de Paz, Liberdade e Democracia, que caracterizam nossa filosofia política, seja possível promover o progresso econômico e social da América Latina, da forma mais acelerada possível. Terminada a reunião de Costa Rica, os países americanos reuniram-se em Bogotá, onde se repetiu a aceitação coletiva por 19 países do Continente, de um plano de progresso social proposto pelo Presidente Eisenhower e de medidas em prol do desenvolvimento econômico, que constituem os objetivos da Operação Pan-Americana. Assim, os países latino-americanos reafirmaram o desejo de resolver seus dramáticos problemas de crescimento econômico, sem o sacrifício dos ideais de liberdade e de respeito à pessoa humana. Somente duas abstenções se verificaram e esperamos que brevemente desapareçam.

O que significa, na realidade, esta unanimidade dos países americanos no seio das Nações Unidas? Significa que a América tem sua orientação política-social firmada e adotada, e que convictamente a defende. Mas esta definição não exclui o respeito pelas ideias alheias mesmo porque a intransigência é hoje uma impossibilidade.

Com efeito, a convivência pacífica dos povos constitui um imperativo da nossa época. O desenvolvimento das armas nucleares fez com que a guerra deixasse de ser um instrumento alternativo de política. Face à inadmissibilidade de soluções bélicas, o mundo se acha confrontado com a necessidade de ajustar por negociações as diferenças que separam as nações. O caminho único em busca da solução para os problemas do nosso tempo é a negociação permanente, o propósito de sempre negociar. As Nações Unidas não são um superestado, mas sim a afirmação de que o mundo tem que viver em estado contínuo, paciente, obstinado de negociação. Elas são um mecanismo que oferece as máximas oportunidades para encontros e linhas de compromisso. Se é certo que este processo de negociação envolve o permanente risco do impasse, não é menos verdade ser a única forma pela qual ainda poderão encontrar-se soluções que assegurem a sobrevivência da humanidade.

Para obter esta convivência pacífica que todos procuram, é preciso entretanto ser fixada uma premissa básica, um ponto de partida. Esta premissa é a aceitação por cada um da realidade, justa ou injusta, de nações com regimes, ideologias, organizações, não como desejaríamos, mas como hoje são. Tal aceitação deve ser acompanhada do compromisso

de nenhuma interferência, direta ou indireta, de uma ideologia no campo da outra. Como pretender desarmamento, cessação de guerra fria ou de agitação, se há o temor de que uns desejam destruir ou dominar a outros? Enquanto não for aceito o princípio do *status quo* da geografia política atual, dentro das organizações político-ideológicas existentes, oscilaremos entre a Guerra Fria e a perspectiva de uma catástrofe. Neste sentido, é relevante a função que podem exercer, perante os grandes protagonistas do cenário político atual, as potências menores e antibelicistas, as quais podem constituir-se em intérpretes imparciais da vontade mundial de paz. As tentativas de modificar o que hoje existe somente adiarão o estabelecimento de um entendimento, indispensável para o mundo cuidar de desarmamento, convivência pacífica e cessação da Guerra Fria. O impasse nas tentativas de desarmamento deriva da falta de confiança recíproca. Por que então não negociar, desde logo, este ponto de partida?

Outro aspecto do problema, que o Presidente do Brasil tem constantemente acentuado: somente o desenvolvimento econômico poderá consolidar a paz entre os povos. Por ano, gasta o mundo pelo menos 100 bilhões de dólares em armamentos, ao passo que nestes dez últimos anos em ajuda, assistência, investimentos, etc. os países industrializados movimentaram cerca de 40 bilhões de dólares para o mundo subdesenvolvido. Não se pode pensar em acabar com armamentos, quartéis, exércitos, pois esse quadro virgiliano é quimérico. Mas a corrida armamentista pode ser detida, aplicando-se os recursos poupados no desenvolvimento econômico. Pois bem, por que, em conferência especializada, não adotar um sistema pelo qual as potências recolheriam as economias com redução de armamentos a um fundo internacional de desenvolvimento das Nações Unidas? Seria muito difícil, além das importâncias recolhidas ao fundo, ainda aplicar soma equivalente em armamento. Seria pagar duas vezes. O Brasil apoia os esforços de desarmamento internacional dentro de métodos realistas, por etapas tecnicamente estudadas e efetivamente controladas. A obtenção de somas através da diminuição de despesas armamentistas, aliada a uma percentagem de recursos que países mais adiantados podem emprestar a esse fundo, daria vitalidade ao campo que o Banco Mundial tem deixado abandonado e esquecido. As Nações Unidas conquistarão o coração de todos no dia em que entrarem pelo caminho de amplos e generosos programas de cooperação que promovam o bem- estar social dos povos e o seu progresso econômico.

Em quinze anos de existência das Nações Unidas, não conseguimos criar instrumentos realmente eficazes de cooperação econômica e nem está consolidada a paz internacional. Mas as Nações Unidas são hoje

uma grande esperança para a humanidade e constituem, com todas as suas sérias limitações, o melhor instrumento de negociação diplomática e o mais aperfeiçoado mecanismo para a manutenção da paz que até agora conseguimos estabelecer. O vigor, a energia e a rapidez com que o Conselho de Segurança atuou na crise do Congo, que tanto nos aflige e preocupa, são provas das possibilidades reais da Organização. Paralisado o Conselho pelo veto, foi imediatamente convocada, sob a égide da resolução "Unidos para a Paz", a Assembleia Especial de Emergência, há dois dias encerrada, a qual aprovou, sem nenhum voto negativo, resolução que permitirá o prosseguimento, sem quebra de unidade nem interrupção no tempo, da ação das Nações Unidas no Congo. E cabe aqui uma palavra especial de louvor e encorajamento ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Hammarskjöld, que, com paciência, coragem, dedicação e imparcialidade, tem sido o intérprete fiel e o executor seguro dos anseios de paz com que os povos do mundo se voltam para a perigosa e delicada situação do Congo.

O Brasil participa, com oficiais de sua Aeronáutica, no esforço das Nações Unidas para a manutenção da lei e da ordem na República do Congo. Unidos por laços culturais e históricos aos povos da África, conscientes das afinidades geográficas e da herança de sangue que nos ligam às Nações do Continente negro, os brasileiros acompanharam, com extremo interesse, o despertar dos seus irmãos africanos.

Também em Suez, com centenas e centenas de soldados brasileiros, estamos pagando o preço da paz, na esperança de que o Oriente Médio atinja a solução pacífica da convivência, dentro de um espírito de respeito mútuo e autodeterminação.

Se a paz depende de um critério como apontamos, de um entendimento prévio, preliminar e básico, o desenvolvimento econômico ainda está por encontrar os instrumentos para sua realização.

É auspicioso que um dos assuntos que ocuparão a atenção desta Assembleia Geral seja o item intitulado desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, problema que nos preocupa desde a fundação das Nações Unidas. Com a criação do Fundo Especial na Assembleia Geral de 1958 e da Comissão de Industrialização no ano passado, demos alguns passos importantes. Mas continua na Agenda de nossos trabalhos ainda este ano a questão referente à criação de um fundo de desenvolvimento, com recursos para financiamento e expansão da economia dos países subdesenvolvidos, onde mais de um bilhão de seres humanos espera a justiça a que tem direito. Estamos certos de que o fundo de desenvolvimento encontrará nesta Assembleia plena aceitação.

O Governo brasileiro subscreveu este ano, juntamente com vários outros países, o pedido de inclusão na Agenda desta Sessão da Assembleia Geral de item referente à discriminação racial. Tem o Brasil sempre apoiado todas as recomendações que tramitaram nas Nações Unidas contra as políticas de segregação, baseadas em distinções de raça, cor ou religião, que repugnam a consciência do povo brasileiro e são claramente condenadas pela Carta da Organização. O Brasil submeteu um projeto de resolução ao Conselho da Organização dos Estados Americanos para expressar o repúdio a toda e qualquer forma de distinção e segregação racial, projeto que contou com a votação unânime dos países americanos. Neste sentido, quero lembrar que o Brasil assinou e ratificou a convenção internacional contra o genocídio aprovada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A perseguição racial é contrária ao espírito e aos fins das Nações Unidas e o Brasil, com o mundo civilizado, a condena de forma mais veemente.

Esta Assembleia se inicia sob um clima de inquietações. A opinião pública teme que os homens responsáveis pelos Governos não encontrem as fórmulas que facilitem a paz. Os antagonismos são fortes e extremados. Permitam, meus senhores, que eu termine este discurso com os votos do Presidente e do povo do Brasil e, por que não dizê-lo, de todo o mundo, para que a inteligência dos estadistas aqui presentes encontre o caminho, não para unificar pensamentos e ação, o que é impossível, mas para que cada um dentro de sua área respeite a do próximo, a fim de que seja possível a convivência dentro da paz.

É esta a Mensagem do Presidente do Brasil, Senhor Juscelino Kubitschek.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1960.

1961

1961

A situação internacional do fim da década dos cinquenta e início dos anos sessenta era particularmente tensa. Vivia-se o período de confrontação que, da Revolução Cubana (1959), passando pela construção do Muro de Berlim (1961), culminaria com a críse dos foguetes de 1962. Hoje, com o benefício da visão retrospectiva, percebe-se esse momento histórico como o ponto máximo de tensão que tornou possível o processo subsequente de distensão. Na época, no entanto, o que se percebia era um inusitado e iminente perigo de guerra. Na lógica da confrontação, os tempos demandavam a coesão dos Blocos: exigia-se solidariedade ideológica, política e econômica.

É nesse contexto que, ao assumir o Poder em janeiro de 1961, o Presidente Jânio Quadros buscaria utilizar a política externa como elemento essencial da transformação do Brasil. Com a "política externa independente", abre-se um período das relações exteriores do Brasil que se caracterizaria fundamentalmente pelo "desalinhamento" com os EUA e pela busca de associações com os países do Terceiro Mundo. As linhas gerais da nova política externa do Brasil seriam expostas em artigo assinado pelo Presidente Jânio Quadros na revista "*Foreign Affairs*". O Presidente deixa claro que o Brasil, sem renunciar à sua inscrição no mundo ocidental, passaria a enfatizar também os componentes que o aproximavam do mundo subdesenvolvido. Como a dramatizar a nova visão que o Brasil passava a fazer de si mesmo e de sua implantação no mundo, o Presidente manifesta que, separado, pela pobreza, da

América do Norte e da Europa Ocidental, dificilmente poderia o Brasil compartilhar ideais com as sociedades daquelas regiões desenvolvidas do mundo. E conclui reafirmando que o Brasil, ao não formar parte de qualquer Bloco, preservaria absoluta liberdade para tomar suas decisões. Configurava-se, sem dúvida, um rompimento com a conduta diplomática até então observada pelo Brasil, que, embora apontasse as desigualdades internacionais e resistisse ao alinhamento apriorístico, identificava-se essencialmente com a causa ocidental e a liderança dos EUA.

A Revolução Cubana havia despertado a ameaça de multiplicação de "focos" de subversão armada em outros países da região. Em resposta, os EUA desenvolveriam, em consonância com a doutrina da *flexible response,* uma intensa ação para prevenir a ocorrência e combater surtos guerrilheiros. Reformular-se-ia, em consequência, o conceito de segurança hemisférica oriundo do Tratado do Rio de Janeiro, de maneira a implantar uma nova "divisão do trabalho": os EUA assumiriam responsabilidade primária pela defesa regional em caso de agressão externa, enquanto que as Forças Armadas dos países latino-americanos seriam reequipadas e doutrinadas para exercer papel mais ativo na manutenção da paz intra-hemisférica e no desenvolvimento interno. O resultado prático dessa política viria a ser a proliferação de regimes militares em vários países da região, inclusive no Brasil.

Em 1961, no entanto, a política exterior brasileira se movia por outras direções. Coerente com a nova orientação, a delegação do Brasil à Conferência Interamericana de Punta del Este recusa-se a participar do bloqueio a Cuba. Paralelamente, iniciam-se os contactos com vistas ao reatamento com a URSS, ao tempo em que se manifesta simpatia pela entrada da República Popular da China na ONU.

Enquanto o Brasil reivindicava uma linha de atuação externa diferenciada, em Washington prevaleciam tendências de endurecimento em relação à América Latina. Abalado pelo episódio da Baía dos Porcos, o Presidente Kennedy assume posições combativas e demanda a solidariedade do Hemisfério na confrontação Leste-Oeste. Ao criar a Força-Tarefa sobre a América Latina, a administração Kennedy vincularia o seu mandato expressamente à confrontação ideológica, instando os seus integrantes a desenvolver políticas que galvanizassem as forças latino-americanas em direções compatíveis com os interesses norte-americanos e impedissem a extensão da influência sino-soviética sobre a região. Essa força-tarefa seria o embrião da "Aliança para o Progresso", projeto mediante o qual os EUA retomariam, sem, no entanto, admitir, alguns dos principais propósitos da Operação Pan-Americana (OPA).

À luz do contexto prevalecente nos quadros mundial e hemisférico, a "política externa independente" do Brasil foi recebida negativamente nos EUA. Internamente, também, as forças conservadoras, as mesmas que haviam apoiado a candidatura Jânio Quadros, passaram a ver nos rumos da política externa ameaças concretas aos seus interesses. A grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul imposta ao Ministro da Indústria de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, em visita ao Brasil no mês de agosto, despertaria forte reação. Naquela altura, alimentado pelas graves divisões internas que conduziriam a março de 1964, o processo de elaboração e implementação da política externa do Brasil era ainda obscurecido pelos constrangimentos ideológicos que pretendia superar.

Ao assumir o governo em 7 de setembro, o Presidente João Goulart, embora tivesse tido os seus poderes contidos pela implantação do parlamentarismo que se seguiu à extemporânea renúncia do Presidente Jânio Quadros, era alvo de mal disfarçadas desconfianças em Washington.

A política externa independente, porém, seria reafirmada no discurso que o Chanceler Affonso Arinos de Mello Franco pronunciaria perante a Décima Sexta Sessão da Assembleia Geral duas semanas após a posse do Presidente Goulart e do Gabinete presidido por Tancredo Neves. Trata- se de discurso de notável clareza e de singular riqueza de conceitos, em que se expressa a determinação do Brasil de suplantar as disjuntivas empobrecedoras da confrontação ideológica e assumir uma posição independente no cenário internacional. O Ministro Affonso Arinos afirma a validez dos direitos humanos e dos direitos sociais; reclama ação solidária em prol do desenvolvimento e do desarmamento; proclama, sem os qualificativos e as ambiguidades anteriores, a adesão do Brasil ao processo de autodeterminação e a orientação anticolonialista e antirracista da política externa brasileira; solicita autodeterminação expressamente para a Argélia e para Angola; pede respeito à soberania de Cuba e ao princípio da não intervenção; e ressalta o direito do Brasil de manter relações com qualquer país, independentemente de sua ideologia ou regime político.

É de observar-se, porém, que, não obstante todas essas afirmações de independência no plano internacional, o Governo brasileiro declinaria integrar-se ao Movimento Não Alinhado, cuja primeira reunião de cúpula se celebrou em 1961.

XVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1961

Ministro Affonso Arinos de Mello Franco[18]

Senhor Presidente,

Antes de começar meu discurso, gostaria de estender ao Senhor Slim os mais sinceros parabéns de minha delegação pela sua eleição para a Presidência da Assembleia Geral desta Sessão.

Desejo, também, Senhor Presidente, saudar a memória de Sua Excelência, o Senhor Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral das Nações Unidas, que soube elevar extraordinariamente o *status* de seu posto, graças à sua competência, imparcialidade e coragem. Sua morte, que tão profundamente nos afeta, é prova de que levou a consciência de servir até o sacrifício.

O Brasil, que novamente tem a honra de abrir o debate da Assembleia Geral, considera necessário apresentar sua posição diante dos assuntos mais importantes na atual situação internacional.

O problema principal é o da consolidação da paz. As consequências imprevisíveis da guerra atômica tornaram-na desastrosa para todos e, por isso mesmo, improvável. Mas a Guerra Fria compromete o destino dos homens, não só pelas despesas da corrida armamentista, como pela insegurança universal, que liquida a confiança no presente e a esperança no futuro.

O mais inquietante é que, longe de se unirem diante das ameaças, os povos se separam. Nunca o mundo esteve tão profundamente dividido,

[18] **Affonso Arinos de Mello Franco**, nascido em Belo Horizonte, MG, em 27 de novembro de 1905. Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Político e Acadêmico. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/2/61 a 25/8/61 e de 17/7/62 a 13/9/62. † Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990.

pela luta de influência e pela oposição ideológica. O equilíbrio das forças destrutivas entre as potências dominantes levou o mundo ao impasse. A intransigência dessas mesmas potências, quanto às posições políticas, poderá transformar o impasse em catástrofe para todos.

Assistentes da ameaça são as nações pacíficas e desarmadas, as quais, embora não admitidas ao escasso grupo das que decidem das guerras, compõem a grande maioria das que sofrerão os seus funestos resultados. É, assim, inevitável que países como o Brasil sejam levados a tomar posição independente no panorama mundial, no justo empenho de influir na atenuação das tensões, na solução das divergências e na conquista gradativa da paz. Esta posição de independência não significa abandono dos valores de nossa formação, nem fuga aos compromissos internacionais. O Brasil não desvirtua os elementos cristãos e democráticos da sua personalidade nacional, nem esquecerá no futuro – como jamais esqueceu no passado – a palavra que empenhou nos atos internacionais. O que ocorre é que países como o nosso podem ser fortes instrumentos de paz, embora desarmados para a guerra. A consciência da maioridade política impõe-lhes tomar em mãos o próprio destino. A solidariedade é inseparável da independência; sem ela, chama-se subordinação, a qual elimina a responsabilidade, fator necessário à ação internacional.

No plano nacional, as decisões políticas se tomam por via de autoridade. É esta uma das prerrogativas do poder soberano, inerente à instituição do Estado. Já no plano internacional, as decisões políticas só podem ser alcançadas através do entendimento. A parcela de autoridade existente no plano internacional excede a soberania dos Estados e se localiza nas organizações internacionais.

Consciente disso, o Brasil pratica e favorece as negociações diretas e pacíficas para solução dos litígios entre Estados, e, também, colabora sem restrições na obra dos organismos internacionais. Não temos nenhum compromisso, nenhum interesse, nenhuma aspiração que nos impeça de agir dentro dos mais altos propósitos das Nações Unidas.

A ação internacional deve ser sempre levada a efeito de boa-fé, embora sem exclusão da sua flexibilidade. A relativa homogeneidade ideológica e institucional dos Estados componentes da comunidade internacional é coisa do passado, quando essa comunidade de povos soberanos era muito mais restrita. Hoje os contatos entre os Estados da muito aumentada comunidade internacional se estabelecem através das mais diversas formas de governo.

É claro que, devendo os Governos serem feitos na medida dos homens, e não estes na medida daqueles, o ideal que temos sempre

a defender é o de universalizar, em todos os tipos de governo, as leis garantidoras da liberdade e da dignidade humanas.

A crença e a prática desses valores não exige, porém, que façamos uma política rigidamente doutrinária, no plano externo, inclusive porque ela levaria fatalmente ao choque com as nações que não os conhecem, ou os aplicam em escala diferente, situação que impossibilitaria a negociação persuasiva, única capaz de levar ao reconhecimento gradativo dos direitos humanos. Ainda aqui se conclui que a paz é condição necessária à instauração da justiça.

Por outro lado, os direitos humanos não são apenas individuais. Estes representam o elemento necessário à afirmação da dignidade espiritual do homem. Mas os direitos humanos são também sociais, e, por isso, o Brasil reconhece a necessidade de transpor para o plano social direitos humanos que antigamente nos pareciam inerentes ao âmbito individual. A liberdade humana e a paz mundial dependem necessariamente do progresso social.

O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica mas econônico-social, que distancia o hemisfério Norte do Hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul.

A afirmação nacional é o mais importante acontecimento político do século XX. Dezenas de velhas nações se transformaram em novos Estados. Por isso, o pacifismo não é mais uma doutrina supernacional, como em outros tempos. O pacifismo, hoje, se confunde com o respeito ao nacionalismo. Ou construímos a paz na base da aceitação da livre determinação dos povos, ou transformamos o nacionalismo em um pretexto de guerras, que só servem ao expansionismo da opressão econômica ou ideológica.

O Brasil sustenta que, nas condições atuais do mundo, a paz será alcançada com o simples respeito dos princípios da verdadeira autodeterminação, em cujo ambiente poderá ser negociada a solução dos dissídios existentes entre Estados, quaisquer que sejam as suas organizações sociais ou políticas.

Sabemos que essa conquista não será fácil, mas confiamos em que seja possível, dado que é a única forma capaz de liquidar a Guerra Fria e de afastar a guerra total. A autodeterminação significa o fim do colonialismo,

quer do colonialismo oceânico, quer do colonialismo contíguo, o termo da opressão política, econômica, ideológica e racial e a vitória da paz. Mas, a autodeterminação, para ser autêntica, pressupõe o livre exercício da manifestação popular, pela única forma que é possível, a da apuração majoritária.

O povo brasileiro, pelas suas demonstrações mais evidentes, continua fiel ao princípio representativo, como o único capaz de garantir a liberdade política. A democracia autoritária ou plebiscitária não nos seduz nem nos convence. Ainda há pouco, o Brasil venceu uma das mais graves crises institucionais da sua História, sem sacrifício do princípio democrático representativo. O mundo inteiro assistiu a essa experiência.

O Brasil acompanha com especial atenção a evolução do caso cubano, fiel à sua posição de que o respeito à soberania, baseado no princípio da não intervenção, é uma obrigação indeclinável na convivência internacional e condição indispensável para o restabelecimento da harmonia continental. Nesse sentido, estima o Brasil que somente Cuba poderá dispor do seu próprio destino, e expressa a sua convicção de que por esse meio virão a prevalecer os ideais e princípios democráticos que norteiam o pan-americanismo, e que tão grande contribuição receberam da cultura política do povo cubano.

O movimento da libertação dos antigos povos coloniais não retrocederá. O Brasil, antiga colônia, está construindo uma nova civilização, em território largamente tropical, habitado por homens de todas as raças. Seu destino lhe impõe, assim, uma conduta firmemente anticolonialista e antirracista.

Nossas relações fraternais com Portugal e nossa amizade tradicional com a França não nos impedem de tomar posição clara nas dolorosas divergências que, a propósito do colonialismo africano, se têm apresentado entre as Nações Unidas e aqueles países, aos quais tanto devemos e com os quais tanto ainda temos em comum.

Os dois Estados europeus devem, no nosso entender, assegurar a autodeterminação da Argélia e de Angola. Nada deterá a libertação da África. Parece claro que a África não deseja submissão a nenhum dos blocos. Deseja afirmar a sua personalidade, o que é o mesmo que conquistar a sua liberdade. O Brasil auxiliará, sempre, os países africanos nesse justo esforço. O Brasil espera que os novos Estados africanos assegurem total respeito aos direitos de seus cidadãos e aos estrangeiros residentes no seu território, incluindo, é claro, os súditos das antigas potências colonizadoras. Esta foi, sempre, a atitude do Brasil, desde que adquiriu a sua própria independência.

Não devemos esquecer que o nosso tempo assiste à libertação dos povos distantes, mas contempla, penalizado, a opressão de outros povos, no centro mesmo da Europa. O problema de Berlim não se separa da autodeterminação da Alemanha Oriental. A migração de refugiados é prova dessa espécie de neocolonialismo.

A nação alemã tem direito a constituir um Estado uno, por processo democrático que assegure a livre expressão da opinião de seu povo. Outra não pode ser a consequência da aplicação do princípio da autodeterminação. As Nações Unidas não podem aceitar que, baseando-se num *status quo* resultante de uma situação do poder, alguma potência pretenda alterar tal situação em seu proveito, definitivamente.

O Brasil confia em que os líderes da União Soviética e dos Estados Unidos, levados pelo empenho de manter a paz, cheguem a um compromisso que permita a solução pacífica do problema de Berlim.

O anticolonialismo leva ao antirracismo. O Brasil deplora, assim, as sobrevivências de racismo em vários pontos do mundo, principalmente na África do Sul, onde a questão atinge a dimensões trágicas, do ponto de vista histórico e humano. Apoiaremos todas as iniciativas das Nações Unidas que visem a por cobro à discriminação racial em qualquer parte da Terra.

A luta entre o Ocidente e o Oriente é principalmente ideológica. Não são antagonismos econômicos nem conquistas de mercados que hoje separam os Estados Unidos e a União Soviética. O que estão em choque são duas filosofias políticas, ambas sustentando o primado das duas concepções sobre o destino dos homens.

O Brasil tem uma posição ideológica definida, mas procura sempre, nas suas relações internacionais, inspirar-se no dispositivo do Artigo Primeiro, parágrafo 2, da Carta, que indica como objetivo desta Organização o de "desenvolver entre as nações relações amistosas fundadas no respeito ao princípio de igualdade dos direitos dos povos e de seu direito de autodeterminação, e tomar todas as demais medidas necessárias para consolidar a paz do mundo". Em consequência, as diferenças ideológicas não impedirão por si mesmas, que o Brasil mantenha relações com outros Estados.

Acredita o Brasil, por outro lado, que as Nações Unidas não podem furtar-se ao debate franco de questões que lhe dizem respeito e que lhe sejam submetidas por um ou mais de seus membros. Nesse sentido, favorecemos a discussão da questão da representação chinesa que, apesar de sua indiscutível importância, vem sendo evitada há muitas sessões.

A filosofia política do Brasil é a democrática. Não somos neutralistas, no sentido de que não pertencemos a uma terceira posição, embora muitas vezes estejamos de acordo com o grupo de nações assim chamadas.

Por isto defenderemos, sempre, o desarmamento mundial, mesmo em momentos, como o atual, em que ele pareça utópico. O Brasil sustenta que as Nações Unidas devem ser o órgão de debate e de controle do desarmamento mundial. As economias feitas com o desarmamento poderão resolver o problema do subdesenvolvimento dos povos atrasados, o que muito contribuirá para a consolidação da paz.

Infelizmente o único progresso que pode ser alcançado nesse domínio, isto é, a suspensão voluntária das experiências nucleares, acaba de ser brutalmente anulado por lamentáveis iniciativas. O fato é tanto mais deplorável quando se tem em mente que a potência que reiniciou as provas atômicas foi justamente aquela que encabeçou o movimento mundial em favor da cessação das experiências com armas nucleares, mesmo que fosse esta em caráter voluntário. O Brasil, como as demais nações pacíficas, só pode elevar-se contra essa nova ameaça e urgir negociações imediatas, com o fim de restaurar a trégua de fato e, se possível, consolidá-la por meio de um tratado.

Nossa preocupação foi sempre a de reforçar a Organização das Nações Unidas, principal instrumento de paz no mundo atual. Combateremos, portanto, todas as propostas susceptíveis de reduzir a sua eficiência e seu poder de ação e particularmente, desintegrar a unidade do Secretariado.

O Brasil continua fiel à comunidade americana, embora acompanhe os termos da sua evolução.

Nossos países conquistaram, em épocas diferentes e em graus diversos, a independência e a democracia. Mas essas conquistas essenciais não completam o ciclo de nossa evolução. São instrumentos para outras conquistas, principalmente o progresso econômico e a justiça social. Sem pretensões à liderança, sem desejo de formação de blocos, o Brasil não esquece as origens étnicas e culturais comuns que o prendem às nações latinas da América, e estará sempre ao lado delas, na luta pela conquista do progresso de seus povos.

O Brasil confia em que as Nações Unidas, apesar de todas as suas debilidades, são o único organismo capaz de assegurar o equilíbrio entre as forças opostas e garantir a paz. Desvinculado de quaisquer interesses ou preconceitos, o Brasil se empenhará, dentro das Nações Unidas, pela autodeterminação dos povos, contra todos os colonialismos, contra o racismo, pelo progresso social e o desenvolvimento dos países atrasados, principalmente os da América Latina, pela liberdade democrática dentro da verdadeira coexistência e pela paz entre os homens, sob a proteção de Deus.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1961.

1962

1962

Em finais de 1961, o Governo brasileiro havia reatado relações com a URSS. Apesar do evidente sentido político do gesto, justificar-se-ia a decisão em termos de interesse econômico-comercial.

Em visita aos EUA, em abril de 1962, o Presidente João Goulart tentaria recuperar os canais de entendimento e cooperação bilateral. Em discurso perante o Congresso norte-americano, o Presidente reafirmaria a natureza democrática das reformas que estava empreendendo e manifestaria o empenho do Brasil em receber novos investimentos externos. Os contatos presidenciais em Washington foram positivos. Mas não chegaram a alterar a posição da Administração Kennedy.

Ao longo do ano, os desdobramentos no Brasil se encaminhariam por rumos de cunho nacionalista, gerando-se paulatina intensificação das tensões internas e externas a que estava submetido o país. Cria-se a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos; constitui-se a ELETROBRAS; aprova-se a lei do décimo terceiro salário; vota-se uma nova lei, mais restritiva, de remessa de lucros; cria-se o Comando Geral dos Trabalhadores; instala-se em Brasília o Conselho Nacional de Reforma Agrária; convoca-se um plebiscito destinado a acabar com o sistema parlamentarista; e aprova-se um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na Décima Sétima Sessão da Assembleia Geral, o Ministro Affonso Arinos voltaria a falar em nome do Brasil. Seu discurso, desta feita, reveste-se de nítido conteúdo doutrinário. Revela a preocupação

do Governo brasileiro de explicar as suas decisões de política externa de maneira lógica e transparente, fundamentando-as numa visão coerente do mundo e desvinculando-as de conotações proselitistas ou de cunho político-ideológico. É um discurso longo, construído com profissionalismo e elegância, em que Affonso Arinos, tendo exposto no ano anterior as mudanças introduzidas na política externa brasileira, concentra-se em temas mais genéricos como a Reforma da Carta, o desarmamento e o desenvolvimento econômico.

Poucas semanas depois, em outubro, produzir-se-ia a crise dos foguetes de Cuba. O Brasil tomaria o partido dos EUA e, na OEA, votaria a favor do bloqueio da Ilha.

XVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1962

Ministro Affonso Arinos de Mello Franco[19]

Senhor Presidente,

Antes de dar início ao meu discurso, gostaria de apresentar, em nome da delegação brasileira, nossas mais sinceras felicitações pela sua eleição para a Presidência desta Assembleia. Estamos certos de que, pelo seu passado como jurista e humanista e sua experiência como diplomata e estadista, ocupará brilhantemente esta posição.

Também aproveitarei esta oportunidade para expressar mais uma vez os mais profundos sentimentos da delegação do Brasil neste primeiro aniversário da morte do Secretário-Geral, Senhor Dag Hammarskjöld. Não é hora de louvá-lo, mas sua passagem por este mundo foi marcada por uma vida admirável, inteiramente devotada aos assuntos mais elevados da cultura e a um trabalho árduo no auxílio à paz mundial.

Tendo sido mais uma vez incumbida, como de costume, da honrosa tarefa de abrir os trabalhos da Assembleia Geral, a delegação do Brasil deseja reafirmar sua crença nos objetivos altaneiros das Nações Unidas. O Artigo Primeiro da Carta, a despeito de sua concisão, é rico em grandes perspectivas. As suas referências à paz e à segurança internacionais, ao desenvolvimento de relações de amizade entre as nações, baseadas em direitos iguais e na autodeterminação dos povos, à cooperação internacional visando ao progresso

[19] **Affonso Arinos de Mello Franco**, nascido em Belo Horizonte, MG, em 27 de novembro de 1905. Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Político e Acadêmico. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/2/61 a 25/8/61 e de 17/7/62 a 13/9/62. † Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990.

econômico, social e cultural da humanidade, e à salvaguarda das liberdades humanas por meio da abolição de todas as discriminações quanto a sexo, raça ou religião, traçam para o futuro um programa de ação e de ideias tão vasto que a sua realização ideal fundir-se-ia nos horizontes do pensamento como uma espécie de Idade Dourada.

É verdade que o realismo que deve caracterizar as atividades de políticos e diplomatas, restritas pelos modestos limites do que é possível, obrigam-nos a reconhecer que os fatos da vida obscurecem os edifícios da razão ou do sentimento.

É igualmente verdade que este mesmo realismo requer dos governantes um estudo enérgico, paciente e contínuo dos caminhos traçados pela Carta, porque nesses tempos as únicas alternativas são a construção progressiva da paz ou a destruição possivelmente súbita da civilização humana.

Deveríamos, portanto, considerar os objetivos fundamentais das Nações Unidas como o auge do lento esforço do progresso humano, um auge que, por causa das realidades da vida, só poderá acontecer no futuro distante, mas que não é menos real e necessário. Deveríamos também pensar na Carta como se consistisse de duas partes: uma, básica e permanente, cujo propósito é definir e fixar os objetivos e metas principais das Nações Unidas; a outra, circunstancial e transitória, que estabelece os processos e mecanismos necessários para se chegar a essas metas.

Em se tratando de definições, a Carta continua válida e atual, e continuará assim por mais algum tempo. Mas a parte que estabelece os meios de ação está, sem qualquer dúvida, desatualizada, uma vez que foi concebida e formulada para suprir as exigências de uma situação histórica que já desapareceu totalmente. No que concerne à situação política em geral, precisamos apenas relembrar que a Carta de São Francisco data de antes da era atômica e espacial e que foi concebida num tempo em que as duas mais poderosas nações do mundo ainda não estavam divididas pelo que passamos a chamar de "guerra fria". E a respeito das próprias Nações Unidas, é quase desnecessário lembrar que em 1945 se consistia de apenas cinquenta e um Membros fundadores, entre os quais se encontrava o Brasil, enquanto que durante a Décima Sexta Sessão da Assembleia Geral já havia 104 Membros, ou quase duas vezes aquele total.

Nas várias tentativas de se emendar a Carta, feitas desde 1946, objetivos específicos ou parciais foram buscados, com a exceção das propostas baseadas no Artigo 109 de que se deveria realizar uma conferência geral das Nações Unidas com o objetivo de rever todos os estatutos básicos das Nações Unidas.

Em vista do fato de que as Nações Unidas adquiriram um caráter verdadeiramente universal, deveria ser seriamente considerada a necessidade de se revisar a Carta. Deveria ser adaptada à realidade universal, que ela hoje representa melhor do que em 1946, pelo menos no aumento do quadro de seus Conselhos mais importantes, o que permitiu que dezenas de novos Membros, particularmente Membros Afro-Asiáticos, fossem representados. A competência de dois de seus órgãos principais, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, juntamente com seus métodos de atuação, deveriam também ser examinados com o intuito de serem adotadas emendas que parecem necessárias à luz da teoria e da experiência e do desenvolvimento da situação internacional.

O alcance de uma paz duradoura continua a ser a suprema tarefa das Nações Unidas, e aqui o problema mais importante ainda é o do desarmamento. O Brasil tem a honra de tomar parte na Conferência do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento que se reunirá em Genebra e que foi criado pela Resolução 1722 (XVI) da Assembleia Geral, baseado na proposta dos Estados Unidos e da União Soviética.

Como é do conhecimento de todos, essa Conferência está trabalhando na elaboração de um tratado de desarmamento geral e completo e na preparação de um instrumento especial proibindo testes de armas nucleares. No que concerne a esta última tarefa, além da Conferência plenária, há o Subcomitê sobre o Tratado para a Descontinuidade de Testes com Armas Nucleares, que consiste de três membros: os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. A Conferência de Genebra funciona pela autoridade da Assembleia Geral e, portanto representa a expressão do pensamento de toda a comunidade internacional, e não simplesmente os interesses do grupo das grandes Potências que possui os segredos, os recursos e o potencial destrutivo da era nuclear.

Infelizmente, apesar da boa vontade de todos e dos esforços de alguns, a Conferência do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento só atingiu fracos resultados durante seus recentes trabalhos. Os chamados interesses de segurança das grandes Potências tornaram o progresso real nas negociações práticas e teóricas quase impossível.

O problema central é o do estabelecimento da confiança entre os dois blocos opostos. Esse fator é inseparável da questão do controle efetivo dos meios de desarmamento, que por si só depende de certo modo da confiança. Não foi possível romper esse círculo vicioso, apesar de todas as tentativas dos oito países que não são membros nem da Organização do Tratado do Atlântico Norte nem do Pacto de Varsóvia.

Esses esforços expressaram-se, em particular, na apresentação do Memorando Conjunto das Oito Nações, que representou um esforço para

se escapar do impasse das negociações sobre a proibição de testes nucleares. O documento das Oito Nações e o Relatório Conjunto dos Princípios Acordados (A/4879) constituem, a nosso ver, os dois documentos mais construtivos que surgiram durante os últimos doze meses das discussões e negociações sobre o desarmamento. Contudo, embora tenham sido elaborados de modo a formar uma base para entendimento e negociação, os dois blocos usaram-nos de fato como campo de batalha onde construíram suas fortificações opostas, cada um alegando ser seu único senhor. Naturalmente, os oito países não podem escolher entre as duas interpretações opostas de seu Memorando, uma vez que isso acabaria com todo o objetivo do documento, e observam com preocupação o trabalho de construção lógica pelo qual os dois grandes blocos estão tentando dividir sugestões formuladas com o objetivo claro de união. Eles deveriam ter em mente, entretanto, que o progresso da ciência nuclear é de natureza tal que os obriga a revisar suas posições ideológicas, em virtude do impacto do desenvolvimento da técnica militar em atitudes que estão a cada dia se tornando mais obsoletas.

Na opinião do Brasil, o problema do desarmamento nuclear está fora da estrutura geral do desarmamento, e a questão específica dos testes nucleares deveria ser a primeira a ser considerada na esfera do desarmamento nuclear. Estamos convencidos de que nossas chances de progresso no campo do desarmamento geral e completo serão bastante fracas se nem ao menos tivermos sucesso em chegar a um acordo na questão mais imediata da proibição de testes nucleares.

Em Genebra, o Brasil falou a favor de se concentrarem esforços na questão dos testes atmosféricos, submarinos e espaciais. A proposta conjunta anglo-americana para proibir estes três tipos de testes mostrou que a nossa posição oferecia algumas possibilidades práticas que não podíamos negligenciar. Além disso, a submissão desta proposta trouxe às claras o fato de que as divergências entre os dois campos no presente momento concentram-se exclusivamente na questão dos testes subterrâneos. Gostaríamos de acreditar que, até mesmo nesse setor, possa se esperar um aumento perceptível na área do entendimento.

O Brasil, profundamente preocupado com a ameaça nuclear, que é a maior e na verdade a única a pesar sobre toda a humanidade, reserva-se o direito de considerar a introdução, nesta Sessão da Assembleia, de uma resolução que exprima a sua preocupação e mereça o apoio da vasta maioria das delegações – sem dúvida mais interessadas na proibição imediata de todos os testes nucleares do que na competição pelo poder militar.

O Brasil também pretende pedir à Assembleia Geral que dê o seu apoio ao Memorando Conjunto das Oito Nações, de 16 de abril de 1962, como uma base para urgentes negociações adicionais entre as potências nucleares.

Fiel à sua posição na Convenção de Genebra, o Brasil propõe que seja dada prioridade absoluta às nossas deliberações quanto à questão da proibição de testes nucleares como o item mais urgente de nossa agenda. Devemos fazer propostas tanto na reunião em plenário quanto no Primeiro Comitê, o que parecer mais apropriado. Além disso, minha delegação acha muito importante que os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido e da França considerem a possibilidade de manter conversações imediatas em Nova York visando a eliminar as diferenças que ainda nos separam de nosso objetivo último: a proibição de todos os testes nucleares.

O Brasil também é a favor, em princípio, do estabelecimento de zonas desnuclearizadas no mundo, se as propostas para tal não forem feitas meramente para fins de guerra fria, da qual sempre nos mantivemos à distância. A América Latina poderia formar tal zona. Além disso, o Brasil reafirma sua proposta de 12 de junho de 1962 para o estabelecimento de um comitê técnico especial dentro da estrutura da Conferência para estudar os aspectos científicos do controle. Estamos, na verdade, cada dia mais convencidos de que as negociações políticas sobre o desarmamento não podem continuar a se desenvolver em um vácuo técnico. Sem interferir nas negociações políticas, que prosseguiriam simultaneamente, o trabalho do comitê especial permitiria que quaisquer decisões que fossem adotadas se baseassem em fundamentos sólidos e específicos.

Além da importância vital do desarmamento para o fortalecimento da paz, não devemos nos esquecer o que ele representa do ponto de vista do futuro progresso econômico e social para todos os povos. A carga terrível das despesas militares não é somente um obstáculo para se conseguir um melhor nível de vida para os povos das grandes potências, mas também um escoamento dos recursos técnicos e financeiros do mundo inteiro, que poderiam ser canalizados em ajuda para os países subdesenvolvidos e assim permitir que centenas de milhões de seres humanos tivessem uma vida melhor. As pesquisas que têm sido feitas nesse sentido, incluindo algumas feitas pelas Nações Unidas, são básicas e deveriam encorajar os líderes das grandes potências a começar a pensar em suas responsabilidades históricas, não apenas para com seus próprios povos, mas para com toda a humanidade.

O problema do uso do espaço também está ligado à questão do desarmamento. As ciências americana e soviética alcançaram sucessos

impressionantes nesse campo, que merecem nossa admiração sem limites. Contudo, as Nações Unidas devem exercer a sua influência para garantir que o progresso no espaço não se torne uma nova fonte de perigos e ameaças, e sim, pelo contrário, seja utilizado a serviço da humanidade. Nesse sentido, a Assembleia Geral adotou a Resolução 1721 (XVI), que dita alguns princípios quanto aos usos pacíficos do espaço. Um deles, que foi proposto pelo Brasil, afirma que a exploração espacial deveria beneficiar a todos os países, independentemente do estágio de seu desenvolvimento econômico ou científico. Nesse sentido, consideramos que o uso dos satélites de telecomunicações deveria ser sujeito a um regulamento internacional, para que esse meio poderoso de disseminação possa ser usado somente a serviço da paz e da cultura.

O papel das Nações Unidas no processo histórico da aniquilação do colonialismo está de acordo com o conteúdo e o espírito da Carta. O princípio da autodeterminação dos povos é uma das fundações de todo o edifício. O princípio pelo qual as potências administradoras aceitam como "responsabilidade sagrada" a obrigação de guiar os povos dependentes à autodeterminação, como está escrito no Capítulo XI da Carta, foi vigorosamente endossado pelas Resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1654 (XVI) da Assembleia Geral. Nenhum artifício ou expediente pode obscurecer seu significado. O Brasil, pela sua formação étnica e histórica, bem como por sua tradição política e cultural, é uma nação profundamente impregnada de sentimento anticolonialista. Nada pode nos desviar dessa linha de ação, e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para assegurar que, sem o prejuízo da paz e da liberdade de qualquer Estado e sem qualquer tipo de violência contra qualquer Governo, as Nações Unidas continuem a usar todos os meios disponíveis para acabar com os últimos vestígios do colonialismo.

Nosso país tem sido, e ainda é, um espectador do grande processo histórico da aniquilação do colonialismo e o despertar para a independência de dezenas de povos que estavam adormecidos na servidão. Esperamos que as últimas décadas do século vinte sejam marcadas por um esforço mundial para o avanço econômico e o progresso social dos antigos povos colonizados e das outras nações subdesenvolvidas, que entre si perfazem a maior parte da humanidade. Há apenas um ano, nesta mesma Assembleia, eu disse:

> O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica, mas econômico-social, que distancia o hemisfério Norte do Hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e

> Sul só será alcançada planejadamente, através do auxilio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul. [110ª Reunião, parágrafo 13]

Apesar dos esforços louváveis das Nações Unidas, dos Governos de alguns países desenvolvidos e das agências internacionais de assistência técnica e financeira, somos forçados a admitir que a situação dos povos subdesenvolvidos está tornando-se pior em vez de melhor, pois na maioria dos casos a taxa de desenvolvimento fica atrás do aumento da população. Além do mais, a própria lógica do processo de desenvolvimento econômico, incluindo o resultado da ação das organizações regionais de comércio agrupando os países desenvolvidos, significa que os países menos avançados, que não participam de tais acordos, não têm escolha senão esperar e testemunhar um declínio gradual no valor das suas mercadorias e produtos básicos no mercado internacional, sendo então forçados a trabalhar mais somente para ganhar menos.

Este fenômeno, que está acontecendo no Brasil, é comum a toda a América Latina, e nós podemos notar com apreensão que o valor da ajuda externa concedida ao nosso continente nos últimos dez anos foi muito menor do que a perda sofrida pela queda de preços dos seus produtos no mercado internacional. Por todas essas razões, o Brasil é muito a favor da "Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico" proposta pelo Senhor U Thant, nosso eminente Secretário-Geral. Notamos com satisfação que os meios e métodos de ação propostos baseiam-se em conceitos e objetivos que têm sido persistentemente advogados pelos países subdesenvolvidos e constituem como um todo um corpo de doutrinas que não é apenas realista, mas inseparável da observação justa dos princípios gerais da Carta.

A implementação de tal programa não deve, contudo, ser impedida pela dicotomia que ainda subsiste entre as boas intenções expressas por todos e o comportamento real de alguns. Temos também que eliminar a perigosa dualidade da "política de assistência", anteriormente reconhecida por todos como essencial para um melhor equilíbrio internacional [Resolução 1710 (XVI)], e a "política de comércio" adotada por certos países, que, por meio de tarifas preferenciais, já está trazendo resultados opostos aos altos objetivos que estaremos tentando alcançar durante a proposta "Década do Desenvolvimento". Se continuar tal discrepância, tememos que, contrariamente a todas as nossas esperanças, os países subdesenvolvidos se tornariam na realidade aposentados internacionais. Isto é um resultado que nenhum país poderia aceitar passivamente enquanto existir – e acreditamos que ainda exista – clima e possibilidade de

um acordo acima de considerações puramente comerciais. Nesse sentido, somos a favor de realizar, logo que possível, uma conferência de comércio internacional na qual, longe das pressões da Guerra Fria, os problemas dos países exportadores de matérias-primas pudessem ser colocados nas suas perspectivas adequadas e solucionados definitivamente.

O ideal internacional é assegurar a paz e a prosperidade a todos os povos. A paz baseia-se no desarmamento e a prosperidade depende da assistência técnica e financeira aos países subdesenvolvidos. Nem o desarmamento, nem o desenvolvimento podem ser realmente alcançados com base na Guerra Fria e na competição entre blocos ideologicamente hostis. O Brasil, que é um país cristão ocidental com uma longa tradição de democracia, não tem a intenção de se separar de seus valores tradicionais. Ao mesmo tempo, precisamente para continuar fiel a esses valores, o Brasil faz o melhor que pode para remover as diferenças existentes entre os blocos mundiais, porque é disso que o desarmamento e o desenvolvimento dependem. Fora as implementações de planos regionais, tal como, por exemplo, a Aliança para o Progresso, gostaríamos de encorajar uma assistência internacional não partidária para os países subdesenvolvidos para a implementação de planos nacionais de desenvolvimento.

É com essa ideia em mente que pressionamos pelo estabelecimento, na família das Nações Unidas, de uma agência de desenvolvimento industrial. Também somos a favor de atualizar o sistema de patentes, para permitir uma transferência genuína de conhecimento tecnológico aos países subdesenvolvidos e estabelecer uma maquinaria para a estabilização internacional dos preços das mercadorias para evitar as perdas constantes a que estão sujeitas as relações de comércio dos países produtores.

A soberania é uma precondição para a liberdade dos Estados dentro da comunidade internacional. A soberania de cada Estado é limitada, portanto, apenas pelo interesse geral da comunidade, dentro da qual todos os Estados são juridicamente iguais. O princípio da não intervenção origina-se aí. Mas a liberdade dos povos é outro postulado da coexistência internacional. Pode ser assegurada apenas se as nações forem livres para escolher seus próprios destinos, tanto internacional como internamente. Daí o princípio da autodeterminação. O Brasil reconhece e pratica ambos os princípios, e deseja fortemente que constituam os objetivos políticos de todos os Governos. A não intervenção e a autodeterminação não se excluem mutuamente, mas sim complementam-se. À luz desses conceitos, aplicados corretamente, os problemas mais sérios de nossos dias, tais como os da Alemanha, Cuba e Sudeste Asiático, podem ser todos solucionados. Sabemos muito bem que nesse campo é mais fácil expressar opiniões do

que agir. Entretanto, se nossos atos sempre se igualarem a nossas palavras, sem nos determos e tanto quanto as condições o permitirem, deveremos com certeza progredir em direção às soluções desejadas.

Ao concluir, desejo apenas reafirmar a crença do Brasil nas Nações Unidas e a sua lealdade. Gostaria de agradecer ao Secretário-Geral, Senhor U Thant, pela sua recente visita ao meu país e ouso expressar a esperança de que continue no alto posto a que provou ser digno. Também gostaria de aproveitar esta oportunidade para dar as boas-vindas aos novos membros das Nações Unidas. A necessidade da universalidade de nossa Organização está cada dia mais aparente. Fora das Nações Unidas parece não haver uma solução para o futuro da humanidade.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1962.

1963

1963

A crise dos foguetes de 1962 representou um divisor de águas no quadro estratégico global. A partir daquele episódio, áreas de interesses convergentes e de cooperação seriam identificadas progressivamente, de maneira a eliminar o risco de holocausto nuclear. Esse período das relações internacionais ficaria conhecido como da "coexistência" ou da *détente*. Seu marco inicial foi a instalação, em junho de 1993, da linha de comunicação direta entre a Casa Branca e o Kremlin, a chamada *hot fine* ou "telefone vermelho". Em agosto seguinte, seria assinado o Tratado de Moscou para a Proscrição de Testes Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e nos Fundos Marinhos. Era o primeiro de uma série de instrumentos que viriam a ser negociados entre os EUA e a URSS com vistas à administração mais racional e segura da carreira armamentista. O Tratado de Moscou teve ademais o significado simbólico de assinalar o reconhecimento da URSS como uma contraparte de idêntico poderio no terreno nuclear, circunstância que abriria o caminho para a aceitação do conceito de paridade estratégica.

No Brasil, acentuavam-se àquela altura as contradições que iriam conduzir, no ano seguinte, à deposição do Presidente João Goulart. Reintroduzido o sistema presidencialista, o Presidente Goulart tratou desde o início do ano de consolidar a sua liderança e implantar as reformas de base que considerava essenciais para o êxito de seu programa. Sucedem-se os desentendimentos com as forças políticas representadas no Congresso, assim como manifestações envolvendo as Forças Armadas. Multiplicam-se

as greves e um levantamento de suboficiais suscitaria temores quanto à manutenção da disciplina e da unidade das Forças Armadas.

À luz dos indícios que apontavam para a repartição do Poder internacional entre as duas superpotências – e certamente preocupado com o agravamento dos conflitos internos no Brasil – o Ministro João Augusto de Araújo Castro faria perante a Décima Oitava Sessão da Assembleia Geral, um importante discurso, seguramente a mais extensa, coerente e convincente exposição sobre a política externa independente. Ressaltam do texto uma visão objetiva da realidade internacional e uma avaliação realista do papel que o Brasil poderia desempenhar no mundo. Um cenário internacional dividido por ideologias conflitantes e por arsenais nucleares já então capazes de destruí-lo muitas vezes oferecia reduzidas oportunidades diplomáticas para um país como o Brasil. Desvencilhado das limitações que duas décadas de alinhamento haviam imposto, o Brasil pretendia valorizar no plano externo alternativas de ação diplomática capazes de superar os constrangimentos da disjuntiva bipolar.

O objetivo dessa nova operação diplomática era o mesmo de sempre, na realidade, o elemento mais constante da projeção externa brasileira: obter apoio e ampliar espaços para o desenvolvimento do país. A aliança norte-americana não havia produzido os frutos imaginados e as tentativas de intermediação na América Latina através da OPA haviam sido cooptadas pelos EUA mediante a "Aliança para o Progresso", de duvidosos benefícios para o Brasil. Passaria então a diplomacia brasileira, acentuando os elementos que vinculavam o país ao Terceiro Mundo, a reivindicar com mais ênfase e vigor mudanças num ordenamento político e econômico internacional que não o contemplava adequadamente e que era percebido como tendente a perpetuar as divisões existentes no mundo.

O Embaixador Araújo Castro parte da premissa de que a confrontação ideológica havia-se tornado o padrão central de aferição do ordenamento internacional. Aquilo que qualifica de uma luta conceitual levada a extremos maniqueístas havia produzido riscos seriíssimos para a sobrevivência da Humanidade. Tornava-se necessário identificar afinidades fundamentais que operassem como fatores de coesão entre os países desejosos de superar os constrangimentos da confrontação ideológica. Na formulação original, então desenvolvida no discurso brasileiro, estas afinidades seriam resumidas nos conhecidos três D's: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização.

Cada uma dessas questões é detidamente examinada no discurso, com base na conveniência de atenuar a confrontação ideológica e fertilizar o sistema internacional mediante o acesso dos países médios e pequenos

aos centros de decisão (descolonização) e sua emergência econômico-social (desenvolvimento), num contexto de paz e segurança internacional (desarmamento).

O Brasil, assegura o Ministro, estava disposto a cumprir o seu papel. Reafirmando que não aceitava o rótulo de neutralista para sua política externa, que inequivocamente fazia parte do sistema interamericano e que jamais sacrificaria a liberdade, ainda que em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, Castro procura desvincular a nova orientação externa do Brasil de qualquer constrangimento ideológico. E não deixa de fazer uma sólida exortação ao fortalecimento das Nações Unidas e, consequentemente, da segurança internacional, mencionando a necessidade de reformar a Carta como meio de se alcançar esse objetivo.

O discurso se encerra com uma convincente análise dos elementos necessários à revitalização da Carta: adaptá-la à realidade criada pela ameaça nuclear, na qual o conceito de segurança deixara de ser individual para se situar no plano coletivo; introduzir o conceito de responsabilidade coletiva pelo desenvolvimento; e ajustar os dispositivos referentes à descolonização às realidades criadas com a aceleração do processo.

XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1963

Ministro João Augusto de Araújo Castro[20]

Senhor Presidente,

Gostaria primeiramente de expressar a minha satisfação pessoal e a da delegação brasileira pela sua eleição para a Presidência da Décima Oitava Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas e assegurar-vos nossa alegria por esta importante missão ter sido conferida ao vosso país e a Vossa Excelência, que há muito consideramos como a incorporação da inteligência, cultura e integridade e um modelo de experiência em tudo o que se relaciona às Nações Unidas. A sua eleição, honrando a Venezuela, e por meio dela todos os países da América Latina, é uma honra também para o meu país.

Dezoito anos de intensa atividade diplomática parlamentar marcam a existência das Nações Unidas. Hoje, como nos dias de São Francisco, as finalidades programáticas da Carta para a construção de uma comunidade sã, fraternal e pacífica continuam a guiar a todos os Estados coletivamente e a cada um de per si. Mas hoje, como no tempo da fundação da Organização Internacional, os Estados-Membros, individualmente ou por grupos, continuam a diferir na concepção dos meios e modos de implementar as finalidades programáticas da Carta.

Essa diferença de concepção é um fato da vida, que tem raízes no desenvolvimento histórico-social específico de cada Estado-Membro.

[20] **João Augusto de Araújo Castro**, nascido no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1919. Bacharel em Direito pela Faculdade de Niterói. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1962. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 21/8/63 a 1/4/64. † Washington, em 9 de dezembro de 1975.

Entretanto, a Carta – refletindo a realidade desse fato da vida – reconheceu desde sempre não apenas essa diferença de concepção senão que também acolheu a necessidade de as Nações Unidas operarem eficazmente dentro do clima dessa diferença de concepção. O mundo em que vivemos é rico de ideias, teorias, concepções e sistemas de pensamento, e as Nações Unidas não foram criadas para afirmar a eterna validade ou a proscrição definitiva de nenhuma delas. Nossa unidade de propósito deverá necessariamente assentar sobre a inevitável diversidade de nossas opiniões. Se a ONU vai conservar seu caráter universal, deverá manter-se representativa de todas as ideias e concepções da humanidade.

Não há como silenciar, entretanto, que as diferenças e divergências de concepção e prática dos objetivos da Carta foram, desde os primeiros tempos da Organização, situados em termos de luta ideológica, não apenas contraditórios, mas até antagonísticos. Os anos aqui vividos – e no grande mundo – sob o signo dessa luta conceitual levada a um extremo maniqueísta, não parecem ter sido particularmente fecundos para ninguém. E, o que é mais grave, a política de poder, daí decorrente, levou esse mundo à mais onerosa corrida armamentista da História e à mais catastrófica perspectiva para a espécie toda – a destruição coletiva termonuclear, ironicamente graduada entre os que deverão perecer nos primeiros minutos e os que deverão sucumbir meses ou anos depois, sob as piores formas degenerativas de vida. Será esse um absurdo preço a pagar pela intolerância e pela intransigência? A verdade absoluta não poderá ser proclamada sobre as cinzas da desolação nuclear. Teremos de ser mais humildes, se quisermos salvar nossas vidas. A ortodoxia e o fanatismo representam perigo extremo na era atômica.

O mundo de 1963 não é o mundo pré-atômico de 1945, e não é em vão que se vivem dezoito anos de história, em plena era nuclear. A entrada para a Organização Internacional de um numeroso contingente de novos Estados-Membros, sobretudo africanos e asiáticos, foi, sob todos os aspectos, profundamente benéfica para a vida internacional toda. É que – objetivamente colocados, por seus problemas, anseios, necessidades e desígnios, fora dos polos da Guerra Fria – esses novos Estados-Membros, pela força de sua presença, de seu número e de seus argumentos, compeliram a todos os Estados-Membros a viver e a interpretar a realidade da arena internacional sob uma visão inteiramente nova. É lícito, por esse motivo, afirmar que, no cenário internacional, como no seio da Organização Internacional que o reflete, se assiste a uma relativa obsolescência da polarização do mundo em duas grandes fatias ideológicas. As ideias são importantes, mas nenhuma ideia sobrevive ao espírito que a anima.

Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O mundo possui outros pontos cardiais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Este e Oeste vieram também trazer algumas consequências – tanto políticas quanto semânticas – nos conceitos de neutralismo ou de não alinhamento. O neutralismo ou o não alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os polos que os sustentavam. Não podemos perder de vista que o mundo mudou do último outubro para cá, e não podemos deixar de explorar ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente Tratado Parcial sobre experiências nucleares.

Olhemos em torno de nós nesta sala e verifiquemos se o mundo aqui representado poderia ser adequadamente descrito por essas generalizações apressadas e por essa rígida catalogação. Três classificações genéricas não poderiam cobrir toda a gama das ideias, concepções e tendências de toda a humanidade. A humanidade é mais rica e mais complexa do que seus catalogadores. Isso talvez complique o problema político e talvez obrigue à revisão de alguns livros e de alguns panfletos de propaganda política, mas temos a esperança de que, com isso, se tornará menos perigoso e menos explosivo o mundo em que vivemos. Os sociólogos e os teoristas políticos terão mais trabalho, mas os estadistas e diplomatas possivelmente trabalharão em clima de maior confiança.

Assistimos no mundo contemporâneo e nas Nações Unidas à emergência não de blocos neutros ou não alinhados, ou de uma terceira força política ou ideológica, mas de afinidades – afinidades talvez menos estáveis, porém mais atuantes em termos de objetivos táticos, configurados na base de reivindicações comuns. O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas, e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização. É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo Desarmamento é a própria luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela Descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos.

É esse, Senhores Delegados, o grande movimento que aqui se delineia: movimento de médias e pequenas potências que, considerando superado o velho esquema maniqueísta de apenas há alguns anos, desejam que as Nações Unidas se adaptem ao mundo de 1963, ao mundo em que terão de viver, debaixo de grandes perigos, e no limiar de grandes perspectivas. Esta articulação parlamentar, ainda não perfeitamente caracterizada, transcende os termos da antiga divisão do mundo em Ocidente, Oriente e Mundo não alinhado. Esse movimento, iniciado sob o signo dos três D's mencionados, Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização, não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco.

Cada Nação, grande ou pequena, será sempre o melhor juiz de suas necessidades de segurança e defesa. Meu país, por exemplo, nunca aceitou a designação de neutralismo para a sua política externa independente. O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos como um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da comunidade das nações. O Brasil, como a generalidade das nações latino-americanas e afro-asiáticas, não poderia, entretanto, estar alheio a essa articulação parlamentar, que certamente constitui a ampla maioria dos 111 Membros desta Organização Mundial e impulsiona a sua renovação.

E, contudo, dentro de um espírito de puro realismo político, devemos admitir que esta maioria não consegue, com acentuada frequência, ver implementadas suas recomendações em cada um dos três grandes temas fundamentais. Prossegue a corrida armamentista, a despeito das Resoluções, sempre reiteradas, da Organização Mundial. Uma imensa parte da humanidade ainda vegeta sob condições humilhantes incompatíveis com a dignidade humana e milhões de criaturas ainda se encontram privadas da liberdade e de direitos humanos, sob formas degradantes de opressão política ou colonial. Isso se deve – tenhamos a coragem de dizê-lo – ao fato da existência e da sobrevivência de um poder de veto, de um veto invisível, nesta Assembleia Geral. Esse veto invisível, do qual muito pouco se fala e muito pouco se ouve, poderá revelar-se, nas grandes questões de Desarmamento, do Desenvolvimento e da Descolonização, ainda mais funesto e mais perigoso do que o lado negativo do princípio de unanimidade, que tem dificultado o funcionamento e impedido a ação eficiente do Conselho de Segurança. É esse veto invisível que impede a passagem de algumas resoluções ou – o que é muito mais frequente – impede a implementação de resoluções porventura adotadas. E é contra esse veto invisível que devem agora dirigir-se os esforços de nações que

têm anseios e reivindicações comuns – anseios de paz, de desenvolvimento e também de liberdade. Porque, na luta pela Paz e pelo Desenvolvimento, o homem não pode comprometer sua liberdade.

No cumprimento do mandato de mediação que lhe foi conferido pela Assembleia Geral, o Brasil, no âmbito do Comitê de 18 Nações sobre o Desarmamento, se tem conduzido dentro do mais estrito realismo. O Desarmamento – dissemos em Genebra – é um tema central e todos os outros problemas políticos se contêm e se refletem nesse problema por assim dizer espectral. Comparada com o Desarmamento, qualquer outra questão política, por mais difícil que nos pareça – e citemos como exemplo a de Berlim – parece relativamente fácil de resolver-se, porque, em qualquer solução eventual, cada lado teria uma ideia aproximada do que estaria a ganhar ou a perder e também porque qualquer solução porventura alcançada poderia não ser final ou definitiva, se se conservassem os meios e a possibilidade de alterá-la. O Desarmamento é um problema de poder e, tradicionalmente, os problemas de poder se têm resolvido pela operação do próprio mecanismo do poder. O desafio de Genebra consiste precisamente em resolver este problema de poder através de negociações e por meio de persuasão. Não é tarefa fácil, e um senso elementar de realismo nos leva a admitir que ainda estamos muito longe da conclusão de um Tratado de Desarmamento Geral e Completo. No que toca ao texto desse Tratado, fomos muito pouco além de alguns parágrafos do preâmbulo. Enquanto isso, somas e recursos enormes, que deveriam ser promessas e sementes de vida, se apresentam como fatores de ameaças e destruição. A presente corrida armamentista, que prossegue em um ritmo insensato, é a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do Desenvolvimento Econômico. Como se pode seriamente falar no progresso cultural de uma humanidade que não faz senão elaborar e aperfeiçoar os elementos de sua própria destruição? Só é respeitável a técnica que conduz à vida e à liberdade.

Os oito países mediadores de Genebra – Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia – detêm uma imensa responsabilidade diplomática nesta questão do desarmamento. Não atuaram esses países como um "bloco político", mas como um "grupo diplomático", que, num mandato de mediação, procura tenazmente ampliar as tênues áreas do acordo entre os dois blocos de Potências. Agindo invariavelmente em nome da opinião pública mundial, essas nações contribuíram decisivamente para que a Conferência das 18 Nações sobre o Desarmamento pudesse assegurar seu primeiro grande passo positivo: o Tratado de Proscrição de Ensaios Nucleares na Atmosfera, no Espaço

Cósmico e Sob as Águas, concertado recentemente em Moscou. O Brasil sempre defendeu a ideia de que, sem esperar a conclusão de um Tratado sobre Desarmamento Geral e Completo, as Potências Nucleares deveriam ir formalizando os acordos à medida que se verificassem coincidências de pontos de vista. Por isso sempre advogamos prioridade para a questão das experiências nucleares, não disseminação de armas nucleares e prevenção da guerra por acidente. Foi neste contexto que verificando perdurarem as dificuldades sobre a detecção e verificação dos ensaios subterrâneos, o Brasil endereçou, no dia 25 de julho de 1962, a seguinte pergunta às Potências Nucleares:

> Tem-se dito que é difícil alcançar um tratado de Proscrição dos testes nucleares, porque as Grandes Potências não podem ou não desejam chegar a um acordo no que se refere ao complicado problema do controle, um problema que se baseia na confiança. Contudo, é bem sabido que as divergências e discrepâncias principais se situam nos problemas de detecção e identificação dos testes subterrâneos, já que o controle internacional necessário aos testes atmosféricos e espaciais não parece apresentar tantas e tão insuperáveis dificuldades. Por que, então, não concentrar nossos esforços nessa questão dos testes atmosféricos e espaciais, que são os mais perigosos, real e potencialmente, e aqueles que têm o efeito mais perturbador sobre o cérebro, o corpo e o sistema nervoso? Por que não explorar, ao longo das linhas sugeridas pelo Memorandum dos 8 Países, a possibilidade de um acordo sobre a questão do controle dos testes atmosféricos e espaciais e, ao mesmo tempo, iniciar uma discussão sobre os métodos adequados de detecção e identificação dos testes subterrâneos?

Essa pergunta, formulada em 25 de julho e reiterada em 17 de agosto de 1962, encontrou então o silêncio de cada uma das três Potências que integravam o Subcomitê de Testes Nucleares da Comissão das 18 Nações. Somente no dia 27 de agosto, começaram as Grandes Potências a mover-se com a apresentação da proposta conjunta anglo-americana sobre a interdição parcial dos testes nucleares. Menciono aqui este fato, não para ressaltar a contribuição de meu país à causa do Desarmamento, mas para assinalar que, no cumprimento de seu mandato de mediação, os oito países de Genebra têm o dever de correr o risco das incompreensões e de criticas muitas vezes suscitadas por motivos táticos momentâneos.

Meu país saudou com entusiasmo a assinatura do Tratado Parcial de Moscou, e o Presidente João Goulart, em mensagem dirigida ao Presidente Kennedy e aos Primeiros-Ministros Krushev e MacMillan, exprimiu a alta

apreciação do Brasil pelo espírito construtivo com que os Estados Unidos da América, a URSS e o Reino Unido conduziram suas negociações e entendimentos. Meu Governo foi dos primeiros a firmar o Tratado e já o submeteu à ratificação do Congresso brasileiro. Para o Brasil, o Tratado Parcial tem não apenas o grande mérito de afastar imediatamente os efeitos nocivos das contaminações radioativas como também o valor simbólico de demonstrar que sempre é possível e viável um esforço comum das grandes potências para comporem suas divergências. Neste sentido, o Brasil acolheu o Tratado Parcial como um dos fatos mais auspiciosos desde 1945 e como ponto de partida para entendimentos ainda mais amplos e criadores. As palavras que acrescentarei não podem, assim, ser interpretadas como indicando falta de entusiasmo em relação ao Tratado.

Sem querer diminuir o impacto e a alta significação deste Tratado Parcial, cuja ideia defendemos desde os primeiros dias da Conferência de Genebra, não podemos deixar de lamentar haver sido a reunião de Moscou conduzida fora do âmbito da Conferência das 18 Nações sobre Desarmamento. Não encontramos razão lógica e plausível para tal fato, já que não podemos admitir a possibilidade de que as Potências Nucleares hajam querido afastar os oito países mediadores da solução de uma questão que eles haviam sido os primeiros a suscitar. Se havia em Genebra um Subcomitê de Testes Nucleares, integrado apenas pelas três Potências Nucleares, Subcomitê que, segundo as regras da Conferência, poderia reunir-se em qualquer lugar e com qualquer nível de representação, por que não quiseram as três Potências que a reunião de Moscou fosse caracterizada como uma reunião do Subcomitê? Isso teria tido o grande mérito de colocar a matéria dentro do contexto do desarmamento geral e completo e de servir de ponto de partida para todo o trabalho que o Comitê há de desenvolver no futuro. A paz e a segurança mundial não podem mais ser objeto de negociações exclusivas de um Diretório de Grandes Potências, por maiores e mais poderosas que sejam. A um perigo comum – de morte e destruição – há de corresponder uma responsabilidade comum, e é essa a responsabilidade que os países não nucleares desejam assumir.

Assim como formulamos nossa pergunta em 25 de julho de 1962, o Brasil formula hoje desta tribuna as seguintes perguntas às três Potências Nucleares:

Quais as reais dificuldades que nos separam de uma solução definitiva, em relação aos testes subterrâneos?

Por que não reconhecer que, sobre a questão, os pontos de vista antagônicos estão tão próximos, que qualquer dos lados poderia aceitar o ponto de vista oposto, sem estar na realidade fazendo grandes concessões?

Por que não explorar, de comum acordo, a possibilidade de ampliar, de imediato, a área de acordo alcançada em Moscou, mediante o acréscimo, à área de proibição, de uma faixa de testes subterrâneos acima de um determinado ponto de detectabilidade?

O Subcomitê de Testes Nucleares da Comissão das 18 Nações sobre Desarmamento poderia talvez explorar imediatamente a possibilidade de um tratamento gradual e sucessivo para a questão da proscrição de ensaios subterrâneos. Poder-se-ia, por exemplo, num primeiro estágio, de execução imediata, proscreverem aquelas experiências subterrâneas que acima de certo limite possam ser assinaladas pelos sistemas de verificação de cada uma das partes; proscreverem, num segundo estágio, de execução a ser iniciada no prazo máximo de um ano, aquelas experiências nucleares subterrâneas acima do limite, digamos, de 4.75, ou daquele mais compatível com os últimos progressos científicos; num terceiro estágio, de execução a ser iniciada no prazo máximo de dois anos, proscreverem todas as experiências com armas nucleares e em todos os meios. A matéria envolve evidentemente aspectos técnicos e científicos sujeitos a revisão e alteração nos entendimentos entre as Potências Nucleares, que certamente dispõem de melhores elementos técnicos de avaliação, dada a sua notória familiaridade com esse tipo de experiência.

É claro que, em todos esses casos, é essencial um acordo de vontades entre as Potências Nucleares, que, entretanto, não podem continuar a ignorar as reiteradas manifestações desta Assembleia Geral. E é possível que encontremos agora, mais uma vez, algumas das incompreensões que anteriormente encontramos.

O Brasil – juntamente com a Bolívia, o Chile, o Equador e o México – continuará seus esforços por ver consagrado em acordo unânime a desnuclearização da América Latina, fazendo, ao mesmo tempo, ardentes votos por que acordos semelhantes venham a ser consagrados, a fim de cobrirem o quanto antes o máximo de superfície do globo. No tocante à desnuclearização da América Latina, minha Delegação, que submeteu um item específico à Assembleia Geral, deseja frisar não estar propondo que a América Latina seja declarada desnuclearizada pela Assembleia Geral. O Brasil está propondo, isso sim, que as nações latino-americanas, como nações soberanas, considerem, através dos meios e canais mais apropriados, a conveniência de concluírem um tratado pelo qual se obriguem a não fabricar, armazenar ou experimentar armas nucleares. É este o sentido da proposta dos cinco países latino-americanos, recentemente reafirmada na Delegação Conjunta de 30 de abril, assinada

pelos Presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México. Minha delegação manterá, a esse respeito, o mais estreito contato com todas as delegações latino-americanas.

Dentro do mesmo espírito, a Delegação do Brasil à Comissão do Desarmamento lançou recentemente em Genebra a ideia de um tratado multilateral de não agressão, que criaria um mecanismo recíproco entre o máximo número de Estados que aderissem ao pacto de não se engajarem em agressão contra nenhum outro, qualquer que fosse a situação geográfica relativa dos mesmos. A imprensa internacional deu o relevo justo à iniciativa, que tem a seu favor tantos fundamentos válidos, que esperamos venha a frutificar generosamente. Essa ideia parece extremamente mais razoável e dinâmica do que a ideia, anteriormente aventada, de um simples Pacto de Não Agressão entre os membros da OTAN e os integrantes do Pacto de Varsóvia. O espírito da Carta é um espírito universal. A paz deve prevalecer entre todos os membros da comunidade das nações e não apenas entre aqueles que se entrincheiram atrás de alianças militares específicas. A ideia de um Pacto limitado vincula-se ao antigo esquema Leste-Oeste, que, como dissemos, tende a esmaecer.

O Brasil continua favorável a que se institua, no âmbito da comissão das 18 Nações, um Comitê Técnico incumbido de estudar os problemas de controle, problema sem cuja solução não se poderá caminhar decisivamente no sentido do Desarmamento Geral e Completo. Continuamos a pensar que as discussões políticas não podem permanentemente mover-se num vácuo técnico. Não concebemos desarmamento sem controle.

O segundo feixe de considerações que a Delegação do Brasil sente indispensável expender relaciona-se com o desenvolvimento econômico e social. O problema do desenvolvimento econômico, pela conjuntura demográfica e econômica mundial, tende a ser aos nossos olhos de igual urgência que o do desarmamento – mas com uma diferença básica: enquanto o desarmamento se escalona como um processo que se arrastará no tempo, mas que diluirá sua própria periculosidade na medida em que os passos pacíficos forem sendo conquistados pela humanidade, o desenvolvimento econômico se tornará pressão dia a dia mais insuportável pela estrutura das sociedades humanas, se medidas urgentes destinadas a desencadeá-lo e a acelerá-lo não forem tomadas no mais curto lapso de tempo e em ritmo cumulativo. Se somos hoje em dia, inevitavelmente, levados a associar a segurança coletiva à noção de Desarmamento Geral e Completo sob controle internacional, somos, de outro lado, levados a associar iniludivelmente a noção de segurança coletiva a outra segurança: a segurança econômica coletiva.

Nas condições atuais, dois terços da humanidade, atravessando uma conjuntura demográfica explosiva, vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo em toda a sua extensão os males sociais e econômicos que caracterizam o estágio de subdesenvolvimento. Ao lado desse imenso contingente humano, uma minoria da população mundial – beneficiada pelo aumento cumulativo da produtividade deflagrado pela industrialização – atinge altos níveis de prosperidade econômica e bem-estar social.

O elemento-chave para compreensão do problema com que nos defrontamos – nós, comunidade internacional – não é, contudo, a mera existência de grandes desníveis de riqueza entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas; é, isto sim, o fato de que esse desequilíbrio vem crescendo e, caso não sejam prontamente corrigidas as tendências hoje prevalecentes, continuará a crescer indefinidamente. É dentro desse quadro de dados e previsões sombrias que devemos procurar compreender os esforços dos países subdesenvolvidos para atender aos reclamos de progresso social e justiça econômica de seus povos. Esses reclamos, que correspondem aos anseios mais legítimos das comunidades humanas, não poderão ser reprimidos, e para seu atendimento no mais curto prazo possível é que devemos conjugar, aos esforços de cada nação subdesenvolvida, os esforços da comunidade internacional como um todo.

Embora a luta pelo desenvolvimento tenha de ser travada em várias frentes, cabe às Nações Unidas, pela universalidade de sua vocação, e coerentes com a letra e espírito da Organização Internacional, desenvolverem um papel de excepcional relevância para obterem a redenção econômica e social da grande maioria da população do globo, que hoje em dia vive em condições infra-humanas. As atividades das Nações Unidas no campo do desenvolvimento devem, no entender do meu Governo, atender a três áreas prioritárias: a industrialização, a mobilização de capital para o desenvolvimento e o comércio internacional.

Existe hoje uma convicção unânime de que, sem prejuízo de importância do desenvolvimento econômico integrado, a indústria representa o setor mais dinâmico da economia dos países subdesenvolvidos e o mais susceptível de assegurar num tempo historicamente curto, a diversificação e a emancipação econômica desses países. A doutrina clássica da especialização internacional do trabalho, que condenava os chamados países periféricos à posição imutável de fornecedores de produtos primários, já entrou definitivamente em descrédito, e foi substituída por uma teoria econômica mais compatível com as realidades

do mundo contemporâneo. Concebida, entretanto, numa época em que essa revolução doutrinária ainda não estava inteiramente cristalizada, a família das Nações Unidas durante muito tempo ocupou-se apenas residualmente do setor industrial, dando ênfase quase exclusiva a setores como a agricultura e a saúde pública. É certo que os recursos destinados à industrialização têm crescido nos últimos anos. O ritmo de crescimento é todavia mínimo, em confronto com as necessidades dos países subdesenvolvidos e as possibilidades dos países desenvolvidos, como foi indicado pelo Comitê de peritos que examinou recentemente as atividades das Nações Unidas no campo da industrialização. Conforme o relatório dos peritos, a atual estrutura institucional nessa matéria é inadequada, devendo ser urgentemente substituída por uma nova reestrutura mais consentânea com as exigências gerais da humanidade por uma industrialização acelerada. O Governo brasileiro considera que o estabelecimento de uma agência especializada de desenvolvimento industrial contribuiria decisivamente para atender a essas exigências.

A segunda área prioritária é a mobilização de capitais para os países subdesenvolvidos, provenientes dos países desenvolvidos, em que esses capitais são abundantes. Tal mobilização constitui uma das condições essenciais para que aqueles países possam atingir progressivamente níveis de bem-estar comparáveis aos dos países desenvolvidos. É indispensável, entretanto, que o fluxo de recursos financeiros seja realmente articulado com as necessidades dos países subdesenvolvidos, tanto do ponto de vista quantitativo – no sentido de que o volume total disponível deve ser proporcional às necessidades de capital – como do ponto de vista qualitativo, o que significa que as condições dos empréstimos devem levar em conta as dificuldades estruturais do balanço de pagamento que caracterizam as economias dos países subdesenvolvidos. A significação dos empréstimos em condições concessionárias foi convincentemente posta em relevo pelo antigo Presidente do Banco Mundial, o Senhor Eugenio Black, que asseverou que, se os empréstimos desse tipo não aumentarem ponderavelmente, "o mecanismo do desenvolvimento econômico poderia ficar de tal modo sobrecarregado de dívidas externas que se paralisaria, em meio a projetos incompletos e montanhas de planos rejeitados". A insuficiência de recursos financeiros internacionais compatíveis com as características dos países subdesenvolvidos poderia compelir esses países à adoção de soluções de emergência, de natureza quase heterodoxa, a fim de evitar a estagnação ou o retrocesso econômico e a inquietação social generalizada.

É questão que não padece dúvida que a assistência financeira deve ser liberta de quaisquer possíveis conotações políticas condicionantes,

ideia que, aliás, vem sendo alimentada tanto pelos países exportadores quanto pelos países importadores de capitais. É que isso visa a sanear, a um tempo, grande parte da atmosfera política internacional e as arenas políticas nacionais de matéria passível de controvérsia. Devemos reconhecer que rumar nessa direção é tomar o caminho que atende aos anseios de todas as soberanias. Dentre os esforços atualmente em curso para a multilateralização da assistência financeira cumpre realçar os de tipo regional, cujo alcance deveria ser, nessa mesma linha de evolução, multiplicado tanto quanto possível. Sem prejuízo de quaisquer canais ora existentes, seria, por consequente, da maior importância que as Nações Unidas dispusessem de um organismo próprio de financiamento, capaz de permitir à organização internacional ingressar no campo da assistência financeira aos países subdesenvolvidos. Foi dentro deste espírito que a delegação do Brasil propugnou e continua a propugnar pelo estabelecimento de um fundo de capital das Nações Unidas, integrado por todos os países membros da ONU e das agências especializadas, equipado para conceder empréstimos suaves e doações diretas, e que fosse administrado de forma a atribuir a todos os países membros igual poder decisório, independentemente de sua capacidade de contribuição. Seria igualmente desejável que uma parcela substancial, senão a totalidade dos recursos liberados com o desarmamento geral e completo, fosse desviado para esse fundo e que, enquanto não se concretiza essa medida, desejada ardentemente pela humanidade inteira, uma determinada percentagem das despesas militares atualmente em curso fosse posta à disposição do novo organismo. O simples desvio de um por cento das atuais despesas armamentistas representaria uma soma de nada menos de um bilhão e 200 milhões de dólares, o que daria ao fundo de capital das Nações Unidas condições iniciais de viabilidade acima de qualquer expectativa. A nossa única esperança é de que os 120 bilhões de dólares anualmente invertidos em despesas militares nunca venham a ter aplicação bélica. A nossa melhor esperança é que os homens do futuro possam dizer que se tratava de gastos inúteis para fins insensatos. Por que, então, pareceria hoje ousado pedir o sacrifício – ou a salvação – de um por cento dessa loucura para uma obra de redenção social e de desenvolvimento de toda a humanidade?

Finalmente, para marcar a presença das Nações Unidas no campo do financiamento internacional e para permitir aos governos dos Estados-Membros manter sob revista contínua e sistemática o fluxo total de capitais para os países subdesenvolvidos, a Assembleia Geral poderia considerar a possibilidade de criar um comitê permanente do Conselho Econômico

e Social, à semelhança do comitê para o desenvolvimento industrial e outros órgãos subsidiários.

A terceira área de prioridade – certamente, nessa altura, a mais importante – é a do comércio internacional, que deve, consequentemente, receber atenção especial no contexto das atividades econômico-sociais das Nações Unidas. É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada pela Assembleia Geral, vai reunir-se precisamente porque a atual estrutura do comércio internacional não favorece os países subdesenvolvidos e está baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro, atendem preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países industrializados. Essa Conferência significa a presença viva das Nações Unidas, com sua ética universalista e sua preocupação com os problemas de desenvolvimento econômico, no campo do comércio internacional, até então quase inteiramente fora de sua alçada. Significa, também, o desejo de modificar as tendências do comércio internacional, que operam num sentido desfavorável aos interesses dos países subdesenvolvidos. Significa, por fim, a decisão política de rever o que precisa ser revisto, de reformular princípios obsoletos, de estabelecer novas regras de comportamento, de criar condições para uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na correlação entre comércio e desenvolvimento, e de estabelecer os mecanismos institucionais indispensáveis para implementar as decisões da Conferência. Essas expectativas, se frustradas, representarão um dos mais dolorosos malogros da família das Nações Unidas. É essencial que a Conferência justifique as legítimas esperanças que nela depositam todos os países subdesenvolvidos, esperanças que não podem deixar de contar com a compreensão daqueles que maior responsabilidade têm no processo de racionalização da vida econômica e social da humanidade, os países desenvolvidos.

Ao cabo dessa Conferência e como cristalização de um longo processo de debates políticos e de intercâmbio de ideias fecundantes, crê o Governo brasileiro que deveria ser proclamada uma Declaração para a Consecução e Manutenção da Segurança Econômica Coletiva.

Tal Declaração – já prenunciada em suas grandes linhas na Declaração Conjunta dos países em desenvolvimento, em Genebra – seria um ato político de enorme transcendência, certamente dos mais importantes já realizados sob os auspícios das Nações Unidas, e que poderia ocupar um lugar de relevo ao lado das duas outras Declarações de que tanto podemos orgulhar-nos – a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais. Não se trataria de documento que viesse a dar, pela rigidez ou fluidez de suas fórmulas, soluções ideais para a segurança econômica coletiva. Tratar-se-ia, ao contrário, de propor, em bases claras e objetivas, uma soma de princípios que, a longo prazo, possam servir de metas a serem atingidas pelas Nações Unidas nesse campo. Tratar-se-ia, por conseguinte, de se achar um terreno de encontro para certas noções fundamentais sobre a vida econômica internacional, noções de que derivem possibilidades de empreendimentos mais fáceis, quando se venham a discutir problemas práticos relacionados com a organização econômica da comunidade internacional. A analogia que melhor se presta para definir esse desiderato é a Declaração dos Direitos Humanos. Num corpo sintético de enunciações básicas atinentes ao mais complexo tema dos temas – o homem – reduzimos de forma luminosa e perdurável toda uma programação futura para a construção do homem de amanhã pelo homem de hoje. Não seria possível, destarte, chegarmos a essa declaração outra, que trataria do segundo mais controverso tema do mundo social presente – o das relações econômicas entre as Nações?

A Delegação brasileira, ao advogar essa declaração, não ignora as dificuldades que se antepõem à elaboração desse documento. Tanto mais que não temos em mira uma formulação meramente retórica, em que a concordância geral em tomo de enunciados fluidos viesse a substituir o registro de uma disposição sincera de cooperação internacional, em prol do atendimento das necessidades dos países subdesenvolvidos. De nada nos serviria – e pelo contrário só poderia prejudicar-nos – um texto grandiloquente que não encontrasse eco no cotidiano das relações econômicas internacionais. Para a elaboração desse documento, a Conferência contará com acervo valiosíssimo de natureza doutrinária e intelectual que a família das Nações Unidas vem acumulando ao longo dos anos, inclusive o anteprojeto de Declaração sobre Cooperação Econômica Internacional, ora em exame por um Comitê *ad hoc* do Conselho Econômico e Social. Desse complexo acervo de estudos, pesquisas e meditações surge naturalmente, em todo o seu alcance e inteireza, o conceito de segurança econômica coletiva. Cumpre-nos codificá-lo em uma Declaração que, como afirmação coletiva de fé na racionalidade do processo econômico

global, possa nortear efetivamente as ações internacionais em prol da superação do subdesenvolvimento. O voto mais sincero que a Delegação do Brasil formula neste respeito é o de que possamos, nas festas do Ano Jubilar de 1965 das Nações Unidas, ter já consagrada a Declaração para a Consecução e Manutenção da Segurança Econômica Coletiva.

Nesta digressão sobre as tarefas com que se defrontam as Nações Unidas na promoção do desenvolvimento econômico, um ponto creio que emerge com absoluta clareza: o alto estágio do desenvolvimento atingido por um pequeno número de países do mundo não deve necessariamente implicar a persistência do subdesenvolvimento dos outros países. É óbvio, pelo contrário, que a segurança econômica e social atingida por alguns está em risco, se essa segurança econômica e social não for atingida por todos. Estamos, com efeito, no limiar da construção de uma nova comunidade internacional, em que a sobrevivência de formas econômicas e socialmente subdesenvolvidas será um risco coletivo. Vivemos um sistema de causas e efeitos recíprocos. Assim como a paz é indivisível – pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias – assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz.

Senhor Presidente,

Não estamos no domínio do sonho, da fantasia ou da abstração; estamos lidando com duras realidades que exigem pronta e decisiva ação desta Assembleia.

É possível, sem nenhum exagero, asseverar que a humanidade atingiu a fase final do processo colonial com as cores que o caracterizaram nos cinco últimos séculos. É possível, assim, reconhecer que o processo colonial é um arcaísmo histórico e sociológico, cujos resíduos perdurantes são focos de tensões e atritos políticos no mundo contemporâneo que podem e devem ser, finalmente, erradicados e liquidados.

O que mais sobressai, entretanto, nesse processo global, é que, enquanto não liquidado totalmente, constitui ele em grande parte o principal obstáculo ao desenvolvimento das antigas colônias tornadas Estados soberanos: salvo pouquíssimas exceções, tais Estados soberanos tiveram obstáculos enormes ao seu desenvolvimento, em consequência de relações de troca de várias naturezas, que viciaram os meios econômicos de que podiam dispor as antigas colônias: seu estatuto econômico perdurou como semicolonial.

A liquidação e erradicação do arcaísmo histórico e sociológico do colonialismo é, por conseguinte, processo que representa medida de alto interesse defensivo das economias de todas as antigas colônias, quaisquer que sejam as fases de sua libertação política e quaisquer que sejam os continentes em que se localizem.

Pode-se dizer que hoje é ponto pacífico que a descolonização total é, essencialmente, a finalidade por atingir no mundo inteiro em matéria de territórios e povos a quaisquer títulos dependentes. Isso, no contexto das Nações Unidas, deriva não só de um elemento quantitativo – a predominância eleitoral dos novos Estados –, mas também de um fator qualitativo, a saber, as teses anticoloniais têm todos os fundamentos éticos, econômicos, demográficos, sociais, políticos, a seu favor. Somente razões de relações de potência e de poder podem coonestar diferimentos e postergações, pois que as chamadas alegações "técnicas" – desenvolvimento cultural, capacidade de autogoverno, viabilidade "nacional", despreparo de quadros dirigentes, e afins – militam, de fato, contra as teses colonialistas: o que não foi feito ao longo dos decênios passados dificilmente o seria em poucos anos por vir, pois o que não foi feito deriva da vocação de não fazer, no que respeita intrinsecamente ao problema colonial.

Desde pelo menos a Oitava Sessão (1953) da Assembleia Geral, e em movimento cumulativo crescente cuja preparação teórica em grande parte se deveu à ação das delegações latino-americanas, até a Décima Quinta Sessão (1960) da Assembleia Geral – ano da África nas Nações Unidas –, a descolonização teve passos ponderáveis a cada ano, em consonância com movimento que vinha já do fragor da última grande guerra, em que as populações dos territórios dependentes, na África e na Ásia, desempenharam papel relevantíssimo, ainda hoje insuficientemente ressaltado, adquirindo, destarte, uma vocação de independência nacional que, a ser sofreada, poria em risco muito cedo a precária paz do mundo. No quadro das Nações Unidas, no ano de 1960, quando foi aprovada a Resolução 1514 (XV), com a Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, a Organização entrou a declinar na sua consagração de autodeterminações e independências, pois a liquidação do colonialismo, enquanto verbalmente estipulada como imediata na Declaração em causa, esbarrava com dificuldades já antes pressentidas por certos observadores, mas ainda não "oficialmente" denunciadas nos debates da Organização.

O Brasil reconhece que os elementos residuais de colonialismo oferecem resistência e exigirão por algum tempo ainda esforços e sabedoria coletivos concentrados. A ação descolonizadora poderá, entretanto, no

quadro da Carta das Nações Unidas e das resoluções aprovadas pela Assembleia Geral, consumar-se pacificamente. O Comitê dos 24 para a Descolonização tem atuado de maneira que merece o apoio da grande maioria das Nações Unidas. As potências que detiveram, no passado, um império colonial compreenderam todas, quase sem exceção, as vozes dos novos tempos. Os pontos de estrangulamento desse processo, que subsistem, exigem, por isso mesmo, cuidados multiplicados da Organização Internacional, para que possamos conseguir seu desenlace racional e pacífico. É, por conseguinte, momento oportuno para que o Comitê dos 24, ao reencetar seus trabalhos, passe em revista sistemática cada continente de per si, não omitindo o Continente americano e os seus territórios dependentes de potências extracontinentais. Enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação internacional superado e anacrônico. Essa é a lição dos tempos.

Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neocolonialismo. Será assim de desejar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiem a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno – cuja periculosidade me dispenso de ressaltar.

As Nações Unidas seriam um malogro a mais, e o mais doloroso, na longa História de esperança da raça humana, e trairiam sua razão de ser e sua destinação, se não enfrentassem com a determinação e a urgência que os tempos presentes requerem esses três feixes de problemas internacionais: o Desarmamento, o Desenvolvimento e a Descolonização.

Entretanto, na medida em que vamos avançando na realização desses objetivos, reconhecemos a necessidade inadiável de fortalecermos, paralelamente, a Organização Internacional, para que esta se adapte aos desafios propostos por suas próprias obrigações e deveres. A essa tarefa de renovação não tem faltado a compreensão, a assistência, o impulso criador de nosso Secretário-Geral. É da mais elementar justiça assinalar o quanto esta Organização deve a U Thant, e quão felizes somos de ter na direção do Secretariado um homem eminente, cujas qualidades de pensamento e ação são complementadas por uma compreensão exata do que devem ser as Nações Unidas neste mundo de perigo nuclear e subdesenvolvimento, de grandes desafios e grandes perspectivas.

O saldo positivo da Organização Internacional é incontestável – qualquer que seja a dose de ceticismo usada na sua avaliação. A verificação dessa realidade, entretanto, não basta por si só. É que o processo e o tempo da História se aceleram e, com eles, a urgência das necessidades coletivas. Representativa das pressões dessas necessidades coletivas, é mister que a Organização Internacional, como instrumento próprio para aferi-las, não as deixe atingir o ponto critico explosivo.

É, assim, urgente vitalizar cada dia mais a Organização Internacional, primeiro indagando sobre o que deveria ter sido feito e não o foi, depois indagando sobre o que parece dever ser feito.

Daí o cabimento de certas questões, à luz do próprio texto da Carta. Por que tantos artigos da Carta jamais receberam aplicação? Por que, por exemplo, não floresceu a implementação do seu Artigo 66? Por que não se institucionalizou o Artigo 43, em conexão com os Artigos 45, 46 e 47? Por que não se avançou na linha preconizada pelos Artigos 57 e 63 e não se reconheceu que, malgrado as despesas que implicasse, teria havido vantagens consideráveis na estrutura orgânica das agências especializadas existentes com as que cumpre serem criadas, na razão dos altos interesses coletivos? Por que, de outro lado, não nos esforçamos pela final caducidade dos Capítulos XI, XII e XIII da Carta, realizando-lhes *in toto* os objetivos explícitos?

Não há por que silenciar as razões por trás desses impedimentos. A Carta – apesar dos enormes méritos que lhe deram a forma do mais alto instrumento diplomático até hoje lavrado pela humanidade –, a Carta guarda os estigmas do impacto sob que nasceu, a saber, a herança da Segunda Grande Guerra. E, por isso, ficou marcada pela conjuntura, como instrumento de paz entre os Grandes, como saldo das lutas terminadas em 1945. De modo que a sua verdadeira finalidade – que é a da instauração de um mundo de paz desarmada na base da justiça universal –, a sua verdadeira finalidade ficou comprometida por certos vícios de origem, vícios talvez inevitáveis no seu tempo, mas que já hoje merecem ser sanados ou superados. Que dizer, por exemplo, do Artigo 107 da Carta nesta altura dos tempos?

A implementação efetiva da Carta esbarra no Diretório efetivo exercido pelos Grandes. A ação desses, entretanto, seria positiva, se se circunscrevesse aos limites reais e literais da própria Carta. Hoje sentimos todos a urgência da atualização e adaptação da Carta às condições do mundo presente, na linha, aliás, preconizada pelos próprios Artigos 108 e 109 da Carta. Entretanto, reivindicações absolutamente justas como o aumento imediato do número de membros do Conselho de Segurança e

do Conselho Econômico e Social, a criação eventual de novos Conselhos, e o fortalecimento do Conselho de Segurança, a instrumentação da capacidade de operações efetivas de manutenção da paz, objetivos desejados pela larguíssima maioria dos Estados-Membros, esbarram no Diretório das Grandes Potências – que insiste em condicionar a ação das Nações Unidas a um jogo maniqueísta de política de poder ou a soluções políticas específicas em uma questão determinada.

Criou-se, assim, o círculo vicioso em que se debate a revisão da Carta e, mesmo, a possibilidade de exercer-se a presença efetiva das Nações Unidas nos mais importantes atos diplomáticos contemporâneos. Pois não é verdade que o Acordo de Proscrição recém-concertado em Moscou o foi fora do quadro das Nações Unidas?

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Não há dúvida de que, se o círculo vicioso não for superado, e o veto invisível não for vencido, com a boa vontade inclusive das Grandes Potências, a Carta, de vocação dinâmica, tenderá a imobilizar-se. É necessário que todas as Potências, todos os Estados-Membros, todos os Estados não membros, mas aspirantes ao ingresso nas Nações Unidas, que todos, em suma, se compenetrem daquilo que alegam sempre ter – realismo político. É necessário que possamos derrubar todas as barreiras que se opõem ao progresso e à liberdade humana. Porque, em nosso caminho para o progresso, não pretendemos abdicar da liberdade.

As coordenadas fundamentais, a nosso ver, para essa tarefa importante de vitalizar a Carta, podem ser esboçadas nos seguintes fatos: primeiro, o conceito de segurança está hoje indissoluvelmente ligado ao conceito de paz: sem paz não haverá segurança para nação alguma, por maior que seja o número de armas nucleares que haja estocado e por maior número de experiências que haja realizado. Por isso, o conceito de segurança é realmente coletivo e condicionado ao da paz desarmada coletiva. A Carta, que se baseou numa concepção de segurança absoluta de cada país de per si, tem de refletir a nova realidade termonuclear. Em segundo lugar, os conceitos econômicos – que quase não apareciam no Pacto da Liga das Nações, pois este tinha só uma alínea (a Alínea *e* do Artigo 23) que se referia à "liberdade de comunicação e trânsito e tratamento equitativo para o comércio internacional" – aparecem na Carta num nível ainda assim de extrema generalidade, mas já representam um passo à frente no sentido do reconhecimento de responsabilidade

internacional na promoção do desenvolvimento econômico. O mundo de hoje, com suas urgências, necessita, porém, muito mais do que essas generalizações extremas. Os esforços nos últimos anos feitos para objetivar a responsabilidade internacional têm de ser concretizados nesta Organização Internacional, que necessita de uma Carta e de suas Nações Unidas que exprimam decididamente as exigências de um mundo que, para sobreviver, tem de dinamizar-se. Em terceiro lugar, o conceito de libertação colonial e autodeterminação dos povos, inscrito na Carta, é uma realidade hoje de tal modo indisputável, que sua implementação prática tem de ser precipitada. O processo de implementação criou a realidade da Organização Internacional de hoje em dia, cuja Carta, aceita pelos 51 Estados-Membros fundadores, é a que se impõe a 60 novos membros, os quais ainda não puderam dar-lhe os novos lineamentos exigidos pelas realidades do mundo presente. Não é possível protelar por mais tempo o pronunciamento dos 60 Estados admitidos desde 1945 sobre a natureza e o objetivo da Organização que hoje integram com grande força criadora. Esta é a consideração que torna imperativa a revisão da Carta, de maneira a adaptá-la às realidades da era nuclear.

Na Conferência de São Francisco, quando se estruturou esta Organização, foi o Brasil um dos primeiros e mais ardentes defensores do princípio da flexibilidade da Carta, sustentando a tese de que suas provisões deviam ser permanentemente sujeitas a um processo orgânico de revisão. Nesse sentido, a Delegação do Brasil apresentou emenda, segundo a qual a Assembleia Geral devia necessariamente examinar o Estatuto básico da Organização, a cada cinco anos, para introduzir-lhe as modificações que a experiência aconselhasse. Depois de citar uma opinião segundo a qual a revisão em direito constitucional é antes questão de experiência que de lógica, minha Delegação dizia, então:

> As instituições legais uma vez criadas, adquirem vida própria. Com o tempo, a Organização revelará as virtudes e os defeitos de sua estrutura, e indicará os ajustamentos necessários à sua sobrevivência, e à consecução da paz e da justiça.

Como se vê, nada existe de novo ou de revolucionário na ideia da revisão da Carta das Nações Unidas. O conceito da necessidade da revisão, como o seu processo, estão previstos na própria Carta. Em última análise, o que exigimos é a aplicação de dispositivos da Carta.

Minha Delegação, Senhor Presidente, na forma das ideias ora expendidas sobre várias questões de nossa vida orgânica coletiva, procurará, no correr dos trabalhos que ora encetamos, estar em estreito

diálogo com todas as outras Delegações dos Estados-Membros. Na base dessas consultas e diálogos, a Delegação do Brasil reserva-se o direito de conjunta ou individualmente apresentar alguns projetos de resolução que possam dar corpo a essas ideias, ligadas a uma nova conceituação das Nações Unidas – as Nações Unidas de 1963. Não é em vão, repito, que se vivem dezoito anos de História. E de História na era nuclear. Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização são as únicas alternativas à morte, à fome e à escravidão. Porque, em tudo e acima de tudo, o essencial é assegurar a liberdade humana. O homem nada terá obtido de definitivo, se tiver perdido sua liberdade: liberdade de viver, de pensar e de agir. Pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico meu país fará todos os sacrifícios, mas não fará sacrifícios de liberdade. Nenhuma ideia será aceitável para nós se trouxer consigo a supressão da liberdade humana. Como a segurança está hoje vinculada à paz, o conceito de liberdade passa a estar vinculado ao conceito de progresso social e desenvolvimento econômico. O que queremos é dar alguns passos à frente no caminho da liberdade. E devemos caminhar rápido. Porque o tempo se está tornando curto, tanto para as Nações Unidas quanto para a Humanidade.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1963.

1964

1964

As transformações políticas ocorridas em março de 1964 acarretariam importantes consequências para a política externa do Brasil. Na visão então prevalecente, os acontecimentos no Brasil constituíam um sério golpe no movimento comunista internacional e alterariam a correlação de forças da Guerra Fria. Novamente o Brasil abrigava expectativas de crescente envolvimento norte-americano no seu projeto de desenvolvimento. As lideranças de 1964 buscariam cooperação, entendimento e assistência, de maneira a constituir o Brasil, nas palavras de então, em baluarte da causa da liberdade no mundo.

Recupera-se na formulação da política externa brasileira uma visão do mundo fundamentalmente diferente da que orientara o período Quadros-Goulart. A premissa em que se baseara a política externa independente era a de que a multiplicidade de centros de poder que se vislumbrava no panorama internacional constituía fator positivo e enriquecedor das oportunidades diplomáticas para o Brasil. Para os setores que haviam assumido as responsabilidades de Governo em 1964, porém, o panorama internacional ainda estava dominado pelo bipolarismo, residindo, portanto, na política de alinhamento as melhores oportunidades de ação externa a que poderia aspirar o Brasil.

Em discurso pronunciado no Itamaraty em julho de 1964, o Presidente Castello Branco expôs pormenorizadamente a nova doutrina externa do Brasil. A política externa não deveria mais ser qualificada de "independente", sentenciou o Presidente, pois o conceito de independência

adquirira valor terminal e perdera a sua utilidade descritiva num mundo dominado pela confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros. Nesse contexto, concluiu, tornava-se inevitável a aceitação de certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. O nacionalismo, comentaria o Presidente, havia-se transformado em opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas. A posição do Brasil doravante decorreria da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental. Essas concepções, afirmaria o Presidente, não levariam, porém, o Brasil a garantir adesões prévias às atitudes de qualquer das grandes potências. Cada questão seria examinada à luz do interesse nacional e em cada caso far-se-ia a distinção entre políticas destinadas a salvaguardar interesses básicos do sistema ocidental e políticas destinadas a satisfazer interesses individuais das potências guardiãs do mundo ocidental.

Estavam, assim, lançados os pressupostos que passariam a orientar a relação do Brasil com os EUA: permitir-se-iam divergências decorrentes de interesses nacionais específicos ou exclusivamente bilaterais, mas subordinar-se-ia o Brasil à liderança norte-americana em tudo que fosse definido como parte do contexto global da confrontação ideológica.

Ficaria desta forma o Brasil anacronicamente reinscrito no cenário internacional da Guerra Fria quando esta, na realidade, à luz dos primeiros movimentos do processo de *détente,* dava claros sinais de mudança. A explosão da primeira bomba atômica chinesa e o crescente envolvimento dos EUA no Vietnã seriam dois dos elementos que dramatizariam a conveniência de uma acomodação entre os EUA e a URSS. A emergência da liderança de Leonid Brezhnev viria eventualmente possibilitar esse entendimento, embora o caminho estivesse constantemente pontilhado de sinais ambivalentes.

Em seu discurso perante a Décima Nona Assembleia Geral, o Ministro Vasco Leitão da Cunha expressa de maneira sóbria e objetiva as transformações ocorridas na política externa do Brasil. Declara superados alguns princípios e algumas posições assumidas anteriormente e torna a privilegiar a adesão irrestrita do Brasil ao campo ocidental num contexto internacional de confrontação. Citando extensamente o discurso do Presidente Castello Branco no Itamaraty, o Ministro Leitão da Cunha, após situar doutrinariamente os novos postulados da política externa, se refere a algumas das principais questões da agenda. Não deixa de dar ênfase aos temas do desenvolvimento e da descolonização. Em ambos assume tom conciliador e, enfatizando o caráter pacífico que deveria assumir o processo de independência das antigas colônias, manifesta, ecoando a

retórica da Guerra Fria, que o princípio da autodeterminação deveria ser igualmente aplicado à Alemanha Oriental.

É de notar, por outro lado, a ênfase dedicada no discurso do Embaixador Leitão da Cunha à questão das Operações de Paz e, em particular, à proposta de que as mesmas passassem a ser previstas num capítulo especial da Carta, a se situar entre o Capítulo VI (Solução Pacífica de Controvérsias) e o Capítulo VII (Ameaças à Paz, Ruturas da Paz e Atos de Agressão). Essa proposta, que ficaria conhecida como "Capítulo VI e meio", tornar-se-ia frequente nos discursos brasileiros. À luz das pretensões latentes do Brasil em relação ao Conselho de Segurança, tinha a vantagem adicional de chamar atenção para o tema da Reforma da Carta.

XIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1964

Ministro Vasco Leitão da Cunha[21]

Senhor Presidente,

Permita-me oferecer a Vossa Excelência os calorosos parabéns do Brasil pela sua eleição para a presidência da Assembleia Geral. A unanimidade da escolha feita pelos membros da Organização ao selecioná-lo para este alto posto é de particular importância. É testemunho da enorme fama que seu nome goza nas Nações Unidas e da certeza que suas qualidades como político o capacitarão a guiar a Assembleia o melhor possível nessa hora.

Não é coincidência que um ilustre representante da África seja o Presidente dessa Sessão. Na sua pessoa, a Assembleia Geral olha com esperança e confiança para as contribuições que os Estados jovens da África trazem aos assuntos importantes que atormentam o mundo.

Ouvi com grande admiração as palavras inspiradoras de Vosso discurso de posse, que refletiram como Vossa Excelência compreende bem seus deveres e os deveres diante de todos nós. Vossa Excelência mencionou as vozes da África. Em meu país, este som é realmente muito familiar. Um dos clássicos da literatura brasileira é um poema intitulado "Vozes da África", composto por Antônio de Castro Alves, um campeão na causa pela liberdade africana. É a prova da marca deixada pelo seu povo no sangue e na alma de nosso povo.

[21] **Vasco Tristão Leitão da Cunha**, nascido no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1903. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Terceiro Oficial, por concurso, em 1/7/27. Designado para exercer o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores cumulativamente com o de Ministro de Estado da Saúde de 6/4/64 a 20/4/64. Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 20/4/64 a 7/12/65. † Rio de Janeiro, em junho de 1984.

Reunimo-nos aqui, como cada ano, para examinar o vasto campo de ação das Nações Unidas e para tentar encaminhar a soluções favoráveis os grandes problemas suscetíveis de serem resolvidos pela cooperação internacional. Sou tanto mais sensível à honra que me é dada de abrir este debate, quanto posso recordar os dias já distantes em que participei dos trabalhos do Comitê Preparatório das Nações Unidas e da Primeira Sessão da Assembleia Geral desta Organização, em Londres, em 1945/46. Posso assim ter bem presente o quanto se alterou nesses quase vinte anos o panorama internacional e o quanto fizeram as Nações Unidas durante esse período.

Uma coisa entretanto não mudou: os grandes princípios que nos inspiram e que se acham inscritos em nossa Carta. Tampouco mudou a fidelidade do Brasil a esses princípios, que se acham incorporados à filosofia política da Nação brasileira. Essa permanente fidelidade de meu país aos propósitos e princípios da ONU, posso hoje reiterá-la aqui com firmeza e renovada confiança.

O Brasil retomou o caminho largo de suas mais legítimas tradições, de que se pretendeu um momento afastá-lo. Num grande movimento de renovação nacional, meu País recobrou todas as suas possibilidades de progresso e de ordem, que lhe permitem, uma vez mais, sem renegar o passado, encarar com confiança o futuro.

Na base de nossa política, no campo interno como no internacional, encontramos o mais completo exercício de nosso direito de autodeterminação, pela qual o povo brasileiro fez uma opção básica, que mantém, de fidelidade espiritual e política ao sistema de democracia representativa.

O Presidente da República do Brasil assim definia, em discurso recente, as linhas mestras de nossa política exterior:

> Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências – nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental – pois que na política externa destas é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência.
>
> Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que assim deve ser, por força, a política de um país soberano. Política exterior independente, num mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio

> pensamento e sua própria ação, sem nenhuma subordinação a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente americano, da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições de nosso tempo, bem como aos problemas de nossos dias.

E mais adiante:

> Com a África e a Ásia não desejamos apenas comerciar, pois existem todos os elementos para uma cooperação fraternal e um entendimento amplo entre o Brasil e os povos que emergiram recentemente para a liberdade e estão dispostos a mantê-la. Cooperação, entendimento, harmonia de interesses, eis o que buscamos com todos os países e com todos os povos, respeitadas as hierarquias que o interesse nacional aconselha. Esses mesmos princípios servem de base à Organização das Nações Unidas, onde participamos ativamente. Apesar das deficiências que apresentam, são as Nações Unidas, no mundo de hoje, o instrumento essencial para a manutenção da paz, sem a qual nada é possível.

A definição é clara: os laços que nos unem às repúblicas irmãs da América são nossa primeira linha de solidariedade internacional. Temos com essas Repúblicas elos profundos, de geografia, de história, de tradições, de aspirações, e tudo faremos para unir cada vez mais nosso continente. Em segundo lugar não podemos negar as raízes ocidentais de nossa cultura e de nossas instituições, que nos levam a manifestar nosso permanente interesse na manutenção do modo de vida democrático que o Ocidente busca preservar. Não podemos tampouco deixar de sentir-nos ligados a tantos outros povos, na África, que tanto contribuiu para a formação do povo brasileiro, como na Ásia, cujas necessidades de desenvolvimento são também as nossas, e com os quais temos em comum ideais de liberdade, de progresso e de justiça. Todos esses países novos, e considero novos todos os países em via de desenvolvimento, sentem a necessidade de não se deixar prender por ideias e sistemas de puro conservadorismo, anseiam pela evolução social e política. Organizam-se eles, como nós no Continente americano, em comunidades regionais, que muito podem contribuir para harmonizar e fortalecer os esforços de cada nação, e que são, igualmente, um fator de paz mundial.

Levado por sua vocação pan-americana, ocidental, universalista, o Brasil deseja a paz, com segurança e liberdade. Para que seja afastada

de nossa geração e das gerações futuras a ameaça do flagelo da guerra, que o terror atômico torna ainda mais terrível, empresta todo o seu apoio à ideia de um desarmamento, racional e controlado, que nos possa dar a segurança que os armamentos não nos podem dar.

Deseja que a dignidade do homem seja respeitada e garantida em todos os domínios. Queremos que as Nações Unidas contribuam para o respeito universal dos direitos fundamentais do homem, eliminando de uma vez por todas as discriminações raciais que envergonham ainda algumas áreas do mundo.

Por esse mesmo respeito à dignidade humana, desejamos para toda a humanidade condições mínimas de conforto material e bem-estar social e consideramos para isso indispensável que as nações mais desenvolvidas, no interesse de todos, como no delas próprias, se associem às medidas que visam a fazer com que prevaleçam condições mais justas no plano econômico internacional.

Existe hoje clara consciência de que urge promover um ordenamento mais equitativo do comércio internacional, para atender às necessidades dos países em fase de desenvolvimento. O Brasil tem colaborado ativamente com os países da América Latina e com os demais países cujas aspirações comuns nos uniram no Grupo dos 75 e tudo fará para buscar seja assegurada a continuidade do programa de ação delineado na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. A presente Assembleia Geral já tem a meu ver perspectiva suficiente para o reexame da Ata Final de Genebra. O Brasil entende, todavia, que o aperfeiçoamento das decisões da Ata Final deve começar pelo seu cumprimento. Há imperiosa necessidade de que não se repita em relação à CNUCD o malogro histórico da Conferência de Comércio e Emprego de 1948 e devemos absolutamente evitar que a Ata Final de Genebra se transforme em simples manifestação de boas intenções, como ocorreu com a Carta de Havana.

Outras importantes questões econômicas merecerão igualmente a atenção desta Assembleia e dentre as que à minha Delegação parecem mais importantes, e sobre as quais teremos sugestões a fazer na Segunda Comissão, citarei a criação de um Fundo de Capital das Nações Unidas e de uma Agência para o Desenvolvimento Industrial. Ambos esses organismos virão atender necessidades vitais dos países em vias de desenvolvimento.

Ouso, todavia, dizer que a solução do problema das relações de troca desfavoráveis que afetam aqueles países é questão tão importante quanto a da paz mundial. Ela diz respeito ao progresso social de cerca de

dois terços da humanidade; ela diz respeito a uma questão de justiça nas relações internacionais, o que é um dos propósitos mesmos da Carta da Organização mundial. Não estaríamos sabendo viver à altura das grandes expectativas mundiais contemporâneas, se não encarássemos aqui neste foro, e de maneira vigorosa, esta séria questão que é a luta por melhores e mais justos termos nas relações comerciais internacionais.

Queremos que se assegure a todos os povos o exercício de seu direito de autodeterminação, eliminando-se os últimos remanescentes de um colonialismo que chega historicamente ao seu fim.

Já se chamou a Carta de São Francisco de "Carta da Descolonização". O epíteto é justo, mas seria mais exato – e mais rico de sentido – se qualificado pelo adjetivo pacífico. Os homens do futuro seguramente se referirão ao Capítulo XI da Carta como ao instrumento político de libertação, por meios pacíficos, dos povos coloniais, e prestarão homenagem à sabedoria, à prudência e à visão dos estadistas que redigiram aquele documento. Através da aplicação paulatina, ordeira e pacífica da Carta e das resoluções pertinentes desta organização, mais da metade da humanidade acedeu à independência, mediante a prática do princípio da autodeterminação. A Organização, na sua sabedoria, transformou-se não só no instrumento acelerador da marcha dos povos coloniais para a independência, como tem servido de quadro legal e político para as negociações e os entendimentos necessários para que a evolução se realize por meios pacíficos. As exceções só realçam a previsão e a sabedoria da Carta. Devemos preservar e aperfeiçoar a experiência adquirida pelas Nações Unidas em matéria de descolonização. Essa experiência permitiu à organização e aos Estados-Membros cumprirem as suas obrigações sem aumentar as tensões internacionais. Ao contrário, o método pacífico de descolonização tem sido, em geral, instrumento de paz, de conservação da paz e de reforço da paz.

Por esses motivos, minha Delegação encara com apreensão e com reserva severa as iniciativas tomadas no sentido de injetar violência na aplicação do método de descolonização revisto pela Carta.

O exercício do direito de autodeterminação é para nós um conceito amplo, que vai além dos problemas do colonialismo. Esse direito deve poder exercê-lo todos os povos, e penso particularmente no povo alemão, até hoje dividido por uma fronteira que não tem razão de ser, sujeito a restrições que não se coadunam com o espírito de nossa Carta.

Todas essas são matérias de substância, que figuram em tantos itens da agenda desta Décima Nona Sessão da Assembleia Geral, e, todavia, tenho a impressão de que temos todos neste momento também

uma preocupação básica, que é de natureza instrumental. Diz ela respeito ao futuro mesmo de nossa Organização, à sua existência, aos meios de que ela deve necessariamente dispor para alcançar seus objetivos. Refiro-me à verdadeira crise institucional com que nos defrontamos, face à oposição de alguns Estados-Membros em reconhecer a validade de suas obrigações financeiras na questão das operações de paz.

A Delegação do Brasil tem plena consciência das implicações do problema. Sabe que ele pode ameaçar mesmo o futuro das Nações Unidas como instituição universal e está plenamente disposta a dar seu apoio a fórmulas conciliatórias que nos permitam resolver esta crise, que poderia ser fatal.

Minha Delegação não pode, entretanto, aceitar soluções que impliquem o abandono de princípios que são básicos à Organização, pois isso significaria, de modo diferente, mas igualmente certo, o fim da ONU como nós a conhecemos e desejamos que permaneça, isto é, como uma instituição democrática, em que direitos e obrigações são os mesmos para todos. Nas dificuldades que enfrentamos vemos porém mais que um simples problema financeiro, mais que contribuições que devem ser pagas.

As operações de paz, que deram origem a esta crise, constituem uma das mais eficazes formas de ação da ONU. Não previstas na Carta, as realidades da vida internacional vieram mostrar sua necessidade e elas se foram tornando, pouco a pouco, um poderoso instrumento na realização dos objetivos de nossa Organização.

Foi em 1956 que pela primeira vez esse tipo de operação foi empreendido, ao ser criada uma Força Internacional para atuar na faixa de Gaza, e a experiência se desenvolveu com as ações da ONU no Congo e em Chipre. Em todos esses casos, o objetivo das tropas, que agiam sob a égide da ONU, não era punir ou repelir agressores, mas, por sua presença, impedir o desencadeamento de luta armada e assegurar respeito à cessação de hostilidades. Muito mais do que um simples corpo de observadores, muito menos do que um exército internacional em campanha, a Força não tinha a missão de empregar ofensivamente suas armas, nem para ela se transferia o controle da região em que operava. Esse controle permanecia em mãos da autoridade local soberana, cujo consentimento fora buscado e obtido para a presença das tropas. Os objetivos da Força não eram os objetivos militares comuns, mas tão somente os de assegurar a manutenção de condições de paz, que facilitassem o encaminhamento das soluções pacíficas necessárias, mediante implementação de recomendações dos órgãos competentes da ONU.

É possível reconhecer que as operações de paz emergiram como um conceito novo e vigoroso, perfeitamente distinto das medidas coercitivas de que trata o Capítulo VII da Carta. Esta, como instrumento vivo, não se opunha à evolução registrada, mas as dificuldades até agora verificadas, e das quais a questão do financiamento é apenas um dos aspectos, parecem indicar a conveniência de que esse novo conceito seja o mais cedo possível incorporado à Carta.

Isso poderia ser feito mediante a inclusão de um novo capítulo, que se chamaria "Operações de Manutenção da Paz" e que encontraria seu lugar entre os atuais capítulos VI e VII. Haveria assim, numa gradação crescente, "Solução Pacífica de Controvérsias", "Operações de Manutenção da paz" e "Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão".

As operações de manutenção da paz seriam conduzidas no território de um ou mais Estados, membros ou não da ONU, a seu pedido ou com o seu consentimento.

Seriam empreendidas por Forças militares, de preferência para isso predesignadas, sobretudo pelas potências médias e pequenas, mas seu objetivo seria a manutenção de condições pacíficas, em contraposição às operações previstas no Capítulo VII, que devem materializar-se em sua efetivação contra a vontade de um ou mais Estados, transgressores da ordem internacional, para a imposição da vontade da comunidade, representada pelas Nações Unidas. Não se excluiria, por certo, que no decurso das operações de paz houvesse que recorrer, em determinadas circunstâncias e por período limitado, a ações coercitivas. Nessa modificação da Carta poder-se-ia prever de modo mais preciso o método de financiamento seja das operações coercitivas, seja das operações de paz.

Bem sei, Senhor Presidente, que as ideias aqui expostas não serão de fácil aplicação. Conhecemos bem as dificuldades até agora encontradas para adaptar a Carta às novas necessidades do mundo. Mas a gravidade dos problemas está a indicar a absoluta necessidade de cogitarmos de soluções globais no terreno político-constitucional. Talvez seja mesmo mais fácil chegarmos por essa via a resolver os problemas imediatos com que nos defrontamos e que, como disse, parecem ameaçar a própria vida de nossa Organização.

E a esse respeito, a posição de meu País não poderia ser mais clara nem mais categórica: o povo e o Governo do Brasil veem nas Nações Unidas uma forma de relações internacionais essencial ao mundo contemporâneo. Não podemos sequer pensar em alternativas para o sistema de convivência e negociação que elas representam. O que desejamos é que suas estruturas

e seus mecanismos se consolidem e se aperfeiçoem, pois é através das Nações Unidas que poderemos realizar nossos ideais de paz, de progresso e de desenvolvimento.

É esse o pensamento do Brasil e não posso imaginar que outras potências, notadamente aquelas que por sua importância econômica e política têm entre nós um lugar privilegiado, possam insistir em cursos de ação que nos podem levar ao desastre.

Que as gerações futuras não venham a dizer que fomos imediatistas, quando devíamos ser homens de visão, que nos faltou coragem e sabedoria para construir o mundo mais feliz que estava ao nosso alcance.

Muito obrigado.

Nova York, em 3 de dezembro de 1964.

1965

1965

O processo político aberto com o movimento militar de 1964 polarizava o Brasil. Sucedem-se greves e manifestações contra a censura e contra outras práticas que conduziam as instituições brasileiras pela via do autoritarismo. Em outubro, o Ato Institucional n° 2 extinguiria os Partidos Políticos existentes no país. Em dezembro, Ato Complementar instituiria o bipartidarismo, criando a ARENA, de apoio ao Governo, e o MDB, de oposição. Importantes segmentos liberais que haviam apoiado o movimento militar começariam a se distanciar do Governo que, no entanto, sob a presidência do Marechal Castello Branco, mantém uma retórica liberal e democrática.

Tendo rompido relações com Cuba em 1964, o Brasil sinaliza a sua sintonia com os EUA no plano regional ao participar, em 1965, da Força Interamericana de Paz auspiciada pelo Governo norte-americano para assegurar a ordem na República Dominicana após a invasão ocorrida em abril.

O discurso do Ministro Vasco Leitão da Cunha perante a Assembleia em que se comemorava o vigésimo aniversário da ONU não diverge do que pronunciara em 1964. Já não seriam, porém, necessárias tantas explicações sobre as mudanças ocorridas no Brasil. Leitão da Cunha poderia concentrar-se em temas mais diretamente ligados à agenda da Assembleia. Pronuncia um discurso profissional, de acentuado conteúdo técnico, em que aborda extensamente a problemática do desarmamento e da revisão da Carta. Não faltariam, contudo, passagens em que ficaria evidente o realinhamento do Brasil no campo ocidental. O Ministro

defende a intervenção na República Dominicana como necessária para guiar o povo daquele país caribenho no caminho da normalidade democrática e do progresso social; reclama a autodeterminação e a reunificação do povo alemão; adverte contra o uso da força ou a intervenção de terceiros países no processo de descolonização; e, referindo-se ao agravamento da guerra no Vietnã, talvez para compensar o fato de o Brasil ter resistido às pressões de Washington para que enviasse tropas ao Sudeste Asiático, insta o Governo de Hanói a aceitar o que qualifica de propostas construtivas formuladas pelos EUA.

É nesse discurso do Ministro Leitão da Cunha, por outro lado, que se expressam as reservas levantadas pelo Brasil ao conteúdo do Tratado de Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, então em negociação. Originalmente avançada pelo Brasil, a tese da desnuclearização da América Latina viria a ser objetada pelas lideranças militares, o que ensejaria a apropriação da iniciativa pela diplomacia mexicana. A posterior decisão brasileira de assinar e ratificar, mas não colocar em vigor o Tratado que viria a ser assinado em 1967 e que ficaria conhecido como Tratado de Tlatelolco, nasce da política então traçada de reter a possibilidade de desenvolver artefatos nucleares e está na origem da posição que o Governo brasileiro assumiria mais adiante em relação ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

XX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1965

Ministro Vasco Leitão da Cunha[22]

Senhor Presidente,

Permita-me felicitá-lo, em nome de minha Delegação e em nome do Governo e do povo brasileiro, pela distinção de que acaba de ser objeto. Merecer a honra de ser eleito Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas será quiçá no mundo contemporâneo a maior consagração a que possa fazer jus um Estadista, pela sua atuação em prol da paz e da segurança internacionais. Vossa Excelência faz jus a esse galardão, não pelos seus incansáveis esforços naquele terreno, desempenhados com talento e tenacidade como professor, parlamentar, Ministro e Primeiro-Ministro, mas também por ser dirigente e filho notável da grande Pátria italiana, berço da latinidade, sucessora e continuadora da civilização mediterrânea. Nós, brasileiros, guardamos com afeto a lembrança de sua recente visita ao nosso país, acompanhando o Presidente Saragat, quando pode novamente perceber a íntima coesão dos nossos povos, pois que vários milhões de italianos integram o povo brasileiro.

Seja-me permitido, também, saudar desta tribuna a incorporação às Nações Unidas de três novos países, Gâmbia, Maldivas e Singapura, fazendo votos pela sua prosperidade e completo êxito da sua trajetória de nações independentes.

[22] **Vasco Tristão Leitão da Cunha**, nascido no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1903. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Terceiro Oficial, por concurso, em 1/7/27. Designado para exercer o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores cumulativamente com o de Ministro de Estado da Saúde de 6/4/64 a 20/4/64. Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 20/4/64 a 7/12/65. † Rio de Janeiro, em junho de 1984.

Uma vez mais a Delegação do Brasil abre o debate geral. Essa prática não traduz apenas um hábito e não decorre de motivações vaidosas. Representa uma tradição de interesse pelo grande debate em que, a cada ano, as Nações de todo o mundo se encontram para procurar, na divergência de seus pontos de vista, um mínimo de comunidade de posições e de entendimento fecundo que possa servir de base às esperanças de harmonia e concórdia que inspiram a Carta das Nações Unidas e que, infelizmente, de maneira tão repetida, têm sido frustradas pelos acontecimentos internacionais. É com os mesmos sentimentos de fé nos destinos das Nações Unidas, de que sempre tivemos imbuídos, que o Brasil se apresenta hoje nesta tribuna universal, cônscio da especial significação dos trabalhos que ora se iniciam, quando nossa Organização completa vinte anos de existência e procura superar a mais grave crise de sua história.

Ao cabo de vinte anos de atividades, as Nações Unidas se encontram diante de um mundo talvez pelo menos tão conturbado e incerto quanto nos dias de São Francisco, quando sua Carta foi elaborada. Em todas as partes da terra, pensadores, filósofos, estadistas e cientistas proclamam que a civilização está em perigo; que os valores morais, espirituais e materiais criados através da História estão ameaçados e que a própria sobrevivência do homem se encontra em jogo. Quiçá pela primeira vez na História o homem se sinta mortalmente ferido. Não faltam alguns mais pessimistas que acreditam assistirmos nós, neste momento, à agonia da nossa civilização, causada não por um processo histórico ou cataclismo de ordem natural, mas pela frustração política do homem diante da tecnologia por ele mesmo criada. Teria a revolução científica-aplicada à arte da guerra num mundo traumatizado por conflito ideológico sem par e atônito diante de problemas econômicos e sociais sem precedentes – imposto aos seres humanos poder maior que sua estrutura ética poderia suportar? Teria o alegado descompasso entre os progressos tecnológico e moral despojado o homem de sua substância espiritual e o transformado no frágil instrumento de sua autodestruição?

O progresso tecnológico – que criou as armas termonucleares e que está incorporando à terra o espaço cósmico – aumentou a insegurança entre os povos e não melhorou as condições de vida da grande maioria da humanidade. A revolução científica está contribuindo dramaticamente para multiplicar a ameaça à paz e à própria sobrevivência da espécie. Qual a razão que impede os Estados de fazerem bom uso da ciência? No meu país – onde os valores éticos e espirituais estão profundamente arraigados na nossa cultura e na nossa história – excluímos, como explicação, um

desencanto ou falta de fé nos preceitos éticos da vida e do homem, tal como criados e consagrados pela nossa tradição cristã e ocidental, herança de nossa formação portuguesa. Trata-se, a nosso ver, de uma crise política, de uma crise constitucional de proporções gigantescas: a incapacidade revelada pelo homem de resolver o problema da organização internacional em hora crucial da História. Eis o problema fundamental do nosso tempo, o grande desafio aos estadistas da época.

Sem criarmos uma comunidade de nações que trabalhe efetivamente pela igualdade política e econômica dos Estados, pela sua liberdade e pelo império do direito nas suas relações mútuas; sem uma comunidade internacional apta a assegurar, a um tempo, as liberdades fundamentais dos cidadãos de cada Estado e, a cada nação, a igualdade de oportunidade de desenvolvimento econômico e social; sem encaminharmos – por meios democráticos e, portanto, exclusivamente pacíficos – o processo de descolonização iniciado em São Francisco; sem forjarmos instrumentos de prevenção e punição das agressões internacionais; sem colocarmos o armamento sob controle internacional efetivo; sem, numa palavra, resolvermos os problemas fundamentais da organização internacional, teríamos edificado esta Casa sobre areia. E estaríamos – nós, esta Casa, os nossos povos e até o nosso futuro como civilização – à mercê da destruição total.

Sempre devemos recordar que a Carta das Nações Unidas – por mais flexível que seja – representa um estilo de arquitetura política que – como certas armas modernas – já não corresponde mais à realidade na própria hora em que se completa o seu desenho. A Carta precedeu a Guerra Fria e precedeu mesmo a irrupção de uma nova revolução científica, com importantes efeitos no plano político mundial, da qual decorrem fenômenos fundamentais do nosso tempo: a era termonuclear, a idade espacial e o pleno desenvolvimento das nações industrializadas. Agravam o quadro da crise ainda dois elementos: primeiro, a aplicação da Carta, que acelerou – num ritmo surpreendente – o processo pacífico da descolonização; segundo, a revolução científica, que multiplica a riqueza e a explosão demográfica, que multiplica a pobreza num grande número de países não industrializados. De um lado, o homem transforma o espaço cósmico na mais jovem província da humanidade e, de outro lado, toma consciência de sua pobreza terrena e vê com angústia as incertezas de um futuro melhor para seus filhos.

Nessa conjuntura de problemas já de si tão graves, surgem ainda sérias fricções e conflitos, felizmente não generalizados, para tornar mais ominosas as ameaças à paz universal. Duas grandes Nações, destacados

Membros dessa Organização, estão hoje mergulhadas numa luta de consequências imprevisíveis. No mesmo continente sofrido e conturbado, a situação do Vietnã continua a representar um dos maiores perigos para a preservação da paz. O Brasil espera que a Índia e o Paquistão encontrem uma fórmula pacífica para a solução definitiva de suas controvérsias. Do mesmo modo, ousamos ainda esperar que o Governo de Hanói aceite as construtivas propostas feitas pelos Estados Unidos da América, bem como as do Reino Unido, dos países não alinhados e do Secretário-Geral U Thant, para debater na mesa das negociações os problemas do Vietnã, à procura de uma solução que permita eliminar do sudeste asiático a guerra que, por tantos anos, vem infligindo amargos sofrimentos ao povo daquela região.

Não é intenção da Delegação do Brasil esboçar os lineamentos de uma reforma da Carta que daria às Nações Unidas os instrumentos de que necessita para criar a comunidade internacional a que se aludiu. A tarefa não é de um; é de todos.

Mas se poderia tentar analisar, à luz daquelas ideias, os problemas mais importantes com que nos defrontamos e indicar as tentativas de solução que talvez pudessem contribuir para a reformulação da nossa estrutura política.

Um dos indícios mais graves da necessidade de uma revisão da Carta encontramo-lo na crise que praticamente impediu a realização da Décima Nona Sessão da Assembleia Geral. A meu ver, ainda não se superou a crise de maneira definitiva. O consenso constrangido a que se chegou constituiu apenas um esquema de ação interino, uma simples trégua. As Nações Unidas não tocaram no fundo do problema – a crise constitucional. O problema do pagamento das quotas relativas aos custos das operações de paz nasce de interpretações diametralmente opostas da Carta. Em matéria de princípio, qualquer solução conciliatória é precária, porque não altera a substância das posições divergentes. Na última sessão da Assembleia Geral, a Delegação do Brasil sugeriu – como solução adequada para a crise – a reforma da Carta, mediante a inclusão de novo capítulo relativo às operações de manutenção da paz. Os trabalhos e as discussões no Comitê dos 33 e a solução provisória a que ali se chegou apenas reforçaram nossa convicção da necessidade e da urgência daquela reforma.

O Brasil considera essencial preservar as operações de paz das Nações Unidas como um dos mais úteis e eficazes remédios para a solução de conflitos que ameacem a tranquilidade do mundo. Deu o meu país sua entusiástica adesão à Força de Suez, em que participamos, desde o

começo, com um batalhão de soldados brasileiros, Força ora comandada por um oficial brasileiro. Contribuiu igualmente para as operações da ONU no Congo e desenvolveu os esforços para que fosse aprovada a resolução do Conselho de Segurança que deu origem à operação de Chipre. Nunca hesitou em cumprir com os encargos financeiros decorrentes das mesmas. No âmbito regional, prestou meu país efetiva contribuição para o estabelecimento de outra operação de paz, através da força interamericana em São Domingos, que foi de tantas controvérsias. Os fatos vieram, entretanto, provar ter sido uma acertada providência, que contribuiu para que o povo dominicano, resguardado de lutas fratricidas, constituísse um Governo provisório destinado a orientar a Nação no caminho da normalidade democrática e do progresso social.

A propósito, desejo assinalar que os sistemas regionais, dentro da estrutura das Nações Unidas, devem ser interpretados como um esforço consciente das Nações que os integram de manifestarem sua firme convicção na solidariedade e no recurso à consulta toda vez em que sobre elas pairar a ameaça de controvérsias. Através da colaboração e consulta diante das emergências da vida internacional, as organizações regionais representam um imperativo de nossa era. Em um mundo que se torna dia a dia mais homogêneo, como resultado de uma integração gradativa de interesses que visam à preservação da paz e segurança internacionais, os sistemas regionais propiciam a formação de um espírito de unidade que desempenha uma influência estabilizadora nas relações multilaterais.

Não se compreende como as Nações Unidas poderiam deixar de institucionalizar seu instrumento político mais eficiente, destinado a estabilizar situações que poderiam degenerar em conflito e a criar condições capazes de preparar o caminho para a solução de conflitos já declarados. A demora na institucionalização das operações de paz constitui motivo de grave apreensão.

Vemos outro motivo de preocupação no impasse surgido nas negociações realizadas no Comitê das 18 Nações em Genebra. A constante insistência em trazer à tona problemas inteiramente alheios a recomendações feitas pela Comissão do Desarmamento ao Comitê – em verdade, um triste retorno aos temas da Guerra Fria – impediu que, durante as recentes discussões de Genebra, fosse ampliada a área de acordos suscetíveis de reduzir a tensão internacional. Não se caminhou no sentido da extensão do Tratado de Moscou às experiências nucleares subterrâneas, conforme os países mediadores (entre os quais o Brasil) propuseram em Genebra e, mais recentemente, na Comissão de Desarmamento. Nada foi conseguido ainda no sentido da solução do problema da proliferação das

armas nucleares. O clube atômico ganhou novo membro e aumentará em futuro próximo com o aceleramento – em vários países – da realização dos programas de pesquisa e de produção nuclear para fins bélicos. E em Genebra nada se pode fazer no sentido de evitá-lo. Essa tarefa requer o melhor dos esforços de todos aqueles que, sem perderem de vista a meta última de desarmamento sob efetivo controle internacional, temem os riscos de uma comunidade internacional cuja sobrevivência depende de frágil correlação de forças baseada exclusivamente no equilíbrio nuclear. Esperamos que as extensas trocas de pontos de vista que tiveram lugar nos debates do Comitê dos Dezoito sejam de utilidade às potências interessadas, a fim de que, tão logo voltem a examinar a questão do desarmamento, possam reduzir suas divergências e superar o atual impasse.

No âmbito regional, contudo, há que registrar os esforços dos países latino-americanos com o objetivo de transformar o continente em zona desnuclearizada. A Resolução 1911 (XVIII) da Assembleia Geral serviu de ponto de partida para o exame de um programa de desnuclearização da América Latina. Nas reuniões da Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, os países latino-americanos têm trabalhado com afinco no sentido de vencer certas dificuldades que, pela sua natureza, tornam vagarosa a elaboração de um tratado de tão grande importância científica, militar e política e sem nenhum precedente. Tanto a delimitação geográfica da área sujeita ao futuro estatuto, como a obtenção de garantias formais de respeito ao mesmo por parte das potências nucleares representam, na opinião do meu Governo, requisitos essenciais à elaboração de um instrumento de desnuclearização que, a um tempo, impeça a proliferação de armas nucleares e não ofereça nenhum risco presente ou futuro para a segurança e desenvolvimento científico e tecnológico dos países signatários do Tratado.

Vale hoje recordar que não foi pacífica, em São Francisco, a inclusão na Carta das Nações Unidas daquilo que constitui hoje seu Capítulo XI. Algumas potências coloniais então se opunham ao Capítulo XI, propondo que seus princípios constituíssem apenas um anexo da Carta. O tempo comprovou que foi sábia a decisão adotada, pois o problema da descolonização iria apresentar-se logo e seria uma lástima se a Carta da ONU não o tivesse previsto. Estaríamos hoje diante de mais uma crise constitucional da Organização. Mas, infelizmente, o fato de a descolonização ter sido prevista na Carta da ONU não impediu que muitos e graves conflitos tivessem surgido nestas duas últimas décadas, por causa da descolonização. Cabe aqui assinalar que a única forma de

descolonização prevista na Carta é aquela que se faz por via pacífica e democrática. O recurso à violência, à luta armada e – sobretudo – a ingerência de Estado ou grupo de Estados em processo de descolonização confiado à responsabilidade de outro Estado não só viola os princípios da Carta como poderá retardar aquele processo. Se de ordem militar, essa ingerência forasteira não só produz o retardamento mencionado, mas certamente gera tensões e conflitos que poderão generalizar-se, pondo em risco a paz e a segurança internacionais.

Fiel aos compromissos que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e, ainda, fiel ao seu próprio destino, o Brasil sustenta firmemente o princípio de autodeterminação de todos os povos, desde que essa autodeterminação seja o resultado de sua vontade livremente expressa, sem interferências externas. É ainda em obediência a esse princípio que desejamos ver concedida ao povo alemão a liberdade de determinar – através de eleições livremente realizadas – a sua vontade de se reconstituir em uma nação unificada.

Senhor Presidente,

Para se compreender as raízes da crise política que abala grande parte do mundo subdesenvolvido, talvez fosse útil procurar paralelo na história. O princípio da igualdade do indivíduo perante a lei mostrou a sua insuficiência durante os séculos XVIII e XIX. Verificou-se que não era bastante reconhecer ao homem unicamente os seus direitos de cidadão. Somente no século XX – através da extensão do mesmo princípio ao plano econômico e social – os ideais de igualdade política começaram a ser plenamente realizados. Sem igualdade econômica e social as sociedades ocidentais industrializadas teriam fatalmente sido presas – por longo tempo – de regimes totalitários que, em última análise, tornariam impossível aquela igualdade sonhada pelas massas.

Atualmente, com os novos meios de informação e divulgação, seria impossível convencer os países em desenvolvimento de que a sua pobreza e o seu atraso não podem ser rapidamente eliminados. É preciso criar, no plano internacional, um mecanismo capaz de facilitar a transferência para os países em desenvolvimento dos instrumentos e das técnicas criadas pela revolução científica e os capitais necessários para o seu pleno desenvolvimento.

As considerações que precedem derivam da observação do quadro econômico de grande parte do mundo subdesenvolvido. Com efeito, se

examinarmos com objetividade a atual situação econômica mundial, verificamos que os progressos concretos, se bem que consideráveis em termos absolutos, foram relativamente pequenos. Apesar dos propósitos da "Década do Desenvolvimento", a verdade é que a diferença entre as rendas *per capita* dos países industrializados e a dos países pobres continua a aumentar. Os países pobres estão hoje – relativamente – ainda mais pobres.

Todos sabemos que o processo de desenvolvimento constitui, sobretudo, uma responsabilidade interna de cada país, o resultado de uma decisão nacional de se afirmar e se realizar, mesmo mediante sacrifícios. Qualquer que seja a contribuição possível de ordem internacional, nada substitui a vontade de alcançar os objetivos ditados pelas necessidades especiais de cada nação. Os países em desenvolvimento têm consciência plena de que essa verdade se aplica tanto no plano político, onde alcançaram a independência por um processo de reivindicação legítima e resoluta, quanto no econômico, onde a prosperidade resulta de coragem e trabalho persistente. Exemplo disso foi o esforço brasileiro, levado a cabo com tenacidade e sem desfalecimento pelo atual Governo, reduzindo a espiral inflacionária, incentivando o processo de desenvolvimento, promovendo reformas nos setores agrário, fiscal, bancário, habitacional e outros – tirando, em suma, o país do despenhadeiro do caos e retomando, dentro da ordem, o caminho do progresso. O Governo de meu país está firmemente empenhado em preparar as condições básicas e indispensáveis à continuação da marcha de desenvolvimento econômico nacional, convencido está de ser o único caminho possível para garantir a prosperidade e a melhor distribuição das riquezas e dos benefícios sociais.

Há, contudo, problemas que continuam a escapar ao âmbito interno dos países em desenvolvimento. Entre eles, poderíamos citar o grau de instabilidade nos mercados internacionais de matérias-primas e produtos de base.

No esforço internacional para resolver tais problemas, não podemos deixar de referir com satisfação ao estabelecimento, a título permanente, da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, com a sua Junta e o Secretariado próprio, prova de descortino oferecida pela última sessão da Assembleia Geral.

No quadro geral das instituições da família das Nações Unidas, um organismo especializado de grande envergadura aguarda ação internacional para seu estabelecimento – a Agência para o Desenvolvimento Industrial. A confirmação, na última sessão do ECOSOC, da Resolução proposta na V Sessão do Comitê de Desenvolvimento Industrial, revela que a ideia

amadureceu suficientemente e tem firme apoio dos maiores interessados, isto é, os países insuficientemente industrializados. O fato de os gastos com assistência técnica para o desenvolvimento industrial terem baixado de proporção nos últimos três anos (representam hoje apenas onze por cento das despesas totais de assistência) constitui uma indicação inegável de que, com a estrutura presente, não se pode realizar o que se requer para o crescimento do setor industrial das nações em desenvolvimento.

Ainda no quadro da cooperação multilateral para o desenvolvimento econômico, cabe menção especial às atividades de assistência técnica promovidas pelas Nações Unidas, notadamente no contexto dos programas de pré-investimento do Fundo Especial. De acordo com os dados submetidos à Vigésima Sessão da Assembleia Geral, após seis anos de operações, nesse âmbito estão em execução 485 projetos que abrangem cerca de 130 países em desenvolvimento. Esses projetos, alguns dos quais já concluídos, propiciaram o treinamento especializado de mais de 70.000 nacionais dos países em desenvolvimento e, por outro lado, contribuíram para atrair investimentos, em diferentes setores da economia que atingem a mais de um bilhão de dólares.

Os dados acima configuram dimensões e resultados – modestos mas encorajadores – no tocante à cooperação técnico-econômica, diante dos quais se reforça a nossa convicção de que urge redobrar o esforço para atender às necessidades dos países subdesenvolvidos e ajudá-los a superar a subutilização de seus recursos naturais. Mas para que essas iniciativas das Nações Unidas produzam o efeito desejado na economia e tecnologia dos países subdesenvolvidos é necessário que a cooperação multilateral não se limite apenas às atividades de pré-investimento.

Nesse contexto, duas outras iniciativas complementares das Nações Unidas, já em andamento, merecem a atenção da Assembleia Geral no sentido de que possam em breve ser implementadas com benefícios gerais. A primeira delas se relaciona com a estruturação do novo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, decorrente da fusão dos dois principais órgãos de cooperação técnica, inclusive o Fundo Especial. A segunda iniciativa, nessa ordem de ideias, se refere à participação gradual do novo programa no setor do investimento direto, de acordo com a proposta relativa à criação de um Fundo de Capital para Desenvolvimento, de forma a completar-se o quadro da cooperação econômica das Nações Unidas por meio da mobilização de capitais para projetos de desenvolvimento.

Dentre as organizações regionais, o Brasil deposita fundadas esperanças no êxito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio

que, em seus primeiros anos de existência, já apresenta resultados encorajadores não apenas no fortalecimento do comércio inter-regional, mas também na preparação das demais bases do movimento de integração econômica da América Latina. Este ideal já há algum tempo vem ocupando a atenção de vários governos, notadamente do Governo chileno, que o reviveu com entusiasmo, merecendo aplauso geral.

Eis, Senhor Presidente, as observações da Delegação do Brasil na abertura do debate geral. Nascem elas do desejo de procurar contribuir para a solução dos problemas que conturbam a vida internacional. Para realizarmos a tarefa que nos cabe, não podemos permanecer divididos entre *fear and trembling hope*. Precisamos de grande coragem e esperança inquebrantável.

Esta coragem e esta esperança ora recebem novo alento com a próxima visita do Soberano Pontífice Romano, que adotou o nome do Apóstolo das Gentes e cujas palavras de sabedoria e paz nos inspirarão para levar a bom termo nossa tarefa. A Nação brasileira, a mais populosa Nação católica do mundo, saúda, por meu intermédio, esta iniciativa do Pai Comum da Cristandade, sem precedentes e de imenso significado, nela enxergando penhor para a criação de clima de serena fraternidade, tão necessário à construção de um mundo melhor.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de setembro de 1965.

1966

1966

O cenário internacional em 1966 foi assinalado pelo início da Revolução Cultural na China e pelo crescente envolvimento dos EUA no Vietnã. Paralelamente, na Europa, a esquerda obtinha ganhos na Itália e a França do General De Gaulle, superados os episódios da independência da Argélia, tomaria medidas tendentes a se dissociar da liderança estratégica dos EUA.

No Brasil, o autoritarismo parecia consolidar-se com o lançamento da candidatura do Marechal Costa e Silva à Presidência da República e a promulgação do Ato Institucional n° 3, que estabeleceu eleições indiretas para os governos estaduais. A eleição de Costa e Silva pelo Congresso, em outubro, seguem-se a cassação do mandato de vários deputados federais e a decretação do recesso temporário do Congresso. As lideranças civis tradicionais do Brasil unem-se sob a Frente Ampla para combater a militarização do sistema político.

Em seu discurso na Vigésima Primeira Assembleia Geral, o Chanceler Juracy Magalhães retomaria a temática desenvolvida nas intervenções dos anos anteriores pelo Ministro Leitão da Cunha. O discurso abre-se com uma exaltação do papel desempenhado pelo Brasil na Força Interamericana de Paz na República Dominicana. A reimplantação da lei e da ordem naquele país caribenho, graças à ação multilateral, é contrastada com a persistência do conflito no Vietnã.

A ênfase do texto é econômica. Afirma-se a satisfação do Brasil com a constituição da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e da Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial

(UNIDO). Sublinhando que o Brasil não encarava os novos foros como cenário para confrontações estéreis entre países ricos e pobres, o Ministro buscaria alentar a operação dos novos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento que então se implantavam.

Não se menciona expressamente o tema da descolonização. Limita-se o discurso a exaltar a democracia racial existente no país e a assinalar a circunstância de o Brasil ter sido o primeiro a assinar a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Não deixa, por outro lado, o Ministro de valorizar a contribuição de Portugal para a civilização mundial. Numa alusão encoberta ao colonialismo português na África, vaticina-se que Portugal ainda teria muito que contribuir para os interesses de outros povos aos quais se achava ligado por laços políticos e sentimentais.

A ressaltar finalmente no discurso do Ministro Juracy Magalhães os trechos em que se expressam as dúvidas do Brasil em relação às negociações sobre Não Proliferação de Armas Nucleares. A redação é cautelosa, de maneira a não hostilizar os EUA, mas são perceptíveis as resistências que o Brasil opunha ao processo que conduziria ao Tratado de Não Proliferação (TNP).

XXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1966

Ministro Juracy Magalhães[23]

Senhor Presidente,

Seguindo um antigo costume, que se tornou uma tradição de honra e orgulho do povo brasileiro, tenho agora o privilégio de abrir o debate geral desta Vigésima Primeira Sessão da Assembleia Geral.

Que minhas primeiras palavras sejam para felicitá-lo, Senhor Presidente, pela sua eleição, uma escolha que tão bem expressa o respeito e a amizade deste grande encontro de nações para com o nobre povo afegão e o seu Representante Permanente nas Nações Unidas. Estou certo de que falo por todas as delegações hoje aqui presentes, quando digo que todos nós depositamos a maior confiança na vossa conhecida capacidade de negociar com uma visão imparcial, cortesia tranquila e serena, e autoridade firme e irredutível, os graves assuntos que se apresentarão agora diante de nós.

No desempenho de suas funções, Senhor Presidente, Vossa Excelência poderá contar com a assistência e o conselho seguro do ilustre Secretário-Geral da Organização, Senhor Thant, a quem, em nome de minha delegação e de meu Governo, faço um apelo veemente para que permaneça em sua atual posição, como é o desejo de todos. Espero que supere sua hesitação natural e suas objeções pessoais e continue a dar

[23] **Juracy Montenegro Magalhães**, nascido em Fortaleza, CE, em 4 de agosto de 1905. Primeiro Presidente da PETROBRAS, em 1954. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, de 19/10/65 a 14/1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 17/1/66 a 15/3/67. † Salvador, 15 de maio de 2001.

à humanidade a valiosa contribuição de sua ação eficiente e inspiração constante.

Ao nos prepararmos para tratar da agenda da Vigésima Primeira Sessão, somos necessariamente levados a examinar os resultados dos trabalhos da Vigésima, tão habilmente presidida pelo grande estadista Amintore Fanfani, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália; e ao fazermos isso, podemos recordar com orgulho algumas realizações tangíveis e encorajadoras.

Em primeiro lugar, grande crédito deve ser dado à Vigésima Sessão por ter conseguido contornar a mais grave crise da história da Organização, e por ter encontrado uma saída para o impasse que paralisou a Décima Nona Sessão.

Por outro lado, é verdade que não foi encontrado um remédio para terminar com a luta cruel no Vietnã, onde milhares sofrem diariamente as provações e misérias da guerra e onde tantas jovens vidas se perdem todos os dias, tanto para o Vietnã, quanto para seus aliados na causa da democracia. Não é menos verdade, contudo, que em outras partes do mundo foi possível evitar o conflito e o derramamento de sangue, e dissipar graves ameaças à paz mundial.

Na República Dominicana, por exemplo, a oportuna e eficiente intervenção da Organização regional deu um fim imediato ao conflito civil e preparou o caminho para que fosse restabelecida a democracia por meio de eleições justas e pacíficas. Na Ásia, duas grandes nações, a Índia e o Paquistão, já às portas de uma guerra em larga escala, deram ouvidos à voz das Nações Unidas e depuseram suas armas em resposta a uma resolução do Conselho de Segurança. Agora mesmo, esses dois países, que estão entre os mais influentes e antigos Membros desta Organização, empenham-se em tentar achar uma solução para suas diferenças nos moldes da Carta e com o devido respeito aos princípios defendidos pelas Nações Unidas.

Na Faixa de Gaza e em Chipre, embora não se tenham feito avanços mensuráveis em direção a uma solução duradoura, ainda assim a presença das forças das Nações Unidas manteve a paz, assegurou a segurança da população em ambas as áreas e evitou o desencadeamento da violência. O Brasil orgulha-se de ter contribuído com um batalhão para as Nações Unidas; e por sinal, orgulha-se também de ter contribuído substancialmente para a Força de Paz lnteramericana na República Dominicana, onde soldados e fuzileiros navais brasileiros dividiram com seus companheiros norte-americanos, centro-americanos e paraguaios a tarefa de manter a lei,e a ordem e de salvar uma nação irmã, já duramente

fustigada em passado recente, de sucumbir ao conflito interno e a uma agressão política estrangeira.

Ao revermos os eventos do último ano, somos levados a notar com pesar que em um campo não se conseguiu um sucesso perceptível. Refiro-me ao problema do desarmamento, que ainda encontramos mergulhado no marasmo desencorajador das conversações de Genebra. Alguns raios de esperança pareciam ser discerníveis durante a última Sessão da Assembleia Geral, onde, pela primeira vez em muitos anos, uma boa quantidade de resoluções construtivas foi aprovada. Contudo, nada adveio delas, apesar da crescente consciência, da parte de todas as nações, a respeito dos perigos da proliferação nuclear. O Brasil gostaria de insistir em que seja dada prioridade máxima à tentativa de se encontrar uma solução que leve à concentração, e não o inverso, do poder de decisão no que concerne ao uso de armas nucleares.

Esta última, claro, é apenas uma solução imediata, pois não pode haver dúvidas que o objetivo final é, e tem que continuar sendo, o desarmamento total. Parecemos estar tão distantes como nunca de alcançar esse objetivo; mas também temos que reconhecer que certos passos intermediários têm necessariamente que ser dados. É a esse respeito que a Resolução 2028 da Vigésima Assembleia Geral deve ser encarada como um passo substancial adiante, pois definiu a não proliferação como um meio em direção a um fim, e definiu também claramente o equilíbrio de responsabilidades e obrigações tanto das Potências nucleares como das não nucleares.

Hoje em dia é óbvio que a não proliferação não pode ser assegurada por um veto das Potências nucleares. A não proliferação depende na realidade da vontade das Potências não nucleares de renunciarem voluntariamente à possibilidade de fazerem parte do *"Atomic Club"* pelos seus próprios meios. Na ausência de um sistema realmente confiável de segurança coletiva, tal renúncia envolveria obviamente uma decisão singularmente importante e decisiva, uma vez que seria o equivalente a renunciar ao meio mais poderoso de garantir a segurança nacional contra uma possível agressão, contando para sempre com a benevolência e boa-fé de terceiros para este tão importante objetivo que é a proteção da vida de uma nação. Isto seria realmente pedir demais ou esperar demais de qualquer país, a menos que conseguíssemos uma estrutura de garantias legais e materiais totalmente digna de confiança, trazendo a marca da mais total infalibilidade alcançável pelo esforço humano.

Tal sistema traria obviamente grandes responsabilidades tanto para as Potências nucleares quanto para as não nucleares e exigiria que

aceitassem limitações consideráveis no exercício de seus direitos soberanos. Eu reafirmo, contudo, que os interesses, senão a própria sobrevivência, da humanidade exigem tais sacrifícios de até mesmo as maiores Potências, e eu acredito que nenhum Estado-Membro recuará no seu dever para com esta Organização e para com a raça humana, esquivando-se de pequenos ou mesmo grandes sacrifícios em seu orgulho ou na sua liberdade de ação, quando tanto está em jogo. É o dever manifesto de todos nós, porém mais especialmente daquelas nações que já detêm ou estão perto de obter o terrível poder de destruição das armas atômicas, remover da humanidade o medo da aniquilação, limpar dos horizontes mais longínquos aquela nuvem ameaçadora de forma tão conhecida, dar boas e suficientes garantias de nossa determinação de utilizar apenas para o bem, e jamais para o mal, as forças terríveis escondidas bem no âmago da questão.

Outro assunto em que, infelizmente, parece que se chegou a um impasse é o do pagamento dos custos das operações de manutenção da paz. O Comitê Especial para as Operações de Manutenção da Paz, designado para tentar solucionar esse problema, não obteve sucesso até agora, apesar de trabalhar com afinco. Chegou a hora, portanto, de reconhecer abertamente o fato de que há pouca ou nenhuma esperança de se chegar a uma conclusão satisfatória a esse respeito, e que continuar com esse assunto seria simplesmente uma perda de tempo e de esforços.

Nenhum outro país está mais convencido do que o Brasil da utilidade, da necessidade mesmo, de serem executadas operações de manutenção da paz por meio de forças de emergência todas as vezes que surgir uma situação ameaçando a paz mundial. Além disso, achamos que nenhuma organização internacional pode ser realmente eficiente se não tiver ao seu alcance os meios materiais para lidar com tais situações; contudo, somos os primeiros a advogar uma abordagem realista ao problema da divisão das despesas advindas de operações dessa natureza. Ficou evidente que alguns Estados-Membros não irão recuar na sua posição de recusa em aceitar sua parte nas despesas feitas para o bem comum, e honrar o que nos parece ser sua óbvia obrigação. A única abordagem realista, portanto, é executar uma reforma na Carta das Nações Unidas, delineando-se regras explícitas sobre a condução e financiamento das operações de manutenção da paz.

É mais do que provável que futuras operações de manutenção da paz sejam necessárias. O Brasil as apoiou ativamente no passado, enviando, como mencionei anteriormente, um batalhão de infantaria para a Força de Emergência das Nações Unidas na Faixa de Gaza – força que ficou por um espaço de tempo considerável sob o comando de um

general brasileiro –, enviando pessoal da Força Aérea para a Força das Nações Unidas no Congo, e mantendo observadores, tanto militares como civis, na Grécia, Chipre, Camboja, Vietnã e Kashmir, como foi solicitado pelos órgãos apropriados das Nações Unidas. O Brasil se acha justificado, portanto, ao reivindicar que chegou a hora de se resolver, pelo único método efetivo, isto é, por uma revisão da Carta, as questões inquietantes a respeito da divisão dos custos de tais operações.

Um novo campo foi recentemente aberto para a ação produtiva das Nações Unidas, aquele em que se delineiam regras para acelerar o desenvolvimento dos Estados-Membros subdesenvolvidos e melhorar as relações econômicas entre esses países e os mais desenvolvidos. Refiro-me à criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, órgão ao qual o Brasil sinceramente deseja muito sucesso.

Longe de nós advogar qualquer forma de "luta de classes" entre nações, opondo aqueles que "têm" aos que "não têm". Tal confrontação seria não apenas estéril, como também definitivamente prejudicial, à causa da unidade e amizade entre nações e ao interesse da humanidade. Contudo, preciso enfatizar com igual firmeza que não seria menos desastroso rejeitar a verdade evidente de que é necessária uma cooperação estreita e inteligente entre os Estados desenvolvidos e os menos desenvolvidos, no interesse de todos. Eu falo em cooperação "inteligente", por que já está bem tarde para se propor fórmulas inadequadas ou se aplicar táticas evasivas a um problema que não pode ser negado e que não tolera adiamentos. Seria mesmo uma loucura, e uma loucura perigosa, rejeitar o postulado de que a conquista de uma taxa adequada de desenvolvimento econômico e de um grau adequado de bem-estar social e segurança é a preocupação comum de toda a humanidade. Há muito tempo o homem conquistou os confins da terra; agora ele está conquistando o espaço e os corpos celestes distantes da órbita de nosso planeta. Agora mesmo objetos feitos pelo homem já se encontram na superfície da lua, e outros objetos, também de fabricação humana, voam silenciosamente pelo espaço interestelar. Em uma época em que recursos quase inimagináveis são devotados a essas conquistas impressionantes, quando essas mesmas conquistas parecem provar que não há limites para o talento e a engenhosidade empreendedora do homem, é uma zombaria cruel aos nossos irmãos, e uma blasfêmia contra a Providência Divina, deixar que a pobreza, a fome, a doença e o medo ameacem a terra.

Estou bem consciente de que a prosperidade é o resultado de um esforço, e que aqueles que necessitam de ajuda têm que estar dispostos a

se ajudarem. Contudo, também é muito evidente que dádivas da natureza não foram igualmente divididas entre todos os países; e é igualmente evidente que os países subdesenvolvidos, qualquer que tenha sido a razão para a sua desvantagem inicial, têm sérias dificuldades na luta para diminuir o abismo que os separa dos Estados mais desenvolvidos. O grande desafio de nossos tempos é a canalização de recursos aonde eles são necessários, recursos em dinheiro, em homens, e em conhecimento técnico e científico. Melhorar as condições de comércio, fazer com que o acesso a velhos e novos mercados seja livre, abrir perspectivas econômicas, acabar com as barreiras impostas por interesses próprios mesquinhos – tudo isso eu creio ser consistente com as mais altas aspirações, e, mais ainda, com os interesses primordiais dos próprios países altamente desenvolvidos.

Em vista das imensas possibilidades a serem exploradas para o futuro bem-estar do mundo, em vista das imensas tarefas que desafiam os nossos dias e amadurecem o espírito criativo do homem e nos impõem tão altos padrões de solidariedade mútua, é imensamente deplorável que a Conferência das Nações Unidas sobre o Cacau, convocada para preparar um acordo internacional para salvaguardar o mercado de cacau contra influências demolidoras, tenha fracassado tão melancolicamente.

Alguns países aparentemente ainda não conseguem entender que alguma medida de proteção é imperativa para aquelas mercadorias básicas indispensáveis ao armazenamento de capital de um dado país. Os países subdesenvolvidos têm que contar com a sua capacidade de conseguir capital estrangeiro para obter os bens essenciais ao seu esforço de desenvolvimento. No que concerne aos produtos básicos, quase sempre a principal ou única origem deste seu rendimento, a proteção contra uma flutuação de preços danosa é uma condição para a sobrevivência, economicamente falando, de tais países. Os interesses dos países desenvolvidos são certamente mais consistentes com a expansão da prosperidade e o aumento da capacidade de ganho das novas áreas e novos mercados potenciais, do que com o empobrecimento de países que lutam para sobreviver e o declínio de suas respectivas economias nacionais a um mero nível de subsistência.

O fracasso da Conferência sobre o Cacau precisa ser remediado; as Nações Unidas têm que se lançar resolutamente à tarefa de assegurar a todos os seus Membros um acesso justo aos mercados mundiais, e também acesso justo aos recursos tecnológicos e científicos que hoje em dia prometem mudar a própria face da terra. No que concerne a este último, parabenizo particularmente os passos que foram dados para se estabelecer a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Industrial. Será um complemento à altura da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, como também para o Fundo Especial das Nações Unidas. Assistência financeira para projetos de desenvolvimento, orientação técnica para a operação de projetos industriais, proteção adequada para preços de exportações essenciais dos países subdesenvolvidos: essas três linhas de ataque paralelas podem e deverão levar à vitória na luta pelo total desenvolvimento econômico – uma luta decisiva e vital no ponto de vista da imensa maioria de todos os homens e mulheres que habitam esta Terra. Deseja-se muito, então, que a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial chegue logo a um estado operacional, que uma Conferência das Nações Unidas possa logo ser convocada para se decidir sobre este assunto, e que o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do qual faz parte agora o Fundo Especial, chegue logo ao nível de duzentos milhões de dólares especificado para ele na Vigésima Sessão da Assembleia Geral. Também espera-se muito que as novas formas de associação econômica, agora prevalecendo no mundo, não operem como blocos entrincheirados por trás de barreiras de altas tarifas, nem sirvam para impor restrições discriminatórias contra produtos de outras áreas. A América Latina está preocupada com a rede complicada de regras e regulamentações que atrapalham o seu comércio com a Europa Ocidental, e sua preocupação e seu descontentamento não são de forma alguma apaziguados pelo tratamento diferenciado, em detrimento da América Latina, conferido pelo Mercado Comum Europeu a outros países não europeus.

No campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela última Sessão da Assembleia Geral. Dentro das fronteiras do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil é há muito tempo um exemplo proeminente, e eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças vivem e trabalham juntas e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem ódio ou discriminação. Nossa terra hospitaleira há muito tem estado aberta aos homens de todas as raças e religiões – ninguém questiona qual possa ter sido o lugar de nascimento de um homem, ou de seus antepassados, e nem se preocupa com isso – todos possuem os mesmos direitos, e todos estão igualmente orgulhosos de serem parte de uma grande nação. Embora a nova Convenção seja, portanto, supérflua no que concerne ao Brasil, nós a recebemos com alegria para servir de exemplo a ser seguido por outros países que se encontram em circunstâncias menos favoráveis.

E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para sugerir que a tolerância racial fosse exercitada por todas as raças em relação a outras raças: ter sido vítima de uma agressão não é motivo válido para se agredir outros. Que o exemplo do Brasil, e a moderação sem esforços, tolerância serena e respeito mútuo em nossas relações raciais sejam seguidas por todas as nações multirraciais.

Nesse sentido, o que eu tive a oportunidade de notar durante a viagem que fiz antes de chegar a esta metrópole dá uma força maior às minhas esperanças. Na verdade, vim de Portugal, Itália e do Vaticano. Em Portugal e na Itália, senti de perto o espírito latino que inspira o Brasil e o conduz no seu caminho de tolerância e entendimento. Esses dois países, que tanto já contribuíram para a civilização mundial, ainda são chamados a realizar grandes atos, tanto para o benefício de suas populações quanto no interesse de outros povos ligados a eles por laços políticos ou sentimentais. E a Santa Sé, graças às ações e à nobreza de espírito do Papa Paulo VI – cuja visita a esta Assembleia foi certamente o principal momento de sua Sessão no ano passado –, sobeja em capacidade, interesse e dedicação às tarefas de conciliação internacional e da perfeição espiritual e social da raça humana, baseadas nos ensinamentos da Sagrada Escritura.

A satisfação de abrir este debate torna-se mais profunda, porque me dá a oportunidade de estender as boas-vindas à Guiana, país que tenho prazer especial em cumprimentar, não apenas como vizinho, mas também como um amigo do Brasil, que pela primeira vez senta-se aqui conosco. Ser Membro deste encontro das Potências soberanas do mundo é um alto privilégio e, graças aos trabalhos de Sessões anteriores, é privilégio que concede grandes vantagens materiais. Contudo, não apenas direitos, mas também deveres fazem parte da porção dos Estados-Membros. Primeiro de todos, sem dúvida, é o dever de aceitar a Carta das Nações Unidas, observando fielmente não apenas seus mandamentos, mas também seu espírito. Isto implica em respeitar a regra da lei nas relações internacionais, aceitar as decisões tomadas pela maioria na Assembleia Geral ou nos seus Comitês, abster-se de qualquer forma de agressão contra outros países, e observar a regra de cortesia internacional em todas as relações com os outros Estados. Se todos os Estados possuem direitos iguais nesta augusta Organização, então eles também estão ligados por iguais obrigações e por regras recíprocas de respeito mútuo. Muitas vezes no passado esta Assembleia presenciou recriminações cortantes, com acusações amargas geralmente disfarçadas por linguagem inocente. Eu realmente creio que devemos poder evitar isso no futuro. A Assembleia Geral é na verdade uma corte apropriada para se expor queixas legítimas, para se ouvir a

respeito de diferenças ocasionais, um lugar próprio para aqueles que procuram alívio e justiça; mas jamais devemos esquecer que a concórdia é a nossa meta, que um espírito de tolerância mútua deveria ser a regra que nos guia, que a razão, o direito e a imparcialidade deveriam reinar supremos entre nós. Os erros não deveriam apenas ser apontados, mas pacientemente corrigidos, como o resultado de esforços sinceros de todos nós. Esta Organização manter-se-á, aos nossos olhos, aos olhos do mundo e aos olhos da posteridade, tão alta quanto nossos esforços a colocarem; não por causa da quantidade de esforços que exigimos dela, mas pela quantidade de esforços que dedicamos a ela. Muitos membros desta grande comunidade de nações têm contribuído livremente para a Organização com suas riquezas, seus esforços, sua lealdade, com o sangue de seus filhos. Grande honra a essas nações: que sejam exemplo e inspiração para todos nós. Lealdade, boa-fé, devoção ao bem comum, paciência e respeito mútuo são as condições necessárias para o sucesso em nossa tarefa. Se fracassarmos, teremos perdido a maior, e possivelmente a última esperança da humanidade para uma coexistência pacífica entre os filhos de Adão, e saberemos que a maldição de Caim ainda pesa sobre nós. Se tivermos sucesso, e sucesso devemos ter, será por meio de um progresso lento e doloroso, mas saberemos que um dia nossos filhos, e os filhos de nossos filhos, viverão seus dias em paz e conforto sob céus que não mais se encontram sob a ameaça diária de aniquilação súbita, sobre uma terra abundante para o seu trabalho e da qual, se Deus quiser, serão gradualmente banidas a pobreza, a dor e a violência.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1966.

1967

1967

A indicação do Presidente Costa e Silva revelou a decisão das Forças Armadas de prolongar indefinidamente o processo aberto em 1964. O movimento militar que havia deposto o Presidente João Goulart em nome da preservação da democracia representativa e do alinhamento do Brasil com os valores do mundo ocidental evoluía num contexto autoritário, de cunho nacionalista e estatizante. Institucionalizava-se um regime de exceção que, mobilizado em torno da ameaça ideológica das esquerdas, passaria a erigir a segurança interna em elemento fundamental da ação política do Estado, combinando-o com um modelo de desenvolvimento ancorado na participação ativa do Estado na economia.

Ao tempo em que se fortaleciam essas tendências no Brasil, externamente o panorama internacional parecia mudar. A confrontação bipolar cedia lugar a impulsos de acomodação e entendimento entre as superpotências. Recuperada economicamente, a Europa Ocidental busca reafirmar-se política e estrategicamente. A França havia-se retirado dos arranjos militares da OTAN em 1966. A China romperia com a orientação da União Soviética, abrindo a primeira grande cisão no mundo comunista. No Terceiro Mundo, fortaleciam-se as tendências ao não alinhamento como maneira de conter a crescente competição entre os EUA e a URSS por esferas de influência.

Se, de um lado, os entendimentos entre as superpotências introduziam elementos nocivos no sistema internacional, de outro, o desenrijecimento das alianças e a multiplicação dos centros de Poder abria

novas oportunidades de ação diplomática. Diante desse quadro, o objetivo central da política externa brasileira em termos estratégicos passaria a ser o de evitar a cristalização de uma superestrutura internacional predicada na divisão do mundo entre as superpotências; ou, seja o congelamento do Poder Mundial, tal como simbolizado pela *co-chairmanship,* expressão que, numa alusão à presidência dual EUA-URSS da Conferência do Desarmamento de Genebra, a diplomacia brasileira passaria a utilizar para descrever as novas tendências de organização da política internacional.

A decisão de política externa que se tornou emblemática da nova orientação do Brasil foi a de não aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que viria a ser concluído em julho de 1968. Com essa decisão, o Brasil sinalizou a sua desconformidade com o ordenamento internacional de que o texto do TNP era reflexo. Sem deixar de manifestar a determinação de somente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, a diplomacia brasileira justificaria o repúdio ao TNP em função de sua natureza desigual. A posição do Brasil foi reiteradamente explicada na ONU e em outros foros. Acreditava-se que o Brasil havia àquela altura atingido um tal estado de desenvolvimento interno que passara a poder – sem resvalar para o terreno ideológico – discordar dos EUA em matéria fundamental para os seus interesses de segurança.

Somada à decisão de não abrir mão dos requisitos de universalidade previstos no artigo 28 para a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, concluído na cidade do México em fevereiro de 1967, a atitude de reserva adiantada em relação ao TNP viria a se constituir em ponto de inflexão na trajetória da política externa brasileira.

Os discursos pronunciados na ONU a partir de então refletem essa transformação. As superpotências passam a ser tratadas em plano de igualdade. Embora ligado aos EUA por afinidades eletivas, o Brasil identificaria, tanto na política norte-americana, quanto na soviética, conotações igualmente nocivas aos seus interesses. A partir de 1967, cessariam de figurar nos discursos brasileiros na ONU os até então litúrgicos protestos de "ocidentalismo".

Em 1967, o Ministro José de Magalhães Pinto pronuncia um discurso de acentuado conteúdo programático. Analisa detidamente a questão do TNP e antecipa as reservas do Brasil ao texto em função do desequilíbrio existente entre as responsabilidades e obrigações das Partes Contratantes. Trata longamente da questão do desenvolvimento econômico (seu lema no Itamaraty era o da "diplomacia da prosperidade"), qualificada como responsabilidade a ser compartilhada por todas as nações. Os temas de comércio internacional também merecem no discurso de 1967 particular

cuidado: nota-se preocupação em assegurar normas que permitam aos países em desenvolvimento participar crescentemente do comércio internacional de produtos manufaturados. E já surge no discurso brasileiro a preocupação com o tema da ciência e da tecnologia e com o fenômeno da evasão de cérebros.

No parágrafo sobre o conflito árabe-israelense, sobressai a preocupação da diplomacia brasileira em assumir postura equilibrada e equidistante. A chamada "Guerra dos Seis Dias" eclodiria em junho, e o Brasil, na sua qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança, achava-se empenhado nas negociações que conduziriam em novembro à Resolução 242, documento que, por muitos anos, se afiguraria, não obstante as suas ambiguidades, no principal elemento normativo para o encaminhamento da questão do Oriente Médio.

XXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1967

Ministro José de Magalhães Pinto[24]

Senhor Presidente,

Uma vez que é de costume o Brasil abrir o debate geral, terei a honra e o privilégio de ser o primeiro a felicitá-lo pela sua eleição. Ao fazê-lo, permita-me expressar meus mais sinceros votos de que seu período na Presidência seja de muito sucesso e bastante proveitoso. Estou certo de que isto será garantido pelas suas qualificações sem par e sua enorme experiência.

Por mais de vinte anos aqui nos reunimos, os representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas, para examinar os acontecimentos internacionais e, juntos, procurarmos as maneiras mais adequadas de consolidar a paz, fortalecer a segurança internacional e promover o bem-estar dos povos.

Os últimos meses evidenciaram sucessivas manifestações de melhor entendimento entre os Estados Unidos da América e a União Soviética – motivo de satisfação e esperança para todas as nações. Somos porém levados a reconhecer que, apesar dos esforços empregados, continua a corrida armamentista nuclear e não foi possível ainda encontrar o caminho para a solução de conflitos que perduram, e mesmo se intensificam, em zonas de alta sensibilidade para a segurança internacional.

[24] **José de Magalhães Pinto**, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69. † Rio de Janeiro, 6 de março de 1996.

Ao mesmo tempo, vemos, com alarme, como grave risco para a paz e como frustração de nosso objetivo do bem-estar universal, o fato de agravar-se cada vez mais, em vez de atenuar-se, o desnível entre os países altamente industrializados e aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento.

Cumpre-nos, assim, apoiar os esforços conducentes à distensão internacional que hoje se prenuncia, empenhar-nos na busca de soluções efetivas e duradouras para os conflitos com que nos defrontamos e procurar fórmulas capazes de eliminar as condições de penúria em que vivem dois terços da humanidade.

A tarefa de preservação da paz, Senhor Presidente, não pode ser abordada isoladamente nos campos político e militar. Ela é, necessariamente, a resultante de um processo complexo, dinamizado pelos fatores econômicos e sociais. A paz não pode ser, assim, dissociada do desenvolvimento. Mesmo o entendimento entre as nações mais poderosas não faria sentido se refletisse apenas as possíveis identidades de seus interesses específicos. Isto porque não há hoje civilizações autônomas e isoladas. A prosperidade – e talvez a própria sobrevivência – de cada país está ligada à de todos.

Se assim é, a prosperidade e a paz são responsabilidade de todas as nações, que se devem lançar a essa tarefa com todos os meios ao seu dispor. Nessa obra de imensa magnitude, as nações industrializadas têm deveres especiais.

É forçoso constatar, no entanto, que os recursos de que dispõe a comunidade internacional não foram ainda mobilizados da maneira eficaz e urgente requerida pela gravidade dos tempos. Proclamamos a Década do Desenvolvimento e, agora, fluindo já seu último quartel, verificamos que a ação não tem correspondido à consciência que todos aparentemente tínhamos, ao proclamá-la, de que era essencial para a paz a redução das discrepâncias econômicas e sociais que assolam o mundo. Os resultados são mesmo opostos aos pretendidos: nunca foi tão profundo o fosso entre os países desenvolvidos e aqueles que se costuma chamar de em vias de desenvolvimento; os primeiros crescem aceleradamente e os últimos mal se livram da estagnação. Estes não terão feito tudo o que deviam, mas a cooperação dos prósperos ficou em todos os domínios aquém do esperado. O fluxo da assistência financeira, por exemplo, longe está do coeficiente de um por cento do Produto Nacional Bruto, previsto por esta Assembleia. Negociações como o *"Kennedy Round"* reforçam o comércio entre os países altamente industrializados e só remotamente se refletem em favor dos demais. No próprio foro da Conferência das Nações Unidas

para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), a frustração não é menos significativa.

Produtos de base, exportações de manufaturas, preferências gerais e não discriminatórias, maior participação em serviços internacionais – todas as pretensões dos países menos desenvolvidos vêm sendo tratadas topicamente, sem que a atitude dos países ricos se inspire no interesse autêntico e de longo prazo, que é a criação da prosperidade geral.

Os 31 países em desenvolvimento membros da Junta de Comércio e Desenvolvimento abordaram lucidamente, em memorando, a série de problemas específicos que exigem solução imediata. O Brasil espera que esse documento fundamental venha a servir de base para decisões efetivas e que a UNCTAD, em Nova Délhi, assinale o início de sua implementação.

É urgente que se encontrem soluções adequadas para os problemas do comércio internacional de produtos básicos, do qual dependem substancialmente os países em desenvolvimento. É urgente que se adotem medidas de cooperação internacional que possibilitem àqueles países aumentar as suas exportações de produtos manufaturados, condição indispensável ao seu crescimento econômico. E é não menos urgente que o financiamento internacional se efetue em volume e condições adequadas para promover o progresso e não apenas cobrir o serviço de empréstimos anteriores.

Em 1964, cento e vinte Estados reunidos em Genebra concordaram em que os problemas dos países em desenvolvimento são conhecidos, faltando, para solucioná-los, apenas a decisão de agir. Mais de três anos depois, essa decisão ainda não se efetivou no plano internacional. Se queremos preservar a fé na solidariedade entre as nações, não podemos submetê-la a novas provas. É indispensável, assim, que a vontade política de agir se traduza em medidas concretas e não apenas na reiteração de boas intenções.

A ação conjunta, na UNCTAD, não pode ser eivada de motivação ideológica, que lhe desvirtuaria o sentido. O grupo dos 77, unido por interesses coincidentes, constitui um agrupamento para fins específicos, claramente definidos e exclusivamente relacionados com a promoção do desenvolvimento econômico. É somente nesse espírito, e consciente de suas responsabilidades, que o Brasil dele participa.

O aumento de riquezas nos países mais industrializados vem sendo desviado, em parte, para o acúmulo e aperfeiçoamento de equipamento militar. Muitos dos melhores cérebros da humanidade são recrutados para criar e aprimorar a técnica desses armamentos ou a arte de seu emprego. Cada vez mais distante parece o dia em que esses imensos recursos

humanos e materiais possam ser liberados e utilizados para atender às necessidades do progresso e bem-estar dos países em desenvolvimento e das populações menos favorecidas das próprias potências empenhadas na competição armamentista.

Senhor Presidente,

A recente apresentação ao Comitê das 18 Nações para o Desarmamento de dois projetos de Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, idênticos, um pelos Estados Unidos da América e outro pela União Soviética, é um reflexo da distensão internacional. O Brasil se congratula por esse passo importante, na esperança de que o maior entendimento entre as duas Potências possa conduzir a iniciativas concretas no caminho do desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional. É em tal contexto que esse acordo encontrará expressão e validade.

Notamos, com satisfação, que as duas Potências, ao contrário do que aconteceu com o Tratado de Moscou, procuraram o foro do Comitê do Desarmamento para a apresentação de seus projetos e, desse modo, reconheceram que a medida proposta se enquadra no esforço global de desarmamento, que é um dos objetivos das Nações Unidas.

Imbuídos de espírito de cooperação e objetividade, não podemos deixar de verificar, entretanto, que os projetos não implicam qualquer redução dos armamentos nucleares existentes, nem sequer desestimulam o incremento e aperfeiçoamento dos mesmos por aqueles que já os possuem. Nenhum recurso é liberado para fins econômicos e pacíficos. As limitações propostas se aplicam, praticamente, apenas aos países que não dispõem de armas nucleares e incluem restrições não essenciais aos objetivos de não proliferação.

A adesão a esses propósitos não deve acarretar renúncia ao direito de desenvolver tecnologia própria. Pelo contrário, o Brasil, ao apoiar, como sempre, a não proliferação de armas nucleares, entende que as medidas endereçadas a esse fim devem propiciar a nuclearização pacífica, inclusive no que se refere à tecnologia de explosivos nucleares, para fins civis, que podem vir a ser indispensáveis para grandes obras de engenharia importantes para o desenvolvimento econômico.

Na verdade, o Brasil já se dispôs, sobretudo, a renunciar ao armamento nuclear, ao assinar o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, concluído na Cidade do México. A maneira como a

questão foi considerada nesse tratado, distinguindo entre o armamento nuclear, que se proscreve, e a nuclearização pacífica ilimitada, que se autoriza, parece-nos perfeitamente adequada também ao âmbito mundial.

Os projetos apresentados em Genebra podem e devem ser enriquecidos por emendas que os aperfeiçoem e que reflitam um justo equilíbrio entre as obrigações e as responsabilidades das Partes contratantes, com vista a torná-los universalmente aceitáveis.

Senhor Presidente,

O desnível científico e tecnológico entre os Estados-Membros desta Organização aumenta aceleradamente, o que terá efeitos nocivos cada vez maiores para os próprios objetivos das Nações Unidas. Conforme assinalou, recentemente, o Presidente de meu País, "devemos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da Revolução Científica e Tecnológica que abriu para o mundo a Idade Nuclear e Espacial. Nessa nova era que começamos a viver a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência."

A concentração, nos países já desenvolvidos, dos recursos humanos de melhor qualidade na ciência e tecnologia originários de todas as partes do mundo constitui grave problema. Alguns aspectos dessa situação são examinados pelo Secretário-Geral U Thant em relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social sobre a formação e utilização dos recursos humanos nos países em desenvolvimento.

Creio que deveríamos considerar a conveniência de coligir, coordenar e completar os estudos efetuados, sob a égide das Nações Unidas e de suas Agências Especializadas, a respeito dos diversos aspectos do problema do crescente desequilíbrio científico e tecnológico que hoje se verifica. Um Comitê de alto nível poderia para este fim ser designado pelo Secretário-Geral, com a recomendação expressa de atentar especialmente para as causas, efeitos e possíveis métodos de solução da constante emigração de técnicos e cientistas para países de maior desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Este rápido esboço da posição internacional de meu país não ficaria completo sem uma referência a certos problemas que preocupam

as Nações Unidas e que merecem, da parte de meu Governo, a mais cuidadosa atenção.

As manifestações recentes do conflito entre árabes e israelenses, com consequentes sacrifícios humanos e materiais, nos impõem o dever de encontrar o caminho para negociações realistas e objetivas que levem a uma solução conciliatória entre os Estados em causa. Já tive a oportunidade, durante a Quinta Sessão Especial de Emergência, de definir a posição de meu país sobre a questão. De um lado, reconhecemos a existência do Estado de Israel, com todos os direitos e prerrogativas de uma nação soberana; por outro lado, reconhecemos a validez, conforme acentuei naquela ocasião, de muitas e importantes reivindicações dos países árabes. O que é de se evitar é a permanência de um estado de beligerância entre membros da Organização, com episódios militares e prejuízos substanciais para a economia, tanto de Israel quanto dos Estados árabes, e riscos constantes para a paz mundial.

Continuaremos a cooperar, dentro do clima de amizade que nos une a ambas as Partes, para que uma solução justa e duradoura venha a permitir aos povos do Oriente Médio concentrar os seus esforços nas tarefas profícuas de seu desenvolvimento e prosperidade.

O Brasil reafirma sua adesão ao princípio de autodeterminação dos povos e seu firme apoio à obra de descolonização que a ONU vem empreendendo desde os seus primeiros anos. Grandes foram os resultados atingidos, mas longo ainda é o caminho a percorrer. A consolidação da obra descolonizadora só se realizará efetivamente no contexto global do desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos. Essa premissa é essencial para que o processo de descolonização se efetue por meios pacíficos e ordenados.

Senhor Presidente,

Estamos convencidos de que as desigualdades extremas, tanto no plano internacional quanto no plano interno, são fonte de insegurança, de insatisfação, de inquietudes, constituindo, tanto quanto a corrida armamentista nuclear, grave ameaça à paz. Meu país está empenhado em cumprir seu destino, dinamizando riquezas e procurando aperfeiçoar sua distribuição. Nossa sociedade multirracial mantém-se unida por profundas tradições cristãs e não discriminatórias.

Temos vencido dificuldades econômicas e enfrentado sérios problemas financeiros. Vamos atendendo às necessidades de nosso

desenvolvimento econômico e social com os nossos próprios recursos e com a limitada cooperação que recebemos do exterior. Não duvidamos um só momento do êxito dos nossos esforços. Este êxito estará, porém, tanto mais próximo quanto mais rapidamente for traduzido na prática o reconhecimento de que a paz, como o desenvolvimento, indissoluvelmente ligados, pressupõem condições e requerem um esboço coletivo internacional.

É por isso que agiremos através de todos os órgãos das Nações Unidas para que os princípios de cooperação internacional no campo econômico não fiquem em simples formulações, mas orientem de fato a ação dos Estados.

É por isso ainda que insistimos em que esta Organização encare, frontalmente e com o maior empenho, o problema do crescente desnível científico e tecnológico que separa as potências altamente industrializadas dos países em vias de desenvolvimento.

E é por isso, finalmente, que haveremos de lutar para que o desarmamento se traduza em medidas que garantam efetivamente a segurança e o desenvolvimento de todas as nações.

Muito obrigado.

Nova York, em 21 de setembro de 1967.

1968

1968

O quadro interno brasileiro experimentaria sensível agravamento em 1968. Ao longo do ano, suceder-se-iam manifestações estudantis e passeatas contra o regime. Em dezembro, o Congresso Nacional seria posto em recesso como consequência da rejeição do pedido de autorização para processar um Deputado por discurso considerado ofensivo às Forças Armadas.

No plano internacional, a invasão da Tchecoslováquia pelas forças russas em junho de 1968 revelaria a determinação da União Soviética de não admitir desvios na ortodoxia comunista. Tratou-se da demonstração mais evidente do princípio das esferas de influência e do emprego da chamada Doutrina Brezhnev de soberania limitada.

A visão brasileira do mundo seria influenciada negativamente por essa conjugação de fatores. Confirmavam-se os temores anteriormente manifestados no sentido de que o mundo estava sendo administrado por um condomínio de poder entre as duas superpotências, num contexto em que os interesses de segurança e de desenvolvimento dos países emergentes viam-se postergados. No entendimento dos setores ligados ao desenvolvimentismo estatal então prevalecente no Brasil, tornava-se necessário romper com a rigidez do sistema internacional. Dadas as características do regime em vigor, no entanto, a diplomacia brasileira enfrentaria dificuldades crescentes para concertar coalizões de interesses que permitissem viabilizar no plano multilateral as postulações do país.

O Ministro Magalhães Pinto inicia o seu discurso perante a Vigésima Terceira Assembleia Geral com uma eloquente condenação da invasão

da Tchecoslováquia (o Brasil, na qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança havia tomado parte ativa nas deliberações havidas sobre o assunto), da falta de resultados nas negociações sobre proliferação vertical e do fracasso da UNCTAD. Todos estes elementos, afirma o Ministro, indicavam que o sistema internacional havia voltado a ser dominado pela mais primitiva das lógicas: a lógica da força.

Novamente dá-se ênfase no discurso à posição assumida pelo Brasil em relação ao TNP. Os acontecimentos na Tchecoslováquia, diria o Ministro, davam razão às críticas do Brasil quanto à insuficiência das garantias dadas aos países não nucleares.

Outros temas tratados são: o conflito árabe-israelense (reafirma-se o apoio à recém aprovada Resolução 242 do Conselho de Segurança); os fundos marinhos (manifesta-se a esperança de que as negociações então iniciadas conduzam a um regime satisfatório tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento); África do Sul (condena-se o regime de Pretória) e Rodésia (apoiam-se as sanções contra o regime de Ian Smith).

XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1968

Ministro José de Magalhães Pinto[25]

Senhor Presidente,

Gostaria de começar meu discurso hoje expressando a satisfação do Governo brasileiro por vê-lo presidindo os trabalhos da Vigésima Terceira Sessão da Assembleia Geral. Para o meu Governo, a sua presença na Presidência representa não somente a eleição de um representante de uma nação irmã do hemisfério, mas também a escolha de um Estadista experiente, antigo representante permanente da Guatemala nas Nações Unidas e seu atual Ministro das Relações Exteriores, cujo conhecimento de assuntos legais e experiência política são a garantia do sucesso da Vigésima Terceira Sessão da Assembleia Geral. Permita-me também, nesta hora, expressar nossos agradecimentos ao Senhor Manescu, Ministro do Exterior da Romênia, por presidir os trabalhos da Vigésima Segunda Sessão com tanto tato, imparcialidade e objetividade.

Em nome do Governo do Brasil, gostaria de expressar nossa profunda satisfação por ver hoje entre nós os representantes da Suazilândia, que acaba de ser admitida em nossa Organização. Durante os importantes trabalhos do Conselho de Segurança, o Brasil teve a ocasião de apoiar e recomendar a sua admissão, que é de especial significado para o Brasil por causa dos seus laços históricos e culturais com as nações do continente Africano.

[25] **José de Magalhães Pinto**, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69. † Rio de Janeiro, 6 de março de 1996.

Estamos reunidos nesta Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em momento inseguro para a paz internacional e para a causa do Direito e da Justiça entre os povos. O ano de 1968 está sendo marcado por tensões que põem em causa propósitos e princípios que deram vida, feição e conteúdo à Carta de São Francisco. Os acontecimentos na Tchecoslováquia, a ausência de qualquer progresso em matéria de controle da proliferação nuclear vertical, o malogro da última UNCTAD são apenas de uma condenável tendência de reversão à mais primitiva das lógicas: a lógica da força. O paciente trabalho das Nações Unidas em prol da paz e da segurança internacionais, do desenvolvimento econômico e social, dos direitos humanos e da emancipação dos povos se encontra ameaçado de retrocesso.

Não são apenas os países pequenos e médios a sofrer o impacto de acontecimentos que ameaçam devolver-nos a uma atmosfera de guerra fria, que consideramos ultrapassada. Em risco também se encontram as perspectivas de um entendimento permanente entre as grandes potências. Estranha segurança aquela que faz depender a segurança dos povos da existência de arsenais cada vez mais sofisticados! O mundo carece da confiança necessária para o desenvolvimento da cooperação política entre os povos.

Para onde caminhamos? Para um novo ciclo de guerra fria? Para a perda pura e simples de uma experiência política e de uma experiência cultural que pareciam colocar a humanidade no limiar de novos destinos?

As Nações Unidas se construíram sobre a ideia da manutenção da paz através da preservação da aliança vitoriosa de 1945. Em nome do realismo político, fomos levados a aceitar situações e fórmulas operacionais que, de certo modo, não se conciliavam com nossa consciência jurídica e com os princípios que orientavam nossos sistemas legais. Mas essas concessões foram feitas para serem usadas segundo os princípios da Carta e para alcançar seus altos objetivos. Esses princípios e objetivos é que tomam as Nações Unidas muito mais do que um simples mecanismo de conferências.

Tão inaceitáveis quanto a invasão da Tchecoslováquia são os argumentos apresentados para justificá-la e para coonestá-la. Afirmou-se, no Conselho de Segurança, que os acontecimentos naquele país constituíam assunto interno, de único e exclusivo interesse dos membros do Pacto de Varsóvia, e houve mesmo quem invocasse o Artigo Segundo, Parágrafo 7, da Carta das Nações Unidas. Curiosa invocação esta, que tenderia a ver na ação do Conselho de Segurança e das Nações Unidas uma violação daquele preceito, o qual, entretanto, perfeitamente se conciliaria com a

movimentação de tropas e de canhões através de fronteiras nacionais. Os direitos da força foram assim enunciados de maneira peremptória e crua. Como o Brasil já teve ocasião de afirmar, não podemos construir a paz e a segurança internacionais sobre a base precária de áreas de influência ou delimitação de poder ao longo de certas linhas geográficas arbitrárias.

Ninguém nega a Estado algum o direito de prover à sua segurança e de subscrever os pactos militares que julgue convenientes, adequados ou necessários à sua legítima defesa. Cada Estado é o único árbitro dessas necessidades e desses interesses. Enquanto não vinguem os princípios de desarmamento geral e completo e de segurança coletiva internacional, a existência de alianças militares continuará a caracterizar a realidade mundial. Não é um estado de coisas perfeito ou ideal, nem, muito menos, tranquilizador; mas é aceito pelo realismo político que tantas vezes se invoca no âmbito de nossa Organização. De qualquer maneira, é inadmissível a tese de que a adesão a um determinado pacto militar implica renúncia à soberania, à integridade territorial e à igualdade jurídica. Estamos diante de concepções e de ideias que, se não forem combatidas e repudiadas, tornarão impossível a coexistência de Estados livres e soberanos, conscientes de seus direitos e de suas obrigações recíprocas.

Parecem confirmados alguns dos pontos de vista manifestados pelo Brasil no momento em que nos batíamos por um tratado de não proliferação nuclear justo e equitativo, o qual contivesse renúncia a armamentos atômicos que jamais desejamos, mas não renúncia aos benefícios da ciência e da tecnologia. Tanto no Comitê das 18 Nações para o Desarmamento, quanto por ocasião da segunda parte da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Geral, insistimos na necessidade de um equilíbrio de obrigações entre os países militarmente nucleares e as demais nações. E, ainda mais recentemente, na Conferência dos Estados Não Nucleares, em Genebra, tivemos a oportunidade de reiterar nossos argumentos e sugestões. Os acontecimentos recentes vêm confirmar a precariedade e insuficiência das garantias oferecidas aos países não nucleares pela Resolução 255 do Conselho de Segurança.

O Brasil aceita plenamente uma política geral de não proliferação de armas nucleares. O êxito dessa política, porém, depende de efetivas condições de segurança e estímulos maiores à utilização pacífica do átomo. Esperamos que as potências militarmente nucleares ponderem as últimas recomendações de Genebra e nelas vejam não apenas aspirações particulares dos Estados não nucleares, mas elementos fundamentais para a preservação da paz e da segurança de todos.

Chegamos a um ponto na evolução da conjuntura histórica em que não se poderá avançar no sentido da paz sem que as garantias contra agressão, ou ameaça de agressão, por armas nucleares se tornem politicamente mais eficazes e juridicamente mais aperfeiçoadas. Apoiamos urna Convenção mundial nesse sentido, que significará um passo além da Carta de São Francisco, da mesma forma acentuamos a urgência da elaboração de Convenções que visem ao desarmamento nuclear, sob eficaz controle internacional.

Para ser válida, uma política de não proliferação de armas nucleares deve necessariamente salvaguardar acesso irrestrito e não discriminatório à ciência e à tecnologia e aos materiais nucleares para fins pacíficos. Igualmente deve contemplar medidas concretas de assistência técnica e financiamento. A paz mundial não deve ser resultante de um puro e simples paralelogramo de forças adversas. A verdadeira paz requer que se assegure cooperação para fins construtivos, para o aceleramento do progresso econômico e social dos povos num quadro de respeito pela liberdade e segurança de todos.

No ano de 1968 tampouco houve progresso no encaminhamento de soluções para graves problemas de comércio e de desenvolvimento. Na Segunda Sessão da UNCTAD, em Nova Délhi, os países desenvolvidos mantiveram métodos e táticas evasivos e dilatórios. Em 26 de março, assim se manifestou o Brasil:

> O balanço desta Segunda Conferência da UNCTAD é bastante triste e desencorajador. Ela poderia ter sido um momento decisivo na história da cooperação econômica internacional. Na verdade, foi apenas uma fonte de frustração e desencanto. Em Nova Délhi, os países desenvolvidos poderiam ter aberto o caminho para uma nova era no campo das relações econômicas internacionais. Ao invés disso, sufocando todas as importantes iniciativas dos países em processo de desenvolvimento, preferiram alargar o fosso entre o Norte e o Sul, com todas as consequências sociais e econômicas que daí decorrem.

Depois da experiência de Nova Délhi e dos debates do tratado de não proliferação nuclear em Nova York, expressamos agora nossa esperança de que, ao formularmos um regime para o fundo do mar além das jurisdições nacionais, os interesses de todos, desenvolvidos ou não, sejam plenamente atendidos na exploração e aproveitamento dessa imensa área, patrimônio comum da humanidade. O resultado dos trabalhos do comitê especial, que o Governo Brasileiro teve a honra de hospedar recentemente no Rio de Janeiro, pode servir de base a medidas efetivas desta Assembleia.

Senhor Presidente,

É para lutar por um mundo melhor que hoje aqui nos reunimos, no âmbito desta Organização, que constitui a esperança maior para a implantação de uma ordem internacional justa e duradoura. Novamente, somos chamados a exprimir nossas ideias e a dar o nosso voto nos grandes temas da paz e da guerra, da segurança coletiva, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico e da emancipação dos povos. Teremos de considerar problemas complexos, dentro e fora da agenda da Vigésima Terceira Assembleia Geral. Deveremos dar nossa contribuição, direta ou indireta, para que as negociações de Paris conduzam, no mais breve prazo, ao fim do conflito no Vietnã.

No tocante ao problema do Oriente Médio, o Brasil tem manifestado apreensão diante da corrida armamentista em que atualmente se empenham os países da área.

Desejamos reiterar nosso apelo, para que se suspenda, limite ou regule o fornecimento de armas e material bélico às partes em conflito. Essa corrida armamentista poderá, se não for coibida, provocar nova deflagração de consequências imprevisíveis. Pensamos que a Resolução 242, do Conselho de Segurança, ainda constitui justa e segura base para o estabelecimento da paz no Oriente Médio. Não devemos poupar esforços para criar condições de êxito para a missão que o Embaixador Gunnar Jarring, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, vem desempenhando com tanta paciência e tenacidade.

Finalmente, o Governo de meu país observa, com preocupação, que continuam a ser violados os direitos humanos consagrados pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional. Neste ano, declarado pelas Nações Unidas o "Ano da Eliminação da Discriminação Racial", foi com pesar que acompanhamos uma série de medidas tomadas pelo Governo de Pretória com relação ao Sudoeste Africano, em desrespeito flagrante às resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral. Mais uma vez, concitamos aquele Governo a acatar as decisões das Nações Unidas. O Governo brasileiro deu pronta execução, através de medidas concretas, específicas e obrigatórias, à decisão do Conselho de Segurança que visa ao estabelecimento, na Rodésia, de um Governo plenamente representativo de sua população e à extirpação de uma odiosa política de discriminação racial.

Se são grandes os perigos e graves os riscos que nos cercam, nunca, por outro lado, teve a humanidade tantos instrumentos eficazes para a solução de seus problemas e dificuldades. A ciência e a tecnologia permitem, pela primeira vez na História, responder plenamente às necessidades de

bem-estar social e progresso de todos os povos. Mas, ao mesmo tempo, em nenhum período da História houve um encadeamento tão célere de problemas fundamentais. A necessidade de frequentes reajustes, se não justifica, explica em grande parte os recuos que periodicamente assinalam nossa árdua caminhada em busca da verdadeira paz.

O Brasil acredita que os ideais desta Organização acabarão por prevalecer sobre concepções políticas estreitas, sobre posições econômicas de curto prazo, sobre métodos de ação inadequados à complexidade e à unidade do mundo de hoje. Em meio às crises que se sucedem, afirma-se um sentimento de solidariedade que transcende fronteiras e as ocasionais divisões da humanidade. Essas circunstâncias, e o simples fato de estarmos aqui reunidas 125 nações, autorizam nossas esperanças.

Muito obrigado.

Nova York, em 2 de outubro de 1968.

1969

1969

Em julho de 1969, incapacitado por doença, o Marechal Costa e Silva seria substituído por uma Junta Militar. Em setembro, o sequestro do Embaixador dos EUA, Burke Elbrick, precipitaria um ciclo de ações e reações caracterizadas como de guerra revolucionária, que incluiriam episódios de guerrilha e sequestros de aeronaves. Em outubro, o Congresso seria reaberto para formalizar a eleição do General Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República. O Presidente Médici assumiria em 30 de outubro.

Ao tempo em que estes acontecimentos crispavam o quadro interno brasileiro, tornavam-se evidentes as transformações ocorridas na macroestrutura internacional. A paridade estratégica passaria a ser aceita pelos EUA, circunstância que permitiria uma série de negociações concretas entre as superpotências. Ao assumir o Poder, o Presidente Richard Nixon anunciaria que, após um período em que a confrontação havia predominado, os EUA e a URSS entravam numa era de negociação.

Começariam, em 1969, as conversações SALT sobre limitação de armamento estratégico. Na Europa, os novos tempos de entendimento são dramatizados pela subida ao Poder da social democracia alemã. Willy Brandt, com a *Ostpolitik,* abriria o caminho para o diálogo com a URSS e os países do Leste Europeu. Cobram influência as ideias do Doutor Henry Kissinger, então assessor de segurança nacional do Presidente Nixon. Partidário de concepções realistas de relações internacionais, Kissinger preconizava a divisão do mundo em esferas de influência e o

eventual esmaecimento das tendências autárquicas da URSS mediante o reconhecimento de seus interesses de segurança e seu progressivo envolvimento nas grandes correntes internacionais de comércio e investimento.

Os acontecimentos, portanto, continuavam a dar razão às críticas brasileiras ao condomínio de poder. Ao se dirigir à Vigésima Quarta Assembleia Geral, o Ministro Magalhães Pinto volta a criticar a tendência de reduzir a problemática internacional ao mínimo denominador comum dos interesses das Grandes Potências. A realidade internacional é descrita de maneira negativa: um ciclo de política de poder, que se expressa na força militar e através de uma série de pressões políticas, econômicas, financeiras, comerciais e tecnológicas. Critica-se o fato de que as negociações de desarmamento haviam cedido lugar às de controle de armamentos. E as superpotências são responsabilizadas pela tendência a ignorar os mecanismos multilaterais de negociação em favor de entendimentos circunscritos a círculos decisórios restritos.

Trata-se de texto extenso, de particular riqueza conceitual, em que estão expressas as bases de muitas postulações que figurariam na plataforma externa do Brasil por longos anos: não proliferação, fundos marinhos e oceânicos, comércio internacional, e outros. A passagem referente à questão do Oriente Médio é favorável à aplicação de boa-fé da Resolução 242. E os parágrafos dedicados ao tema da discriminação racial e da descolonização contêm formulações mais positivas em relação ao grupo africano.

O discurso se encerra com uma referência ao tema da Reforma da Carta.

XXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1969

Ministro José de Magalhães Pinto[26]

Senhora Presidente,

Desejo em primeiro lugar apresentar a Vossa Excelência minhas felicitações mais cordiais por sua escolha unânime para presidir os trabalhos da Vigésima Quarta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Essa inspiradora escolha é o reconhecimento das grandes qualidades pessoais e profissionais de Vossa Excelência, como é também testemunho de apreço e admiração por seu país, colocado desde sua fundação sob a égide da liberdade. A escolha de Vossa Excelência para a Presidência é ainda, finalmente, homenagem às nações africanas, que neste foro tantas vezes se unem às Delegações latino-americanas na defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas, na afirmação da liberdade do Homem, na promoção das grandes causas do desenvolvimento econômico e social. Seja esta Assembleia Geral, sob a presidência de Vossa Excelência, um passo à frente, no sentido da liberdade, da justiça e da igualdade soberana de todas as Nações.

Ao formular esses votos, minha Delegação não pode deixar de render tributo à memória de Emílio Arenales Catalán, que com alto espírito político e diplomático presidiu os trabalhos da Vigésima Terceira

[26] **José de Magalhães Pinto**, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69. † Rio de Janeiro, 6 de março de 1996.

Sessão desta Assembleia, em circunstâncias que lhe exigiram o maior dos sacrifícios. À Delegação da República irmã da Guatemala, queremos expressar nosso grande pesar por esse desaparecimento prematuro, que priva a América Latina de uma de suas grandes vozes e de um de seus grandes espíritos.

Permito-me, por outro lado, recordar um companheiro que por 23 anos emprestou o seu talento aos trabalhos desta Organização, servindo à causa do direito, e que hoje tamanha falta faz à delegação do Brasil. Aqui, ante amigos que tanto prezou, está presente em meu espírito a personalidade excepcional de Gilberto Amado.

Desejo ainda, neste momento, agradecer a homenagem que se prestou ao meu país, ao se eleger um dos membros de minha Delegação para o honroso cargo de Presidente de uma das Comissões desta Assembleia.

Senhora Presidente,

Quando, todos os anos, na terceira terça-feira de setembro, aqui nos reunimos para a retomada de um grande diálogo, é de praxe, e também da maior conveniência, que lancemos um olhar para o mundo que nos circunda, a fim de verificar se caminhamos no sentido da paz ou no sentido da guerra.

Ao fazê-lo nesta oportunidade, teremos de concluir que não estamos vivendo um momento de paz, pois ainda assistimos ao emprego da força para a solução de controvérsias. Ao invés de estar construindo uma paz e uma segurança sólidas e duradouras, somos obrigados a nos contentar com acordos de cessação de fogo, tréguas e armistícios.

Atravessamos uma fase nítida e declarada de "política de poder", que se manifesta não apenas pela força militar, mas se traduz em toda uma gama de pressões políticas, econômicas, financeiras, comerciais e tecnológicas.

Esta lamentável tendência a recorrer unilateralmente à força vem submetendo a dura prova os princípios arrolados no Artigo Segundo da Carta de São Francisco, ostensiva ou disfarçadamente desrespeitados.

Por outro lado, não obstante alguns progressos setoriais e a procura conjunta de alguns entendimentos que, à falta de melhor nome, poderíamos denominar "acordos de sobrevivência", a confrontação entre as duas Superpotências ainda não foi superada pela anunciada fase de negociação. Prossegue desimpedida, e cada vez mais ameaçadora, a

corrida armamentista. A proliferação vertical de armamentos nucleares tende a complicar-se com o advento de armas cada vez mais sofisticadas. O poder de destruição de tais armas já agora coincide com o próprio âmbito da vida humana, e talvez da vida animal e vegetal sobre o planeta.

Enquanto isso, o termo "desarmamento" começa a ser superado, no léxico das grandes potências, pelo conceito "controle de armamentos". É digno de nota que em Genebra o Comitê do Desarmamento pareça ter abandonado qualquer esforço no terreno das negociações de um Tratado de Desarmamento Geral e Completo, objetivo final que lhe foi fixado, há oito anos, por esta Assembleia e pelos próprios termos do acordo Zorin-Stevenson. Dir-se-ia que a matéria entrou para o rol dos assuntos utópicos ou dos objetivos irrealizáveis. A mudança de ênfase, do conceito de "desarmamento" para o de "limitação de armamentos", tem o sentido de um retrocesso político, que transcende os termos de mera variação semântica.

Ainda neste terreno, há um elemento que não é possível ignorar: as armas químicas e bacteriológicas. Bastará ler as conclusões do Relatório do Secretário-Geral, datado de 1º de julho último. Relatório impressionante, que nos mostra um mundo estranho e irracional, em que ainda se chega a admitir que a mobilização de germes, bactérias e vírus pode ajudar a resolver fricções e dissensões entre seres humanos.

Não será demais lembrar, a esse propósito, que enquanto assim se multiplica e refina um terrível arsenal, alguns cientistas, estimulados por alguns Governos e algumas agências internacionais, insistem em querer demonstrar-nos os perigos da explosão populacional, deduzindo alarmantes generalizações, desligadas da situação específica de cada país ou região. Quanto a mim, creio muito mais preocupante o problema, mais grave e mais sombrio, da possibilidade do desaparecimento do homem de sobre a terra. O Brasil está decidido a resistir a quaisquer pressões dirigidas contra seu crescimento demográfico. Para nós, a vida deve continuar a ter prioridade sobre a morte.

Tem-se às vezes a impressão de que as Nações Unidas, às vésperas de seu vigésimo quinto aniversário, parecem postas à margem da realidade política, como se seus princípios e objetivos fossem um estorvo e seus mecanismos e processos se tivessem mostrado inadequados.

Nota-se uma perda de confiança na ação organizada da comunidade internacional e um abusivo retorno à ação unilateral, às intervenções, abertas ou indiretas. Ainda mais grave: tentam-se justificar algumas intervenções pela invocação de conceitos diametralmente opostos aos que inspiraram as Nações Unidas. Não há como esquecer o que ocorreu

na Tchecoslováquia, no ano passado. Com efeito, se foram muitos os que profligaram a invasão e a ocupação daquele país, foram poucos – e não necessariamente os mais poderosos – os que impugnaram a rebarbativa e esdrúxula doutrina da soberania limitada em que se apoiou o ato de agressão. Tenta-se como que uma volta à situação anterior ao surgimento desta Organização. E em condições ainda piores para a paz e a segurança, pois são negados os princípios tradicionais do Direito Internacional, baseado na soberania e na igualdade dos Estados.

Nossa agenda é vasta e abrange um grande número de questões, mas nela em vão procuraremos referências a alguns dos mais graves problemas que nos preocupam. Prevalece mesmo um estranho entendimento tácito para acreditar que um debate nas Nações Unidas sobre certos assuntos poderia envenenar a atmosfera ao ponto de tornar a questão insolúvel. Custa-nos aceitar esse conceito, que condenaria a ONU ao silêncio, à inoperância e à impotência.

A mesma motivação de desconfiança no debate amplo e franco das questões parece igualmente explicar a tendência, que minha Delegação deplora, de tratar as questões em círculos minguantes, de participação cada vez mais restrita. Favorece-se muitas vezes, sem motivo plausível, a transferência de foro de uma Assembleia de 126 membros para um Conselho de 15 membros, com o argumento de que seria irrealista tentar alcançar ou encaminhar a solução do assunto em órgão tão amplo e tão numeroso. Uma vez no nível do Conselho, surge a ideia de que talvez fosse mais prático e mais conveniente evitar a discussão num corpo de 15 membros, que a essa altura já parece demasiado numeroso. Recorre-se então aos cinco membros permanentes e em pouco tempo os cinco se reduzem a quatro. Prevalece então o pensamento de que, em última análise, pesadas e sopesadas as realidades do poder, seria aconselhável e realista deixar o assunto à apreciação e decisão de dois, como se se houvesse implantado um novo Diretório mundial. Isso aconteceu e está acontecendo em relação ao problema do Oriente Médio e em relação a outros problemas mundiais, como o do Desarmamento e o da Não Proliferação de Armas Nucleares. Esse último estágio, em verdade, pouco ou nada tem a ver com as Nações Unidas. Parece inspirar-se, com efeito, em "noções de esfera de influência e equilíbrio de poderes", o que é a negação mesma dos princípios de nossa Carta.

Antes ouvíamos dizer que as Nações Unidas, conquanto pudessem representar um papel na solução de conflitos entre pequenos países, não poderiam intervir de maneira eficaz nos conflitos que envolvessem uma das grandes potências. Agora, a teoria como que se aperfeiçoa e pretende estender-se também aos conflitos entre pequenos países, uma

vez que, ao que parece, tais conflitos envolvem sempre os interesses das grandes potências. Na verdade, é extremamente precária e ilusória a linha de divisão entre os "grandes conflitos" e os "pequenos conflitos". Num mundo solicitado pelas forças antagônicas do policentrismo e da bipolarização, os chamados pequenos conflitos tendem a inserir-se no contexto de problemas mais vastos e mais complexos, de âmbito universal. Focalizou a Delegação do Brasil este ponto no Conselho de Segurança, quando assinalou que o problema do Oriente Médio, já difícil de resolver em seus próprios termos, poderia tornar-se praticamente insolúvel, se caminhasse, como está caminhando, para transformar-se em um capítulo na longa história da confrontação entre as grandes potências.

Se deixarmos de aplicar a Carta e de utilizar a Organização para o tratamento das grandes questões mundiais, para as questões da paz e da guerra, do desarmamento e da segurança coletiva, acabaremos por verificar que uma e outra se tornaram inúteis e inoperantes para a solução de quaisquer conflitos. Mais ainda, o abandono dos princípios e métodos que são a razão de ser desta Organização acabará levando, logicamente, à convicção de que o diálogo, mesmo a dois, é excessivo e, consequentemente, à busca de supressão de todos os interlocutores.

Devemos aqui precisar um ponto: ninguém, é óbvio, terá objeções a que as duas Superpotências realizem um esforço contínuo e permanente no sentido da harmonização pacífica de seus interesses e responsabilidades. As esperanças de paz mundial assentam sobre a premissa de uma *détente* no antagonismo e na rivalidade entre as duas Superpotências. Repetidas vezes, em foros diferentes, vem o Brasil insistindo na necessidade de um entendimento permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética no sentido de assentarem as bases do desarmamento nuclear ou, ao menos, as bases de um processo diplomático que diminua os riscos da proliferação vertical de armamentos nucleares. E, por mais de uma vez, nos debates do Conselho de Segurança sobre o Oriente Médio, teve o Brasil oportunidade de acentuar as responsabilidades especiais das Grandes Potências, às quais formulamos um apelo, até agora não atendido, em favor de uma redução ou balanceamento no fornecimento de armamentos e petrechos de guerra às Partes em litígio. Em todos esses assuntos, o acordo entre as Superpotências é essencial e indispensável.

Mas tal acordo só contribuirá para a paz duradoura e o progresso da humanidade se for ordenado em função dos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas. E isso implica necessariamente o atendimento dos legítimos direitos e aspirações do mundo não nuclear e não desenvolvido. Infelizmente é possível citar exemplos em que isso não tem acontecido.

Assim foi quando das conversações bilaterais que conduziram à formalização do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Assim foi quando na Vigésima Terceira Sessão da Assembleia Geral as potências nucleares se opuseram ao estabelecimento de um Comitê *ad hoc,* que seria incumbido de acompanhar e coordenar a implementação dos resultados e conclusões da Conferência dos Estados Militarmente Não Nucleares, realizada em Genebra, em agosto e setembro de 1968. Assim foi ainda, quando as Superpotências não concordaram com que se fixasse a data de uma próxima reunião da Comissão de Desarmamento para considerar, *inter alia,* a questão da colaboração entre os Estados, no que se refere a dois aspectos inseparáveis do mesmo assunto: a não proliferação de armas nucleares e o uso pacífico da energia nuclear. No particular, aliás, superados que estão os argumentos invocados, esperamos venha a questão a ser encaminhada satisfatoriamente.

Ainda em relação aos problemas do desarmamento, não seria fora de propósito mencionar a decisão dos dois copresidentes do Comitê de Desarmamento de Genebra para ampliar a composição política do mesmo. Não discutiremos a legalidade da decisão, nem temos qualquer objeção aos novos membros escolhidos. Pelo contrário, saudamos o ingresso dos oito novos membros, em particular o de mais um membro latino-americano, a Argentina, que dará ao Comitê, estou certo, uma contribuição valiosa. Entendemos, no entanto, politicamente mal avisado o método utilizado pelos copresidentes, já que seria normal ouvir-se previamente esta Assembleia, que no devido tempo endossou o acordo Zorin-Stevenson e desde 1961 vem anualmente conferindo mandatos específicos ao referido Comitê.

Em outro assunto importante, a atitude das grandes potências parece não atender as aspirações mais legítimas da comunidade internacional. Refiro-me ao problema da utilização dos fundos marinhos e oceânicos. Para os países em desenvolvimento, esses fundos constituem herança ou patrimônio comum da humanidade. Em consequência, não podem ser objeto de reivindicações de soberania ou de apropriação privada. Devem ser regulamentados e administrados pelos membros da comunidade internacional, aos quais se deve reconhecer o direito de participar dos benefícios que se obtenham da exploração e utilização dos recursos dessa área. É igualmente indispensável que os fundos marinhos e oceânicos sejam reservados exclusivamente a atividades pacíficas e que se evite seja levada até eles a carreira armamentista, que comprometeria não só os usos civis do leito do mar, mas também as atividades tradicionais do alto mar, como a navegação e a pesca. É difícil compreender as posições dos grandes Estados tecnologicamente desenvolvidos, em favor de um regime *de laissez faire* e de liberdade inqualificada e indiscriminada. Tal

regime seria potencialmente anárquico e perigoso, e resultaria, além de tudo, em acentuar os desníveis já existentes entre os possuidores de técnicas avançadas e os que lutam por desenvolver-se.

Veríamos então um pequeno número de nações com pleno acesso às riquezas do meio marinho, auferindo todas as vantagens, e uma maioria de países assistindo, impotente, à utilização, em proveito minoritário, de bens que a todos pertencem.

Essas posições contrastam vivamente com os compromissos assumidos em outros órgãos das Nações Unidas, e com toda a filosofia de nossa organização no sentido de reduzir as disparidades econômicas entre as nações. Esperamos que um exame objetivo do problema permita alcançar soluções justas e razoáveis.

Referi-me a disparidades econômicas: nenhum exame da presente conjuntura internacional poderia deixar de incluir as questões relativas ao desenvolvimento econômico e a um dos seus possíveis veículos, o comércio internacional.

Os resultados da última década – a Década do Desenvolvimento – são concludentes: aumentou o subdesenvolvimento relativo do conjunto dos países que almejam ao desenvolvimento. É diante desse pano de fundo que se terá de examinar o programa para a nova Década, tirando da primeira os ensinamentos que se fazem necessários. Aprendemos muito nestes últimos dez anos e graças a isso poderemos, se o quisermos, evitar numerosos erros do passado. Esses erros estão ligados a uma série de fatos que convém recordar.

Com efeito, temos cerca de três quartas partes da humanidade fazendo, simultaneamente, grandes esforços para acelerar seu desenvolvimento. Em boa medida esse esforço é interno, e se traduz em aumento de produção e redução de consumo a fim de liberar recursos para investir. No entanto, parcela substancial dos recursos criados e não consumidos tem sido canalizada para os países desenvolvidos – um quarto da humanidade – a fim de servir como moeda para pagamento de bens essenciais ao desenvolvimento. Esse processo, quando envolvendo bens primários, tem levado a uma constante deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos; quando abrangendo a exportação de bens industriais tem conduzido ao estabelecimento de restrições quantitativas, mais ou menos disfarçadas, resultando tudo em impedir o indispensável aumento no valor das exportações dos países subdesenvolvidos.

Os esforços dos países em desenvolvimento no sentido de melhorar as regras do jogo comercial têm sido frustrados pela incompreensão dos países desenvolvidos. Nas condições atuais, boa parte das exportações dos países subdesenvolvidos ou esbarra em quotas de importação ou tem

parte de seu valor transferido para os países desenvolvidos, sob a forma de preços pouco equitativos.

Se não for corrigido esse estado de coisas, o desenvolvimento pouco terá que esperar de esforços no setor externo e terá de interiorizar-se. Alguns países terão de recorrer pura e simplesmente a uma política de pleno emprego e protecionismo, outros terão que fazer o mesmo em agrupamentos regionais, que lhes facilitem dimensões econômicas viáveis. Mas então será preciso concluir que a cooperação internacional neste terreno não tem sentido prático e que sua utilidade é duvidosa.

É indispensável que na segunda Década o planejamento da ONU seja condicionado pela necessidade de aceleração de desenvolvimento predominantemente com os recursos próprios dos países subdesenvolvidos; que se preveja o máximo de assistência compatível com os balanços de pagamento dos recebedores; e, sobretudo, que se reduzam ao mínimo as restrições às exportações dos países subdesenvolvidos. É inútil tentar desenvolvimento com recursos que de fato não existem. As metas devem ser realistas e devem poder ser atingidas por processos ligados às realidades sociopolítico-econômicas dos candidatos ao desenvolvimento.

A dominação econômica, o monopólio tecnológico, não conduz à paz, como a ela não conduz o simples equilíbrio das ânuas. O que devemos buscar é a participação conjunta de todos os membros da comunidade internacional no progresso e no desenvolvimento.

Essa participação conjunta, em que todos façam ouvir sua voz, é também necessária em relação a problemas como o do Oriente Médio. A Resolução 242, de 1967, ainda fornece a nosso ver as melhores bases para uma solução política construtiva e duradoura. É de lamentar que uma ação mais efetiva do Conselho de Segurança se veja prejudicada pela circunstância de os respectivos membros, inclusive os permanentes, darem interpretações individuais e não coincidentes a um texto que foi unanimemente acordado. Urge um renovado esforço para obter na interpretação a mesma unanimidade que se logrou na enunciação dos conceitos. Urge chegar a uma solução política permanente, sem a qual caminharemos inexoravelmente para um novo ciclo de guerra aberta, segundo a expressão usada pelo Secretário-Geral U Thant. O Brasil continua a depositar grandes esperanças na atuação do Embaixador Gunnar Jarring e apela ainda uma vez às partes diretamente envolvidas para que não permitam que incidentes ou ações isoladas, por deploráveis que sejam, venham tornar ainda mais grave questão já tão difícil.

Sendo o Brasil uma das maiores comunidades católicas do mundo, a questão dos Lugares Santos é de particular importância para nós.

Continuamos a sustentar a necessidade de implementar a Resolução 267 do Conselho de Segurança, unanimemente aprovada em 3 de julho de 1969, e não podemos ser indiferentes a medidas que pretendam alterar unilateralmente o *status* da Cidade de Jerusalém.

Senhora Presidente,

Está na base dos textos constitucionais de nossa Organização uma preocupação primordial com a condição do Homem e com o progresso social. A premissa de nossas atividades, a ideia central de nossos esforços em todos os campos, a razão mesma das decisões que tomamos, é o desejo de Justiça, de Liberdade, de Bem-Estar Social e de Aperfeiçoamento Humano de todos os povos. Em várias ocasiões reafirmamos expressamente tal conceito e adotamos muitas vezes declarações, convenções e resoluções para implementá-lo. É mister no entanto reconhecer que o progresso conseguido em certas áreas, como a afirmação dos direitos da mulher, a proteção aos direitos da infância e a erradicação da escravidão, não teve contrapartida nos esforços para anular o insolente desafio do odioso problema da discriminação racial.

País que desconhece a desigualdade e o ódio entre as raças, o Brasil seria infiel a si mesmo se não estivesse sempre na vanguarda da luta contra a discriminação. Intérprete e representante de um povo que vê com igual respeito todos os povos, o Governo brasileiro não pode no entanto deixar de combater, onde quer que se apresentem, as políticas e práticas discriminatórias que culminam no *apartheid,* objeto de nossa formal condenação e repulsa.

Senhora Presidente,

Estamos reunidos na perspectiva do Décimo aniversário da Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais. Ao correrrmos os olhos por esta Sala, podemos dar-nos conta de quanto as Nações Unidas têm contribuído para a construção de um mundo novo. A contrabalançar as inegáveis dificuldades que a Organização atravessa, e a minorar o pessimismo que nos poderia inspirar o exercício da Política de Poder, temos a magnífica realidade da presença em nossos debates de cerca de meia centena de Estados despertos para a vida soberana após a criação das Nações Unidas, em muitos casos com o estímulo e o apoio

da Organização. Essa contribuição de nossa entidade ao processo de descolonização inscreve-se com especial relevo entre nossas realizações mais positivas. É particularmente grato para mim ressaltar a participação coerente do Brasil em todas as fases diplomáticas e parlamentares da ação moral e política das Nações Unidas em favor da autodeterminação dos povos. A valiosa contribuição dos novos Estados, africanos, asiáticos e americanos, aos nossos trabalhos testemunha sua maturidade política e seu elevado espírito de paz e de cooperação internacional.

Daqui a um ano vamos festejar o vigésimo quinto aniversário das Nações Unidas, o que nos dará uma boa oportunidade para inventariarmos nossas realizações e planejarmos nosso futuro. O mundo de hoje, em que a audácia da técnica e do espírito leva o homem para além dos limites do planeta, é bem diferente do mundo de há um quarto de século. A Carta da ONU é um documento de 1945. No entanto, os propósitos e princípios nela inscritos não perderam sua validade e continuam a representar um enunciado claro dos ideais que devem reger a vida internacional.

A igualdade soberana dos Estados, a boa-fé nas relações internacionais, o uso dos meios pacíficos para a solução das controvérsias, o abandono do uso da força, o respeito escrupuloso às obrigações decorrentes de tratados e outros atos internacionais, a cooperação para manter a paz, como para conseguir o progresso econômico, social e cultural, a não discriminação, o respeito à autodeterminação dos povos, a não intervenção – eis um admirável catálogo, ao qual podemos dar hoje, como há vinte e cinco anos, nosso apoio mais consciente e mais firme.

Essa continuada adesão aos princípios básicos não nos impedirá de reconhecer que é possível melhorar nossas estruturas e nossos mecanismos de cooperação. Convirá, logo que possível, reformar nossa Carta, para que nela se consolidem e reforcem as ideias cristalizadas ao longo desse quarto de século, notadamente na defesa contra as formas novas e insidiosas de pressão e de intervenção, na cooperação organizada para a paz e no enunciado da obrigação universal da solidariedade para o desenvolvimento.

A Carta foi um documento de fim de guerra. Fazendo-a mais atual e, como quer que seja, aplicando-a fielmente, cabe-nos fazer dela um documento que seja o início de uma paz.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1969.

1970

1970

À medida que se consolidava o modelo nacional – desenvolvimentista de inspiração militar, alterava-se a dinâmica da inserção internacional do Brasil. Com o Governo Médici, inaugurou-se período de acelerado crescimento econômico. Ampliar-se-ia a base industrial do país, ao mesmo tempo em que se expandiriam as correntes de comércio internacional e se modernizaria a infraestrutura energética e de comunicações. No plano externo, a expectativa do desenvolvimento econômico levaria o Brasil a se qualificar como uma "potência emergente" e a buscar oportunidades constantes de projeção internacional.

As contradições internas e as hipotecas não resgatadas de política externa determinariam, porém, certas dificuldades à fluência multilateral do Brasil. Já inibida de exercer influência no foro político dos países não alinhados por persistir no apoio à política colonial de Portugal e por favorecer Israel no conflito do Oriente Médio, a diplomacia brasileira começaria também a encontrar algumas dificuldades nos foros econômicos ao diferenciar-se, no plano de suas postulações e reivindicações, dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

A retórica diplomática do Brasil reflete as ambiguidades do momento. Os discursos pronunciados na Assembleia Geral da ONU ganhariam em veemência a cada ano. Criticar-se-ia a política de poder e seus instrumentos. A ONU seria sempre louvada como a única alternativa viável às portas fechadas dos círculos decisórios das grandes potências. À medida que se encurtavam na prática os espaços diplomáticos do país, aumentava

inversamente o componente utópico das formulações. Em substituição ao realismo das políticas de poder, propunha-se o irrealismo de formulações teóricas desvinculadas de efetiva capacidade de sustentação.

Em seu discurso perante a Vigésima Quinta Assembleia Geral, em 1970, o Ministro Mário Gibson Barboza evita menções expressas seja à URSS, seja aos EUA, concentrando-se na caracterização das Nações Unidas como alternativa à política de poder e criticando paralelamente a redução das perspectivas de paz à acomodação da *détente,* em que a paz universal se transformaria num simples relaxamento de tensões, o desarmamento geral e completo seria suprido por controle de armamentos, e o conceito de segurança coletiva cederia lugar a simples garantias de segurança. Essa tendência reducionista do processo internacional era percebida pelo Brasil como ameaçadora de sua emergência. E o Ministro Gibson Barboza não deixa de chamar atenção para o perigo de que ganhassem passo "conceitos perigosos de realismo político, de esferas de influência, balanças de poder e, sobretudo, de uma esdrúxula doutrina de soberania limitada". Faz, a esse propósito, pormenorizada crítica da atuação do Conselho de Segurança, acompanhada de propostas de recuperação de sua eficácia, em particular o recurso aos chamados comitês *ad hoc* para a consideração de disputas específicas.

O discurso reflete adequadamente as circunstâncias do Brasil e da América Latina (1970 é o ano da eleição de Salvador Allende no Chile). Logo ao início do texto, o Ministro se refere com ênfase à necessidade de medidas no âmbito da OEA e da ONU com vistas a combater os métodos de luta armada empregados para desestabilizar os regimes militares no poder em vários países da região: sequestros de aeronaves, assaltos, atentados e aprisionamento de reféns.

Não deixa de refletir-se também no texto a prioridade atribuída aos temas econômicos e comerciais. O Ministro Gibson analisa a estratégia negociadora das chamadas "décadas de desenvolvimento" e alerta quanto à possibilidade de que ao fracasso da primeira se sucedesse o da segunda, que então se iniciava. E propõe uma estratégia dinâmica composta por três elementos principais: objetivos globais e setoriais que possibilitassem o aumento do PNB dos países em desenvolvimento; medidas de cooperação eficazes nos campos do comércio, do financiamento e da tecnologia; e o estabelecimento de datas-limite para a implementação destas medidas, em particular a meta de um por cento de transferência financeira.

Voltaria, por outra parte, o Ministro Gibson a insistir no conceito que a diplomacia brasileira havia avançado na Oitava Assembleia Geral, em 1953, pela voz do Embaixador Pimentel Brandão: a segurança econômica coletiva.

O discurso conclui com a exortação à reativação diplomática das Nações Unidas.

XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1970

Ministro Mário Gibson Barboza[27]

Senhor Presidente,

Desejo, em primeiro lugar, felicitá-lo por sua unânime escolha para presidir os trabalhos da Vigésima Quinta Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas. Sua vasta experiência em assuntos internacionais, sua competência comprovada no tocante à doutrina e à prática da Organização, suas altas qualidades de professor, estadista e diplomata, sua proveniência de um país amante da paz e dedicado às grandes causas da Humanidade constituem o seguro penhor de uma atuação e de uma liderança capazes de conduzir-nos através dos debates que ora se iniciam.

Cumpre-me, ao mesmo tempo, em nome do Governo que represento, manifestar a todos os Senhores Delegados nosso reconhecimento pela eleição do Brasil para ocupar uma das Vice-Presidências da Assembleia do Vigésimo Quinto Aniversário. O Brasil aceita essa honra e esse encargo como um mandato para a defesa ativa dos ideais, dos direitos e das reivindicações que as nações latino-americanas compartilham com os outros países em desenvolvimento.

Se me permitis uma consideração de natureza pessoal, direi que me vem ao espírito a experiência de há vinte e cinco anos quando, no

[27] **Mário Gibson Alves Barboza**, nascido em Olinda, PE, em 13 de março de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1961. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 30/10/69 a 15/3/74. † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007.

início de minha carreira diplomática, me coube assessorar a Delegação do Brasil à Conferência de São Francisco. Como muitos outros nesta sala, participei da criação desta Organização e seria humanamente impossível deixar de estabelecer um paralelo entre os sonhos e ilusões de 1945 e as realidades perturbadoras deste ano de 1970.

Senhor Presidente,

Não desejaria iniciar meu discurso sem uma menção especial, ainda que breve, a três fatos recentes e altamente significativos na esfera das relações internacionais.

Primeiramente, o restabelecimento do cessar-fogo no Oriente Médio e a correlata possibilidade de melhores perspectivas para uma solução pacífica da crise. Os acontecimentos dos últimos dias estão, entretanto, a demonstrar a fragilidade e a precariedade do atual regime de cessação de fogo, que só terá sentido e permanência se for na realidade um primeiro passo para uma solução política do problema, com base na Resolução 242 do Conselho de Segurança e em consonância com os propósitos e princípios da Carta. Inúmeras vezes tem o Brasil nos foros das Nações Unidas insistido na necessidade de um debate franco e aberto sobre as causas essenciais do conflito. Razões históricas fazem recair sobre as Nações Unidas responsabilidades especialíssimas na questão do Oriente Médio. É imperativo que a Organização, com o apoio de todos os seus membros, cumpra as obrigações que assumiu.

Em segundo lugar, a recente assinatura do Tratado Germano-Soviético de Não Agressão, marco importante da história das relações internacionais e passo concreto para o rompimento final dos laços que ainda nos prendem a 1945 e para a própria superação do conceito de pós-guerra. É inegável que a significação desse acordo transcende o âmbito das relações bilaterais entre seus signatários para afetar a política europeia como um todo e o próprio clima geral das relações internacionais. Nem é menor sua significação para as Nações Unidas, pois não estaria longe da verdade quem afirmasse que equivale, na prática, à superação dos artigos 53 e 107 da Carta da Organização. Mais uma vez, comprova-se, assim, que o mundo não permaneceu estático nestes vinte e cinco anos e que a estrutura da vida internacional não cessou de evoluir.

Finalmente, não poderia deixar de mencionar a realização da primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, que marca a efetivação das transformações estruturais da

OEA, previstas no Protocolo de Buenos Aires de 1967. Atualizando seus mecanismos de cooperação, os países do Hemisfério Ocidental reafirmam seu desejo de ampliar a ação comum pelo desenvolvimento e pela justiça. Fazem-no quando grupos extremamente minoritários, que seguem orientação alheia ou a ela obedecem, tentam, em vão, pelo terrorismo, perturbar o progresso de seus povos. Ações irracionais, como o sequestro de aeronaves, assaltos e atentados à mão armada, aprisionamento de reféns inocentes, particularmente agentes diplomáticos, assassinatos bárbaros e covardes, são crimes que a opinião mundial repele e condena veementemente e que a Organização dos Estados Americanos já classificou como delitos comuns e, mesmo, de lesa-humanidade. Fazendo-se eco desse pensamento, a primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da OEA reafirmou sua mais enfática repulsa a tais métodos de violência e terror.

O Brasil é particularmente sensível ao problema e vive há um mês e meio o drama angustiante de ter um seu representante diplomático aprisionado por sequestradores abjetos, vítima indefesa dessa insânia selvagem.

Por outro lado, os graves incidentes dos últimos dias vêm demonstrar que o problema do sequestro de aeronaves e aprisionamento de reféns está a exigir medidas claras e efetivas desta Organização, como instrumento da vontade coletiva da comunidade das Nações.

Senhor Presidente,

Instintivamente, o homem procura fugir à eternidade e, nesse processo de fuga, recorre a divisões e demarcações de tempo, ao artifício prático das clepsidras, dos relógios e dos calendários. O homem continua a ser a medida de todas as coisas. E sobre a medida-padrão da vida humana, sente a necessidade de estabelecer certos marcos e pontos de referência, pousadas de onde contemplar o caminho percorrido e preparar-se para o resto da jornada. O importante é que, neste momento de pausa e de reflexão, não cheguemos à atitude irrealista de "imaginar o passado e recordar o futuro".

A Assembleia do Vigésimo Quinto Aniversário é bem uma destas pousadas, na qual nos podemos deter um breve momento, antes de prosseguirmos o caminho que nos levará, como esperamos, rumo à Paz, à Justiça e ao Progresso.

Também este ano comemoramos o Décimo Aniversário da Declaração sobre Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais.

A adoção da Resolução 1.514 constituiu uma das decisões mais importantes desta Organização: foi a reafirmação formal do direito inalienável de todos os povos à autodeterminação. Meu país reitera aqui seu integral apoio a esse princípio, assim como não pode deixar de reiterar sua preocupação com a persistência de políticas de *apartheid* e de discriminação racial, objeto do mais formal repúdio e da mais firme condenação por parte do Governo e do povo do Brasil.

A paz não é mais um simples ideal, sonho ou utopia. Ela se tornou a mais premente, a mais primária das necessidades. Deixou de ser um objetivo para transformar-se em uma premissa. Ou teremos diante de nós um futuro pacífico ou corremos o risco de não ter futuro algum. Já não se trata de recorrer a ideais de abnegação e de altruísmo, já não se trata de frisar a necessidade de um aperfeiçoamento moral e político paralelo ao prodigioso progresso científico e tecnológico de nossos dias. Trata-se de apelar para os interesses fundamentais do ser humano, para seu instinto mesmo de conservação, pois o que pode estar em jogo é a própria sobrevivência da Humanidade.

Nenhuma instituição é mais importante do que os homens que a idealizaram ou do que os fins a que se destina; nenhuma instituição política é mais respeitável do que os povos cujos interesses deve preservar. Por isso mesmo, no tocante às Nações Unidas devemos, em primeiro lugar, perguntar-nos se a Organização Mundial correspondeu aos ideais e anseios que presidiram à sua criação em São Francisco e o que poderemos hoje fazer para aperfeiçoá-la, à luz da experiência destes últimos vinte e cinco anos.

Quanto à primeira indagação: é inegável que as Nações Unidas não têm desempenhado integralmente o papel que lhes caberia em um mundo de crises, de conflitos abertos, de comunicados de guerra, de choques e contrachoques. Sem resolver, e às vezes até mesmo sem discutir a fundo os problemas da paz, segurança coletiva e desenvolvimento econômico, as Nações Unidas dão a impressão de que lhes seria possível contentar-se com as chamadas "novas tarefas", assuntos de ciência e tecnologia, preservação do meio ambiente, crescimento populacional e outros. Ninguém poderá subestimar a importância de todos esses problemas e, em alguns casos, a necessidade de um tratamento adequado deles à base de uma efetiva cooperação internacional, resguardados os princípios da Carta que garantem a soberania nacional e a igualdade jurídica entre os Estados-Membros. É óbvio que não fazemos restrição ao tratamento neste foro de tais assuntos, embora pareça mais lógico e mais prático confiá-los, *ratione materiae,* às Agências Especializadas. Trata-se, no entanto, de evitar

uma inversão na escala de prioridades e de fugir à tendência para reduzir a Organização às dimensões mais exíguas de uma espécie de Instituto Internacional de Tecnologia. Não nos esqueçamos de que as Nações Unidas constituem a única Agência Especializada para os assuntos da paz, desenvolvimento e segurança coletiva; e a falência da Organização, no tocante às tarefas fundamentais que lhe foram cometidas pela Carta, viria debilitá-la de tal maneira que não poderia fazer face a encargos ancilares.

Tem-se a impressão de um retraimento em relação aos ideais e princípios de São Francisco; a paz universal se transformaria em simples processo de relaxamento de tensões; o conceito de desarmamento geral e completo, que deveria, a rigor, estar arrolado entre os propósitos e princípios da Carta, seria substituído pelo conceito da "limitação de armamentos" ou "controle de armamentos"; o conceito de segurança coletiva cederia lugar a simples "garantias de segurança", mais restritas que as já oferecidas na própria Carta. E nesse processo poderiam ganhar passo conceitos perigosos de "realismo político", de esferas de influência, balanças de poder e, sobretudo, de uma esdrúxula doutrina de soberania limitada, que representa a negação do Direito Internacional e da liberdade das Nações.

Procura-se apresentar como quimérico e utópico o objetivo do desarmamento geral e completo, quando, na realidade, não é ele nem mais utópico e nem mais quimérico do que os propósitos e princípios da Carta que proscrevem o uso da força nas relações internacionais. Relegar o desarmamento ao rol dos objetivos inatingíveis equivale negar, com premissa, validade aos princípios da Carta de São Francisco, no mundo contemporâneo. Nesse contexto, a renúncia ao desarmamento como objetivo final de nossos esforços equivale à rejeição da norma de solução pacífica de controvérsias. Se a força não pode ser utilizada, porque os Estados persistem em acumulá-la?

Cabe-nos evitar qualquer tendência para considerar superados e irrealistas alguns dos princípios e propósitos da Carta de São Francisco. O supranacionalismo e a interdependência integral poderão constituir objetivos desejáveis, mas pressupõem um estágio, ainda não atingido, de independência política e econômica e de efetiva igualdade jurídica entre todas as Nações. Antes de declarar obsoletos e superados os propósitos e princípios arrolados no Artigo Segundo da Carta, deveríamos fazer um esforço conjunto para cumpri-los e respeitá-los. A interdependência legítima e duradoura não será atingida senão através da plena soberania e igualdade.

Costuma-se dizer que, se as Nações Unidas têm falhado no campo específico da paz e da segurança internacional, não se devem esquecer os significativos resultados obtidos no terreno do desenvolvimento

econômico e social. Infelizmente, não podemos partilhar inteiramente de semelhante otimismo. A Primeira Década do Desenvolvimento apresentou um indisfarçável balanço de fracassos; e a Segunda Década pode seguir o mesmo caminho, se não conseguirmos definir, em termos mais firmes e mais seguros, a sua estratégia. Trata-se, em última análise, de determinar se as nações que compõem nossa Organização estão dispostas a aceitar, na teoria e na prática, um conceito de segurança coletiva no terreno econômico, paralelo ao previsto na Carta no que diz respeito à paz e à convivência entre as Nações.

O fracasso da Primeira Década situou-se tanto no nível do planejamento e da coordenação, quanto no da implementação e, sobretudo, no plano político. As medidas adotadas foram inadequadas com relação às necessidades dos países em desenvolvimento. Mais ainda, nos momentos cruciais de tomada de decisão, como na Segunda UNCTAD, o quadro conceitual em que se baseou o sistema das Nações Unidas ressentiu-se da falta de uma teoria global de desenvolvimento e, sobretudo, da ausência da indispensável vontade política.

Agora, ao aproximar-se o fim do exercício de elaboração da estratégia para a Segunda Década do Desenvolvimento, as Nações Unidas têm claramente diante de si uma nova opção, que determinará o futuro do sistema de cooperação econômica internacional para o desenvolvimento. Trata-se de escolher entre uma "estratégia da estabilidade", destinada apenas a conter os índices de pobreza em seus níveis atuais, e uma "estratégia dinâmica" para o desenvolvimento.

A "estratégia da estabilidade", embora por motivos óbvios nunca tenha sido formulada em termos explícitos, parece conter três elementos principais: uma política demográfica que desconhece as implicações dinâmicas do processo de crescimento populacional; uma política agrícola voltada para o aumento quantitativo da produção de alimentos, como um fim em si mesmo, e não como parte de uma política global de industrialização para o desenvolvimento; e, finalmente, uma política de emprego disposta a sacrificar, se necessário, o objetivo maior do desenvolvimento em favor de metas setoriais de emprego.

A "estratégia dinâmica", ao contrário, almeja ir além do mero congelamento do presente desnivelamento econômico entre as nações. A filosofia que tem presidido a atuação do Brasil em todos os foros onde se vêm discutindo as perspectivas da Segunda Década foi sempre esta: a estratégia de desenvolvimento dos setenta deve ser um programa de ação com medidas convergentes e adicionais. Em essência, ela deve conter três elementos: objetivos globais e setoriais que possibilitem um aumento do

PNB dos países em desenvolvimento, ao fim da Década, suficientemente significativo para diminuir a brecha de renda entre o Norte e o Sul; em segundo lugar, um conjunto de medidas mutuamente acordado, nos campos do comércio, do financiamento e da tecnologia; e, finalmente, datas-limite para a implementação dessas medidas, das quais a mais importante é a meta de um por cento de transferência financeira.

É preciso sublinhar que o arsenal de informações e estudos já disponível dentro do Sistema das Nações Unidas torna perfeitamente viável a adoção de uma tal "estratégia dinâmica", caso – e aí está o ponto fundamental – os Governos dos países desenvolvidos, tanto de economia de mercado quanto centralmente planificada, se unam na indispensável vontade política para aceitar e fazer cumprir os compromissos decorrentes. A alternativa seria a constatação lamentável de que o esquema de cooperação internacional para o desenvolvimento terá resultado em um fracasso que não poderá ser mascarado por meias-medidas ou declarações de boa intenção.

Esse fracasso não significaria que o desenvolvimento econômico e social venha a se transformar em objetivo inalcançável, embora certamente o caminho se tornasse para muitos, mais difícil e penoso. É sabido que graças ao esforço interno de mobilização de seus próprios recursos, vários Estados-Membros – entre os quais o Brasil, que atingiu em 1969 um acréscimo de nove por cento em seu PNB – têm assegurado índices expressivos de crescimento. O que ponho em dúvida é a possibilidade de os países em desenvolvimento, em conjunto, encontrarem fórmulas viáveis de progresso econômico e social, se persistirem as atuais tendências estagnantes nos fluxos de comércio e de cooperação econômica.

Não estamos a pleitear solução para nosso modelo nacional. Temos plena consciência de que o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria, da qual não abdicamos. Estamos, isto sim, colocando os termos de um problema em bases universais.

O Brasil tem repetidamente afirmado ser favorável a uma revisão da Carta das Nações Unidas, de maneira a adaptá-la às condições e correlacioná-la com os problemas do mundo contemporâneo. Conhecemos, entretanto, as realidades e dificuldades políticas que se antepõem a uma revisão imediata. Concebemos a revisão como um necessário passo à frente. Mas há o perigo de que as condições que prevalecem no mundo com a afirmação quotidiana do Poder – poder político, econômico, militar, científico e tecnológico – nos conduzam eventualmente a um passo atrás, caracterizando-se o novo diploma, ainda mais fortemente, como um dos elementos de congelamento do poder mundial, como um dos fatores de manutenção do *status quo.*

Desde já torna-se imperativo trazer de volta ao foro das Nações Unidas certos problemas que são claramente de sua competência e ora se discutem a portas fechadas em foros mais restritos. Em concessão às realidades do poder, a Carta das Nações Unidas conferiu prerrogativas especiais aos membros permanentes do Conselho de Segurança. A permanência de suas atribuições no campo da paz e da segurança internacional já é, em si mesma, uma dessas prerrogativas. Mas o Conselho de Segurança, como instituição, não pode abdicar de sua responsabilidade primordial pela manutenção da paz e da segurança internacional, admitindo uma nova ordem mundial, baseada na copresidência de um número reduzidíssimo de Potências, contrariamente ao espírito da Carta de São Francisco. Impotente diante dos conflitos e dissensões que ameaçam e perturbam a paz mundial, o Conselho de Segurança parece transformar-se, pouco a pouco, num registro público de queixas e contraqueixas, reclamações e contrarreclamações. É sabido que os métodos de trabalho do Conselho mudaram substancialmente nos anos recentes, com o resultado de que agora as decisões são alcançadas mediante uma série de consultas informais, e não em debates abertos nas sessões formais do órgão coletivo. Não obstante essa transformação, que tem sido acompanhada de uma tendência para decisões unânimes, o Conselho não tem sido capaz de assegurar o cumprimento de suas decisões. Isso deriva em boa parte do fato de que as consultas que se processam entre os membros do Conselho dirigem-se, via de regra, aos aspectos colaterais dos problemas e não à procura de uma solução política capaz de eliminar as causas do conflito. Acontece, ademais, que o consenso e a unanimidade quase sempre se alcançam ao preço da virtual inocuidade e irrelevância dos textos adotados, de linguagem vaga e ambígua, o que propicia declarações interpretativas pela generalidade dos membros do Conselho. Ameaça-se criar, assim, o "veto pela interpretação".

Em memorando datado de 3 de abril de 1970, em resposta à consulta formulada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, nos termos da Resolução 2.606 (XXIV), o Governo brasileiro teve a oportunidade de declarar que qualquer esforço no sentido de reativar o sistema de segurança das Nações Unidas deveria levar o Conselho de Segurança ao exame substantivo das divergências latentes em cada questão específica que apresente ameaça à paz e à segurança. A consideração e o estudo substantivo das questões seriam grandemente facilitados mediante a participação ativa dos litigantes no processo informal de consultas a que ora se recorre. Por isso mesmo, e com o objetivo de institucionalizar essas consultas, o Governo brasileiro sugeriu – e agora reitera essa sugestão – que o Conselho, valendo-se das faculdades que lhe confere o Capítulo VI

da Carta, considere, em cada caso, a conveniência do estabelecimento de comitês *ad hoc* para a solução pacífica de controvérsias, integrados pelas partes de um conflito, conjuntamente com outras delegações escolhidas pelo Conselho, mediante sugestão dos litigantes. Esses comitês teriam o mais amplo e mais flexível dos mandatos e funcionariam, sem atas e sem agenda predeterminada, sob a autoridade do Conselho de Segurança, com o objetivo de harmonizar e reconciliar as posições dos países em disputa.

Todos conhecemos as dificuldades que se antepõem cada vez que, esgotados os meios previstos no Capítulo VI, tenta-se penetrar na seara das medidas coercitivas do Capítulo VII. É natural que assim seja, dada a sempre provável falta de unanimidade entre os membros permanentes e em virtude das consequências que adviriam da aplicação de medidas coercitivas. O que devemos perguntar-nos, e isso em um bom número de casos, é se as possibilidades do Capítulo VI estão realmente esgotadas. Nossa convicção é de que as Nações Unidas e, muito especificamente, o Conselho de Segurança, deveriam valer-se mais amplamente da grande variedade de meios e recursos autorizados no Capítulo VI da Carta.

Em suma, o que o Brasil ora propõe é uma reativação diplomática das Nações Unidas. A adoção de procedimentos como o sugerido poderia permitir à Organização uma eficácia e uma autoridade muito maiores, e uma participação mais ativa nos grandes problemas mundiais.

Por que seria tal participação absurda ou impraticável e por que contra ela haveria de levantar-se o eterno argumento de "realismo político"?

Não nos esqueçamos de que esse "realismo político" nos tem mantido no limiar da guerra e da destruição e é o principal responsável pela cifra de duzentos bilhões de dólares anuais consumidos pela corrida arrnamentista. Uma corrida armamentista que, além de suas eventuais consequências catastróficas, já prejudica gravemente a Humanidade, com o desvio de meios e recursos gigantescos que poderiam ser empregados na obra da Paz, da Justiça e do Progresso.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Nossos problemas e nossas dificuldades não estão fora do alcance da inteligência e do seu poder criador. Com todas as suas deficiências e frustrações, este é o foro em que nos cabe efetivar nossa opção pela vida, pela paz e pelo desenvolvimento.

A esta altura, o Brasil não faz senão a mais modesta e menos original das propostas: a de utilizarmos nossa Organização, a de aplicarmos a Carta

das Nações Unidas. Nem mais, nem menos. A aceitação desta proposta, que é o lugar comum dos discursos no debate geral desta Assembleia, poderia ter, entretanto, efeitos dramáticos sobre nossos rumos futuros.

O Brasil não abdica dessa esperança: esperança de Paz, de Justiça e de Progresso.

Muito obrigado.

Nova York, em 17 de setembro de 1970.

1971

1971

O acontecimento mais significativo de 1971 no plano das Nações Unidas foi a decisão tomada pela Assembleia Geral de reconhecer o Governo da República Popular da China como legítimo ocupante do assento destinado à China e, bem assim, a consequente retirada da representação de Taiwan. O processo foi conduzido de maneira contrária aos interesses norte-americanos, que advogavam pela presença das duas Chinas na ONU. Data deste episódio a generalização em meios norte-americanos de uma atitude de reserva em relação à ONU e ao papel das "maiorias automáticas" compostas pelos países do Terceiro Mundo. Ao final do ano, a guerra entre a Índia e o Paquistão em torno da independência de Bangladesh poria à prova a capacidade do Conselho de Segurança de administrar um conflito armado de significativa proporção.

Assediado por repetidos episódios de sequestros e de luta armada, o Governo brasileiro buscaria em vão obter no foro da OEA a adoção de medidas concertadas de combate ao terrorismo no Continente.

No seu discurso perante a Vigésima Sexta Assembleia Geral, em 1971, o Ministro Mário Gibson Barboza expõe com clareza a percepção que a diplomacia brasileira tinha da realidade internacional. Na versão distribuída em plenário, o discurso foi encimado pelo sugestivo título de "A Reorganização da Comunidade Internacional para a Paz e o Desenvolvimento".

As pretensões de emergência do Brasil não se ajustavam a uma realidade internacional exclusivista ou seletiva. Se a bipolarização havia

encerrado o seu ciclo, sua alternativa não poderia ser, diria o Ministro Gibson, "um novo sistema de poder sustentado por um número também reduzido de nações que se arroguem uma hegemonia de fato sobre o resto do mundo, mas sim a organização da comunidade internacional nos termos amplos e equitativos dos Propósitos e Princípios das Nações Unidas". São contundentes as criticas à política de poder. A palavra "poder" aparece empregada vinte e cinco vezes no texto. A avaliação da realidade internacional é convincente. As prescrições, no entanto, dificilmente escapam à lógica da utopia.

A maneira como o discurso se refere à iminente entrada da República Popular da China na ONU é indicativa das ambiguidades que caracterizavam a postulação externa do Brasil. O Ministro evita uma manifestação concreta sobre a questão da representação da China. Não chega sequer a mencionar nominalmente o país. Mas é veemente ao criticar o processo decisório que havia conduzido àquele desfecho. Não fica claro se o Brasil era a favor ou contra a entrada da República Popular da China.

Embora frisando que não postulava uma visão simétrica das superpotências, de seus interesses globais e de seus comportamentos políticos, o Ministro Gibson responsabiliza tanto os EUA quanto a URSS por tentarem impor uma divisão do mundo em que alguns Estados seriam relegados ao papel de espectadores ou protegidos do poder. Essa tendência contrariaria fundamentalmente os interesses de um país como o Brasil, que o Ministro Gibson caracterizaria expressamente como dotado de "uma aceleração de progresso econômico e social que prenuncia o rompimento das barreiras do subdesenvolvimento".

O texto contém ademais significativa passagem sobre o tema da segurança econômica coletiva, à qual se vincula implicitamente a preocupação manifestada com as consequências, para o panorama monetário e comercial internacional, das medidas adotadas pelos EUA para aliviar o seu déficit de balanço de pagamentos (aumento das taxas de juros e suspensão da convertibilidade dólar/ouro). E inclui incisivas formulações sobre os temas de Direito do Mar (o Governo brasileiro havia tomado a decisão de estender o mar territorial brasileiro até as duzentas milhas da costa), de desarmamento e de reforma da Carta.

XXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1971

Ministro Mário Gibson Barboza[28]

Senhor Presidente,

Que as minhas primeiras palavras sejam para parabenizá-lo, em nome do Governo brasileiro e em meu próprio nome, pela sua eleição unânime para a Presidência da Vigésima Sexta Sessão da Assembleia Geral. Suas qualificações pessoais e profissionais, amplamente reconhecidas por todos nós que o conhecemos, asseguram-nos que a direção de nossos debates estará nas mãos de um diplomata hábil e internacionalmente respeitado. Gostaria também de expressar o apreço do Governo brasileiro pela eficiência, tato e segurança com que o seu ilustre antecessor, Senhor Edward Hambro, desempenhou essa função.

Estamos tristes com a decisão irrevogável de U Thant de deixar o seu posto como Secretário-Geral no final de seu segundo período. O Governo do Brasil já havia mencionado anteriormente sua esperança de que U Thant ainda reconsideraria sua decisão e concordaria em colocar seus valiosos serviços à disposição da comunidade internacional por mais um período. Agora que ele reafirmou que seu desejo é irreversível, eu gostaria de reiterar a gratidão de meu Governo para com o Secretário-Geral pela dedicação com a qual trabalhou pelas Nações Unidas. A necessidade de substituí-lo leva-nos, mais do que nunca, a considerar a natureza delicada

[28] **Mário Gibson Alves Barboza**, nascido em Olinda, PE, em 13 de março de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1961. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 30/10/69 a 15/3/74. † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007.

e a importância dessa posição, bem como a responsabilidade política que o Secretário-Geral tem dentro do sistema de nossa Organização. U Thant deu-nos provas enormes desse tipo de compreensão durante os dez anos que nos acostumamos a vê-lo trabalhar pela causa da paz e da harmonia internacionais.

No curso das comemorações do Vigésimo Quinto aniversário da nossa Organização, fomos unânimes em proclamar a crença de que as Nações Unidas continuavam a ser a alternativa válida para as teorias de poder e de equilíbrio de poder, que alimentam ambições de hegemonia. Se fomos unânimes nessa crença, apontamos ao mesmo tempo as limitações à capacidade de atuar de nossa Organização, pelo ressurgimento de conceitos políticos e práticas diplomáticas contrárias aos Propósitos e Princípios da Carta.

Os Propósitos e Princípios que os 51 Estados-Membros fundadores das Nações Unidas incorporamos à sua Carta Institucional permitiram que, no curso de um quarto de século, acedessem à Organização outras 76 nações com o mesmo *status* soberano. Ao enfrentarmos, em julho de 1945, a miséria, o sofrimento e a destruição causados pela Segunda Guerra Mundial, assumimos também a responsabilidade coletiva de eliminar o pauperismo injustificável em que vegetavam dois terços da humanidade. Mal sabíamos então que algumas semanas mais tarde surgiria a força destruidora do átomo como a maior ameaça à paz e à segurança internacionais. Ninguém negará que esse fato condicionou a evolução das relações internacionais depois de São Francisco; e seu impacto persistirá enquanto o saber que dá o poder não for posto, definitivamente e sem restrições, a serviço da comunidade internacional.

A crise contemporânea e o perigo da marginalização das Nações Unidas se agravarão na medida em que a riqueza e a força continuarem a concentrar-se em alguns Estados, na medida em que os conhecimentos científicos e tecnológicos permanecerem oligopolizados, na medida, enfim, em que se exerça uma política de poder que esvazia as Nações Unidas e as reduz a uma posição cada vez menos importante como foro ordenador, válido e ativo das relações internacionais. A alternativa às Nações Unidas é, por conseguinte, tanto para os Estados pobres quanto para os ricos, para os menos poderosos quanto para os mais poderosos, o caos, consequência inevitável de teorias que erigem a força, a força crua do poderio econômico, científico e militar, como pauta do comportamento internacional.

Por essa razão, o Brasil sustenta, e não se cansará de fazê-lo, que a paz, a segurança coletiva e o progresso socioeconômico dos países em

desenvolvimento são os problemas cruciais de nosso tempo; que de sua solução depende o próprio convívio harmonioso entre as nações.

Ainda por isso o Brasil se empenhou, durante a Assembleia do Vigésimo Quinto aniversário, na adoção da Declaração sobre o Fortalecimento da Segurança Internacional, pela qual reiteramos os Propósitos e Princípios de nossa Organização e sua competência para examinar, debater e resolver as grandes questões mundiais.

Essa reafirmação significa, sem dúvida, o repúdio ao chamado "realismo político", como que se procura instituir e justificar novas formas de congelamento de poder, bem como o estabelecimento, implícito ou explícito, de zonas de influência.

Somos solicitados, nesta Assembleia, a encarar com esse suposto realismo o acesso de mais uma grande potência à nossa Organização. O espírito realista seria a tradução contemporânea da *Realpolitik,* termo que evoca, aliás, um passado de nem sempre feliz memória. Preferiria, em verdade, que este espírito realista fosse utilizado, ao invés, no reconhecimento pelas Nações Unidas do que não mais se pode adiar: a concretização, em fatos, do dever moral e da obrigação política que têm os países ricos de efetivamente contribuir para o desenvolvimento das Nações menos favorecidas ou, pelo menos, de não criar obstáculos a esse desenvolvimento. Estudos neste sentido não nos faltam, propostas as mais razoáveis têm sido formuladas e mesmo aprovadas, mas, na apuração das contas, tudo o que se obtém é compartimentar nossas deliberações em confortáveis fatias de tempo: assim foi que chegamos à Segunda Década do Desenvolvimento.

Não é essa, infelizmente, a *Realpolitik* de que se trata a *Realpolitik* que nos levaria à paz duradoura e fecunda. Não, a *Realpolitik* que nos pedem aplicar é a do reconhecimento do fato de que uma potência com centenas de milhões de habitantes e possuidora da arma nuclear, cuja proliferação, aliás, se pretende proscrever, não poderia deixar de ter, entre nós, posição compatível com a sua força. O que ocorre é, portanto, mais um episódio da política do poder. Não me parece seja este um critério apropriado para que se organize uma sociedade internacional fundada na paz, na justiça e na igualdade entre os Estados.

Estimaria ainda observar, em relação a este caso que hoje ocupa as atenções prioritárias de todas as Chancelarias do mundo, que o fato novo não é a descoberta da existência de mais uma estrela na constelação das grandes potências. Essa estrela já existia de há muito, na verdade desde que demonstrou possuir a técnica e os meios de por em perigo a sobrevivência da humanidade; desde que provou, em outras palavras, possuir a arma

atômica. A novidade, esta sim, que agora altera fundamentalmente a perspectiva da composição da ONU, é o fato – e isto me parece indiscutível – de que uma superpotência haja decidido ter chegado o tempo de se reconhecer a existência de mais uma grande potência. O candidato ao ingresso passa consequentemente, a existir, desde o momento em que os diretores do clube do poder o decidem.

Há que contar como certo o acesso desse novo sócio, hoje ou amanhã. A diferença no tempo será irrelevante. A importante, a relevante novidade seria se essa manifestação de *Realpolitik* viesse trazer como consequência, de agora em diante, a discussão e decisão nas Nações Unidas dos grandes problemas que dizem respeito à paz e à segurança internacionais, e que estranhamente não têm sido discutidos pela Assembleia Geral.

Certamente, ao procurar identificar a tendência para o congelamento do poder, que pode constituir-se em principal obstáculo à consecução dos objetivos da paz, segurança e desenvolvimento, não estou postulando, direta ou indiretamente, uma visão simétrica das superpotências, seus interesses globais e comportamentos políticos.

Ainda que, hipoteticamente, a comunidade internacional se dispusesse a aceitar a "paz nuclear" e, portanto, o princípio de que o poder absoluto gera direitos absolutos, a experiência histórica desautorizaria qualquer distinção permanente entre um grupo reduzido de nações dotadas de poder incontrastável, e outra categoria de países, condenados à posição de espectadores ou de protegidos do poder.

A filosofia política de nossa Organização é outra. Fundamenta-se na igualdade de direitos, deveres e oportunidades entre todos os Estados-Membros, no respeito à soberania e independência dos Estados, na abstenção do uso da força para a solução de controvérsias internacionais e no cumprimento, de boa-fé, das obrigações contraídas na própria Carta. Torna-se, pois, evidente que as doutrinas do poder ameaçam a sobrevivência das Nações Unidas como órgão normativo da sociedade dos Estados e as desvalorizam politicamente como foro internacional capaz de impor disciplina ao próprio fato do poder, uma disciplina que beneficiaria a comunidade internacional em seu conjunto, ao contrário do oligopólio de força que opera em detrimento dessa comunidade.

A mais evidente e, a longo prazo, a mais perigosa tentativa de consagrar o imobilismo é a recusa sistemática de se admitir sequer a possibilidade de uma revisão da Carta de São Francisco. Não pensa o Governo brasileiro que a filosofia política das Nações Unidas, definida em seus Propósitos e Princípios, necessite de revisão ou reforma. Este foi o sentido do apelo – "Utilizemos a Carta; utilizemos nossa Organização" – que lancei durante a Assembleia do vigésimo quinto aniversário.

Mas porque os tempos mudaram, à revisão e à reforma devem estar sujeitos os mecanismos estabelecidos para a adimplementação de tais Propósitos e Princípios. Os cenários que se abriram e fecharam na mutável realidade internacional, a experiência acumulada em vinte e cinco anos de trabalho para coibir e reduzir as crises e causas de conflito, e, o que é fundamental, o ingresso nesses cenários de tantos novos Estados soberanos, tornaram arcaicos, inadequados, insuficientes, muitos dos mecanismos criados há um quarto de século. A revisão impõe-se para que as Nações Unidas passem a dispor de instrumentos que a façam mais atuante, mais disciplinadora e mais ágil.

Cito, para ilustrar a necessidade de revisão, a escassa representatividade de certos órgãos, como o Conselho Econômico e Social, cujo número atual de membros o torna incapaz de refletir e interpretar a gama tão complexa dos interesses econômicos e sociais dos Estados que integram as Nações Unidas.

Neste contexto, quero reafirmar que o Brasil não pode aceitar seja posto em dúvida ou restringido em seus efeitos o princípio da igualdade soberana dos Estados-Membros. Este princípio não admite outra qualificação além das prerrogativas explicitadas no Artigo 27 da Carta. Trata-se de regra de exceção, cujos efeitos não se devem estender a nenhum outro foro ou atividade da Organização, atribuindo prerrogativas especiais aos membros permanentes do Conselho de Segurança; nem esta qualidade, restrita àquele Conselho, pode servir para assegurar aos seus membros permanentes qualquer vantagem ou prioridade no preenchimento dos órgãos subsidiários da Assembleia, em detrimento dos princípios da igualdade entre os Estados e da distribuição geográfica equitativa.

Senhor Presidente,

Parece aqui necessário repetir o óbvio, de vez que esse óbvio frequentemente surge deformado pelos poderosos interesses conflitantes. O estabelecimento da paz é a tarefa fundamental das Nações Unidas. A paz que não se confunde nem com o equilíbrio do poder, nem com sua modalidade nuclear, o equilíbrio do terror. A paz que não é a mera perpetuação de uma situação internacional injusta, ou a simples ausência de conflito, com sinistras tonalidades nucleares. A paz, enfim, que não é apenas uma esperança de sobrevivência da humanidade no dia de amanhã, e uma esperança renovada sempre a curto prazo, isto é, a esperança de

que os arsenais nucleares não sejam utilizados. Mas a paz que se apoie numa estável estrutura de segurança coletiva e proporcione condições de progresso, que se identifique com a erradicação do subdesenvolvimento, que garanta a todos os Estados-Membros integridade territorial, identidade nacional, o direito de desenvolver seu potencial humano, suas virtualidades político-sociais, a livre posse e disposição de seus fatores de progresso.

A condição básica de toda esta construção – paz e segurança política e econômica – repousa essencialmente no desarmamento geral e completo, que não pode ser reduzido à dimensão inadequada das medidas parciais de controle de armamentos ou de não armamentos. Essas medidas, embora necessárias e louváveis, não têm ido além da manutenção da atual distribuição do poder nuclear sob o manto engenhoso da copresidência. A existência de arsenais nucleares e as despesas anualmente realizadas com o intuito de reforçá-los quantitativamente, e aperfeiçoá-los qualitativamente, são produto de antagonismos que a prática do equilíbrio de poder não deixa solucionar. Ninguém mais duvida hoje da irracionalidade do *overkilling*, nem de que o dispêndio insofreado com armamentos nucleares constitui o impedimento maior para um plano integrado de desenvolvimento econômico global.

Aqui estamos reunidos mais uma vez, com a responsabilidade de buscar a solução que racionalmente aparece ao alcance de nossas mãos, mas que teima em fugir, tangida pela diabólica ilusão de que o poder, tornando só aparentemente imunes uns poucos, garantirá, por sua própria dinâmica, a sobrevivência de todos.

Por isso, nossos ouvidos e nossos olhos estão postos nas portas atrás das quais, em Helsinki e em Viena, prosseguem, com lentidão a que infelizmente já nos habituamos, as conversações secretas sobre limitação de armas estratégicas. Em torno dessas mesas, onde não nos sentamos, jogam os negociadores das superpotências o destino de todos nós.

Senhor Presidente,

Dentro de poucos meses, estará reunida a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, terceira oportunidade, em menos de dez anos, oferecida ao mundo desenvolvido para cooperar concretamente com os países em desenvolvimento, para a melhoria de suas condições de vida, para o estreitamento e eliminação, no menor prazo possível, do hiato econômico, científico e tecnológico que separa as nações do mundo.

Decepcionado com os parcos resultados da Primeira e Segunda UNCTAD, ciente das hesitações dos países desenvolvidos, da intransigência de alguns e do alheamento ainda mais indesculpável de outros, o Brasil considera que a sorte da Terceira UNCTAD irá de par com a aceitação crescente pela comunidade internacional do conceito de segurança econômica coletiva, efetivado através da adoção de decisões de largo alcance no plano institucional e da criação de mecanismos novos e mais ambiciosos.

O conceito de segurança econômica coletiva complementará o sistema político da segurança coletiva. Na prática, esse conceito, que o Brasil vem defendendo coerentemente desde 1953, postula, em primeiro lugar, o direito de todas as nações ao desenvolvimento econômico e social. Postula, também, o dever dos países economicamente mais desenvolvidos de contribuírem para a eliminação, de acordo com calendários negociados, e de toda maneira antes do término da Segunda Década para o Desenvolvimento, dos obstáculos externos que as economias desenvolvidas opõem à aceleração do crescimento dos países em fase de desenvolvimento.

Na medida de sua capacidade, está o Brasil preparado para assumir as responsabilidades que lhe competem no tocante aos países de menor desenvolvimento relativo, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. E nisto estamos inspirados pela solidariedade natural que nos une aos países de menor desenvolvimento relativo e também por um imperativo ético. É nosso desejo seja este problema frontalmente versado em Lima, quando se reunirão os 77 em nível ministerial, a fim de que a Terceira UNCTAD traga soluções concretas e globais a esta questão. Estamos certos de que outros países em estágios de desenvolvimento semelhante ao nosso nos acompanharão na busca destas soluções; assim como é indispensável que, de acordo com a Estratégia da Segunda Década para o Desenvolvimento, os países desenvolvidos contribuam com recursos adicionais para eliminar mais rapidamente as disparidades de crescimento entre os que se estão desenvolvendo. Na órbita latino-americana, já estamos progressivamente atuando em conformidade com esta decisão política.

A segurança econômica coletiva pressupõe, ainda, a proteção de todos os Estados-Membros contra agressões, ameaças ou pressões econômicas, especialmente quando ligadas ao comércio e financiamento internacionais; pressupõe, da mesma forma, o respeito à soberania de todos os Estados sobre os seus recursos naturais, e sua consequência político-econômica, isto é, o direito de livremente protegê-los e explorá-los, em benefício de suas populações e segundo suas próprias prioridades.

O Brasil reitera o direito e o dever dos Estados ribeirinhos de utilizar os recursos dos mares, dos fundos marinhos e de seu subsolo adjacentes às suas costas, a fim de assegurar o bem-estar econômico e social de seus povos. Com esse objetivo, compete-lhes determinar a extensão de sua soberania ou jurisdição sobre essas áreas, de conformidade com suas peculiaridades geográficas, geológicas e biológicas, e suas necessidades em matéria de segurança, investigação científica e preservação do meio marinho. O Governo brasileiro manifesta sua satisfação pelo amplo acolhimento e apoio que esses princípios estão crescentemente recebendo de Estados de todos os continentes e de todos os níveis de desenvolvimento econômico, no contexto dos trabalhos preparatórios para uma Conferência que abranja todos os temas do Direito do Mar.

Não tenho por objetivo trazer a este debate questões que ora se discutem, com maior propriedade técnica, em outros foros internacionais. Mas não posso deixar de assinalar que o Brasil está acompanhando com profunda preocupação as novas tendências e os novos desenvolvimentos que passaram a caracterizar os panoramas monetário e comercial internacionais, em consequência das decisões adotadas pelo Governo dos Estados Unidos da América para corrigir o déficit de seu balanço de pagamento. É inegável que os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento deixaram, neste passo, mais uma vez de ser considerados. Revela notar que os países em desenvolvimento em nada contribuíram para gerar essa situação anormal do panorama comercial e financeiro internacional. É, pois, imperativo que seus interesses venham a ser salvaguardados devidamente, ao se buscarem soluções corretivas, a fim de que não seja prejudicado seu processo de desenvolvimento econômico e social. Se os governos e órgãos especializados tomarem medidas para remodelar o sistema monetário internacional sem consulta aos países em desenvolvimento nos órgãos internacionais apropriados, muito receio que o programa de ação incorporado à estratégia internacional do desenvolvimento, adotada no ano passado por esta mesma Assembleia, fique gravemente prejudicado logo em seu primeiro ano de vida.

Os países latino-americanos já adotaram uma posição política comum a respeito desses problemas. Esperamos, e esperamos firmemente, que os Estados Unidos da América, bem como os países desenvolvidos que estão procurando defender sua estabilidade através de consultas mútuas, não abandonem seus compromissos anteriores no tocante aos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil, já com uma aceleração de progresso econômico e social que prenuncia o rompimento das barreiras do subdesenvolvimento, continuará, na medida de sua capacidade, a trabalhar pelo fortalecimento de uma ordem internacional baseada nos conceitos que acabo de expor.

Se o bipolarismo que dominava as relações internacionais está sendo superado pelas circunstâncias históricas, a alternativa não pode ser um novo sistema de poder sustentado por número também reduzido de nações que se arroguem uma hegemonia de fato sobre o resto do mundo, mas sim a organização da comunidade internacional nos termos amplos e equitativos dos Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

A linha básica de nossa política externa foi resumida nas seguintes palavras do Presidente Emílio Garrastazu Médici:

> O Brasil opõe-se à divisão do mundo em zonas de influência, considerando a paz condição essencial à conquista do progresso e conservando-se fiel ao preceito da solução pacífica de controvérsias, principal linha de atuação de sua diplomacia.

Esta é a visão da realidade contemporânea que o Brasil deseja compartilhar com os demais Estados-Membros, na oportunidade da abertura deste debate. Nada abalará nosso propósito de continuar a trabalhar pela realização dos ideais e aspirações comuns que nos farão cada vez mais solidários no progresso e na paz. Nada abalará nossa certeza de que, apesar de tantos percalços, ainda está em nossas mãos, nas mãos dos povos das Nações Unidas, a possibilidade de definitivamente repudiar uma trágica herança de violência e desatino, que encharcou de sangue e lágrimas o caminho que nos foi necessário percorrer para afinal construir esta Organização. Nada abalará nosso empenho em aperfeiçoá-la, em expandir suas responsabilidades, em aumentar sua efetiva capacidade disciplinadora das relações entre Estados, em benefício da paz e da segurança mundiais.

Muito obrigado.

Nova York, em 27 de setembro de 1971.

1972

1972

Por volta de 1972, tornara-se evidente a alteração do panorama estratégico internacional. Fazendo do antissovietismo o elemento principal de sua ação externa, a República Popular da China ingressara nas Nações Unidas, ocupando o lugar até então outorgado a Taiwan. A *détente* na Europa consolidara-se com os tratados germano-soviético e germano-polonês, com o acordo garantindo acesso ocidental a Berlim, com o reconhecimento recíproco das duas Alemanhas, e com as conversações sobre redução mútua e equilibrada de forças.

Abria-se o caminho para a Conferência sobre Segurança Europeia, destinada a consagrar o *status quo* territorial oriundo da Segunda Guerra. Ganhavam força as teorias do equilíbrio do poder. O mundo, segundo a visão do Doutor Henry Kissinger, cuja influência foi fundamental em todo esse período, seria equilibrado por um sistema de forças dispostas como um pentagrama, em cujos vértices se situariam, em posição privilegiada, as superpotências e, em seguida, a China, a Europa Ocidental e o Japão. Nas áreas periféricas, o equilíbrio se faria pela aceitação das preeminências básicas de um ou dois vértices do pentagrama e pela ação de potências regionais, às quais se delegaria poder de regência dos subsistemas.

O modelo era atraente, tanto por sua lógica de poder, quanto por sua estética. Sua fundamentação residia no equilíbrio de forças entre as superpotências, responsáveis solidárias pela estabilidade global. No momento em que os EUA reconheceram a paridade estratégica da URSS, estava aberto o caminho para aceitar a globalização de seus interesses.

O conceito de *linkage,* por sua vez, ao inter-relacionar eventos produzidos em qualquer parte do mundo, viria a instrumentar o alcance global do condomínio do poder.

Estava tão sedimentado o interesse recíproco soviético-americano em levar adiante o processo de acomodação, que nem o episódio do bombardeio e bloqueio do porto norte- vietnamita de Haiphong, em que um navio soviético chegou a ser atingido por bombas dos EUA, impediu a realização de viagem do Presidente Nixon a Moscou em maio de 1972. Foram então assinados os instrumentos magnos da *détente:* o Salt-I, que impôs limites aos sistemas de mísseis ofensivos e defensivos de ambos países, e os "Princípios Básicos das Relações entre os EUA e a URSS". Pelo Salt-I, conferia-se a um e outro a possibilidade de, sem prejuízo de suas respectivas estratégias de segurança, ordenar mais adequadamente os recursos dispendidos em armamento. E pelos "Princípios Básicos", formalizavam-se as bases conceituais da *détente.* Doravante, segundo expresso nos "Princípios", os EUA e a URSS se relacionariam com base na igualdade, não buscariam vantagens unilaterais em detrimento um do outro e reconheciam que na era nuclear não havia alternativa para ambos senão a coexistência pacífica, devendo as diferenças eventuais ser negociadas por meios pacíficos, com espírito de reciprocidade, acomodação mútua e benefícios mútuos.

Abria-se uma nova era no relacionamento internacional. O Brasil àquela altura achava-se submetido a um processo de duplo significado: entre as ameaças da luta armada e os êxitos da política de crescimento econômico. Talvez porque não pudesse avaliar com exatidão os reais benefícios que poderia auferir eventualmente da *détente,* a diplomacia brasileira moderaria episodicamente as suas criticas às superpotências no discurso que o Ministro Gibson Barboza pronunciou na Vigésima Sétima Assembleia Geral, em 1972.

Apresentando-se como representante de um país emergente, o Ministro declara a disposição do Brasil de assumir obrigações internacionais mais amplas, assim como responsabilidades, compromissos e deveres acrescidos pelo desenvolvimento do país. Reconhecendo o valor da *détente,* o Ministro Gibson defende a sua complementação por medidas capazes de institucionalizar um sistema equitativo de paz e segurança internacional. À luz da emergência do país, bate-se pela abertura dos foros e mecanismos decisórios, como maneira de reincorporar a ONU ao processo negociador. E, para tanto, propunha reformular não apenas as práticas da *Realpolitik,* mas a própria organização internacional. Ressurgem, com vigor, em 1972, as aspirações do Brasil pela reforma da Carta. O "hiato normativo", ou

seja, a brecha que havia passado a distanciar a realidade internacional dos preceitos contidos na Carta da ONU, diria o Ministro, viera se juntar ao "hiato do desenvolvimento", como fenômenos a exigir medidas por parte da comunidade internacional.

O ano de 1972, por outra parte, assinala a entrada na agenda da ONU de um tema que viria a se tornar, durante vários anos, sério complicador para as relações Brasil-Argentina: a questão do aproveitamento de recursos naturais compartilhados. Desde que os Governos brasileiro e paraguaio chegaram, em 1971, a um acordo sobre o projeto de aproveitamento hidrelétrico de Itaipu, situado no rio Paraná, passou a ser objetivo prioritário da diplomacia argentina evitar que a construção da hidrelétrica se concretizasse sem um processo de consultas prévias com Buenos Aires. O Governo brasileiro, percebendo nas postulações argentinas em favor da consulta prévia a intenção de criar obstáculos ao projeto, recusava-se a aceitar um princípio que punha em dúvida o direito soberano do Estado de aproveitar os recursos naturais situados em seu território. Para a diplomacia brasileira, no caso de um rio de curso sucessivo como o Paraná, os princípios aplicáveis aos ribeirinhos de jusante seriam o da informação e o da responsabilidade por eventuais prejuízos sensíveis. A questão seria objeto de uma resolução da Vigésima Sétima Assembleia Geral, cujo texto, o chamado "Acordo de Nova York", negociado pelos Chanceleres Gibson Barboza e Mcloughlin, permitiria, por sua ambiguidade, que ambas as partes mantivessem as suas posições de princípio, abrindo ao mesmo tempo um espaço de negociação. Este era o contexto que motivou as formulações precisas com que o Ministro Gibson aborda o tema em seu discurso, em particular ao se referir a "critérios racionais capazes de nortear a ação soberana dos Estados na exploração dos seus recursos naturais, nos termos das prioridades e planos nacionais, sem interferências indevidas".

XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1972

Ministro Mário Gibson Barboza[29]

Senhor Presidente,

O Brasil comparece à Vigésima Sétima Sessão da Assembleia Geral na convicção de que a intensa atividade diplomática que, nos últimos meses, empolgou as atenções de nossas Chancelarias, deve ser objeto de exame aprofundado, não somente em razão de seu impacto sobre os interesses gerais da comunidade internacional, mas também para que possamos aferir sua compatibilidade com a competência própria de nossa Organização e seus objetivos. Antes de empreender esta análise, permita-me Vossa Excelência cumprimentá-lo por sua eleição unânime e dizer da satisfação com que o vejo presidir nossos trabalhos, pois tenho também presente ao espírito que Vossa Excelência representa um país cujos filhos, em número considerável, demandaram o Brasil e, por seu esforço produtivo e perfeita integração na aberta e multirracial sociedade brasileira, muito contribuíram para o progresso da Pátria que adotaram. Valho-me ainda desta oportunidade para expressar meu apreço a Sua Excelência o Senhor Adam Malk por sua correta e tranquila presidência da Vigésima Sexta Assembleia.

Desejo também reiterar ao Embaixador Kurt Waldheim, com quem tantas vezes cruzei em outros foros diplomáticos, a satisfação

[29] **Mário Gibson Alves Barboza**, nascido em Olinda, PE, em 13 de março de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1961. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 30/10/69 a 15/3/74. † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007.

com que meu Governo e eu, pessoalmente, o vemos investido nas responsabilidades de Secretário-Geral das Nações Unidas. Seu sentido de missão, já demonstrado neste curto período em que exerce funções tão dignificadas por seus antecessores, a habilidade diplomática que todos lhe reconhecemos, e que lhe terá valido a indicação unânime para cargo tão espinhoso e ao mesmo tempo tão pleno de possibilidades, são a melhor garantia de reativação do papel que, também através de seu Secretário-Geral, as Nações Unidas devem desempenhar no plano político internacional. Nesta saudação não identificará o Embaixador Kurt Waldheim apenas a mensagem afetuosa de um colega e amigo de muitos anos, mas principalmente a convicção do Chanceler de um país cujos interesses internacionais vão de par com seu crescimento de que nosso Secretário-Geral reúne os requisitos de moderação e dinamismo indispensáveis ao cargo. Prova de sua capacidade de iniciativa para trazer à atenção das Nações Unidas os magnos problemas da atualidade foi a conclamação que fez à Assembleia Geral para que encontrasse os meios mais apropriados para debater o terrorismo e outras formas de violência que põem em perigo e ceifam vidas humanas inocentes.

É profundamente lamentável que a Assembleia não haja endossado os termos da proposição para inscrição desse item, como aprovado pela Comissão Geral. Quando da votação das emendas apresentadas neste plenário, na noite de sábado último, a Delegação do Brasil firmou dois pontos que são, a nosso ver, essenciais: primeiramente, que não podemos aceitar o terrorismo ou qualquer forma de violência como instrumento político legítimo; em seguida, o título do item, tal como finalmente aceito, se expressa em termos que têm sido frequentemente utilizados para procurar justificar o terrorismo ou mesmo tolerá-lo. Temos sérias razões para recear que esta formulação dê margem a tentativas de incursão indébita em matéria de exclusiva jurisdição interna dos Estados e, consequentemente, a debates acrimoniosos e estéreis.

Não data de hoje nossa preocupação com o problema do terrorismo, que tem atingido tantos países, entre os quais o meu próprio, como é sabido. Em janeiro de 1971 a Assembleia da Organização dos Estados Americanos reuniu-se em caráter extraordinário para procurar assentar, no plano regional, um ordenamento jurídico capaz de enfrentar e vencer essa intolerável ameaça à paz e ao bem-estar de nossos povos. Entretanto, os limitados resultados conseguidos não constituíram o instrumento adequado a essa premente necessidade, como infelizmente o provaram trágicas ocorrências posteriores. Creio desnecessário relembrar a posição clara e enérgica que o Brasil sempre adotou em relação a esse

grave problema. Nem é meu propósito relembrar aqui história recente e, por certo, ainda na memória de todos. O que desejo é fazer neste fórum mundial um veemente apelo para que ouçamos o clamor que exige de nossos estadistas e homens de governo providências práticas e imediatas em defesa dos mais comesinhos princípios de convivência humana.

Não nos move nesse contexto e em seus relacionamentos qualquer preferência política nem qualquer preconceito ideológico ao declararmos que é urgente, impostergável e imprescindível nos unirmos e nos organizarmos, com firmeza e determinação, contra a violência indiscriminada e hedionda do terrorismo a que se acham expostos todos e cada um dos nossos países. Continuamos a sustentar que essa violência indiscriminada é um flagrante desmentido da tese de que a subversão terrorista é fruto da injustiça social ou da pobreza de uma determinada sociedade.

Sejamos, neste passo, verdadeiramente as "Nações Unidas", independentemente de nossas respectivas e diferentes convicções ideológicas ou formas de arregimentação política – e atendamos a esse clamor, firmes e unidos, na luta pela definitiva extirpação da violência sob qualquer de suas formas.

Senhor Presidente,

A Nação brasileira celebra este ano o Sesquicentenário de sua Independência. As alegrias cívicas que comemoram nosso ingresso, há século e meio, na comunidade dos Estados soberanos, fortalecem nossa determinação de construir o destino nacional com base na certeza de que, para progredir, o Brasil depende de si mesmo e do trabalho de seu povo; e na convicção de que este desenvolvimento poderá ser acelerado pelo estabelecimento e manutenção da paz e segurança que garantam a todos e a cada um dos membros da comunidade internacional direito ao progresso e à estabilidade, assim como voz soberana e presença atuante na formulação da ordem política mundial. As tradições de entendimento e negociação que nos legaram nossos maiores continuam a ser apanágio da diplomacia que hoje dirijo.

Senhor Presidente,

O costume, que há vinte e seis anos faz recair sobre o Brasil a honra e a responsabilidade de abrir nosso debate geral e que, pela

terceira Assembleia consecutiva, me traz a esta tribuna, encerra, por outro lado, um desafio: o de encetar a análise crítica do panorama político internacional à luz dos acontecimentos diplomáticos dos últimos doze meses e sob o ângulo das repercussões dessa mesma atividade neste amplo e insubstituível foro de harmonização do comportamento externo dos Estados, que são as Nações Unidas.

O relacionamento político internacional de nossos dias caracteriza-se pela complexidade, extensão e rapidez de sua evolução. Não menos característica da época em que vivemos é a permanência impenitente de situações e modos de ação que o Brasil considera eticamente injustos, politicamente anacrônicos e juridicamente condenáveis. A interação conflitante entre um conceito novo de paz e segurança, novo porque tem a idade dos anseios que inscrevemos na Carta, e o velho modo de ser internacional, que ainda não conseguimos superar, é fundamentalmente responsável pelas crises e tensões subsistentes no largo cenário das relações interestatais.

Não, Senhor Presidente, que ignore, ou menos aprecie, os progressos, sem dúvida alentadores, que vamos pouco a pouco alcançando através do intrincado caminho da composição de diferenças e da busca do relaxamento de tensões. Mas não posso deixar de lamentar que este lento progredir, no sentido da concretização de nossos ideais de paz e segurança, se realize sobre contradições e paradoxos, pois que continuam a pairar nos horizontes do mundo, se bem que aparentemente atenuadas, as nuvens grossas de confrontação nuclear, uma espécie de sentença suspensa de condenação coletiva da humanidade. Nem a doutrina e a prática dos equilíbrios estratégicos, nem as composições arbitrárias entre os polos de poder internacional, conseguiram apagar os fogos de conflitos regionais. A tentativa de coexistir num arranjo estratégico, ou, por outras palavras, a contemporânea "balança de prudência", de que nos fala o Secretário-Geral, determina a extraordinária movimentação diplomática bilateral em que correntemente se empenham as grandes Potências e reflete a problemática de nossa realidade internacional.

Ocorre, no entanto, Senhor Presidente, que distensão e coexistência não são sinônimos da paz e segurança que perseguíamos ao fundar as Nações Unidas. São, isto sim, o paliativo, momentaneamente oportuno talvez, mas inadequado e insuficiente, que torna menos opressiva a atmosfera política, mas não consegue desanuviá-la. Na verdade, Senhores Delegados, o relaxamento das tensões, para ser duradouro e fértil, há de ser também algo mais do que mero expediente em função dos interesses nacionais das Potências predominantes.

Nosso sentido de realidade obriga-nos a reconhecer o mérito pragmático das várias iniciativas, que, por sobre os muros das dissensões e do irredutível conflito ideológico, nos fizeram saltar da estéril e sombria guerra fria para este período de diálogo. Mas é indispensável e urgente que a difusão da consciência da impossibilidade e irracional idade da confrontação nuclear final se resolva na institucionalização de um sistema equitativo de paz e segurança internacionais. E este sistema, para que tenha permanência e aceitação universal, há de ser construído no quadro das Nações Unidas, e por elas legitimado. Pois este é o verdadeiro, o autêntico foro normativo das relações interestatais.

Há poucos meses, depois de uma longa espera que se tornara mais e mais ansiosa em razão do insofreado crescimento dos meios de destruição nuclear de que dispõem as superpotências, a comunidade internacional foi informada dos primeiros e magros resultados das conversações sobre a limitação de armas estratégicas, resultados que, no fundo, refletem o microcosmo da paridade estratégica.

Vale perguntar se o subsistema dos pactos laterais deve ultrapassar as Nações Unidas e mesmo a elas sobrepor-se, ou se nossa Organização se sobrepõe a esses Pactos e guarda o direito de conhecê-los e legitimá-los. Enquanto o objetivo for a paridade estratégica *per se,* ou enquanto esta paridade for arguida como a única possível condição e garantia da paz, esta paz será, por definição, instável e fugaz.

Recentes e explícitas referências a uma alegada primazia dos interesses de segurança das grandes potências, aos quais se deveriam subordinar interesses menores e, nessa perspectiva, supostamente paroquiais, traem a presunção de origem de que alguns países podem agir em função de responsabilidades especiais, as quais politicamente convalidariam tal comportamento. A decorrência lógica de tal doutrina e sua consequente aplicação relegam a uma categoria de objetivos secundários a implementação de um sistema efetivo de segurança internacional, nos termos conceituais dos Propósitos e Princípios da Carta. As considerações da *Realpolitik,* que, em São Francisco influíram na composição e funcionamento do Conselho de Segurança, não chegam a justificar que os mecanismos de ação previstos pela Carta sejam ultrapassados, como crescentemente está ocorrendo, por negociações em foros laterais e de participação restrita, sem a presença atuante dos países médios e pequenos. Ora, parece fora de dúvida que a participação das médias e pequenas potências seria altamente construtiva e criadora; seria a infusão de sangue novo que talvez desesclerosasse estruturas que envelheceram sem que disso pareçam dar-se conta. E como negar a

validade da reivindicação de uma atuação mais ampla da comunidade internacional na solução de problemas que, afinal, são de interesse coletivo mundial?

Pedem-nos que sejamos realistas. Pois bem, sejamos autenticamente realistas e aproveitemos a atmosfera de *détente,* o impulso das iniciativas que, na Europa, resultaram na acomodação de interesses, com os tratados germano-soviético, germano-polonês e com os acordos de Berlim, que abrem expectativas favoráveis a uma futura conferência sobre segurança europeia. E projetemos esse impulso sobre todo o cenário internacional, mediante a plena utilização dos mecanismos diplomáticos de que dispõe nossa Organização. Asseguremos voz e participação na construção de uma verdadeira paz e de uma segurança permanente, a quantos aqui nos reunimos, convencidos de que estamos de que o Destino de cada um de nós se acha intimamente ligado ao de todos os demais, de que o desenvolvimento da humanidade pobre é condição para a estabilidade da humanidade rica, de que a paz e a segurança, política e econômica, são inseparáveis.

Estes mesmos propósitos de conciliação de pontos de vista e acomodação entre legítimos interesses soberanos nos permitiram adiantar, em Santiago, as negociações de tão alta importância que são da competência da UNCTAD; e, em Estocolmo, chegar a resultados bastante apreciáveis para a solução do problema maior da preservação do meio ambiente.

O Governo brasileiro estima que a Conferência de Estocolmo alcançou o objetivo a que se propunha: concertar uma visão comum dos problemas do meio ambiente e definir princípios que possam "inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente". O quadro normativo e operacional adotado em Estocolmo fornece as bases para uma ampla cooperação internacional na preservação do meio ambiente, indicando critérios racionais capazes de nortear a ação soberana dos Estados na exploração de seus recursos naturais, nos termos das prioridades e planos nacionais, sem interferências indevidas.

A defesa intransigente que o Brasil faz e continuará a fazer do direito soberano da cada Estado de valorizar economicamente, em benefício de sua população, os recursos de seu território não omite o reconhecimento da responsabilidade de que seus planos de desenvolvimento sejam executados sem risco e sem prejuízo sensível ao meio ambiente de áreas vizinhas ao seu território. Nossa atitude a respeito pode ser ilustrada pelas posições que, com total boa-fé e no melhor espírito de boa vizinhança, temos adotado no foro regional que se ocupa especificamente dessa matéria

e onde, cremos, soluções práticas que atendam a todas as conveniências em jogo podem ser sempre encontradas.

Senhor Presidente,

Apesar da persistência de graves situações de conflito, reconheço que, sob muitos aspectos, a evolução das relações internacionais está seguindo rumo mais construtivo. Mas a conspícua ausência das Nações Unidas em todo esse processo de distensão, como se as grandes correntes de negociação houvessem tido seu curso desviado para não mais afluírem à nossa Organização, gera uma crise de confiança e um sentimento de frustração que limitam sua capacidade normativa. Pois é forçoso reconhecer que ainda não fomos capazes de afirmar o primado jurídico e ético de nosso documento institucional nem, no campo político e de segurança, tornar a Organização plenamente operativa.

Refiro-me em especial ao plano político e de segurança, porque na esfera econômico-social é menos desalentador o ativo da ONU. A cooperação e assistência econômica, como as entendemos hoje em dia, e como ainda pretendemos ampliá-las, são produto da consciência que nasceu e se desenvolveu nesta sala, que de fato deu novas dimensões ao Capítulo Nono da Carta, e tornou realidade algumas ideias de início articuladas como tímidos anseios. E insisto em que nasceram nesta sala porque a Assembleia acolheu, batizou e apadrinhou muitas e muitas iniciativas que se corporificaram em outros organismos de nosso sistema, por não haver o Conselho Econômico e Social, em tempo devido, acordado para a grande problemática do desenvolvimento econômico e exercido suas responsabilidades de formulação e coordenação política. No exame crítico que se faça das Nações Unidas, haverá que abrir um capítulo que reconheça o seu mérito ou, se preferirem, o mérito da Assembleia, em ativar, em dar forma e conteúdo às aspirações de assistência e cooperação da imensa maioria de seus membros. Certo, ainda muito, muitíssimo, resta a fazer neste terreno. Muito mito haverá que destruir, muito conservantismo que eliminar, para que a assistência internacional da humanidade rica à humanidade pobre se torne mais efetiva, mais atuante; para que a divisão internacional de trabalho seja, enfim e numa palavra, reestruturada; para que os mecanismos de cooperação funcionem mais desimpedidos desses preconceitos, desses mitos e desse conservantismo. Foi um longo e paciente esforço que começa a vingar e que pode florescer se nos dispusermos a fertilizar algumas outras ideias, embrionárias

na Carta, sobre a interação entre a segurança econômica e a segurança política coletivas.

Este o caminho que, com a autoridade que lhe é própria, nos apontou recentemente o Senhor Secretário-Geral. E cito:

> ... as questões ligadas ao desenvolvimento, circunscritas no passado a um caráter local ou regional, hoje afetam o mundo inteiro, devendo, por conseguinte, ser resolvidas ao nível da comunidade interestatal... os problemas econômicos, da mesma forma que as controvérsias políticas e militares, afetam a segurança internacional. A segurança econômica coletiva tem, portanto, necessária correlação com o conceito de segurança política coletiva. O conceito de segurança econômica coletiva emprestaria vida nova e novo sentido não só à própria Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, como também a seu mecanismo de revisão e avaliação.
>
> No momento em que o Conselho Econômico e Social se encontra em processo de autorrenovação, torna-se extremamente oportuno e apropriado considerar séria e cuidadosamente este conceito, bem como a maneira de implementá-lo.

Não escondo a satisfação de meu Governo ao ver endossado pelo Secretário-Geral o conceito brasileiro de segurança econômica coletiva. Sua Excelência proveu-lhe passaporte que, esperamos, lhe abrirá via franca de participação no pensamento econômico internacional dos anos 70. Não pretende o Brasil que nos açodemos na formulação final deste conceito, nem que nos apressemos em atribuir-lhe desde já uma operatividade que, em razão desta pressa, redundaria falsa, incompleta ou insuficiente. Ao contrário, o que desejamos é amplo e franco diálogo; o que esperamos é que juntos trabalhemos na aferição do conceito e na identificação de seus princípios operacionais. No foro adequado e no momento oportuno a Delegação do Brasil retomará a este assunto, com o propósito exclusivo de contribuir para que fortaleçamos e aperfeiçoemos os fundamentos sobre os quais devem repousar a paz e a segurança mundiais.

Volto, porém, à minha preocupação primeira.

Se o processo de organização internacional é irreversível, de vez que representa anseio universalmente compartilhado, e é uma constante na evolução histórica das relações interestatais, por que se vê nossa Organização tão frequentemente marginalizada? Decorrerá esta situação de uma opção, por parte de alguns países, de não utilizá-la como órgão de decisão coletiva? Ou resultará seu enfraquecimento de deficiências estruturais, provenientes de sua estagnação institucional, de sua

inadequação à realidade internacional contemporânea, já tão diversa da que prevalecia ao fim da Segunda Guerra, e que a Carta precisou espelhar?

Quaisquer que sejam as causas da progressiva pauperização política, diplomática e até financeira das Nações Unidas, urge empreender seu soerguimento, fortalecer a Organização como centro de convergência da política internacional e fazer com que reassuma o comando da reestruturação do sistema de relações entre os Estados. Pois só as Nações Unidas serão capazes de prover os parâmetros jurídico-políticos de conciliação entre os lídimos interesses nacionais e as conveniências do interesse coletivo.

Em larga medida, a marginalização diplomática das Nações Unidas decorreu e decorre de seu envelhecimento institucional, que limita sua capacidade processual de transformar palavra em ação, vontade em ato, determinação em realidade. Sua Carta está para as relações internacionais assim como as Constituições internas estão para o ordenamento político-jurídico dos Estados-Membros. Nenhuma Constituição escrita conseguiu historicamente manter-se inalterada. As Constituições nacionais evoluem e alteram-se à medida em que evolui e se altera a sociedade a que se aplicam, a fim de que não se tomem letra morta, pela incapacidade de reconhecer e institucionalizar as novas situações e os novos fatos sociais. Estamos hoje presenciando, no plano internacional, a um distanciamento crescente entre a norma constitucional e a realidade. É o hiato normativo, que se vem juntar aos outros hiatos, que tanto afligem dois terços da Humanidade.

Obviamente, o grau de efetividade das Nações Unidas depende menos do texto de sua Carta do que da vontade política de respeitar seus Propósitos e Princípios e de implementá-los. Não é menos verdadeiro, entretanto, que toda norma anacrônica constitui-se em entrave à própria evolução e que a sobrevivência de instituições ultrapassadas desestimula o exercício daquela mesma vontade política.

O Governo brasileiro sustenta que a única alternativa é a adaptação e a reforma.

Meu Governo, Senhor Presidente, plenamente reconhece o que existe de perene e de valioso em nossa Carta. Desta mesma tribuna, lancei, na Assembleia Geral do vigésimo quinto aniversário, um apelo para que a aplicássemos em seu alto sentido normativo e para que usássemos em sua plenitude as possibilidades diplomáticas de nossa Organização. Assim como reitero a adesão total do Brasil aos Propósitos e Princípios, mantenho também que é tempo de aperfeiçoar a Carta. Considero falacioso o argumento de que, se precisássemos refazê-la, não teríamos

hoje condições políticas de chegar a um documento de valor análogo ao de 1945. Este argumento carrega a presunção pessimista de que, no curso destes vinte e sete anos, o mundo se tornou pior e os homens políticos se fizeram menos racionais.

Não é pensamento do Governo brasileiro propor que se reescreva a Carta; o que nos cumpre, isto sim, é revitalizar nosso documento constitutivo, corrigir suas inadequações, atualizá-lo e, tanto vale dizer, adaptá-lo a um mundo que já se distanciou da realidade internacional do pós-guerra.

Os próprios formuladores da Carta, intérpretes da vontade de nossos Governos, admitiram, com a humildade própria de verdadeiros estadistas, que não haviam feito obra definitiva. Eles próprios previram e afirmaram a necessidade de reforma, ao redigirem o Artigo 109, que fixou prazo à revisão, considerada indispensável para que as Nações Unidas subsistissem e progredissem. Quero relembrar que, já em São Francisco, a Delegação do Brasil, consciente da mutabilidade dos tempos, sugeriu que a Carta fosse revista automaticamente a cada cinco anos, independentemente de veto. Quando, Senhor Presidente, vamos honrar o conselho que tão avisadamente nos foi dado através do Artigo 109?

O Governo brasileiro acredita que a revisão e eventual reforma da Carta contribuiriam decisivamente para estimular a vontade política de utilizar, de maneira mais ampla e efetiva, a via da organização internacional, de torná-la operante e dinamizá-la, a serviço de um mundo em tão acentuada fase de transição.

Na resposta ao questionário do Secretário-Geral, meu governo já manifestou o que, no seu entender, deveria ser prioritariamente considerado na revisão da Carta, havendo especificamente mencionado o conceito de segurança econômica coletiva e as operações de paz. Também formulamos sugestões quanto ao aumento da eficiência do Conselho de Segurança e, salientando a interligação entre esses diversos temas, observamos que o debate do item relativo à revisão da Carta ofereceria oportunidade para o exame detido de todas as questões conexas e posições de princípio referentes ao papel daquele Conselho e sua estrutura organizacional. Este assunto está a exigir reavaliação profunda e despreconcebida, isenta de considerações que se inspirem na superada estrutura de Poder do imediato pós-guerra.

Senhor Presidente,

O aceleramento do ritmo das relações internacionais e o desenvolvimento crescente dos meios de comunicação oferecem aos países emergentes a oportunidade de superar o histórico isolamento em que viviam e de projetar seus interesses nacionais no plano externo. Por outro lado, o desenvolvimento interno amplia as obrigações externas, o crescimento aumenta as responsabilidades internacionais e, consequentemente, compromissos e encargos. O Brasil de há muito fez sua opção definitiva porquanto pressupõe clareza e harmonia, pelo convívio reto com as demais nações, pela boa-fé no cumprimento das obrigações contraídas, pela rejeição sistemática das teses do progresso separado e dos falsos direitos do Poder.

Os ideais de segurança coletiva, que inspiraram a Carta de São Francisco, precisam ser urgentemente revitalizados num sistema de normas mais operativas, que melhor encampem a realidade contemporânea, firmemente jungida aos princípios simétricos de igualdade soberana e igualdade de oportunidades entre os Estados.

Senhor Presidente,

O verdadeiro realismo é aquele que procurará construir uma ordem internacional permanente, fundada no consenso coletivo. Esta Assembleia é o foro por excelência para que se possam alargar entendimentos entre poucos sobre o que é do interesse de tantos; e para fazer com que esses entendimentos a todos aproveitem. É às Nações Unidas, onde se acha representada a comunidade internacional organizada, que compete a responsabilidade final e intransferível de forjar as bases de um sistema equânime de cooperação internacional, construir a paz e defendê-la.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Nova York, em 25 de setembro de 1972.

1973

1973

Na América Latina, 1973 foi ano de significativos acontecimentos. O retorno do General Perón desencadearia as tensões que levariam à retomada do poder pelas Forças Armadas em 1976 e a consequente radicalização da vida política e institucional argentina. E o golpe de Estado que culminou com a morte do Presidente Salvador Allende abriria o longo ciclo militar que dominou o Chile até o final da década dos oitenta. No Oriente Médio, a chamada Guerra do Yom Kippur desataria novos antagonismos. A contraofensiva israelense desfez qualquer dúvida quanto à real capacidade dos países árabes de resolver o conflito pela força. Derrotados no Vietnã, os EUA retirar-se-iam do Sudeste Asiático, encerrando definitivamente a era de aplicação da doutrina do *containment.* Por sua vez, o forte aumento dos preços de petróleo decidido pelo cartel de produtores, ao gerar incerteza quanto à estabilidade econômico-financeira do sistema internacional, produziria nos países ocidentais uma inédita sensação de vulnerabilidade. Esta sensação, por sua vez, se transformaria em fator adicional de reserva no que concerne ao relacionamento ocidental com os países do Terceiro Mundo, dificultando o diálogo e a cooperação a nível multilateral.

O aumento dos preços do petróleo teria graves consequências para o Brasil. Àquela altura, contudo, ao se encerrar o período Médici, o sentimento prevalecente no país era de confiança no futuro. A diplomacia brasileira, movida pelos êxitos do "milagre econômico", não deixaria de reivindicar, pela voz do Ministro Gibson Barboza na Vigésima Oitava Assembleia Geral, "responsabilidades e encargos globais".

O mundo caminhava aceleradamente em direção à *détente.* A China havia ingressado na ONU em 1971. Dois anos depois, a entrada simultânea da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã consolidaria divisões que pareciam àquela altura permanentes. Para o Brasil, porém, a *détente* continuava a desvendar características indesejáveis. "*Détente,* para quem? Para quê?", perguntaria retoricamente o Ministro Gibson, para concluir com uma exortação à revalorização das Nações Unidas, por oposição à política de poder tão criticada pela diplomacia brasileira, e à cooperação para o desenvolvimento. "Segurança Política" e "Segurança Econômica": esse o binômio que o Brasil propunha na ONU. Um contraponto externo ao binômio segurança e desenvolvimento que a doutrina da Escola Superior de Guerra, então no seu apogeu, apregoava como vetores da ação governamental. Gibson chega a propor que o conceito de segurança econômica coletiva incluísse a possibilidade de que a ONU, em caso de situações críticas, fosse dotada de capacidade para empreender operações de paz econômica: *economic peace – making* e *economic peace-keeping.* Tratava-se naturalmente de conceitos àquela altura irrealizáveis. Atualmente, porém, quando se discutem mecanismos para a prevenção de crises como o *crack* do México, em dezembro de 1994, que abalou o sistema financeiro internacional, os conceitos emitidos há mais de duas décadas pela diplomacia brasileira revelam-se pertinentes e prescientes.

Nota-se no discurso de 1973, a par de uma crítica veemente às políticas de poder e à falta de resultados concretos nas negociações sobre desarmamento, a preocupação de reivindicar a identidade de país em desenvolvimento e, especialmente, latino-americana do Brasil. São, no entanto vagas e até certo ponto principistas as prescrições oferecidas e praticamente inexistentes as referências às questões concretas da agenda internacional. Evitam-se manifestações sobre a situação no Oriente Médio, à política da África do Sul e aos remanescentes do colonialismo na África.

A atitude ambígua da diplomacia brasileira diante dessas questões juntamente com a inexistência de relações com a República Popular da China compunha um quadro que caracterizava o Brasil como país ainda não totalmente desvinculado das hipotecas ideológicas oriundas da confrontação Leste-Oeste. Não tanto por constrangimentos estratégicos de natureza externa, mas, sobretudo, em função da radicalização da conjuntura política e institucional interna e da preocupação das lideranças do país com o avanço da esquerda revolucionária na América Latina.

XXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1973

Ministro Mário Gibson Barboza[30]

Senhor Presidente,

Minhas primeiras palavras serão para dizer da satisfação com que o Governo do Brasil e eu, pessoalmente, o vemos, Senhor Embaixador Leopoldo Benitez, presidir a Vigésima Oitava Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sua multiforme experiência diplomática, o brilho com que invariavelmente se houve no serviço de seu país, do sistema interamericano e da própria comunidade internacional, garante-nos que os trabalhos desta Sessão serão conduzidos com a lucidez e o sentido político próprios de Vossa Excelência. Como brasileiro, vejo personificados em Vossa Excelência os valores do nobre povo do Equador, país que sempre esteve unido ao Brasil pela amizade, pelo respeito mútuo e pela cooperação, que hoje ainda mais ativamos em todos os terrenos; como latino-americano, sei que suas qualidades pessoais são altamente representativas da linhagem de homens públicos e internacionalistas que construíram o patrimônio cultural e político de nosso Continente. Esses estadistas e próceres bem refletiram em seus feitos históricos as origens culturais comuns da Ibéria, descobridora de mares e de continentes, semeadora de civilizações, herdeira e propagadora de culturas mediterrâneas, a Ibéria luso-espanhola,

[30] **Mário Gibson Alves Barboza**, nascido em Olinda, PE, em 13 de março de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1961. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 30/10/69 a 15/3/74. † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007.

que se miscigenou na América com as raças aborígines, que adquiriu nova medida com o sangue e os valores culturais da África, do que é exemplo o meu próprio país, onde todas essas influências se amalgamaram e que por isso mesmo é tão profundamente latino-americano, tão parte e tão integrante do mundo latino-americano que o indicou, como autêntico representante de nosso Continente, para essa Presidência.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

A presença entre nós das Delegações da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã, fruto de longo e paciente processo de evolução política, é indício positivo da distensão em que se empenha a diplomacia contemporânea. A significação da admissão desses Estados nas Nações Unidas bem pode ser aquilatada por meu país, que não hesitou em contribuir com o sangue de seus filhos para a defesa, nos campos de batalha da Europa, dos ideais de liberdade e democracia.

Para as Nações Unidas, fundadas como alternativa ao emprego da força nas relações entre Estados, esse acontecimento supera um dos mais agudos problemas do inventário político do pós-guerra.

O Brasil mantém com o Governo da República Federal da Alemanha relações que me atreveria a qualificar de modelares. Toda uma vasta gama de interesses, desde há muitos anos, voltou a aproximar os dois países, em condições recíprocas e crescentemente vantajosas.

É minha esperança que os entendimentos já encetados com a República Democrática Alemã, com a qual há mais de uma década entretemos frutífero intercâmbio comercial, resultem num relacionamento proveitoso para ambas as partes, baseado no respeito mútuo.

Com a maior satisfação saúdo, de modo muito especial, a Delegação das Bahamas, país irmão do Continente, que receberemos de braços abertos em nosso grupo Latino-Americano, e com o qual desejamos desenvolver cada vez mais ampla e cordial cooperação.

Senhor Presidente,

Ninguém, em sã consciência, poderá senão aplaudir uma política de *détente* que busque e proponha o entendimento e a cooperação como alternativas para o isolamento suspicaz e o conflito latente. Contemplamos o atual afrouxamento de tensões com renovadas esperanças de que o

ímpeto de uma inspirada ação diplomática se estenda a todos os focos de crise ainda existentes, e os elimine. Olhando de frente, porém, a realidade político-econômica destes nossos tempos, cabe indagar objetivamente: *détente,* para quem? Para quê?

Identificamos originalmente na política de *détente* uma disposição das Superpotências e das Grandes Potências de lançar um processo de pacificação e entendimento que estimulou um apaziguamento racional e pragmático dos conflitos de interesses, no vasto campo do equilíbrio político-estratégico e das influências dominantes; e dominantes porque estruturadas em condições objetivas de poder incontrastável. Essa disposição de não mais confrontar permitiu e ativou os desdobramentos europeus, que se materializaram, e ainda estão a materializar-se, em tratados e acordos capazes de pacificar a Europa, com vistas à implantação de um sistema continental de segurança, que reduza os arsenais e as forças em presença e sirva também para estimular uma cooperação econômica mais estreita.

Tudo isso, por louvável, meritório e extremamente importante, não pode entretanto ser, por inferência, um objetivo regional, nem, por projeção, um arranjo de circunstância que sirva para acomodar algumas conveniências e interesses.

Esperemos que este propósito de não confrontar, esta racionalização do que é politicamente viável e diplomaticamente factível, proporcione elementos de ação que estendam os processos de pacificação e entendimento a todas as áreas de conflito, resguardando e tornando compatíveis os interesses recíprocos das partes diretamente afetadas.

A *détente,* como a concebemos, deve ser a expansão dessa vontade política de pacificação e cooperação a todo o cenário internacional, deve ser a injeção dessa vontade política no corpo e no sistema da nossa Organização; deve ser a oportunidade para que, enfim, se implantem os Propósitos e os Princípios da Carta e para que as Nações Unidas resgatem a dívida ética que têm para consigo mesmas: a erradicação do subdesenvolvimento. Reduzir a *détente* a uma *rationale* de utilização e equilíbrio de Poder, regionalizá-la em seu escopo, em seus objetivos – e deixar, consequentemente, de utilizá-la como um instrumento de reconstrução normativa, inspirador e orientador de uma política de distensão global –, equivaleria a reeditar a falácia das composições de Poder, transitórias e fugazes, por inaptas para apreenderem a dinâmica da problemática internacional e por desinspiradas de sentido de futuro. Da interação diplomática renovada, que estes primeiros passos da *détente* podem estimular, deve surgir uma ordem internacional mais equitativa,

que propicie um sistema eficaz de segurança coletiva política e econômica, fundado não na opressão e no suposto direito adquirido dos mais fortes, mas no reconhecimento das justas reivindicações e dos interesses de todos os Estados, no direito soberano de cada qual à plenitude do desenvolvimento econômico e bem-estar social e na participação de cada um, em pé de igualdade, na institucionalização das regras de conduta coletiva.

Difícil, senão impossível, acreditar no êxito da política de relaxamento de tensões fora desses parâmetros. De ontem e de sempre são os exemplos da precariedade dos arranjos que apenas pretenderam atender aos interesses conjunturais de exercício de Poder, ou distribuir tais interesses nas falazes esferas de influência. Jamais resistiram esses arranjos ao desgaste das crises e contradições decorrentes de uma política inspirada na mística do Poder e de seus alegados direitos e, portanto, não equitativa e não equânime. O que precisamos hoje, quando já parecemos mais experientes, mais convencidos da fragilidade dos conceitos exclusivistas de segurança internacional, o que precisamos hoje, repito, mais do que uma harmonização conjuntural de meios, é de uma concepção comum e global de fins.

Enquanto meio ou instrumento, a política de relaxamento de tensões se engrandecerá ou se amesquinhará de acordo com os fins últimos que perseguir. A distensão, porque desprovida de mecanismos de direção ou ajustes automáticos, terá seu êxito condicionado pela nossa capacidade de expandi-la, a fim de que não perca de vista seus objetivos finais e para que não se deforme em instrumento de imposição de arranjos hegemônicos. Bem imagino que não seja este o propósito; e, porque não o é, vigiemos para que tentações no curso do caminho, ou a eventualidade de crises inopinadas, a tanto não o reduzam.

Além disso, estamos persuadidos de que a reorientação que se procura dar às relações internacionais não terá significação a longo prazo se se limitar a uma carta de interesses interestatais para a área afluente da Humanidade, desatendendo às reivindicações mais legítimas dos países de fora dessa área.

É esta uma preocupação dominante da política externa do Brasil, a qual, consciente de suas responsabilidades e de seus encargos globais, está prioritariamente orientada para uma íntima cooperação com todos os países em desenvolvimento e, especialmente, com os da América Latina.

A mim me tem cabido, estes últimos anos, traduzir em ação diplomática as instruções e diretrizes do Presidente Médici, no sentido de incrementar e ampliar a aproximação política, econômica e cultural do

Brasil com os países irmãos do Continente. Bilateral e multilateralmente, a política externa continental de meu Governo continuará a perseguir firmemente os objetivos de solidariedade, de auxílio mútuo, de compreensão e de minimização de dissidências esporádicas, avessos que somos a rivalidades, a ressentimentos e a hegemonias, que não têm cabida entre nós.

É nossa convicção, entretanto, que os cenários regionais, se bem que necessitados de tratamento próprio, devem projetar-se no sistema das Nações Unidas. As linhas de negociação hoje predominantes não podem correr paralelas ao sistema normativo da Carta, mas, ao contrário, nele deverão entrosar-se. De outro modo, não terão consistência, nem receberão a apreciação construtiva e o apoio vivificador da comunidade de Estados que se organizou nesta instituição para buscar a paz de todos, a segurança para todos e o progresso coletivo.

A este foro compete dizer da compatibilidade entre os instrumentos negociados lateralmente e os Propósitos e Princípios da Carta, a fim de que a conveniência de alguns não se erija como medida dos interesses de todos os demais. Assim, os acordos sobre o não uso da força nas relações internacionais e sobre a prevenção da guerra nuclear, em princípio válidos e oportunos, ganharão nova dimensão normativa sempre e quando passem pela apreciação crítica de nossa Assembleia Geral, afastando-se, dessa forma, a suspeita de que possam transformar-se na imposição de um sistema de tutela de Poder.

As expectativas com que a política de *détente* nos acena só se efetivarão se o relaxamento de tensões puser termo à carreira armamentista nuclear e se medidas reais de desarmamento geral e completo não se confinarem às negociações secretas de acordos que apenas disciplinam a expansão e sofisticação de artefatos bélicos nucleares.

O Brasil espera, como tantos outros Estados-Membros, que a distensão nas áreas críticas faça com que as questões correlatas de desarmamento e segurança coletiva não mais continuem intratadas e intratáveis neste foro, como tem ocorrido até agora.

A efetivação do desarmamento e o controle de armamentos foram atribuídos a esta Assembleia Geral pelos fundadores da Organização como uma de suas primeiras responsabilidades. Estaria fugindo à verdade se não expressasse o desapontamento do meu Governo pela falta de resultados concretos nas negociações sobre desarmamento, particularmente nas duas últimas Sessões desta Assembleia e na Conferência do Comitê de Desarmamento, também nos seus dois últimos anos de trabalho. Eivado de vícios de origem, o Comitê Especial sobre a Conferência Mundial de

Desarmamento não chegou praticamente a existir. No caso específico do Comitê da Conferência de Desarmamento, somos levados a concluir que a CCD elidiu, sempre e mais, suas tarefas, ou pelo menos revelou-se incapaz de levá-las a termo.

A despeito de um proclamado espírito de conciliação, as reuniões da CCD e o próprio processo de negociação foram prejudicados por limitações de natureza política, que bloquearam a consecução de decisões expressivas. Como explicar os resultados frustrantes de tantos esforços? Parece claro que os trabalhos da CCD não se afinaram, como seria de esperar, e desejável, com as tendências que prevalecem no panorama internacional. A natureza ambígua das relações entre a Assembleia Geral e a CCD, ambiguidade que prevaleceu desde a criação do Comitê, ou seja, desde a declaração Zorin-Stevenson de 1961, terá talvez constituído o maior obstáculo ao nosso objetivo de fazer com que suas tarefas melhor respondessem às esperanças e desejos da comunidade de nações. Na realidade, os importantes entendimentos bilaterais entre as principais potências nucleares se processaram e se processam, cada vez mais, à margem da CCD. Em consequência, a CCD se vem gradualmente transformando em simples órgão consultivo.

Mas o progressivo distanciamento entre a Assembleia Geral e a CCD não é resultado, apenas ou exclusivamente, de mecanismos ou de estruturas deficientes. Ocorre que as negociações sobre a questão mais vital do desarmamento, a saber, o desarmamento nuclear, desenvolvem-se sem o engajamento de todas as Potências nucleares, como se não fossem todas essas Potências, individual e coletivamente, responsáveis pela carreira armamentista. Caso não se tomem medidas efetivas que assegurem a presença e cooperação de todas elas em torno da mesa de negociações, o esforço em prol do desarmamento, a despeito dos instrumentos negociadores ao nosso dispor, corre o risco de se tornar politicamente irrelevante ou de se converter em assunto de mero interesse acadêmico.

O Brasil acredita, por conseguinte, que já é tempo de a Assembleia Geral devotar-se, com renovado empenho e zelo, aos objetivos do desarmamento, tais como consagrados na Carta. Parece assim oportuno um debate na Comissão Política, que focalize os instrumentos existentes para negociações sobre desarmamento e os métodos de aprimorá-los. Estou ciente de que várias propostas neste sentido já foram feitas e de que todas elas merecem cuidadoso estudo. Para que uma ampla troca de ideias se torne eficaz, deveria a Assembleia Geral considerar a conveniência de reconvocar sua própria Comissão de Desarmamento, na qual se acham representados todos os membros da Organização, a fim de

buscar novos e efetivos instrumentos de negociação coletiva. A Comissão de Desarmamento poderia atuar como uma espécie de organismo preparatório da Conferência Mundial de Desarmamento.

Senhor Presidente,

A segurança política no mundo de hoje é inseparável da segurança econômica coletiva.

Já me referi extensamente à *détente,* que é, sem dúvida, um dos fatos políticos fundamentais da década dos setenta. A presente distensão internacional, se não se amesquinhar no circunstancial das meras acomodações políticas, se mantiver ímpeto e espírito criador, poderá abrir novas e extraordinárias perspectivas para a cooperação econômica internacional. Para isso, deverá entrosar-se com os objetivos globais de desenvolvimento e expansão econômica e garantir a segurança econômica, com a qual florescerá a segurança política.

A economia mundial atravessa um período crítico de transição; o comércio internacional necessita, para que se expanda, de novas regras que corrijam as distorções atuais neste campo; ao mesmo tempo, a crise monetária grassa indomada. Seria absurdo e perigoso supor que pequenas operações plásticas ou providências superficiais, sem relação umas com as outras e com a causa profunda desses males, possam eliminá-los. Quero crer entretanto que, nesta época tão marcada por um mal-estar coletivo no inter-relacionamento econômico financeiro, os fatores de ruptura e distorção acabarão, paradoxalmente, por despertar a consciência da necessidade de mais prestante solidariedade mundial e de participação coletiva no empreendimento global do desenvolvimento e expansão.

A complexidade do sistema econômico e financeiro mundial e a crescente importância adquirida pelos setores externos das economias nacionais fizeram com que o ajuste e a harmonização dos diversos interesses sejam condicionantes básicos do processo global de segurança. A atual conjuntura política, bem como toda uma série de iniciativas que se exercem no plano dos grandes conceitos e no nível operacional, já nos estimulam a esperar que a embrionária convicção de responsabilidade solidária no ataque às magnas questões econômicas e financeiras internacionais comece a substituir-se à crença de que a afluência e o bem-estar de poucos podem, indefinidamente, coexistir com o subdesenvolvimento dos dois terços destituídos da Humanidade.

As negociações comerciais que se iniciaram em Tóquio, sob os auspícios do GATT, deverão prover uma oportunidade para que o mundo

verifique se os princípios de solidariedade e cooperação, que devem inspirar uma ação concertada para o desenvolvimento e a expansão, são ainda, e apenas, simples anseios, meras e abstratas expressões da semântica política contemporânea; ou se, ao contrário, atuarão como ideias-força da reformulação de um sistema de comércio capaz de propiciar uma divisão de trabalho justa e equitativa, condição indispensável para o crescimento da produtividade mundial. Esse crescimento do produto mundial como um todo e sua melhor repartição exigem que ao mundo em desenvolvimento se reconheça e dispense tratamento especial que o habilite a aumentar sua participação no comércio internacional e não a ter nele mera presença estatística, além de relativamente decrescente. Seria trágico engano supor que nessas negociações se jogarão, exclusivamente ou maiormente, com os interesses das economias amadurecidas; ou que o destino da economia mundial está apenas ligado à harmonização das conveniências, ora conflitantes, dos que, também por ora, mais ponderam no comércio exterior. Se as Negociações Comerciais Multilaterais se limitarem a esses propósitos, terão prestado um desserviço à comunidade internacional e seus efeitos serão restritivos dos objetivos de desenvolvimento e expansão globais. Essa foi a convicção que emergiu da última reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, em Brasília, no tocante à posição coordenada dos países latino-americanos para essas negociações.

Quero crer, Senhor Presidente, que, numa transposição de planos, o mesmo cabe dizer quanto à crise que assola o sistema monetário internacional e quanto à necessidade de reformá-lo. É impossível e seria vão conceber essa reforma, que já se faz tão urgente, sem acolher as reivindicações dos países em desenvolvimento, sem atentar para suas necessidades e sem oferecer-lhes soluções que, por certo, não lhes propiciaram os Acordos de Bretton Woods, nem, mais recentemente, os arranjos da Smithsonian Institution, de vida tão curta e tão improdutiva.

É para o Governo brasileiro motivo de satisfação verificar que a revitalização do Conselho Econômico e Social passou a correr *pari passu* com acontecimentos de tanta importância nos campos comercial e monetário. Revigorado, disposto a exercer o papel que lhe atribuiu a Carta na ordenação das relações econômicas internacionais, o Conselho Econômico e Social demonstrou, tanto na Sessão de Nova York, quanto na de Genebra, que reassumiu suas funções no panorama das Nações Unidas. Essas funções dizem essencialmente com o seu direito de vista sobre toda a matéria que se relacione com a cooperação social, econômica e financeira, a fim de que se constitua em foro central de negociações dentro de nossa Organização.

Paralelamente a esses desenvolvimentos institucionais, que auguram uma participação mais ativa das Nações Unidas na dinamização da cooperação econômica internacional, este ano de 1973 nos oferece a oportunidade para um exame abrangente da natureza e alcance dessa cooperação, através do primeiro exercício de revisão e avaliação da implementação da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, concluído pelo Conselho Econômico e Social há um mês. O mínimo que se pode dizer do saldo dos dois primeiros anos da Década é que este saldo é desencorajador. O hiato entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento alargou-se; e, entre os países em desenvolvimento, o comportamento das economias individuais foi extremamente desigual.

Embora se tenham registrado resultados muito positivos em algumas regiões ou de alguns países, o quadro geral ainda é sombrio. E o que é pior, o fluxo de assistência ao desenvolvimento e de transferências financeiras perdeu o ímpeto dos últimos anos da década passada. O mundo industrializado parece cada vez mais preocupado com seus próprios conflitos internos.

O Brasil tomou a iniciativa de reviver o conceito de segurança econômica coletiva. Divisamos nessa contrapartida econômica da segurança política a síntese de nossas aspirações por um mundo melhor, no qual o desenvolvimento, a expansão e o progresso social globais possam tornar-se outros tantos componentes básicos de nossa noção de paz e segurança. O Conselho Econômico e Social já teve oportunidade de iniciar um debate extremamente oportuno sobre o assunto e deverá, agora, aprofundar o conceito e o estudo de suas implicações institucionais e funcionais.

Essa definição, em termos de doutrina e de potencialidades práticas, requer, ainda, detido esforço de depuração, análise e avaliação crítica. Uma possibilidade a ser explorada é a de que, partindo da inter-relação existente entre a segurança política e a segurança econômica, se estudem meios e maneiras de atribuir à Organização a faculdade de empreender operações de paz econômica, para a prevenção ou solução de situações críticas *economic peace-making and economic peace-keeping*. Um esforço de negociação nesse sentido, quando amadurecidas as ideias e quando amplamente identificados e aceitos os componentes do conceito, bem como suas possibilidades operacionais, daria um sentido mais atuante à Organização, num dos campos em que tanto se distinguiu nestes vinte e oito anos de sua existência.

Entre as questões que estão merecendo a atenção crescente da comunidade internacional figura também a da utilização do espaço cósmico e das aplicações espaciais para o desenvolvimento.

O Governo brasileiro está convencido de que nesse setor, como em tantos outros, é indispensável sejam devidamente acolhidos os interesses de todos os países, qualquer que seja o grau de seu desenvolvimento respectivo, em matéria de pesquisas espaciais. Além disso, faz-se necessário, no estágio atual, disciplinar as atividades nos campos do sensoriamento dos recursos naturais da Terra por satélite e das comunicações espaciais, de modo a assegurar estrito respeito aos direitos soberanos dos Estados. Com base nesses princípios, em que se apoia o nosso sistema internacional, será possível garantir que os progressivos resultados da exploração e utilização pacífica do espaço cósmico se distribuam de maneira equitativa entre os membros da comunidade mundial.

Senhor Presidente,

Dirigindo-me a este Plenário, no ano passado, referi-me amplamente à questão da reforma da Carta e assinalei que, no entender do Brasil, a reforma ou revisão constitui elemento fundamental para a reativação política e diplomática da Organização das Nações Unidas. Considero indispensável que a próxima Assembleia Geral se disponha, finalmente, a examinar esta matéria com imaginação e descortino político, a fim de que possamos ajustar nosso instrumento constitucional às realidades e às necessidades do mundo contemporâneo. O Brasil continuará a insistir neste ponto, justamente porque confia no destino desta Organização.

A adesão irrestrita aos ideais, propósitos e princípios das Nações Unidas é – e continuará sendo – pressuposto fundamental da política externa brasileira.

Muito obrigado.

Nova York, em 24 de setembro de 1973.

1974

1974

Na administração Ernesto Geisel, alteram-se substancialmente os vetores da atuação externa do Brasil e, consequentemente, o discurso brasileiro na ONU. Dois elementos principais contribuíram para as mudanças de rumo efetuadas. Primeiro, a crise do petróleo que, ao evidenciar a dependência do modelo de desenvolvimento brasileiro de fontes externas de energia, conduziu a políticas de aproximação com os países árabes. E, em segundo lugar, a percepção de que, em função de atitudes persistentemente contrárias à da grande maioria dos países em desenvolvimento e latino-americanos, o país estava arriscado a isolar-se diplomaticamente nos foros multilaterais. A esses dois elementos viria posteriormente somar-se o do contencioso com os EUA, oriundo da oposição movida pela administração Carter ao Acordo Nuclear Brasil-RFA e da política norte-americana de direitos humanos.

Já em 1974, no primeiro dos cinco discursos que pronunciaria perante a Assembleia Geral, o Ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira expõe as mudanças de política. Mantém-se a percepção de que ao crescimento do país nos anos anteriores correspondia um incremento de suas responsabilidades externas. Mas no exercício dessas responsabilidades, afirma o Ministro, em linguagem direta e simples, o Brasil se orientaria pela eficácia e pela busca da afirmação de seus interesses sempre de forma ética e responsável. Mediante o "pragmatismo responsável", a diplomacia brasileira procurava desvencilhar-se de encargos ideológicos ou alinhamentos que inibissem o país de buscar

as alianças e as relações convenientes que seus interesses unilaterais de natureza política ou econômica demandassem. O ano de 1974 é, a propósito, o ano em que o Governo brasileiro estabeleceu relações com a República Popular da China.

Em consonância com essa nova orientação, que colocaria o Brasil paulatinamente em sintonia com as maiorias da Assembleia, o Ministro Silveira volta a se referir na ONU a temas cuja consideração havia sido atenuada ou suprimida no período anterior. Assim ocorreu com as questões ligadas à descolonização, área em que era preciso resgatar a hipoteca dos anos de apoio ao colonialismo português. A condenação ao *apartheid* se faria, por sua vez, em termos vigorosos, de maneira a alicerçar uma incipiente política de vinculação com os países africanos. A veemência brasileira se estenderia também à questão do Oriente Médio, em cuja consideração havia-se tornado imperioso eliminar as ambiguidades anteriores, percebidas como favoráveis a Israel. Doravante, em formulação que nos anos seguintes seria gradualmente ampliada e explicitada, a diplomacia brasileira seria categórica: "a desocupação dos territórios ocupados é insofismavelmente parte integrante da solução do conflito".

Depreende-se do primeiro discurso do Ministro Silveira urna alteração da visão brasileira do quadro estratégico global e, particularmente, do relacionamento entre as superpotências. Procura-se suavizar a veemência com que se costumava condenar as superpotências e, ao mesmo tempo, formular uma avaliação mais realista dos problemas e das oportunidades que se apresentavam ao Brasil no cenário internacional.

A sublinhar particularmente no discurso de 1974 a sólida defesa que o Ministro Silveira faz da posição do Brasil em relação ao tema do aproveitamento de recursos naturais compartilhados. Denunciado pela Argentina o chamado "acordo de Nova York" negociado no ano anterior, o contencioso em tomo do projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu continuava a se alastrar em foros internacionais. A Argentina, aproveitando-se de sua militância no "Movimento Não Alinhado", buscava arregimentar maiorias em favor de suas teses que pretendiam subordinar a utilização energética de cursos d'água consecutivos ao princípio da prévia consulta ao ribeirinho inferior. O Ministro Silveira seria categórico ao afirmar perante a Assembleia Geral que o Brasil não aceitava que o princípio da consulta entre os Governos pudesse ser desvirtuado de sua função cooperativa e pusesse em dúvida a soberania dos Estados.

XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1974

Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira[31]

Senhor Presidente,

Antes de tudo quero manifestar a satisfação da Delegação do Brasil, e a minha em particular, por vê-lo à frente dos trabalhos da Vigésima Nona Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Recordo, com especial satisfação, o convívio fraternal que tivemos em Argel, em 1967, quando tive o prazer de sentar-me ao lado de Vossa Excelência na Presidência da Primeira Reunião Ministerial dos Países em Desenvolvimento. Nessa ocasião, foram inúmeras as oportunidades em que encontramos amplas convergências de pontos de vista quanto às soluções para os problemas mais urgentes e mais agudos que enfrentavam os países em desenvolvimento. Não foram menos numerosas as ocasiões em que vi demonstradas as excepcionais qualidades de liderança de Vossa Excelência. Por essa razão, estou convencido de que Vossa Excelência saberá imprimir às deliberações desta Assembleia Geral a objetividade, a firmeza e a agudeza política exigidas pela complexidade dos temas que serão debatidos.

Trago, também, ao Embaixador Leopoldo Benitez as expressões de agradecimento da Delegação do Brasil pela forma hábil e segura com que presidiu a Vigésima Oitava Sessão da Assembleia Geral. O Embaixador Benitez não representa apenas um patrimônio desta Organização, à qual

[31] **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917. Terceiro Secretário, por concurso, em 1943. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/74 a 15/3/79. † Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

serve há tantos anos com inalterável dedicação, mas um patrimônio da América Latina e de seu valoroso país, o Equador, que tem nele uma voz respeitada, a serviço das suas aspirações mais autênticas.

Seja-me permitido, Senhor Presidente, dirigir uma palavra muito especial, em nossa língua comum, aos representantes da República da Guiné-Bissau, hoje presentes de pleno direito nesta sala, para grande regozijo de todos nós.

Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que certamente unirá os nossos dois povos.

Nossas saudações vão, também, para a Delegação de Bangladesh. Temos a certeza de que muitas serão as oportunidades que encontraremos para projetar, no âmbito das Nações Unidas, as relações amistosas que já mantemos no plano bilateral. Dirijo, igualmente, calorosa expressão de sentimentos fraternais à Delegação de Granada, que se vem somar ao nosso grupo regional.

Senhor Presidente,

Honrosa tradição, que remonta à Primeira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, confere ao Brasil o privilégio de abrir, cada ano, este grande diálogo de nações soberanas. Hoje, dela me invisto, falando pela primeira vez, neste fórum, como Ministro das Relações Exteriores de meu país. Faço-o com redobrada emoção, pois tenho a consciência de estar me dirigindo à comunidade dos governos numa hora particularmente importante na história da Organização e na de nossa participação na mesma. É desnecessário explicitar a singularidade do momento no plano universal. Parece óbvio a todos que estamos no umbral de uma nova época, que será de paz e de prosperidade, ou de insegurança e de penúria, conforme saibamos ou não harmonizar, de forma construtiva, os objetivos mais essenciais e os interesses nacionais mais esclarecidos de cada país aqui representado. Quanto ao Brasil, contamos com o benefício de enfrentar o desafio da nova hora com um Governo que apenas se inicia e que traz, em seus objetivos e em seu estilo de ação, uma indiscutível marca de realismo e de operosidade. Isso nos permite contemplar nossa atuação nesta Organização dentro de um panorama simultaneamente

mais largo no tempo e mais abrangente em termos de soluções para os problemas afetos a nossa consideração.

Temos, repetidas vezes, enunciado, de forma pública, os princípios sobre os quais se assenta o comportamento internacional do Governo do Presidente Ernesto Geisel e já demos sobejas demonstrações de que sabemos unir o ato à palavra, quando se trata de torná-los realidade.

Nos últimos anos, o Brasil deu largos passos, primeiro na correção das principais distorções que perturbavam o seu desenvolvimento econômico e social e, em seguida, na consolidação de um modelo de crescimento que procurasse responder, verdadeiramente, às aspirações autênticas de nossa comunidade nacional. Com isso, cresceu o país internamente e cresceu, também, em sua presença, em suas potencialidades e em suas responsabilidades, no plano internacional. Enquanto isso ocorre, procuramos evitar as armadilhas da História, não repetindo os erros das nações que chegaram a ser grandes muitas vezes às expensas das demais. Pretendemos que o nosso comparecimento a um cenário internacional de maior alcance se faça com a conservação de valores éticos primordiais, que têm sido e são as bases da nossa política externa.

Queremos que a nossa linguagem, no plano internacional, seja direta e simples, sem ambiguidades nem subterfúgios. Queremos que o Governo brasileiro possa cumprir a vocação ecumênica de seu povo, aberto à comunicação desinibida e franca. Queremos explorar todas as vias do entendimento, por acreditarmos, fundamentalmente, que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo e que o respeito mútuo é mais criador do que as ambições de preponderância.

Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

Senhor Presidente,

Não pretendo fazer comentários sobre os diversos itens da Agenda da presente Sessão. Muitas serão as ocasiões em que a Delegação do Brasil se pronunciará sobre os mesmos no decorrer das próximas semanas. Desejo apenas, desta tribuna, ressaltar quais são, no entender do Brasil,

os problemas para cuja solução devemos, em conjunto, dedicar as nossas atenções mais urgentes.

Logo salta aos olhos o problema da descolonização.

Temos sobre esta questão uma posição de absoluta clareza: o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório, no próprio Continente americano e em todo o mundo. O Brasil prestará o seu apoio a que os povos ainda sujeitos a formas de dominação colonial possam alcançar, no mais curto prazo possível, a independência nacional a que aspiram. Acreditamos que, na medida em que se generalize a disposição, por parte da comunidade de nações soberanas, de apoiar a aceleração do processo de descolonização, maiores serão as possibilidades de que ele se realize de forma pacífica e em condições que permitam a cooperação construtiva entre os povos dos países que vinham sendo colonizados e aqueles cujos Governos seguiam, antes, uma política colonizadora. Nesse sentido, é tão importante o apoio que se preste à emancipação, quanto a ação junto aos Governos metropolitanos, para que se desliguem, com rapidez e convicção, de suas políticas de dominação colonial. Em ambas as formas de atuação, o foro das Nações Unidas se tem revelado profícuo e é nossa intenção prestigiá-lo como tal.

O Brasil está seguindo essa trilha, nem sempre a mais fácil ou a que agrade aos que não sabem distinguir as aparências da realidade. Para o Governo brasileiro, o desafio que enfrentam os que sinceramente desejam ver o mundo livrar-se da mancha colonial é o da eficácia. O que importa não é vilipendiar o passado colonizador, mas ajudar a construir o futuro das nações livres. Essa orientação corresponde ao que de mais profundo existe na alma brasileira. Estamos dispostos a explicitar esses sentimentos e as aspirações que a eles correspondem, oferecendo a nossa cooperação concreta para a edificação dessas novas nações.

Dessa vocação anticolonialista do povo brasileiro apercebeu-se o grande líder da independência da Guiné-Bissau, Amilcar Cabral. Dele são as palavras, tão parecidas com as que temos tantas vezes pronunciado, com relação aos povos africanos sob dominação colonial, que parecem surgidas da mesma boca. E cito:

> Nosso interesse (em desenvolver as relações de amizade, solidariedade e cooperação com o Brasil) é tanto maior quanto nos sentimos ligados ao povo brasileiro por laços de sangue, cultura e história e desejamos ardentemente estabelecer com o Brasil, depois da conquista de nossa independência, amplas relações fraternais em todos os planos, assim como com o povo de Portugal, que nunca confundimos com o colonialismo português.

O mesmo sentimento de fraternidade nos liga a Moçambique e a Angola, cuja independência desejamos ver concluída. Saudamos o acordo que, em 7 de setembro, celebrou o Governo português com a Frente de Libertação de Moçambique. Há pouco mais de um século e meio, essa data marcou a primeira independência de uma ex-colônia portuguesa. E é essa ex-colônia, aqui representada pelo meu país, o Brasil, que oferece a mão a seus irmãos africanos. Para o Brasil, esse gesto não significa apenas a adesão inflexível ao princípio inalienável da autodeterminação. Para nós, a emergência das Nações africanas para a vida independente tem uma dimensão adicional, que é a de nos permitir retomar, em pé de igualdade, o convívio estreito com povos que se constituíram em fontes das mais copiosas de nossa maneira de ser.

Senhor Presidente,

À abertura de perspectivas para as populações dos territórios sob administração portuguesa na África, não corresponderam, infelizmente, progressos sensíveis pelo que toca a áreas ainda sob dominação colonial em outros Continentes. Da mesma maneira, perduram formas de sujeição em razão de preconceitos de raça ou de credo.

Nas Nações Unidas e fora delas, o aparteísmo tem sido universalmente condenado em nome dos mais diversos princípios. Eticamente, ele se choca com os valores universais da consciência humana. Doutrinariamente, incorpora as mais desacreditadas teorias de supostas superioridades raciais.

Ao repudiarmos o aparteísmo, repudiamos, também, qualquer pretensão da comunidade internacional de querer colonizar culturalmente as nações da África. Assim, quando nos regozijamos de que emerjam para a independência novas Nações de língua portuguesa, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas simplesmente nos congratulando com as oportunidades que as comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno. Às Nações africanas de língua portuguesa, e às outras Nações, o que desejamos é que sejam autênticas na expressão de sua rica e variada cultura. Nós, o Brasil, que tanto devemos a diferentes culturas africanas, só podemos desejar que elas se revigorem no clima de liberdade que a independência nacional lhes propicia.

Senhor Presidente,

Já se disse, e com muita razão, que, na história da humanidade, a nossa é a primeira geração a que incumbe não apenas fazer o mundo, mas também impedir que ele se desfaça. Uma responsabilidade desmesurada para aqueles que, como a grande maioria da humanidade, têm tão diminutas maneiras de influenciar as decisões globais que tanto nos afetam.

Assistimos, quase que impotentes, à acelerada corrida armamentista, perseguida incessantemente sob o manto de protestos de distensão e de promessas de desarmamento. A desproporção entre o escopo do problema e a natureza das medidas acordadas para resolvê-lo só é menor do que a que existe entre as alegadas justificativas de defesa e o avassalador poder destrutivo já acumulado.

Mais que tudo, constrange ver a magnitude dos recursos financeiros e tecnológicos voltados para a produção armamentista, tantas vezes superior aos que seriam necessários para reformar a estrutura atual de iniquidades econômicas e, dessa forma, permitir aos homens viverem num mundo mais livre do medo, mais desembaraçado do opróbrio e, sobretudo, mais favorável à expressão de suas potencialidades criadoras.

Haveria razões, talvez, para celebrar ter o mundo evoluído, nestes últimos anos, de um clima de "guerra fria" para o clima de *détente.* Mais razões teríamos, ainda, de celebração se pudéssemos ver confirmada, no futuro, o que parece ser, no momento, a evolução desse clima para uma virtual *entente.* Depende, em parte, de nós mesmos, os países que buscamos o desenvolvimento, que essa *entente* se concretize em nossa vantagem ou para nosso prejuízo. É até certo ponto natural que as grandes potências procurem essa *entente* e, sobretudo, a preservação do *statu quo,* que, no entanto, só a curto prazo lhes beneficia. Mas à sua sombra, e este é o único benefício que obtemos, o que devemos procurar, os que somos menos fortes, é realizar uma política de cooperação mais estreita e descontraída no plano internacional. Devemos nos servir dessa abertura para lograrmos uma melhor coordenação dos países menos desenvolvidos na defesa dos seus interesses de progresso econômico e social.

Essa evolução tem-nos poupado do espectro da guerra apocalíptica, a consequência lógica da política armamentista *à outrance.* Isso não significa que o mundo haja alcançado a certeza de poder viver em paz e segurança, que constitui a aspiração mais profunda da maioria dos povos. Muitos são ainda aqueles que continuam a sofrer as agruras da luta armada ou que vivem sob a ameaça intermitente de sua recrudescência.

Temos de reconhecer que é precária a contribuição prestada pelos países não diretamente envolvidos nesses conflitos para a sua solução. E temos de admitir que é o próprio terror do conflito nuclear total que alimenta ou faz permitir que floresçam essas guerras localizadas.

A questão do Oriente Médio deveria merecer de todos nós uma atenção constante e real.

É surpreendente – diria até chocante – verificar que o Mundo parece voltar suas preocupações para o Oriente Médio apenas quando se produzem crises de natureza bélica nessa conturbada região. A problemática que, há tantos anos, aflige os povos do Oriente Médio deveria impor à comunidade internacional a preocupação de cooperação contínua e criadora. Dentro desse contexto, o cumprimento do disposto na Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, se é verdade que constitui, possivelmente, uma das condições indispensáveis para o encaminhamento da solução do problema, não esgota o conjunto de medidas essenciais à consecução dos objetivos mais amplos de paz, segurança, tranquilidade e desenvolvimento econômico e social dos países da região.

A objeção à guerra de conquista é uma constante na História do Brasil e um preceito inscrito em nossa Lei fundamental. Consideramos absoluto o direito à integridade territorial e a obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito.

Tranquilas só serão as fronteiras negociadas e reconhecidas, por todos e para o bem de todos. Essa é a solução que, por lhes trazer a paz e a segurança, servirá realmente aos países da área.

Nós, os países do continente americano, dispomos, felizmente, de uma solução institucional para os problemas dessa ordem e nos orgulhamos de que o Acordo de Segurança que nos une determine, já de há muitos anos, que todos os conflitos regionais sejam solucionados partindo do pressuposto inicial indispensável de que sejam desocupadas as áreas invadidas militarmente.

O drama do Oriente Médio se amplia e se universaliza na medida em que envolve aspectos humanos que não podem ser ignorados. É impossível à comunidade das Nações omitir-se nos seus esforços inclusive junto aos povos do Oriente Médio, para que atendam, com as medidas adequadas, ao sofrimento do povo palestino. É desumano pensar que será equitativa e ilusório esperar que será duradoura qualquer solução que não atenda aos seus direitos.

Estamos certos, por outro lado, de que um maior esforço de cooperação internacional com os países do Oriente Médio, nos planos econômico e social, poderá prestar contribuição decisiva para a paz.

É grato constatar que parecem abrir-se consideráveis avenidas nesse sentido. E se as partes, conscientes de suas crescentes responsabilidades, trabalharem com imaginação criadora e firmeza de propósitos, deverão surgir modalidades de cooperação inéditas, que serão de grande significado para a comunidade internacional, e de modo especial para os países em desenvolvimento. Essa cooperação, que interessa a todos os países e a todas as regiões, se conduzida corretamente, poderá produzir resultados de extrema importância na reorientação das correntes de comércio, de investimentos e de financiamentos, corrigindo as distorções usuais que contribuem para a insegurança e a instabilidade no plano internacional.

Senhor Presidente,

A América Latina, no seu entrelaçamento solidário, tem uma visão lúcida do desafio que a crise atual representa para cada um dos nossos países. Esse desafio não nos intimida. Antes, nos incentiva a redobrar, internamente nos nossos países, os esforços necessários para acelerar o progresso nacional, e a ampliar, no campo externo, as formas de cooperação para os objetivos comuns resultantes da convergência de nossos interesses nacionais. Uma das características da hora que vivemos é o crescente comando que os países em desenvolvimento vêm assumindo de seus recursos naturais. Essa evolução está permitindo a esses países reduzir sua excessiva dependência econômica dos países desenvolvidos e a melhor orientar seu próprio crescimento econômico. Ela, também, abre oportunidades originais de cooperação entre os países em desenvolvimento.

Vemos ampliar-se na América Latina a consciência da significação desse processo. A plena utilização de recursos naturais nos países latino-americanos é fundamental para a aceleração do desenvolvimento da região e pode constituir-se numa relevante contribuição latino-americana para o alívio das crises mundiais de energia, de matérias-primas e de alimentos. Ao mesmo tempo, a forte solidariedade cultural e política que aproxima os países latino-americanos torna cada vez mais viáveis os empreendimentos conjuntos também no plano econômico. Assim, vemos sempre maiores as possibilidades de cooperação no aproveitamento de recursos naturais comuns a mais de um país. A novidade dessa forma de

cooperação, pelo menos na escala em que se está processando na América Latina, não permitiu que se pudesse generalizar, ainda, a compreensão das suas potencialidades e dos problemas que ela envolve. Considero importante trazer à Comunidade Internacional o ponto de vista de meu país sobre essas questões.

O Brasil considera que é um direito inerente à soberania do Estado o livre uso e aproveitamento dos recursos naturais em seu território. Tal direito não pode aceitar restrições. No caso de recursos de natureza não estática e que fluam pelo território de mais de um país, tal direito continua inalterável, devendo ser aceitas apenas aquelas restrições que resultam da obrigação de não causar a outros países danos sensíveis ou permanentes no aproveitamento dos recursos naturais nos seus territórios. Subordinar o aproveitamento soberano dos recursos naturais próprios a consultas de caráter suspensivo seria introduzir intolerável perturbação na ordem internacional, da qual resultaria letra-morta o direito que se estaria querendo preservar. O Governo brasileiro, que não se recusa a utilizar ou a recorrer à consulta entre Governos, neste como em qualquer outro assunto, e que a tem praticado abundantemente, não pode aceitar que seja desvirtuada de sua função cooperativa, pondo em dúvida a soberania dos Estados. Por isso, consideramos nossa obrigação alertar a consciência dos Governos para as implicações de princípios de consulta que firam o direito soberano dos países de utilizarem seus recursos naturais, princípios de aparência construtiva, mas potencialmente perturbadores da ordem internacional, que é nosso objetivo preservar, e impeditivos do progresso material das nações, que é nossa aspiração impulsionar. E não se desconheça que não apenas sobre a terra fluem recursos naturais, cuja utilização se pretende regular contra a decisão soberana dos Governos territoriais. Há os que fluem debaixo da terra, como os que fluem no mar territorial. Essa mobilidade de certos recursos deve ser causa antes de um comportamento responsável por quem os utilize do que um imobilismo que a nenhuma parte beneficia.

Todos esses problemas estamos vivendo na América Latina e para eles estamos buscando soluções fundadas nos princípios de harmonia de interesses, de entendimento pacífico e de cooperação esclarecida que esta Organização erigiu como bases para a convivência internacional. Se trago a esta tribuna o exemplo da América Latina é porque acredito, sinceramente, que ele constitui um aporte construtivo no sentido da concretização dos ideais das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Minhas reflexões afloraram apenas alguns itens da agenda da presente Sessão. É que procurei ater-me a enunciar a posição do Brasil sobre questões que pertencem, mais do que à agenda da Assembleia, à própria agenda da Humanidade, ao elenco de problemas fundamentais de cuja solução depende o perfil das próximas décadas.

Preferi ocupar-me daqueles problemas que dizem mais de perto às aspirações de liberdade, de dignidade humana, de justiça, de progresso e de paz. Em muitos deles, a comunidade internacional fez avanços consideráveis. Em outros, foram insensíveis os resultados conseguidos. Não há, porém, razão para desalento. A aspereza das questões deve constituir para todos nós não um motivo de desencanto, mas um estímulo ao esforço redobrado, à imaginação criadora e à fidelidade aos propósitos e princípios sobre os quais se ergue esta Organização de Estados soberanos.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de setembro de 1974.

1975

1975

Em 1975, ao mesmo tempo em que frutificava uma das sementes da *détente* através da Conferência de Helsinki sobre segurança europeia, sucediam-se no continente africano situações de confrontação ocasionadas pelo crescente envolvimento soviético e cubano em países como Etiópia e Angola. O apoio soviético à ação dos exércitos norte-vietnamitas no Sul do Vietnã, em violação aos acordos de Paris de 1973, de que a URSS fora garante, era recebido em Washington como afronta ao espírito da *détente.*

A diplomacia brasileira, na verdade, em que pesem as suas ocasionais variações, não chegara jamais a se iludir com a *détente.* Em seu discurso perante a Trigésima Assembleia Geral, o Ministro Azeredo da Silveira reiteraria as críticas do Brasil à política de poder. Se há uma crise nas Nações Unidas, diria, esta não decorre em absoluto de falhas estruturais da Organização, "mas da decisão, inspirada em considerações de poder, de não recorrer aos meios que ela põe ao alcance dos Estados". Em linguagem de apurada técnica diplomática, o Chanceler apontaria o erro de retirar as questões principais, como o desarmamento, da consideração do foro multilateral, privilegiando-se os interesses de segurança das superpotências. Na mesma linha de preocupações e, em consonância com a tradicional postura diplomática do Brasil, inscrevem-se as referências vigorosamente expressas sobre a reforma da Carta.

Os temas de natureza econômica voltam a figurar com ênfase no discurso brasileiro. Numa crítica ao GATT, cuja atuação, diria o Ministro, se orientava muito mais para os interesses dos países industrializados,

propõe-se a negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. À luz da realidade então criada com a crise do petróleo, acreditava-se que as negociações entre desenvolvidos e em desenvolvimento poderiam, pela primeira vez na História, ser menos desiguais e conduzir a resultados concretos.

A nova orientação da política externa brasileira havia determinado importantes mudanças no relacionamento bilateral com os EUA. As transformações por que passava a política do Brasil eram acompanhadas com certa preocupação em Washington, em particular o reconhecimento imediato concedido ao Governo do MPLA em Angola, que colocara o Brasil lado a lado com as tropas cubanas que garantiam o movimento vitorioso de Agostinho Neto. Não menos inquietantes do ponto de vista do Departamento de Estado eram as movimentações que levavam o Brasil à crescente aproximação com os países árabes e até mesmo as linhas de cooperação que o Brasil buscava intensificar com os demais parceiros desenvolvidos, entre cujos resultados fundamentais viria a se situar o Acordo Nuclear Brasil-RFA, assinado em 1975, cuja implementação estava destinada a permitir a absorção pelo Brasil do domínio do ciclo completo do átomo, desde a fissão até o enriquecimento do urânio, produção de eletricidade e aproveitamento de plutônio. Logo ao início de seu discurso, como a resgatar décadas de políticas que haviam distanciado o Brasil dos países africanos, o Ministro saudaria o ingresso de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique na ONU. E expressaria a compreensão fraterna do Brasil com o processo em curso em Angola, não sem manifestar, numa referência indireta a Cuba, a expectativa de que a nova nação africana assegurasse a sua integridade territorial e sua independência, livre de ingerências externas de qualquer espécie.

Por seu simbolismo, no entanto, o ponto que mais gerou discrepâncias entre os Governos brasileiro e norte-americano foi a decisão tomada pela administração Geisel de votar a favor do projeto de resolução da Trigésima Assembleia Geral que qualificou o sionismo como forma de racismo e discriminação racial.

XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1975

Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira[32]

Senhor Presidente Gaston Thorn,

Que as minhas primeiras palavras exprimam a satisfação com que a Delegação do Brasil recebeu a escolha de Vossa Excelência para a presidência da Trigésima Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Luxemburgo tem uma longa história de convivência pacífica e de cooperação internacional que, aliada aos dotes pessoais de Vossa Excelência, augura um período de sessões particularmente profícuo.

Também me é grato deixar constância do reconhecimento da Delegação do Brasil pela dedicação e eficiência com que o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o eminente Embaixador Abdel Aziz Bouteflika, dirigiu os trabalhos da Vigésima Nona Sessão Ordinária e da Sétima Sessão Especial, há pouco encerrada.

A praxe de que a Delegação do Brasil inicie o debate geral me oferece a satisfação muito particular de poder dar as primeiras boas-vindas às Delegações de três novos membros desta sociedade de nações. São eles Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. A esses países está o Brasil especialmente ligado pelos laços de um passado em muitos pontos comum, que desejamos ver agora projetado num futuro de colaboração e

[32] **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917. Terceiro Secretário, por concurso, em 1943. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/74 a 15/3/79. † Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

de entendimento. Estou certo de que a presença dos três membros nesta Organização redundará em benefício da comunidade internacional.

Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha o desenrolar do processo de descolonização em Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro novo Estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o Atlântico. Fazemos votos para que aqueles que tão vigorosamente souberam promover a libertação de Angola superem as dificuldades da hora presente para proporcionar à nova nação as condições de estabilidade política que assegurem em definitivo sua integridade territorial e sua independência, livre de ingerências externas de qualquer espécie.

Senhor Presidente,

Nossa Organização está a completar a sua terceira década de existência. Para os indivíduos, como para as instituições, trinta anos de vida têm um significado que transcende o meramente cronológico, na medida em que esse espaço temporal compreende, normalmente, mudanças fundamentais da vida social e coincide com o próprio ritmo mediante o qual as gerações se sucedem e a história se renova. A organização das Nações Unidas não poderia escapar à regra. Vêmo-la vivendo hoje uma dinâmica revisão crítica que a pode, como esperamos todos, renovar e aprestar para as difíceis tarefas dos próximos anos. Esse impulso renovador não é de geração espontânea. Parte de todos nós que compomos o organismo e que somos, na verdade, a sua essência.

É este um fato frequentemente esquecido na avaliação do desempenho da Organização nestes trinta anos de vida. Assim é que as frustrações sentidas pela comunidade internacional são atribuídas, sistematicamente, às Nações Unidas, como organização, quando decorrem, na maioria dos casos, das próprias limitações inerentes à ordem internacional vigente. Nossa Organização, por mais flexível que seja a sua estrutura constitucional, não opera num sistema fechado, mas num regime de interação constante com a macroestrutura internacional.

O ceticismo que cerca, há algum tempo, as atividades das Nações Unidas constitui, assim, muitas vezes, uma espécie de transferência de culpa, pela qual os Estados procuram isentar-se de malogros que, em última análise, lhes cabem com primazia. Quanto ao Brasil, preferimos evitar os descaminhos do pessimismo generalizado, da mesma maneira

pela qual evitamos os devaneios de um otimismo internacionalista *à outrance,* igualmente irrealista. Inclinamo-nos, antes, por uma visão sóbria das limitações e das possibilidades das Nações Unidas, que conduza ao máximo de eficiência na consecução dos objetivos de sua Carta.

Não negamos a realidade e temos de reconhecer que as Nações Unidas não foram capazes de realizar os altos objetivos que lhes foram conferidos em questões fundamentais, como a manutenção da paz e da segurança internacionais e a criação de uma ordem econômica internacional mais equânime.

No que respeita às limitações das Nações Unidas quanto à manutenção da paz e da segurança, costumava-se atribuí-las, inicialmente, ao trauma da Guerra Fria, que paralisava a vontade das Nações Unidas naqueles casos, aliás frequentes, em que ocorria um conflito de interesses entre as superpotências. Atualmente, tende- se a culpar a *détente,* que dispensaria a intervenção das Nações Unidas, permitindo o entendimento direto e bilateral entre os dois grandes centros de poder mundial. Em qualquer dos casos, trata-se da mesma relutância, enraizada em séculos de política de poder, em aceitar o funcionamento de um sistema, como o das Nações Unidas, que visa à adoção de normas em sentido horizontal, pois que baseado no princípio da igualdade soberana dos Estados, em favor de um sistema verticalmente organizado, à margem da Carta e fundado na subordinação. Decorre daí que a chamada crise das Nações Unidas, no que toca à implementação do seu mais alto propósito, não se origina apenas ou principalmente em falhas estruturais da Organização, mas na decisão, inspirada em considerações de poder, de não recorrer aos meios que ela põe ao alcance dos Estados.

A longa história das negociações sobre o desarmamento é um marcado exemplo do que acabo de dizer. O Artigo 11, parágrafo primeiro, e o Artigo 26 da Carta haviam mencionado expressamente "os princípios relativos ao desarmamento e à regulamentação dos armamentos" como constituindo responsabilidade especial da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança. Desde há alguns anos, porém, as negociações sobre desarmamento vêm sofrendo uma bilateralização crescente, que limita às duas superpotências toda a iniciativa na matéria, como se a segurança delas existisse acima ou à margem da comunidade internacional ou como se os países em desenvolvimento não tivessem seus próprios interesses de segurança, qualitativamente diversos dos interesses de segurança das grandes potências ou mesmo dos países desenvolvidos.

Não menos eloquentes são os exemplos que podem ser retirados da análise do comportamento das Nações Unidas na área econômica. Nesse

campo, devemos reconhecer que a Carta foi menos precisa ao formular os propósitos e princípios para a cooperação internacional. Os tempos eram outros então. Nos últimos trinta anos, um grande progresso foi feito, na consciência universal, quanto ao real significado da cooperação econômica. As Nações Unidas prestaram relevante serviço nesse sentido, tendo atuado como o foro principal para o diálogo entre as grandes categorias de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda assim, porém, o progresso realizado foi sumário. Não obstante a multiplicação de foros específicos para o tratamento dos assuntos econômicos dentro da Organização, houve sempre, particularmente da parte dos Governos dos países de maior desenvolvimento, inabalável objeção a que se desse caráter normativo às recomendações destinadas a orientar a cooperação internacional de forma a propiciar o desenvolvimento equilibrado da comunidade das nações.

Senhor Presidente,

Tais reflexões não nos dispensam da tarefa de repensar os mecanismos e de reordenar as atividades da Organização. Ao contrário, devem estimular nossos esforços nesse sentido.

O Brasil tem dado todo o apoio aos trabalhos do Comitê *ad hoc* da Carta. Mas, entendemos que o *aggiornamento* das Nações Unidas deve compreender, juntamente com a revisão da Carta, a adoção de medidas que possam ser levadas a efeito já e independentemente de modificações no documento básico da Organização. Trata-se, na verdade, de dois caminhos que levam a um mesmo destino e que devem ser percorridos juntamente.

A revisão da Carta suscita, como é natural nas reformas constitucionais, entusiasmos fáceis e temores injustificados.

Cumpre moderar uns e dissipar outros, mediante um esforço objetivo de identificação daqueles artigos que cabe realmente modificar. Cumpre, sobretudo, evitar os planos demasiado ambiciosos de uma revisão ideal, de que a Carta não carece, em favor de uma reforma pragmática, que a transforme, à luz do que nos tem ensinado a experiência de trinta anos. Cumpre fazer convergir os resultados de diferentes esforços, disseminados por vários órgãos, como seja o Comitê *ad hoc* da Carta, o Comitê Especial de Operações de Paz e o grupo de peritos sobre a estrutura do sistema das Nações Unidas. Cumpre, finalmente, não subestimar as possibilidades de reformas que não requerem revisão da Carta. Observadas essas premissas,

creio que a revisão é politicamente factível, como indicam os progressos já realizados com a aprovação das emendas aos Artigos 23, 27 e 61 da Carta, que entraram em vigor em 1965.

Senhor Presidente,

No decorrer da Sétima Sessão Especial, tive a oportunidade de expor a posição do Brasil no tocante ao estado presente e às perspectivas futuras das relações econômicas internacionais. Enquanto prevalece uma estrutura normativa razoavelmente eficaz nas relações econômicas entre países industrializados, um *virtual laissez-faire* ainda predomina nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para essa assimetria, contribuiu primordialmente o fato de que, até recentemente, as recessões originavam-se no centro do sistema econômico mundial, isto é, nos países industrializados, propagando-se em direção à periferia, isto é, aos países em desenvolvimento.

Nessa ótica, entendia-se que as crises podiam ser debeladas mediante uma regulamentação anticíclica no âmbito nacional dos países mais desenvolvidos, complementada por acordos comerciais e monetários entre esses países. Ainda segundo esse raciocínio, haveria uma solidariedade objetiva de interesses entre o centro e a periferia. Esta, sendo a primeira a ressentir-se das repercussões da crise, se beneficiaria, por outro lado, da retomada da expansão das trocas entre as nações industrializadas.

A crise atual do sistema econômico mundial discrepou grandemente desse modelo. Desta vez, a periferia, em vez de sofrer passivamente os efeitos da crise, também originou pressões de natureza recessiva. Desvendou-se com crueza o potencial desestabilizador da divisão internacional de trabalho vigente e os riscos da atual estrutura das relações econômicas Norte-Sul. Hoje, já é impossível deixar de reconhecer a necessidade de que se estenda às relações entre países industrializados e países em desenvolvimento a estrutura normativa limitada até agora ao segmento industrializado do mundo.

Foi à luz destas reflexões que a Delegação do Brasil propôs, na Sétima Sessão Especial, a negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que proporcionasse uma matriz político-jurídica para negociações específicas. Tal acordo geral não se apresentaria como um substitutivo dos acordos gerais vigentes nem visaria ao afastamento dos foros e mecanismos

existentes. Procuraria, sim, preencher as lacunas por eles deixadas e corrigir as distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos.

Dissemos, naquela ocasião, que víamos chegado o momento de passar das declarações de princípios e das reivindicações maximalistas – de parte a parte – à negociação de normas concretas para disciplinamento das relações econômicas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Não desconhecemos o importante papel que as Resoluções aprovadas nas Assembléias Gerais e em outros foros das Nações Unidas desempenharam e continuam a desempenhar na formação de uma consciência universal sobre o problema do desenvolvimento. Nesse sentido, não é irrelevante o declaratório nem o reivindicatório. Achamos, porém, que já se encontram amadurecidas muitas das ideias até agora apresentadas, sobretudo ao calor dos debates e dos antagonismos. Acreditamos que já é chegado o momento de realizar esforços de negociação que conduzam a resultados concretos e abrangentes. Queremos construir sobre o que já se conseguiu com os brados de alerta do passado. Pensamos que é hora de ultrapassar as advertências e os apelos, como julgamos ultrapassadas as soluções paliativas e miniaturizadas.

Um acordo geral do tipo do que propomos seria a antítese disso. Estaria estruturado com o objetivo de eficiência operacional e atacaria os problemas de comércio internacional de forma direta e no seu cerne. Para os países em desenvolvimento, trata-se de reconhecer-lhes o direito ao acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os seus produtos de exportação não só primários como também, e de forma crescente, para os seus produtos manufaturados. Trata-se, também, de reconhecer-lhes o direito de acesso ao mercado de bens que realmente sejam indispensáveis ao processo de desenvolvimento, sejam eles materiais ou culturais. Para os países desenvolvidos, trata-se de reconhecer-lhes, reciprocamente, o direito a garantias de suprimento de matérias-primas, dentro de condições equânimes de preço, em contrapartida às concessões oferecidas aos países em desenvolvimento.

A negociação de tal acordo geral não deveria interromper os entendimentos que se processam no âmbito do GATT, que, até agora, atendem prioritariamente às necessidades dos países industrializados. Por outro lado, não prejulgaria a negociação de mecanismos específicos que visassem a preservar o valor aquisitivo das receitas de exportação dos países produtores de determinadas matérias-primas. Todos esses esforços podem ser complementares se certas normas gerais vierem a ser aceitas pelas partes como capazes de disciplinar a cooperação internacional.

O prazo reconhecidamente curto de que dispôs a Sétima Sessão Especial para desincumbir-se do seu mandato não permitiu o exame aprofundado da proposta feita então pelo Brasil. Estou certo, porém, de que será possível à Sessão Ordinária, que ora se inicia, refletir sobre os seus termos. A verdade é que temos hoje, pela primeira vez na história das negociações econômicas internacionais, uma oportunidade real de encetar a tarefa de construir uma nova ordem econômica mundial. Pela primeira vez, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento têm condições de chegar a resultados concretos, pois são menos desiguais as condições de negociação.

Senhor Presidente,

Temos diante de nós um longo debate geral e uma agenda complexa, que absorverá o melhor dos nossos esforços durante os próximos três meses. Ao cabo destes, teremos feito progresso em várias questões, avançado lentamente em outras e talvez nada realizado em algumas. O processo de decisão da diplomacia multilateral é lento por natureza e desafia permanentemente a argúcia e a paciência dos que dele participam. Não há, contudo, alternativa mais eficiente no trato dos problemas, hoje em constante aumento, que interessam a um grande número de Estados.

Não devemos sucumbir à tentação quantitativa de medir o desempenho das Nações Unidas apenas segundo a aritmética das decisões implementadas, dos problemas resolvidos, dos objetivos atingidos. Sua influência é mais sutil e mais difusa. Cabe avaliá-la em função das tendências que imprime ou da direção que indica à comunidade internacional. Sua ação se faz, também, através das ideias, as quais, historicamente, têm constituído, muitas vezes, um agente mais eficaz das mudanças políticas do que outros, como o poder, a quem se rendem mais frequentes homenagens.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1975.

1976

1976

1976 foi o ano de transformações significativas no panorama internacional. A morte de Mao-Tse-Tung e de Chou-en-Lai abririam o caminho para a renovação das lideranças chinesas. E a eleição de Jimmy Carter nos EUA traria de volta – ainda que por um breve período – os democratas à presidência de um EUA que se ressentiam da derrota humilhante no Vietnã. A invasão do Líbano por tropas sírias introduziria, por sua vez, prolongada turbulência no complexo quadro do Oriente Médio.

No Brasil, o Presidente Geisel enfrentaria, logo ao se iniciar o ano, a crise militar resultante da exoneração do Comandante do II Exército, devido a violações reiteradas da integridade física de prisioneiros políticos em São Paulo. Ao mesmo tempo, manteria a excepcionalidade do regime ao efetuar diversas cassações de mandatos parlamentares. A situação da segurança permaneceria tensa em todo o país com inúmeros atentados e sequestros. Apesar da retomada da inflação, consequência ainda da crise do petróleo, o Brasil conseguiria manter o seu ritmo de desenvolvimento: o ano se encerraria com uma taxa de oito por cento de crescimento do PIB.

O Secretário de Estado Henry Kissinger e o Chanceler Azeredo da Silveira, dando-se conta do interesse em sedimentar os canais de diálogo e cooperação bilateral nesse ambiente de mudanças internas e externas, concretizariam, mediante um Memorando de Entendimento, assinado em fevereiro de 1976, um mecanismo de consultas recíprocas sobre temas de interesse mútuo e se comprometeriam a manter reuniões

semestrais. Embora possa ter sido percebido diferentemente e com distintos matizes num e noutro país, o memorando de entendimento assinalou uma inovadora etapa das relações do Brasil com os EUA ao conferir-lhes pela primeira vez características nominalmente equitativas. Para a diplomacia brasileira, o objetivo era o de alcançar com os EUA uma relação igualitária, em que ambos os países pudessem interagir sem os constrangimentos habituais de situações de clientela ou dependência. O espírito que presidiu a negociação do "memorando", porém, não chegou a durar muito. A eleição do Presidente Carter no final do ano recolocaria a política externa norte-americana em rumos que não se coadunavam particularmente com o realismo das visões kissingerianas, com as quais se afinava o "pragmatismo responsável" do Ministro Silveira.

Ao amparo de uma relação "recuperada" com os EUA, a diplomacia brasileira prosseguiu em 1976 a sua posta em dia. Foram nomeados Embaixadores para Angola e Moçambique. Em seguidas visitas à França e à Inglaterra, o Presidente Geisel afiançou a cooperação com os parceiros europeus. O mesmo ocorreria em relação ao Japão, que o Presidente visitaria em novembro.

No seu discurso perante a Trigésima Primeira Assembleia Geral, o Ministro Silveira dá seguimento às críticas à política de poder e à crescente desvalorização da ONU, em particular aos impasses que caracterizavam o trabalho do Conselho de Segurança, sobretudo, em função das crises na África e no Oriente Médio. Permanecia a reivindicação da emergência do Brasil, caracterizada por uma retórica contrária à estratificação do sistema internacional, rótulo sob o qual ressurge no discurso brasileiro o conceito do "congelamento" do poder mundial, acompanhado de críticas às falsas teorias de interdependência.

A grande ênfase do discurso de 1976 é novamente econômica. Afirmando que o desenvolvimento socioeconômico constituía um direito dos povos, o Ministro denuncia a perda de posições relativas no comércio internacional por parte dos países em desenvolvimento e repudia as tendências que, àquela altura, começavam a se fazer sentir com crescente intensidade, no sentido de valorizar a dimensão ambiental do crescimento: "a invocação de motivos ecológicos para frustrar as expectativas de desenvolvimento constituiria uma nova e inaceitável forma de dominação". Esta fundamentação orientaria daí para frente a política ambiental brasileira no plano multilateral.

XXXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1976

Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira[33]

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Seja-me permitido inicialmente manifestar a grande satisfação que tenho por ver o Embaixador Hamilton Shirley Amerasinghe investido na Presidência da Trigésima Primeira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Figura de grande prestígio nos foros internacionais, em que tem representado com particular distinção o Governo de seu nobre país, o Sri Lanka, a presença do Embaixador Amerasinghe na direção dos trabalhos da Assembleia Geral é penhor de serenidade e proficiência no exercício das altas funções para as quais a comunidade internacional o convocou.

Desejo, outrossim, dirigir ao ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros do Grão-Ducado do Luxemburgo, Senhor Gaston Thorn, uma palavra de sincero reconhecimento pela relevância da contribuição que trouxe à Assembleia Geral, na qualidade de Presidente da sua Trigésima Sessão.

Sinto-me ainda feliz em poder dar as boas-vindas à República de Seychelles, no momento em que esse Estado ingressa nas Nações Unidas. A Delegação do Brasil deseja aproximar-se amistosamente da Delegação de Seychelles e com ela colaborar de forma estreita no encaminhamento dos temas de nossa agenda.

[33] **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917. Terceiro Secretário, por concurso, em 1943. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/74 a 15/3/79. † Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

Senhor Presidente,

Nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas vem sendo alvo de crescentes críticas quanto à sua atuação. Seguramente, é chegada a hora de colocar essas críticas, por vezes contundentes, em sua verdadeira perspectiva. Não será difícil verificar quanto têm de argumentação em causa própria. Não consulta essa atitude os interesses mais esclarecidos das nações, aqueles mesmos que justificaram a criação da *ONU* e a sua posterior vocação para a universalidade. Por isso, é sempre oportuno reafirmar, construtivamente, que a responsabilidade internacional desta Organização decorre de compromissos livre e espontaneamente contraídos pelos Estados na Carta das Nações Unidas, compromissos esses que não admitem exceções ou reservas.

A Organização das Nações Unidas é um organismo político imerso num mundo também político. Constitui, na realidade, o único foro político de amplitude universal de que dispõem os Estados. Além de cumprir as funções normativas inscritas em sua Carta, a Organização das Nações Unidas deve deliberar sobre os problemas internacionais que os Estados-Membros lhe trazem no intuito de resguardar, no plano internacional, seus interesses nacionais.

Na agenda da Assembleia Geral figuram, portanto, os mais variados problemas internacionais, os quais deverão ser discutidos segundo os procedimentos previstos na Carta e no Regimento Interno. Sua discussão, como é natural, gera comportamentos e atitudes caracteristicamente parlamentares. Seria ilusório pensar que esses procedimentos e os comportamentos a eles associados pudessem ser isolados das circunstâncias políticas que geraram os problemas e das que envolvem o seu debate. As Nações Unidas não operam num universo distinto do universo real em que os fatos políticos ocorrem. Os acontecimentos nesta sala não são independentes do contexto real das relações internacionais. Ao contrário. O que aqui se passa reflete a realidade política mais ampla. E é essa realidade que explica, melhor do que as palavras, a atmosfera de frustração e de tensão que às vezes domina os trabalhos neste foro. Os debates da Assembleia Geral e as resoluções, que este, mais do que qualquer outro órgão principal das Nações Unidas, tem a capacidade de adotar, deixam transparecer tanto as esperanças quanto as desilusões dos Estados-Membros e retratam tanto os avanços quanto os recuos no processo político internacional.

Nos últimos anos, a vida internacional muito ganhou em complexidade. Não só novos Estados foram admitidos às Nações Unidas,

mas também se vem verificando que assuntos cada vez mais variados são submetidos à disciplina internacional, como testemunha o ciclo, ora em andamento, das grandes conferências temáticas realizadas sob a égide das Nações Unidas. Esse alargamento da faixa de negociações multilaterais pode ou não ser benéfico à maioria dos Estados. Em muitos casos o é. Em outros, pode servir, também, para desviar, na direção de problemas secundários, as atenções que deveriam prioritariamente concentrar-se nas questões fundamentais da segurança internacional e do desenvolvimento harmônico das nações. Para que o processo de negociação universal possa produzir frutos duradouros, é necessário, porém, mantê-lo sob o império do princípio da igualdade soberana, princípio que assegura aos Estados participação equitativa nas decisões internacionais que afetam o futuro de cada um e de toda a humanidade.

Forçoso é reconhecer que, enquanto organismo precipuamente orientado para promover a paz e a segurança internacionais, as Nações Unidas não oferecem um panorama de ganhos importantes a registrar. O quadro é, antes, de impasses institucionais e operacionais. Os mecanismos de segurança coletiva parecem travados, as decisões tardam e, quando tomadas, encontram frequentes obstáculos à sua transformação em realidade.

Esse esvaziamento da função central da Organização é simbolizado pelos impasses que caracterizam os trabalhos do Conselho de Segurança. A utilização irrestrita da faculdade de veto continua a dar margem à apreensão, particularmente quando não se nota especial empenho por parte de alguns dos Membros permanentes do Conselho de Segurança em buscar soluções negociadas para as delicadas questões submetidas àquele órgão. Não deixa de ser um paradoxo a atual coexistência de duas tendências aparentemente antagônicas: a do relaxamento das tensões internacionais, em especial entre as superpotências, e a do esvaziamento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.

Esses impasses estão presentes em quase todos os esforços multilaterais no campo da segurança internacional, como ilustram os que, através dos anos, dominam as negociações, seja sobre desarmamento – especialmente desarmamento nuclear –, seja sobre as operações de paz.

Os impasses no campo político são um aspecto da estratificação que caracteriza a presente estrutura internacional. Talvez apenas os avanços no caminho da descolonização permitam hoje vislumbrar uma tendência oposta a essa estratificação, uma tendência que antecipa novas possibilidades de convivência e de um ordenamento internacional mais justo.

Vivemos uma era marcada pela dissensão e pela persistência de focos de tensão internacional, assim como pela permanência de condições generalizadas de subdesenvolvimento. Não pretendo fazer aqui o inventário dessas áreas de tensão, mas logo salta à vista o que vem ocorrendo na África e no Oriente Médio.

A África Meridional, onde persiste a opressão racial, está hoje não apenas tomada pela intranquilidade e pelo temor, mas assolada pela violência e pelo morticínio. Os itens ora em nossa agenda sobre os problemas que afligem aquela região ganham importância inusitada diante dos acontecimentos recentes. O Brasil sempre favoreceu soluções pacíficas para esses problemas e sempre esteve convencido de que não havia tempo a perder. Nossa opinião, inúmeras vezes manifestada através dos anos, era a de que, caso tais soluções não pudessem ser prontamente alcançadas, fatalmente a região caminharia para conflitos abertos. Infelizmente, não temos motivos para rever este diagnóstico, mas queremos ainda crer que a unânime repulsa internacional às injustiças cometidas servirá de grave advertência aos que consideram possível a preservação da opressão racial. É nossa esperança que os povos do Zimbábue e da Namíbia, que ainda não lograram sua independência, possam realizar livremente, e em curto prazo, sua autêntica vontade nacional.

No Oriente Médio, a par da tragédia libanesa, que o Brasil especialmente lamenta, tendo em vista laços de toda ordem que nos unem ao Líbano, subsistem os mesmos problemas básicos que há anos vêm desafiando a capacidade política da comunidade internacional e cuja reativação é uma possibilidade sempre presente e inquietante.

A experiência dos últimos anos confirma a percepção amplamente partilhada de que, na ausência de soluções rápidas e justas para os conflitos ou disputas regionais, esses acabam por internacionalizar-se, propagando-se, assim, a outras regiões e ao sistema internacional como um todo, a intranquilidade antes localizada. Ao contrário do que se poderia esperar, a presente situação de relativo equilíbrio estratégico internacional não tem criado condições favoráveis à pronta correção dessas situações localizadas. A Delegação do Brasil está convencida de que, no encaminhamento dessas delicadas questões, as Nações Unidas devem ser utilizadas mais intensamente, não apenas porque podem oferecer oportunidades de negociação para as partes, mas também, porque, entre os princípios da Carta, figura o da não utilização da força, ou de sua ameaça, nas relações internacionais.

Senhor Presidente,

É tristemente significativo que hoje se considere lugar-comum a afirmativa de que a disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se tornou flagrantemente insustentável e de que urge negociar medidas concretas para corrigi-la. Já se realizaram quatro conferências mundiais sobre comércio e desenvolvimento e, ironicamente, não uma, mas duas décadas seguidas foram declaradas décadas de desenvolvimento.

Variados formatos de negociação foram tentados, durante esse período. Participamos, no plano internacional, de abordagens caso a caso; negociamos programas de trabalho sobre diferentes temas; estivemos presentes à aprovação de inúmeras declarações genéricas. Todos esses esforços conduziram a resultados de tal forma escassos que sua parcimônia é hoje universalmente reconhecida.

O que se percebe, tanto no plano prático quanto no teórico, é que uma frustração crescente cobre toda a vasta e essencial temática do comércio internacional e do desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos. Se excluirmos os países produtores de petróleo de nossa análise, fácil é verificar que a transferência líquida de capitais das áreas desenvolvidas para as menos desenvolvidas vai-se tornando um mito. Em termos líquidos, esse fluxo logo poderá correr do Sul para o Norte. E enquanto míngua a participação relativa dos menos desenvolvidos no comércio mundial, cresce de forma desproporcional a sua presença na geração do superávit que se acumula na balança de pagamentos dos principais parceiros mundiais.

Tudo isso é mais surpreendente ainda quando é possível comprovar que as transferências financeiras dos desenvolvidos para os países em desenvolvimento, se orientadas para setores produtivos, não se fazem em detrimento das possibilidades de crescimento econômico dos próprios países desenvolvidos. Estudos preparados por setores técnicos das Nações Unidas demonstram que se, por hipótese, os fluxos líquidos de capital destinados aos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo chegassem a atingir, nos próximos anos, montantes compatíveis com os objetivos da Segunda Década do Desenvolvimento – isto é, uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto de pelo menos seis por cento – a renda dos próprios países desenvolvidos membros da OCDE cresceria mais velozmente. Ao contrário do que um raciocínio superficial poderia indicar, a efetiva implementação de medidas destinadas a manter o poder internacional de compra dos países em desenvolvimento não teria

efeito negativo sobre os países desenvolvidos, mas os beneficiaria com aumentos em sua renda e taxa de emprego. Ainda mais, é possível prever que essa expansão ocorreria precisamente nos setores menos inflacionários de suas economias.

O próprio debate sobre a essência do problema do subdesenvolvimento tem perdido impulso, embora persistam atitudes que parecem querer imputar aos países em desenvolvimento uma pretensa culpa por sua situação de retardo econômico. Essa averiguação de culpa histórica não tem sentido e não deve servir para evitar ou postergar negociações concretas, nem para levar os países a deixarem de assumir comportamentos mais construtivos nas negociações econômicas internacionais. As chamadas confrontações estéreis nascem precisamente da frustração generalizada dos países subdesenvolvidos com o imobilismo diplomático que tais atitudes engendram ou estimulam.

A esse negativismo fundado em pretensas razões fornecidas pelo passado, veio agregar-se recentemente outro voltado para preocupações futurológicas. Alega-se que, por motivos ecológicos, o desenvolvimento econômico dos países hoje subdesenvolvidos já não é mais praticável. Ora, a estagnação das áreas mais pobres do globo não pode ser o preço da conservação do meio ambiente. O que é preciso, sim, é que se proceda a uma ampla reorganização da economia mundial, de modo a corrigir as agudas disparidades tanto na distribuição dos meios de produção, quanto nos padrões de consumo. A invocação de motivos ecológicos para frustrar as expectativas de desenvolvimento constituiria uma nova e inaceitável forma de dominação, que contaria com a oposição de todos os povos que estiveram submetidos ao colonialismo e que, apesar de todos os vaticínios em contrário, souberam organizar-se politicamente para alcançar sua independência e para preservá-la, bem como para lutar por sua autonomia econômica.

Neste final de século, o desenvolvimento socioeconômico é um direito dos povos e um direito de que estes não estão dispostos a abrir mão.

Senhor Presidente,

A outra face da luta pelo desenvolvimento é a crescente interdependência dos Estados. Ao inaugurar o debate geral da Sessão passada, tive o grato ensejo de expor à Assembleia Geral a distinção que o Brasil considera necessário fazer entre a atual interdependência vertical, isto é, baseada numa rígida e discriminatória estratificação internacional,

e uma desejável interdependência horizontal, que se fundaria numa legítima comunidade de interesses e na participação equitativa de todos os Estados na riqueza mundial.

Hoje, desejo acrescentar que a persistência do subdesenvolvimento, ao acarretar a continuada marginalização política e econômica da maioria dos países em desenvolvimento, forçosamente freará a própria evolução do processo de interdependência dos Estados.

É especialmente inquietante registrar que, embora o intercâmbio externo seja cada vez mais significativo para a economia do conjunto dos países em desenvolvimento, a participação desses países, excluídos naturalmente os exportadores de petróleo, nos fluxos comerciais internacionais é cada vez menos importante, em termos percentuais. Os países em desenvolvimento, na sua grande maioria, vêm perdendo terreno nas trocas globais de bens e serviços e também, até mesmo, como fornecedores de matérias-primas dos países desenvolvidos, os quais comerciam cada vez mais entre si. A continuar essa tendência, serão os países subdesenvolvidos empurrados mais e mais para a margem do sistema econômico internacional.

A integração da economia mundial vem, em consequência, sendo realizada à custa de um desequilíbrio radical que urge corrigir. Não se pode aceitar que a interdependência acentue indefinidamente apenas a expansão das potencialidades dos grandes centros industriais, onde se concentra o essencial da capacidade tecnológica e econômica mundial.

É necessário dar sentido novo, mais aberto e mais justo à dinâmica da interdependência. O desequilíbrio que a vicia precisa ser urgentemente eliminado e a única maneira de fazê-lo, consentânea com o interesse geral, é a criação de condições internacionais que propiciem a superação real e não apenas aparente do subdesenvolvimento econômico. Uma faceta essencial dos esforços conjuntos que nesse sentido devemos fazer é o estreitamento do hiato tecnológico, por meio não só da transferência de tecnologia no sentido Norte-Sul, mas também pelo estabelecimento de uma estrutura internacional que facilite aos países em desenvolvimento a produção autóctone da tecnologia de que necessitam.

A consciência dessas novas necessidades se está, felizmente, disseminando. Há quem pense, porém, que a obsolescência dos Estados será a contrapartida fatal do processo geral de interdependência. Assim não penso. A integração econômica mundial não poderá dispensar o papel dos Estados, que longe de serem meras realidades cartográficas, retratam realidades políticas inarredáveis. Pelo contrário, para prosseguir em seu curso, com um mínimo de atritos e como processo consciente, consensual e

harmônico, a interdependência só poderá fundar-se na independência dos Estados e na gradual eliminação das disparidades econômicas entre eles.

Senhor Presidente,

Espero ter logrado demonstrar que o desequilíbrio e as disparidades não se limitam ao campo socioeconômico, mas permeiam igualmente a esfera das negociações políticas multilaterais. Tais disparidades subsistirão enquanto perdurar a rígida oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, enquanto a transição deste para aquele estágio econômico for obstada por fatores externos, enquanto persistirem, neste e em outros foros, os impasses que impedem entendimentos operativos para a remoção dos obstáculos internacionais ao desenvolvimento.

É nesse contexto, Senhor Presidente, que as Nações Unidas devem ser mais do que simples reflexo da realidade internacional e, no cumprimento das funções que lhes defere a Carta, devem desempenhar papel positivo na transformação das atuais estruturas internacionais. Apesar de todas as dificuldades, o Brasil ainda espera que essa tarefa possa ser cumprida pelo caminho da compreensão e do entendimento entre os Estados, um entendimento e uma compreensão com base na igualdade soberana, na equidade e no respeito mútuo.

Muito obrigado.

Nova York, em 27 de setembro de 1976.

1977

1977

A eleição do Presidente Carter determinou mudanças radicais na política norte-americana em relação ao Brasil. Citando o memorando Silveira-Kissinger de 1976 como exemplo da política externa republicana que pretendia superar, Carter havia-se manifestado desde a campanha pouco propenso ao diálogo com o Governo brasileiro, que enquadrava num contexto regional de militarismo antidemocrático e antidireitos humanos. Decidido a fazer da não proliferação um dos elementos fundamentais de sua política externa, Carter, por outro lado, já anunciara em campanha a sua determinação de impedir a implementação do acordo nuclear Brasil-RFA. Ao tomar posse, o Presidente Carter pôs em prática com rapidez as suas anunciadas políticas em relação ao Brasil. Encontrou reações coesas e resistências bem articuladas. Consequência importante dessa fase de fricção com os EUA foi a denúncia pelo Brasil dos acordos militares de 1952, em cujo marco se havia desenvolvido o processo de inter-relacionamento das Forças Armadas dos dois países após a Segunda Guerra Mundial. Já percebidos por setores militares brasileiros como resquícios de uma situação de dependência que o crescimento do país e o fortalecimento da indústria bélica nacional haviam tornado anacrônica, os acordos militares seriam denunciados pelo Brasil a pretexto do envio ao Congresso norte-americano de relatório da administração Carter sobre a situação de direitos humanos no país.

O discurso do Ministro Azeredo da Silveira perante a Trigésima Segunda Assembleia Geral reflete esse complexo contexto e contém uma

série de postulações indicativas da conjuntura de dificuldades que o Brasil enfrentava com os EUA. Critica-se a persistência da carreira armamentista nuclear, justifica-se a posição brasileira sobre o TNP e apresenta-se o acordo nuclear com a RFA como exclusivamente voltado para fins pacíficos. Reafirma-se, por outro lado, em sugestivo "recado" aos EUA, o princípio da não intervenção, na linha do que se poderia chamar de nacionalismo militar: "... a cooperação pressupõe o respeito à identidade nacional e ao direito soberano dos Estados de procurarem os caminhos mais adequados para alcançar as metas de progresso e bem-estar de seus povos...". Mais adiante: "... A não ingerência nos assuntos internos e externos de outros Estados e o apego aos meios pacíficos e efetivos para a solução de eventuais controvérsias, decorrentes muitas vezes, da própria intimidade de suas relações, constituem patrimônio inestimável dos países da região (América Latina)". E ainda mais adiante: "... a cooperação... pressupõe como requisito básico o respeito à identidade nacional e à soberania dos Estados".

À luz da delicada situação criada com as tensões entre um Governo que alegadamente pretendia liberalizar a política brasileira e as reações às pressões dos EUA, o Ministro Silveira abriria considerável espaço no seu discurso de 1977 para expor a política do Brasil em matéria de direitos humanos. De um lado, afirmaria que a corrida armamentista nuclear e as desigualdades existentes no mundo impediam a plena vigência dos direitos humanos em nível planetário. E, de outro, reafirmaria a competência exclusiva dos Estados para lidar com os problemas de direitos humanos em suas jurisdições nacionais.

Não faltariam no discurso de 1976 as obrigatórias referências condenatórias à falta de progressos em matéria de desarmamento nuclear e às lacunas e imperfeições do TNP. É nesse contexto que o Ministro explica as finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro, colocado sob suspeita em função da oposição norte-americana ao acordo assinado com a RFA.

E não deixa de formular referências precisas à questão do Oriente Médio (em termos favoráveis às postulações dos países árabes), à situação na África Austral (em favor das aspirações dos países da região), e às questões de comércio e desenvolvimento (com menção reiterada à proposta brasileira sobre segurança econômica coletiva).

XXXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1977

Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira[34]

Senhor Presidente,

Permita-me manifestar-lhe a satisfação com que a Delegação do Brasil vê Vossa Excelência no exercício da presidência desta Sessão da Assembleia Geral. Trago-lhe nossas felicitações por sua unânime eleição para o alto cargo que ora ocupa.

Desejo, igualmente, manifestar o reconhecimento da Delegação do Brasil pela maneira com que o Embaixador Hamilton Amerasinghe conduziu os trabalhos da Trigésima Primeira Sessão.

O Brasil tem defendido o princípio da universalidade da Organização, de cuja realização plena estamos a cada ano mais próximos. Em decorrência, é para nós sempre grato registrar o ingresso de novos Estados nas Nações Unidas, como hoje fazemos em relação ao Vietnã e ao Djibuti. Esperamos que outros povos, que ainda buscam sua independência, em breve se reúnam a nós para o trabalho comum em benefício da paz e da segurança internacionais.

As Nações Unidas correspondem a uma concepção das relações internacionais que se baseia no respeito mútuo e na cooperação entre os Estados. Embora em certos artigos da Carta se tenham feito concessões às realidades do poder, é inegável que o princípio da igualdade entre os

[34] **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917. Terceiro Secretário, por concurso, em 1943. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/74 a 15/3/79. † Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

Estados é um de seus pilares fundamentais. A cooperação que se pretende conseguir é uma cooperação horizontal entre Estados soberanos, em que não há lugar para subordinações ou hegemonias. A Carta das Nações Unidas, instrumento máximo do Direito Internacional contemporâneo, nos incita, a cada um dos Estados aqui representados, a cooperar e a harmonizar nossos interesses de acordo com determinados parâmetros definidos nos seus Propósitos e Princípios. Tal cooperação pressupõe a busca de pontos de convergência em benefício de todos os países envolvidos. Para o Brasil, a cooperação é um ato espontâneo, que deriva da índole ecumênica de seu povo. Como o Brasil a entende e pratica, a cooperação pressupõe o respeito à identidade nacional e ao direito soberano dos Estados de procurarem os caminhos mais adequados para alcançar as metas de progresso e bem-estar de seus povos. Pressupõe, pois, o respeito ao princípio da não interferência nos assuntos internos dos Estados, que, mais do que um princípio geral da Organização das Nações Unidas, é uma obrigação legal contraída por todos os Estados-Membros, quando assinaram e ratificaram a Carta.

Senhor Presidente,

Persistem os fatores que mais contribuem para a frustração do primeiro dos Propósitos desta Organização: o de velar pela paz e evitar o recurso à força na solução das controvérsias internacionais. Isto porque, dentre os campos de atuação das Nações Unidas, o do Desarmamento é talvez aquele em que menos resultados positivos se têm obtido e do qual mais depende o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Apesar disso, o Brasil continua a considerar que o desarmamento é uma das tarefas centrais do nosso tempo. Novos e redobrados esforços internacionais devem ser realizados, pois os parcos resultados até agora obtidos nem de longe atendem às necessidades da comunidade internacional. A primeira dessas necessidades, não será demais repetir, é a própria sobrevivência do ser humano. E é à luz dessa necessidade máxima que se colocam as demais, como a do estabelecimento de verdadeiras condições de paz e de segurança internacionais, que beneficiem, indistintamente, a todos os povos, e lhes propiciem tranquilidade e os benefícios do progresso econômico e tecnológico.

Os Estados que maiores condições potenciais têm para pôr em risco a vida na Terra, têm correlatamente uma responsabilidade específica de facilitar sejam alcançados, progressivamente, entendimentos entre

todas as nações, com vistas a erigir uma ordem internacional política e econômica que seja mais estável e mais justa. A aceitação internacional desses valores não é simples matéria de conveniência, mas, no mundo de hoje, condição de sobrevivência.

A ineficácia nos esforços multilaterais em matéria de desarmamento e a escassez dos resultados até agora logrados só podem causar inquietação. A proscrição de experiências com armas nucleares em três ambientes, além de incompleta, pouco ou nada serviu para os fins de desarmamento ou mesmo de controle de armamentos. Reduzida confiança existe de que os compromissos internacionais em vigor sejam suficientes para assegurar a utilização do espaço exterior para fins exclusivamente pacíficos. Com relação aos mares e oceanos, o único progresso alcançado diz respeito à proibição da colocação no leito do mar, no fundo do oceano e em seu subsolo, de armas nucleares e de destruição em massa. A Convenção sobre armas bacteriológicas só se tornou possível porque os países que delas não dispõem em seus arsenais fizeram grandes concessões, entre as quais a renúncia a um mecanismo de verificação e salvaguardas e a aceitação da negociação, em separado, da convenção sobre armas químicas.

A corrida armamentista prossegue. As armas estratégicas continuam a ser aperfeiçoadas e multiplicadas. A introdução de novas gerações de armamentos táticos nucleares parece ser acompanhada pela generalização de uma atitude tolerante quanto ao seu possível emprego. Por esse caminho e sem contar que as novas armas têm enorme potencial de destruição, abre-se, quase insensivelmente, nova opção para uma possível escalada nuclear. Continuam a ser inventadas armas especialmente cruéis. Esses desenvolvimentos, bem como as perigosas experiências realizadas no campo da engenharia genética, põem em risco os direitos de todos os povos e a integridade da pessoa humana, hoje e no futuro.

Não devemos esquecer que é nesse contexto – em que as negociações entre os Estados coexistem com o prosseguimento, até agora inexorável, da carreira armamentista – que se colocam, com razão, embora não sejam o único elemento do problema, os esforços com vistas à não proliferação de armas nucleares. Não me parece necessário repetir, neste momento, a crítica das lacunas e graves imperfeições desses esforços, tal como espelhados no Tratado sobre a Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), de 1968. Essa crítica foi feita pelos próprios signatários daquele Tratado, por ocasião da Conferência de revisão, realizada em 1975.

O Governo brasileiro, por seu lado, ainda recentemente, teve oportunidade de expor em documento oficial, de ampla divulgação internacional, sua posição sobre o conjunto das questões relacionadas

com o emprego da energia nuclear. Vale reiterar, aqui, a essência de nosso pensamento.

O Brasil é um país pacífico. A preocupação dominante da Nação brasileira é com o seu desenvolvimento econômico e social, integrado e harmônico. O Brasil é contrário a toda proliferação de armas nucleares, vertical como horizontal, e está disposto a participar de esforços internacionais com o objetivo de reduzir e, no devido tempo, eliminar as armas nucleares, bem como prevenir a sua proliferação. Acreditamos que o verdadeiro sentido da não proliferação é sustar a disseminação das armas nucleares, e não impedir a difusão da tecnologia nuclear. O acesso à tecnologia para os usos pacíficos da energia nuclear, atendidos os controles adequados, não deve estar sujeito a restrições discriminatórias.

A decisão brasileira de realizar um importante programa nuclear de finalidades pacíficas fundamenta-se em avaliação cuidadosa das necessidades energéticas do país e das opções possíveis para satisfazê-las. O Brasil está convencido de que a cooperação internacional, apoiada por salvaguardas adequadas, é a melhor forma de assegurar os objetivos do desenvolvimento da utilização da energia para fins pacíficos, sem os riscos da proliferação das armas nucleares. Não é outra, aliás, a diretriz que, sobre o assunto, se elaborou nas próprias Nações Unidas, pois a Agência Internacional de Energia Atômica, cuja larga experiência acumulada ao longo das duas últimas décadas tão útil se tem revelado, foi concebida e instituída precisamente para procurar acelerar e aumentar a contribuição da energia nuclear para a paz, a saúde e a prosperidade no mundo inteiro, assegurando-se de que tal cooperação não seja utilizada de maneira a contribuir para fins militares.

Senhor Presidente,

Confiamos em que a próxima Sessão Especial da Assembleia Geral, dedicada ao Desarmamento, será um passo positivo nas negociações multilaterais sobre os problemas desse campo. Tendo presentes os trabalhos preparatórios em curso, confiamos especialmente em que será possível concentrar a atenção da Assembleia Geral no mais crítico dos aspectos do Desarmamento: a negociação de medidas efetivas de desarmamento nuclear.

Senhor Presidente,

Nossa comunidade é anualmente convocada a pronunciar-se sobre o Oriente Médio, área em que se verificam avanços e recuos no caminho da paz. A posição do Brasil tem sido reiterada neste plenário e em outros foros. Fiéis aos princípios diretores de nossa nacionalidade, consideramos elementos indispensáveis para uma solução justa e duradoura o respeito aos direitos de todos os Estados à existência e de todos os povos e países da região de se autodeterminarem, de exercerem sua soberania e de viverem em paz. Fiéis, ainda, ao princípio da não aquisição de territórios pela força, participamos das preocupações amplamente manifestadas a propósito de recentes iniciativas contrárias a resoluções das Nações Unidas e que pretendem dar uma espécie de legitimidade *de facto* a situações criadas pela força. Essas iniciativas tornam mais difícil a construção da paz na região.

Senhor Presidente,

Devido à opressão racial e à persistência do colonialismo, a África Meridional é outra região onde grassam sérias tensões, que põem em risco a própria manutenção da segurança e da paz internacionais. Seguidamente, tem o Brasil manifestado seu repúdio ao racismo e ao colonialismo, bem como sua crescente apreensão com essa situação, que desafia a consciência da humanidade. Foi, pois, com especial interesse, que participamos das grandes reuniões internacionais realizadas, neste ano, em Maputo e em Lagos, respectivamente a Conferência de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia e a Conferência Mundial de Ação contra o *Apartheid*.

As questões de interesse dos povos da África Meridional devem ser resolvidas sem maior perda de tempo. A comunidade internacional tem o indeclinável dever moral e político de criar condições para acelerar a solução dessas questões internacionais. Apesar dos numerosos obstáculos opostos pelos que, na região, ainda se beneficiam da situação atual, o caminho aberto à negociação deve ser trilhado com perseverança. Devem ser utilizadas, inclusive, opções facultadas pela Carta das Nações Unidas, de modo a deixar perfeitamente claro que a comunidade internacional está determinada a fazer com que as negociações sejam conduzidas com presteza.

A discriminação, a segregação e o ódio racial constituem uma das expressões máximas da violação dos direitos da pessoa humana.

As práticas do *apartheid* merecem condenação, tanto no plano ético e jurídico quanto no político, pois, além de ofenderem a consciência moral e transgredirem os direitos do homem, representam fator de perturbação da paz.

Senhor Presidente,

Desejo também ocupar-me, mesmo que de forma muito breve, da região geográfica a que pertencemos e com cujas aspirações plenamente se identifica o Brasil. É com agrado que me refiro ao construtivo relacionamento entre os países da América Latina, que se desenvolve com base na franca amizade e na cooperação positiva, visando ao benefício mútuo.

A não ingerência nos assuntos internos e externos de outros Estados e o apego aos meios pacíficos e efetivos para a solução de eventuais controvérsias, decorrentes, muitas vezes, da própria intimidade de suas relações, constituem patrimônio inestimável dos países da região.

No quadro interamericano, é com satisfação que registro um acontecimento significativo para os países deste hemisfério e para a comunidade internacional: a assinatura dos Tratados sobre o Canal do Panamá. É um episódio histórico, em que prevaleceu a busca de convergências e o esforço de cooperação. O Panamá e os Estados Unidos da América demonstraram senso de oportunidade e realismo no encontro de solução mutuamente satisfatória para uma questão de longa e penosa duração. Os tratados constituem um passo importante para o restabelecimento da justiça e do respeito que merecem todos os países, grandes ou pequenos, poderosos ou desarmados.

Senhor Presidente,

Conforme já assinalei, a cooperação, à qual a Carta das Nações Unidas nos estimula, pressupõe como requisito básico o respeito à identidade nacional e à soberania dos Estados. A Carta coloca o tema dos Direitos do Homem precisamente no campo da cooperação internacional e, nesse âmbito, faz de sua promoção uma das tarefas importantes da Organização. O tratamento dessa questão, no nível multilateral, poderá concorrer para a criação de condições favoráveis ao exercício pleno desses direitos, que, a nosso ver, abrangem aspectos quer civis e políticos, quer econômicos e

sociais, como o direito à alimentação, à educação, à cultura, ao trabalho, a uma vida livre da miséria, ao amparo na velhice. Todos esses temas devem ser tratados dentro de uma perspectiva integrada e ampla.

Não é nova a preocupação internacional com os Direitos do Homem, como não são novos os esforços de muitos Estados em fazê-los respeitar. Será útil rememorar aqui, ainda que brevemente, o patrimônio conceitual comum adquirido, através dos anos, no exame da matéria, em nível internacional.

O primeiro componente desse patrimônio é a convicção de que o problema tem natureza predominantemente ética, dado fundamental que nem sempre parece presente quando a questão é examinada, neste ou em outros foros. Muitas vezes, o tema é tratado com intuitos distintos do desejo sincero de proteção dos direitos da pessoa humana.

Um segundo componente de nosso patrimônio comum é a convicção de que a questão dos direitos humanos tem caráter universal. Justificar tratamento discriminatório, com base no interesse nacional, é destruir o próprio fundamento da defesa dos Direitos do Homem.

Em terceiro lugar, seria irrealista imaginar que essas questões estejam, na prática, desvinculadas da consideração de outros problemas que afligem a comunidade das nações. A criação de condições propícias ao respeito generalizado pelos Direitos do Homem dependerá da melhoria substancial da segurança política e econômica, em nível internacional. Enquanto permanecer insofreada a carreira armamentista nuclear e enquanto não se der satisfação, no quadro das relações entre o Norte e o Sul, às justas pretensões dos países em desenvolvimento, faltarão requisitos básicos para que os Direitos do Homem, em sua acepção mais ampla e mais verdadeira, possam ser efetivamente respeitados em nível planetário. A negativa em facilitar o estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e mais estável, e que atenda aos reclamos da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, é fator que não pode ser desprezado ou obscurecido, no interesse do respeito aos direitos humanos.

Finalmente, a solução das questões dos Direitos do Homem é da responsabilidade do Governo de cada país. Num mundo ainda e infelizmente marcado por atitudes intervencionistas, abertas ou veladas, e pela distorção de determinados temas, a nenhum país, ou conjunto de países, pode ser atribuída a condição de juiz de outros países em questões tão sérias e tão íntimas da vida nacional.

Com esse patrimônio conceitual em mente, o Brasil acaba de associar-se aos trabalhos da Comissão de Direitos do Homem, o que lhe permitirá contribuir de maneira mais efetiva, no plano da normatividade

internacional, para a promoção desses direitos. Os mecanismos e procedimentos de que já dispõem as Nações Unidas para a consideração da problemática dos direitos humanos parecem-nos amplos e suficientes para que a tarefa prossiga no ritmo que a complexidade da matéria requer e a salvo de fatores e circunstâncias passageiras.

Senhor Presidente,

A cooperação internacional não pode nem deve ser instrumento a que se faça recurso por conveniências momentâneas, ou que sirva como remédio heroico para o socorro de circunstâncias agudamente críticas. Deve ser um esforço continuado, construtivo e criador. Uma avaliação objetiva do quadro das relações econômicas internacionais demonstra ser verdadeiramente indispensável esse esforço.

Sucedem-se iniciativas e projetos sem que, como resultante desejada, se alterem as duras realidades que enfrentam os países em desenvolvimento. Quase vinte anos após o lançamento da Primeira Década para o Desenvolvimento; quase três lustros após a realização da Primeira UNCTAD e mais de uma geração após a criação do ECOSOC, identificados os problemas centrais do relacionamento econômico mundial e debatidas as soluções necessárias, os países em desenvolvimento ainda se defrontam com vigorosos obstáculos e esbarram em estruturas e mecanismos que não mais atendem aos reclamos do mundo atual.

O Brasil esteve entre os primeiros a compreender a ameaça que as desigualdades econômicas necessariamente constituía para a segurança internacional. Soubemos ver nas estruturas internacionais, tais como se apresentavam – e ainda se apresentam –, condicionante grave ao processo de desenvolvimento. Em 1974, a proposta brasileira relativa à segurança econômica coletiva para o desenvolvimento partia dessa verificação para demonstrar que a justiça social e o progresso econômico são essenciais ao sistema de garantias entre os Estados, e, portanto, inseparáveis dos objetivos da paz e da segurança.

Não deixam de ser pouco alentadores os resultados a que chegou a Conferência de Cooperação Econômica Internacional, depois de dezoito meses de trabalho. Era nossa expectativa que a CCEI, mesmo na impossibilidade de resolver problemas imediatos, pudesse inaugurar um novo espírito que presidiria o exame de questões sensíveis e controversas, quando fossem objeto de negociações concretas em foros específicos. Tal não se deu, como evidenciou o caráter infrutífero das negociações de Paris.

Não desejo aqui entrar no exame da substância das deliberações da CCEI, mas quero relembrar que esperanças não preenchidas e manifestações, sem compromisso, de boas intenções não substituem a ação efetiva.

Não bastassem o peso de estruturas cristalizadas e os imensos obstáculos que a história ergueu no caminho dos países que chegaram mais tarde ao processo de industrialização, devo assinalar, com especial preocupação, outro aspecto do quadro atual das relações econômicas internacionais: o recrudescimento do protecionismo em alguns países desenvolvidos. Para superar essas dificuldades adicionais, a cooperação internacional se torna cada vez mais necessária, em benefício tanto dos países em desenvolvimento, quanto dos países desenvolvidos. O Brasil espera que os países industrializados desestimulem atitudes discriminatórias e se empenhem em dar tratamento equitativo às exportações dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

A constatação das dificuldades que existem e da escassa margem de progresso realizado não nos fazem esmorecer na procura de novos caminhos. Os países em desenvolvimento devem, acima de tudo, valer-se de seus próprios esforços, do peso crescente de suas economias e de sua arduamente provada solidariedade para, de forma pragmática, continuar a agir com vigor, mesmo dentro das atuais regras do jogo, na superação de dificuldades e obstáculos com que se defrontam.

Que isso, contudo, não nos leve a perder de vista o imperativo de continuar a trabalhar nos planos operativo e normativo, para lograr mudanças estruturais da natureza intrinsecamente injusta dessas regras.

É, pois, com uma confiança temperada pelo realismo que identificamos a utilidade de duas próximas e importantes Conferências que serão convocadas sob o patrocínio das Nações Unidas: a da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento e a da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Poucas áreas, acredito, contêm tanta promessa de resultados benéficos para a comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Temos visto ampliar-se no âmbito das Nações Unidas a capacidade dos países de expressarem suas aspirações nacionais e de influírem nos

processos decisórios, cujas consequências a todos atingem. Desejamos ver consolidada e fortalecida essa realidade. Queremos ver completamente superado o hiato que ainda afasta muitos Estados da consideração internacional de questões de seu interesse. Essa é uma tarefa urgente, pois o acelerado avanço tecnológico de alguns Estados pode resultar em novo fator que facilite a sobrevivência de formas antiquadas de relacionamento internacional.

Para que as Nações Unidas cumpram plenamente suas magnas funções, como centro de decisões políticas de interesse coletivo, será necessário encorajar a participação equitativa de todos os Estados no processo político, o que revigorará o sistema internacional e dará novo impulso aos esforços comuns pela paz, pela segurança e pelo desenvolvimento. O Brasil confia no mundo de amanhã.

Muito obrigado.

Nova York, em 26 de setembro de 1977.

1978

1978

O processo político brasileiro entraria, em 1978, na rota da sucessão. A indicação do nome do General João Batista Figueiredo pelo Presidente Geisel provocaria reações tanto na área militar quanto na área política. A distensão "lenta, segura e gradual" proposta pelo Presidente Geisel se confrontaria com demandas crescentes pela plena normalização da vida política e institucional do país e pela anistia ampla, geral e irrestrita. O Ato Institucional n° 5 seria revogado por uma emenda constitucional que instituiu reformas políticas. As eleições de setembro renovariam por via indireta a titularidade dos governos dos Estados: o MDB elegeria apenas o Governador do Rio de Janeiro. Em outubro, o General Figueiredo seria eleito pelo Congresso para um mandato de seis anos. O Presidente eleito manifestaria a determinação de continuar a política do Presidente Geisel e proporia uma linha de conciliação. Ao final do ano, seria revogado o banimento de presos políticos trocados nos anos anteriores por personalidades sequestradas.

Continuaria intensa a atividade diplomática brasileira. O Presidente Geisel visitaria o México, o Uruguai e a RFA. E receberia no Brasil o Presidente Jimmy Carter, que não se eximiria de avistar-se com importantes líderes políticos, empresariais, jornalísticos e eclesiásticos da oposição.

No plano internacional, o ano daria lugar a acontecimentos que se transformariam posteriormente em importantes referências: um golpe de estado no Afeganistão, a expulsão do Xá do Irã pelo Governo do Aiatolá

Khomeyni, a eleição do Papa João Paulo II e a assinatura do Acordo de Paz de Camp David entre Egito e Israel.

No último discurso de sua gestão à frente do Itamaraty, o Ministro Azeredo da Silveira faria perante a Trigésima Terceira Assembleia Geral um balanço positivo dos resultados da política externa brasileira. Já se configurava a atenuação dos problemas com os EUA e o Brasil podia anunciar que o seu horizonte diplomático havia-se ampliado consideravelmente mediante a configuração de áreas de cooperação e entendimento, em particular com a América Latina e a África. É de observar a redação cautelosa do parágrafo sobre Camp David, em que o Ministro, ao qualificar as negociações patrocinadas pelos EUA como um "elemento novo na busca da paz para a região", manifesta interesse em acompanhar a sua receptividade por parte dos demais países da região.

Amplas menções críticas são feitas aos temas do desarmamento (decepção diante dos escassos resultados alcançados na I Sessão Especial da Assembleia Geral dedicada ao desarmamento), do Direito do Mar (falta de progressos nas negociações da Conferência), do diálogo Norte-Sul e do processo decisório internacional (o Brasil não pode continuar a aceitar que uns poucos Estados pretendam resolver os destinos políticos do mundo).

XXXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1978

Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira[35]

Senhor Presidente,

Entendo que este ano todos os países de língua portuguesa pronunciarão seus discursos em sua língua nacional, o que passo então a fazer.

Senhor Presidente,

A tradição que atribui ao Brasil o privilégio de inaugurar o debate geral das Nações Unidas me confere este ano o prazer muito especial de ser o primeiro entre os oradores a cumprimentá-lo por sua eleição por aclamação à Presidência desta Trigésima Terceira Assembleia. Sem insistir nos fortes e tradicionais laços que unem nossos dois países, vizinhos e irmãos, é para mim motivo de particular satisfação pessoal ver os trabalhos deste principal órgão político das Nações Unidas confiados à hábil e experimentada direção do meu colega e amigo colombiano Indalecio Liévano Aguirre.

Não poderia eu deixar também de expressar ao Embaixador Mojsov o nosso reconhecimento pela tarefa que cumpriu, no curso deste ano, presidindo a Assembleia Geral durante sua Trigésima Segunda Sessão Ordinária e por um total sem precedente de três Sessões Extraordinárias.

[35] **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917. Terceiro Secretário, por concurso, em 1943. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/74 a 15/3/79. † Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

Trinta e três anos depois da criação desta Organização mundial chegamos, em decorrência do processo de descolonização, promovido e acelerado pelas próprias Nações Unidas, a uma centena e meia de Estados-Membros. As Ilhas Salomão se integram agora, de pleno direito, à comunidade das nações e por isso lhes desejamos boas-vindas.

A tradição, a que me referi em minhas palavras iniciais, confere ao Brasil não apenas o privilégio, mas, sobretudo, a mim, a responsabilidade de abrir este debate, que é o único de alto nível político realizado anualmente entre os representantes da comunidade internacional como um todo, sem distinção entre poderosos e débeis ou entre ricos e pobres.

É esta a quinta vez em que me dirijo à Assembleia Geral, como Ministro das Relações Exteriores do meu país. Quando, há exatamente quatro anos, falei pela primeira vez neste foro, como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Ernesto Geisel, que, então, se iniciava, assinalei que desejávamos que a nossa linguagem, no plano internacional, fosse direta e simples; que queríamos uma comunicação desinibida e franca entre os Estados-Membros das Nações Unidas e que exploraríamos todas as vias de entendimento, por acreditarmos, fundamentalmente, que a cooperação é mais eficaz que o antagonismo e que o respeito mútuo é mais criador que as ambições de preponderância. Afirmei, ainda, que estávamos dispostos a procurar, onde quer que nos movessem os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses de outros povos, agindo sempre em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

Foi essa, em síntese, a orientação que seguiu o Brasil no curso desses anos em suas relações exteriores, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. E o saldo, quero crer, é positivo. Ampliamos consideravelmente as áreas de cooperação e de entendimento com nossos vizinhos da região latino-americana e os de além-mar, as irmãs repúblicas da África, e com os demais países do mundo. Consolidamos amizades tradicionais e desenvolvemos amizades novas e mutuamente benéficas. Ciosos de nossa soberania e independência reiteramos, sempre que necessário, em palavras e ações, nossa inabalável adesão aos princípios da não interferência nos assuntos internos dos Estados, do respeito mútuo e da autodeterminação. E vivemos em paz, procurando sempre solucionar, com serenidade, nossas diferenças de opinião ou eventuais divergências com outras nações.

Buscamos, na medida do possível, romper padrões obsoletos de relacionamento internacional e substituí-los por modalidades mais equitativas e equilibradas. Conseguimos abrir, dessa forma, novos

horizontes diplomáticos. E assim revelamos o verdadeiro perfil externo do Brasil, sempre sensível às transformações da realidade internacional.

Criou-se, desse modo, uma sólida base sobre a qual pode erguer-se o Brasil dos próximos anos, um Brasil firmemente empenhado na tarefa de promover os seus ideais de paz, justiça e desenvolvimento, em harmonia com as demais nações do mundo.

No mesmo discurso de setembro de 1974, ressaltei certos graves problemas que afligem a Comunidade Internacional, incluídos na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas e que, direta ou indiretamente, também afetavam e continuam a afetar o país que represento. Em alguns desses casos, o balanço desses últimos quatro anos foi positivo, se bem que ainda insatisfatório. Em outros, foi claramente negativo.

Para mencionar apenas um desses problemas, referi-me então, em primeiro lugar, ao tema geral da descolonização e da desumana política do *apartheid.* Os anos decorridos causaram grande regozijo ao Brasil, com a independência e o ingresso nas Nações Unidas de todos os antigos territórios portugueses na África. Mas nossas atenções continuam voltadas para os povos da Namíbia e Zimbábue, que ainda buscam sua autodeterminação e independência, para não mencionar outros povos, em outras partes do mundo, que ainda se encontram sob o jugo da dominação estrangeira. Esperamos, ansiosamente, a ocasião de dar, muito em breve, à nação namibiana, afinal livre e soberana, e com sua integridade territorial preservada, as boas-vindas a esta Organização das Nações Unidas. Mas a nossa satisfação cautelosa com os aparentes progressos em direção à independência desse país africano – tema este ano de histórica Sessão Especial da Assembleia – não chega a contrabalançar a continuada frustração das expectativas da comunidade internacional com relação à autodeterminação do povo do Zimbábue e à abolição do regime do *apartheid.*

Nem pode, Senhor Presidente, nos tranquilizar a relativa e instável paz que prevalece em grande parte do mundo, quando observamos situações explosivas que perduram e, em alguns casos, rapidamente se deterioram. Num mundo solidário e interdependente não há paz enquanto persistem focos de tensão, de injustiça e de conflitos, ainda que localizados.

Nesse sentido, a situação extremamente volátil no Oriente Médio é, para todos nós, causa da mais profunda preocupação. O constante recrudescimento, nessa região, das desconfianças e das hostilidades que têm marcado sua história conturbada e, em particular, os trágicos acontecimentos no Líbano, que levaram este ano à convocação de mais uma Sessão Especial da Assembleia Geral – tudo isso gera um clima de inquietação e desânimo.

As recentes negociações de Camp David constituem um elemento novo na busca da paz para a região. Aguardamos com interesse as novas etapas do processo iniciado e observamos atentamente seu grau de aceitação pelas demais partes mais diretamente envolvidas na questão, com esperança de que sejam alcançadas soluções justas e duradouras, compatíveis com os princípios da não aquisição de territórios pela força, do reconhecimento dos anseios legítimos do povo palestino e do direito de todas as partes do conflito à sobrevivência e à autodeterminação.

Não posso, Senhor Presidente, deixar de fazer menção especial a um problema que coloca crescentemente em risco a própria existência da Humanidade. Refiro-me, é claro, à corrida armamentista e, em particular, à corrida armamentista nuclear.

A situação de hoje exige ação decisiva por parte da comunidade internacional, que já assistiu, complacente, e por muitos anos, à desenfreada acumulação, por uns poucos Estados, de armas de destruição em massa e à terrível e constante sofisticação, por esses mesmos Estados, de instrumentos capazes de aniquilar a vida humana na terra. O que nos ameaça, a cada um de nós nesta sala, e a cada um dos cento e cinquenta países que representamos, não é só o perigo de que essas armas venham um dia a ser usadas, mas também a própria existência desses arsenais.

O espírito de franqueza, que deve animar este debate geral, leva-me a dizer que, nesse sentido foram decepcionantes os resultados da Primeira Sessão Especial da Assembleia dedicada ao desarmamento, realizada em maio e junho deste ano. Ainda que conscientes das limitações que decorreriam inevitavelmente das realidades do poder, alimentávamos a esperança de que a Sessão Especial constituísse um primeiro passo, ainda que modesto, em direção à solução dos problemas prioritários no campo das armas nucleares.

Cientes da necessidade de assegurar a cooperação de todos os Estados, em particular das potências nucleares, concordamos todos em que o método adequado ao trabalho era o de buscar soluções por consenso. Mas assistimos ao bloqueio mesmo de versões sucessivamente diluídas de textos voltados efetivamente para o desarmamento. Suprimidas de vez ou tornadas ambíguas e ineficazes seções inteiras referentes aos problemas realmente urgentes no campo das armas nucleares, o documento final contém sérias omissões e confere importância desproporcional a aspectos de prioridade secundária da temática geral do desarmamento.

Não tendo sido possível alcançar, na Sessão Especial, progressos significativos nas matérias substantivas de maior prioridade e urgência, é sintomático que os principais resultados práticos da Assembleia para o Desarmamento se situem justamente no campo processual dos

mecanismos para futuras negociações e deliberações. Dispostos a continuar contribuindo de boa-fé para todos os esforços construtivos nesse campo, apoiamos as decisões relativas à constituição do novo Comitê Negociador e da nova Comissão de Desarmamento. Na medida de suas possibilidades, o Brasil se esforçará para que esses dois órgãos alcancem os resultados urgentemente requeridos no campo do desarmamento e, em particular, do desarmamento nuclear.

Os obstáculos que certos países desenvolvidos procuram criar para a aquisição, pelos demais Estados, de tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento, inclusive a nuclear para fins pacíficos, são apenas um campo em que alguns países altamente industrializados, cientes da crescente importância econômica e política da tecnologia, num mundo de recursos naturais cada vez mais limitados, tentam sistematicamente dificultar, restringir ou impedir o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia necessária à promoção do bem-estar dos seus povos. A situação, que tende apenas a se agravar, preocupa, especialmente na medida em que se insere no quadro cada vez menos animador das relações econômicas Norte-Sul, caracterizado, em praticamente todos os seus aspectos, por um agravamento de tendências – como o protecionismo – contrárias ao estabelecimento de uma economia internacional mais justa e equitativa.

Nesse contexto, é de se lamentar que a carência de vontade política da parte de grande número de nossos parceiros desenvolvidos siga impedindo o progresso de negociações construtivas. Encerrou-se, há duas semanas, neste recinto, a Sétima Sessão da Conferência sobre o Direito do Mar. Nada me daria maior prazer do que poder afirmar que esse encontro, o mais recente de uma longa série, teria chegado a resultados positivos. Infelizmente assim não ocorreu. Durante a parte da reunião que foi realizada em Genebra, havíamos notado algum progresso em temas importantes, mas a continuação do encontro, em Nova York, parece ter provocado recuos e retrocessos, o que nos impede de nos declararmos satisfeitos, ainda que modestamente, com o que foi alcançado.

Não contribuiu para melhores resultados a perspectiva de ver adotada, unilateralmente, legislação nacional sobre a matéria em negociação, em oposição direta à Resolução 2.749 (XXV), que foi adotada sem vozes discordantes. Não podemos ainda avaliar com precisão até onde irão as consequências de ações desse tipo, mas não é possível vê-las sem profunda preocupação. Vale lembrar que a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, por muitos foi julgada como a mais importante que se realiza desde a Conferência de São Francisco, na qual foi estabelecida a nossa Carta e criada a nossa Organização.

Outro exemplo flagrante e recente dessa situação foi a suspensão, há dias, dos trabalhos do órgão, que, em tese, deveria influir decisivamente no andamento de negociações específicas no quadro do diálogo Norte-Sul.

O Brasil continua sempre empenhado na promoção e no aperfeiçoamento da cooperação internacional, mas assiste, com desalento, ao gradativo esmaecimento do quadro animador que se delineara com os resultados da Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral. Esta Trigésima Terceira Sessão será, portanto, de crucial importância para a determinação dos rumos do diálogo Norte-Sul.

E é à luz desses fatos que atribuímos especial importância ao desenvolvimento de mecanismos destinados a suprir as deficiências da cooperação Norte-Sul. Nesse sentido, o Brasil tem levado adiante e apoiado esforços destinados a promover, ampliar e intensificar a cooperação – horizontal e equitativa – entre os países que lutam pelo desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, há pouco realizada, foi um marco importante dos esforços multilaterais nesse campo.

Senhor Presidente,

A Organização das Nações Unidas é o único mecanismo universal cujo dever é o de zelar pela manutenção da paz e segurança internacional e o de, simultaneamente, promover a cooperação para o desenvolvimento econômico e social de todos os povos. É um sistema imperfeito, suscetível de reformas, mas é, sobretudo, um sistema imperfeitamente utilizado.

A própria Carta da Organização estabelece, como o primeiro de seus princípios fundamentais, o da igualdade soberana de todos os Estados. Mas esse dispositivo, que deveria ser a base da cooperação universal para a solução dos grandes problemas do mundo de hoje, é, a cada momento, solapado. Não negamos que certos Estados sejam imensamente mais prósperos e mais poderosos do que outros. O que não podemos continuar a aceitar é que pretendam alguns poucos Estados resolver os destinos políticos e econômicos do mundo à margem das Nações Unidas e à revelia dos interesses da grande maioria dos seus Membros. A estes não pode mais ser negada a participação no processo da tomada de decisões que afetam direta ou indiretamente os seus destinos.

Muito obrigado.

Nova York, em 25 de setembro de 1978.

1979

1979

O General João Figueiredo tomou posse como Presidente da República em março de 1979 com um programa político comprometido com a aceleração do processo de normalização da vida política e institucional do Brasil. Em agosto, o Presidente sancionaria a lei de anistia aprovada pelo Congresso. Começariam a retomar ao país os líderes políticos que se haviam exilado no exterior e surgiriam as primeiras pressões com vistas ao restabelecimento das eleições diretas. Se, porém, o panorama político se transformava positivamente, a economia dava sinais de instabilidade, com o recrudescimento da inflação.

O panorama internacional se agravaria ao longo do ano com a queda do Xá e a instalação do regime fundamentalista do Aiatolá Khomeyni no Irã, em janeiro, e com a invasão do Afeganistão em dezembro. No Iraque, subiria ao Poder Sadam Hussein. As relações estratégicas entre os EUA e a URSS voltariam a assumir feição confrontacionista.

Ao se iniciar o Governo, a diplomacia brasileira daria clara prioridade às relações de vizinhança. Negocia-se um entendimento com a Argentina sobre as características da represa de Itaipu e sua compatibilização com o projeto de Corpus que encerra a fase aguda de uma longa confrontação entre os dois países. O Brasil suspende relações diplomáticas com o regime Somoza na Nicarágua e toma importantes iniciativas de reativação diplomática com o Peru e a Venezuela. Em dezembro, autoriza-se a instalação de um escritório da Organização para a Liberação da Palestina em Brasília.

Ao pronunciar o seu primeiro discurso como Chanceler perante a Trigésima Quarta Assembleia Geral, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro enuncia com muita confiança a evolução da postura diplomática do Brasil. Reafirma os compromissos do país com os princípios da independência, igualdade soberana, autodeterminação e não interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, assim como o apoio à solução pacífica de controvérsias. E assinala a determinação do Brasil de promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, para, em seguida, fixar a identificação do Brasil com os países em desenvolvimento e a determinação do país de "alargar e enriquecer o sentido de harmonia e solidariedade" com as nações do chamado Terceiro Mundo.

Um *tour d'horizon* das diferentes áreas dá ensejo a que se afirme o objetivo de reaproximação com "as nações irmãs da América Latina", a que se mencionem as "profundas afinidades" entre o Brasil e os países africanos, seus "vizinhos de leste", e a que se expresse preocupação crescente com os problemas que afligem o Oriente Médio. O Ministro Guerreiro demanda, em termos inéditos e inequívocos, a desocupação de todos os territórios tomados pela força e o reconhecimento e implementação dos direitos do povo palestino à autodeterminação, independência e soberania.

Segue-se uma dura análise do panorama das relações econômicas internacionais, que culmina com uma exortação aos países desenvolvidos para que cessem de se preocupar exclusivamente com os problemas derivados da elevação dos preços do petróleo e se dediquem de boa-fé ao diálogo Norte-Sul. E, ao fazer um chamamento pela solidariedade dos países em desenvolvimento, o Ministro reclamaria o estabelecimento de novas formas de cooperação comercial que permitissem minimizar os desequilíbrios introduzidos pela crise do petróleo.

O discurso inclui também palavras de censura à falta de progressos em desarmamento, reivindicando-se participação efetiva dos países em desenvolvimento nas negociações.

XXXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1979

Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro[36]

Senhor Presidente,

Ao abrir o debate geral, tenho a honra e o sincero prazer de apresentar a Vossa Excelência as primeiras expressões de congratulações por sua eleição para o cargo de Presidente da Trigésima Quarta Sessão da Assembleia Geral. Vossa Excelência conta com o apoio da comunidade internacional aqui representada graças ao apreço que temos por seu país e por suas próprias qualificações pessoais, que conhecemos e admiramos.

A incessante dedicação de Vossa Excelência aos princípios da soberania e autodeterminação e a notável contribuição que prestou aos esforços pela paz e independência distinguiram sua atuação, nos últimos anos, como Presidente do Comitê Especial sobre a aplicação da Declaração relativa à concessão da independência aos países e povos coloniais.

Vossa Excelência bem conhece os significativos vínculos que existem entre as nações africanas e o Brasil. Beneficiários de uma mesma herança em muitos campos e parceiros de aspirações básicas, temos buscado expandir nossos laços, de modo a formar uma rede de cooperação mútua, que já abrange ampla gama de atividades. É com particular agrado que me refiro, nesse contexto, à iminente instalação da Embaixada

[36] **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro**, nascido em Salvador, BA, em 22 de dezembro de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade da Bahia. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1945. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/79 a 15/3/85. † Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 2011.

do Brasil em Dar-Es-Salaam. Estabelece-se, assim, um canal diplomático direto com uma das mais importantes capitais da África.

Antes de prosseguir, desejo expressar, Senhor Presidente, o prazer do meu Governo com o modo extremamente capaz e produtivo pelo qual o Doutor Indalecio Liévano Aguirre – ilustre sul-americano e representante da Colômbia, país com que o Brasil mantém fraternal amizade – conduziu os trabalhos da Trigésima Terceira.

Por muitos anos e de variadas maneiras, Senhor Presidente, tenho estado associado com o labor e o desenvolvimento desta Organização e pude testemunhar sua transformação num foro verdadeiramente universal. É, portanto, com satisfação que acolho um novo Estado-Membro – um país da América Latina –, Santa Lúcia, cujos representantes desejo saudar, na expectativa de que cooperaremos, de modo frutífero, nesta Organização.

Senhor Presidente,

Ao assumir o Governo em 15 de março último, o Presidente João Figueiredo reafirmou que a política externa do Brasil busca realizar os nobres ideais da paz, justiça e cooperação internacional para o desenvolvimento. Nos próximos anos, perseveraremos no desbravamento de novos caminhos para o entendimento e a cooperação com nações de todos os quadrantes do mundo. Nessa tarefa, faremos uso da tradicional capacidade brasileira de diálogo amistoso e do nosso sentido de dignidade nacional.

Ao olharmos para o futuro, parece-me apropriado reafirmar o compromisso do Brasil com os princípios da independência nacional, igualdade soberana dos estados, autodeterminação dos povos e não interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, assim como nosso apoio à solução pacífica das controvérsias internacionais, como determina a Carta das Nações Unidas. O Brasil continuará a trabalhar pelo fortalecimento das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais, na cooperação para o desenvolvimento e na promoção do respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Senhor Presidente,

Para o Governo brasileiro, é motivo de satisfação que as relações com os nossos vizinhos imediatos – as nações irmãs da América Latina – estejam cada

vez mais permeadas por tendências positivas. Sopram ventos de mudança na América Latina. Os países da região estão conscientes da necessidade de dar novas dimensões a seus laços históricos, através da intensificação de suas consultas políticas, do estabelecimento de novos e dinâmicos laços culturais e do aumento substancial de suas relações econômicas e comerciais. Embora conservando seus traços e peculiaridades, os países da América Latina se aproximam cada vez mais. Com a expansão do campo de entendimentos, será necessário acordar novas formas de ação conjunta. Por sua parte, o Brasil está pronto a cooperar e é nosso interesse que a paz e o descontraimento prevaleçam em nossa região e que os países da América Latina possam enfrentar, ombro a ombro, a luta comum pelo desenvolvimento. Com esse objetivo desejamos trabalhar com outras nações de todas as partes da América Latina.

Com seus vizinhos de Leste, as nações da África, o Brasil se sente especialmente ligado. Os vínculos que pudemos desenvolver através dos anos refletem não apenas a proximidade geográfica, mas também as profundas afinidades entre os nossos povos. Juntos, identificamos nosso interesse pela criação de novos padrões de cooperação econômica e técnica pelo estabelecimento de novos fluxos de bens e serviços. Juntos buscamos soluções comuns, em nossos esforços para superar os desafios do desenvolvimento e da independência, numa base de confiança e respeito mútuo.

Fomos particularmente sensíveis ao profundo sofrimento do povo de Angola com o inesperado desaparecimento do Presidente Agostinho Neto, há duas semanas. Para seu povo, Agostinho Neto foi o guia na luta pela independência e pela construção nacional e um líder africano cujas qualidades pessoais granjearam respeito e alto apreço. Em meu país ele era visto também como um dos poetas contemporâneos mais significativos de nossa língua comum. Sua morte ocorreu antes que pudesse ser alcançado o objetivo de uma África inteiramente livre da dominação político-econômica e da injustiça social. Mas, como ele mesmo diria, a luta continua, pela autodeterminação e pela independência do Zimbábue e da Namíbia e pela eliminação do aparteísmo.

Com as nações do Oriente Médio, o Brasil forjou firmes laços de amizade, entendimento e cooperação. Encaramos com crescente preocupação os problemas que afligem aquela parte do mundo. Durante o último ano, muito evoluiu a situação do Oriente Médio. Seria, porém, excessivamente otimista afirmar que as perspectivas de paz – de uma paz justa, duradoura e abrangente – são hoje, de alguma forma, melhores do que um ano atrás.

Apesar disso, alguns Estados ainda relutam em aceitar as mudanças que devem ser realizadas para que uma verdadeira paz

possa ser alcançada. Alguns insistem em fechar os olhos ao fato básico de que não haverá paz na área até que todos os territórios tomados pela força sejam desocupados e até que os direitos do povo palestino – seus inegáveis direitos à autodeterminação, independência e soberania na Palestina, de acordo com a Carta das Nações Unidas – sejam devidamente reconhecidos e implementados. Não se pode prever, igualmente, êxito real em negociações de paz sem a participação da Organização pela Libertação da Palestina, que é um dos atores relevantes do quadro político da região.

Acreditamos que todos os Estados da região têm direito de existir dentro de fronteiras reconhecidas. Esse direito implica, na verdade, o reconhecimento do direito de viver em paz de todos os povos da região, inclusive os que, sem lar, mais têm sofrido. Não mais se podem tolerar delongas na adoção de medidas efetivas com vistas a um futuro de bom entendimento, paz e justiça no Oriente Médio. É esperança do Governo brasileiro que a presente Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas possa criar condições diplomáticas para que surja uma nova situação política, em benefício de todos.

Senhor Presidente,

A economia mundial prepara-se para ingressar na década de 80 em condições marcadas por incertezas generalizadas. Depois de mais de vinte anos de intensas negociações para a reformulação das relações entre o Norte industrializado e o Sul em desenvolvimento, os resultados alcançados não foram além do reconhecimento teórico das situações de desequilíbrio e da necessidade de revê-las.

É inegável que as medidas práticas para a correção dos fatores de desequilíbrio econômico se limitaram, essencialmente, à convocação de conferências internacionais ou à criação de organismos multilaterais mais voltados para o debate dos problemas do que para sua negociação e solução.

A institucionalização da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD, e os desdobramentos de seus trabalhos ao longo de cinco reuniões de alto nível; o estabelecimento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; a adição ao texto do Acordo de Tarifas e Comércio, o GATT, de um capítulo sobre os problemas de comércio das nações menos desenvolvidas; numerosas sessões desta Assembleia Geral e dezenas de reuniões e conferências sobre os mais variados temas; o lançamento de duas "Décadas do Desenvolvimento";

a chamada Conferência Norte-Sul de Paris; todo este imenso esforço não chegou a modificar o panorama de injustiça e assimetria que caracteriza tão profundamente o relacionamento Norte-Sul.

A notável prosperidade da economia ocidental no pós-guerra se vê hoje ameaçada por numerosas dificuldades. Mudou a própria essência do problema econômico vivido pelas grandes nações desenvolvidas: se antes, na fase de crescimento acelerado, o problema era o de minimizar os elementos de instabilidade num contexto de expansão sustentada, agora trata-se apenas de evitar que o sistema internacional chegue a pontos intoleráveis de instabilidade.

Neste momento, ocorre uma preocupante desaceleração do comércio internacional: seu volume, que até 1973, cresceu à média de nove por cento, expande-se agora a menos de cinco por cento ao ano. A contração dos espaços econômicos prenuncia o agravamento das tendências protecionistas, e introduz um inquietante elemento de fricção numa economia cada vez mais interdependente e internacionalizada.

Vão se estabelecendo no campo comercial, com crescente nitidez, linhas de clivagem entre o Norte, crescentemente integrado, e o Sul, onde países como o Brasil veem sua participação nas exportações internacionais ficar muito aquém da contribuição por eles oferecida à prosperidade mundial. Essa contribuição se configura não só pela compra de bens e serviços, mas também pela importação, adequadamente remunerada, de insumos tecnológicos e recursos financeiros, sob a forma de investimentos diretos e de capitais de empréstimo.

As próprias dificuldades da conjuntura têm, paradoxalmente, servido de estímulo à integração entre as economias altamente industrializadas. Terminada mais uma ambiciosa rodada de negociações no GATT, verificamos que seus resultados beneficiaram, sobretudo, o comércio de bens sofisticados entre as nações altamente industrializadas. No hemisfério Norte, liberaliza-se o comércio recíproco e são adotadas soluções construtivas que propiciam o maior entrelaçamento dos respectivos setores industriais, com acrescida cooperação tecnológica e financeira, e redobradas trocas de investimentos diretos.

Aumenta, por outro lado, a aproximação entre o mundo industrializado e as nações que passaram a contar com elevada disponibilidade de recursos financeiros, em decorrência da valorização nos preços do petróleo.

Tais fatos são positivos para a economia mundial e, nesta medida, merecem simpatia e apoio. Do ponto de vista do interesse específico das nações em desenvolvimento como o Brasil, entretanto, o panorama das

relações comerciais com o mundo desenvolvido suscita preocupação. O que está ocorrendo não é a demolição das estruturas protecionistas, mas sua evolução para novas formas e modalidades, por vezes mais sutis, mas nunca menos eficazes.

Longe de desfazer-se, o protecionismo muda de face, modemiza-se, atinge com impacto redobrado precisamente as nações que, devido à crônica tendência aos desequilíbrios externos – imposição inevitável de seu esforço de desenvolvimento –, mais necessitam de acesso aos grandes mercados mundiais.

É preciso evitar que as preocupações com aspectos prementes das dificuldades econômicas – como os problemas da inflação no mundo desenvolvido e a questão da elevação nos preços do petróleo – releguem ao segundo plano a problemática mais ampla, da luta pela superação da estrutura do subdesenvolvimento. A industrialização dos países em desenvolvimento está sendo dificultada no momento em que começam a dar frutos seus esforços, e quando mais podem contribuir à economia internacional também como fornecedores, crescentemente competitivos, de produtos manufaturados. Talvez pior do que o protecionismo às abertas, consubstanciado em barreiras comerciais contra as vendas desses países, seja a omissão implícita no abandono dos problemas do relacionamento entre o Norte e o Sul, que se evidenciou, por exemplo, quando da recente reunião de cúpula de Tóquio.

Recentemente, o Presidente Figueiredo, em discurso pronunciado por ocasião do lançamento pelo Governo e empresariado brasileiro de um redobrado esforço de exportação, afirmou o seguinte:

> A nossos parceiros industrializados, declaramos nossa disposição para o diálogo e o entendimento, e nossa rejeição a qualquer atitude gratuita de confrontação. Desejamos chegar, juntos, a soluções estáveis e construtivas. Por meio delas, contamos afastar o espectro do protecionismo hoje aguçado pelas dificuldades generalizadas. E abrir espaços cada vez mais amplos ao comércio e à cooperação internacional.

É nesse espírito que nos dirigimos a nossos amigos do mundo desenvolvido. O Brasil favorece a retomada do diálogo Norte-Sul, mediante novo e revigorado esforço de negociação efetiva com vistas a remodelar o relacionamento entre o mundo desenvolvido e as nações em desenvolvimento. Nesse contexto, veremos a que resultados práticos chegará a Assembleia Especial de 1980.

Senhor Presidente,

Confiamos em que o mundo em desenvolvimento saberá manter sua solidariedade fundamental perante as nações altamente industrializadas. Mas o mundo em desenvolvimento não pode ter sua unidade calcada exclusivamente na coincidência de interesses em face das nações desenvolvidas. Essa unidade precisa expressar um sentido efetivo de entendimento e cooperação. Para ser autêntica, a solidariedade do mundo em desenvolvimento deve estender-se crescentemente à ação concreta. Refiro-me aqui especialmente a atual crise energética. Devem ser estabelecidas novas formas de cooperação comercial entre os países em desenvolvimento. Devem aumentar, em bases de mutualidades, os fluxos econômicos e financeiros diretos entre países em desenvolvimento, a fim de que não se introduzam, em caráter duradouro, situações de agudo desequilíbrio no Terceiro Mundo. Com esse fim, devem urgentemente os países em desenvolvimento manter entre si todas as consultas que se façam necessárias, inclusive para preparar o diálogo que deverão manter com os países industrializados.

De sua parte, o Brasil vem se empenhando em intenso esforço de ampliar seu intercâmbio e suas relações de cooperação com outros países em desenvolvimento. Temos partilhado, ao máximo de nossas possibilidades, o acervo de experiências de que dispomos como país tropical e de nível relativamente elevado e diversificado de industrialização. Nosso intercâmbio com as nações da América Latina, África e Ásia, que, na década de sessenta, respondia por nove por cento de nossas exportações e cerca de vinte e três por cento de nossas compras, representa, hoje, vinte e cinco por cento de nossas vendas e mais de quarenta por cento de nossas importações. Mais de um bilhão de dólares foram destinados pelo Governo brasileiro, nos últimos anos, à abertura de linhas de crédito em favor de outras nações em desenvolvimento. Prestamos cooperação técnica, embora ainda modesta, a quatro dezenas de países da América Latina e África, e temos, hoje, cerca de quinze mil estudantes estrangeiros em instituições técnicas e universitárias brasileiras.

Na área das fontes renováveis de energia, estamos abrindo um campo inteiramente novo à cooperação. Graças a vultuosos investimentos para a produção de álcool combustível, e para o desenvolvimento da tecnologia de seu uso, pode o Brasil tornar-se o fulcro de um amplo esforço de desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com efeitos benéficos para todos os países, produtores e consumidores, que buscam o bom uso e a adequada conservação das reservas de petróleo, bem

como maior estabilidade e previsibilidade na evolução do mercado desse produto essencial.

Estamos assim contribuindo, no limite de nossas possibilidades, para alargar e enriquecer o sentido de harmonia e solidariedade do mundo em desenvolvimento, condição indispensável para o êxito da tarefa de revisão dos padrões de relacionamento entre o Norte e o Sul.

Senhor Presidente,

Sérios problemas políticos e econômicos de repercussão mundial tornaram-nos todos agudamente conscientes da importância do diálogo e da cooperação entre os Estados. Os países em desenvolvimento despertaram para o fato de que podem e devem procurar-se mutuamente para resolver seus problemas comuns. Despertaram, também, para o fato de sua marginalização em negociações e processos decisórios internacionais que diretamente afetam, de tantas maneiras, seus legítimos interesses e aspirações.

Não mais se pode ignorar que todos os Estados, sem discriminação, têm o direito de participar equitativa e efetivamente nas decisões que condicionam seus destinos nacionais. Não é somente nas questões energéticas, comerciais, e outras do campo econômico, que se verifica essa necessidade de participação. Desejo considerar também a presente situação no campo do desarmamento.

Apesar de a Sessão Especial da Assembleia Geral de 1978 ter ficado longe de alcançar um compromisso claro quanto ao desarmamento nuclear, criou-se o que parecia ser um mecanismo mais aberto e democrático para as negociações sobre o desarmamento. Foram, porém, pouco encorajadores os resultados do primeiro ano de trabalho do Comitê sobre o Desarmamento. O Comitê se concentrou no debate do seu regimento interno e de outras questões processuais, enquanto as negociações sobre questões substantivas básicas continuaram a ser conduzidas diretamente entre as duas principais potências militares.

Saudados em alguns círculos como um grande avanço no campo do desarmamento nuclear e descritos em outros como não mais do que um passo limitado em direção ao que se poderia chamar de uma gerência racional da corrida armamentista, os acordos SALT-II são um resultado de tais negociações diretas entre as duas principais potências militares. Aos demais Estados, presumivelmente, será pedido que elogiem os acordos durante a presente sessão da Assembleia Geral. Não nos oporemos a tal pedido.

Vemos, porém, o SALT-II primordialmente como uma etapa intermediária que deve levar ao pronto início das negociações SALT-III, em que se prometem reduções substantivas no armamento nuclear. De qualquer forma, devem as negociações SALT integrar-se num esforço mais amplo e aberto à participação de todos os Estados com vistas ao desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional.

O Comitê de Desarmamento propriamente dito não teve sequer a oportunidade de iniciar negociações significativas sobre duas medidas que já se encontravam, há muitos anos, na agenda do seu antecessor, a CCD. Nem as conversações trilaterais sobre a proibição de testes nucleares, nem as discussões bilaterais sobre a proibição de armas químicas ensejaram, este ano, a esperada apresentação de propostas concretas ao Comitê de Genebra. Ao invés disso, foi apresentado ao órgão negociador multilateral, no penúltimo momento, um projeto sobre armas radiológicas, produzidas pelas duas principais potências militares, com a recomendação de que o Comitê o aprovasse rapidamente e o encaminhasse à Assembleia Geral para endosso. Embora tivesse acolhido essa iniciativa, o Comitê prudentemente decidiu que lhe cabia examinar e discutir o texto proposto em maior profundidade.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que, neste ano, o único esforço importante de desarmamento aberto à participação de todos os Estados não se situou na área altamente prioritária do armamento nuclear, mas se dirigiu a certos armamentos convencionais específicos.

Senhor Presidente,

Antes de concluir, desejo referir-me a duas questões que foram objeto de amplos detalhes, no seio das Nações Unidas, no correr do presente ano: o Direito do Mar e a ciência e tecnologia. O Governo brasileiro tem participado ativamente dos trabalhos da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, animado pelo desejo de buscar, com os demais membros da comunidade internacional, uma estrutura jurídica universalmente aceitável para o uso dos espaços marinhos. Os resultados da última sessão da Conferência parecem indicar o caminho para solucionar alguns dos pontos mais delicados do que seria a futura Convenção. Não nos fazemos, contudo, ilusões quanto às dificuldades que ainda enfrenta a Conferência, dificuldades essas que só podem ser resolvidas com espírito construtivo e em ambiente de serenidade. É de lamentar que iniciativas intempestivas venham a perturbar a marcha natural dos trabalhos que

entram em sua fase decisiva. Refiro-me, inclusive, à eventual adoção de legislações unilaterais sobre a exploração dos recursos dos fundos marinhos além da jurisdição nacional, caracterizados por esta Assembleia como patrimônio comum da humanidade. O Brasil espera que acabe, igualmente, por prevalecer o sentimento de responsabilidade coletiva, essencial para que um empreendimento desta complexidade e magnitude possa ser bem sucedido.

O Brasil também participou de forma muito ativa e interessada na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia.

Esperamos que o Programa de ação e o Comitê intergovernamental criados em Viena e o prosseguimento das negociações, inclusive em conferências já previstas no âmbito das Nações Unidas, possam levar os países do Norte e do Sul à revisão dos dispositivos que regulam a propriedade industrial e a resultados concretos no campo da transferência da tecnologia consentâneos com as necessidades dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Ao concluir, devo assegurar-lhe, que, como no passado, a Delegação do Brasil está pronta a trabalhar juntamente com as demais Delegações para solucionar as questões diante da Assembleia Geral. Devo, também, declarar-lhe que, no Brasil, permanecemos confiantes e otimistas quanto ao futuro, apesar das frequentes e graves mudanças adversas que a conjuntura internacional tem oposto a nossos esforços. Estamos convencidos de que somos capazes de superar os variados obstáculos que nosso país enfrenta e determinados a continuar a cooperar de forma equitativa nos esforços internacionais, conduzidos dentro e fora das Nações Unidas, para a promoção da justiça, do desenvolvimento e da paz.

Muito obrigado.

Nova York, em 24 de setembro de 1979.

1980

1980

A queda do Xá do Irã, a invasão do Afeganistão e, mais adiante, o episódio da brigada soviética em Cuba seriam percebidos nos meios ocidentais como manifestações ameaçadoras de um processo de expansão da influência soviética. A partir da invasão do Afeganistão, em dezembro de 1979, não havia mais dúvida que a era da *détente* chegara ao fim. O armamentismo soviético era apontado como suscetível de romper a paridade estratégica e de tornar, portanto, possível uma confrontação nuclear. O abandono do SALT-II pelos EUA assinalaria as novas tendências da macroestrutura internacional: o instrumento símbolo da *détente* tornara-se incompatível com os impulsos de confrontação que voltavam a prevalecer.

Com a eleição de Ronald Reagan, os EUA se empenhariam em reverter os ganhos soviéticos no quadro estratégico global. Abrir-se-ia nova fase da carreira armamentista. O programa "Guerra nas Estrelas" elevaria para volumes sem precedentes os orçamentos militares. Ressurgiria a tendência a subordinar todos os eventos internacionais à lógica da confrontação entre as superpotências. Recuperava-se a visão característica da política de Blocos, ocupando-se os EUA e a URSS de reforçar e solidificar as suas respectivas bases de sustentação.

Já não seria mais viável, porém, fazer com que os Blocos voltassem a suas configurações originais. Mesmo em suas áreas primárias de influência, as superpotências enfrentariam desafios significativos. Os movimentos de libertação na Nicarágua e na República de El Salvador, de

um lado, e o reconhecimento do sindicato "Solidariedade" na Polônia, de outro, desafiariam a rigidez dos padrões de comportamento intrabloco e determinariam reações menos baseadas na aplicação ostensiva do poder de tutela por parte de uma e outra superpotência.

A guerra Irã-Iraque, por sua vez, abriria um processo de instabilidade, ainda não concluído, numa região vital para os interesses de segurança política e econômica dos países desenvolvidos.

O Brasil enfrentaria esse período de retomada da Guerra Fria com uma ação diplomática voltada sobretudo para a consolidação das relações com os países latino-americanos. Visitas presidenciais ao Paraguai, à Argentina e ao Chile, assim como o recebimento dos mandatários da Argentina e do México, possibilitam a progressiva recuperação de espaços diplomáticos e de cooperação.

Internamente, o quadro político dava sinais ambivalentes, ora em sintonia com a dinâmica da recuperação progressiva das franquias políticas e individuais, ora cedendo a reações de natureza autoritária. O episódio do Riocentro (atentado frustrado contra os assistentes a um espetáculo no Rio de Janeiro comemorativo do Dia do Trabalho, atribuído a agentes dos serviços de informações das Forças Armadas) revelaria dramaticamente a extensão das resistências de certos setores militares ao processo de abertura. Em novembro, o Congresso aprovaria emenda estabelecendo eleições diretas para governador e acabando com os chamados "senadores biônicos".

Em seu discurso perante a Trigésima Quinta Assembleia Geral, o Ministro Guerreiro manifestaria dificuldade em encontrar razões de otimismo ao examinar a conjuntura internacional. Ao criticar o caráter vertical e centralizador do processo de decisões internacionais, o Ministro usa expressões veementes para condenar a pretensão de "um país... por mais forte que seja, legislar para o mundo, como se fosse suserano". Observa-se uma subida no tom do discurso brasileiro. Reclama-se, com ênfase, a abertura do processo decisório à participação ampla e representativa da comunidade das nações.

O texto é essencialmente inconformista e reivindicatório. Dedicam-se apreciações negativas à falta de progressos no desarmamento; apontam-se lacunas no processo de negociação da Convenção sobre Direito do Mar, condena-se a África do Sul e expressa-se rejeição à política de Israel em relação aos territórios ocupados e a Jerusalém.

Palavras mais encorajadoras, no entanto, se dirigem à situação na América Latina. O Ministro ressalta o esforço do Brasil em construir a unidade regional com base no reconhecimento das diversidades políticas.

Percebe-se nessa formulação um esforço de racionalização em linguagem diplomática da excepcionalidade institucional que ainda vivia o Brasil.

Já quanto à situação econômica internacional, as referências seriam amargas e duras. Responsabiliza-se a crise sistêmica das economias industrializadas, da qual a crise energética seria um dos componentes, pela desaceleração do ritmo de expansão do produto mundial. O Ministro Guerreiro faz nesse discurso de 1980 a mais sólida e extensa exposição até então formulada pelo Brasil no debate geral sobre a problemática do desenvolvimento e das relações Norte-Sul, concluindo com uma exortação em favor da ampliação das bases de entendimento e cooperação Sul-Sul.

O discurso de 1980 é paradigmático do que veio a ser apontado como a vertente "terceiro-mundista" predominante naquele período no discurso e na operação diplomática brasileira.

XXXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1980

Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro[37]

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência os primeiros cumprimentos deste debate geral. Faço-o com sincera satisfação e na certeza de estar antecipando a expressão do reconhecimento generalizado das qualificações que tão bem o credenciam para assumir a liderança dos trabalhos ora iniciados.

Vossa Excelência inspira a todos a certeza de que os debates dos temas que nos ocuparão serão conduzidos com eficiência e equanimidade.

Antes de prosseguir, desejo expressar os meus agradecimentos ao Presidente da Trigésima Quarta Sessão, Embaixador Salim Calim, solicitado seguidamente, no decorrer do ano, a nos orientar em circunstâncias complexas e diversificadas. Cabe aqui recordar, novamente, sua notável atuação à frente do Comitê Especial para a Implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, cujos trabalhos conduziu com sabedoria e prudência.

Congratulo-me com Vossa Excelência pela oportunidade de acolher dois novos membros desta comunidade de nações: as Repúblicas de Zimbábue e de São Vicente e Granadinas. A ambas desejo uma história de progresso e de paz.

É particularmente auspicioso ver entre nós a delegação do Zimbábue, o que constitui a culminação de um longo processo de lutas.

[37] **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro**, nascido em Salvador, BA, em 22 de dezembro de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade da Bahia. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1945. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/79 a 15/3/85. † Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2011.

Ao visitar recentemente esse país, rapidamente embora, pude ver o ânimo com que seu Governo e povo enfrentam a tarefa de construção de uma sociedade ao mesmo tempo justa e eficiente.

Damos ainda as boas-vindas à delegação de São Vicente e Granadinas, cuja presença nesta Organização é uma contribuição efetiva para a consolidação dos princípios de autodeterminação e da independência das nações do Caribe. Sua incorporação vem enriquecer o Grupo Latino-Americano, onde será fraternalmente recebida.

Senhor Presidente,

Ao abrir o debate geral, reafirmo os compromissos do meu país com os princípios gerais da boa convivência internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas e que constituem a própria essência deste foro. O Brasil dedicará os melhores esforços à manutenção da paz e da segurança internacionais, à cooperação para o desenvolvimento, à promoção do respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, língua ou religião, conforme determina a Carta de nossa Organização.

Senhor Presidente,

É difícil encontrar razões para otimismo ao examinarmos a conjuntura mundial. De um ano para cá, as tensões que já inquietavam a humanidade incrementaram-se ainda mais: os riscos de perturbação da paz internacional tornaram-se bem mais graves; acentuou-se a crise econômica mundial; persistem a fome e a miséria, com sua sequela de profundos desequilíbrios entre as nações. Poucas razões há para que nos orgulhemos, ou sequer nos conformemos, com o atual estado de coisas da comunidade das nações.

O próprio processo de tomada de decisões internacionais se tem revelado míope com demasiada frequência. Esse processo, conformado em época anterior à descolonização e à globalização dos problemas políticos e econômicos, e mantido invariável em sua essência, vem-se revelando penosamente deficiente. Ele traduz e reforça, no nível político, os desequilíbrios que tanto afetam as vidas de nossos povos. Ele mantém um caráter centralizador, que não incorpora a participação de novas forças políticas, além de não refletir a filosofia de nossa Carta, e torna-se, assim,

inoperante. Por um lado, a história recente nos mostra um desenvolvimento importante e essencialmente positivo: nenhum país, nenhum condomínio de potências tem capacidade de controle efetivo sobre a evolução dos acontecimentos nas diferentes regiões do mundo. Por outro lado, o uso que as potências principais fazem de um poder que a ordem internacional ainda tolera, revela-se inadequado às novas realidades e necessidades mundiais. Continuam elas a raciocinar e a agir segundo seus interesses estratégicos específicos, continuam a demonstrar perplexidade e inoperância diante dos problemas cruciais da paz e do desenvolvimento, continuam a magnificar eficazmente para a resolução de suas causas profundas.

Nem o ideal de Justiça, nem a evolução recente dos fatos nos autorizam a supor que a permanência da atual ordem internacional possa conduzir-nos ao caminho da paz e da prosperidade.

Acostumamo-nos a ouvir referências à interdependência do mundo atual. No entanto, temos, por vezes, a sensação de que não se atenta para o óbvio caráter de reciprocidade que essa expressão contém. A interdependência é uma via de dois sentidos. Sua dimensão política é o respeito mútuo entre as nações. Suas bases institucionais são o acatamento universal aos princípios da Carta, como a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias. Aqui são desnecessárias definições e qualificações. Igualdade quer dizer igualdade; soberania quer dizer soberania, e não intervenção quer dizer não intervenção. É preciso, Senhor Presidente, que esses princípios básicos sejam respeitados, em sua inteireza, por todos os membros de nossa comunidade, pois tergiversar com seu acatamento significa trazer novas e sérias ameaças às já tensas relações internacionais.

Isto quer dizer que um país não pode, por mais forte que seja, pretender, como se fosse suserano, legislar para o mundo. Isto quer dizer que aquilo que afeta a todos, por todos deve ser decidido e aquilo que concerne apenas à vida de um país só a este compete resolver. Isto significa que o sistema internacional não deve ser vertical e centralizado, mas que é necessário promover a abertura do processo de decisão internacional sobre os temas de interesse global à participação ampla e representativa da comunidade das nações.

Não há alternativa melhor para o encaminhamento dos problemas mundiais que o diálogo e o esforço para descontrair as tensões que se formam. É necessário ter atitude madura e resistir às tentações e às perspectivas, frequentemente ilusórias, de ganhos imediatos que caracterizam as estratégias de confrontação. É preciso autodisciplina e

coragem para libertar-se da visão imediatista; para dialogar e negociar racional e objetivamente. É um engano frequente estimar que a opinião pública em cada país e no âmbito internacional é incapaz de perceber os interesses comuns de longo prazo. Não há motivo sério que impeça os Estados mais poderosos de se conformarem ao respeito pelos verdadeiros interesses comuns, com imaginação e sabedoria para escapar dos caminhos rotineiros.

É encorajador notar, no contexto do recente agravamento das tensões, as demonstrações de capacidade política por parte da Europa Ocidental e do Terceiro Mundo. Os países em desenvolvimento, por sua voz e voto nesta própria Assembleia Geral, demonstraram com clareza a importância que atribuem ao respeito, aos princípios básicos do Direito Internacional e sua decisão de não se deixar situar como peões no tabuleiro da crise. Reafirmaram sua fé na não intervenção, no diálogo e no descontraimento das tensões. Revelaram e, certamente, continuarão a revelar desejo de desempenhar um papel construtivo, cada qual segundo suas circunstâncias.

Senhor Presidente,

É justamente ao espírito construtivo e à cooperação internacional que fazemos apelo. Não nos limitamos a criticar atitudes e denunciar injustiças. Estamos dispostos a colaborar para o efetivo estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e eficaz. Meu país, dentro da limitação de seus recursos, tem dado reiteradas demonstrações desse propósito.

Empenhamo-nos em fomentar o clima de confiança entre as nações, buscando sempre a cooperação em bases igualitárias, repudiamos a formação de blocos de poder, buscamos impulsionar as oportunidades existentes para o desenvolvimento. Temos o direito de esperar que as Nações Unidas trabalhem efetivamente pela criação de um futuro melhor, de paz e prosperidade, sem hegemonias, sem intervenções, sem guerras.

O trabalho de nossa Organização, por natureza amplo, traz a necessidade de adoção de uma escala justa de prioridades na consideração dos problemas que nos incumbem. A Paz e o Desenvolvimento são, no entanto, objetivos indissociáveis e não pode haver distinções hierárquicas entre eles. A Paz – não um estado de equilíbrio precário entre nações fortemente armadas, mas sim uma ordem internacional justa e confiável – nunca poderá ser alcançada sem o Desenvolvimento; o Desenvolvimento

– não o mero crescimento econômico de algumas áreas, mas sim a efetiva superação dos graves desequilíbrios entre as nações – só se torna uma empresa realista com o prevalecimento da Paz.

Senhor Presidente,

O inequívoco desejo da imensa maioria das nações de viver em paz continua a ser contrastado paradoxalmente pela ampliação quantitativa e qualitativa dos arsenais nucleares das grandes potências. É constrangedor verificar que a concentração do saber científico e tecnológico desses países esteja sendo desperdiçada na pesquisa e desenvolvimento de engenhos mortíferos cada vez mais aperfeiçoados. Novas estratégias são planejadas com sinistra lógica, como se fosse possível sobreviver a uma guerra nuclear.

O novo impulso nas conversações multilaterais sobre desarmamento emanado dos compromissos assumidos na Décima Sessão Especial tem esbarrado na relutância dos países detentores de poder ofensivo intercontinental. Apesar disso, o Comitê sobre Desarmamento, órgão de que participamos e que apoiamos, tem feito esforços que têm esbarrado numa inversão de prioridades que protela a consideração do desarmamento nuclear em todas as suas formas.

Senhor Presidente,

A Nona Sessão da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar encerrou-se com progressos significativos. No entanto, o documento informal com o projeto de artigos que deverão constituir uma futura Convenção ainda contém lacunas e requer esforços adicionais de aperfeiçoamento. Com o espírito construtivo, a serenidade e o sentido de responsabilidade coletiva que temos preconizado ao longo da Conferência, esperamos que se possa chegar a resultados que permitam a adoção por consenso de uma Carta dos Mares, equilibrada em suas partes, que assegure os interesses dos países costeiros e consubstancie nas áreas internacionais dos fundos marinhos o princípio do patrimônio comum da humanidade.

O Brasil, como a grande maioria das nações, deplora o açodamento dos países que, no curso das negociações, têm promulgado legislações unilaterais sobre a exploração dos recursos dos fundos marinhos além da

jurisdição nacional. Tais atos criam pressões indébitas sobre as negociações e violam resoluções desta Organização, assim merecendo a rejeição da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Em nossa região imediata, a América Latina, vivemos um período conturbado, mas as tendências prevalecentes são, no essencial, positivas. Intensificam-se as relações entre as nações latino-americanas e um espaço mais amplo se abre para a cooperação entre elas; uma cooperação igualitária, com base na obtenção de vantagens recíprocas e equilibradas.

Graças, fundamentalmente, à operação de fatores endógenos, cria-se uma nova e dinâmica realidade latino-americana. A estagnação política e econômica cede lugar a uma situação mais complexa e mais rica em oportunidades de renovação. Reativa-se a diplomacia e o fortalecimento dos variados diálogos bilaterais certamente propicia o relançamento dos esforços regionais latino-americanos e a construção de uma posição mais homogênea e mais ativa da região no amplo debate que conduz com o resto do mundo.

É posição do Brasil que a construção da unidade regional passa não só pelo caminho do aproveitamento consciente das inúmeras afinidades que aproximam os países da região, mas depende também do reconhecimento maduro e ponderado das diversidades políticas, econômicas e culturais que existem entre nós. A unidade latino-americana é um projeto de convivência democrática, igualitária e confiante de nossos países. É uma unidade que repele hegemonias, intervenções, eixos ou blocos de poder.

O Presidente João Figueiredo se tem empenhado em impulsionar essas tendências positivas e em amiudar seus contatos com os demais Chefes de Estado latino-americanos. Nos últimos doze meses, o Presidente brasileiro visitou oficialmente Caracas, Assunção e Buenos Aires e recebeu, no Brasil, o Presidente Moralez Bermudez, do Peru, o Presidente Lopez Portillo, do México, e o Presidente Videla, da Argentina. Participa, assim, o Brasil junto com suas nações irmãs no esforço para construir um entendimento verdadeiramente dinâmico e operativo entre as nações latino-americanas.

Senhor Presidente,

Oportunamente, durante esta sessão, estaremos celebrando o vigésimo aniversário da Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, instrumento básico de afirmação do direito de autodeterminação, soberania e independência.

Devemos agora concentrar nossas atenções nas questões da Namíbia e da abolição do aparteísmo na África do Sul, sem o que continuará a frustração de seus povos e de todos nós nas Nações Unidas. Devemos empenhar todo o nosso esforço para fazer frutificar prontamente o trabalho acumulado todos estes anos nas Nações Unidas para orientar a solução do problema da Namíbia, cujo povo é representado pela SWAPO. Estamos correndo atualmente o risco de, durante os dois anos que se seguiram à Resolução 435, termos confiado demasiado em negociações que não se desenvolveram como teria sido lícito esperar.

É inaceitável que o Governo sul-africano persista em suas agressões militares contra Angola e Zâmbia, assim como são inaceitáveis artifícios políticos como a instalação da assim chamada Assembleia Nacional em Windhoek. A própria correspondência recente com o Secretário-Geral trai a atitude evasiva e protelatória da África do Sul. É fundamental, neste como em outros problemas pendentes em nossa agenda, a posição da Organização da Unidade Africana e dos países da Linha de Frente, que recentemente reafirmaram em Lusaca a prioridade que concedem à questão da Namíbia, com base nos textos já aprovados pelas Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A responsabilidade desta Organização pela preservação da paz e da segurança internacionais não lhe permite ignorar a atual escalada de intransigência, de arbitrariedade e de violência que torna cada vez mais remotas as perspectivas de paz no Oriente Médio.

São particularmente graves as implicações de medidas – recentemente adotadas ou anunciadas – de consolidação da ocupação ilegal e de anexação formal de territórios tomados pela força das armas. O Conselho de Segurança já expressou com firmeza o repúdio universal às medidas que pretendem alterar unilateralmente o *status* da cidade de Jerusalém.

Com relação ao estabelecimento das bases de uma paz abrangente, justa e duradoura, o Brasil reitera que considera indispensável que

prevaleça o consenso no sentido de assegurar: a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino ao regresso, à autodeterminação, à independência e à soberania na Palestina, de acordo com a Carta e resoluções pertinentes das Nações Unidas; a participação da Organização para a Libertação da Palestina nas negociações de paz; e o reconhecimento do direito de todos os Estados da região de existir dentro de fronteiras reconhecidas.

Podemos esperar, ainda, que o Conselho configure um arcabouço mais completo e aperfeiçoado para o tratamento da questão, no qual os direitos do povo palestino sejam devidamente contemplados.

Desejo, ainda, fazer referência especial à trágica situação no Líbano, país de onde se originaram tantos brasileiros que tanto têm contribuído para a vida nacional, que merece toda a nossa solidariedade e cuja independência, soberania e integridade territorial devem ser preservadas.

Senhor Presidente,

Ao dirigir-me à Assembleia Geral, no ano passado, observei que a economia mundial ingressava na década dos 80 em condições de generalizada incerteza. O agravamento da situação econômica global, ao longo dos últimos doze meses, só faz reforçar a verificação do fato básico de que nos defrontamos todos com uma situação inteiramente nova, em termos qualitativos.

Vivemos muito mais do que uma simples fase transitória de desaceleração no ritmo de expansão do produto mundial e de coincidente elevação de tensões inflacionárias. Há uma crise sistêmica profunda e abrangente que afeta as economias industrializadas e acentua as distorções e desequilíbrios de suas articulações com o mundo em desenvolvimento.

A chamada "crise energética", por mais central que esteja hoje em nossas preocupações e por dramático que seja seu impacto econômico, deve ser reconhecida pelo que verdadeiramente é: não como algo acidental ou exógeno, mas como um componente da crise estrutural subjacente, mais ampla e duradoura. O problema energético se coloca essencialmente na dimensão Norte-Sul. Seu equacionamento, para ser eficaz, só se pode dar, portanto, no contexto dos esforços de revisão global das relações entre os países altamente desenvolvidos e o conjunto do mundo em desenvolvimento.

Que isso é verdade prova com eloquência o fato – que hoje ninguém ousaria negar – de que as nações em desenvolvimento passaram

recentemente a ocupar papel cada vez mais relevante – diria mesmo decisivo – nas engrenagens da economia internacional, seja como supridores de matérias-primas, seja como mercado, seja como fornecedores industriais crescentemente competitivos, seja como espaços para novos investimentos, seja, ainda, como tomadores de capital muitas vezes desprovido de alternativas de aplicação em economias desenvolvidas em fase de estagnação ou baixo crescimento.

Essa presença do Terceiro Mundo foi alcançada não por haverem os mercados mundiais se tornado mais sensíveis às aspirações e necessidades dos países em desenvolvimento. Foi alcançada, na verdade, apesar de obstáculos persistentes e até, em muitos casos, crescentes, como indicam a proliferação de novas e mais eficazes formas de protecionismo, a transmissão de tensões inflacionárias e a elevação generalizada nas taxas de juro nos mercados de capitais.

O mundo desenvolvido, que tem encontrado no Terceiro Mundo, nos últimos anos, fator ponderável de sustentação de seu nível de atividade econômica, premido talvez por suas próprias dificuldades encaradas apenas em visão conjuntural, evidencia, na prática, atitude de progressivo alheamento diante da problemática do subdesenvolvimento. É nítida, nas reuniões de cúpula dos chamados "Sete" e em diversos foros multilaterais, a atenção decrescente dispensada aos problemas estruturais da relação Norte-Sul, com uma atitude que praticamente se limita a considerar medidas marginais e a concentrar na elevação dos custos do petróleo a responsabilidade pelos males de que ora padece a economia mundial.

Outra – e mais sutil – expressão de distanciamento do Norte em relação ao Sul é a tentativa de introduzir uma categorização restritiva entre os países em desenvolvimento, seja segundo seu nível de renda ou grau de industrialização, seja segundo sua condição de importadores ou exportadores de petróleo. Todo um amplo arsenal conceitual vem sendo mobilizado a serviço desse esforço de efeitos divisionistas e diversionistas. No fundo, essa categorização constitui uma demonstração adicional da atitude protecionista por parte dos grandes centros desenvolvidos e de seu desinteresse em perceber o fenômeno do subdesenvolvimento na inteireza de suas manifestações econômicas, tecnológicas e sociais.

É tempo de que se compreenda que a plena, a verdadeira integração dos países em desenvolvimento na economia internacional não se pode fazer por uma espécie de cooptação forçada a quadros normativos predefinidos de forma basicamente unilateral pelas grandes potências econômicas, mas sim pelo adequado acesso aos processos decisórios sobre as questões da vida econômica internacional. É ilusório supor que,

no novo quadro internacional com que nos deparamos, seja possível manter estruturas de privilégios e, ao mesmo tempo, resolver problemas globais. A tentativa de preservar obsoletas estruturas de dominação sobre os fluxos internacionais em matéria de comércio, finanças e tecnologia só poderá prolongar, e mesmo agravar, as dificuldades atuais. No mundo de hoje, o exercício do poder se torna contraditório com os objetivos de prosperidade. É hora de reinterpretarmos os laços entre as nações do Norte e do Sul e de passarmos da afirmação retórica da interdependência à construção prática da mutualidade.

Para tanto, devem os países desenvolvidos aceitar que as soluções não brotarão por geração espontânea a partir de deliberações fragmentárias das várias agências e foros multilaterais, mantidas as atuais estruturas decisórias de caráter exclusivista e inalterados critérios operacionais que podiam ser adequados em outras eras, mas certamente não mais o são. O sentido essencial das chamadas "negociações globais" é precisamente o de oferecer-nos, a todos, talvez a última oportunidade de buscarmos um conjunto integrado e harmônico de medidas de reformulação do intercâmbio Norte-Sul. Tal oportunidade só se materializará se conseguirmos configurar – e com urgência – um impulso político que gere, a partir deste foro universal da Assembleia Geral das Nações Unidas, modificações significativas nas instituições econômicas multilaterais, para torná-las mais abertas à participação dos países em desenvolvimento e mais receptivas a suas necessidades específicas.

Não deve, portanto, o Governo brasileiro ocultar sua grave apreensão diante do impasse verificado, há poucos dias, por ocasião do encerramento da Décima Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. O fracasso das conversações com vistas ao lançamento das negociações globais, não chega, em nosso entendimento, nem perto de ser compensado pelos avanços alcançados na elaboração do texto de uma nova Estratégia Internacional para o Desenvolvimento. Esse texto, na avaliação de meu Governo, não é satisfatório, pois sequer incorpora avanços substantivos com relação a compromissos anteriormente acordados em outros foros e estará, ainda, sujeito a reservas e declarações interpretativas de caráter restritivo por parte dos países desenvolvidos.

Senhor Presidente,

É fato dos mais significativos que o Terceiro Mundo tenha conseguido preservar seu sentido fundamental de unidade e solidariedade,

apesar das legítimas diferenças de interesses que por vezes nele surgem, e não obstante pressões externas como as que antes mencionei.

A crise atual torna ainda mais necessária a coesão das nações da América Latina, África e Ásia, no esforço comum pela revisão dos padrões de seu relacionamento com o Norte. A crise não deixa, entretanto, de colocar diante de nós renovados desafios e obstáculos. Nossa unidade deve ser a cada momento reafirmada e revigorada, ainda mais quando o esforço – em si legítimo – da valorização de recursos escassos e não renováveis provoca repercussão de proporções por vezes dramáticas sobre outros países em desenvolvimento.

É chegada a hora de realizarmos, no âmbito das relações Sul-Sul, amplo esforço de diversificar e alargar as bases de entendimento e cooperação. Aos vínculos políticos e à aglutinação em torno de plataformas comuns de reivindicações no plano Norte-Sul urge acrescentar a substância concreta de fluxos efetivos de comércio e financiamento entre países em desenvolvimento.

O potencial industrial, tecnológico e financeiro hoje existente no Terceiro Mundo – somado, claro está, a seus imensos recursos naturais e humanos – abre às nações dos três continentes em desenvolvimento imensas perspectivas de um profícuo relacionamento direto, sem recurso à intermediação, por vezes política ou economicamente onerosa, dos grandes centros. O desafio que se coloca é, em suma, o de darmos ao Terceiro Mundo uma configuração própria, que se fundamente em sua realidade e dinamismo internos e não exista, apenas, como a expressão das diferenças que nos separam das nações desenvolvidas.

O êxito desse trabalho verdadeiramente pioneiro de criar laços de efetiva parceria entre países em desenvolvimento depende de um claro empenho político. Só o desiderato comum de aproximação nos permitirá chegar a realizações concretas. E tal decisão terá de ser tanto mais firme quanto grandes são as dificuldades de estabelecer vínculos entre nações como as nossas, por longo tempo mantidas alheias umas das outras, e que, ainda hoje, estão predominantemente voltadas, no plano econômico e financeiro, para os grandes centros industriais.

O Brasil, de sua parte, confia plenamente em que as nações do Sul saberão valer-se das dificuldades do momento presente para afirmar sua personalidade própria e fortalecer e aprofundar sua unidade e solidariedade, elemento indispensável para o próprio êxito de sua luta comum pela superação do subdesenvolvimento e pela revisão dos termos de suas relações com o Norte industrializado.

São estas, Senhor Presidente, as principais observações que, em nome da Delegação do Brasil, desejaria fazer ao se iniciarem os debates da Trigésima Quinta Sessão da Assembleia Geral.

Se, todos os anos, reiteramos nossas preocupações, é porque a marcha dos eventos internacionais prossegue inexorável e até mesmo se acelera, enquanto as soluções estão em retardo. Nossos trabalhos, portanto, não podem deixar de refletir os problemas que se acumulam e as deficiências do processo decisório internacional. Não seria, porém, demasiado ressaltar que minha delegação espera pelo dia em que os temas contenciosos de nossa agenda anual possam começar a ser substituídos por temas de cooperação e de construção comuns.

Nos três meses de labor à nossa frente, a Delegação do Brasil dará todos os seus esforços com vistas a criar melhores condições de participação e diálogo internacional, na certeza de que são, ainda, as Nações Unidas, o mais apto instrumento de que dispõe a comunidade das gentes para a consecução das tarefas da Paz e do Desenvolvimento.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1980.

1981

1981

A conjuntura interna no Brasil permanecia dominada pelas idas e vindas do processo da abertura. As sequelas do episódio do Riocentro, ocorrido em 1980, determinam divisões nos meios militares e reduzem a margem de apoio ao Governo na sociedade civil. O quadro político é agravado por uma recessão que atinge severamente o setor industrial, levando a uma onda de desemprego.

Não era, pois, de estranhar que a apreciação do Brasil sobre a evolução da conjuntura internacional continuasse negativa em 1981. A exacerbação da confrontação Leste-Oeste, a competição por esferas de influência, a aceleração e a sofisticação da carreira armamentista, a estagnação das negociações de desarmamento e de Direito do Mar, assim como do diálogo Norte-Sul compunham um quadro desalentador. No Oriente Médio e no Golfo, a situação se deterioraria com o assassinato do Presidente egípcio Anwar Sadat e a destruição pela Força Aérea Israelense de um reator nuclear iraquiano.

Para a diplomacia brasileira, a transformação desse cenário negativo se tornava indispensável. E nesse contexto, tal como afirmaria o Ministro Saraiva Guerreiro em palestra na Escola Superior de Guerra, "o Brasil requer que a ordem internacional seja modificada de modo a não mais consagrar, mas sim superar as desigualdades políticas e econômicas... É essa a medida de nossa identificação como país em desenvolvimento. Aí está a coincidência maior entre nossos interesses como nação individual e como parte do Terceiro Mundo. São os países em desenvolvimento os principais promotores da nova ordem internacional. Sobre nossos países recai em maior grau a responsabilidade de respeitar e fazer respeitar as normas da boa convivência, opondo-nos a que

os princípios do Direito Internacional sejam tergiversados ou manipulados... É nossa tarefa assegurar o prevalecimento da igualdade entre as nações... Promovemos o dinamismo e a mudança, convencidos de que são necessários não só para nosso país, mas para toda a comunidade internacional...".

Esta citação é eloquente. Constitui, ao mesmo tempo, uma fundamentação expressiva da visão do mundo então praticada pela diplomacia brasileira e um programa de ação.

Na realidade, nem a crise interna, nem as dificuldades opostas pelo desfavorável quadro internacional impediram que a diplomacia brasileira mantivesse intensa atuação. Visitas presidenciais à França, a Portugal, à Colômbia, à República Federal Alemã, ao Peru reforçariam as parcerias brasileiras com interlocutores tradicionais na Europa e fortaleceriam as vinculações no espaço latino-americano.

Em seu discurso perante a Trigésima Sexta Assembleia Geral, o Ministro Saraiva Guerreiro traça um panorama sombrio da conjuntura internacional, tanto do ponto de vista político e de segurança quanto econômico. Detém-se longamente na análise das carências do sistema econômico-comercial-financeiro internacional e, referindo-se à reunião de cúpula programada para outubro seguinte, em Cancún, propõe a retomada de um diálogo efetivo Norte-Sul capaz de propiciar um verdadeiro processo negociador entre o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo. Ênfase especial é dada, ademais, aos temas latino-americanos, num contexto que o Ministro qualificaria de "movimentos de afirmação regional dos países em desenvolvimento". Menciona-se, em particular, a necessidade do pleno respeito ao princípio da não intervenção em El Salvador.

Outros temas abordados são:

- África: enérgica condenação do *apartheid* e de intransigência da África do Sul em relação ao processo de independência da Namíbia.

- Oriente Médio: reiteram-se as posições anteriormente expostas quanto à necessidade da retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes e o direito do povo palestino à autodeterminação, à independência e à soberania.

Condena-se o ataque à central nuclear do Iraque, reiterando-se a solidariedade do Brasil ao Governo e ao povo do Iraque pela agressão sofrida.

- Afeganistão: condena-se a intervenção soviética.

XXXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1981

Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro[38]

Senhor Presidente,

Na qualidade de primeiro orador do debate geral que ora se inaugura, é para mim um privilégio dirigir a Vossa Excelência as palavras iniciais de cumprimento por sua eleição ao cargo de Presidente da Trigésima Sexta Assembleia Geral.

As relações entre o Iraque e o Brasil, alicerçadas na solidariedade e intensificadas pela ação convergente em prol de objetivos comuns, se colocam no contexto cada vez mais amplo da cooperação igualitária entre países em desenvolvimento.

A eleição de Vossa Excelência é um tributo a seu país e a suas qualidades profissionais e pessoais. Estou certo de que, sob sua direção, os trabalhos da presente Sessão da Assembleia Geral serão conduzidos com a necessária habilidade e competência.

Desejo, ainda, expressar nosso reconhecimento pela maneira segura e eficiente com que o Embaixador Von Wechmar presidiu a Trigésima Quinta Sessão. Sua atuação honrou a decisão da comunidade internacional de confiar-lhe tão alta função em tempos particularmente complexos.

Por ocasião de sua admissão como novo Estado-membro das Nações Unidas, estendo acolhida cordial à República de Vanuatu.

[38] **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro**, nascido em Salvador, BA, em 22 de dezembro de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade da Bahia. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1945. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/79 a 15/3/85. † Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2011.

Dentro da tradição latino-americana de apoio à descolonização, congratulo-me com a independência de Belize, a que o Brasil deseja um futuro de paz e de progresso.

Senhor Presidente,

Conflitos e tensões de natureza política e econômica estão presentes em várias partes do mundo com implicações sobre a própria organização e funcionamento do sistema internacional.

Mais que a existência mesma de tensões e conflitos, fato quase inevitável no convívio imperfeito das coletividades, preocupa-nos a verificação de que é reduzida a capacidade da ordem internacional de contê-los e resolvê-los. Gradativamente, o ideal de uma comunidade de nações vai sendo substituído pela aceitação conformista de conflitos permanentes. A estratégia de desafios mútuos tende a reduzir a eficácia dos instrumentos para a solução pacífica das controvérsias internacionais. Em nome do reforço da paz e da segurança, renova-se a corrida armamentista, especialmente a nuclear, e perdem-se de vista prioridades essenciais para a construção do futuro.

Há anos entramos na era da destruição superlativa (*overkill*) e o que se acreditava, então, ser o capítulo final e absurdo de uma espiral de meios de destruição maciça revelou-se apenas uma nova base para a formação de novos arsenais nucleares. Mas a segurança de nenhum país aumentou. Apesar da acumulação de uma capacidade de destruição nuclear que hoje equivale a mais de duas toneladas de dinamite para cada ser humano, os armamentos estratégicos se tornam mais e mais diversificados e sofisticados. O risco de guerra, contudo, não diminuiu. Centenas de bilhões de dólares são dedicados a atividades, na melhor das hipóteses, improdutivas, enquanto a cooperação internacional para a melhora das condições de vida dos povos, e para a criação de uma sociedade internacional mais justa, recebe prioridade secundária, como se os problemas do desenvolvimento devessem, ou pudessem, aguardar oportunidade mais propícia.

Tal alocação irracional de recursos e a própria ordem internacional que a permite negligenciam os problemas reais que afetam a maior parte da humanidade. Esse estado de coisas, Senhor Presidente, favorece a perpetuação das desigualdades entre as nações.

Não estamos diante de uma questão exclusivamente moral ou ética. O que está em jogo é o futuro do sistema internacional. Faz-se necessária,

assim, uma definição urgente e clara com o fim de reverter os rumos do processo apontado. A segunda Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Desarmamento, prevista para o próximo ano, deverá, portanto, realizar-se dentro de um contexto dos mais significativos.

Ainda que recaia essencialmente sobre as potências detentoras de armas nucleares a responsabilidade pela reversão da tendência armamentista, é evidente que a busca de soluções satisfatórias e duradouras deverá levar em conta as aspirações da comunidade internacional como um todo. É necessário, portanto, que tiremos proveito com o maior zelo da maquinaria negociadora existente no âmbito das Nações Unidas, cujo papel no tratamento de questões de desarmamento permanece vital.

Senhor Presidente,

A presente crise econômica mundial perdura quase uma década. Não parece haver, entretanto, qualquer sinal mais claro de recuperação. Essa ausência de progresso é, em si mesma, o mais forte testemunho da incapacidade da comunidade internacional de, até agora, adaptar-se a situações cambiantes e de reagir de modo criativo a novas realidades.

Para além da própria complexidade dos problemas econômicos, talvez a pior crise que enfrentamos seja a de natureza gerencial. Um fato básico ainda não foi devidamente reconhecido: o de que, por mais traumáticas que sejam suas consequências imediatas, o rápido e singular processo de mudança na economia mundial tem significado essencialmente positivo.

O papel novo, mais dinâmico e cada vez mais diversificado dos países em desenvolvimento em todas as áreas de relacionamento internacional é acontecimento saudável. Seu efeito global tem sido o de ampliar as oportunidades de crescimento para a economia mundial como um todo. A manutenção de taxas relativamente altas de crescimento por numerosos países em desenvolvimento, nos anos 70, foi importante fator na sustentação de taxas básicas de expansão em determinados países altamente industrializados, os quais, de outra maneira, teriam que enfrentar dificuldades maiores do que aquelas que ora, efetivamente, enfrentam.

Falta, porém, o devido reconhecimento, particularmente pelos países desenvolvidos, da necessidade de administrar, de forma adequada, o processo de mudança, para maximizar as numerosas oportunidades de parceria criativa entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Este processo de mudança, devo acrescentar, não pode ser impedido e nem deve ser prejudicado, pois é saudável e desejável por todos nós.

A expansão sem precedentes do comércio e dos fluxos de capital nas décadas passadas, juntamente com a crescente tendência no sentido da internacionalização dos fatores de produção, de longe excedeu os recursos e a capacidade gerencial da estrutura previstos no sistema de Bretton Woods para levar a cabo uma evolução ordenada das trocas internacionais. No que diz respeito ao terceiro Mundo, houve uma ampliação da distância entre as suas necessidades de apoio e os recursos disponíveis para cooperação para o desenvolvimento. O insuficiente progresso na melhoria das regras e dos mecanismos das instituições multilaterais acentuou, ainda mais, a inadequação do quadro institucional que rege as trocas internacionais para lidar com as necessidades crescentes e, com frequência, mais complexas das economias dos países em desenvolvimento.

Ampliou-se, assim, a agenda internacional com a inclusão de novas questões. Em muitos casos, reconheceram-se novas interconexões entre problemas que antes pareciam suscetíveis de tratamento tópico ou isolado. Numa economia mundial complexa e mais diversificada, não basta proclamar o fato da interdependência. É fundamental que se faça uma tentativa séria para resolver o problema do subdesenvolvimento, que afeta cerca de dois terços da humanidade.

Por muito tempo, os países do Terceiro Mundo têm ouvido que o desenvolvimento do Sul deve ser subproduto da prosperidade do Norte, como se a maior demanda pelo mundo industrializado de produtos dos países em desenvolvimento pudesse garantir, por si própria, a solução para problemas de natureza qualitativa, que estão diretamente relacionados aos padrões desiguais de intercâmbio com os países altamente desenvolvidos.

Quase três décadas de crescimento econômico acelerado – e de trabalho árduo, apesar de, em sua maior parte, infrutífero – sobre as questões Norte-Sul demonstram que a prosperidade das economias centrais não as leva necessariamente a uma maior disposição de fazer progredirem os esforços de redefinição de padrões de intercâmbio obsoletos e injustos para o terceiro Mundo. Acontecimentos recentes revelam que as dificuldades nas economias centrais tendem imediatamente a endurecer suas atitudes em relação ao mundo em desenvolvimento, assim como a levá-las a tentativas de solução para seus problemas que frequentemente repercutem de modo negativo sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Acreditamos que seria um erro, além de desperdício de tempo, manter a questão Norte-Sul em compasso de espera até que as principais economias desenvolvidas consigam recuperar-se. Ao contrário, sustentamos que a comunidade internacional nas atuais circunstâncias

necessita, precisamente, levar adiante esforço concertado para elaborar, pela primeira vez na história, um conjunto integrado e abrangente de princípios e medidas capazes de manter o comércio internacional e os fluxos financeiros e tecnológicos num rumo seguro, com a devida atenção sendo dada à situação específica dos países em desenvolvimento.

A questão Norte-Sul já ultrapassou o estágio de confrontação – o qual, cabe assinalar, nunca foi parte intrínseca do exercício –, mas ainda precisa passar para a etapa do verdadeiro diálogo. E isso só se verificará quando o mundo desenvolvido revelar efetiva disposição de empenhar-se num processo negociador com o Terceiro Mundo. A moderação é, afinal, imprescindível de ambos os lados, e sua expressão, da parte do Norte, só se refletirá pela adoção de uma posição construtiva diante do conjunto de problemas do desenvolvimento.

A premissa subjacente a toda a questão Norte-Sul é a de que estão em jogo problemas que afetam todas as nações, ricas ou pobres. Nesse contexto, a existência de diferenças de percepção não impede uma negociação bem sucedida sobre o que, em última análise, se evidencia serem interesses comuns, sempre que as questões sejam tratadas numa perspectiva mais ampla e de longo prazo. O exercício Norte-Sul não é um jogo de perde-ou-ganha. Não é uma questão de redistribuição da riqueza existente, mas sim esforço para definir um quadro de relacionamento capaz de proporcionar a todos os nossos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, maiores oportunidades de crescimento.

Acredito que, desse diagnóstico, resulta uma conclusão inevitável: já se acabaram os tempos em que as vantagens na esfera econômica seriam melhor asseguradas através de acréscimos cumulativos no poder de um determinado país. Quando a economia mundial se torna altamente diversificada e os problemas se exprimem de maneira global, o desafio não é mais o de como obter vantagens unilaterais, mas o de como definir conjuntamente maneiras viáveis de gerenciar um sistema crescentemente instável. Nutrimos a esperança de que os principais países desenvolvidos, precisamente por suas responsabilidades globais, não deixarão de reconhecer a necessidade da ação multilateral sobre questões que são, por natureza, globais.

A comunidade internacional tem à sua disposição vasta herança de conceitos e ideias que podem servir de base para um compromisso de abordar, com seriedade, as questões Norte-Sul. Já é tempo de se tomar uma decisão nesse sentido. A Reunião dos 22 Chefes de Estado ou de Governo, em Cancún, no México, em outubro vindouro, oferece oportunidade única aos principais países ocidentais para recuperarem a confiança do Terceiro Mundo, demonstrando que não reincorrerão em atitudes ou juízos

negativos sobre a própria relevância do problema Norte-Sul. É essencial que esta oportunidade inestimável se constitua em exercício conclusivo. Esperamos que resulte num claro compromisso de contribuir para o pronto lançamento das Negociações Globais, a serem conduzidas no foro universal das Nações Unidas. Também esperamos ser possível chegar a um consenso básico sobre princípios e premissas capazes de inspirar, doravante, a evolução do que só então será merecedor da denominação diálogo Norte-Sul. Tenho instruções de assegurar a essa Assembleia que o presidente Figueiredo tem profundo compromisso pessoal com o êxito da Reunião de Cancún e que o Governo brasileiro não medirá esforços para que sejam alcançados os resultados a que todos aspiramos.

Senhor Presidente,

As perspectivas de se concluir este ano o longo trabalho de codificação do novo Direito do Mar viram-se frustradas pela súbita decisão de um país de rever toda sua posição quanto ao projeto de Convenção. Esse percalço, cujas sérias implicações constituem motivo de real preocupação para todos os que se empenham pelo êxito dos esforços multilaterais de cooperação serviu, no entanto, para demonstrar que a imensa maioria dos países representados na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar adere firmemente aos princípios consagrados na Declaração incorporada na Resolução 2.749 (XXV) e não está disposta a reabrir pontos fundamentais do projeto de Convenção.

Pôde, assim, a Conferência adiantar sua tarefa de chegar à oficialização do projeto de Convenção. Um sinal da firme determinação da comunidade internacional de adotar a Convenção e abri-la à assinatura no próximo ano foi a escolha das sedes da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional para o Direito do Mar. Cabe-me, nesta oportunidade, renovar as congratulações de meu Governo à Jamaica e à República Federal da Alemanha que, respectivamente, servirão de sede àquelas duas futuras entidades internacionais.

Senhor Presidente,

Na presente conjuntura de instabilidade internacional, os movimentos de afirmação regional dos países em desenvolvimento não podem ser perdidos, pois constituirão, talvez, um dos poucos

antídotos eficientes para conter as diferenças que caracterizam o cenário internacional. As afirmações regionais são base indispensável para que se resgate a complexidade e variedade do mundo e para relançar, em sua plenitude, com todos os seus matizes, as questões da paz, justiça e de desenvolvimento.

Não tenho dúvidas de que os esforços dos países latino-americanos por atuar com base em perfis próprios na cena internacional se enquadram, também, neste movimento maior para obter níveis efetivos de distensão do sistema internacional.

A vocação latino-americana para a cooperação internacional não nasce de escolhas artificiais. Na América Latina, estão fortemente enraizadas as práticas que favorecem a solução pacífica de controvérsias, assim como as atitudes que definem os mecanismos de cooperação internacional e exigem dos Estados o respeito mútuo, o equilíbrio e a equidade nos seus encontros bilaterais.

Estão também enraizadas as disposições para o esforço multilateral, para o trabalho combinado em favor das transformações do sistema internacional, orientado por propostas de justiça e progresso. Na verdade, a presença latino-americana no mundo vem demarcada pela compreensão básica de que a aceitação da transformação é um dado mínimo indispensável para a construção da paz. E, na transformação, é essencial que os processos sejam democráticos, abertos à participação e fundados na liberdade; e os objetivos, generosos, modelados por ideais de justiça e com contornos de tolerância.

Não quero apresentar um relato ideal da América Latina. Haverá diferenças entre os países; persistem áreas de controvérsias; disputas de fronteiras ainda ocorrem. Os processos políticos sofrem dificuldades. Subsistem estruturas de dependência. Há duros dramas de desenvolvimento a exigir soluções urgentes e a nossos países faltam meios de resposta imediata.

Existe, porém, na diversidade de perspectivas, a clara percepção de que o trabalho comum é necessário; existe orgulho pelos valores que temos moldado e que incorporam rica experiência histórica, em que sobressai a ciosa defesa do princípio de não intervenção; nossos esforços refletem nossos próprios ideais e não a caricatura de algum sucesso externo; a vocação para a negociação e para a paz, nossa melhor contribuição ao sistema internacional, não tem sido negada mesmo em situações difíceis e controvertidas.

A diplomacia brasileira tem sido perfeitamente fiel a esse ideário. Estimular o diálogo entre os nossos vizinhos, de todas as formas e em todas as dimensões, tem sido um dos pilares de nossa política externa.

O Presidente João Figueiredo tem mantido encontros importantes com seus colegas latino-americanos, tomando a si o encargo de levar adiante os ideais de cooperação regional.

A situação em EI Salvador, ou em qualquer outra parte da América Latina, é vista pelo Brasil com o mesmo espírito de pleno respeito ao princípio de não intervenção. É esperança do Governo brasileiro que todos os Estados respeitem a soberania daquele país, bem como o direito de seu povo de, sem interferências externas, resolver seus atuais problemas. Acredita o Brasil ser importante que se intensifiquem as consultas entre os países da região, evitando-se, dessa forma, que, por força de questões específicas, venham a esgarçar-se a unidade e a solidariedade latino-americanas, com evidentes prejuízos aos nossos interesses comuns.

Senhor Presidente,

O Brasil se orgulha de suas raízes africanas e, fiel a elas, abre-se à cooperação com nossos vizinhos, países em desenvolvimento do outro lado do Atlântico Sul. Gostaria de, neste capítulo, dar destaque devido às realizações que caracterizam o processo crescente de aproximação entre nossos povos, mas não é possível abordar os temas referentes à África sem tocar suas duas questões pendentes que constituem problemas cruciais – o aparteísmo e a independência da Namíbia.

O Brasil condena enfaticamente a prática institucionalizada do racismo que caracteriza o regime da República da África do Sul. A consciência universal da humanidade e, em particular, a consciência nacional brasileira repudiam frontalmente essa conduta, incompatível com qualquer ideia de justiça e igualdade. O Brasil une-se à comunidade das nações pela realização de esforços renovados no sentido de garantir o pleno cumprimento pela África do Sul dos propósitos e princípios aos quais todos aderimos ao assinar a Carta das Nações Unidas.

A questão da independência da Namíbia está equacionada pela comunidade internacional, com base na Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no plano elaborado por esta Organização e aceito internacionalmente. O Brasil apoia plenamente a independência e a integridade territorial da Namíbia com base nos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas. O problema, no entanto, não foi ainda solucionado, como sabemos todos, devido à intransigência da África do Sul, que persiste em sua ocupação ilegal do território namibiano e solapa deliberadamente os esforços internacionais de solução negociada, em acentuado contraste

com a flexibilidade e a disposição ao diálogo mostradas pelas demais partes envolvidas. E não é só isso. Partindo da Namíbia, país que ocupa ilegalmente, a África do Sul pratica atos sistemáticos de agressão contra Angola que culminaram com a recente invasão e ocupação prolongada do território meridional daquele país. Essas violações à Carta das Nações Unidas, ao Direito Internacional e às normas elementares da boa convivência somam-se ainda a outros atos de agressão praticados contra outros países vizinhos.

A atitude do regime sul-africano é um flagrante desserviço às causas e aos interesses do ocidente, que absurdamente alega defender. É fonte permanente de tensão e de polarização na África Meridional, contribuindo para transformar essa área em mais um cenário da confrontação entre o Leste e o Oeste, em detrimento da liberdade de seus povos. É preciso com urgência que tenham fim as agressões sul-africanas e que cesse a ocupação ilegal da Namíbia, para que esta alcance prontamente sua independência e para que os países da região possam, finalmente, livres das tensões, da guerra e dos compromissos por ela impostos, dedicar-se em condições propícias, à causa justa de seu desenvolvimento; e à expressão autêntica, independente e soberana, de sua afirmação nacional.

Senhor Presidente,

No Oriente Médio, uma sucessão de crises tem refletido o agravamento da situação geral. Além da perpetuação dos problemas relativos ao futuro do povo palestino, à criação do Estado palestino e às condições prevalecentes nos territórios árabes ocupados, assistimos à agressão dirigida à central nuclear de Tamuz e à renovada agressão ao território do Líbano.

Diante desse agravamento, torna-se cada vez mais urgente dar cumprimento às resoluções das Nações Unidas que expressam o consenso internacional em busca de uma solução abrangente, justa e duradoura. Meu Governo adere com firmeza a esse propósito para a obtenção das condições que considera indispensáveis para a paz: a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; o exercício do direito de o povo palestino retornar à Palestina e o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, à independência e à soberania; a participação da Organização da Libertação da Palestina nas negociações de paz; e o reconhecimento do direito de todos os Estados da região de existirem em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

A ausência de uma solução abrangente propicia o acirramento de tensões e provoca crises localizadas. Da mesma maneira, reduz-se a

possibilidade de recurso aos meios de solução pacífica da Carta e amplia-se a violação de seus princípios. O ataque à central nuclear no Iraque situa-se nesse contexto. Não obstante a tentativa de sua conceituação como "preventivo", o ataque a Tamuz revelou exemplo flagrante de uso da força incompatível com a Carta desta organização.

Conquanto a posição e as reações de meu Governo tenham sido expressas anteriormente, reitero nossa solidariedade ao Governo e ao povo do Iraque pela agressão sofrida e pela violação brutal de sua soberania. Não deixarei de refletir ainda a ansiedade que sentimos diante do quadro de insegurança e violência no Líbano, tantas vezes vitimado pela agressão, e renovo nosso empenho na preservação da independência, soberania e integridade do território desse país que tanto contribuiu, pelo trabalho de seus filhos, para o progresso do Brasil.

Não devo encerrar minhas observações sobre o Oriente Médio sem manifestar minha preocupação com o *status* de Jerusalém, particularmente com as medidas mais recentes adotadas pela administração israelense em relação à Cidade Santa.

Senhor Presidente,

Nossa posição com relação aos acontecimentos do Afeganistão é clara e coincide, em sua essência, com a da grande maioria dos países em desenvolvimento. Opomo-nos claramente à violação dos princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos. Opomo-nos igualmente à manipulação de condições políticas internas em um país para a criação de uma fachada de legitimação para atos de intervenção efetiva contra esse país. Não pode haver legitimidade imposta externamente e as tentativas nesse sentido apenas agravam as situações que alegam resolver. Nosso apoio a esses princípios é universal. As tentativas de interferir em processos políticos internos na Ásia, na África, na América Latina, assim como na Europa, merecerão sempre a condenação indisfarçável da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Uma vez mais, os acontecimentos transcorridos nos últimos doze meses não dão lugar para o otimismo. Os graves problemas do relacionamento internacional persistem menos pela incapacidade de equacioná-los devidamente que pela falta de vontade política de pôr em

marcha os mecanismos de sua resolução. Não devemos perder, nestas circunstâncias, nem a confiança nem o espírito crítico, nem a criatividade nem o realismo. Reiteramos que o sistema internacional, para ser justo e eficaz, deve contemplar a participação ampla, efetiva e representativa da comunidade das nações nos processos decisórios referentes aos problemas globais. Reafirmamos nosso respeito à Carta das Nações Unidas, a seus propósitos e princípios, que devem ser por todos igualmente acatados, e nossa confiança na organização por ela regida, como instrumento hábil e insubstituível para a consecução de nossos melhores propósitos.

Faço votos, Senhor Presidente, para que os trabalhos desta Trigésima Sexta Sessão da Assembleia Geral, sob sua hábil condução, tenham êxito no encaminhamento das questões que compõem nossa agenda. A Delegação do Brasil estará sempre disposta a dar sua melhor e mais atenta colaboração nesse sentido.

Muito obrigado.

Nova York, em 21 de setembro de 1981.

1982

1982

Os números da economia brasileira infletiriam negativamente em 1982. Consequência das transformações ocorridas na estrutura comercial e industrial do país em função da crise do petróleo, da determinação do Governo de manter uma política de crescimento a todo custo e, mais imediatamente, da moratória mexicana de agosto de 1982. Com a desaceleração do crescimento econômico, prenunciava-se o esgotamento do modelo autoritário. O PIB, porém, ainda apresentaria crescimento positivo (1,4%) e a inflação não se distanciaria da taxa do ano anterior (99,7%). O calendário político previa eleições gerais em novembro. Pela primeira vez desde 1965 os governadores seriam eleitos por voto direto. Para o Governo, era essencial evitar que uma recessão influenciasse o eleitorado em favor da oposição. Esse resultado foi alcançado. Apesar de as oposições haverem obtido 59% do total de votos e conquistado os Governos de nove estados, entre os quais São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, o Governo manteve o controle do Congresso Nacional.

Externamente, o panorama continuava negativo. A guerra Irã-Iraque prosseguia, colocando em risco a segurança do suprimento energético do Brasil. No Oriente Médio, as seguidas ações militares israelenses contra santuários palestinos no Líbano mantinham a situação em nível de elevada tensão.

Ao mesmo tempo em que era iniciada uma abertura em relação a Cuba, mediante a organização de uma missão empresarial brasileira, o Presidente Figueiredo visitaria os EUA em maio. A visita seria de certo

modo afetada pela invasão argentina das Ilhas Malvinas e a intervenção militar britânica no Atlântico Sul. Posteriormente, em novembro, o Presidente Reagan viria ao Brasil. Buscava-se, de parte a parte, recuperar um relacionamento que, apesar dos vultosos interesses envolvidos, parecia encaminhar-se mais para a divergência do que para a cooperação.

Ao se dirigir à Trigésima Sétima Assembleia Geral, o Presidente João Figueiredo seria o primeiro Chefe de Estado brasileiro a tomar a palavra no Debate Geral. Seu discurso, refletindo as dificuldades por que atravessava o Brasil, constituiria um expressivo chamamento ao mundo desenvolvido para que se evitasse uma crise recessiva global semelhante à dos anos 30. Para tanto, seria necessário reformar as estruturas normativas e decisórias do FMI, do Banco Mundial e do GATT, recuperando-se o sentido correto do conceito de interdependência, com base no entendimento mútuo e na solidariedade. Não se furtaria nesse contexto o Presidente de condenar o conceito de *graduation,* mediante o qual as instituições financeiras internacionais pretendiam, àquela época, estabelecer distinções entre os países em desenvolvimento para fins de créditos, o que era percebido pelo Brasil como séria ameaça a seus interesses.

A apreciação da situação internacional continuava negativa. Nunca, disse o Presidente Figueiredo, teriam sido tão sérias as ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. O Presidente reafirmaria as linhas da diplomacia brasileira no tocante aos temas do desarmamento, do Oriente Médio, da África Meridional, do Afeganistão. Recordou a necessidade de que os conflitos em curso na América Central se resolvessem sem a intervenção estrangeira. E, reiterando o apoio do Brasil à soberania argentina sobre as Malvinas, demandaria uma solução pacífica e permanente para o diferendo, que tanta instabilidade havia trazido para uma região de importância estratégica para o Brasil. Não deixaria também de manifestar a identificação do Brasil com as nações africanas e com os demais países do Terceiro Mundo.

O discurso conclui com uma expressiva exortação ao diálogo Norte-Sul, com vistas a resolver tanto os aspectos estruturais da crise, quanto as suas manifestações mais imediatas, que estavam a requerer medidas de emergência para desbloquear o fluxo internacional de comércio e finanças. Os países em desenvolvimento, no entanto, adverte significativamente o Presidente Figueiredo, não poderiam ser os primeiros a eliminar as barreiras ao comércio, pois isso acarretaria um aumento inaceitável dos já vultosos déficits verificados nas suas contas externas.

XXXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1982

Presidente João Figueiredo[39]

Senhor Presidente,

Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigésima Sétima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Saúdo vivamente os ilustres representantes dos Estados-Membros congregados nesta sala.

Estendo minhas calorosas saudações ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Javier Pérez de Cuellar, brilhante diplomata que honra a América Latina.

Apresento ainda sinceros agradecimentos ao Senhor Ismat Kittani, Representante do Iraque, que presidiu de modo seguro e hábil os trabalhos da Trigésima Sexta Sessão.

Neste momento, em que vai iniciar-se o debate geral, manifesto a esperança de que esta Sessão da Assembleia Geral contribua, eficazmente, para a solução justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais, e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial.

Há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontroladas levaram a uma guerra catastrófica. A sociedade de Estados soberanos resolveu então criar, em 1945, uma

[39] **João Baptista de Oliveira Figueiredo**, nascido no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1918. Dedicou-se à carreira militar e, em 1978, ano em que foi eleito pelo Colégio Eleitoral para a Presidência da República, recebeu a quarta estrela de General de Exército. Presidente da República de 15/3/79 a 15/3/85. Após o final de seu mandato, retirou-se da política. † Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1999.

vasta rede de instituições, destinadas à cooperação entre os Estados, para evitar a repetição de crises econômicas de tal profundidade, promover o desenvolvimento econômico e social, aliviar as tensões políticas e poupar as gerações seguintes do flagelo da guerra.

Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30.

Nova crise econômica, que atinge indiferentemente países de sistemas distintos, mostra-se refratária às terapias ortodoxas e assume dimensão global.

Criada para examinar e dirimir controvérsias entre os Estados, a Organização das Nações Unidas, paradoxalmente, se viu transformada, com excessiva frequência, em palco de confrontações estéreis.

Sabemos, porém, que outras formas de condução da vida internacional dependem, inevitavelmente, do arbítrio dos Estados mais poderosos, que, às vezes, se contrapõem à causa da liberdade e da justiça entre as nações e entre os homens.

Diante desse quadro o Brasil reitera seu compromisso de, com os demais países-membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em conclamar todos os Governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientam nossa Organização.

Lanço veemente apelo a que de novo nos congreguemos na tarefa de construção da paz.

Não há, nem pode haver, futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição.

Decênios de encontros e tentativas de negociação não impediram o aumento, o aperfeiçoamento e a diversificação dos arsenais nucleares, capazes de destruir a humanidade de diversas formas, em diversas circunstâncias, por diversas vezes.

Vejo, com enorme apreensão, a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia, e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional.

O êxito dos atuais entendimentos com o objetivo de alcançar rapidamente a independência da Namíbia, com base nas resoluções das Nações Unidas, é o verdadeiro caminho para a remoção de tensões que tanto têm entravado as justas aspirações dos povos da área ao desenvolvimento econômico e à autêntica independência.

Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências. A política de prestígio e de poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as nações em desenvolvimento. É firme a posição brasileira – e, para tanto estamos dispostos a prestar nossa contribuição – que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido.

Não se pode aceitar que, em razão da política de blocos, ocorra a ocupação de países soberanos e a interferência em seus assuntos próprios e se imponham limites à sua liberdade, como sucede no Afeganistão. A rejeição do uso da força deve aplicar-se diretamente aos principais focos de tensão de nossos dias.

Na América Central, recrudescem manifestações de uma crise profunda, de proporções históricas e de alcance social, político e econômico. O Brasil, consoante os princípios de autodeterminação dos povos e de não ingerência em assuntos internos de outros países, crê que a solução política do problema compete aos povos afetados, livres de toda interferência externa, ainda que velada. No campo econômico, não é possível isolar as dificuldades da América Central da crise mundial, nem minimizar a responsabilidade dos países industrializados pela criação de condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico e social. A paz e a estabilidade nessa região são pressupostos da boa convivência hemisférica.

No Atlântico Sul, assistimos recentemente à marcha dolorosa das engrenagens da violência. O meu Governo desenvolveu consideráveis esforços, nos últimos meses, em prol de uma solução política e duradoura para a questão das Ilhas Malvinas e estamos determinados a dar-lhe prosseguimento, no interesse da paz, da segurança e da concórdia entre as Nações. O Brasil reconhece hoje, como desde o início desta controvérsia,

no ano de 1833, os direitos soberanos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas e defende, como sempre fez, a necessidade da realização de negociações como meio adequado para a solução desse problema.

Ressalto, pois, a importância do exame da questão das Malvinas pela Assembleia Geral, que requer, como passo vestibular de seu encaminhamento, a implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança. É tempo de que os que com tanto vigor condenaram o emprego da força para a solução de controvérsias demonstrem a coerência e a autenticidade de seus propósitos.

É necessário que se iniciem negociações para afastar o risco de tensões crescentes em área cuja vocação é a cooperação e prosperidade.

Senhor Presidente,

O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América Latina constituem, na verdade, claro testemunho do êxito que se obtém quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não interferência e da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios, e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial.

Com os países-irmãos da África, nossos vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações. Propósitos igualmente amistosos movem nossa política de aproximação com as demais nações do Terceiro Mundo.

Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas.

Com os países do Leste, o Brasil busca manter um relacionamento correto, em particular no campo econômico e comercial, com base no interesse mútuo e no respeito recíproco ao princípio de não ingerência nos assuntos internos.

Para meu país, paz e desenvolvimento não constituem ideais dissociados dos nossos objetivos e ações de política externa. O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

Senhor Presidente,

É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil.

Nunca, na história da Organização, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. Nunca foram tão grandes e tão importantes os desafios.

Conclamo os Governos de todos os Estados-Membros para que, juntos, empreendamos um esforço resoluto no sentido de enfrentar os problemas internacionais que se avolumam e de fazer retroceder as forças que conduzem à desesperança.

É nosso dever comum corresponder às expectativas de nossos antecessores, que, havendo experimentado eles próprios as duras consequências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empenho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento.

São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas; pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganização; pobre, enfim, em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente a esse quadro. É imperativo corrigir os graves defeitos que nele sobressaem.

A sociedade das nações é essencialmente uma comunidade política. Como não se pode, ao nível nacional, decidir sem consulta aos interesses e anseios do povo, tampouco se pode, neste foro, fazer *tabula rasa* das reivindicações justas e legítimas da grande maioria das nações e preservar as estruturas verticalizadas de poder internacional.

É crucial o papel político das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Senhor Presidente,

A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra, construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em consequência, a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica.

Foram poucos e insatisfatórios, contudo, os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir nas estruturas de convivência internacional.

Manifesta-se, lamentavelmente, uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja do mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em toda sua extensão – e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional – o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, e sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro – por nossas ações como por nossas palavras – que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas – como a discriminação arbitrária entre os países em desenvolvimento – que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Essas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas – sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais, a exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido.

Senhor Presidente,

Têm sido infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar – em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT, entre outras – quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de equidade.

Onde estejam em pauta interesses das grandes potências, entretanto, multiplicam-se as iniciativas.

Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviços e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e com o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento.

Em foros de natureza financeira, são definidas – e por vezes adotadas contra a maioria, por força de sistemas decisórios defeituosos – medidas que restringem a flexibilidade das operações, aumentam as exigências de condicionalidade e discriminam os países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, certos países procuram manter seu controle sobre organizações que parecem condenar, senão ao desaparecimento, pelo menos à insignificância, tão grande é a assimetria entre as necessidades crescentes de seus filiados em desenvolvimento e os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Os princípios do livre-comércio não podem limitar-se – seletiva e arbitrariamente – aos fluxos de capital, enquanto permanece cerceada a

transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento importadores de capital.

Os ideais do livre-comércio não podem ser contraditórios com a preservação e mesmo o reforço da autonomia dos países do Terceiro Mundo.

A interdependência não pode ser conceito inimigo das soberanias nacionais.

Aos países em desenvolvimento, que por tanto tempo se bateram pela soberania permanente sobre seus recursos naturais, abre-se hoje o novo desafio de preservar a soberania sobre o seu espaço econômico próprio.

Tal não significa, contudo, que aos países em desenvolvimento seja aconselhável a hostilidade, ou sequer o desinteresse, quanto a maior interação no plano internacional, mesmo no que se refere aos fluxos de capital e tecnologia e às operações das transnacionais. Pelo contrário.

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento – a começar por aqueles de expressão nitidamente ocidental, como o Brasil, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica – aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações com o ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessária a seu desenvolvimento.

A preservação e fortalecimento do espaço econômico nacional desses países não limitará a expansão do sistema econômico internacional. Será, sim, fator de alargamento do espaço econômico global, para benefício de todos.

Senhor Presidente,

Impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à Reunião de Cancún, acompanhei aquele acontecimento com interesse e esperança, e até com emoção.

Não posso, por isso, aqui deixar de expressar, em nome do Governo e do povo brasileiro, o sentimento de profundo desencanto diante da inexistência, até esse momento, de qualquer seguimento prático ao encontro de Cancún. Vemos com ansiedade, ao contrário, a continuada – até acelerada – erosão dos instrumentos e instituições que deveriam dar solução aos problemas internacionais.

Vemos com preocupação ainda maior a resistência de importantes setores do mundo desenvolvido ao que havia sido a grande conquista

conceitual de Cancún: o reconhecimento do fato de que os caminhos da solução da atual crise passam também pelos rumos do Sul, e devem transitar pela rota da cooperação entre as nações, e não depender apenas das incertezas do mercado. A crise que vivemos é global em mais de um sentido: atinge praticamente a totalidade dos países e é, ao mesmo tempo, financeira e comercial. Além de ampla, é profunda: o investimento produtivo está sendo asfixiado em escala planetária, ao impacto das elevadas taxas de juros e das incertezas sobre as perspectivas do comércio e do sistema financeiro internacionais.

Tudo se passa como se subitamente se houvesse paralisado uma grande potência econômica do mundo desenvolvido: 30 milhões de trabalhadores altamente qualificados estão desempregados na América do Norte e Europa Ocidental.

Mas o efeito de tal situação de crise sobre os países do Sul é ainda mais devastador. As economias em desenvolvimento não exportadoras de petróleo experimentaram nos últimos três anos uma deterioração de relações de troca jamais observada em sua história. Vale dizer, os esforços exportadores crescentes vêm sendo neutralizados com ingressos decrescentes de divisas, que configuram uma verdadeira espiral de pauperização.

Anos de paciente investimento na criação de uma infraestrutura exportadora, que vinha permitindo aos consumidores dos países desenvolvidos adquirir produtos do Sul em condições vantajosas, são desbaratados por barreiras protecionistas intransponíveis.

A persistência de altas taxas de juros retira a rentabilidade financeira de investimentos de longa maturação já efetuados, e ameaça inviabilizar economicamente projetos indispensáveis à superação das dificuldades atuais.

A elevação do custo de serviço da dívida externa cria para alguns países situações insustentáveis, como demonstram acontecimentos recentes que afetaram, de forma dramática, alguns dos mais promissores países do Sul.

Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso. A política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar. O enrijecimento dos fluxos financeiros e o processo de inibição das trocas internacionais destróem as perspectivas de superação das dificuldades presentes.

O momento impõe-nos a todos uma atitude recíproca de compreensão e flexibilidade. O diálogo Norte-Sul deve ser revigorado com

urgência. Aos esforços a longo prazo – para o que se faz tão necessário o lançamento das negociações globais – é imperioso acrescentar desde logo a discussão dos aspectos de curto prazo da crise.

A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-las pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Para tanto, é essencial que nas principais organizações internacionais se inicie, desde logo, um exame integrado e objetivo das medidas de emergência que se afigurem viáveis para o desafogo dos fluxos internacionais de comércio e finanças.

É imprescindível que os países desenvolvidos se disponham a tomar iniciativas com os seguintes objetivos:

- Liberalizar o comércio;
- Expandir os fluxos financeiros internacionais;
- Adotar nova política de juros, e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional.

Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul.

É urgente aumentar ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos sob controle das entidades financeiras internacionais e a participação das autoridades monetárias na preservação da liquidez e estabilidade do sistema financeiro internacional. Só assim poderá a comunidade internacional – e os países em desenvolvimento em particular – livrar-se da camisa de força representada pela contração simultânea do comércio e dos fluxos financeiros de natureza oficial.

Quanto à questão das taxas de juros, não há divergência necessária entre os objetivos maiores da política econômica dos países do Norte e um gerenciamento de suas taxas de juros compatível com a viabilidade econômica e financeira das economias em desenvolvimento. Na verdade, atende aos interesses de todos evitar que a desarticulação das economias em desenvolvimento acarrete um efeito desestabilizador indesejável sobre os países do Norte.

De outra parte, é forçoso reconhecer que uma das condições essenciais para a reativação do comércio mundial é a recuperação de um mínimo de estabilidade no sistema monetário internacional, que não pode constituir-se num fator de turbulência, deixado ao arbítrio das variações unilaterais de política econômica de umas poucas grandes potências.

A solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho.

Senhor Presidente,

Aqui venho para expressar as mais legítimas aspirações de meu país. Move-me acima de tudo a preocupação de assegurar o bem-estar de meu povo. Vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que enchem de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época.

É minha obrigação buscar condições internacionais propícias ao prosseguimento deste nobre esforço em que se empenha o meu povo, pois o Brasil não abrirá mão do lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Espero que a concorrência vinda do Sul seja compreendida como expressão válida do dinamismo político e econômico dos povos que aspiram ao desenvolvimento. Que essa concorrência não seja pretexto para a acomodada preservação de padrões de relacionamento iníquos e ineficientes, mas sim impulso para a busca corajosa da renovação.

Estou convicto de que os Estados mais poderosos saberão responder de modo criativo à nova realidade consistente na emergência do mundo em desenvolvimento como parceiro ativo nos múltiplos cenários da vida internacional.

Tenho inabalável confiança na capacidade de renovação da sociedade internacional.

Hoje, contudo, o clima de conflito entre as nações, nos campos político e econômico, atinge níveis ameaçadores. É neste momento que se faz sentir, em toda a sua força, o imperativo moral e político da cooperação internacional, para que possam ser assegurados, de forma racional, os destinos da sociedade das nações.

A consciência de que a comunidade internacional hoje enfrenta o mais amplo desafio à sua capacidade de ação impõe esforços ingentes e impostergáveis nos seguintes campos:

- Solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo.

- Valorização do diálogo e da conciliação e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas.

- Efetiva retomada do diálogo Norte-Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da disposição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das nações.

- Ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo sobre as mais prementes questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Senhor Presidente,

Faço os meus melhores votos para que os trabalhos desta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas tenham pleno êxito. Exorto os representantes dos Estados aqui reunidos a assumirem por inteiro a responsabilidade histórica intransferível de corresponder às expectativas dos que, em 1945, fundaram esta Organização, e de construir para as gerações futuras uma estrada mais larga no rumo da Paz e do Desenvolvimento.

Estamos no limiar de um mundo novo. Permita Deus que, graças a nossos esforços, seja ele um mundo melhor. O Brasil, eu vos asseguro, está pronto a cumprir sua parte nesse empreendimento.

Muito obrigado.

Nova York, em 27 de setembro de 1982.

1983

1983

As sequelas da moratória mexicana de agosto de 1982 atingiram o Brasil em 1983, provocando uma séria crise de pagamentos. Em janeiro, o Governo assinou uma Carta de Intenções com o FMI, comprometendo-se a adotar severas medidas de ajuste em contrapartida a desembolsos destinados a equilibrar as contas externas. Aceleraram-se a recessão e a inflação: o PIB brasileiro cairia em cinco por cento no ano de 1983 e a inflação alcançaria duzentos e onze por cento.

O quadro político se tornaria mais complexo em virtude das crescentes demandas sociais pela volta das eleições diretas para Presidente. Em junho de 1983, com a participação de expressivas lideranças políticas, começa uma série de comícios em favor das "Diretas Já".

No plano externo, observa-se, em 1983, uma tendência no sentido de dar prioridade à vertente africana da política externa brasileira. Recuperado da cirurgia cardíaca a que fora submetido em julho, o Presidente Figueiredo visitaria ao final do ano Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde.

Ao discursar perante a Trigésima Oitava Assembleia Geral, o Ministro Saraiva Guerreiro insiste no que qualifica de "inusitado estado de crise". Recorda as propostas apresentadas pelo Presidente Figueiredo na Assembleia anterior e lamenta a ausência de progressos no cenário internacional, do qual faz sombria apreciação. Sem deixar de insistir nos pontos de vista brasileiros sobre as principais questões globais, como desarmamento, Oriente Médio, África Austral, o Ministro dedica boa

parte do seu discurso à situação na América Central e à crise das Malvinas. E, qualificando o Brasil como dos países mais afetados pela crise, volta a insistir demoradamente nas teses brasileiras sobre o diálogo Norte-Sul.

XXXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1983

Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro[40]

Senhor Presidente,

É com grande prazer que cumprimento Vossa Excelência por sua eleição ao cargo de Presidente da Trigésima Oitava Assembleia Geral.

A escolha de Vossa Excelência é o justo reconhecimento pelos serviços que tem prestado às Nações Unidas. Estou seguro de que, graças às qualidades profissionais e pessoais de Vossa Excelência, nossos trabalhos serão conduzidos de maneira hábil e competente.

Desejo expressar o reconhecimento de meu Governo pela forma segura e produtiva com que o seu antecessor, Senhor Imre Hollai, conduziu os trabalhos da Trigésima Sétima Sessão.

Desejo saudar Vossa Excelência também como representante de um país latino-americano, no ano em que comemoramos o bicentenário de Simon Bolívar e é justo e gratificante prestar mais uma vez nossa homenagem ao Libertador, cujos ideais devem ser lembrados neste momento em que a América Latina precisa dar prova reiterada de sua histórica vocação para a paz e o diálogo. Nesse sentido, permito-me salientar as importantes contribuições que seu país, o Panamá, vem dando, em sua atuação internacional, às causas da concórdia e do progresso.

[40] **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro**, nascido em Salvador, BA, em 22 de dezembro de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade da Bahia. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1945. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/79 a 15/3/85. † Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2011.

Gostaria de congratular Saint Christopher e Nevis por sua admissão como membro das Nações Unidas. Ao novo Estado-Membro estendemos nossos melhores votos para um futuro de paz e de prosperidade.

Senhor Presidente,

O privilégio de abrir o debate nos confere tradicionalmente o encargo de fazer um balanço da situação internacional, o que nos obriga a uma reflexão sobre o que é hoje um inusitado estado de crise.

No ano passado, a gravidade sem precedentes da conjuntura internacional trouxe, pela primeira vez, um Chefe de Governo de meu país à Assembleia Geral. O Presidente João Figueiredo lançou então um alerta necessário quanto aos riscos e perigos que ameaçam a própria convivência internacional.

Diante de uma conjuntura que lembra sinistramente a crise dos anos 30, o Chefe do Governo brasileiro formulou veemente apelo a que, de novo, nos congreguemos na tarefa da construção da paz e reerguimento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Estou certo de que o Presidente Figueiredo articulou anseios e preocupações compartilhados pela imensa maioria de povos e nações.

Durante os últimos doze meses, no entanto, nossa reserva de fé e confiança foi submetida a duras provas. O próprio Secretário-Geral, em seu primeiro relatório à Assembleia, advertia que estávamos "perigosamente próximos de uma nova anarquia internacional". A despeito da seriedade dessas palavras, muito pouco se fez para aliviar as extraordinárias tensões, que a todos afetam, nos planos político e econômico.

Senhor Presidente,

Na verdade, as tensões se avolumam; a economia e o comércio languescem em seu ciclo deprimido – e a recuperação de uns coincide com o agravamento dos problemas dos demais; a miséria e a desordem prevalecem; a corrida dos mísseis nucleares prospera; os poderosos parecem inibidos para a moderação e o diálogo.

A Trigésima Oitava Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas se realiza sob o signo negativo de uma crise orgânica e prolongada que exige soluções estruturais. É apropriado lembrar que a palavra crise conserva um radical originariamente sânscrito que significa também

"limpar", "desembaraçar", "purificar". A crise é em sua própria raiz, um convite ao critério, isto é, à depuração e à renovação. Cabe-nos a todos chegar a decisões que permitam a evolução sem ruptura, a transformação dentro da ordem. Ora, a boa ordem internacional se fundamenta numa compreensão adequada das necessidades diferenciadas de cada nação e é justamente isso que incumbe às Nações Unidas, como instituição dedicada à convivência democrática e igualitária entre os Estados.

Ao referir as flagrantes imperfeições na ordem internacional, o Brasil não se afasta de sua tradicional política de moderação e de equilíbrio, que se inspira na formação pluralista da sociedade nacional. O Brasil é um país do Ocidente e do Terceiro Mundo, e a política exterior brasileira traduz, no plano internacional, a inestimável riqueza de nossa experiência histórica. Somos herdeiros de diferentes culturas e temos naturalmente um arraigado respeito pela diferença, condição indispensável para a harmonia.

Senhor Presidente,

Na esfera da política, já são muitos os anos que completamos sem apresentar um só êxito multilateralmente significativo, uma só questão importante bem resolvida: Oriente Médio, América Central, África Austral, Sudeste da Ásia, Afeganistão, Malvinas, mísseis nucleares estratégicos e de alcance médio. A lista é longa.

Quando posições de força, como as da União Soviética no Afeganistão, parecem consolidar-se ao invés de ceder à justiça e à razão, é o sistema internacional como um todo que se deteriora. Da mesma forma, é motivo para aguda preocupação e condenação o incidente que levou à derrubada, por aviões soviéticos, de um avião comercial sul-coreano, com a inescusável perda de vidas inocentes. O princípio da rejeição do uso da força – que é um dos pilares essenciais desta Organização – não pode admitir desvio na sua aplicação, em todas as áreas de tensão.

Com relação aos problemas que afetam a América Central, a posição do Brasil é clara e por todos conhecida. É preciso que se apliquem os princípios básicos da autodeterminação e da não ingerência nos assuntos próprios de cada país. Favorecemos a condução diplomática e negociada das tensões para que se possa criar um clima de descontração, ao invés de confrontação e polarização ideológica, de modo a que se ponha fim ao processo de transferência das tensões globais para aquela área.

Confiamos no espírito de responsabilidade e de independência dos países centro-americanos. Confiamos na democracia e no pluralismo,

não só como sistema de convivência interna, mas também como norma de convivência entre países. Desejamos uma América Central em que nenhuma nação se transforme *nolens volens* em satélite ou massa de manobra de qualquer outra.

Mas não nos devemos limitar aos aspectos conjunturais da crise centro-americana. Os problemas reais não serão resolvidos enquanto não forem corrigidas as deficiências estruturais básicas, as décadas ou mesmo séculos de constante frustração, de ingentes desequilíbrios internos e externos. Entendemos que se deva empreender um esforço sério e concentrado de cooperação internacional, sobretudo em termos socioeconômicos, dirigido à erradicação efetiva dos problemas crônicos da América Central.

Na América Latina, estão fortemente enraizadas as práticas que favorecem as soluções pacíficas de controvérsias e o respeito aos princípios básicos do direito internacional. Por isso mesmo, atuando sobretudo através dos países que integram o Grupo de Contadora, a América Latina tem as melhores condições de proximidade e afinidade cultural para prestar uma contribuição valiosa no sentido da solução pacífica dos problemas centro-americanos. Devemos todos apoiar as gestões desinteressadas, articuladas nesse contexto e que incorporam as melhores possibilidades de um equacionamento diplomático positivo para essa grave situação.

As presentes dificuldades não podem ser isoladas do prolongado contexto de crise internacional em que vivemos. A problemática centro-americana não pode ser reduzida ao ângulo da confrontação ideológica. Nem é possível extirpar seus males pela força. A solução dos problemas da região demanda, claramente, além de iniciativas em prol da descontração, o esforço de cada qual para demonstrar que não constitui risco de segurança para seus vizinhos. A experiência nos ensina que a polarização não favorece as soluções duradouras. No caso centro-americano, os países pequenos seriam as grandes vítimas de uma indesejável radicalização. Mais uma vez é indispensável restabelecer um clima de confiança para o diálogo.

Os princípios fundamentais que orientam a política externa brasileira são os mesmos que constituem a melhor tradição da atuação diplomática da América Latina. O Brasil renova a expressão de seus propósitos permanentes de estreitar as relações de solidariedade e de cooperação igualitária com todos os seus vizinhos. O respeito mútuo, a busca de coincidências legítimas e a estreita adesão às normas do Direito e da boa convivência constituem, na prática tanto quanto na teoria, o melhor padrão de comportamento internacional.

Nesse contexto, o Governo brasileiro reafirma seu apoio à complementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança, referente à questão das Ilhas Malvinas. É de fundamental importância o papel que as Nações Unidas podem e devem desempenhar no encaminhamento de uma solução pacífica e negociada para essa questão que afeta de perto os países latino-americanos. O Brasil reitera, a esse respeito, seu apoio aos direitos de soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e expressa sua preocupação crescente com que se possa cogitar de uma militarização daquela área. É posição brasileira que o Atlântico Sul deve permanecer uma área de paz e concórdia.

Senhor Presidente,

Não posso deixar de refletir a ansiedade que sentimos diante do quadro de insegurança e violência no Líbano, tantas vezes vitimado pela agressão. É preciso deter com urgência essa nova escalada de violência. Renovo o empenho do Brasil em que sejam preservadas a independência, a soberania e a integridade do território desse país que tanto contribuiu, pelo trabalho de seus filhos, para o progresso do Brasil.

Torna-se cada vez mais premente dar cumprimento às resoluções das Nações Unidas que expressam o consenso internacional em busca de uma solução abrangente, justa e duradoura para sucessão de crises no Oriente Médio. Meu Governo adere com firmeza aos termos dessas resoluções e condena veementemente a política de fatos consumados que têm dificultado o encaminhamento de negociações naquela região.

Devemos insistir no prevalecimento da justiça, na desocupação dos territórios retidos pela força, na implementação dos direitos do povo palestino, na criação de condições para que todos os Estados da região possam viver em paz dentro de suas fronteiras.

O Brasil, Senhor Presidente, como país dedicado aos ideais da harmonia social e racial, reitera sua condenação enfática à prática institucionalizada do racismo que caracteriza o regime da África do Sul. A política adotada por Pretória alimenta na África Austral um foco de tensão que desserve inclusive às causas e interesses do Ocidente. É preciso pôr fim às incursões militares contra Angola, Moçambique e Lesoto. É preciso com urgência que cesse a ocupação ilegal da Namíbia, cuja independência vem sendo retardada pela intransigência da África do Sul. Não há pretexto que justifique evadir a implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por outro lado, meu Governo deseja congratular-se com o Secretário-Geral pelo empenho em cumprir o mandato que recebeu do Conselho de Segurança para estabelecer consultas com vistas à solução desse grave problema.

Senhor Presidente,

Cabe à nossa geração não apenas reconstruir um mundo em crise: cabe-nos antes de mais nada evitar que ele se destrua. Como afirmou o Presidente Figueiredo "não há nem pode haver futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição".

O desejo de segurança absoluta por parte de um Estado representa ameaça de insegurança absoluta para todos os outros. A paz não nascerá da multiplicação dos arsenais. É urgente buscar entendimentos objetivos para criar um mínimo de confiança e de mútua informação e recriar mecanismos de diálogo que reduzam as tensões, as oportunidades de equívoco e o risco de incidentes.

As Nações Unidas não podem ser mantidas à margem das negociações realmente importantes em matéria de desarmamento. É compreensível que quaisquer concessões nesse campo sejam extremamente complexas, mas o que afeta a todos por todos deve ser considerado. O realismo não deve levar a esquecer que o exercício equilibrado da inteligência política é, em última instância, mais poderoso que o exercício unilateral da força.

É alarmante notar que, só em 1983, os recursos gastos em armamentos chegam a 800 bilhões de dólares, cifra superior à dívida externa global dos países em desenvolvimento. Essa simples menção nos faz compreender a magnitude do desafio que devemos enfrentar.

Senhor Presidente,

Em 16 de maio, o Brasil acedeu ao Tratado da Antártida. Desde então, dentro das possibilidades da economia brasileira, foi estabelecido um programa voltado inteiramente para o desenvolvimento da pesquisa científica. Nosso empenho em participar plenamente do Tratado da Antártida decorreu, inclusive, do fato de ser aquele instrumento

internacional o único diploma legal para o Sexto Continente. Pode-se afirmar que o Tratado criou uma nova situação jurídica objetiva.

No dia 12 de setembro corrente, as Partes Consultivas do Tratado, reunidas em Camberra, reconheceram ao Brasil a qualidade de Membro Consultivo. Ao assumir essa responsabilidade, o Brasil reafirma sua adesão aos princípios de paz, cooperação e liberdade de investigação científica, consagrados no Tratado e nas recomendações que foram adotadas ao longo de mais de vinte anos pelas Partes Consultivas.

Senhor Presidente,

A recessão atual é a mais longa e possivelmente a mais profunda contração da atividade econômica nos últimos cinquenta anos. Não é mais possível alimentar a ilusão de que essa crise seja momentânea. Suas causas profundas estão na própria estrutura do relacionamento internacional como demonstra a globalização da crise.

A despeito da profundidade e abrangência da crise, perderam-se, nos últimos tempos, valiosas oportunidades para deter o processo de deterioração que, a esta altura, já se tornou cumulativo. Da reunião de cúpula de Cancún até hoje, o diálogo entre o Norte e o Sul regrediu. A crise prosseguiu seu doloroso trajeto, passando de comercial a financeira, em vivo testemunho da inter-relação entre os diversos aspectos do sistema econômico global e da fragilidade dos mecanismos de cooperação multilateral.

O total da dívida externa dos países em desenvolvimento aproxima-se celeremente da cifra do trilhão de dólares. As taxas de crescimento dessa dívida, alimentadas por níveis de juros absurdamente altos, superam em muito as taxas de crescimento real de qualquer país do mundo. Superam mesmo as melhores taxas de crescimento dos melhores períodos dos países que mais rapidamente se desenvolveram. O que hoje é insustentável, amanhã será sensivelmente pior.

O comércio internacional, no passado recente a grande alavanca do progresso tanto do Norte quanto do Sul, entra em estagnação e retrocesso, sufocado por barreiras protecionistas crescentes – resposta inadequada aos problemas de recessão e desemprego – e pelos próprios encargos da dívida externa que restringem além dos limites toleráveis a capacidade de importação dos países devedores, impedindo-os de sustentar os níveis de atividade econômica requeridos para atender às necessidades de seus povos, e para gerar os próprios recursos com que ressarcir seus compromissos.

A comunidade internacional precisa de propostas inovadoras e eficazes, mas trabalha ainda com um instrumental conceitual e institucional desgastado que fornece respostas padronizadas, mecanicamente aplicadas. Se essa é a resposta intelectual dominante, já no nível dos fatos não é menor a frustração: aumenta-se o protecionismo quando mais que nunca é necessária a expansão do comércio; aumentam-se os encargos financeiros quando é imprescindível sua redução; retrai-se a capacidade de emprestar quando é fundamental que ela se amplie; proliferam as políticas geradoras de recessão quando nunca foi tão necessário o desenvolvimento.

A VI UNCTAD, em junho último, foi o exemplo mais eloquente da crônica de frustrações que têm sido as negociações econômicas multilaterais. No início da reunião de Belgrado – para a qual os países em desenvolvimento se prepararam cuidadosamente – afirmei que a comunidade internacional não se podia permitir novo fracasso, e que era urgente lançar um esforço amplo de cooperação entre o Norte e o Sul. Lamentavelmente, a atitude moderada e construtiva adotada pelos países em desenvolvimento não foi capaz de levar os países desenvolvidos a uma atuação mais flexível. De Cancún a Belgrado, perderam ambos, Norte e Sul, valiosas oportunidades de diálogo e entendimento, só restando neste momento à economia internacional a aposta, incerta e arriscada, nas ações tópicas e de emergência como resposta ao que são em verdade problemas estruturais e duradouros. Não é este o momento, diante de tanta instabilidade e incerteza, de proceder a comunidade internacional a uma reflexão cuidadosa sobre os reajustamentos a efetuar nas instituições de Bretton Woods e no GATT, para torná-las mais adequadas às condições e necessidades da economia internacional de hoje, profundamente diversa daquela em que, por três décadas, após a Segunda Guerra Mundial, foi possível manter elevadas taxas de crescimento do produto e do comércio mundiais?

O Brasil tem sido dos países mais afetados pela atual crise e isso, ironicamente, em grande parte porque o modelo de desenvolvimento por ele seguido representou um voto de confiança na capacidade da comunidade internacional de prover maiores oportunidades a todos os países nos mercados internacionais de comércio e finanças.

Meu país tem feito, e continuará decididamente a fazer, árduos sacrifícios para ajustar-se às novas e mais difíceis circunstâncias no campo financeiro e cumprir com seus compromissos como tomador de capital. O povo brasileiro não pode, entretanto, ser privado da perspectiva do desenvolvimento, sobretudo quando as causas principais de suas agruras não estão em limitações intrínsecas à estrutura produtiva do país, mas sim

em inusitada conjunção de fatores externos relacionados com as políticas econômicas e as posturas negociadoras de algumas das grandes potências de nossos dias.

Nessas circunstâncias, os problemas que nos afligem não são exclusivamente nossos, mas dizem respeito também aos países que tantos benefícios tiram da exportação de capitais a custos que têm o poder de unilateralmente definir e reajustar. Não faz sentido que, agindo por vezes contraditoriamente com seus interesses quanto ao retorno de seus empréstimos, tais países neguem a quem lhes deve, pela via do protecionismo mais estreito, as oportunidades de exportação necessárias para o correto ressarcimento das dívidas.

Foi por essa razão que o Presidente Figueiredo, ao dirigir-se a esta Assembleia um ano atrás, afirmou que "a solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho".

Senhor Presidente,

Antes de encerrar minhas palavras, desejo tratar de um problema específico, de natureza crítica e que não deve ser visto apenas do ângulo puramente emergencial.

Meu país vem sofrendo, há cinco anos, os efeitos trágicos da seca. O Nordeste semiárido do Brasil atravessa um período particularmente difícil, que desafia a coragem e a resignação das populações locais e impõe enormes obstáculos à planificação do desenvolvimento regional brasileiro. Os efeitos da seca que se prolonga são assunto de responsabilidade nacional brasileira e são objeto de uma ação integrada por parte do Governo, mas não podem deixar de ter reflexos evidentes em sua ação externa.

O Brasil tem consistentemente apoiado as atividades das Nações Unidas de combate à desertificação, em especial aquelas referentes à recuperação e ao progresso da região sudano-saheliana. Da mesma forma, acompanhamos atentamente o debate das medidas destinadas a mobilizar recursos para aplicação do Plano de Combate à Desertificação, aprovado em 1977. Partilhamos a opinião de que a questão de fenômenos climáticos como a seca e a desertificação deve ser examinada no contexto mais amplo da cooperação internacional, numa perspectiva de longo prazo.

Senhor Presidente,

Para extrairmos da crise atual seu efeito renovador e purificador, é indispensável revitalizar o sistema internacional no sentido autenticamente democrático. A democracia, no plano internacional, se traduz pelo respeito às individualidades nacionais e pelo reconhecimento da igualdade soberana dos Estados. Isso significa, em essência, que a convivência internacional deve pautar-se pela rigorosa observância dos princípios de autodeterminação e de não intervenção e deve orientar-se para a busca de soluções pacíficas, racionais e equilibradas.

O fato de que as Nações Unidas se aproximam dos quarenta anos constitui uma razão a mais para que saibamos extrair da crise contemporânea uma lição renovadora. É indispensável que preservemos o testemunho daqueles que participaram da construção e consolidação das Nações Unidas. A revisão crítica do passado só terá verdadeiramente sentido se nos servir como orientação prática para a ação presente e futura.

O ritmo da história se acelera e esta instituição não pode imobilizar-se. Existe uma sabedoria inerente aos princípios e propósitos da Carta de São Francisco. É particularmente urgente aplicá-los para manter a paz, preservar a segurança, e retomar o desenvolvimento.

O importante, como afirmou o Presidente Figueiredo, em seu discurso no ano passado, é que temos "o dever comum de corresponder às expectativas de nossos antecessores que, havendo experimentado eles próprios as duras consequências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empenho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento".

Muito obrigado.

Nova York, em 26 de setembro de 1983.

1984

1984

O ano de 1984 foi político de grande intensidade. Começou em meio à campanha das "Diretas Já" e terminou (na realidade em janeiro de 1985) com a eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Finalizavam os vinte anos de excepcionalidade institucional abertos em março de 1964. Os acontecimentos que, desde a aprovação da emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para Presidente, conduziram ao rompimento da unidade da base de sustentação parlamentar do Governo, monopolizaram as atenções dos meios políticos e da sociedade, em meio a um sensível agravamento da inflação.

Não obstante as vicissitudes políticas, a agenda diplomática brasileira permaneceu intensa. O Presidente Figueiredo visitou a Bolívia, o Marrocos, a Espanha, o Japão e a China. Recebeu no Brasil os Presidentes do Uruguai, do México, do Peru e da Guiné Bissau, além dos soberanos suecos. Em iniciativa que demonstrou unidade e solidez de pontos de vista diante da crise, os Presidentes do Brasil, da Argentina, do México e da Colômbia endereçaram carta aos mandatários do G-7 em que pediam medidas concertadas para enfrentar as altas taxas de juros praticadas no mercado internacional e a grave crise de endividamento por que atravessavam os países em desenvolvimento, em particular na América Latina.

Em seu último discurso perante a Assembleia Geral, o Ministro Saraiva Guerreiro faria em 1984 uma substanciosa avaliação do que ele qualificaria da "crise do nosso tempo". Uma crise que, segundo

a diplomacia brasileira, se manifestava no plano econômico, mas apresentava uma dinâmica essencialmente política.

O Ministro não deixaria de tocar nos principais temas pontuais da agenda: independência da Namíbia, condenação do *apartheid,* persistência da política de fatos consumados no Oriente Médio, rompimento dos princípios da não intervenção e da autodeterminação no Afeganistão, no Campucheia e na América Central, Malvinas e desarmamento. Concentraria, no entanto, o peso de sua argumentação numa análise da crise das Nações Unidas, que atribui à fragmentação da vontade política da comunidade internacional, e da crise econômico-financeira mundial. Afirmando a unidade dos pontos de vistas latino-americanos evidenciada no consenso de Cartagena, dedica especial ênfase ao tema da dívida, que, àquela altura, já se revestia de particular gravidade para o Brasil. Em alusão expressa ao imperativo fundamental da ação diplomática do Brasil, o Ministro Saraiva Guerreiro afirma enfaticamente que o Brasil, apesar de todas as adversidades, não renunciaria jamais às suas expectativas de desenvolvimento.

XXXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1984

Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro[41]

Senhor Presidente,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a satisfação de congratular Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigésima Nona Sessão da Assembleia Geral.

Estou seguro de que interpreto a confiança de todas as Delegações presentes a esta Sala na direção experiente e equânime de Vossa Excelência para o êxito de nossos trabalhos. Permito-me também saudar Vossa Excelência como representante de Zâmbia e do continente africano, ao qual meu país está ligado por profundos vínculos culturais, históricos e políticos.

Nesta oportunidade, permita-me ainda prestar justa homenagem ao Senhor Presidente Jorge Illueca pela competência e habilidade com que conduziu os trabalhos da última Sessão desta Assembleia Geral.

Senhor Presidente,

É um privilégio poder congratular-me com o povo e o Governo de Brunei Darussalam pelo seu ingresso nesta Organização e renovo aqui meus votos de paz e prosperidade a esse país, com o qual o Brasil já mantém relações diplomáticas.

[41] **Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro**, nascido em Salvador, BA, em 22 de dezembro de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade da Bahia. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1945. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/79 a 15/3/85. † Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2011.

Senhor Presidente,

É nossa experiência cotidiana a convivência com a tensão e a crise internacionais. Claramente as crises se superpõem num processo vicioso que só tende a reforçar-se. Mais do que nunca é urgente a transformação dentro da ordem.

Diante desse desafio, o Brasil vê caminho seguro no compromisso com os princípios fundamentais da convivência internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas. Reafirma a inspiração ética de sua política externa, voltada para a busca de soluções para as causas universais da paz e do desenvolvimento. Mantém sua disposição serena e equilibrada no exame objetivo das questões internacionais.

Entendemos também que só a confiança pode criar bases duradouras para o diálogo e a cooperação entre as nações.

São esses valores e essa vontade de transformação que orientam minhas palavras na inauguração do Debate Geral.

As épocas de crise, como a que atravessamos, evidenciam-se nos fatos, mas se refletem também no plano das ideias e da cultura. Esta Organização não poderia ficar imune à crise de nosso tempo.

A geração fundadora desta instituição nos legou uma mensagem que repudia os padrões duplos de julgamento. Mais do que nunca é preciso recuperar o sentido dessa mensagem. Poderosos e fracos, aliados e adversários, devem compreender e seguir os critérios que regem a convivência internacional, porque só assim o diálogo se torna verdadeiramente possível. Esta é uma das razões fundamentais do trabalho que desenvolvemos nas Nações Unidas.

Embora sejam muitos os disfarces do autoritarismo não me parece lícito confundir, no ano de 1984, o ideal da paz com a obsessiva disposição para a guerra. Não se pode invocar a liberdade, a justiça ou o progresso para encobrir o desejo de dominação.

Não pode haver tergiversação quanto ao acatamento dos princípios universais da Carta. Igualdade quer dizer igualdade; soberania quer dizer soberania; não intervenção quer dizer não intervenção. Iludem-se aqueles que cedem a tentações imediatistas em prejuízo de valores essenciais à credibilidade desta Organização.

Senhor Presidente,

O Brasil tem posições conhecidas e claras sobre os grandes focos de tensão política que continuam a desafiar a capacidade de ação da

comunidade internacional. Depois de anos de debates e de negociações sobre algumas dessas questões, largas margens de consenso foram alcançadas.

Não se negará que o melhor caminho para a autodeterminação e independência da Namíbia é o cumprimento da Resolução 435 do Conselho de Segurança. Sempre que se preserve essa diretriz, são auspiciosos os sinais recentes de flexibilidade na África Austral, com vistas ao diálogo e à negociação. Por outro lado, a consciência da comunidade internacional tem sido inequívoca no repúdio à segregação racial e, por isso mesmo, as Nações Unidas não podem transigir ou hesitar na total condenação do *apartheid.*

O tempo tem mostrado que fora dos parâmetros originalmente estabelecidos pelas Nações Unidas não se vislumbra uma solução abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. Uma sucessão de crises decorrentes da não aceitação de tais parâmetros vem impedindo, por mais de uma geração, a construção da paz naquela área conturbada.

No Oriente Médio, como em outros contextos regionais, o Brasil condena a persistência de uma política de fatos consumados, atentatória à Carta. Entre as muitas vítimas da recente e persistente crise libanesa, devemos lamentar a perda de muitos soldados das forças multinacionais que lá atuaram. Não terá sido em vão o sacrifício, se nos fizer refletir a todos, mesmo os mais poderosos, sobre o papel que pode e deve caber às Nações Unidas na condução de operações de paz, em cumprimento a mandatos da comunidade internacional com pleno respaldo do Conselho de Segurança.

Em todas as áreas de tensão – como no Afeganistão e no Campucheia – o princípio da não intervenção não pode admitir desvios em sua aplicação. Seja onde for, as tentativas de interferir em processos políticos internos pela força ou por escusas técnicas de infiltração, merecerão a condenação da comunidade internacional. É anacrônico pensar que a opinião pública ainda possa ser iludida por fachadas de legitimação para atos de intervenção efetiva, que atendem a interesses estratégicos ou de mero prestígio.

Na América Central, não haverá soluções de longo prazo sem o integral respeito dos princípios básicos da autodeterminação, do mútuo respeito entre países e de convivência democrática. É indispensável, por isso mesmo, que prossiga e tenha êxito o trabalho do Grupo de Contadora, apto a promover uma consciência dos problemas da região em toda sua complexidade histórica e social, política e econômica. A boa convivência hemisférica depende hoje, de forma crítica, da estabilidade na América Central.

É preciso fazer prevalecer o espírito da Carta no sentido do diálogo e da negociação. Neste particular, cabe-nos agradecer ao Secretário-Geral, que – quando a isso solicitado – tem exercido seus bons ofícios e papel mediador, mesmo em condições adversas, com o senso de oportunidade e a discrição convenientes a cada caso. O mesmo se aplica à questão das Malvinas, para cuja positiva solução continua a ser indispensável a contribuição das Nações Unidas, inclusive através do encorajamento ao entendimento diplomático entre as partes. Essa é uma questão que afeta diretamente aos países latino-americanos, que têm posição firmada sobre o mérito da questão, reconhecem os direitos da Argentina e desejam afastar o risco de tensões numa área cuja vocação é de paz e de concórdia. É o momento de demonstrar coerência e autenticidade, honrando os princípios da Carta, através da implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança.

Em todos os problemas críticos que mencionei, esta Organização não deixou de tomar posições e de indicar terapias.

Mas a escassez de soluções efetivas não deriva de vícios de diagnóstico: os problemas persistem porque há fragmentação da vontade política da comunidade internacional. Na medida em que há um bloqueio no mecanismo deliberativo e na própria implementação das decisões das Nações Unidas, fórmulas de consenso penosamente negociadas são submetidas a um processo de desgaste. O resultado prático é, com frequência, um lastimável retrocesso sobre bases de entendimento já consagradas por este foro, como é o caso – para citar um exemplo eloquente – do Documento Final da I Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, em 1978.

Senhor Presidente,

Há trinta e nove anos, ainda sob o impacto de um conflito sem precedentes, as Nações Unidas nasceram sob o signo da universalidade e da igualdade entre as nações. Esta Organização espelha, em seu próprio nome, o ideal da solidariedade e da união e, além disso, o reconhecimento de que o mundo não mais comportava o isolamento entre as nações. Se havia um generoso utopismo nessa visão, havia também uma lúcida consciência das reais necessidades de sobrevivência e bem-estar da humanidade.

No nosso século, nenhum Estado, por mais poderoso que seja, pode afrontar a comunidade internacional aqui representada, nem prescindir

do diálogo com outras nações. Nenhuma potência pode pretender legislar sobre o mundo. Em outras palavras, a liderança para ser efetiva deve estar impregnada de sentido autenticamente democrático: ela só se fortalece quando mantém esse valor intrínseco.

O sistema internacional não deve ser vertical e centralizado. Aquilo que afeta a todos, por todos deve ser decidido. Isso se aplica especificamente a dois temas de interesse global que não podem ser dissociados em seu tratamento: paz e desenvolvimento. Mas é justamente sobre esses temas, de vital importância para a humanidade, que mais se evidencia o bloqueio da interação política e a substituição do diálogo democrático por equações de poder.

Senhor Presidente,

Tive oportunidade de comparecer, em agosto último, perante a Conferência de Desarmamento para reiterar as crescentes apreensões de meu país diante do acelerado recrudescimento da corrida armamentista.

Manifestei então o endosso brasileiro à recente Declaração Conjunta de seis Chefes de Estado e de Governo às potências nucleares, da qual citei a seguinte afirmação: "é primariamente responsabilidade dos Estados nucleares evitarem uma catástrofe nuclear, mas esse é um problema demasiadamente importante para ser deixado a esses Estados apenas".

Diante dessa tarefa – prioritária entre todas – o processo de decisões internacionais deve incorporar efetivamente a participação ampla e representativa da comunidade das nações. Isso se faz necessário para superar o monólogo de intransigências em que se converteu o processo de negociação entre aqueles que – pelo diálogo – deveriam ser os responsáveis primários pela segurança de todos. Sob esse influxo paralisante, as chamadas discussões sobre o "controle de armas" correm o risco de se desvincular totalmente do objetivo final que se impõe: o desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional.

A dialética da confrontação, fértil em disfarces doutrinários, só conduz na prática a patamares sempre mais elevados de terror e não de segurança. A inteligência política já desmascarou essa trágica racionalização da vontade de poder.

A paz não se pode tornar uma miragem, que se dilui na espiral armamentista. Não há substituto para a paz e a paz nasce de uma ordem internacional justa e confiável e não do equilíbrio da desconfiança. É essa a lição fundamental da Carta de São Francisco.

Senhor Presidente,

É no plano econômico que a crise contemporânea tem a sua dimensão mais sensível, mas sua dinâmica é essencialmente política.

Os caminhos da paz e do desenvolvimento não podem deixar de ser paralelos. Estamos colocados diante de uma situação limite, que nos obriga a examinar suas raízes, sem ilusões e ambiguidades.

O Brasil não renuncia à perspectiva do desenvolvimento, nem pode aceitar a retração do espaço que conquistou no comércio internacional, dentro de regras legitimamente acordadas. Há longo tempo, meu país vem lutando nos foros competentes para corrigir os vícios da estrutura econômica mundial, de que hoje somos uma das principais vítimas.

Diversas vezes perante a Assembleia Geral, expressei a preocupação com que o Brasil encara o percurso seguido pela economia internacional nos últimos anos.

Reiterei, sob múltiplas formas, o chamamento para um decidido esforço de concertação internacional para enfrentarmos os efeitos de uma grave crise global.

Reafirmei a necessidade de reverter a crescente tendência à erosão daquilo que de mais valioso tínhamos, todos, conseguido realizar no pós-guerra – a cooperação internacional, como instrumento a serviço do desenvolvimento e como fator indispensável para a gestão de um sistema de comércio e finanças que se revela precário e instável.

Afirmei, a certa altura, que "quando a economia mundial se torna altamente diversificada e os problemas se exprimem de maneira global, o desafio não é mais o de como obter vantagens unilaterais, mas o de como definir, conjuntamente, maneiras viáveis de gerenciar um sistema crescentemente instável".

Fatos recentes, como a contenção da inflação e a retomada do crescimento em alguns países desenvolvidos, parecem demonstrar o potencial de êxito do recurso, por uma ou outra das principais potências desenvolvidas, a políticas unilaterais. Por positiva que seja a recuperação ora em curso em certas economias desenvolvidas, não há como negar que ela é limitada e seu desdobramento se faz às custas da elevação a níveis excessivos do coeficiente de instabilidade no sistema econômico internacional.

Tampouco há como negar que, por força do recurso a políticas unilaterais, surgem mecanismos perversos pelos quais países endividados são levados a transferir recursos que subsidiam a prosperidade de países ricos. Pior ainda, veem aqueles países suas próprias perspectivas de

desenvolvimento tolhidas ao impacto, muitas vezes avassalador, das ações das grandes potências industriais.

A solução para os prementes problemas da economia internacional não pode ser o das ações individuais ou abordagens tópicas. Da mesma maneira, não podem resultar exitosas as tentativas de resolver os problemas econômicos da atualidade por obra e graça da recuperação de um ou outro país desenvolvido. Isto é ainda mais verdade quando tal recuperação, sujeita a fortes elementos de incertezas e precariedade, tem, ademais, consequências restritivas sobre as possibilidades de expansão de outros países, em particular os mais fortemente endividados.

O caminho para uma recuperação sustentada e sadia de economia internacional não pode, portanto, ser a reativação precária de uns poucos e a tentativa inelutavelmente fadada ao malogro de manter uma política econômica de sentido concentrado e efeitos limitativos sobre a própria perspectiva de retomada do desenvolvimento pelos países do Terceiro Mundo.

As tensões sociais e políticas a que estes têm sido submetidos não podem prolongar-se por muito tempo mais, nem podem seus povos continuar indefinidamente sujeitos aos sobressaltos gerados por abruptas variações nas já intoleravelmente altas taxas de juros, na disponibilidade de fluxos de financiamento e nas condições de acesso aos mercados internacionais.

Sucedem-se os episódios de resistências por parte de países desenvolvidos à ação concertada – lembre-se da falta de resultados de Cancún, a obstrução ao lançamento das Negociações Globais, o fracasso da última reunião da UNCTAD, o descumprimento dos princípios e compromissos do GATT. Ao contrário, tendo em vista o contexto adverso que enfrentamos, deveriam ter-se aberto trilhas múltiplas em direção ao objetivo que o Presidente Figueiredo, em seu discurso, neste foro, em 1982, definiu como a necessidade de recomposição da ordem econômica internacional.

A recusa ao diálogo e à ação concertada entre os Governos vem tendo efeitos particularmente perniciosos nestes dois últimos anos, caracterizados pela eclosão da crise do endividamento, de efeitos tão avassaladores para a América Latina. Países, cujo empenho em manter adequadas taxas de crescimento na década de 70 foi então importante para a sustentação das atividades econômicas no mundo desenvolvido, se veem hoje forçados, em decorrência de fatos criados à sua revelia, a sofrer severas pressões de caráter recessivo. Esta não é, certamente, a compensação que merecem pela significativa contribuição que deram à prosperidade da economia mundial.

O mundo em desenvolvimento não tem deixado de dar, nestes últimos tempos, claros sinais de sua disposição ao diálogo realista e construtivo, como evidenciaram diversos pronunciamentos feitos nos mais variados *foros* internacionais como o ECOSOC, a UNCTAD, o GATT, o FMI. Essa disposição tem sido reforçada pela crescente movimentação interna ao nível da cooperação Sul-Sul e dos contatos inter-regionais.

No que se refere à América Latina, três importantes passos em busca do diálogo com o mundo desenvolvido foram dados este ano com a realização, em Quito, em janeiro último, da Conferência Econômica Latino-Americana, e, mais recentemente, com as reuniões que fizeram, em Cartagena e em Mar del Plata, onze países particularmente afetados pela questão do endividamento.

Quito, Cartagena e Mar del Plata recolheram, de maneira serena, objetiva e pragmática o que devem ser os princípios políticos a gerar as relações entre devedores e credores, com ênfase na necessidade de reconhecerem estes últimos suas corresponsabilidades na solução das questões do endividamento, assim como a importância de que haja simetria e equidade na divisão dos ônus dela decorrentes.

Em Cartagena, em especial, deram os países participantes significativo passo ao fazer clara e forte manifestação de sua vontade política de procurar atuar em conjunto na busca de um diálogo com os Governos dos países credores sobre os aspectos gerais da temática do endividamento. Como assinalado no "Consenso de Cartagena", a questão da dívida exige adequada consideração política a nível internacional visto que acarreta evidentes consequências políticas e sociais. Só a vontade dos Governos dos países credores e devedores permitirá modificar as condições que impedem soluções duradouras para problemas que não podem ser tratados exclusivamente por diálogo com os bancos, pela ação isolada dos organismos financeiros internacionais ou pelo simples comportamento dos mercados.

Reunidos em Mar del Plata, Argentina, a 13 e 14 deste mês, os Chanceleres e os Ministros da Fazenda dos países de Cartagena, em seguimento ao encontro de Cartagena, fizeram chamamento concreto ao diálogo com os Governos dos países credores, sob a forma de encontro destinado a uma reflexão conjunta sobre a questão da dívida e a maneira de permitir o alívio de seus encargos para os países afetados. Esse diálogo, no qual serão tidos na devida conta os interesses de todas as partes envolvidas, se assegura indispensável para permitir o equacionamento de problemas que não podem continuar deixados ao impacto das contingências de cada momento. Esperemos que, desta vez, nosso chamamento não seja em vão.

Senhor Presidente,

Como a paz, também o desenvolvimento ameaça transformar-se numa miragem, na ótica dos países mais fracos. Se insisto nessa correlação, é para salientar que, tanto na esfera política quanto na econômica, as dificuldades que encontramos derivam da mesma estrutura do sistema internacional, refratário a projetos de transformação não mediados pelo poder.

Não podemos nos furtar mais ao reconhecimento de que, a persistirem as distorções presentes, a crise atual acabará por prejudicar decisivamente a todos, pobres e ricos, devedores e credores. Neste fim de século, o mundo econômico, como o político, se tornou indivisível. A interdependência não é uma figura de retórica – é uma necessidade histórica, que exige um gerenciamento político, no sentido da cooperação e não da regressão ou do isolamento.

Para concluir, desejo voltar a minha reflexão inicial sobre o papel das Nações Unidas no mundo de hoje.

Com excessiva frequência, esta organização se viu transformada em "palco de confrontações estéreis", como afirmou o Presidente Figueiredo, ao se dirigir, em 1982, a esta Assembleia Geral. Ao reconhecer a virtual paralisação dos mecanismos da diplomacia multilateral, o Brasil busca um objetivo mais alto: a preservação e o aperfeiçoamento das Nações Unidas para que seja, como deve ser, o foro por excelência para dirimir controvérsias entre os Estados e para promover a cooperação internacional.

O Brasil rejeita o diagnóstico de que as Nações Unidas estão condenadas ao anacronismo. Anacrônica é a recusa do diálogo democrático dentro da comunidade das nações. Anacrônica é a rejeição de aspirações autênticas e de fórmulas de consenso que resultam de longos e dispendiosos esforços de negociação. Anacrônica é perspectiva de alargamento geométrico do hiato na distribuição das riquezas entre as nações do Norte e do Sul.

Haverá certamente razão para conforto e otimismo se soubermos aproveitar as lições de experiência acumulada. Ao se aproximar dos seus 40 anos, as Nações Unidas têm hoje uma visão dolorosa – porém mais clara – dos seus limites. Essa visão está corajosamente refletida nos relatórios sobre o trabalho desta Organização que o Secretário-Geral nos apresentou nos últimos três anos. São muito oportunas e valiosas suas sugestões para o maior aproveitamento do potencial de ação das Nações Unidas. Permanece assustadoramente viva, contudo, sua advertência de que estamos "perigosamente próximos de uma nova anarquia internacional".

Nunca a humanidade esteve tão indissoluvelmente associada em seu destino e, no entanto, perigosamente, a capacidade de ação da comunidade internacional se vem debilitando a cada dia.

As Nações Unidas voltam a sofrer de forma aguda os efeitos corrosivos da rivalidade entre as Superpotências. Seria imprudente ignorar a realidade do poder nas equações internacionais. Contudo, também, é realista perceber que a apologia da coerção representa, em última análise, o reconhecimento do fracasso da inteligência e da criatividade políticas. Gera-se uma ameaça ainda maior: a de um trágico retrocesso doutrinário no que se refere às regras de convivência entre as nações. A crise é sempre um campo fértil para as exacerbações de egoísmos nacionais.

Mais uma vez é preciso proclamar que a Carta de São Francisco constitui um patrimônio comum de sabedoria política. As Nações Unidas não são o monopólio de qualquer país ou bloco de países, nem têm compromissos com o imobilismo. O esforço pela harmonia passa pelo respeito à diferença, entre indivíduos, como entre povos. Reafirmar essa filosofia política, que é da responsabilidade de todos, ricos e pobres, fortes ou fracos, é preservar uma herança espiritual arduamente conquistada e a que o Brasil se mantém fiel.

Muito obrigado.

Nova York, em 24 de setembro de 1984.

1985

1985

Ao se iniciar a segunda metade dos anos oitenta, o Brasil superava o autoritarismo e recuperava as franquias políticas e institucionais. O panorama internacional, por sua vez, entrava em transformação, à luz, sobretudo, da ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder na URSS.

Nascido inesperadamente, em março de 1985, com a incapacitação e posterior falecimento do Presidente eleito Tancredo Neves, o Governo José Sarney defrontou-se com processos simultâneos de mudança nos planos interno e externo. Coube-lhe culminar a transição política, conduzir o processo de elaboração constitucional e assegurar as eleições diretas de 1989. Coube-lhe, ao mesmo tempo, recuperar a projeção internacional do Brasil como Estado de Direito. Para tanto, era necessário, de um lado, retificar certas políticas praticadas sob a preeminência de visões de inspiração militar e, de outro, valorizar o elemento positivo representado pela recuperação democrática do país.

O Governo Sarney se moveria entre as linhas-mestras da reforma política e do ajuste econômico, do qual o "Plano Cruzado", que seria lançado, com grande êxito, em 1986, se tornaria o principal veículo. Essas duas linhas-mestras condicionariam a reinserção do Brasil no cenário internacional e as relações do Brasil com os seus principais parceiros. A democracia permitiu que o Brasil se revelasse mais permeável às demandas internas e externas desencadeadas no período. E a implantação da reforma econômica, por sua vez, determinou a busca de parcerias multilaterais e bilaterais com vistas à configuração de novos mecanismos de inserção no quadro econômico-financeiro internacional.

O cenário externo foi constantemente assinalado por constrangimentos e restrições, por espaços que se fechavam, quer em função da crise e da desmobilização do mundo em desenvolvimento, quer pelo controle exercido pelos países desenvolvidos sobre a agenda internacional. A Europa do Leste passaria a concentrar as atenções prioritárias do mundo desenvolvido e a perfilar-se como competidora da América Latina por recursos financeiros. A China, que iniciava o seu processo de reforma e a URSS, cuja *perestroika* ainda trazia a expectativa de uma transformação controlada das estruturas produtivas soviéticas, constituíam-se em polos adicionais de atenção obrigatória, em detrimento da América Latina.

Diante dessas variáveis, a diplomacia brasileira observou, no período Sarney, uma dinâmica de dupla "vertente"; de um lado, a continuidade, derivada da circunstância de que grande parte dos assuntos externos do Brasil obedeciam à lógica da escala política e econômica do país e também das transformações por que havia passado a estrutura produtiva do país e o seu modo de inserção no mundo; e, de outro, a inovação, tornada possível pela democracia como fator de facilitação do diálogo com as comunidades internacional e regional.

A redemocratização do país, na verdade, forneceria a linha inicial de atuação da diplomacia brasileira no período Sarney. Por essa via, seria possível superar a desconfiança nascida dos anos do autoritarismo e desimpedir alguns canais de comunicação que, apesar da retórica de aproximação utilizada pelos governos imediatamente anteriores, efetivamente existiam, tanto com o mundo desenvolvido, quanto com o mundo em desenvolvimento.

A área dos direitos humanos foi, talvez, a que primeiro assinalou um curso novo para a diplomacia brasileira. Logo em 1985, o Brasil aderiria aos Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Convenção contra a Tortura.

A prioridade latino-americana seria demonstrada pelo entendimento com a Argentina, materializada na Declaração de Iguaçu Sarney-Alfonsin, pelo início de conversações com Cuba e pela incorporação do Brasil ao Grupo de Apoio a Contadora. A nova política africana seria indicada pela proibição de todo intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul. E a projeção do Brasil em áreas não tradicionais ficaria expressa, em especial, nos acordos de cooperação assinados por ocasião da visita a Brasília do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Zhao Zyiang.

Todas essas circunstâncias acham-se refletidas no discurso intitulado "O Sentimento do Mundo", que o Presidente José Sarney

pronunciou em 1985 perante a Quadragésima Assembleia Geral. Nele, o Presidente afirma que o Brasil encontrava-se reconciliado e que a filosofia que orientaria o seu Governo seria a do "liberalismo político com visão do social". Ao se referir à política externa brasileira, o Presidente recuperaria significativamente a qualificação de "independente".

As linhas de continuidade são dadas no discurso mediante a reiteração dos princípios historicamente observados pela diplomacia brasileira (autodeterminação, não intervenção, solução pacífica de controvérsias, não uso da força, etc.) e, bem assim, mediante a explicitação de posições já estabelecidas sobre uma série de temas como Oriente Médio, revitalização da ONU, distensão Leste-Oeste, desarmamento, racismo, etc.

As linhas de inovação, por sua vez, se manifestam (a) na extensa referência positiva à problemática dos direitos humanos; (b) na análise da situação centro-americana, com ênfase na participação do Brasil no processo de Contadora; (c) na menção expressa à adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco, elemento prenunciador do processo que conduziria à reforma e à plena entrada em vigor daquele instrumento para o Brasil.

Quanto à problemática Norte-Sul, à qual o Presidente dedica extensa parte do discurso, observa-se uma tendência, fruto das circunstâncias que vivia o país e que levariam mais adiante à moratória decretada em 1987, a dar prioridade à questão da dívida externa.

XL Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1985

Presidente José Sarney[42]

Senhor Presidente,

Esta tribuna impõe respeito e dignidade.

É a mais alta na comunidade das Nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho – a paz –, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Faz quarenta anos tem o meu país, o Brasil, o privilégio de abrir o Debate Geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa.

Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

Recorro a versos do maior poeta de minha terra, para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates.

"Que sonho raro
será mais puro e belo
e mais profundo
do que esta viva máquina do mundo?"

[42] **José Sarney de Araújo Costa**, nascido em Pinheiros, MA, em 24 de abril de 1930. Formado em Direito, é também jornalista e escritor. Governador do Maranhão de 1966 a 1970. Senador em 1970 e reeleito em 1978. Presidente da República, interino, de 15/3 a 20/4/85, assumindo definitivamente o cargo até 15/3/90, após a morte de Tancredo Neves em 21/4/85.

É com esse "sentimento de mundo" que falo em nome de uma das maiores nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da terra, o populoso e pobre Nordeste Brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da Nação.

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para vivenciar os anseios do homem e da sociedade.

A literatura e a política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e malsinado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de ideias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com

a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de quarenta anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a Humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos Estados-Membros

aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuellar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimentos, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só veem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, o Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a Lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso Continente, que revigoram a nossa tradição democrática refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento e recusamos, por precária, violenta e irracional, a ideia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos antirracistas. Profunda, entranhada e intransigentemente antirracistas.

O Brasil, senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade.

Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje – Machado de Assis – era um mestiço, como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, Aleijadinho, e, na música, o universal Villa-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima – é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação do *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra todos os resíduos do racismo na Terra.

Como Presidente do meu país, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à História da Humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo homem na História contemporânea. E ele nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembleia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos, à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a Comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes quarenta anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

"Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O mundo possui outros pontos cardeais", dizia, há vinte e dois anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembleia Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos, mas procura perceber o mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste, agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no Continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu Governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em iniciativas concretas o amplo respaldo que Contadora vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescentes, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Campucheia. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833 o Brasil apoia a justa reivindicação

argentina da soberania sobre as ilhas Malvinas encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente,

Estes são os problemas visíveis. Mas há outro maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados pelo peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos – alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos – enfrentamos uma

crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, toma explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, consequentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão de obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário-mínimo é de cinquenta dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de cinquenta bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários e derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto desses fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós

acreditamos que em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Assim, não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumpriremos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara de ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os Governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda per capita que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidades. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho de liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa

conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque o débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reestruturação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do homem. Mas o que é a paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou a paz é algo mais transcendental que significa a libertação do homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes dessa viagem chegar a esse porto.

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz de hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira da ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

- Contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de poder;

- Criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

- Explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

- Recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do mundo inteiro que participam do gênero humano, a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

- Com a aliança anglo-americana.

Respondeu Roosevelt:

- Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o mundo.

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Máter Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas, a ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era da abundância. A humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome, o que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do século. Esse desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o homem tem que ter uma visão humanista da política, senão ele só enxergará e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao homem o humanismo renascentista.

A conquista do cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia, e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres, nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra, hoje devemos trabalhar para evitar os escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta, a grande missão do homem: transformar a vida, transformando o mundo. Estamos avistando o século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor à natureza, com olhos de caçador de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de setembro de 1985.

1986

1986

Apesar dos constrangimentos externos, a economia brasileira crescera, em 1985, à taxa de 8,3%. Para que esse crescimento pudesse se sustentar, no entanto, tornava-se necessário conter a inflação que alcançava nas projeções do início de 1986 o índice anual de 454%. Posto em vigor em fevereiro daquele ano, o "Plano Cruzado" compunha-se de um conjunto "heterodoxo" de medidas destinadas a conter a inflação inercial.

O êxito inicial do "Plano Cruzado" conferiu à ação diplomática brasileira, que já se beneficiara da recuperação da democracia, fator adicional de credibilidade. A prioridade latino-americana se evidenciaria com duas importantes decisões de política externa: o restabelecimento, em junho, das relações diplomáticas com Cuba e o início do processo de integração com a Argentina.

Devido às sequelas do processo de luta armada ocorrido no Brasil nos anos 70, o relacionamento com Cuba havia-se tornado um tabu. A superação desse constrangimento tornava-se necessária tanto para a afirmação da preeminência civil na ordem interna, quanto por razões de interesse externo: não seria possível ao Brasil assumir um papel proeminente no cenário regional sem dispor de canais adequados de diálogo e cooperação com Cuba.

As relações com a Argentina já haviam passado por um período de intensificação a partir da solução dada à compatibilização Itaipu-Corpus no Governo Figueiredo e da qual foi até certo ponto corolário o apoio brasileiro à Argentina na questão das Malvinas, de abril de 1982 em diante.

Somente a coincidência de regimes civis, porém, propiciaria as condições para que os fatores de competição e rivalidade próprios de uma secular e complexa convivência fossem suplantados por impulsos crescentes e bem fundamentados de associação. Os mais de trinta protocolos assinados em 1986 conduziriam, em 1988, ao Tratado que estabeleceu o Mercado Comum Brasil-Argentina e, em 1990, ao Tratado de Assunção que constituiu o MERCOSUL.

Paralelamente à recuperação plena da vertente latino-americana, a diplomacia brasileira voltou-se para a recuperação de um ambiente de entendimento e cooperação com os EUA. O Governo civil herdara um relacionamento Brasil-EUA contaminado por questões conflitivas de natureza comercial e ameaçado pela questão da dívida externa. A situação se agrava com a decisão norte-americana de utilizar o Brasil como amostra para sua legislação comercial, valendo-se da prática brasileira em matéria de indústria farmacêutica (a inexistência de patentes para processos de produtos) e da lei de informática (proteção à nascente indústria nacional) para desfechar ações de retaliação em setores importantes para a exportação brasileira (calçados, produtos siderúrgicos, aviões, etc.). Em visita aos EUA em setembro de 1986, o Presidente Sarney procuraria, de um lado, apresentar nos EUA o novo Brasil, redemocratizado e a caminho do ajuste e da estabilidade econômica, e, de outro, persuadir o Governo, o Congresso e a opinião pública norte-americanas de que as relações globais Brasil-EUA estavam acima de problemas setoriais e que, portanto, não deveriam deixar-se contaminar por circunstâncias passageiras.

Em seu discurso perante a Quadragésima Primeira Assembleia Geral, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré menciona expressamente a visita presidencial aos EUA e reafirma o reencontro do Brasil com a democracia como fator distintivo da atuação diplomática do país. Faz, simultaneamente, uma circunspecta análise do panorama internacional, das tendências à "rebipolarização", das desigualdades existentes no plano do desenvolvimento, das restrições impostas aos países em desenvolvimento para acesso aos mercados de capitais, das restrições ao comércio, e do novo protecionismo. O tema da dívida voltaria a dominar a análise da situação na América Latina. O Ministro enfatiza a necessidade de se considerar a crise do endividamento latino-americano sob o seu aspecto político. E anuncia os passos dados pelo Brasil e pela Argentina com vistas à integração.

Não faltam no discurso do Ministro Sodré as referências obrigatórias, em termos compatíveis com as manifestações anteriores da diplomacia brasileira, ao desarmamento (ênfase no compromisso de

desnuclearização militar plena da América Latina), ao *apartheid,* ao Oriente Médio e aos conflitos Irã-Iraque, Afeganistão, Campucheia e América Central. A questão das Malvinas também volta a ser objeto de menção expressa. E o tema dos direitos humanos é devidamente qualificado como elemento fundamental da recuperada face democrática do Brasil.

O discurso conclui com uma expressiva apresentação da proposta brasileira de incluir o item "Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul" na agenda da Assembleia. A iniciativa visava à valorização diplomática do espaço sul atlântico e à configuração de um quadro de pressões contra as atividades militares da África do Sul na parte austral do Continente africano.

XLI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1986

Ministro Roberto de Abreu Sodré[43]

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Há quarenta e um anos tem o Brasil o privilégio de abrir a fase de debates da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Na Quadragésima Assembleia, em setembro do ano passado, coube ao Presidente de meu País, José Sarney, proferir o discurso de abertura. Suas primeiras palavras foram de homenagem a esta tribuna: é a mais alta comunidade das Nações, impõe respeito e dignidade, aqui grandes e pequenos ficam menores.

Na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, venho a este pódio das Nações com emoção e reverência.

Este é o foro máximo da Humanidade.

E como tal há que preservá-lo, com determinação.

Não poupo, por isso, palavras para enaltecê-lo. Seus malogros eventuais não o diminuem em sua valia essencial como instrumento de diálogo e de paz. Suas insuficiências, longe de invalidá-lo, antes exaltam o imperativo de seu fortalecimento.

O Brasil não conhece alternativa para a Organização das Nações Unidas. Não existisse a Organização, tocaria ao talento e ao engenho humano imaginá-la, criá-la, em suma, reinventá-la. Não lhe faltam,

[43] **Roberto Costa de Abreu Sodré**, nascido em São Paulo, em 21 de junho de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Governador do Estado de São Paulo de janeiro de 1967 a outubro de 1970. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 14/2/86 a 14/3/90. † São Paulo, 14 de setembro de 1999.

decerto, meios institucionais adequados, marco jurídico exato, objetivos lúcidos e nitidamente definidos. Na verdade, para traduzir todo o seu imenso potencial em mais proveitosa cooperação entre os povos e seu benefício comum, o de que mais carece a Organização é de uma vontade política sincera e global, capaz de sustentá-la sem vacilações na afirmação persistente e imprescindível dos nobres propósitos consagrados na Carta de São Francisco.

Justamente quando a sociedade internacional se torna praticamente universal, seria contraditório, além de temerário, condenar o sistema das Nações Unidas ao perecimento, ou à inércia, privando o mundo de instrumentos fundamentais de diálogo democrático e fértil entendimento.

Para o Brasil, o fortalecimento da ONU é o melhor caminho para assegurar-se a paz, a segurança, a cooperação internacional.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Durante sua recente visita oficial aos Estados Unidos da América, o Presidente José Sarney referiu-se ao Brasil como um fator de estabilidade e de paz, de conciliação e equilíbrio em todas as dimensões da ordem mundial. "Somos um país que soma," – disse, "que não desagrega. Um país que não traz problemas, mas soluções".

Venho às Nações Unidas exprimir, com segurança e convicção, a palavra meditada e construtiva de um Brasil novo, que celebra seu reencontro com a democracia e já consuma, revigorado, com decisão e certeza, transformações significativas.

É expressivo o balanço dos dezoito meses da Nova República.

Consolidamos nossas instituições políticas, abolindo os resíduos do autoritarismo e gerando espaços para uma democracia avançada e irredutível, uma sociedade plena, aberta, moderna e solidária.

Corrigimos distorções inflacionárias que castigavam há décadas nossa população – e isso sem recessão, mas sim, ao invés, com célere e sólida retomada do crescimento econômico.

Começamos a resgatar nossa principal divida – a dívida social, débito histórico do País para com sua própria população, buscando ativamente reduzir os desníveis de renda e eliminar a miséria.

Senhor Presidente,

Tal como a nação que estamos empenhados em construir, queremos uma ordem internacional politicamente democrática, economicamente próspera e participativa, socialmente justa. Queremos liberdade, desenvolvimento, equidade.

Não parece, no entanto, que tais anseios estejam próximos de serem atendidos. Pelo contrário.

No plano político, a tendência à "rebipolarização" esvazia os mecanismos internacionais de entendimento coletivo e democrático. A confrontação substitui o diálogo, o poder passa a predominar sobre o consenso. A ameaça da força, e mesmo seu emprego, substituem os meios de negociação no tratamento das disputas. Como se fosse de per si eficiente, o poder, para resolver conflitos. Onde presente a força, hoje, os impasses são mais frequentes do que as vitórias ou as derrotas. A força, além de ilegal, tem-se provado também não funcional.

Tinha razão o historiador que, no século passado, previu que o século XX seria o século das terríveis simplificações. A vasta complexidade das relações internacionais é aprisionada em esquematizações triviais, que dividem os países conforme a lógica fácil das dicotomias, separando-os em campos distintos e necessariamente opostos, procurando anular a espontânea multipolaridade do mundo de nossos dias.

A realidade é mais rica e contraditória e tem resistido ao autoritarismo das concepções binárias. Mas o dualismo maniqueísta pode ser perverso e acabar-se impondo à realidade. Dar a uma disputa local, resultante de causas locais, tratamento inspirado em preconceitos e interesses embutidos na confrontação de potências exógenas, pode desencadear forças que terminarão por transportar a disputa menor para o conflito maior. Embora falaciosas em suas premissas, aquelas concepções podem ser catastróficas em suas consequências. O que era falso como princípio, torna-se, na aplicação, dolorosamente verdadeiro – e mais grave.

Já o sistema econômico internacional é conduzido por automatismos anacrônicos que estão em contradição com os interesses de boa parte da comunidade internacional – em primeira instância os países em desenvolvimento. No campo comercial predominam regras que refletem prioritariamente o interesse das nações industriais mais poderosas – e mesmo essas regras são frequentemente transgredidas. Nos campos financeiro e monetário, a economia mundial está sujeita ao impacto de medidas tomadas unilateralmente e que podem afetar decisivamente os

países em desenvolvimento, sem que a estes se preserve qualquer direito – direito a voz, a contestação ou a reparação.

No que respeita à equidade, à desejável redução do grande fosso entre países ricos e pobres, vimos assistindo à paralisação quase completa da cooperação econômica internacional. As iniciativas dos países em desenvolvimento esbarram no imobilismo e mesmo na hostilidade dos países desenvolvidos. Acentua-se, por outro lado, o protecionismo comercial destes países, prática iníqua inclusive porque incorretamente comparada com as medidas legítimas que os países em desenvolvimento necessitam adotar para proteger sua nascente produção interna. Há uma diferença indisfarçável entre um e outro comportamento: um preserva a concentração de riqueza, sustentando atividades não competitivas, outro busca assegurar a sobrevivência dos países mais pobres em sistema internacional injusto e desequilibrado, que os obriga, inclusive, a acumular saldos crescentes para o pagamento de seus compromissos financeiros externos.

Mais grave, um novo modelo de protecionismo se manifesta. A ação de barrar exportações incômodas está sendo agora complementada pela estratégia de criar obstáculos à própria instalação de processos de produção nos países em desenvolvimento, mesmo quando voltadas predominantemente para atender à demanda do mercado interno. Esse protecionismo "preventivo" é especialmente visível nos setores cuja atividade envolve o emprego de tecnologias mais avançadas.

Não se afigura favorável, pois, o clima das relações internacionais para países em desenvolvimento como o Brasil. Isso não nos desanima, contudo, na perseverante busca dos objetivos que nos colocamos internamente, nem nos diminui a disposição de participar de todo esforço que possa conduzir a uma sociedade internacional efetivamente mais livre, próspera e justa – tal como a sociedade que nos propomos firmemente a estabelecer em nosso País.

Não poderia deixar de mencionar aqui a Reunião Ministerial do GATT, em Punta del Este, da qual acabo de participar. Ressalto naquele encontro a firmeza de posições e a atitude construtiva dos países em desenvolvimento.

O Brasil confia em que o consenso afinal alcançado possa servir de ponto de partida para negociações frutíferas e vantajosas para toda a comunidade internacional, que levem a uma ordem econômica mais justa e eficaz.

Senhor Presidente,

A América Latina luta heroicamente para sair da crise econômica no momento mesmo em que se reafirma, concretamente, sua vocação democrática.

Apesar dos progressos que alguns países latino-americanos, como o Brasil, vêm obtendo no plano econômico-social, o quadro geral do Continente permanece ainda de graves dificuldades – de recessão, de desemprego e de oneroso endividamento externo.

Vêm-me à lembrança as famosas palavras de Simon Bolívar, a quem tanto deve o Continente: "A escravidão é filha da escuridão; um povo ignorante é um instrumento cego de sua própria destruição". O libertador concordaria, hoje, em que a população cega nas trevas da pobreza pode tornar-se igualmente instrumento de revolta e desestabilização.

A conjuntura atual exige visão de estadistas. É necessário e urgente, como ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, empreender ações concretas para o lançamento de uma autêntica nova ordem econômica internacional.

Reclamamos também medidas de curto prazo. A América Latina não pode continuar a ser exportadora líquida de capital, não pode seguir pagando altas taxas de juros e "*spreads*" na renegociação de seus débitos externos, não pode ter mais impedido o acesso de seus produtos aos mercados internacionais e tampouco pode continuar a sofrer restrições em matéria de transferência de tecnologia.

A aguda consciência dos problemas econômicos na América Latina levou à formação do Consenso de Cartagena, através do qual convidamos as nações credoras ao diálogo e ao entendimento.

É imprescindível que a crise do endividamento latino-americano seja analisada e entendida pelo seu aspecto político. É imprescindível que os Governos dos países credores compreendam a existência de uma situação excepcional, que não pode ser corrigida automaticamente pelo simples jogo das forças de mercado. É imprescindível que se entenda a necessidade de conter e corrigir distorções e desigualdades patentes no sistema econômico internacional.

O Presidente Sarney tem afirmado repetidas vezes que o Brasil não pagará a dívida externa com a fome e a miséria de seu povo, nem com prejuízo da democracia ou do crescimento econômico.

Ao reafirmar essa determinação do Governo brasileiro, faço-o em nome de um país empenhado em cumprir seus compromissos financeiros internacionais, mas igualmente decidido a assegurar melhores condições de vida a sua já tão sacrificada população.

Foi com esse objetivo último que o Brasil adotou, em fevereiro deste ano, amplo programa de reformas econômicas, que visa a debelar a inflação, estimular os investimentos, premiar a produção e o trabalho, penalizar a especulação. Esse novo programa, o tão bem-sucedido "Plano Cruzado", é hoje símbolo de uma nova esperança dos brasileiros, uma nova mentalidade, uma nova força a impulsionar o nosso crescimento.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Neste planeta não há mais nenhuma "terra incógnita". No entanto, novas fronteiras estão por abrir-se, em espaços cruciais para a humanidade: os da tecnologia.

O mundo em desenvolvimento não pode ficar à margem dessa nova revolução, sob pena de ver consolidado em definitivo, e ampliado, o já tão largo fosso que o separa do mundo desenvolvido.

A revolução tecnológica precisa ser encaminhada para a aproximação desses dois mundos, sendo proveitosa a ambos. Seus efeitos são exponenciais e de caráter qualitativo. Se forem mal dirigidos, poderão levar não somente à clivagem irreversível entre ricos e pobres, mas também ao abismo que se estabelecerá, irremediavelmente, entre os que detêm e dominam o conhecimento e aqueles aos quais a ele não é permitido aceder.

Não queremos nem podemos aceitar que a revolução tecnológica trilhe os mesmos caminhos da revolução industrial, relegando a maioria das nações ao papel de meros fornecedores e insumos de pouco valor agregado. Tampouco queremos ser limitados a simples compradores do excedente e do obsoleto.

Não nos resignaremos a ser expectadores passivos de uma nova divisão internacional do trabalho, que cinda o mundo em dois universos distintos – o das sociedades pós-industriais, que predominam as atividades de informações e serviços, verdadeiros centros nervosos a governarem o planeta, e o das sociedades atrasadas e caudatárias.

Não nos escapam também as implicações do desenvolvimento acelerado, nos países ricos, de novas tecnologias para fins militares. Estamos conscientes do impacto das aplicações civis dessas novas tecnologias, cuja pesquisa e desenvolvimento são financiados a fundo pedido pelos orçamentos de defesa. Não desconhecemos as repercussões desses subsídios à tecnologia sobre toda a estrutura econômica dos países desenvolvidos, nem ignoramos seus reflexos negativos na capacidade competitiva das economias dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Na América Latina, em particular, o atraso econômico e tecnológico está acicatando a consciência de nossos povos.

No Brasil, estamos firmemente, irreversivelmente comprometidos com a causa da integração econômica da América Latina. Há muito que essa integração tem sido exigida, mas nunca antes como agora criaram-se as condições adequadas para o surgimento de uma autêntica vontade política para aprofundá-la.

A integração abre horizontes para a formação de um espaço comum latino-americano, capaz de favorecer o desenvolvimento dos países da região e fortalecê-los frente às adversidades da conjuntura econômica internacional.

O Brasil, junto com a Argentina e o Uruguai, deu recentemente passos relevantes no sentido dessa integração, através de acordos que traduzem, de modo inequívoco, a decisão madura e inteligente de povos definitivamente convencidos das vantagens de sua união. Decisão ambiciosa, mas também realista, em que à fé renovada na convergência de nossos destinos se associa a consciência plena das dificuldades que a integração pode suscitar. Não recuaremos, no entanto, diante desse desafio histórico, que sabemos grande, mas cuja grandeza dá a medida de nossa disposição comum de cooperação e de progresso – nossa aspiração fraternal de crescer juntos.

Senhor Presidente,

A persistência de crises regionais que ameaçam a paz e a segurança é outro aspecto preocupante da realidade internacional.

É o que ocorre, notadamente, na África Austral. Recorro a palavras do Presidente José Sarney, proferidas em Praia, por ocasião de sua grata visita a Cabo Verde, em maio último: "A complexa problemática da África Austral jamais poderá ser solucionada no horizonte das tensões Leste-Oeste ou sob qualquer ótica estratégica de grandes potências. (...) A solução da crise naquela região passa primeiro pelo desaparecimento do *apartheid* e, em seguida, pela sólida implantação de uma estrutura de integração pacífica entre os Estados da região, que permeia a todos eles dedicar-se à luta para implementar os seus projetos nacionais de desenvolvimento".

A inconcebível recalcitrância do Governo de Pretória em manter intacto o regime do *apartheid* e bloquear o processo de independência da

Namíbia, em persistente violação de decisão do Conselho de Segurança, continua a provocar graves tensões e conflitos na África Austral.

No século passado, um ilustre estadista brasileiro, Joaquim Nabuco, batendo-se contra a escravidão que naquele tempo nos estigmatizava, já dizia que "as leis de cada país são remissivas a certos princípios fundamentais, base das sociedades civilizadas, e cuja violação em uma importa em ofensa a todas as demais". "Nenhum Estado pode pôr-se assim fora da comunhão civilizada do mundo", assinalava o ilustre abolicionista. Esse é exatamente o caso do regime abominável de discriminação vigente na República da África do Sul, até nossos dias, quando já nos aproximamos do terceiro milênio.

A comunidade internacional está no limiar de decisões inadiáveis, com vistas a tornar concretamente inviável a tentativa de Pretória de perpetuar aquele nefando regime. O Brasil continuará a lutar pela criação de condições para a solução dessa questão, inegavelmente prioritária, diante da explosiva conjuntura sul-africana e da situação crítica dos países da linha de frente, submetidos a agressões de toda ordem – ilegítimas, injustificáveis. Àquelas valorosas e sacrificadas nações emprestamos nossa firme solidariedade.

No Oriente Médio, o ciclo da violência também se perpetua. O Brasil reitera sua consternação pelos atentados praticados no Líbano, país com o qual temos vínculos tradicionais, e cuja plena autodeterminação desejamos ver respeitada.

As bases para uma paz justa e duradoura no Oriente Médio devem, obrigatoriamente, incluir a devolução dos territórios árabes ocupados desde 1967, o respeito ao direito do povo palestino à autodeterminação e independência em seu próprio território e a necessidade de que todos os Estados da Região, inclusive Israel, possam existir em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

O Brasil acompanha também, com preocupação, o desenvolvimento do conflito entre o Irã e o Iraque. Lamentamos que esses dois países não tenham conseguido ainda resolver suas diferenças de modo pacífico e renovamos nosso apelo para uma imediata cessação das hostilidades.

Crises e conflitos prolongados ocorrem igualmente em outras partes do mundo. É o caso do Afeganistão e do Campucheia, onde se violam o direito à autodeterminação e o princípio de não ingerência. Não cessará a violência nessas regiões enquanto persistirem a ocupação estrangeira e a repressão à livre manifestação da vontade popular.

Outra questão a preocupar o Brasil e os demais países latino-americanos é a das Ilhas Malvinas. Desde 1833 temos apoiado clara e

invariavelmente os direitos soberanos da república Argentina sobre aquele território e temos insistido na necessidade de uma solução pacífica e negociada para a disputa. É indispensável que se restabeleça o diálogo entre as partes envolvidas.

Na América Central, o agravamento de problemas econômicos e sociais de natureza estrutural continua a somar-se à persistência de um clima de tensão, acirrado pela confrontação ideológica. O Brasil mantém-se firmemente persuadido de que só dentro do respeito aos princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos, em clima de diálogo e compreensão mútua, poderá ser alcançada uma solução duradoura para o conflito. Com essa convicção, meu país tem procurado colaborar para o entendimento, por meio de sua participação no grupo de apoio ao processo de Contadora.

Senhor Presidente,

Quando nos reunimos em São Francisco, para elaborar a Carta das Nações Unidas, movia-nos a preocupação de definir como deveria ser o mundo que legaríamos às gerações futuras. Pouco depois, um acontecimento de proporções apocalípticas alterou radicalmente as próprias premissas em que se assentaram as negociações em tomo do novo ordenamento internacional.

A explosão da primeira bomba nuclear em Hiroshima revelou que o homem passava a ter uma arma capaz de destruí-lo como espécie e a todo o mundo em que vivemos.

Desde então, o problema dos armamentos nucleares só fez agravar-se. A cada dia é mais intenso o risco de um conflito global – global e final.

É assustador o processo de ação e reação que tem levado a letal espiral armamentista a patamares cada vez mais elevados. Causam-nos, igualmente, profunda apreensão as perspectivas de desencadeamento de uma corrida armamentista no espaço.

O Brasil mantém uma política firme e decidida contra a proliferação de armas nucleares, seja no sentido vertical, seja no sentido horizontal. Temos participado ativamente de todos os esforços pelo desarmamento levados a efeito nos órgãos das Nações Unidas.

Meu país assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, que tem por objetivo fazer da América Latina a primeira zona militarmente desnuclearizada em território habitado pelo homem.

Tlatelolco ainda não cumpriu o seu objetivo porque não conta com a participação de todos os Estados da região, nem de uma das potências

extracontinentais que mantém territórios sob sua administração na área do Tratado. Ademais, eventos recentes indicam que, para que o Tratado se transforme em instrumento efetivo de garantia à segurança das nações latino-americanas, faz-se necessário um eficiente sistema de verificação contra a introdução de armas nucleares.

Não obstante essas limitações, o Brasil tem reiteradas vezes afirmado sua política invariável de orientar-se estritamente pelos objetivos do Tratado de Tlatelolco, excluindo qualquer atividade que vise à aquisição de armamento nuclear.

Seguida em todos os tempos e sem vacilações, essa política tem merecido apoio amplo do povo brasileiro. A plena desnuclearização militar da América Latina inscreve-se entre as metas prioritárias da política externa do meu Governo, vivamente empenhado, como os de outros países da região, em evitar o desenvolvimento e a introdução de armas atômicas no Continente.

Senhor Presidente,

O armamentismo nuclear não é apenas uma ameaça a nosso futuro. Ele causa terror e já vem matando no presente. Matando pela insegurança e pelo medo, pela pobreza e pela fome. Nas palavras do grande poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade,

> A bomba mata só de pensarem que vem aí para matar.
>
> A bomba é miséria confederando milhões de misérias.

Não obstante tantos protestos e tantas advertências, em tantos foros ("A bomba vai a todas as conferências e senta-se a todos os lados"), conseguirá o homem vencer a ameaça de sua própria destruição?

Talvez nos versos finais do mesmo expressivo poema do poeta Drummond haja uma mensagem confortadora de otimismo:

> A bomba, com ser uma besta confusa, dá tempo ao homem para que se salve
>
> A bomba não destruirá a vida
>
> O homem (tenho esperança) liquidará a bomba.

Sejamos confiantes. Nas palavras lapidares de Thomas Jefferson, somos movidos, afinal, "pelo desejo consciente de dirigir as energias de nossas nações para a multiplicação da raça humana, e não para sua destruição".

Senhor Presidente,

Três outros assuntos merecem especial consideração. Em primeiro lugar, quero reiterar a importância que a democracia brasileira atribui aos direitos da pessoa humana – a seu respeito absoluto e pleno, e desimpedido exercício. Significativos instrumentos internacionais, como os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, estão sendo incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, acrescentando novas garantias à perfeita proteção a esses direitos fundamentais em nosso país.

Não poderia deixar de referir-me também a um momentoso tema, o dos entorpecentes, para expressar a profunda preocupação com que o Brasil o considera. A nosso juízo, o problema apresenta três aspectos essenciais: a prevenção do uso indevido, a repressão ao tráfico ilícito e a reabilitação dos usuários crônicos. Ele não será resolvido de forma duradoura se não forem levadas igualmente em conta essas suas três facetas. Entendemos também como indispensável a cooperação internacional contra as drogas – resguardados, naturalmente, os direitos soberanos dos Estados. O Brasil participou ativamente da Conferência Especializada Interamericana sobre Narcotráfico, realizada no Rio de Janeiro, em abril deste ano, sob os auspícios da OEA. Daremos, igualmente, nossa mais dedicada colaboração aos trabalhos da Conferência Internacional sobre Entorpecentes que se realizará em Viena, em 1987.

O terceiro tema é o terrorismo. Desta tribuna do mundo quero externar nosso mais veemente, mais enérgico, mais indignado repúdio a sua proliferação. A comunidade internacional não pode continuar a tolerar a prática de atos terroristas e deve unir-se sem tardança para erradicar suas causas e eliminar seus efeitos.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Repito o que afirmei, com ênfase, no início deste meu discurso: o fortalecimento da ONU é o melhor caminho para assegurar a paz e a

segurança internacional. Coerente com essa avaliação, meu país tem contribuído ativamente para estimular a implementação de medidas que revitalizem as Nações Unidas. As recomendações do chamado "Grupo dos 18" são, na opinião do Governo brasileiro, um primeiro e promissor passo naquela direção.

Apoiamos um papel crescentemente ativo para o Secretário-Geral na busca de soluções para as controvérsias. Propugnamos o exame pela Organização de todos os diferendos e conflitos. Advogamos a flexibilidade dos métodos de trabalho, em particular do Conselho de Segurança, para que as grandes questões referentes à paz e à segurança possam ser tratadas em substância e de maneira construtiva. Pensamos ser necessário contrarrestar a tendência a afastar deste foro o tratamento dos problemas fundamentais da paz, que interessa a toda a comunidade internacional. Tais problemas afetam a todos e a todos cabe a responsabilidade das soluções.

Foi justamente com base nessa concepção das Nações Unidas que, a 29 de maio, propus, através do Senhor Secretário-Geral, em nome do Governo brasileiro, a inclusão do item "Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul" na agenda desta Sessão. Essa iniciativa decorre do que disse o Presidente José Sarney perante esta Assembleia Geral, em setembro de 1985: "O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões".

Agradecemos o pronto reconhecimento, pela Assembleia Geral, da pertinência desse item, ao incluí-lo em sua presente Agenda. A iniciativa sobre a Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul prefigura importante esforço coletivo, do qual o Brasil procura apenas ser um intérprete.

Trata-se de garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento numa vasta área do globo, que congrega países de dois continentes, unidos na sua determinação comum de superarem obstáculos à plena realização do progresso e bem-estar de seus povos.

De um lado, busca-se afastar as graves ameaças à segurança regional e mundial representadas pela situação na África Austral, seja pela transferência ao Atlântico Sul das tensões e confrontações Leste-Oeste, acompanhada da proliferação geográfica de armas nucleares e da consequente intensificação da corrida armamentista nuclear. De outro lado, tem-se em vista valorizar as amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento econômico e social dos povos da região.

A declaração do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação inscrever-se-ia como medida concreta num vasto programa que a própria

comunidade das nações já definiu como de prioridade máxima neste foro: o de converter os impulsos irracionais de confrontação em obra construtiva de cooperação pacífica internacional.

Constituiria, ademais, sequência e complemento lógico a esforços anteriores dos países latino-americanos e africanos, corporificados no Tratado de Tlatelolco, na Declaração de Desnuclearização da África e na Declaração e Programa de Ação de Lomé relativos à Segurança, Desarmamento e Desenvolvimento na África.

Há de representar, aquela declaração, contribuição significativa para a promoção da paz universal, baseada na igualdade de direitos e na justiça para todos, objetivos supremos das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A política externa brasileira não se baseia em causas ilusórias ou segue arroubos retóricos. Ao contrário, ela traduz conceitos, aspirações e interesses permanentes e legítimos.

Somos um país novo, mas não um país imaturo. Somos um país que possui uma identidade própria, a qual valorizamos e respeitamos, como respeitamos e valorizamos as de outras nações.

Nossas declarações são a expressão clara, franca e direta de valores profundamente enraizados na sociedade brasileira.

Quando falamos em paz, não nos julgamos jamais redundantes. Não hesitamos em ser insistentes, ou mesmo repetitivos. Por isso me permito reafirmar aqui palavras neste mesmo foro proferidas, por ilustre predecessor meu na função de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Augusto de Araújo Castro: "Vivemos um sistema de causas e efeitos recíprocos. Assim como a paz é indivisível – pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias – assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz".

Desta tribuna, na passada Assembleia Geral, O Presidente Sarney disse que "o instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e entender, sem violência e sem traumatismos". Para explicar aquela tranquila transição, há ensaístas não brasileiros que voltam a alegar ser o brasileiro um povo "cordial", avesso como que por predestinação histórica a soluções violentas. Trata-se de simplificação primária e falaciosa, em cujo mérito não pretendo entrar. É verdade que nos inclinamos naturalmente à conciliação, que tem como

substrato a tolerância e o respeito invariável à diferença. Mas se nos momentos de crise tende a cristalizar-se entre nós um consenso favorável ao entendimento e à negociação, é simplesmente porque temos consciência nítida de que os caminhos da violência, além de eticamente condenáveis, são irracionais e pouco duráveis.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

É melancólico para a espécie humana ser-lhe às vezes "mais difícil fazer a paz do que a guerra", como disse Clemenceau. Esse o desafio que ao mesmo tempo sustenta e estimula o árduo trabalho das Nações Unidas. Ao longo de seus quarenta e um anos de existência, esta Organização tem-se empenhado, contra todos os percalços, na tarefa essencial de constituir e preservar a paz mundial, promovendo o diálogo, o entendimento e a concórdia entre os povos.

Em nome do povo e do Governo brasileiro, reitero o compromisso de meu país com essa causa nobre, para nós inarredável.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1986.

1987

1987

O quadro político brasileiro em 1987 seria dominado pelas sequelas do progressivo esvaziamento do Plano Cruzado e pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

No plano externo, as consequências da moratória unilateral decretada em fevereiro demandariam esforço especial da diplomacia brasileira. Ao colocar em questão o futuro das relações do Brasil com seus principais parceiros, a suspensão dos pagamentos da dívida constituiu decisão que alterou significativamente os padrões do relacionamento externo do Brasil. A moratória não foi apresentada como resultante de qualquer motivação ideológica, mas sim de uma injunção temporária, fruto das circunstâncias conjunturais vividas pelo Brasil e de um desejo de, com base no Consenso de Cartagena, propiciar um entendimento global sobre o tema. A intenção anunciada pelo Brasil era a de tratar a questão da dívida em dois patamares distintos, embora interligados: um patamar financeiro, restrito às negociações diretas com os Bancos e as instituições credoras, e um patamar político, no qual se consideraria a questão sob o prisma de seu impacto no plano das relações de Estado a Estado.

Na esfera regional, o processo de integração com a Argentina assumiu caráter definitivo em 1987 mediante entendimentos na área nuclear. Evitou-se, assim, que o domínio do ciclo completo do combustível nuclear, logrado inicialmente pela Argentina e logo em seguida pelo Brasil, desse margem a diferenças. A partir da visita efetuada pelo Presidente Sarney, em julho de 1987, às instalações nucleares secretas da Argentina,

ambos os países abriram reciprocamente os seus programas nucleares. Da desconfiança gerada pelo desconhecimento passou-se à confiança baseada na cooperação.

Ao se dirigir à Quadragésima Segunda Assembleia Geral, o Ministro Sodré opta por uma linguagem mais positiva em relação às perspectivas da situação internacional. E anuncia a decisão do Brasil de, após vinte anos de ausência, pleitear eleição para um assento no Conselho de Segurança da ONU. O Ministro percorre os principais temas do momento, reafirmando as conhecidas posições do Brasil e, de acordo com a orientação de evitar a excessiva politização da questão (buscava-se um entendimento com os EUA e com as instituições financeiras internacionais), limita-se a breves e objetivas palavras ao se referir à dívida externa.

XLII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1987

Ministro Roberto de Abreu Sodré[44]

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Com renovado sentimento de fé nas Nações Unidas e a nítida consciência de seu papel vital para o fortalecimento da paz e da cooperação entre os povos, ocupo pela terceira vez esta tribuna.

Aqui estão representadas praticamente todas as nações do mundo, protagonistas da comunhão universal e igualitária que esta Assembleia enseja anualmente. Aqui, todas as nações – grandes e pequenas – trazem sua voz livre e soberana à discussão dos mais importantes temas da agenda internacional.

O Brasil tem o privilégio de abrir este debate, o que me permite ser o primeiro a saudar Vossa Excelência, Senhor Peter Florin, por sua eleição à presidência desta Assembleia Geral e formular-lhe os votos de pleno êxito em sua função. Deixo igualmente registrado meu reconhecimento ao Embaixador Humayun Chowdhury pela forma competente com que conduziu os trabalhos da Quadragésima Primeira Assembleia Geral.

Senhor Presidente,

Sou o executor da política externa de um Brasil renascido em sua prática democrática, revigorado em seu compromisso com os interesses e aspirações de seu povo e aberto ao diálogo franco no plano internacional.

[44] **Roberto Costa de Abreu Sodré**, nascido em São Paulo, em 21 de junho de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Governador do Estado de São Paulo de janeiro de 1967 a outubro de 1970. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 14/2/86 a 14/3/90. † São Paulo, 14 de setembro de 1999.

Falo em nome de um país absolutamente fiel às suas tradições diplomáticas. Praticamos uma política externa fundada no respeito aos princípios da carta das Nações Unidas e na promoção de seus propósitos.

Represento, também, um país que constrói seu futuro com determinação, sem intimidar-se diante dos obstáculos que lhe impõe a realidade do mundo contemporâneo. Realidade, infelizmente, afastada da vontade e dos anseios da maioria dos povos da Terra e, nem sempre, sintonizada com os elevados propósitos desta Organização.

A chamada "crise do multilateralismo" compromete o esforço de regulamentação jurídica da vida internacional e abala os alicerces da cooperação entre os Estados.

O mundo, Senhores, não admite mais estruturas assentadas na supremacia de poucos e na submissão de muitos. Cada vez mais tornam-se desacreditadas as tentativas de organização da sociedade internacional através de esquemas oligárquicos. Não há mais lugar para os dualismos maniqueístas, nem para as teorias – às vezes inspiradas em figuras geométricas – de arbitrária repartição do poder mundial. O mundo só conhecerá dias melhores com a efetiva democratização da ordem internacional e, para tanto, a função da ONU é de essencial valia.

Nenhuma nação ou grupo de nações tem o direito ou o poder de impor suas próprias concepções e soluções no quadro crescentemente complexo das relações internacionais. Nenhum país pode pretender isolar-se ou desconhecer os anseios globais da comunidade das nações.

Vejo, com satisfação, que as duas superpotências, através do diálogo direto entre seus dirigentes, o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-Geral Mikhail Gorbatchev, parecem buscar o entendimento mais fértil e a confiança mútua, o que, esperamos, poderá resultar em benefício para todos os países.

Na mesma linha de avaliação otimista, há também que registrar, aqui, a importância do recente encontro entre os dirigentes da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã, o Chanceler Helmut Kohl e o Presidente Erich Honecker, fato histórico suscetível de desdobramentos positivos em direção a uma convivência madura e construtiva.

Na diplomacia multilateral percebem-se alguns sinais de alento e vitalidade. Um deles foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, decisão de inegável alcance para a consecução dos princípios e propósitos desta Organização. Há, ainda, esperanças na solução pacífica do conflito que, há mais de uma década, flagela a América Central.

A ONU representa a conscientização da humanidade de que só através do diálogo e da persuasão as diferenças entre os Estados poderão

ser levadas a bom termo. Ao adotar por unanimidade a Resolução 598 sobre o conflito entre o Irã e o Iraque, o Conselho de Segurança demonstrou sua capacidade de atuar de forma construtiva para a solução de controvérsias que ameaçam a paz. Essa ação em favor do restabelecimento da paz, nos termos da Carta, nos permite acreditar que, em outros casos será possível recorrer à autoridade do Conselho de Segurança, no mesmo espírito de conciliação de posições. Estou convencido de que o potencial diplomático do Conselho deve ser plenamente aproveitado.

Com essa convicção, o Brasil decidiu apresentar sua candidatura a uma das vagas que cabem à América Latina no Conselho de Segurança. O Brasil acredita poder contribuir construtivamente, no próximo biênio, para a reativação do papel do Conselho e para a solução de problemas que afetam ou possam afetar a paz e a segurança internacional. Tendo sido honrados já pelo endosso unânime do grupo Latino-Americano à nossa candidatura, esperamos merecer também a confiança desta Assembleia Geral.

Os últimos indícios de desanuviamento da situação política internacional contrastam com o indefinido prolongamento da crise econômica. A magnitude dos desafios enfrentados pelas nações em desenvolvimento e a completa falta de progresso no sentido da transformação da ordem econômica internacional são faces de uma mesma realidade profundamente desanimadora.

Não há sensibilidade maior para o drama e as preocupações das nações do Terceiro Mundo, cujo direito a um destino de realização e progresso se vê constantemente ameaçado. Venho, Senhor Presidente, de um país em desenvolvimento que não abdica desse direito e que está convencido não só da justiça e legitimidade de suas reivindicações, mas também da viabilidade de seus objetivos no campo econômico e social.

É também motivo de preocupação para a comunidade internacional a persistência de crises políticas que se aprofundam diante do recurso à força em desrespeito à Carta das Nações Unidas. Já no ano passado, observei desta tribuna que, onde presente a força, hoje os impasses são mais frequentes do que as vitórias ou as derrotas. O uso da força ou a ameaça do recurso à força, além de ilegal, tem-se provado também não funcional.

É o que acontece na região do Golfo, onde se mantém ativa e incontrolável a engrenagem da violência. É o que acontece na África Meridional, onde persistem o clima de tensão provocado pelo regime do *apartheid,* o atraso injustificável no processo de independência da Namíbia e os atos de hostilidade e agressão da África do Sul contra seus vizinhos.

Somente a intolerância, a falta de visão e a insensatez da política racista do regime sul-africano podem explicar o prolongamento dessa situação que ofende a dignidade humana e fere os princípios da convivência internacional.

Torna-se, por outro lado, cada vez mais urgente dar novo impulso aos esforços voltados para lograr uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. O Brasil acredita haver chegado o momento de uma Conferência Internacional de paz para a solução da crise na região, sob os auspícios das Nações Unidas, e com a participação de todas as partes interessadas. Nesse contexto quero expressar nossa consternação com o sofrimento imposto ao povo do Líbano, país cuja integridade tem que ser respeitada.

Esperamos que entendimentos entre as partes envolvidas, com a participação das Nações Unidas, possam conduzir, em breve, à retirada das tropas estrangeiras do Afeganistão e a cessação de todas as formas de interferência externa, permitindo ao povo afegão exercer soberanamente seu direito à autodeterminação.

Vemos também com preocupação o impasse que persiste na questão das Ilhas Malvinas. O Brasil, que reconhece os direitos soberanos da Argentina, espera que as partes envolvidas venham a atender ao apelo reiteradamente formulado por esta Assembleia Geral no sentido de procurarem alcançar, pela via do diálogo, uma solução negociada para todos os aspectos da controvérsia.

Senhor Presidente,

Alegra-me testemunhar que os propósitos anunciados desta mesma tribuna pelo Presidente de meu país, José Sarney, em 1985, em relação ao Atlântico Sul foram cumpridos com êxito através da iniciativa que culminou com a aprovação, pela última Assembleia Geral, da Resolução 41/11, de 27 de outubro de 1986. A instituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul representou o reconhecimento pela comunidade internacional da determinação dos países sul-americanos e africanos da região de manter sua independência, sua soberania, sua integridade territorial e de promover a cooperação para o desenvolvimento econômico e social em condições de paz e de liberdade.

Será indispensável contar no processo de implementação daquela decisão com a cooperação de boa-fé dos demais Estados. Os países militarmente mais importantes são chamados, em particular, a respeitar escrupulosamente o estatuto pacífico da região, reduzindo e

oportunamente eliminando sua presença militar, abstendo-se de introduzir armas nucleares e evitando estender à área do Atlântico Sul rivalidades e conflitos que lhe são alheios. E não posso deixar de evocar o fato de que ali persistem sérios focos de tensão que prejudicam a plena realização dos objetivos e princípios da decisão adotada por esta Assembleia.

Da tribuna deste foro de paz, registro também a satisfação com que o Brasil vê a possibilidade de conclusão, a curto prazo, do primeiro acordo de desarmamento nuclear da História. Se chegarem a bom termo, como todos desejamos, os entendimentos entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre armas nucleares de alcance intermediário, teremos uma medida real de desarmamento, em contraste com acordos anteriores de mera e paliativa administração da corrida armamentista.

É evidente a responsabilidade primordial dos países mais armados no processo de desarmamento. Mas também é indiscutível o direito que têm os demais Estados de participar do processo decisório em tomo dos problemas que, se bem gerados por alguns, a todos afetam indiscriminadamente. Consideramos, pois, indispensável que as negociações entre as superpotências sejam vinculadas aos esforços desenvolvidos nos foros multilaterais de desarmamento, em especial na Conferência de Desarmamento, dotada de mandato específico.

Senhor Presidente,

Como ressaltei em meu pronunciamento à Sétima Conferência da UNCTAD, o mundo em desenvolvimento está mergulhado em profunda crise e os esforços que fazemos para retomar o crescimento econômico se defrontam com uma realidade internacional adversa, cujas engrenagens acentuam as diferenças, ao invés de reduzi-las. Afirmei, também, naquela oportunidade, que a tentativa de moldar o novo pelos padrões do passado impede a retomada do crescimento e do desenvolvimento em bases globais e a constituição de um sistema internacional mais justo e equitativo.

O entendimento mantido em torno do problema da dívida externa, registrado na Resolução 202 da Quadragésima Primeira Assembleia Geral, significa avanço promissor que deve ser agora aprofundado. Repito a posição firme e clara de meu país: respeitamos nossos compromissos financeiros internacionais; almejamos saldar a dívida externa dentro de condições dignas e razoáveis. Ninguém pode alegar que ao Brasil tenha faltado esforço próprio para vencer suas dificuldades. O Brasil não pode, porém, comprometer seu desenvolvimento.

No esforço de ocupar espaços no cenário econômico internacional, os países em desenvolvimento se defrontam com as mais severas restrições por parte de seus parceiros industrializados, no campo das finanças, do comércio de bens e serviços e, em especial, da absorção de tecnologias de ponta. Esta é uma tendência que solapa a luta heroica das nações em desenvolvimento para assegurar um futuro digno e próspero para seus povos. É uma tendência que compromete a expectativa dessas nações a uma participação mais justa e equitativa na economia internacional – mais do que expectativa, seu irrefutável direito.

O Brasil, meus Senhores, não tem alternativa senão crescer. Necessitamos atender às necessidades cruciais de uma população imensa que, em muitas de suas camadas, ainda não conhece senão a miséria e o sofrimento. O desenvolvimento para nós não é opção, é um imperativo.

O esforço empreendido pelos países em desenvolvimento para a criação de uma nova ordem econômica internacional somente produzirá efeitos se for acompanhado de uma ação eficaz contra as distorções que se verificam na política de transferência do conhecimento científico e tecnológico. Desta forma, percebe-se uma vigorosa investida por parte de alguns países desenvolvidos em procurar criar uma nova divisão internacional do trabalho, mais iníqua e prejudicial aos nossos interesses por frustrar nosso legítimo direito aos avanços científicos e ao domínio das tecnologias de ponta. Como afirmou o Presidente José Sarney, ao anunciar no dia 4 deste mês o domínio brasileiro da tecnologia do enriquecimento de urânio, o Brasil não pode prescindir do acesso amplo e desimpedido a toda a extensão do conhecimento científico e de suas aplicações práticas.

Reitero, a esse propósito, o compromisso de meu país com a utilização exclusivamente pacífica da energia nuclear. Compromisso não só inquestionável, mas também reforçado pelos efeitos positivos que os avanços tecnológicos brasileiros nesse campo, ao lado daqueles conquistados pelos países irmãos, estão gerando em benefício de maior cooperação e confiança mútua na América Latina. As iniciativas de colaboração que vêm sendo implementadas entre Brasil e Argentina, em particular, irão assegurar o domínio do ciclo nuclear sem o desenvolvimento de armas atômicas em nosso continente. Esse propósito comum ficou realçado em troca de correspondência entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsin por ocasião do anúncio público do domínio brasileiro da tecnologia do enriquecimento de urânio.

É altamente promissor, Senhor Presidente, o fato de a América Latina estar demonstrando sua capacidade de dar respostas práticas e criativas aos problemas que nos afligem. Trago, a esse respeito, o exemplo

da ação dinâmica que vem realizando o Grupo de Contadora – com o suporte político do Grupo de Apoio, do qual o Brasil é membro – em seu propósito de buscar uma solução genuinamente latino-americana para o conflito da América Central.

Louvo, em nome de meu Governo, os importantes entendimentos alcançados a 7 de agosto último na Guatemala. Os Chefes de Estado dos cinco países centro-americanos deram, naquela oportunidade, clara e histórica demonstração de vontade política de resolver o conflito. O Brasil considera que o acordo então assinado oferece uma oportunidade inigualável de assegurar-se a paz na região. Para tanto, prestou sua contribuição ativa e interessada nos entendimentos que resultaram na decisão adotada a 22 de agosto, em Caracas, de instalação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento.

A juízo do Brasil, os resultados das recentes gestões para a solução pacífica da crise centro-americana indicam que os próprios países da região estão em condições de encontrar os caminhos para pôr fim a um conflito que preocupa e afeta toda a América Latina. Para isso, é imprescindível que todos os outros países com vínculos e interesses na região evitem qualquer atitude que possa inviabilizar essas soluções.

Comprova a mesma capacidade latino-americana de encontrar soluções próprias aos problemas do continente a criação do "mecanismo permanente de consulta e concertação política", instituído a partir da frutífera experiência acumulada em mais de dois anos de sucessivos contatos entre os oito países que integram os Grupos de Contadora e Apoio.

A decisão desses países, tomada no mês passado na cidade de São Paulo, de passar a realizar reuniões periódicas em nível presidencial indica que o processo de concertação regional iniciado no Rio de Janeiro amadureceu rapidamente. Na realidade, o Grupo dos Oito é parte não excludente de um processo de entendimento regional mais amplo, que tem outra de suas múltiplas faces nos renovados esforços em prol da integração da América Latina que o Brasil e os demais países da região vêm desenvolvendo nos diversos foros, como a ALADI, o SELA, a OLADE, o Consenso de Cartagena.

Reafirmo, perante este foro mundial, a importância que meu país confere aos acordos de integração e cooperação econômica concluídos a partir do ano passado com a Argentina e o Uruguai. São instrumentos de significado verdadeiramente histórico, que testemunham nossa determinação fraternal de crescer juntos, fortalecer nossas instituições democráticas e contribuir para o êxito do empreendimento maior – hoje mais próximo do que ontem – da integração latino-americana.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Minhas palavras terão traduzido mais otimismo e esperança do que as que pronunciei neste foro ano passado. Essa atitude é explicável à luz de alguns aspectos positivos do panorama internacional contemporâneo que agora recapitulo.

(1) A retórica da confrontação Leste-Oeste começa a dar lugar a um diálogo entre as superpotências, com perspectivas de entendimento em matéria de desarmamento;

(2) O mundo parece não querer aceitar o agravamento permanente das múltiplas crises que abalam os fundamentos do edifício da paz e, nesse caso, enquadram-se as últimas iniciativas diplomáticas relacionadas com a América Central e a ação do Conselho de Segurança na questão Irã-Iraque;

(3) A América Latina, com os recentes esforços de integração econômica e coordenação política, dá mostra de uma participação mais ativa e profícua nos negócios internacionais, reafirmando sua identidade e seus ideais soberanos.

Não escondo, porém, ao lado desse otimismo e dessa esperança, decepção e, até mesmo, indignação diante dos desequilíbrios e desigualdades que persistem no cenário econômico internacional. Os progressos registrados ultimamente no campo político não estão sendo acompanhados por avanços na luta contra a miséria e a pobreza. Ao contrário, cada vez mais são manifestadas a insensibilidade e a rigidez dos países desenvolvidos em questão de comércio, de finanças e de transferência de tecnologia.

Meu país atravessa hoje, Senhor Presidente, um momento de crucial importância na definição de seus rumos políticos e institucionais. Estamos às vésperas de aprovar uma nova Constituição no quadro do aprimoramento de nossa vida democrática.

O Brasil está disposto a perseverar no seu caminho de paz e de construção. É esse o caminho que o leva ao encontro do progresso e da felicidade de seu povo, em crescente harmonia e estreita cooperação com as nações amigas.

Muito obrigado.

Nova York, em 21 de setembro de 1987.

1988

1988

Com o aprofundamento das reformas implantadas por Gorbachev na URSS, o quadro estratégico internacional em 1988 caminharia progressivamente no sentido da distensão. Embora prosseguisse a guerra entre o Irã e o Iraque, o anúncio da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e um cessar-fogo em Angola contribuiriam para aliviar as tensões. Ao final do ano, a vitória de George Bush nas eleições norte-americanas revelaria a satisfação do eleitorado com os êxitos alcançados pela administração republicana, sobretudo no que concerne a manutenção da hegemonia dos EUA no plano internacional.

No Brasil, a situação interna se distinguia pela interação de duas vertentes: de um lado, a reorganização político-institucional do país, com os debates finais do processo de elaboração constitucional e, de outro, o agravamento da crise econômica provocado pela persistência de altas taxas de inflação. Já se faziam sentir àquela altura os movimentos iniciais do processo sucessório.

A situação financeira externa se regularizaria. Em setembro de 1988, o Governo chegaria a um acordo com os credores e anunciaria o fim da moratória. A medida, de acentuado impacto positivo, não seria, porém, suficiente para recuperar a fluidez das relações com os EUA, que continuavam afetadas negativamente por uma série de divergências específicas em tópicos de natureza comercial, de ciência e tecnologia, de patentes, de proteção à indústria de informática e de meio ambiente.

A diplomacia brasileira procuraria, portanto, desenvolver canais de cooperação inovadores com parceiros não tradicionais. Em visita presidencial à China, em julho de 1988, estabelecem-se programas de cooperação nas áreas científica e tecnológica. E em visita à URSS em outubro, o Presidente Sarney assinaria com o Presidente Gorbachev um memorando de entendimento que daria às relações Brasil-URSS um formato e uma abrangência inéditos.

A estratégia de universalismo se completaria com o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança, circunstância que, ao dar à diplomacia brasileira oportunidade de participar de importantes decisões internacionais, serviria de fundamento para a reivindicação mais adiante expressa de pleitear assento permanente naquele órgão principal das Nações Unidas.

Ao se dirigir à Quadragésima Terceira Assembleia Geral, o Ministro Abreu Sodré reitera a apreciação positiva do Brasil sobre os desenvolvimentos na macroestrutura internacional. Embora persistissem situações criticas no Oriente Médio e na América Central, "o mundo está um pouco melhor" do que há três anos, diria Sodré, ao notar os progressos alcançados em matéria de desarmamento e o encaminhamento promissor da situação na África Austral, no Golfo e no Afeganistão. Esse quadro positivo, adverte o Ministro, contrastava com a persistência de falta de progressos nas relações econômicas internacionais e com o crescente distanciamento dos mundos desenvolvido e em desenvolvimento.

As críticas aos EUA continuariam a se fazer sentir no discurso brasileiro: condena-se a tendência ao unilateralismo, como fator do ordenamento internacional, ao mesmo tempo em que se rejeitam as perspectivas de "bilateralismo excludente" ou "multilateralismo seletivo", termos mediante os quais a diplomacia brasileira, coerente com o seu discurso histórico, qualificava então as tendências ao dirigismo das Grandes Potências. E, em alusão ao diferendo Brasil-EUA sobre informática e patentes, recentes medidas norte-americanas seriam qualificadas de hostis ao comércio internacional e à capacitação científica e tecnológica dos países em desenvolvimento.

XLIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1988

Ministro Roberto de Abreu Sodré[45]

Senhor Presidente,

Uma tradição que remonta aos primórdios desta Organização me concede o privilégio de ser o primeiro, na abertura de nossos debates, a cumprimentar Vossa Excelência, meu colega e amigo Dante Caputo, de forma muito cordial e fraterna, por sua eleição para a presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas. Estou certo de que, no exercício desse honroso cargo, Vossa Excelência não deixará de demonstrar as mesmas qualidades que têm marcado sua condução segura da diplomacia argentina.

Ao mesmo tempo, estendo minha palavra de apreço e respeito à Embaixadora Nita Barrow, digna representante de Barbados, cujos méritos enriqueceram o processo de escolha para a direção de nossos trabalhos.

Reitero minha estima e admiração pelo notável talento diplomático do Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuellar. Seus incansáveis esforços pela construção da paz e pelo fortalecimento das Nações Unidas o tornam credor do reconhecimento de toda a comunidade internacional.

[45] **Roberto Costa de Abreu Sodré**, nascido em São Paulo, em 21 de junho de 1918. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Governador do Estado de São Paulo de janeiro de 1967 a outubro de 1970. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 14/2/86 a 14/3/90. † São Paulo, 14 de setembro de 1999.

Senhor Presidente,

Quando me dirigi a esta Assembleia pela primeira vez, há três anos, a vida internacional encontrava-se dominada por graves presságios e repetidas violações aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

Exacerbava-se a linguagem da confrontação entre as superpotências com o emprego de avançadas tecnologias militares capazes de levar para o espaço exterior os riscos de uma guerra nuclear. A persistência de tensões e disputas localizadas frustrava os ideais da paz e da segurança.

Hoje, ao voltar a esta tribuna, constato que o mundo está um pouco melhor.

Renasceram as práticas da distensão Leste-Oeste, que pareciam condenadas ao esquecimento. Chegaram, finalmente, os Estados Unidos da América e a União Soviética a um acordo concreto sobre desarmamento. Seus líderes são merecedores de aplauso por essa conquista histórica.

Desgastados por trágicos saldos de morte e destruição, alguns conflitos regionais conheceram perspectiva de solução pacífica. Em minhas intervenções anteriores, condenei a atitude de recalcitrância da África do Sul em bloquear o processo de independência da Namíbia, a engrenagem de violência que parecia perpetuar-se na região do Golfo e a transgressão dos princípios de autodeterminação e não ingerência no Afeganistão. Hoje, conforta-me ter que mudar aquele discurso de advertência e censura para testemunhar o encaminhamento promissor dos esforços de paz destinados a pôr termo àqueles conflitos.

Ao destacar esse desanuviamento da cena política internacional, reafirmo, Senhor Presidente, meu sentimento de reverência às Nações Unidas e minha crença na eficácia de seus instrumentos. Se o mundo está hoje melhor do que ontem, devemos reconhecer a decisiva contribuição da ONU. Ela leva confiança onde há suspeita, segurança onde há medo. Árdua, porém, é a tarefa que resta por cumprir em obediência aos dispositivos da Carta. Os caminhos para a liquidação do *apartheid,* para a solução da crise no Oriente Médio, para o fim do sofrimento do povo do Líbano, para a paz na América Central continuam obstruídos. Espero que, na próxima sessão da Assembleia Geral, seja possível registrar novos avanços na consecução dos objetivos da paz e da concórdia entre os povos.

Como representante de uma nação que sempre advogou o estabelecimento de uma ordem internacional democrática, justa e participativa, devo enfatizar que a obra de transformação do mundo só estará completa quando fortalecer e consolidar a cooperação para o

desenvolvimento econômico e social. Neste aspecto, Senhor Presidente, ao contrário das considerações que acabo de fazer sobre o panorama político mundial, posso antecipar que minhas palavras nesta tribuna não irão diferir, nem no tom, nem na substância, de meus últimos pronunciamentos. Diante da falta de progressos no campo das relações econômicas internacionais, o Brasil volta a trazer a este foro sua mensagem de apreensão, de decepção, e a renovar suas propostas e reivindicações ao mundo desenvolvido.

Reafirmando sua adesão histórica aos ideais mais elevados da convivência internacional, e fiel à vontade e à índole de seu povo, o Brasil consagrou em sua nova Constituição, prestes a ser promulgada, os princípios fundamentais de sua política externa: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, solução pacífica dos conflitos, defesa da paz, repúdio ao terrorismo e ao racismo, e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Os representantes do povo brasileiro, ao darem expressão constitucional às exigências e preocupações centrais de nossa própria sociedade, deliberaram em perfeita consonância com os anseios da comunidade internacional. Recolheram a aspiração maior de nosso continente, ao inscreverem a integração da América Latina entre os mandamentos da nova Carta.

Senhor Presidente,

Tendência auspiciosa de nossos dias é o esgotamento do *ethos* unilateralista que alimentava a ilusão de que o poder – militar, político, econômico ou tecnológico – pudesse gerar uma ordem internacional justa ou meramente estável. Da força não pode nascer o direito; menos ainda a paz e a justiça. Tal o mandamento da Carta das Nações Unidas e, em particular, de seu preâmbulo.

Inquieta-nos, todavia, a insistência de certos países em sobrepor seu ordenamento jurídico interno ao direito internacional, tanto em matéria política quanto econômica. Invocar legislação interna – ou supostos interesses nacionais – para deixar de cumprir obrigação jurídica internacional fere o princípio essencial do *pacta sunt servanda,* regra básica do convívio civilizado entre as nações.

A aventura do unilateralismo não pode ser substituída pelo bilateralismo excludente ou pelo multilateralismo seletivo. As negociações sobre temas de interesse de toda a comunidade das nações exigem a

participação de todos os países, grandes ou pequenos. As conversações relacionadas com a paz e o desenvolvimento econômico, em particular, não se devem transformar em mera homenagem que o poder presta ao direito.

É lastimável que, da atmosfera de diálogo que hoje aproxima as superpotências, não resulte a efetiva disposição de ampliar multilateralmente as áreas de entendimento. Construir arranjos de poder voltados para a redefinição e o congelamento de uma ordem internacional verticalizada merece nossa condenação.

As dificuldades encontradas na Terceira Sessão Especial dedicada ao Desarmamento são ilustrativas da inquietação que acabo de manifestar. A impossibilidade de obtermos um documento consensual, poucos meses após a assinatura do primeiro tratado de desarmamento nuclear da história, evidenciou a dimensão dos obstáculos à participação da comunidade internacional, como um todo, em deliberações concernentes à sua própria sobrevivência.

A decisão do Presidente José Sarney de participar daquela Sessão, ao lado de outros Chefes de Estado ou de Governo, testemunhou a firmeza da posição do Brasil em favor da causa do desarmamento e de sua discussão aberta e efetiva nos foros competentes.

Tão forte é o repúdio de nossos povos às armas de destruição em massa, tão firme é nosso propósito de desenvolver a tecnologia nuclear com fins exclusivamente pacíficos, que a nova Constituição brasileira consagrou importante preceito: todas as atividades nucleares em território nacional serão admitidas apenas para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso.

O mesmo espírito, já recolhido no Tratado de Tlatelolco, preside os entendimentos do Brasil com a Argentina nesse campo. A leal e proveitosa cooperação entre os dois países desfaz o mito de uma corrida nuclear na América Latina.

Os propósitos construtivos que animam o Brasil no plano internacional inspiraram a convocação da Primeira Reunião dos Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro em julho último. Integrantes de uma região que assume sua identidade própria, fundada em profunda comunhão de interesses e percepções, os países sul-atlânticos puderam aprofundar as diversas vertentes de diálogo franco e igualitário abertas pela Declaração do Atlântico Sul como zona de Paz e de Cooperação.

Coincidimos em relação a importantes questões. Apoiamos os esforços de pacificação na África Austral. Preocupa-nos o fato de que, apesar de reiterados apelos desta Assembleia, ainda não tiveram início

negociações sobre todos os aspectos relativos ao futuro das ilhas Malvinas. Julgamos necessária a adoção de medidas concretas, em especial por parte dos Estados militarmente significativos, para assegurar a não introdução de armas nucleares ou de outras armas de destruição em massa e a redução de presença militar estrangeira na Zona de Paz e de Cooperação.

Amplas são as possibilidades de ação conjunta em favor do desenvolvimento. Identificamos na preservação do meio ambiente, na necessidade de evitar o *dumping* de resíduos tóxicos e na implementação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar expressivos pontos de interesse comum.

As conclusões da Reunião do Rio de Janeiro, estou convencido, hão de merecer apoio generalizado dos Estados-Membros da ONU.

Senhor Presidente,

A assinatura dos acordos de Genebra e o início da retirada das tropas estrangeiras do Afeganistão reacenderam as esperanças de um futuro de paz e desenvolvimento para aquele país. Congratulamo-nos com o Secretário-Geral e com seu Representante Especial, Senhor Diego Cordovez, pela participação da ONU nesse processo. Teríamos desejado, tão somente, que a entrada em funcionamento do mecanismo de verificação e controle dos acordos, com os bons ofícios das Nações Unidas, tivesse resultado de procedimentos menos sumários.

A implementação do cessar-fogo entre o Irã e o Iraque, motivo de contentamento para o Brasil, trouxe a perspectiva de paz e de reconstrução econômica na região do Golfo. Ressalto a extraordinária relevância do papel da ONU nessa iniciativa, a partir da ação conjunta de todos os membros do Conselho de Segurança – que o Brasil, naquele momento, tinha a honra de presidir – em consulta com os Governos do Irã e do Iraque e com a intermediação constante, oportuna e equilibrada do Secretário-Geral.

Na África Austral, os progressos das negociações entre Angola, África do Sul e Cuba, com a mediação dos Estados Unidos, constituem indicações promissoras de uma solução pacífica e justa para a questão da Namíbia, nos termos da Resolução 435, adotada há dez anos pelo Conselho de Segurança. Esperamos seja esse o primeiro passo em direção à normalização da situação no sul do continente africano, com a eliminação de todas as fontes de tensão e conflito. País vizinho sul-atlântico, o Brasil tem salientado a necessidade do estrito respeito à integridade territorial

de Angola e do imediato término da ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul. Lamentamos que a prática odiosa do *apartheid* prossiga seu caminho de insensatez. O povo e o governo do Brasil anseiam pelo dia em que a Namíbia se integrará à comunidade de nações independentes. A garantia da paz e da segurança naquela região, tão próxima a nós, depende da erradicação do odioso crime do racismo institucionalizado.

No Oriente Médio, repetidas cenas de violência que horrorizaram a opinião pública internacional confirmam que a autodeterminação do povo palestino em seu próprio território é condição essencial para a solução da crise. O Governo brasileiro reitera a necessidade de respeito aos direitos do povo palestino, da completa retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967 e de que todos os Estados da região possam existir em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Com esses objetivos, continuamos a apoiar a realização de uma Conferência Internacional sobre a Situação no Oriente Médio, com a participação de todas as partes interessadas, inclusive da OLP, representante legítimo do povo palestino.

O Brasil vê, com preocupação, a aparente estagnação do processo de paz na América Central. É inegável que o Procedimento de Esquipulas contribuiu para amenizar as tensões e que novas esperanças surgiram com o Acordo de Sapoá. Mas a persistência de incidentes em áreas de tensão e a paralisia, que esperamos temporária, no processo de diálogo e entendimento produzem sensação de incerteza com relação ao futuro da América Central. Membro do Grupo de Apoio a Contadora, o Brasil espera que uma atmosfera menos carregada nas relações internacionais venha a facilitar aos países da região a consecução de seus objetivos de paz e desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Se podemos constatar progressos no cenário político e vislumbrar um mundo sem guerras e engajado em processo genuíno de paz duradoura, a situação econômica internacional continua a acrescer nossa aflição e a desafiar nossas inteligências.

A realidade na imensa maioria dos países em desenvolvimento membros desta Organização segue clamando por deliberações realmente criativas que possibilitem desfazer os impasses que vêm mantendo esses países à beira do colapso. Não mais nos deveríamos iludir, uns aos outros, com frases e conceitos de mera retórica. É hora de proclamar que

um grande mal-estar corrói os fundamentos da cooperação econômica internacional.

Hoje, quase meio século nos separa do dia em que nos declaramos Nações Unidas e, unidos, nos propusemos um ideário comum, entre cujos objetivos principais figurava a luta contra a miséria e a fome. Nosso compromisso era impedir a degradação dos valores mais caros às nossas civilizações, sejam quais fossem suas origens ou crenças.

O que nos terá acontecido? Somos hoje menos unidos do que então?

Basta olhar esta Assembleia, onde nos reunimos pelo quadragésimo terceiro ano consecutivo, para constatar que somos nações que participam de uma comunhão universal de princípios e ideais. Se as hostilidades da Segunda Guerra Mundial nos haviam levado aos recônditos mais secretos do terror e da desolação, as sementes lançadas em São Francisco frutificaram nas Américas, na Ásia, na África, no Oriente Próximo – em todos os quadrantes. Estão aqui, unidas, nações que, há cinquenta anos, se colocavam em campos opostos e hostis. Encontram-se aqui, unidas, nações que, nos anos posteriores, adquiriram sua independência, em grande parte como fruto das mesmas sementes democráticas plantadas em São Francisco.

Estamos menos unidos do que antes? Não. Estamos mais unidos do que antes, mas não tão unidos quanto queremos para o amanhã.

Infinitamente grave é, portanto, constatar que nós, irmãos americanos, asiáticos, africanos, ainda padecemos os mesmos horrores e a mesma desolação que tanto afligiram nossos antepassados. Hoje, se eliminamos as guerras, não conseguimos ainda debelar a fome, que se espraia em bolsões endêmicos pelos continentes e nos envergonha a todos, por sabê-la presente e vizinha das sociedades mais abundantes habitadas pelo homem.

Há algo perversamente errado quando se constata que o crescimento real da produção nos países em desenvolvimento diminuiu de uma média anual de cinco e meio por cento na década de 70 para uma média inferior a três por cento na década de 80. Há algo perversamente errado quando se constata que a participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional declinou de vinte e oito por cento em 1980 para dezenove por cento em 1987, enquanto a dos países desenvolvidos aumentou de sessenta e três por cento para setenta e um por cento no mesmo período. Em termos reais, a participação dos países em desenvolvimento na exportação mundial declinou cerca de vinte e cinco por cento entre 1963 e 1986. E há algo mais do que perversamente errado quando se constata que, por força da dívida externa, os países em desenvolvimento estão transferindo

maciçamente para o exterior recursos mais do que necessários a seu desenvolvimento econômico.

O Brasil, no decurso dos últimos meses, logrou concluir com seus credores, privados e governamentais, um acordo global para o reescalonamento de sua dívida externa. Estamos, portanto, perfeitamente conscientes dos ônus sobre nossa economia. Daí nossa convicção de que, só através de adoção de políticas adequadas pelos países desenvolvidos, poderemos chegar a uma redução das atuais taxas de juros e melhorar as perspectivas comerciais dos países endividados. Infelizmente, nos últimos anos, a política errática das taxas de juros internacionais inviabilizou todo o projeto de desenvolvimento econômico de uma geração. Essa política tornou o comércio internacional uma fonte supletiva de reservas necessárias ao mero serviço da dívida externa, com óbvios prejuízos para a elevação ou a simples manutenção da capacidade de importar de nossas economias.

A esse quadro, em si já asfixiante, veio juntar-se todo um arsenal de constrangimentos impostos verticalmente – de cima para baixo. Propostas vestidas de linguagem eufemística, do tipo controles voluntários de exportação, não escondem as velhas fórmulas de protecionismo e de espoliação de parceiros comerciais, que estão sempre na raiz das recessões mais graves que vimos abalar a economia internacional neste século.

Nas atuais negociações multilaterais do GATT, estão depositadas nossas esperanças de que o comércio internacional ingresse em um novo ciclo de expansão, em bases justas e equilibradas. Não podemos aceitar que as teses de um comércio sem fronteiras sejam esgrimidas contra o tratamento especial e diferenciado que deve ser dispensado às nações do Terceiro Mundo. Tampouco podemos aceitar que os países desenvolvidos ignorem compromissos solenemente assumidos quando do lançamento da Rodada Uruguai e exijam concessões de parte dos países em desenvolvimento em troca da revogação de medidas protecionistas.

É necessário reconhecer, por outro lado, que o substrato das iniciativas legislativas de alguns dos principais parceiros comerciais reflete natureza claramente hostil não só ao comércio internacional, mas também à própria capacitação científica e tecnológica dos países em desenvolvimento.

Meu país está hoje submetido, por exemplo, à ameaça de retaliações comerciais simplesmente porque – em total consonância com o direito internacional e com a letra e o espírito dos acordos de que somos partes – temos estimulado dentro de nossas fronteiras a pesquisa e o desenvolvimento de insumos farmacêuticos. Causa-nos perplexidade

ver rompidas unilateralmente as regras mais estáveis e previsíveis do comércio e do direito internacionais.

Assim, Senhor Presidente, parecem-me mais do que amadurecidas as condições para que a Assembleia Geral, em resposta, inclusive, ao apelo formulado por Vossa Excelência em seu discurso de posse, relance, em bases efetivas, realistas e construtivas, sem recurso à retórica ou a recriminações, o diálogo norte-sul, não deixando de levar em conta as enormes frustrações que, até hoje, nos trouxe esse exercício.

Esta Assembleia Geral se reúne em momento propício para alterar o curso de nossa história, dando-lhe rumos mais seguros; para aprofundar os avanços colhidos no campo da paz, da solução de conflitos e do desarmamento; para repensar e revitalizar a já tão debilitada cooperação econômica internacional.

Este ano celebramos o quadragésimo aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É trágico que ainda pese sobre nós a incapacidade de juntos, equacionarmos os problemas que afetam, em vastas extensões do globo, os mais elementares direitos do homem: o direito à vida, à saúde, à moradia, à alimentação, ao trabalho. Direitos, enfim, que assegurem o desenvolvimento e o bem-estar dos povos.

Enquanto a tarefa da construção da paz acende hoje sobre o mundo luzes de esperança, a luta pelo desenvolvimento ainda gera intensas frustrações. Se é verdade, como já se proclamou, que o desenvolvimento é o novo nome da paz, não poderá esta Assembleia deixar de estar à altura dos desafios de nossos tempos e de ser sensível aos clamores inadiáveis por justiça e dignidade.

Muito obrigado.

Nova York, em 26 de setembro de 1988.

1989

1989

Ao término do Governo Sarney, acelerar-se-iam as transformações da conjuntura internacional. A crise na Europa do Leste se agrava, ao mesmo tempo em que os reformadores na URSS ganham terreno sobre os setores ligados ao projeto gorbacheviano de transformação controlada do sistema. Ceaucescu é deposto na Romênia e, após prolongada crise de liderança na República Democrática Alemã, o muro de Berlim, símbolo das divisões políticas e ideológicas que assinalaram o mundo desde o fim da Segunda Guerra, é derrubado.

No Brasil, viviam-se àquela altura as alternativas da sucessão e preparavam-se as primeiras eleições diretas para Presidente desde 1959. Em função das próprias divisões abertas com o processo sucessório, tornava-se difícil arregimentar consenso em torno de medidas que pusessem cobro ao processo inflacionário e ao estancamento da economia. Não obstante o acordo com os credores, o país enfrentaria nova crise de pagamentos ao final do ano. A relutância dos agentes financeiros internacionais em comprometer recursos novos para o Brasil antepunha sérios constrangimentos à economia brasileira. O tema da dívida seria tratado com muita ênfase pelo Presidente Sarney na reunião de cúpula do Grupo do Rio em Ica, Peru, no mês de outubro.

Às pressões de natureza econômica e comercial exercidas sobre o Brasil vieram a somar-se, sobretudo a partir de 1988, fortes demandas no terreno ambiental. Em detrimento da imagem do Brasil, montou-se na Europa Ocidental e nos EUA verdadeira mobilização contra a política brasileira na

Amazônia. A atenção internacional se concentrou sobretudo na questão das queimadas. O assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, juntamente com as cenas de devastação da floresta por queimadas e garimpos, excitaram a imaginação da opinião pública mundial, especialmente nos países desenvolvidos. Apesar dos êxitos iniciais do programa "Nossa Natureza" e do apoio obtido junto aos países amazônicos na reunião de cúpula celebrada em Manaus sob o marco do Tratado de Cooperação Amazônica, acentuaram-se ao longo do ano os constrangimentos no campo do meio ambiente, obrigando o Governo brasileiro a exaustivas campanhas de esclarecimento. Dando mostra de sua deliberação de promover e aceitar a cooperação ambiental, o Governo se proporia a sediar a planejada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento prevista para 1992. Com esse oferecimento, a diplomacia brasileira evoluiu de uma postura defensiva para uma posição aberta e transitiva, adquirindo o Brasil credenciais de interlocutor essencial no encaminhamento multilateral das questões ambientais.

A vertente africana da política externa seria contemplada com a visita presidencial a Angola e com a criação, em reunião com os Chefes de Estado de todos os países lusófonos realizada no Maranhão, do Instituto da Língua Portuguesa.

Encerrando o ciclo de seu Governo, o Presidente Sarney voltaria à tribuna da ONU para pronunciar o discurso da delegação do Brasil no Debate Geral da Quadragésima Quarta Assembleia Geral. Faz um balanço positivo da situação política e institucional do Brasil. O Presidente reitera a apreciação favorável da evolução da conjuntura internacional, sem deixar de assinalar a persistência de graves problemas irresolvidos no Oriente Médio, na África do Sul e no Timor Leste. É particularmente enfático ao dramatizar a crise latino-americana, contrapondo os logros alcançados na região em matéria de liberdades públicas e democracia com uma severa involução em termos de desenvolvimento econômico e social. Como evitar, perguntaria retoricamente, que os valores da democracia sejam contestados se ela não responder aos legítimos anseios sociais?

O tema da dívida seria, por sua vez, também objeto de significativa exortação à comunidade internacional com vistas à adoção de uma estratégia tendo como pressuposto a retomada do crescimento dos países devedores, mediante a redução do estoque da dívida e dos fluxos de transferência bruta e líquida de recursos para o Exterior.

As questões ambientais são tratadas no discurso sob a dupla ótica da proteção da soberania nacional e da abertura à cooperação, tal como simbolizada pelo oferecimento de sediar a Conferência prevista para 1992.

A principal inovação no discurso de 1989, no entanto, consiste na retomada do tema da reforma da Carta da ONU que, por muitos anos, andara ausente das postulações brasileiras. O Presidente Sarney propõe, em particular, alterações na estrutura e nos procedimentos do Conselho de Segurança capazes de adequá-lo às novas circunstâncias da macroestrutura internacional e avança a sugestão da criação de uma nova categoria de membros permanentes sem o privilégio de veto.

XLIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1989

Presidente José Sarney[46]

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Apresento a Vossa Excelência meus cumprimentos pela sua eleição.

Temos certeza de que sua experiência assegura a nossos trabalhos um caminho firme e construtivo. Estendo minhas congratulações a seu ilustre antecessor.

Registro, mais uma vez, o reconhecimento do Brasil ao Secretário-Geral Pérez de Cuellar.

Quero, ao iniciar este discurso, prestar a minha homenagem e reverência ao povo da Colômbia, e ao Presidente Virgílio Barco, pelo exemplo de coragem cívica e sofrido heroísmo que vem oferecendo ao mundo, de governar em região de tantas tempestades, onde a marginalidade e o fanatismo se juntam para destruir a pátria na alucinação da antivida das drogas.

Senhor Presidente,

Em 1985, ao começar meu mandato, compareci a esta tribuna. Saía o Brasil de longa noite. Emergia de uma tragédia e enfrentava grandes incertezas. O panorama internacional apresentava graves dissonâncias.

[46] **José Sarney de Araújo Costa**, nascido em Pinheiros, MA, em 24 de abril de 1930. Formado em Direito, é também jornalista e escritor. Governador do Maranhão de 1966 a 1970. Senador em 1970 e reeleito em 1978. Presidente da República, interino, de 15/3 a 20/4/85, assumindo definitivamente o cargo até 15/3/90, após a morte de Tancredo Neves em 21/4/85.

Quatro anos depois, vejo paisagem política diferente, com a redução dos conflitos e a retomada do diálogo.

Há esperança.

Termina a guerra entre o Irã e o Iraque. Retiram-se do Afeganistão as tropas estrangeiras. Na América Central e na África Austral ocorrem desenvolvimentos positivos. A Namíbia torna-se independente. Abrem-se reais perspectivas de pacificação e entendimento em Angola. Retomam-se os contatos diretos entre a Argentina e o Reino Unido. Reforçam-se os interesses de paz, segurança e desenvolvimento no Atlântico Sul. As superpotências acordam redução efetiva dos arsenais nucleares.

Mas ainda está longe um mundo sem angústias, tensões, medo. Alguns temas clamam por solução.

No Oriente Médio, as fúrias do fanatismo continuam a vitimar populações inocentes e a dilacerar nações como o Líbano, outrora exemplar pelo seu equilíbrio pluriconfessional. Na África do Sul persiste o regime do *apartheid*, afronta à consciência dos povos civilizados. Em alguns lugares, em caráter grande ou pequeno, são relegados os direitos humanos. Estão abertas as súplicas de Timor Leste.

Mas progrediu o espírito da paz como valor supremo do convívio entre as nações. Robusteceram-se outros grandes valores da consciência moderna: a democracia e os direitos humanos.

Contemplando este quadriênio temos uma certeza: a dos avanços da democratização no mundo contemporâneo. A conquista e reconquista das instituições livres que constituem desejo universal.

Caminha-se para a recuperação ou inauguração de liberdades democráticas.

Trago testemunho e sofrida vivência do meu exemplo na luta pela transição democrática. Tem o valor da vida e de amarga luta. Mas o fascínio de participar das transformações.

Deixarei em breve o Governo.

O balanço que ofereço é de ter o Brasil caminhado cinquenta anos de democracia, nestes cinco anos. Temos o período de mais plena liberdade de nossa História. As instituições estão restauradas, o Estado de Direito instalado. Uma verdadeira sociedade democrática construída, com um alto grau de organização e participação, num sistema de capilaridade que permite ao povo fazer presente a sua vontade.

Somos a terceira democracia do mundo, com 82 milhões de eleitores. Promovemos eleições em 1985 e 1986. Em 1987, instalamos uma Assembleia Nacional Constituinte. Elaboramos uma nova Constituição. Tivemos eleições em 1988. E, em 15 de novembro deste ano, vamos

eleger o meu sucessor. Tudo isso dentro de um clima de paz e de ordem, harmonizando sempre a efervescência de aspirações finalmente liberadas. Lidamos com 10.000 greves. As soluções foram encaminhadas com espírito de conciliação. Enfrentamos uma conjuntura econômica de crise.

Os ventos da liberdade não passaram apenas pelo Brasil. Na América do Sul, esse vasto e novo mundo, ao término deste ano não haverá um só país que não esteja sob um regime democrático. Os autoritarismos mergulharam no descrédito.

Eu disse em 1985, aqui desta tribuna, que o caminho do desenvolvimento passa pela democracia.

Democracia e integração, eis o nosso objetivo de modernidade. Dessa causa tornei-me um andarilho. Vivi profundamente essa paixão. Esse binômio é a marca da América Latina.

É latino-americana a maior onda de democratização que o mundo conheceu desde o último pós-guerra.

Temos, contudo, a queimar a consciência de nossos povos, terríveis indagações: serão os valores democráticos, que construímos, capazes de responder às questões de sofrimento, miséria, pobreza, desigualdade, exploração e violência que se integram ao nosso quotidiano?

Estão as democracias dos países ricos solidárias com as nossas causas, ou apenas preocupadas com o seu bem-estar, condenando-nos à marginalidade?

Estou convencido de que a democracia é o caminho. Ela foi a bandeira que comandou nossos povos para varrer autoritarismos, caudilhos, tiranos, ditadores.

Mas não para substituí-los pela fome, pelas doenças, pelo atraso, pela dívida externa, pela recessão, pelo desemprego.

A América Latina apresenta indicativos de involução. Não é que tenhamos crescido menos do que os outros continentes. É que regredimos.

Basta dizer que, em 1988, o produto interno bruto da região se encontrava no mesmo nível de 1978. A transferência líquida de recursos para o exterior alcançou, somente em 1988, a cifra de 29 bilhões de dólares. Só o Brasil, nestes últimos cinco anos, remeteu cerca de 56 bilhões de dólares. É um Plano Marshall às avessas.

Os anos 80 registraram expansão sustentada das economias industrializadas. Era de se esperar que essa expansão impulsionasse o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. No entanto, à nossa revelia, a alta das taxas de juros internacionais, a dramática redução dos preços das matérias-primas, o protecionismo comercial, a volatilidade das taxas de câmbio, a globalização dos mercados financeiros e a saída líquida de capitais encarregaram-se de frustrar essa expectativa.

As Nações Unidas planejaram para a década de 80, em sua estratégia de desenvolvimento, uma diminuição do fosso entre ricos e pobres. E o que aconteceu? O número dos menos desenvolvidos aumentou de 30 para 42.

Volto a perguntar: se a democracia que implantamos em todo o Continente não responder aos legítimos anseios de nossas sociedades, como evitar que seus valores sejam contestados? Não há como alegar a realização imperfeita desses valores.

Os maiores inimigos da democracia no Continente têm sido os baixos padrões sociais e a inflação que corrói nossas economias.

À falta de recursos, e oprimidos por conjuntura internacional perversa, os governantes latino-americanos não dispõem de meios para atender aos mais legítimos e elementares anseios de suas sociedades. Multiplicam-se manifestações espontâneas de revolta. Há todo um acúmulo de violência, uma carga de rebelião sublimada que pode, a qualquer momento, aflorar e se alastrar incontrolavelmente.

Não se trata mais de motivações ideológicas. O que está em jogo na América Latina não é a dicotomia entre o sistema capitalista e socialista. Na América Latina, a persistência da pobreza e o esgotamento dos modelos de desenvolvimento conduzem à superação das ideologias. Esse clima não parece ser fecundado por doutrinas, nem alimentado por desígnios revolucionários. É a revolta da ausência de perspectivas, da frustração de grandes massas carentes e desencantadas. Suas origens estão perdidas no fundo do tempo histórico.

O dilema atual não é militarismo ou populismo, mas recessão ou crescimento.

Muito se fala sobre a interdependência do mundo de hoje. Para a América Latina, porém, a interdependência somente tem mostrado a sua face negativa. Alega-se a interdependência quando se trata de eternizar uma ordem internacional que nos relega, na realidade, à dependência; onde os mais pobres estão paradoxalmente reduzidos à contingência de financiar os mais ricos; onde os fluxos de conhecimento trafegam apenas em sentido horizontal. Esta não é certamente a interdependência que almejamos.

O Mercado Comum Europeu necessitou do choque da guerra para materializar-se. No nosso caso, estamos decididos a aproveitar o choque da democracia para caminhar na direção do velho sonho de Bolívar: a edificação da irmandade política latino-americana.

Vítima de violenta cobiça colonial, a América Latina se converteu no mais genuíno cadinho de raças e culturas, estendendo em escala inédita a miscigenação das etnias e a fusão de crenças e costumes.

Para o Brasil a sorte dos nossos vizinhos é a nossa sorte.

Para nós, América Latina e Caribe, a opção pelo social é imperativo ético-econômico. Não podemos continuar a desperdiçar ingentes quantidades de talento humano por lhes ver vedado o acesso à nutrição e à instrução. Segundo a UNICEF, existem atualmente no mundo 145 milhões de menores desvalidos entre 12 e 16 anos, com talvez 100 milhões desse total vivendo nas ruas entregues ao furto, à prostituição, à droga e ao assalto.

Será necessário lembrar que essa adolescência faminta e desprotegida do Terceiro Mundo é a versão contemporânea da juventude miserável que perpassa pelas páginas mais pungentes de Charles Dickens, Victor Hugo ou Dostoiévski?

É preciso criar urgentemente condições pelas quais os países em desenvolvimento retomem à sua condição natural de receptores de capitais, fazendo reverter o mais rápido possível a condição de exportadores de recursos financeiros, sob o cruel gravame da dívida externa.

A disciplina e cooperação estabelecidas pelas instituições monetárias e comerciais criadas no pós-guerra cederam lugar à predominância da autonomia nacional dos países poderosos na formulação das suas políticas macroeconômicas. Geram-se acentuados desequilíbrios e assimetrias. Agravou-se a situação de penúria das economias em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, paga mais àquelas instituições do que delas recebe.

Outro grande problema é a tendência ao oligopólio do saber. Todo conhecimento se constrói por processo cumulativo que transita pela história do homem, em qualquer lugar, em qualquer tempo. O saber é universal. Deter seu potencial de mudar o bem-estar mundial, para reduzi-lo ao campo das mercadorias, da vantagem econômica, da colonização cultural, é reduzir o homem a objetivos materiais, negadores do próprio homem.

A ciência e a técnica, hoje ou amanhã, têm de ser colocadas a serviço de todo o mundo e não de poucas nações.

Outra evolução preocupante é a exploração da vulnerabilidade em que nossa dívida externa nos colocou. Os países em desenvolvimento estão sendo pressionados a seguir modelo de ajustamento que os países industrializados pouco praticam. Os orçamentos estão sendo equilibrados a altíssimos custos sociais e à custa da falência do Estado; os salários são comprimidos abaixo do nível de subsistência; as legítimas aspirações das indústrias nascentes e as necessidades do balanço de pagamentos são menosprezadas; o setor público é atrofiado mesmo nas áreas mais necessitadas de ação, como as de educação e saúde.

Ignora-se que a necessidade primordial dos países devedores é crescer, e que só através do crescimento acelerado poderão introduzir as reformas econômicas necessárias, cumprir os seus compromissos, e contribuir, como fizeram no passado, para o progresso global.

Urge compreender que não é possível crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna.

Não será possível operar qualquer ajustamento, enquanto nos derem para resolver uma equação que não fecha.

Já é tempo de reconhecer que, até agora, o remédio para os problemas da dívida externa tem melhorado sobretudo a saúde financeira dos credores. Para os devedores tem sido uma receita de estagnação e empobrecimento. Repito: é chegada a hora de adotar uma estratégia que parta do pressuposto da retomada do crescimento dos países devedores. Tal estratégia exigirá forte redução do estoque da dívida e da transferência bruta e líquida de recursos para o exterior, única forma de reter a poupança necessária para financiar o desenvolvimento.

É com grande preocupação que assistimos à lentidão e apatia com que este problema vem sendo tratado e sua solução postergada.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Duas grandes questões devem igualmente ser objeto da nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental e o combate ao tráfico e uso de drogas.

Estes temas estarão cada vez mais presentes em nossa agenda.

O primeiro é o da sobrevivência da humanidade, a morte da vida no planeta.

O segundo, o da vida da morte, a antivida, a liquidar a pessoa humana, principalmente em sua fonte mais pura, que é a juventude.

Na questão do meio ambiente temos outra dimensão da interdependência entre as Nações. Habitantes de um mesmo e pequeno planeta, estamos condenados à solidariedade.

A questão ambiental nos seus aspectos planetários – mudança do clima, destruição da camada de ozônio – não pode nem deve ser discutida de uma perspectiva estreita, como se fora um problema Norte-Sul, em que os países menos desenvolvidos estivessem, por um comportamento irresponsável, afetando o equilíbrio ecológico mundial.

A realidade é outra. Cabe aos países industrializados a maior parcela na poluição ambiental. Os países em vias de desenvolvimento não

podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta.

Para que esse conceito tenha validade, será indispensável estendê-lo aos países industrializados, de forma que se possa determinar também a possibilidade de sustentação, do ponto de vista ambiental, dos padrões de produção e de consumo atingidos por esses países. Será indispensável uma íntima associação de todos os países no esforço de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que sejam mais eficientes na utilização de recursos naturais e menos poluidoras do meio ambiente e que se definam obrigações firmes de transferência de tecnologia, a preço de custo.

A relevância que atribuímos à questão ambiental e a disposição brasileira de tratá-la de forma serena e aberta acham-se claramente refletidas em nossa disposição de sediar, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento.

Mais do que ninguém, tem o Brasil consciência de sua exuberante, rica e extraordinária natureza. Suas florestas, sua fauna e sua flora são um patrimônio e uma riqueza que não abdicamos de preservar. E o fizemos no passado, quando as grandes companhias colonizadoras formadas no mundo rico invadiram as regiões selvagens da África, da Ásia e da América, depredando-as brutalmente. O Brasil não as aceitou. Proibiu sua presença. Nos anos 60, o Instituto Hudson concebeu um grande lago para inundar a Amazônia. O Brasil repeliu-o. Se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão para o futuro.

Estamos dispostos, como sempre estivemos, à cooperação. Contudo, nunca a imposições que atinjam nossa soberania.

Com o "Programa Nossa Natureza", já diminuímos em um só ano as queimadas em cerca de quarenta por cento, proibimos a exportação de madeiras em tora, retiramos incentivos a projetos que se revelaram predatórios e criamos o "Instituto do Meio Ambiente" reunindo dezenas de órgãos em amplo projeto de proteção ecológica. Aproximadamente 8 milhões de hectares de território brasileiro estão hoje sob o regime de preservação permanente. Cerca de 10 por cento do território nacional estão destinados às populações indígenas, que reúnem 200 mil índios.

O Brasil acompanha, por outra parte, com grande preocupação, o problema do tráfico, da produção e do consumo ilícito de drogas.

Já demos um importante passo adiante em 1988, com a adoção da Convenção de Viena. As dimensões cada vez mais graves do problema recomendam agora que esta Assembleia se volte com urgência para a definição de medidas efetivas de cooperação.

O Brasil não poupará esforços no sentido de contribuir, juntamente com os países consumidores, produtores e de trânsito, para a erradicação de uma vez por todas dessa séria ameaça a nossas sociedades.

Nossa política, nesse campo, é enérgica e profilática. Há quatro anos, com o "Programa Calha Norte do Amazonas", ocupamos e fiscalizamos nossas extensas fronteiras para assistir às populações locais e impedir a entrada de traficantes perseguidos de outros países. Controlamos o comércio de precursores. Estamos travando luta sem trégua contra as drogas.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Este quadro nos leva a pensar na transformação qualitativa de nosso mundo.

A confrontação ideológica que condicionou os acontecimentos internacionais durante todo o século dá sinais evidentes de atenuação. A oposição irreconciliável cede lugar ao entendimento. As ideologias perdem sua carga passional à medida que os progressos da ciência e da tecnologia abrem perspectivas crescentes de bem-estar.

Seria utópico imaginar um mundo sem conflitos. Mas creio não ser insensatez pensar em um mundo racional, em que a cooperação e o entendimento se substituam à confrontação e à desarmonia; em que a paz finalmente possa ser construída sobre as bases sólidas da comunhão universal de interesses; em que a democratização das relações internacionais conduza à superação da política de poder.

Diferença fundamental entre as Nações Unidas e sua predecessora, a Liga das Nações, é precisamente a consciência do direito ao desenvolvimento. Outra não é a inspiração permanente do Conselho Econômico e Social e, de modo geral, de toda a Organização. A Liga das Nações buscava – e não era pouco – uma ordem internacional. Mas a Organização das Nações Unidas aspira a mais: visa, também, à justiça internacional.

Henry Adams afirmou que a "chamada política prática consiste em ignorar fatos". Receio que essa observação esteja sendo aplicada à mentalidade dominante do quadro presente. Necessitamos do arrojo de novas concepções, do pioneirismo de novas abordagens, da coragem de novos experimentos institucionais. Oxalá os anos noventa, e as Nações Unidas, saibam pensar os problemas que assaltam a Humanidade às vésperas do ano 2000. O nosso século não envelheceu em vão.

Alguns espíritos tentam caracterizá-lo como um "fim da História". Estaria o mundo, e o mundo rico em particular, destinado a uma longa inércia histórica feita de prazeres prosaicos e satisfações medíocres. O preço do afastamento da violência seria a letargia cultural, a preguiça política de uma era sem convulsões, mas também sem ideais. Essa formulação nega a experiência humana.

Países novos, temos a sensação de ingressar no limiar de uma época de amplas transformações. O processo histórico está em plena florescência. Uma humanidade liberta dos antagonismos, das ameaças e do medo, abrindo fronteiras para um novo homem, que pode realizar o objetivo da criação, concebido à semelhança de Deus.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Faz dois anos, por honrosa eleição desta Assembleia, o Brasil – após praticamente duas décadas de afastamento – passou a integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Vêm sendo dois anos de intensa participação nos trabalhos do Conselho.

A experiência nos leva a algumas reflexões. Para que a Organização das Nações Unidas, através do Conselho de Segurança, possa desempenhar o papel de relevo que dela se espera no campo da paz e da segurança internacional, impõem-se algumas alterações na estrutura e nos procedimentos do próprio Conselho. Como dar solução a questões importantes relacionadas, por exemplo, com a instituição de operações de paz e com seu financiamento, sem um reexame da adequação da própria composição do Conselho?

Este é um problema que merece ser examinado não apenas sob o ângulo tradicional da adequação entre a quantidade de membros não permanentes e o aumento verificado no número de Estados-Membros das Nações Unidas, mas, sobretudo à luz das mudanças nas relações de poder ocorridas no mundo desde a criação da Organização. É chegado o tempo de uma reavaliação destinada a permitir que a multipolaridade atual se veja refletida no Conselho de Segurança, a fim de habilitá-lo a melhor exercer suas responsabilidades. Poderíamos contemplar uma categoria adicional de membros permanentes, sem o privilégio do veto.

As novas circunstâncias internacionais – em particular a atenuação da confrontação política e ideológica – certamente abrem oportunidades a uma utilização mais efetiva da ONU. Mas isto não deve significar um retorno puro e simples a um excessivo predomínio das superpotências

sobre a Organização. A ONU seguramente não pode dispensar o consenso entre as superpotências como base para uma atuação eficaz. Em muitos casos, porém, esse consenso não será bastante. A contribuição de outros Estados-Membros pode ser necessária e até indispensável para que a Organização possa agir de forma efetiva e responsável, como uma verdadeira instituição internacional.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

É chegado o momento do desenvolvimento e da justiça como fundamentos da paz e da estabilidade mundiais.

Esta Organização nasceu de uma luta contra o totalitarismo e representa o que de mais aperfeiçoado se alcançou em termos de convivência democrática entre os Estados.

Devemos, pois, aproveitar as oportunidades abertas com a desmobilização ideológica para dedicarmo-nos com renovado ímpeto às grandes causas da cooperação internacional.

É preciso ousar! "Ah, se ousares, ousa!", diz Fernando Pessoa.

Proponho que as Nações Unidas se comprometam em processo de diálogo amplo e total sobre os grandes problemas deste final de século, a fim de que ingressemos no século XXI com a consciência dos nossos desafios e das nossas potencialidades.

Do desarmamento ao meio ambiente; do banimento das armas químicas às transferências de tecnologia; da democracia como instrumento da estabilidade e do desenvolvimento aos direitos civis e liberdades políticas; das reformas econômicas ao comércio internacional; da regionalização da economia mundial às novas faces da interdependência; da conquista do espaço exterior à erradicação da pobreza, todos são temas que convidam ao debate.

Precisamos ir à origem dos problemas; entendê-los em toda a sua complexidade; enfrentar, sem vacilações, as suas consequências; tomar as decisões que se impuserem, e remover os fatores de desestabilização e de desigualdades.

Atuemos antes que seja tarde. Antes que os sacrifícios e as frustrações se cristalizem em revoltas. Antes que, em sua autocomplacência, os satisfeitos se tornem insensíveis às justas demandas dos que pouco ou nada têm. Antes que os espaços de negociação se vejam reduzidos pelo temor recíproco e pela confrontação intransitiva.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Nenhum país ou grupo de países, por maior que seja o seu poderio, pode pretender resolver isoladamente a crise.

De espírito aberto, sem reservas mentais, ressentimentos ou motivações ocultas, vamos trabalhar.

Talvez não se repita momento histórico em que a desmobilização ideológica ofereça condições tão favoráveis.

Sejamos capazes de transformar a realidade mediante o poder criativo das ideias. Convocamos todos para esta tarefa. E, em primeiro lugar, as grandes potências. Não é tarde para resgatar o sonho de paz e justiça das gerações que nos precederam.

Ao abrir esta Quadragésima Quarta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, desejo deixar uma mensagem de otimismo e determinação, a mesma que ainda anima os brasileiros, que se tornaram sujeitos de seu próprio destino pela democracia que souberam construir.

Acreditamos que o Brasil consolida nesta América uma democracia nova, vencendo tantos desafios. Pela mesma razão, os brasileiros se expressam pela voz do seu Presidente, para sonhar o sonho de paz e de justiça, exorcizando o medo e levantando altares à esperança.

Político e intelectual, jamais considerei a poesia uma convidada intrusa neste plenário. É com ela que me despeço, na companhia dos versos de Luís de Camões, o universal poeta da língua portuguesa:

> Depois de procelosa tempestade,
> Noturna sombra e sibilante vento
> Traz a manhã serena claridade,
> Esperança de porto e salvamento.

Muito obrigado.

Nova York, em 25 de setembro de 1989.

1990

1990

Ao se apresentar como candidato à Presidência, o Governador Fernando Collor fundamentou sua campanha no tema da renovação e modernização do país e propôs-se a alcançar dois objetivos principais: controlar definitivamente a inflação e acabar com a corrupção. Esse tema e esses objetivos constituíam anseios profundos da sociedade, que a formação de imagem da campanha Collor soube explorar com particular habilidade.

Os acontecimentos que conduziram ao *impeachment* do Presidente derivam de certa forma de sua incapacidade de cumprir com o compromisso social assumido em sua campanha. A renovação se frustou pela persistência de métodos políticos tradicionais, a inflação ressurgiu com violência após o malogro do "Plano Collor" e a corrupção chegou a níveis inéditos no Brasil.

Ao se iniciar o Governo, porém, em março de 1990, o ambiente no Brasil era extremamente favorável. A sociedade revelava-se predisposta, não obstante os aspectos discutíveis do plano de combate à inflação, a dar à nova administração o benefício da expectativa positiva.

No plano externo, o tema da modernização foi utilizado como alavanca para uma série de alterações de rumo destinadas a transpor a atuação diplomática brasileira da vertente dos países em desenvolvimento para uma busca de compatibilização com os países desenvolvidos. Pretendia-se recuperar um diálogo julgado comprometido pelo que se qualificava de "retórica terceiro-mundista". Não proliferação, direitos

humanos, meio ambiente foram alguns dos temas globais em que as postulações externas brasileiras, sob essa ótica, evoluíram de padrões excessivamente rígidos e protecionistas para atitudes mais transitivas de cooperação internacional.

O ambiente internacional àquela altura, comparado com a rigidez que caracterizara as décadas anteriores, tornava-se menos previsível. A reunificação da Alemanha, a libertação de Nelson Mandela, a ascensão de Boris Yeltsin, a guerra civil na ex-Iugoslávia e a Guerra do Golfo compunham um conjunto de fatos que influíam para que a última década do século XX pressagiasse a transformação das relações internacionais.

Em seu discurso perante a Quadragésima Quinta Sessão da Assembleia Geral, o Presidente Fernando Collor ressalta as mudanças em curso no mundo, cujo sentido positivo se via comprometido pela eclosão da guerra no Golfo, e no Brasil, então colocado, nas palavras do Presidente, "na rota da democracia absoluta e definitiva, da abertura econômica e da justiça social". O tom do discurso é otimista, O mundo caminha, afirma o Presidente, "rumo à liberdade, à democracia e ao melhor diálogo entre as nações (...) na América Latina chegamos (...) a um estado avançado de construção democrática e de respeito aos direitos humanos (...) na África caem os resquícios do passado colonialista (...) não mais se pode imaginar um mundo cronicamente dividido entre metades que se hostilizam...".

Essa visão voluntarista e triunfalista do Brasil e da realidade intencional vem acompanhada de uma prescrição para a nova estrutura internacional, capaz de superar o "conceito antiquado de poder".

Seriam mantidas, no entanto, embora com uma retórica mais suave, as postulações fundamentais da política externa brasileira em matéria de desenvolvimento econômico e cooperação internacional, de repúdio ao protecionismo comercial, de dívida externa e de ciência e tecnologia.

Concretamente, o discurso enuncia, a par de uma visão do mundo mais positiva, três elementos de inovação na ação diplomática brasileira:

(1) A modificação da postura em relação ao Tratado de Tlatelolco, (2) Uma postura mais transitiva em matéria de cooperação internacional para a preservação do meio ambiente e (3) Uma atitude positiva em relação à cooperação internacional em matéria de direitos humanos.

XLV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1990

Presidente Fernando Collor[47]

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Acolha, Senhor Presidente, meus cumprimentos por sua eleição. O talento de Vossa Excelência garante que nossas atividades serão conduzidas com eficácia e equidade. Quero, também, apresentar ao seu ilustre antecessor nosso agradecimento pelo importante trabalho que realizou.

Ao Secretário-Geral Javier Pérez de Cuellar asseguro que o Brasil acompanha e apoia a ação diplomática que tem desenvolvido no desempenho de suas atribuições. Reconhecemos em Sua Excelência um Secretário-Geral dinâmico e dedicado aos propósitos maiores das Nações Unidas. Há poucos dias, o Liechtenstein foi admitido como novo Estado-Membro. Em nome do Brasil, desejo dar-lhe boas-vindas e augurar-lhe todo o êxito em nossa Organização.

Senhor Presidente,

Esta é a primeira vez em que me dirijo à Assembleia Geral das Nações Unidas. Registro com emoção a coincidência de inaugurar este ano o debate geral precisamente quando, no Brasil e no mundo, transformações

[47] **Fernando Affonso Collor de Mello**, nascido no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Formado em Economia e Jornalismo. Governador de Alagoas entre 1986 e 1989. Presidente da República de 15/3/90 a 30/9/92.

múltiplas e profundas estão revendo os conceitos e preconceitos que há décadas vinham asfixiando a comunidade de nações.

Trago-lhes o entendimento do povo e do novo Governo brasileiros quanto às perspectivas mundiais de paz, liberdade e progresso, e sobre o papel que caberá à Organização nos próximos anos.

Estou convencido de que por este fórum privilegiado de reflexão e análise passará necessariamente a aurora de um tempo que estamos tentando construir, cujo brilho dependerá, em última instância, dos esforços individuais e coletivos que logremos envidar pela paz mundial, pela prosperidade das nações e pela solidariedade crescente entre os povos.

Nos últimos doze meses, certos acontecimentos transformaram o panorama das relações internacionais, em especial no eixo Leste-Oeste. Povos até então submetidos a regimes autoritários assumiram com firmeza, em definitivo, a trilha da democracia. O fim da Guerra Fria significou a liquidação de uma herança amarga de desilusões, confrontos e riscos para a própria sobrevivência da humanidade. O abrandamento das tensões internacionais tornou clara a compreensão de nosso destino comum, sublinhando o caráter global das relações dos homens entre si e com o meio ambiente.

Sob o impulso promissor das novas tendências, quase nos permitimos um sentimento de euforia e complacência. Mas a fragilidade da ordem internacional, o efeito desestabilizador de certas situações regionais e a gravidade dos problemas econômicos recomendam-nos cauta reserva.

A crise que se abateu sobre o Kuaite constituiu inesperada e grave ameaça à paz coletiva. Na opinião do Governo brasileiro, é essencial que se dê cumprimento imediato às resoluções adotadas, em termos cominatórios, pelo Conselho de Segurança.

Essas resoluções respondem ao clamor da opinião pública internacional. Seu fundamento jurídico se encontra na Carta da Organização. Em consequência, as partes envolvidas têm o compromisso de acatá-las, não como sinal de fraqueza, mas como incontornável obrigação legal e política. Esta parece ser a única forma justa e pacífica de restabelecer a tranquilidade na região e no resto do mundo. Todos os Estados – queremos crer – estão profundamente interessados na paz e no emprego ágil e eficaz de meios diplomáticos para evitar o conflito.

Ao darem plena e imediata execução àquelas resoluções, os Estados-Membros demonstraram que é inaceitável a quebra da ordem jurídica, numa época em que as armas, mesmo convencionais, têm

enorme capacidade de destruição e em que a economia internacional configura uma rede de interesses complementares. Afirmaram, também, seu decidido apoio à ação das Nações Unidas naquela área, onde há tantos anos uma crise vem fustigando povos merecedores, como todos os outros, de paz, segurança e prosperidade. Ao Brasil sensibiliza particularmente a sorte do sofrido povo libanês, dividido por embates internos e tolhido em sua capacidade soberana de decidir seu próprio destino pela presença de tropas estrangeiras.

Reitero a determinação do meu Governo de, no âmbito de sua jurisdição interna, cumprir de forma integral a Resolução 661 do Conselho de Segurança.

As decisões daquele órgão afetam de forma muito diferenciada os interesses econômicos dos Estados-Membros, e o Brasil – que sabidamente já lutava com dificuldades – figura entre os países que, fora da área, mais estão penalizados.

Senhor Presidente,

Em estreita sintonia com as tendências mais positivas da história contemporânea, o Brasil passa por profundas transformações que o colocam na rota da democracia absoluta e definitiva, da abertura econômica e da justiça social. Eleito por meus concidadãos, no mais livre dos pleitos de nossa história, assumi amplas responsabilidades pessoais e políticas perante os 150 milhões de brasileiros. O mandato que me conferiu o povo é o de promover a rápida modernização e a plena integração do país na economia internacional, para torná-lo mais competitivo e para que sua gente alcance os níveis de bem-estar a que seu talento e operosidade lhe dão direito.

Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada, combater a miséria que ainda atormenta parcelas do meu povo.

É meu dever, também, proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. Por isso coloquei a criança e o jovem no alto da lista das prioridades do meu governo. As crianças – tem-se repetido – encarnam o futuro, e isso é tanto mais verdade no Brasil, país de maioria jovem, ansioso por modernizar-se.

Sabemos quão dramáticos são os problemas de nosso país nessa área. Não os ocultamos, nem escondemos nossa determinação de enfrentá-los e

resolvê-los. As iniciativas abrangentes que vimos tomando em apoio à criança demonstram empenho em fazer com que as potencialidades brasileiras se transformem em realidades perenes.

Nesse espírito, saúdo com entusiasmo a iniciativa da convocação da Cúpula para a Criança, a que o Brasil se associa, e da qual pretendo participar pessoalmente, de modo intenso e construtivo.

Senhor Presidente,

Ao amparo de transformações importantes ora em curso, desaparecem pessimismos arraigados e procuram compor-se visões contraditórias. O autoritarismo está condenado. Afirma-se uma atitude política e psicológica baseada no avanço concreto rumo à liberdade, à democracia e ao melhor diálogo entre as nações.

Nesse momento, nenhum governo pode excluir-se, ou ser excluído, do debate sobre as perspectivas da ordem mundial. Na América Latina chegamos, com dificuldade, a um estágio avançado de construção democrática e de respeito aos direitos humanos, avanços de que nos orgulhamos e que nos dão renovado ânimo.

Em nossa região, como em outras, mulheres, homens e, sobretudo, os jovens cobram novas energias e esperanças. A América Latina volta a fazer jus aos sonhos libertários de seus povos e se reconcilia com sua verdadeira vocação democrática.

Na África caem os resquícios do passado colonialista, ao mesmo tempo em que, finalmente, recua o derradeiro foco do segregacionismo e do racismo. Saúdo, com todos os brasileiros, a independência da Namíbia, processo com que meu país sempre esteve solidário, e auguramos ao novo Estado a realização de suas enormes potencialidades. Saúdo, igualmente, a libertação de Nelson Mandela, recebida com entusiasmo pelo Brasil, e lhe desejo todo o êxito em sua corajosa luta.

Globaliza-se a agenda da comunidade internacional. As Nações Unidas encontram-se diante da tarefa da construção de uma nova estrutura de paz e prosperidade. Não mais se pode imaginar um mundo cronicamente dividido em metades que se hostilizam. Nem a ideologia, nem a pobreza podem continuar a separar os seres humanos.

A tendência à globalização vale para todos os quadrantes: Leste, Oeste, Norte e Sul. Os anseios de liberdade, de dignidade e de melhores condições de vida não conhecem fronteiras. As oportunidades não podem ser perdidas, sob pena de que a obsoleta confrontação Leste-Oeste venha

a ser sucedida pelo agravamento da crise Norte-Sul e de que novos erros comprometam o destino da sociedade internacional.

O Governo brasileiro está preparado para discutir as linhas básicas de uma nova estrutura internacional, que garanta a paz e promova a cooperação. Não nos parece bastante preservar os atuais arranjos políticos e econômicos globais, menos ainda reeditar o passado recente ou remoto. O conceito antiquado de poder – como capacidade de destruir e como manifestação de hegemonia econômica – deve ser, finalmente, abandonado. É preciso desmontar os instrumentos práticos do seu exercício. Assim:

I) As alianças militares devem ser transformadas em profundidade, para refletir o mundo convergente e interdependente em que passamos a viver.

II) Os processos parciais de desarmamento devem ampliar-se, assumindo, para honrar os anseios da comunidade internacional, um alcance geral e completo, sobretudo no campo nuclear e no das armas químicas.

III) Finalmente, os quadros de tensão regional deverão passar por rigoroso tratamento diplomático e político que os elimine como focos de instabilidade global.

É imperativo, sobretudo, articular um conceito moderno do poder mundial, como uma capacidade revolucionária de inventar, produzir e construir, em benefício de todas as nações, de todos os povos.

A paz tem múltiplas faces e traduz, em nível internacional, a tendência à democracia, à participação e à representatividade. A democratização da ordem mundial é o pressuposto de uma paz justa, sólida, livre de ameaças de qualquer espécie. A paz deve significar mais do que a abolição de conflitos, de ameaças, do predomínio hegemônico dos mais desenvolvidos ou dos mais fortes. Para tanto, as grandes instituições internacionais devem expressar a nova realidade e ser capazes de acomodar a rápida e fecunda ampliação dos contatos entre Estados e a formação de agrupamentos múltiplos.

Exemplo desse conceito abrangente de paz é o novo ritmo do processo de diálogo e integração na América do Sul. Os países amazônicos, os andinos e os do Cone Sul conferem, a cada dia, maior densidade a seu entendimento. Entre esses esforços, avulta a determinação dos governos do Brasil e da Argentina de criarem um mercado comum, antes de

dezembro de 1994. O processo de integração, no Cone Sul, envolve, além do Brasil e Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Na América Latina, ganha força a articulação do Grupo do Rio, iniciativa pioneira de coordenação diplomática, que agora chega à maturidade política. Nossa área tem, portanto, condições de diálogo com os centros da economia mundial – os EUA, a Europa Ocidental e o Japão – para a exploração de novas oportunidades de intercâmbio e cooperação econômica. A propósito, a recente iniciativa de caráter econômico lançada pelo Governo norte-americano recebeu avaliação positiva por parte de muitos países da América Latina e por certo há de consolidar-se nos próximos meses.

No Atlântico Sul, a zona de paz e cooperação – constituída um dia por resolução desta Assembleia – ganha em consistência e, com o abrandamento da tensão internacional, incorpora elementos de interesse coletivo, como a defesa e preservação do meio ambiente marinho. Nesse campo, a nossa zona de paz e cooperação poderá exercer papel inovador, em escala mundial, se contar com cooperação financeira e tecnológica mais decidida.

O Brasil ratificou o Tratado de Tlatelolco, e tem reiterado, nos foros internacionais, seu respeito aos propósitos deste e de outros acordos internacionais congêneres. Ainda recentemente, Brasil e Argentina anunciaram de público que a implementação do Tratado de Tlatelolco está sendo objeto de intensa troca de opiniões entre as partes interessadas. Esse tratado, iniciativa latino-americana pioneira no campo da não proliferação de armas nucleares, precedeu qualquer outro esforço de caráter regional ou universal voltado ao mesmo objetivo. Penso, contudo, que é chegado o momento de ir mais longe ainda. O Brasil de hoje descarta a ideia de qualquer experiência que implique explosões nucleares, ainda que para fins pacíficos, e espera que outros países considerem a hipótese de tomar o mesmo caminho.

Senhor Presidente,

Ao Brasil interessam todas as mudanças que visam à consolidação da liberdade e da democracia, ao fortalecimento da verdadeira paz e da segurança internacional, ao fim de velhos mitos e à reconciliação da eficiência com a justiça. Nem tudo, porém, quanto se passa na ordem internacional apresenta sentido de futuro:

I) As estruturas de poder ainda não foram afetadas em sua essência. Poder-se-ia, mesmo, temer pelo reforço da estratificação internacional, tanto econômica quanto política, pelo viés da discriminação no acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

II) Os esforços pelo desarmamento ainda guardam forma embrionária, e sua condução diplomática nunca esteve tão distante dos foros de representação multilateral.

III) Episódios militares, em diferentes áreas do mundo, deixam ver que também não estão equacionados muitos dos problemas de segurança regional.

IV) Renovam-se em algumas latitudes as manifestações da xenofobia e do racismo.

Não renunciamos, porém, ao otimismo. A história não se reescreverá. Pensamos que, diante dos desafios globais da vida moderna, a Humanidade caminhará – apesar das dificuldades e dos percalços – em direção a formas pacíficas e produtivas de convivência. A nova estrutura mundial deverá significar um avanço na busca da felicidade humana. Não estamos condenados ao retorno das ameaças do confronto político e da violência.

Uma promissora agenda se anuncia, na qual figuram não só a reativação do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional, mas também a temática da garantia de todos os direitos humanos – políticos, econômicos e sociais –, da proteção concertada ao meio ambiente em nível planetário e do combate ao tráfico de drogas. Enquanto desaparecem as tensões no eixo Leste-Oeste, coloca-se com todo vigor a questão da definição dos novos lineamentos da ordem econômica internacional.

Preservam-se, por ora, as práticas e os mecanismos perversos de proteção comercial e de comércio administrado. As aberturas setoriais se fazem com rígida observância do princípio da reciprocidade, em detrimento das economias mais frágeis. É inquietante que o esforço no sentido da liberalização econômica e comercial conviva com a onda neoprotecionista. Com uma economia que se abre para o mundo, e na expectativa de que se estabeleça uma economia mundial aberta, o Brasil participa da Rodada Uruguai – nas negociações multilaterais em curso no GATT – confiante de que essas venham a corrigir as desordens e atrofias persistentes no comércio internacional.

O recurso aos subsídios à exportação e as medidas de apoio interno por parte de nações desenvolvidas têm atingido níveis exagerados, que prejudicam fortemente os países em desenvolvimento, capazes de aumentar o suprimento de produtos agrícolas ou agroindustriais ao mercado mundial. É deplorável que, com o arsenal protecionista hoje em uso no mundo desenvolvido, se oponham obstáculos à maior produção mundial de alimentos, num cenário de subnutrição que atinge boa parte da humanidade.

Esperamos resultados equilibrados em todas as áreas em negociação na Rodada Uruguai, que fortaleçam o multilateralismo e anulem tendências restricionistas. Não desejamos que se congelem disparidades entre o Norte e o Sul, nem que a livre competição continue a ser artificiosamente frustrada.

No quadro das conhecidas dificuldades no interior das principais potências econômicas, e entre elas, abre-se o risco de que os megablocos não cheguem a pautar-se pelos interesses globais, pelo sentido de conjunto e pela lógica da abertura econômica, mas degenerem em verdadeiras "fortalezas" comerciais. Agravam esse panorama dois desafios. O primeiro se refere à absorção ordenada dos países do Leste Europeu no mercado mundial, sem que esse vasto e positivo processo perturbe as tradicionais correntes de comércio e investimento entre os países do Norte e do Sul, e sem que provoque novos traumas, agravando a já precária situação econômica dos países em desenvolvimento. O segundo deriva da persistência de radical desigualdade econômica entre as nações, fato que constitui um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças econômicas e sociais em escala planetária.

A temática do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional deve estar no topo da agenda multilateral.

No Brasil, estamos desenvolvendo um vasto e coerente programa de reformas sociais e econômicas, que, para ser implementado com rapidez, necessita agora do aporte de recursos externos, em termos favoráveis e em benefício mútuo. As medidas adotadas já estão levando à reversão de um quadro econômico que se pronunciava penoso, e criam condições para a retomada imediata da cooperação internacional com o Brasil.

A esse esforço, esperamos que respondam nossos principais parceiros desenvolvidos. Queremos aproveitar por inteiro esse momento no qual, em tantos domínios, o novo supera o antigo. O Brasil quer desempenhar, em todas suas dimensões, o papel que lhe cabe na construção das estruturas mundiais de paz e de cooperação.

A propósito, adotando em maio último a declaração sobre cooperação econômica internacional, esta Casa reconheceu, pela voz

uníssona de seus Estados-Membros, ser a revitalização da economia dos países em desenvolvimento o mais importante desafio da década que começa.

O Brasil persegue a eficiência econômica e deseja que a economia de cada país em desenvolvimento possa ser produtiva. Esse objetivo será alcançável se a economia mundial vier a organizar-se melhor, uma responsabilidade compartilhada por todos os países. A permanência da fome, a privação dos confortos mínimos e a extrema necessidade econômica em muitas áreas acabam por repercutir sobre o conjunto, por meios como a depredação do meio ambiente, a violação sistemática dos direitos humanos, a produção e o tráfico ilegal de drogas. Perturbam-se, assim, de forma desastrosa, as condições de vida e a consciência de todas as sociedades.

A última década, se foi propícia às liberdades públicas e ao pluralismo político, foi cruel e parcimoniosa para o desenvolvimento econômico. Esse, no entanto, é crucial para a consolidação das próprias instituições democráticas. O esforço gigantesco de tantos povos no mundo em desenvolvimento resultou anulado pela enorme e contínua transferência, para o exterior, de recursos essenciais ao investimento e ao crescimento econômico.

Impõe-se, como tarefa urgente e de central relevo para o futuro dos países em desenvolvimento, e da América Latina em particular, a solução definitiva para o problema da dívida externa. A recuperação econômica de nossos povos é imperativo incontornável, que não pode ser sacrificado. As iniciativas de estabilização e modernização da economia de países em desenvolvimento, e muito especialmente sua maior integração na economia internacional, estariam ameaçadas se mantido em seus contornos atuais o problema do endividamento externo. Parece indispensável que um diálogo sério, franco e criativo nos traga soluções internacionais que permitam a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

O segundo grande tema da nova agenda internacional é o do meio ambiente.

Desta tribuna, convido o mundo a que venha ao Brasil em 1992, para a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional deste século, pelo tema, de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não governamental. Convido todos os Chefes

de Estado e de Governo a comparecerem a esse evento. O Brasil os espera de braços abertos.

Esse encontro permitirá que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente se defina de forma precisa, e que se firmem acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais. Para tanto, será preciso que os governos assumam suas responsabilidades e reexaminem seus objetivos. O Brasil está disposto a fazer sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo.

Estamos enfrentando com energia os problemas ecológicos brasileiros. Apesar de sérias dificuldades econômicas, de graves problemas sociais, da enorme extensão de nosso território, o Governo e a sociedade já realizam no campo ambiental um esforço que não fica a dever ao de outros países. Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do país, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as grandes áreas que devem ser integralmente preservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico.

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, precisa ter acesso facilitado às tecnologias que permitem eliminar os danos ao meio ambiente e que se apresentam como ecologicamente seguras. Essas tecnologias devem ser empregadas em benefício de todos os países. É urgente produzir, no plano internacional, condições financeiras que permitam sua aplicação, em termos competitivos.

Os países que, historicamente, mais contribuíram para a contaminação ambiental têm uma responsabilidade maior a esse respeito. Ao facilitarem a provisão dessas tecnologias e desses recursos, assumirão papel crucial na reversão do quadro de catástrofe ecológica que esta geração injustamente herdou. Não se trata de monopolizar ou concentrar benefícios, mas de espalhá-los o mais possível, e o espírito de equidade nos faz prever que os países de maior desenvolvimento econômico mais contribuirão com seus recursos para a correção dos problemas ambientais. Esta não deve, ainda que indiretamente, aprofundar o fosso entre países ricos e pobres. O que se impõe é maior solidariedade internacional na utilização de tecnologias modernas e de baixo custo.

Senhor Presidente,

Consciente de que a produção, o acesso e a utilização da tecnologia constituem novo e necessário paradigma econômico, o Brasil não pode

deixar de manifestar profunda preocupação com as barreiras que ainda se erguem ao livre intercâmbio nesse decisivo domínio.

O que está em jogo é nossa própria possibilidade de integração ao núcleo dinâmico da economia mundial. Os países que subordinados estiverem no plano da tecnologia, subordinados hão de estar na nova divisão internacional do trabalho a ser definida pelo avanço tecnológico. As barreiras internacionais retratam a dureza de uma política que virtualmente marginaliza os países de industrialização tardia.

A preocupação do Brasil se explica não só por sua capacidade tecnológica – uma das mais elevadas entre as nações em desenvolvimento – mas também por vivermos dentro de absoluta normalidade democrática, com instituições livres em pleno funcionamento, e um governo incondicionalmente fiel ao direito e às suas obrigações internacionais.

Não poderia, Senhor Presidente, deixar de referir-me à importância que ganha em nossa pauta comum a temática dos direitos humanos. Com o alastramento dos ideais democráticos, será cada vez mais incisivo e abrangente o tratamento internacional dessa questão.

O Brasil apoia essa tendência. Cremos mesmo que estamos às vésperas de um salto qualitativo a respeito. As afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, onde quer que ocorram. Neste campo, uma das minhas preocupações fundamentais é com a preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas do Brasil. Para tanto, meu Governo tomou medidas drásticas que constituem atitude de respeito absoluto e de proteção intransigente dos direitos de nossos índios.

A comunidade internacional muito poderá concorrer para que se criem condições mundiais de garantia do respeito aos direitos humanos em sua mais ampla concepção.

Impõem-se hoje novas obrigações a todos os países no sentido de assegurar maior liberdade de movimento internacional à pessoa humana, eliminação de todo resíduo discriminatório e proteção dos direitos dos estrangeiros. Os direitos humanos devem ser crescentemente entendidos em sua globalidade, sem distinções artificiais ou especiosas entre seus vários desdobramentos.

Senhor Presidente,

Todas as características da nova estrutura mundial apontam para o crescimento das Nações Unidas. Podem-se prever importantes mudanças

institucionais na Organização, ainda antes de seu quinquagésimo aniversário, com o objetivo de refletir na diplomacia multilateral as realidades internacionais por toda parte emergentes.

O mundo não parou em 1945, e vem se preparando, nesses últimos doze meses, para passar a nova etapa histórica. As Nações Unidas, em particular, estão revelando maior energia diplomática, embora, em certos casos, a renovada tendência dos membros permanentes do Conselho de Segurança à atuação em bloco não pareça, por si só, bastante para orientar a redefinição institucional da nossa Organização e do próprio Conselho.

Para que as Nações Unidas – o mais importante, senão o único foro político de âmbito universal – possam responder aos atuais desafios, será preciso retornar às intenções políticas originais da Carta, tantas vezes objeto de equívocos, mesmo em época recente. Desenha-se nelas um nítido equilíbrio entre as prerrogativas dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a preservação da igualdade soberana dos Estados-Membros. Este último e fundamental princípio deve ser observado no processo negocial de todos os órgãos das Nações Unidas, sem exclusão do Conselho.

Para que não se converta em fórmula estéril ou em disfarce de uma crise política mais profunda, o "novo multilateralismo" há de ser realmente inovador e atento ao imperativo da representatividade. As últimas semanas evidenciaram, de forma direta e dramática, não só a globalização do sistema das relações internacionais, mas também sua vulnerabilidade e sua instabilidade. Nunca como hoje, Senhor Presidente, a política e a diplomacia foram tão necessárias na esfera multilateral.

Na construção de novas estruturas políticas e econômicas, somam-se ao empenho na eficiência os crescentes reclamos de participação e justiça na ordem internacional. O empreendimento que une a todas as delegações nesta sala é, afinal, o encontro de uma modernidade que valha para todas as nações, e em que todos reconheçamos a face humana. O que desejamos é um mundo de paz, cooperação, prosperidade, construído sobre os princípios maiores do direito internacional, onde se desenhe no horizonte de nossos povos o melhor destino que tanto esperam, merecem, e hão de alcançar.

Que Deus nos ajude!

Nova York, em 24 de setembro de 1990.

1991

1991

Ano de grandes transformações no plano internacional, 1991 começou sob o impacto da Guerra do Golfo e terminou com a dissolução formal da União Soviética. Abriu-se o período que vem sendo denominado de "Pós-Guerra Fria", em que a preeminência militar e estratégica dos EUA é matizada por sua crescente fragilidade econômica e financeira e em que a pulverização de poder no plano global conduz à regionalização e, em certos casos, ao agravamento de conflitos, como os que enfrentam sérvios, bósnios e croatas na ex-Iugoslávia e os resultantes do desmembramento do antigo império soviético. A desmobilização da confrontação estratégica e ideológica entre os EUA e a URSS determinaria, por sua vez, a desvinculação dos interesses das grandes potências em áreas periféricas como a África e agravaria paradoxalmente as situações de carência e os antagonismos regionais existentes no Continente.

Do lado positivo, assinala-se a celebração, em outubro, da Conferência de Madri sobre o Oriente Médio, primeira oportunidade em que árabes, israelenses e palestinos sentaram-se formalmente em torno de uma mesa para discutir a paz. A Conferência de Madri foi o ponto de partida do processo que culminou em 1994 com o reconhecimento por parte de Israel do Estado Palestino.

O ano de 1991 é também o ano em que a Comunidade Europeia formula o seu projeto definitivo de União, mediante o Tratado de Maastricht, celebrado no mês de dezembro.

No Brasil, os acontecimentos pareciam projetar-se negativamente com o início do processo de denúncias de corrupção e de instabilidade

política que conduziria, em 1992, ao *impeachment* do Presidente Collor. A situação econômica, fracassado o Plano Collor, se deterioraria paulatinamente. Apesar dos esforços do Governo, sobretudo a partir da nomeação do Embaixador Marcílio Marques Moreira para a pasta da Fazenda, em recuperar as relações com a comunidade financeira internacional e voltar a praticar a ortodoxia em matéria de política econômica, a retomada da inflação adicionaria elementos de instabilidade ao sistema.

A atividade diplomática brasileira, não obstante toda a turbulência do período manteve-se elevada. Em 1991 se assina o Tratado de Assunção, pelo qual foi formalmente constituído o MERCOSUL. É também o ano em que a política nuclear brasileira recebe nova configuração com a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a assinatura do Acordo de Salvaguardas Brasil-Argentina com a Agência Internacional de Energia Atômica. Assina-se também, com o objetivo de aumentar a credibilidade da política de desarmamento brasileira, o "Compromisso de Mendoza", em que Brasil, Argentina e Chile formalizaram o seu repúdio a armas químicas e biológicas. O Chefe do Governo, por sua vez, manteve intensa agenda de viagens internacionais: Espanha, Suécia, Noruega, EUA, México (I Conferência de Cúpula Ibero-Americana), Angola, Zimbábue, Moçambique, Nanúbia e Itália foram os países visitados pelo Presidente. Foram recebidos no Brasil, entre outros, os Presidentes da Argentina, da Colômbia, os Chefes de Governo de Portugal (surgiria em 1991 o problema do reconhecimento dos títulos dos dentistas brasileiros instalados em Portugal) e da Alemanha, assim como o Senhor Nelson Mandela.

O Presidente voltou à tribuna da ONU e pronunciou o discurso da delegação do Brasil perante a Quadragésima Sexta Assembleia Geral. Desta feita, o tom esperançoso do discurso do ano anterior cederia lugar a uma linguagem mais cautelosa, em que, aos elementos positivos surgidos com a evolução da conjuntura internacional, viriam a somar-se alguns aspectos de crescente preocupação.

O discurso de 1991 serve também de ocasião para que o Presidente, ao expor o seu programa de modernização, faça a apologia do ideário do "social-liberalismo".

Trata-se de discurso predominantemente conceitual em que se retomam os temas tradicionais da diplomacia brasileira: desenvolvimento e paz.

À luz da preparação da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se celebraria no ano seguinte no Rio de Janeiro, o

Presidente dedica boa parte do seu discurso ao tema ambiental. Cunha a frase que, ao sintetizar as vinculações entre os temas do meio ambiente e do desenvolvimento, viria a ser posteriormente muito citada no contexto da Conferência: "Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto".

E assinala as transformações ocorridas na política nuclear brasileira com a assinatura dos acordos com a Argentina e com a AIEA e do Compromisso de Mendoza sobre armas químicas e biológicas.

A menção à constituição do MERCOSUL, por sua vez, vem significativamente acompanhada de uma sinalização em direção à sua compatibilização com a "Iniciativa para as Américas", proposta pelo Presidente George Bush com vistas ao estabelecimento de uma área de livre-comércio nas três Américas.

XLVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1991

Presidente Fernando Collor[48]

Senhor Presidente,

Congratulo-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência desta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual faz justiça às tradições de cooperação internacional defendidas pela Arábia Saudita e constitui reconhecimento expressivo dos méritos pessoais de Vossa Excelência.

É com grande prazer que saúdo os representantes dos novos Estados que se integram a esta Organização: as Ilhas Marshall, os Estados Federados da Micronésia.

O ingresso das duas Repúblicas que compõem a península da Coreia constitui marco vivo de um momento promissor para a paz mundial.

A chegada a esta Casa da Estônia, Letônia e da Lituânia, cuja luta tenaz pela independência mereceu admiração de todos, traz particular alegria ao concerto das nações.

Ao Senhor Secretário-Geral, Javier Pérez de Cuellar, desejo prestar justa homenagem pelo equilíbrio e empenho com que vem exercendo, há dez anos, o cargo máximo de nossa Organização.

[48] **Fernando Affonso Collor de Mello**, nascido no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Formado em Economia e Jornalismo. Governador de Alagoas entre 1986 e 1989. Presidente da República de 15/3/90 a 30/9/92.

Senhor Presidente,

Temos o privilégio de viver numa época de afirmação universal das liberdades e dos direitos do indivíduo, do pluralismo, do respeito à vontade da maioria, da proteção das minorias, da livre-iniciativa econômica.

São conquistas de uma época cansada de conflitos e arbitrariedades; são conquistas que exaltam um fato essencial – as aspirações coletivas sempre prevalecem, cedo ou tarde, sobre os desejos dos grupos que se aferram a privilégios.

Queremos inaugurar um novo ciclo na história, em que já não haja mais lugar para coação totalitária de povos e países, em que a democracia, a liberdade, o desenvolvimento e a paz sejam efetivamente valores universais.

Senhor Presidente,

Dirijo-me à Assembleia Geral das Nações Unidas como representante de cento e cinquenta milhões de brasileiros, como líder eleito de uma das maiores democracias do mundo.

Venho juntar-me à comemoração das boas novas; venho compartilhar alegrias, mas, também, preocupações.

Venho celebrar, mas também chamar atenção para graves problemas.

Temos pela frente o desafio de reordenar o mundo, de construir uma paz que não dependa da permanente ameaça da guerra.

As motivações ideológicas e estratégicas do confronto global estão, felizmente, caducas e esgotadas.

Sobrevivem, porém, focos de tensão que é preciso debelar.

Conhecemos os caminhos para alcançar a prosperidade e a melhor distribuição de seus frutos.

Interesses paroquiais, no entanto, fazem com que permaneçam grandes as distâncias que continuam a aumentar diante de nossos olhos.

É como se caminhássemos, simultaneamente, para o congraçamento na liberdade, e para a separação na desigualdade.

O ideário liberal venceu, e devemos lutar para que se imponha de forma coerente, ampla e, sobretudo, inovadora.

Essa é uma observação que faço da perspectiva de um país que optou por uma plataforma liberal com um claro sentido social – o

social-liberalismo –, de uma sociedade que há dezoito meses se esforça para realizar esse ideário.

O liberalismo valoriza as liberdades do indivíduo, que serão sempre melhor exercidas uma vez que asseguradas as condições materiais de que tanto carece uma enorme maioria de nossos cidadãos – hoje, é chegado o momento de o liberalismo adquirir, no plano internacional, a consciência social que já incorporou em nível nacional.

O liberalismo valoriza as liberdades do mercado, mas não prescinde de mecanismos que coíbam a distorção e o descumprimento de suas regras mais elementares, como as atuais políticas discriminatórias e protecionistas.

Isto significa que a comunidade internacional terá de dedicar atenção política prioritária aos problemas do desenvolvimento.

Significa completar a ação dos instrumentos de mercado com providências destinadas à correção de desequilíbrios graves, cuja perpetuação colocará em risco a boa convivência.

Assim como ninguém pode sentir-se seguro diante da possibilidade da guerra nuclear, ninguém pode julgar-se em segurança e paz num planeta em que pobres e marginalizados aumentam, dramaticamente, em número e extensão.

Não pretendo repetir estatísticas e índices, muitos deles elaborados nesta própria Casa, e que demonstram, com clareza assustadora, que os países em desenvolvimento estão hoje em pior situação do que há uma década.

Estamos próximos de um consenso global em torno dos valores da democracia e devemos realizar os seus pressupostos éticos.

O indivíduo é o centro das preocupações da consciência democrática.

É o indivíduo, participante e responsável politicamente, que define o destino das coletividades.

É para o indivíduo que se voltam os governos democráticos, que só se realizam se oferecerem, a cada cidadão, meios efetivos de bem-estar e de justiça.

A consciência democrática não pode deixar de ser rigorosamente universal, pois se baseia no princípio supremo da igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas.

Não podemos relativizar a democracia, sob qualquer pretexto.

Assim, é absurdo que três quartos da humanidade vivam em situação de pobreza deplorável, em alguns casos, sub-humana.

Se a opressão política ofende a consciência democrática, também a marginalização econômica haverá de ofendê-la.

Essa certeza torna-se mais forte quando as vítimas da fome e da miséria são as crianças e os adolescentes; misturam-se a indignação com o presente e a desesperança diante do futuro.

No ano passado, aqui em Nova York, a Cúpula Mundial da Criança demonstrou amplo consenso de que o tema deve ser tratado no mais alto nível, com a máxima determinação.

Mas é necessário que a comunidade internacional dê forma e consequência concretas a esse compromisso.

Em meu país, o governo procura mobilizar a sociedade para transformar a criança em prioridade nacional número um.

Paralelamente, numerosas medidas foram tomadas, tais como a designação de um Ministro da Criança para coordenar os esforços nessa área e o lançamento de um programa, já em curso, para construirmos várias centenas de centros integrados nos quais as crianças serão retiradas das ruas para receber educação, alimentação, assistência médica, incentivo cultural e desportivo.

Com o pouco que temos, estamos tentando fazer o máximo.

Senhor Presidente,

A comunidade internacional tem diante de si três grandes desafios: o desafio econômico do desenvolvimento, o desafio político da paz, e o desafio ético de assegurar uma vida digna a todos.

São desafios que não podem ser vencidos em separado – devem ser enfrentados conjunta e simultaneamente.

São desafios a serem superados democraticamente, com a participação de todos.

São, no fundo, desafios à nossa capacidade de elevar a solidariedade ao primeiro plano das relações internacionais.

O desenvolvimento é garantia da consolidação democrática e pressuposto fundamental da paz.

Onde reina a desigualdade, haverão de germinar o desentendimento e o confronto.

Num mundo onde cada vez mais se persegue uma universalidade de valores, poucos avanços ocorrem na direção da universalidade de padrões e ritmos de desenvolvimento.

Temos a responsabilidade de construir uma sociedade internacional verdadeiramente democrática e equilibrada.

Na democracia, o cidadão cumpre a lei porque se sente legitimamente representado em sua elaboração.

O mesmo deve valer para as normas do convívio entre os Estados: é a participação, e não a imposição, o principal estímulo ao comportamento legal.

Por isso, a Assembleia Geral das Nações Unidas, núcleo do parlamento mundial, onde os cidadãos de todos os quadrantes estão efetivamente representados, é o fórum para trabalharmos em busca de um mundo melhor, mais próspero, justo e pacífico.

O estabelecimento definitivo da paz exige processos decisórios mais abertos, que assegurem participação mais ampla, e que comprometam as nações de forma mais abrangente e profunda.

O caminho natural para enfrentar os grandes desafios que compõem o cerne de nossa agenda é o da cooperação, por meio da adesão dos Estados a regras de aplicação universal, legitimamente acordadas.

Aqui se podem forjar os pilares de uma cooperação autêntica: o pluralismo, que nasce da tolerância; o consenso, que nasce do entendimento; a síntese, que nasce das opiniões diferentes expressadas sempre com liberdade.

A Assembleia Geral não pode ter suas legítimas prerrogativas diminuídas, porque ela é cada vez mais o símbolo da vitória mundial da democracia, que traz no horizonte a vitória da democracia mundial.

Senhor Presidente,

A Guerra do Golfo mostrou-nos uma Organização das Nações Unidas atuante.

Contamos com essa capacidade de influir na marcha dos acontecimentos e superar os focos de tensão no cenário internacional.

A paz no mundo passa obrigatoriamente pela paz no Oriente Médio.

Nossos irmãos libaneses já se organizam para reconstruir o país, em torno de um projeto maior: um Líbano unido, livre, próspero e pacífico.

Agora é a vez de árabes e israelenses.

O grande sonho de uma região onde todos possam viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, encontrar-se-á com a realidade no respeito aos direitos do povo palestino e no desarme de espíritos em relação a Israel.

O Brasil apoia firmemente a iniciativa de convocar uma Conferência de paz para o Oriente Médio com a participação de todas as partes interessadas e voltada para a plena implementação das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Esperamos que todos demonstrem a necessária flexibilidade para a remoção dos obstáculos, físicos e emocionais, ao estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região.

Nesse contexto, acreditamos que deve ser reconsiderada a aplicação de rótulos que têm agravado a desconfiança entre as partes.

Senhor Presidente,

Ao lado de desafios políticos e econômicos, as Nações Unidas não podem deixar de enfrentar o desafio ético de que falei.

Urge conceber novas abordagens e instrumentos de atuação mais criativos e consensuais nas áreas prioritárias do meio ambiente e desenvolvimento, dos direitos humanos, da população mundial, da situação da mulher e da criança.

Neste período, que culminará com o cinquentenário da Organização das Nações Unidas, deveremos estabelecer as diretrizes que haverão de orientar a convivência internacional no século XXI.

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, é o primeiro dos grandes encontros universais, que se realizarão nos próximos anos.

A Conferência tem um compromisso iniludível com as gerações futuras, pois serão elas as grandes beneficiárias do nosso trabalho, cujo objetivo primordial é melhorar a qualidade de vida das populações.

Soluções duradouras para os problemas requerem o engajamento de toda a comunidade internacional, de acordo com a responsabilidade de cada país na geração e tratamento desses problemas, e com a capacidade econômica e tecnológica de vencê-los.

Os meses que nos separam da Conferência demandarão um processo intenso de consultas.

O Brasil pretende explorar ao máximo as oportunidades de diálogo, na esperança de encontrar em seus interlocutores abertura e determinação.

Talvez a característica mais marcante de uma Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento seja permitir um debate tão amplo como se pretenda e tão profundo quanto permita a disposição política dos participantes.

É nesse espírito, sem limitações e sem preconcepções, que julgamos ser necessário tratar o temário e as decisões que vão coroar a Rio-92.

Na Conferência, vamos debater a adoção de políticas econômicas – nos países desenvolvidos e em desenvolvimento – mais eficazes na erradicação da pobreza e na correção de padrões insustentáveis de produção e de consumo.

A transferência de tecnologia ambientalmente adequada exige o tratamento inovador da questão da propriedade intelectual, com vistas a um regime que favoreça efetivamente o acesso dos países em desenvolvimento aos avanços do mundo industrializado neste campo.

A Conferência não deverá servir de palco para cobranças e recriminações; ao contrário, deve ser cenário favorável ao surgimento de propostas maduras e factíveis.

Trata-se, afinal, de dar resposta ao interesse comum da sobrevivência da humanidade e do próprio planeta.

Assim como a questão do desenvolvimento perdeu espaço na agenda internacional, preocupa-me a impressão de que o tema do meio ambiente também esteja cedendo terreno frente a outros aspectos do dia a dia mundial.

É compreensível que os dramáticos eventos dos dois últimos anos despertem grandes atenções.

Mas cabe advertir que a atividade da construção da paz não se opera no vazio, ela depende do desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, depende de modelos ambientalmente sustentáveis.

Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto.

Eis porque as dimensões política, econômica e ética convergem na questão do meio ambiente, pois nela estão reunidos, em última instância, os desafios da paz, do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida do conjunto da humanidade.

Eis a importância do compromisso de nos encontrarmos, no mais alto nível, na Conferência Rio-92.

Reitero, pois, o convite para que os Chefes de Estado e de Governo de todas as regiões do planeta estejam presentes no Rio de Janeiro.

Sua participação será a garantia de que poderemos dar o mais alto impulso político às decisões que haveremos de adotar.

O Brasil os espera a todos de braços abertos.

Senhor Presidente,

O meu país luta para assegurar o lugar que lhe cabe no cenário mundial. Sabemos que, para isso, devemos contar, sobretudo, com nosso próprio esforço.

É nossa a obrigação de ordenar a situação interna, resolver entre nós os nossos problemas, e perseverar na direção correta.

Não há outro caminho para conquistarmos o progresso, a harmonia e o bem-estar social, o papel que desejamos ter nos processos decisórios internacionais.

Ao mundo, nada pedimos que não estejamos dispostos a dar; nada propomos que não estejamos dispostos a fazer.

O Brasil é um país demasiado complexo para ser tratado com receitas padronizadas: não há fórmulas mágicas, nem milagres econômicos.

Associamo-nos ao concerto das nações com espírito aberto, com visão de futuro, com generosidade.

É essa a atitude que esperamos receber de volta.

Temos perfeita consciência de que a respeitabilidade é tributária da responsabilidade.

Ao longo de nossa história, cultivamos e praticamos um comportamento internacional coerente, responsável, fiel às regras e princípios da convivência entre as nações.

O mundo é testemunha dessa tradição.

Ano passado, neste mesmo foro, comuniquei a decisão de meu Governo de renunciar à realização de qualquer explosão nuclear, ainda que para fins pacíficos, como se isso fosse possível.

No dia 18 de julho passado, em Guadalajara, no México, Brasil e Argentina firmamos o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear.

O Acordo tem grande significado histórico para nossos países e constitui prova de que é possível obter segurança nuclear por meio da cooperação nuclear.

O Acordo de Salvaguardas que celebramos, Brasil e Argentina, com a Agência Internacional de Energia Atômica fornecerá toda informação pertinente para fins de verificação de nosso compromisso de uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, e preservará as conquistas tecnológicas que arduamente alcançamos no domínio do ciclo do átomo.

Há menos de um mês, assinamos, com a Argentina e o Chile, o Compromisso de Mendoza, com base no qual formalizamos nossa rejeição a armas químicas e biológicas.

Estamos conscientes do exemplo que acabamos de dar para a eliminação de armas de destruição em massa, e esperamos que, também em nível mundial, se celebre em futuro próximo, acordo no mesmo sentido.

O Brasil entende que aqueles instrumentos reiteram a garantia plena e suficiente dos propósitos exclusivamente pacíficos de nosso programa nuclear e de nosso repúdio às armas de destruição em massa.

O fluxo de bens, serviços e conhecimentos de tecnologias sensíveis é hoje um tema vital.

Devemos encontrar fórmulas que conciliem dois interesses básicos: evitar a possibilidade de que tais tecnologias venham a ser utilizadas em

armas de destruição em massa, e manter abertos canais de acesso que permitam sua obtenção para fins pacíficos.

Esse é um requisito essencial da modernização e capacitação tecnológica de países como o Brasil.

Senhor Presidente,

É fácil saudar as transformações já ocorridas e exaltar as possibilidades da construção de um novo mundo.

É penoso, no entanto, falar dos muitos obstáculos que ainda limitam esse horizonte de esperança.

Entre eles destacam-se a permanência do problema agudo da dívida externa que drena capitais escassos dos países em desenvolvimento, os entraves arbitrários à transferência de tecnologia, e o desrespeito às regras de mercado, na forma de políticas protecionistas mantidas, sobretudo, pelas nações mais industrializadas.

Os caminhos para uma estrutura internacional que garanta a paz e favoreça o desenvolvimento são complexos, e não estão definidos.

Há consenso sobre os objetivos, e talvez sobre os meios, mas permanece enorme a resistência às verdadeiras transformações.

Os largos passos dados nos terrenos da ideologia e da estratégia devem ser acompanhados por outros, não menos ousados, no campo da confiança e da cooperação.

Na dimensão política, a democracia deve abrir espaço para a prevalência de novos processos de decisão no âmbito internacional – a segurança deve ser obra efetivamente coletiva, imposta pela força da lei e não pelo espectro das armas.

Na dimensão econômica, se abandonamos os sonhos fáceis e simplistas de reformas radicais da economia mundial, e se sabemos que as grandes transformações começam com o duro trabalho de reorganização interna dos quadros nacionais, não podemos abdicar de propostas, realistas e sensíveis, de cooperação internacional.

Estamos empenhados em lutar pelo êxito da Rodada Uruguai do GATT, pois acreditamos que a filosofia da abertura e da liberdade de comerciar deve estar amparada em bases de sólido equilíbrio.

Na dimensão dos valores, há consenso em que o primeiro dever é lutar pela realização dos direitos humanos, por sua realização plena nos planos político, econômico e social: essa deve ser a grande meta da solidariedade internacional.

Senhor Presidente,

A política do Brasil não pretende outra coisa que não seja alertar, prevenir, propor, mas, sobretudo, colaborar.

Existe uma ameaça concreta à estabilidade e à segurança da comunidade internacional no desequilíbrio crescente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Essa ameaça aumentará se não houver apoio efetivo à consolidação democrática e ao desenvolvimento.

É necessário que se crie, em nível mundial, uma plataforma sólida, consensual e definida em torno da questão do desenvolvimento; uma plataforma que oriente e motive as negociações sobre temas específicos do intercâmbio entre nações dos mais distintos níveis de adiantamento econômico.

No continente americano, a Iniciativa para as Américas, hoje conhecida como Plano Bush, é um primeiro sinal de disposição para o entendimento.

Seguindo esse mesmo impulso rumo a uma integração real do continente, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado para a Constituição do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, que já se articula com a Iniciativa para as Américas por meio do *Rose Garden Agreement,* assinado em Washington este ano.

Para concretizar as esperanças que trouxeram aos povos da região, ambas as iniciativas devem incorporar como meta prioritária a busca de solução dos graves problemas sociais que ainda nos afligem.

Esse imperativo político, econômico e ético não pode ser encarado como reivindicação de um país, ou de um grupo de países.

Trata-se de uma bandeira a ser assumida por todos os Estados, por todos os Governos.

Estamos próximos da vitória universal e definitiva da revolução da democracia e da liberdade.

Falta completá-la com a revolução da justiça social e da solidariedade.

Deus haverá de nos ajudar!

Nova York, em 23 de setembro de 1991.

1992

1992

O ano de 1992 foi de singular importância para a evolução institucional do Brasil. Assediado por uma crise que mais adiante ganharia contornos gravíssimos e irreversíveis, e antes que se tivessem tornado evidentes a profundidade dos problemas e a gravidade extrema das acusações que viriam a pesar sobre si, o Presidente Fernando Collor decidiu cercar-se, no início de 1992, de um Ministério de "notáveis". Os acontecimentos, no entanto, se precipitaram. A credibilidade do Governo foi abalada por uma devastadora sucessão de denúncias. Na fase terminal do Governo, os Ministros chegaram a elaborar um compromisso pela governabilidade, assumindo a responsabilidade de assegurar a normalidade da Administração.

Naquele ano, o Brasil teve três Ministros das Relações Exteriores: José Francisco Rezek, até 13 de abril; Celso Lafer, até 5 de outubro; e, a partir da posse do Presidente Itamar Franco como resultado da abertura do processo de *impeachment* do Presidente Collor, Fernando Henrique Cardoso.

Até outubro, a agenda nacional esteve dominada pela deterioração da situação política e institucional do país. E, a partir da posse do Presidente Itamar Franco, pela recuperação da normalidade institucional e da capacidade administrativa do Estado, uma e outra comprometidas pelo longo processo de crise. A agenda externa, por sua vez, foi condicionada pela evolução do processo de desmantelamento da URSS e pela guerra civil na ex-Iugoslávia.

Ao mesmo tempo em que se defrontava com a crise que conduziria ao afastamento do Presidente da República, o Itamaraty teve a responsabilidade de sediar, em junho de 1992, o maior evento diplomático do pós-guerra, não só pela complexidade e abrangência dos temas da agenda, como também pela dimensão dos problemas logísticos envolvidos: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Coube à diplomacia brasileira a responsabilidade de harmonizar posturas divergentes sobre muitos dos temas mais importantes da agenda da Conferência e, ao mesmo tempo, de organizar a negociação final dos textos que dela resultaram. A delegação do Brasil exerceu plenamente o papel mediador que tornou possível o êxito da conferência. Possivelmente jamais um país em desenvolvimento chegara a desempenhar com tanta desenvoltura um papel tão relevante numa negociação internacional de alcance global.

Outros temas importantes no período foram as sequelas das crises do Peru (o chamado autogolpe do Presidente Alberto Fujimori) e do Haiti (a negociação diplomática do retorno ao Poder do Presidente Jean Bertrand Aristide), a campanha pela eleição do Brasil ao Conselho de Segurança, a questão dos dentistas brasileiros em Portugal e a assinatura do Acordo de Terceira Geração com a União Europeia.

Ao participar do Debate Geral da Quadragésima Sétima Assembleia Geral, praticamente às vésperas do afastamento do Presidente Collor, o Ministro Celso Lafer preocupa-se essencialmente em projetar imagem de normalidade e serenidade diante dos acontecimentos no Brasil. Em seu discurso, o Ministro traça um quadro analítico da evolução do panorama internacional, ao qual não faltam a solidez de seus argumentos e o tom magistral derivado da sua personalidade acadêmica. Talvez um pouco influenciado pelas incertezas do momento brasileiro, o Ministro utilizaria a metáfora do "labirinto" para descrever os desafios da nova ordem que nascia sobre os escombros da confrontação ideológica e acentuar a ambivalência das forças centrífugas e centrípetas que operavam no plano internacional.

O discurso se decompõe em três grandes blocos: "Desarmamento, Paz e Segurança", "Democracia e Direitos Humanos" e "Desenvolvimento e Ecologia". Nos dois primeiros, expõem-se objetivamente as postulações tradicionais da diplomacia brasileira, com especial ênfase à nova situação criada no país a partir da consolidação da democracia. No que diz respeito aos direitos humanos, o discurso do Ministro Celso Lafer inova ao afirmar que constituem valores absolutos e ao estabelecer a meta de encurtar ao máximo a distância que separa o realizável do desejável. E, no terceiro

bloco, acentua-se o êxito da Conferência do Rio de Janeiro, apontada pelo Ministro como geradora de um novo paradigma e um novo contrato social internacional fundado no conceito de desenvolvimento sustentável.

O tema da reforma da ONU é abordado com circunspecção. O Ministro refere-se à necessidade de reajustes, e assinala a conveniência de que as negociações sejam conduzidas com prudência e perspectiva de futuro, de maneira a preservar o equilíbrio institucional entre os órgãos previstos na Carta.

XLVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1992

Ministro Celso Lafer[49]

Senhor Presidente,

Congratulo-me com Vossa Excelência por sua eleição à Presidência desta Quadragésima Sétima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A presença de Vossa Excelência, respeitado político e jurista, constitui promessa de êxito nas deliberações e relevante contribuição da República da Bulgária à diplomacia bilateral.

Registro o reconhecimento brasileiro pelo trabalho do Embaixador Samir Shihabi, da Arábia Saudita, que presidiu de forma inspirada e construtiva a Quadragésima Sexta Sessão da Assembleia Geral.

Cumprimento o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, cuja eleição o Brasil apoiou desde os seus estágios iniciais. Sua experiência e visão de estadista – que pude testemunhar durante os trabalhos da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – certamente o ajudarão a desempenhar com talento seu alto cargo internacional.

O Brasil saúda os representantes dos novos membros das Nações Unidas: Armênia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Casaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova, São Marinho, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Meu país deseja manter com esses novos Estados-Membros a mais ampla cooperação.

[49] **Celso Lafer**, nascido em São Paulo, em 7 de agosto de 1941. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor em Ciência Política pela Universidade de Cornell, EUA Ministro de Estado das Relações Exteriores de 13/4/92 a 5/10/92, e de 2001 a 2002.

Senhor Presidente,

A abertura do debate geral desta Assembleia requer de nós que evoquemos anseios nacionais e regionais sem nos dissociar da preocupação com o universal. Que busquemos realizar nossas identidades em um todo harmônico. Que sejamos eficazes e justos.

Em virtude das mudanças radicais dos dias de hoje, o nosso maior desafio é buscar a formação de um novo consenso na ordem internacional. As Nações Unidas são chamadas, agora, superado o imobilismo das atitudes e estruturas forjadas na confrontação ideológica, a afirmar seu papel de síntese de uma genuína e revigorada comunhão internacional de esforços e vontades.

Este é um desafio imposto pela aceleração da História. O processo de mudança das sociedades e das relações internacionais requer novos parâmetros de conduta e engendra novas responsabilidades.

A mudança histórica não deve ser vista como um caótico processo natural que escapa ao controle dos homens, à maneira de um furacão. Tampouco deve ser comparada a uma peça de teatro, cujo enredo e desenlace são conhecidos pelo autor e pelos atores, e que os espectadores vão descobrindo aos poucos. A metáfora mais apropriada para se entender as lições da experiência histórica é a do labirinto, que articula um modo de conceber a História que, na vida individual e coletiva, destaca a sua responsabilidade, mas não recusa a criativa racionalidade dos homens e dos povos. Esta consiste em apontar, pelo método de aproximações sucessivas, os caminhos bloqueados nos labirintos da convivência coletiva, e o de reconhecer que existem saídas e lutar para alcançá-las.

No mundo de hoje, o papel da razão na busca de saídas do labirinto está em recolher com fundamento na experiência histórica os valores que podem orientar formas qualitativas superiores de vida na sociedade organizada: o primado da liberdade, da democracia, do respeito aos direitos humanos, do conceito de desenvolvimento sustentável, da justiça e da paz.

Faço esta reflexão porque creio que estes momentos de acelerada e complexa transformação pedem clareza quanto aos valores e conceitos que fundamentam a vida internacional. O parar para pensar, procurando discernir as linhas essenciais de movimentos históricos de evidente abrangência, é etapa inicial e necessária para que possamos aproveitar as oportunidades de ação conjunta no mundo contemporâneo.

Esse processo desperta simultaneamente esperanças e inquietações. Nele interagem forças centrípetas, que congregam, de

tendência universalista, e forças centrífugas, que separam, ao privilegiar os particularismos.

De um lado, as sociedades se movem em direção a práticas e valores que se universalizam, como expresso no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, na concepção de desenvolvimento sustentável, na liberdade econômica e no impulso integrador de mercados.

De outro, assistimos ao ressurgimento de nacionalismos e de conflitos étnicos, paixões religiosas e fervores discriminatórios que tornam difusas as tensões e criam ameaças à paz mundial, quando exacerbadas.

Com sua vocação para o diálogo e a cooperação, o Brasil deseja contribuir para a tarefa comum de dar forma coerente e equitativa aos anseios de realização histórica da Humanidade.

As Nações Unidas e a Assembleia Geral, em particular, devem ser o ponto de intersecção por excelência das tendências que conformam a complexidade da hora presente. Esta requer uma nova ordem internacional, amparada na participação democrática de todos os Estados, como assinalado pelo Secretário-Geral em seu relatório sobre os trabalhos da Organização.

O Brasil se orgulha da tradição de sua diplomacia. Com dez vizinhos ao longo de uma fronteira de quase 17 mil quilômetros – toda ela negociada pacificamente – o Brasil é uma nação predestinada à civilidade de boa convivência com todos.

A democracia que hoje vivemos em toda sua plenitude no plano interno constitui garantia de estabilidade e coesão. Ensina-nos a conviver com as diferenças e as disparidades de uma sociedade plural. Permite-nos enfrentar crises e vicissitudes dentro da legalidade constitucional, ao mesmo tempo em que nos encoraja a defender seus princípios e métodos também no convívio com as demais Nações.

As regras do jogo democrático, corporificadas no Estado de Direito, tratam substantivamente da distribuição do poder e da limitação do poder. Afirmam estas regras que o governo deve ser de muitos, para resistir à imposição de poucos, e que o poder deve ser limitado pelas normas para impedir o arbítrio discricionário de quem o exerce. O reconhecimento dessas regras tem como objetivo conseguir na vida coletiva o salto qualitativo da passagem do reino da violência para o reino da não violência, através da domesticação do poder pelo Direito. É isto o que dá ao Direito um inarredável conteúdo ético, que no âmbito do Direito Internacional Público tem um dos seus focos na solução pacífica de controvérsias, pois os seus procedimentos de escolha e de ação estão voltados precisamente para conter o medo inerente ao estado de violência.

É com esse espírito de civilidade democrática que o Brasil se propõe participar do processo de reorganização do sistema internacional.

O momento histórico excepcional que vivemos exige uma nova agenda, que incorpore a um tempo a percepção do presente e a antevisão do futuro.

A elaboração desta agenda deve levar em conta todas as dimensões do valor. Todo valor é ao mesmo tempo realizável e inexaurível. Um valor não subsiste se não puder ser convertido em realidade social e normativa. Da mesma forma, nenhuma de suas realizações históricas é capaz de esgotá-lo: podemos sempre ser mais livres e obter mais justiça.

A política externa brasileira vem privilegiando essas duas dimensões em sua resposta à nova situação internacional, num exercício permanente de adaptação criativa e de visão do futuro.

Adaptação criativa significa que estamos dispostos a trabalhar dentro da realidade internacional vigente, com todas as suas limitações, para encontrar novos patamares de convivência, superiores aos existentes. Visão de futuro é o elemento que nos inspira a ir além da ação pragmática e agir sobre ela para aproximar a realidade dos ideais que nos movem. O consenso é um processo que requer construção contínua. Não se enquadra dentro da teoria do contratualismo clássico, como se a organização social representasse uma conquista acabada. Ao contrário, o contrato social nacional e internacional necessita de constante atualização. Daí a relevância da visão de futuro.

Adaptação criativa e visão de futuro constituem uma dualidade apropriada de conceitos para o exame dos temas que constam da agenda desta Assembleia Geral.

Senhor Presidente,

O ponto de partida para repensar a organização do sistema internacional é o reconhecimento de que a paz, segurança e desarmamento constituem elementos indissociáveis. O desarmamento é uma contribuição instrumental decisiva para a paz e a segurança, e estas, por sua vez, são condições necessárias para a fruição de direitos humanos, como o são para a estabilidade interna das democracias renascidas e para uma verdadeira democratização das relações internacionais. De desarmamento, de paz e de segurança também depende a dedicação de esforços ao desenvolvimento e à preservação do meio ambiente.

Ao consolidar suas ideias no documento Agenda para a Paz, o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali sugeriu novos contornos

e ampliada latitude às discussões sobre o papel das Nações Unidas. Instigantes e criativas, suas propostas ensejam profunda reflexão, da qual devem participar todos os Estados-Membros. O Brasil não deixará de dar sua ativa contribuição para sua consideração nesta Sessão da Assembleia Geral.

A Agenda para a paz incorpora elementos de grande atualidade como os de diplomacia preventiva, promoção da paz e edificação da paz pós-conflito. Inovadores e, por isso mesmo, ainda fluídos, tais conceitos abrem novas perspectivas a explorar, com a cautela que inspira o encontro fascinante entre realidades ainda pouco conhecidas e ideias ousadas e imaginativas.

A dimensão do idealismo, na visão de um mundo melhor, não pode, no entanto, deixar de ser levada em conta em qualquer debate sobre a ordem mundial. O realismo, ponto de partida de toda ação política, não deve ser o seu ponto de chegada. A justiça é o valor-síntese que, em última análise, deve permear a noção de ordem.

A construção da paz é tarefa que não se interrompe. É um processo. Além dos conceitos elaborados com respeito às formas de atuação em situações de conflito, atual ou potencial, devemos procurar articular também o corolário lógico da *preventive peace building*, de modo a prevenir a eclosão de crises decorrentes de fatores econômicos e sociais. Nesse sentido, urge fortalecer o papel das Nações Unidas não apenas como fator de restabelecimento da paz e da segurança, mas também como fator de fomento da paz socioeconômica.

Assim, aos elementos aventados pelo Secretário-Geral devem agregar-se outros, como a promoção de um ambiente econômico internacional mais justo, o respeito irrestrito aos direitos humanos e ao império da lei, o desarmamento geral e completo e a democratização das relações internacionais, no contexto da plena vigência dos princípios jurídicos que constituem a base da convivência pacífica entre os Estados, tais como a igualdade soberana e o não uso da força.

É fundamental combater a tentação da seletividade na aplicação dos dispositivos da Carta. Nosso compromisso deve ser o de assegurar que os instrumentos para a manutenção da paz e da segurança internacionais não sirvam para consolidar assimetrias baseadas em relações de poder, cuja mera realidade não lhes confere por isso legitimidade. Isto porque a legitimidade tem como atributo essencial a abrangência inerente ao conceito e à perspectiva da humanidade.

Faz-se imperiosa a revalorização do princípio consagrado na Carta de que a manutenção da paz e da segurança internacionais constitui

responsabilidade coletiva dos Estados, que se devem congregar para determinar os termos de seu exercício.

O Conselho de Segurança, a quem compete primariamente tal missão, age ao desempenhá-la em nome de todos os Estados-Membros das Nações Unidas. Hoje, quando é chamado a exercer papel cada vez mais decisivo, coloca-se com toda a nitidez a necessidade de aprofundar a discussão sobre o escopo de seus poderes, as faculdades de seus membros e sua representatividade.

Devemos considerar, com prudência, mas também com a necessária perspectiva do futuro, os reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções. O Brasil, como no passado, dispõe-se a contribuir de maneira ativa e construtiva para esse exercício, levando em plena conta o equilíbrio institucional entre os órgãos das Nações Unidas previsto na Carta de São Francisco.

A determinação do Brasil em implementar o princípio da responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação frequente em operações de paz das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A proliferação de situações de instabilidade que se sucedeu à superação da confrontação global levou a que o tema da segurança suplantasse inicialmente o do desarmamento na agenda internacional. A redução progressiva dos estoques de armamentos e, sobretudo, daqueles capazes de destruição em massa, é, no entanto, elemento fundamental da construção de um mundo pacífico.

Muito já se fez, é verdade, no campo do desarmamento, mas muito ainda há por fazer. Às recentes iniciativas de redução de arsenais nucleares, que consolidaram o clima de distensão internacional, devem seguir-se medidas concretas dotadas de eficácia jurídica para assegurar a proibição dos ensaios nucleares, a suspensão da fabricação de novas armas de destruição em massa e a adoção de compromissos efetivos de sua redução progressiva até a eliminação definitiva.

O empenho com que o Brasil participa de iniciativas em prol do desarmamento é decorrência natural da vocação pacífica do seu povo, como demonstra o fato de estarem nossos gastos de defesa, como proporção do produto nacional bruto, entre os menores do mundo.

Assinamos com a Argentina um Acordo para a Aplicação de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica. Lançamos a

iniciativa de dar plena vigência ao Tratado de Tlatelolco, que fará da América Latina a primeira região desnuclearizada do mundo e que representa, na visão do Brasil, maneira exemplar de estabelecer compromissos de não proliferação com igualdades de direitos e obrigações. Pelo Compromisso de Mendoza, que celebramos também com outras Nações vizinhas, proibimos as armas químicas e biológicas em nosso território. Assim nos antecipamos à Convenção sobre Armas Químicas, que estabelece regras de desarmamento e de verificação aplicáveis uniformemente a todos os signatários. Esperamos que, no futuro, outras convenções de desarmamento, de caráter igualmente universal e não discriminatório, possam ser negociadas e concluídas.

No Atlântico Sul, área já consagrada como Zona de Paz e Cooperação, vislumbramos a oportunidade de retomar, no foro de diálogo e de ação conjunta criado em torno da noção geográfica e política dessa região, o objetivo da proteção do meio ambiente marinho.

Senhor Presidente,

A segurança e o desarmamento são apenas meios para consecução da verdadeira aspiração da Humanidade, que é a paz. Não a paz como simples ausência de guerra, mas a paz como valor positivo, a paz como plenitude, que signifique um relacionamento entre Estados ordenado pelo Direito e comprometido com a solução pacífica das controvérsias.

A paz deve estar vinculada à cooperação, nela incluída a dimensão da justiça, pois é da convivência equilibrada que nascem os interesses comuns e nesses é que se consolida o sentimento de recusa ao conflito.

É sabido que existe forte vinculação entre a forma democrática de Governo e a vocação pacífica dos Estados, e uma conexão oposta entre regimes autoritários e maior propensão ao conflito. Os valores inerentes à democracia – o pluralismo, o respeito à vontade da maioria, a tolerância com o outro, a busca do consenso, o primado do Direito – prolongam-se naturalmente na atuação externa dos Estados. A consolidação da democracia em escala planetária constitui, portanto, uma contribuição decisiva para a edificação de um sistema internacional mais pacífico.

A democracia, além de fazer-se valor inconteste na ordem interna da maioria dos países, projeta-se, portanto, como princípio organizador da ordem internacional, através do reforço do multilateralismo e da busca da participação ampla no processo decisório internacional.

Na visão brasileira, o relacionamento entre os Estados deve ser preponderantemente orientado por estímulos – e não desestímulos –

à cooperação. Isto equivale a preconizar uma agenda positiva – e não negativa – das relações internacionais, democraticamente negociada.

O aperfeiçoamento da cooperação internacional para o tratamento adequado e eficaz de temas globais, como os de caráter humanitário e ecológico, é objetivo que deve ser buscado dentro de parâmetros compatíveis com os princípios básicos do Direito Internacional, entre os quais se destaca o respeito à soberania dos Estados.

No campo dos direitos humanos, desenvolve-se felizmente uma nova percepção da necessidade de proteção especial aos grupos mais vulneráveis em cada país. As minorias culturais, religiosas e étnicas, as crianças, os refugiados, os imigrantes são grupos frequentemente expostos à intolerância e ao desrespeito dos seus direitos mais elementares.

Aqui, principalmente, devemos preocupar-nos em encurtar ao máximo a distância que separa o realizável do desejável. O respeito aos direitos humanos deve ser universal, como universal é a Declaração de 1948, e universais são os dispositivos dos pactos e convenções que codificam essa matéria. Em poucas palavras, os direitos humanos não devem ser violados sob pretexto algum.

A fruição plena dos direitos individuais requer condições objetivas de organização econômica e social, alicerçadas na ideia de justiça.

A realização, em 1993, da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, assim como a da projetada Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social serão oportunidades para reforçar a proteção e a promoção da dignidade do ser humano.

O Governo brasileiro empenha todos os esforços a seu alcance em defesa e na promoção dos direitos humanos. Mantemos diálogo aberto com as organizações internacionais, governamentais e não governamentais, e aderimos aos principais instrumentos convencionais que regulam a matéria.

Para que tenhamos êxito em nossos propósitos, necessitamos da cooperação internacional construtiva com vistas a melhor enfrentar as consequências perversas da pobreza extrema e a dotar os Estados democráticos de condições materiais para reforçar sua presença preventiva e corretiva nas áreas onde ainda ocorrem graves violações aos direitos do indivíduo.

Entre as tarefas mais prementes das Nações Unidas estará a de promover em todos os países uma campanha firme e enérgica contra todas as formas de discriminação. É tempo de reafirmar a noção clássica da tolerância como elemento construtivo da boa convivência na sociedade. A igualdade só é real quando se respeita o diferente, o heterogêneo.

O respeito aos direitos humanos e a igualdade de todos perante a lei são valores absolutos. Políticas de separação racial são sempre odiosas, sob qualquer denominação. A ideia de que uma nação ou grupo social será de alguma forma superior se for etnicamente homogêneo é falsa, moralmente condenável, e inaceitável politicamente.

O mundo não viveu os horrores de uma Guerra Mundial, os temores de 45 anos de Guerra Fria e a agrura de conflitos que feriram a consciência da Humanidade para ver ressurgir o espectro da xenofobia, dos nacionalismos excludentes e da intolerância étnica, cultural ou religiosa. Não podemos admitir que o conceito de Nação venha a servir a práticas de opressão.

O Brasil, como país multirracial, orgulhoso de suas raízes e da acolhida que sempre deu a povos de todo o mundo, repudia essas atitudes infamantes para o gênero humano.

A nova sociedade internacional que desejamos construir não pode conviver com a marginalidade de povos inteiros, assim como nossos países não podem conviver com a marginalidade de parte de suas populações.

Senhor Presidente,

Vivemos uma era em que a interdependência dos polos dinâmicos da economia mundial evidencia as deficiências da cooperação global. Amplia-se a olhos vistos a distância entre o Norte e o Sul. Não podemos aceitar o prolongamento dessa situação.

Precisamos trabalhar em conjunto em favor do crescimento econômico em todos os países. Não existirá paz e segurança enquanto persistirem as disparidades que deformam o sistema internacional.

Uma comunidade internacional crescentemente interdependente e aberta tenderá a retirar ganhos ainda maiores da alavanca para o crescimento que constitui o comércio internacional. Devemos evitar, assim, que pressões protecionistas, associadas a interesses setoriais de curto alcance, comprometam o esforço negociador da Rodada Uruguai, inspirado na livre concorrência e na ampliação de benefícios.

As dificuldades e a lentidão inerentes ao processo de liberalização comercial no âmbito multilateral não devem conduzir a uma opção indiscriminada pela formação de blocos regionais fechados. Preferimos ver a liberalização no plano regional como exercício suplementar, que se justifica pela criação de oportunidades adicionais, capazes de imprimir maior dinamismo ao comércio mundial como um todo sem penalizar terceiros.

O Brasil é um país voltado para o comércio com todas as regiões do mundo. Leva adiante sua modernização econômica, com a liberalização do comércio e a abertura ao Exterior. A bom termo chegam as negociações com os credores internacionais. Buscamos no MERCOSUL a indispensável base regional para viabilizar nossa inserção competitiva no mundo.

Nessa trajetória de desenvolvimento, a ciência e a tecnologia constituem hoje a variável determinante da viabilidade econômica. Promover sua disseminação e assegurar maior transparência e equidade no acesso aos conhecimentos é condição fundamental para alcançar o desenvolvimento. É esse espírito que norteia a iniciativa brasileira, ora em curso na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, que busca a definição de princípios não discriminatórios e universalmente aceitáveis para regular as transferências internacionais de tecnologias sensíveis para fins pacíficos.

Senhor Presidente,

Em junho, o Brasil teve a honra de acolher a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez o maior evento diplomático da história das Nações Unidas e, com certeza, um dos mais radicalmente inovadores na definição de formas de convivência e cooperação. Trabalhamos com criatividade frente às condições do presente e ousadia na preparação do futuro.

Não se tratava, na Rio-92, de simplesmente reorientar este ou aquele aspecto das atividades econômicas ou da vida social. Não se tratava, ali, de produzir correção transitória ou paliativa. Antes, de redesenhar e redefinir a noção mesma de desenvolvimento, para orientá-la sobre bases mais racionais, mais justas, mais generosas – o desenvolvimento sustentável.

A Declaração do Rio, a Agenda 21, a Declaração sobre Florestas, a Convenção sobre Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade definem um quadro jurídico para a cooperação internacional de importância fundamental. Com o tempo, a relevância desses documentos resultará ainda mais evidente. A adesão aos princípios estabelecidos e a pronta ratificação das duas convenções abrirão nova fase da cooperação internacional.

Em torno do conceito fundamental do desenvolvimento sustentável, erigiu-se na Rio-92 um novo paradigma, um novo contrato social. Definiu-se a preocupação primordial de assegurar o mais racional

equilíbrio entre, de um lado, os legítimos anseios de desenvolvimento e, de outro, a preservação da saúde do nosso planeta e o bem-estar das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável é a expressão contemporânea do progresso e a base de uma nova ordem ambiental internacional.

Na Conferência do Rio – para valer-me das palavras do Presidente Fernando Collor ao saudar, na direção de seus trabalhos, os Chefes de Estado e de Governo que nos honraram com sua presença; "o mundo decidiu reunir-se para tratar nada mais nada menos do que a própria vida sobre a face do planeta". A Conferência concluiu não poderem persistir os desequilíbrios sociais no sistema internacional vigente, flagelado pelo espetáculo desumano da pobreza, onde coexistem carências e desperdícios. Esta visão recolhe o pensamento reiteradamente manifestado pelo Chefe de Estado brasileiro sobre a dimensão da questão ecológica, inclusive no balanço que fez dos resultados da Conferência na qualidade de seu Presidente: "não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto".

A Rio-92 fortaleceu, assim, a consciência de que o desenvolvimento ambientalmente sustentável tem de ser social e economicamente sustentável.

Esta conquista, como todas as outras da Conferência, só foi possível graças ao engajamento sem precedentes, no mais alto nível político, da comunidade das Nações. A permitir a deliberação sobre problemas de interesse universal, com a participação igualitária de todos os países, a Conferência do Rio teve caráter exemplar, elevando a um novo patamar o exercício da democracia nas relações internacionais e fortalecendo a diplomacia multilateral. Na Rio-92, todos, grandes e pequenos, ricos e pobres, demonstraram ser capazes de articular seus próprios interesses específicos com interesses maiores e universais.

É esse o "espírito do Rio" que queremos venha a inspirar a atuação das Nações Unidas em outras áreas: a confiança recíproca entre os países, a vontade de agir decisivamente com vistas à consecução de objetivos comuns, a grandeza de trabalharmos juntos no desempenho de uma cooperação crescente com normas definidas consensual e democraticamente.

O Brasil conta com a cooperação da comunidade internacional na área do meio ambiente. Não obstante, quero ressaltar que o meu país, por iniciativa própria e em atenção aos seus próprios e legítimos interesses, já vem demonstrando concretamente seu empenho em contribuir para os esforços internacionais nesta área. De 1987 a 1991, o desmatamento na Amazônia reduziu-se em 85 por cento, em decorrência de medidas

internas e de uma crescente mobilização da sociedade brasileira em defesa do meio ambiente.

Esta Sessão da Assembleia Geral tem diante de si a importante tarefa de dar os primeiros passos para a implementação das conclusões da Conferência e o cumprimento dos compromissos ali assumidos. Atribuímos, por isso, especial importância à instalação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo do desenvolvimento sustentável, como reconhecido no Capítulo 33 da Agenda 21, exige recursos financeiros novos e adicionais, em bases adequadas e previsíveis. Nesta Assembleia, esperamos que os países desenvolvidos anunciem seus planos iniciais para tornar realidade as deliberações da Conferência. Igualmente crucial é a disponibilidade de tecnologia para os países em desenvolvimento, de forma a viabilizar os programas estabelecidos. Decisões ou medidas de seguimento também se impõem em outras áreas. Entre elas, destaco a criação de um comitê negociador para tratar da desertificação e o desenvolvimento dos pequenos Estados insulares.

O Brasil deseja prestar uma contribuição adicional aos esforços da Conferência do Rio, oferecendo-se para sediar um Centro Internacional de Estudos sobre Desenvolvimento Sustentável. Esperamos contar com apoio público e privado para essa iniciativa, acolhida em resolução da Conferência e para cuja implementação já tomamos as primeiras providências. O Centro será uma instituição acadêmica que buscará contribuir para o avanço do desenvolvimento sustentável, proporcionando um foro internacional de intercâmbio e pesquisa para a aplicação das Decisões adotadas no Rio.

Senhor Presidente,

Ao abordar a dicotomia entre o real e o ideal, necessária para a construção de uma nova ordem, referi-me às amplas oportunidades de cooperação entre os países para o encaminhamento de soluções aos problemas nas áreas de paz e segurança, democracia e direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente. Essas são áreas prioritárias em que os povos de todo o mundo esperam se concentre esta Organização.

Da voz de todos e de cada um dos Estados-Membros deve emergir o poder de ação conjunta das Nações Unidas, tornada tanto mais legítima quanto mais representativa e democrática for o seu processo de tomada de decisões.

Todos teremos muito a perder com a persistência das presentes distorções e assimetrias no cenário internacional. O Brasil confere a maior

relevância aos trabalhos em curso para a reestruturação e revitalização dos setores econômicos e sociais das Nações Unidas, com vistas à maior eficiência, mas, sobretudo, com vistas à maior abrangência na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Uma agenda para a paz não pode deixar de incluir a agenda do desenvolvimento.

Para o êxito último desse empreendimento, exigem-se realismo na disposição para dotar as Nações Unidas dos instrumentos necessários e a visão de futuro para transformar este foro universal de deliberação democrática no eixo dos esforços coletivos para o aperfeiçoamento constante das relações entre povos e entre países.

No Brasil, na América Latina, como em outras regiões, reformas corajosas e necessárias buscam eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, à competitividade econômica, ao progresso tecnológico e ao exercício desimpedido da criatividade e capacidade empresarial com base nas forças do mercado.

O Brasil associa-se às demais Nações com espírito aberto, sabedor da necessidade de nos adaptarmos criativamente às novas realidades e desafios, mas com visão de futuro, com a generosidade própria da utopia.

As liberdades públicas e os direitos do indivíduo, a tolerância e o pluralismo, o estado de direito e a cooperação internacional, a paz e o desenvolvimento sustentável são e devem ser a filosofia insuperável do nosso tempo.

Transformar esses princípios em realidades tangíveis para todos os homens e mulheres é a melhor herança que poderemos transmitir às gerações do terceiro milênio. A hora de começar já soou.

Muito obrigado.

Nova York, em 21 de setembro de 1992.

1993

1993

Ao mesmo tempo em que se sentia fortalecida pela maneira madura e democrática com que enfrentara a crise institucional do afastamento do Presidente Collor, a sociedade brasileira via-se confrontada com seguidos episódios de violência urbana. As chacinas da Candelária e de Vigário Geral perpetradas por elementos das forças policiais contra meninos de rua e marginais trouxeram à consciência nacional e internacional o impacto da continuada existência na sociedade brasileira de desequilíbrios e fragilidades capazes de comprometer o desenvolvimento do país.

Chamado a novas responsabilidades, o Ministro Fernando Henrique Cardoso deixaria o Itamaraty para assumir a condução da política econômica e financeira, afetada negativamente por novo e particularmente forte surto inflacionário. Seria substituído à frente do Itamaraty pelo Embaixador Celso Amorim, do Ministério da Fazenda, com a concepção e a implantação do Plano Real, o Ministro Fernando Henrique iniciaria a trajetória que o levaria a triunfar nas eleições presidenciais de 1995.

O quadro externo não variou significativamente. O cenário internacional continuou caracterizado por uma superestrutura de entendimento entre as Grandes Potências e por uma multiplicação de situações de conflitos regionais: Bósnia, Georgia, Tadjiquistão, Azerbaidjão, Afeganistão e Somália protagonizaram sangrentas guerras localizadas. No Egito, a crescente importância dos movimentos integristas islâmicos e, na Argélia, o golpe perpetrado para impedir a posse das lideranças fundamentalistas eleitas assinalaram a decomposição da estabilidade na Bacia do Mediterrâneo. Como

dado positivo, o Tratado de Paz assinado em setembro sob os auspícios da diplomacia norte-americana entre Israel e a Organização para a Liberação da Palestina (OLP) abriu perspectivas sólidas para a paulatina solução do emaranhado de problemas que compõem o chamado conflito do Oriente Médio.

Em seu discurso perante a Quadragésima Oitava Assembleia Geral, o Ministro Celso Amorim retoma a ênfase Norte-Sul e critica algumas das tendências que pareciam tomar corpo no debate internacional em favor de conceitos como os de "dever de ingerência", "boa governança" e "ecoprotecionismo", manifestações de certa pretensão de tutela por parte dos países desenvolvidos.

O Embaixador Celso Amorim propõe a atualização dos chamados "três D's" expostos pelo Ministro Araújo Castro na Assembleia de 1963. Desarmamento e Desenvolvimento se manteriam como metas fundamentais da comunidade internacional. O outro "D", no entanto, seria o da Democracia, que substituiria o "D" da "Descolonização" proposto originalmente, e que envolveria os temas de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Segurança Internacional. Celso Amorim valoriza a democracia brasileira e aponta as circunstâncias que haviam conduzido ao afastamento do Presidente Collor como reveladoras de sua solidez.

Sob este mesmo contexto, o Ministro se refere à necessidade de dotar o sistema internacional de características e procedimentos que permitam transpor para o plano das relações internacionais os avanços democráticos observados no interior das sociedades nacionais. E utilizaria esta moldura conceitual para reintroduzir no discurso brasileiro com particular ênfase o tema da Reforma da Carta e, mais concretamente, da atualização da composição do Conselho de Segurança. À luz dos debates que então se iniciavam em preparação das comemorações previstas para 1995 do cinquentenário da ONU, buscava a diplomacia brasileira avançar a candidatura do Brasil para um assento permanente no Conselho. Presumia-se que aquele seria o momento oportuno para uma atualização da Carta.

No capítulo referente aos temas do desenvolvimento, o Ministro propõe que o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, elabore uma "Agenda para o Desenvolvimento", simétrica à que no ano anterior havia apresentado sob o título de "Agenda para a Paz". E condena, retomando um tema importante na postulação externa brasileira, a relativização do conceito de soberania.

Ao se referir aos temas do desarmamento, o Ministro recapitula os avanços feitos pelo Brasil nos anos anteriores (Acordos com a Argentina e com a AIEA e entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco) e reivindica, como contrapartida, maior acesso à tecnologia de ponta.

XLVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1993

Ministro Celso Amorim[50]

Senhor Presidente,

É com grande prazer que saúdo Vossa Excelência, Embaixador Samuel Insanally, nobre Representante da República da Guiana. Ao felicitá-lo por sua eleição como Presidente desta Assembleia, quero mais uma vez reafirmar os tradicionais vínculos de amizade entre o Brasil e a Guiana, como países vizinhos, amazônicos e sul-americanos. Estou certo de que Vossa Excelência contribuirá para que esta sessão da Assembleia Geral seja um marco no rumo do progresso e da democracia entre as nações.

Desejo também dirigir ao Senhor Stoyan Ganev, respeitado jurista da República da Bulgária, Presidente da Assembleia Geral em sua Quadragésima Sétima Sessão, a expressão do nosso reconhecimento pelo trabalho realizado.

Ao abrir o debate da Quadragésima Oitava Sessão da Assembleia Geral estamos, mais uma vez, bafejados por "ventos de mudança". E a saudável aragem que traz consigo a mensagem de que o entendimento e a paz podem afinal predominar sobre interesses egoístas vem do Oriente Próximo, berço de alguns dos mais valiosos ensinamentos morais sobre os quais se constrói nossa Civilização Planetária.

A aventura do homem sobre a Terra, conduzida pela razão e pelo sonho, se fez na tensão entre o egoísmo e a solidariedade. Nesse jogo

[50] **Celso Luiz Nunes Amorim**, nascido em Santos, SP, em 3 de junho de 1942. Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Doutorado em Ciência Política/Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Sciences.* Terceiro Secretário em 1965. Ministro de Primeira Classe em 18/12/89. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/8/93 a 18/1/95 e, de 1/1/03 a 31/12/10.

dialético – entre solidariedade e egoísmo, que marcou e continua a marcar os destinos da Humanidade – a solidariedade acaba de obter um grande triunfo, que nos torna mais otimistas em relação ao futuro e a possibilidade de concretização de uma Paz Perpétua, de que nos falava Imanuel Kant. De fato, após o grande alento representado pelo fim da Guerra Fria, tivemos que segurar o fôlego e prender no peito as exclamações de alegria, enquanto assistimos à tão anunciada Nova Ordem se transmutar em crescente desordem, marcada pelo ressurgimento de conflitos radicados em sentimentos particularistas, que se supunham página virada da História.

Vimos que o eixo das preocupações inerentes à Guerra Fria se deslocara do sentido Oeste-Leste para Norte-Sul. Novos conceitos, alguns sob a capa humanitária ou de moralidade, como o suposto "dever de ingerência" e a "boa governança", ao lado de versões renovadas de velhas práticas, como o ecoprotecionismo, passaram a justificar atos discriminatórios com consequências sobre os países do Sul. Ao mesmo tempo, nos países do Norte recrudesceram os controles à entrada dos desvalidos do Sul, muitos deles provenientes de antigas colônias. A boa consciência era preservada e, juntamente com ela, as benesses exclusivas da sociedade pós-industrial. Paralelamente, com a nova liberdade de que passavam a desfrutar, alguns dos povos antes submetidos a disciplinas autoritárias se deixavam levar por uma exaltação nacionalista, cujas trágicas consequências continuam a desfilar sob os olhos de espectadores tão chocados quanto impotentes.

Foi assim como uma "boa nova" em sentido quase bíblico, que o mundo recebeu a notícia de que a paz e o entendimento eram possíveis numa região até aqui marcada pela dor e pelo conflito. O aperto de mão entre Itzak Rabin e Yasser Arafat tem o valor de um sinal emblemático deste fim de século, um símbolo que nos diz não que a História acabou como querem alguns, mas que ela, em verdade, está talvez começando, após uma longa, escura e turbulenta pré-história, em que o signo de Caim sempre predominou sobre os desejos mais profundos de uma paz duradoura (Shalom/Salam) entre todos os povos.

Reitero, no mesmo espírito, a solidariedade brasileira com o povo russo, que continua a enfrentar os desafios do processo de transição democrática, em cujo êxito confiamos.

É assim, com renovada convicção na capacidade de a humanidade resolver os problemas que ela própria continuamente cria para si, que iniciamos esta Quadragésima Oitava Assembleia Geral.

Senhor Presidente,

Há exatamente trinta anos, outro Chanceler brasileiro, Diplomata de Carreira como eu, Embaixador Araújo Castro, assinalava que as Nações Unidas podiam ter suas tarefas resumidas numa tríade, a que chamou de os "3D's" – Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização. Hoje, praticamente superados os últimos resquícios do colonialismo, posso parafraseá-lo, afirmando que a agenda internacional se estrutura novamente em torno de três "D's": Democracia, Desenvolvimento, Desarmamento, com seus desdobramentos nas áreas dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Segurança Internacional.

Não foi apenas no plano internacional que assistimos a mudanças. Também no plano interno dos países, a ética fez avanços importantes, sobrepondo-se ao jogo mesquinho de interesses, que geralmente faz o dia a dia da política e que leva tantos jovens a dela descrerem, afastando-se do ideal do cidadão, sem o qual o homem não realiza plenamente sua vocação de ser social. E creio poder afirmar com orgulho que o meu país, o Brasil, em que pese os problemas inerentes ao subdesenvolvimento, se situou e se situa na vanguarda dessa "eticização" das relações políticas, que vai muito além do conceito quase burocrático de "boa governança".

Ainda ecoa em nossos ouvidos – e os mais importantes formadores de opinião do mundo não deixaram de registrá-la – a retumbante campanha popular que, em perfeita sintonia com os Poderes Legislativo e Judiciário brasileiros, conduziu ao *impeachment* de um Presidente da República. Por um movimento exclusivamente interno, nascido e desenvolvido no povo brasileiro e em seus representantes legítimos e com a ajuda de uma imprensa que soube fazer valer com coragem e audácia a liberdade de que voltara a desfrutar, após duas décadas de autoritarismo, deu-se uma lição de civismo raras vezes vista, fazendo-se uso de um instituto jurídico, que, embora existente em outros países, jamais fora aplicado, como agora, às últimas consequências.

É com justificado orgulho que posso dizer, perante esta Assembleia Mundial, que o Brasil inscreveu uma nota – e não das menos importantes – na evolução das instituições políticas. Estou seguro de que a forma pacífica e estritamente legal e constitucional como ocorreu a transição no Brasil será uma referência necessária nos livros que se venham a escrever sobre a História da Democracia em nosso tempo. E reitero: tal façanha – porque de façanha se trata, se olharmos o mundo a nossa volta – se iniciou e se completou, não como fruto de algum tipo de pressão externa ou para atender alguma ação inspirada por padrões de governabilidade impostos

de fora, mas única e exclusivamente como resultado do mais profundo sentimento de cidadania compartilhado pelos brasileiros de todas as classes sociais.

Desde que assumiu, o Presidente Itamar Franco se impôs e impôs ao Governo a que preside o absoluto respeito à Constituição e às leis e, mais ainda, aos imutáveis princípios do Direito e da Ética. Entre os direitos constitucionais do homem e do cidadão estão os consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos que a nossa Lei Maior acolhe e amplia. Fazê-los cumprir, na proteção aos indígenas, na defesa da criança e da família, na garantia das liberdades políticas e no acesso ao Poder Judiciário tem sido o obstinado programa do atual Governo e o desafio que enfrentamos, depois de longo período em que crescimento econômico e desenvolvimento social não andaram juntos.

Senhor Presidente,

Em ambiente de liberdade, em que avança o projeto de construção de uma sociedade aberta, democrática e plural, estamos buscando solucionar nossos problemas macroeconômicos sem a tentação autoritária que se expressaria no recurso a expedientes tecnocráticos baseados em estruturas fechadas de tomada de decisão. Embora possa parecer, por vezes, mais eficaz, a tecnocracia tende, com demasiada frequência, a impor sacrifícios excessivos aos setores mais pobres e frágeis da população. O caminho que percorremos – que percorre o Governo do Presidente Itamar Franco – é outro, talvez mais complexo e trabalhoso, mas, seguramente, mais democrático e mais capaz de produzir resultados consensuais e permanentes.

O Governo e a sociedade brasileiros estão conscientes de que as difíceis questões que enfrentamos na área de Direitos Humanos estão profundamente vinculadas com os desequilíbrios sociais herdados de décadas de insensibilidade ancorada no autoritarismo. Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento formam uma tríade indissolúvel. A vigência de um de seus termos não é possível sem a dos outros dois. Daí a importância que atribui o atual Governo à retomada do crescimento e à geração de empregos, acompanhada de uma mais justa distribuição da renda, única forma sólida e sustentável de garantir o desenvolvimento social e a vigência plena dos Direitos Humanos. Daí também a importância de programas como o do Combate à Fome, nascidos na Sociedade Civil, e que contam com amplo e firme apoio do Governo.

Bem sabemos, contudo, que os problemas na área de Direitos Humanos – e os recentes incidentes que chocaram a sociedade brasileira e o mundo o comprovam – não podem aguardar que o desenvolvimento se consolide e o bem-estar se generalize. Ao mesmo tempo que buscamos solucioná-los, de forma radical, isto é, atacando suas raízes sociais e econômicas, há que cuidar de seus aspectos mais imediatos. E nisso estamos todos empenhados, em vários níveis de Governo, sob a inspiração e a condução, pessoalmente engajada, do Presidente da República.

A transparência nas decisões e ações do Governo constitui importante aspecto da política brasileira. Tal transparência se manifesta, inclusive, no diálogo fluído e cooperativo que mantemos com os segmentos e organizações da sociedade dedicados à luta pela observância dos direitos humanos no país. Tal abertura e o ânimo construtivo não se limitam, aliás, às nossas fronteiras. Buscamos e mantemos cooperação sobre as questões de direitos humanos com os demais países, as organizações intergovernamentais e não governamentais e com eles criamos, na base do respeito mútuo, novas formas de ação em defesa do Estado de Direito e em favor da proteção adequada dos direitos humanos.

Não ignoramos que a impunidade é o calcanhar de Aquiles de qualquer política que vise à plena instauração dos direitos humanos e à eliminação da violência. Por isso, o Presidente da República tem pessoalmente determinado providências e acompanhado sua execução em relação a todos os casos em que direitos humanos – de crianças, de indígenas, de mulheres ou de quaisquer outros cidadãos – tenham sido violados. E para isso conta com o apoio da sociedade brasileira, que não tolerará a impunidade, como não tolerou a corrupção e a quebra dos padrões éticos na Política.

No que toca especificamente a populações indígenas, procedemos neste momento a um necessário adensamento da presença do Estado na Amazônia para dar proteção simultânea à população e ao meio ambiente, expostos muitas vezes a ações predatórias, decorrentes de um choque de civilizações que se iniciou há cinco séculos e que se desdobra até os nossos dias. Ainda aí, a dialética entre a solidariedade e o egoísmo se faz presente. O aumento da eficiência das ações do Estado brasileiro na Amazônia, em consonância com o pleno e irrenunciável exercício de nossa soberania na região, é fundamental para garantirmos proteção e defesa a todos os seus habitantes e em especial às reservas indígenas brasileiras, que totalizam uma área impressionante de mais de oitocentos mil quilômetros quadrados.

A especial relevância que emprestamos aos direitos humanos no plano interno se reflete em nossa ação diplomática, como ficou patente na

Conferência Mundial realizada em Viena, em julho último. Foi para o Brasil uma honra e um desafio, a indicação feita pela comunidade internacional para que presidíssemos o Comitê de Redação da Conferência e foi com imensa satisfação que demos nossa contribuição para que o consenso de Viena se expressasse no nível mais alto e mais democrático. A Declaração e o Programa de Ação de Viena constituem avanço significativo na promoção e proteção dos direitos humanos inclusive pelo aprimoramento de conceitos agora inquestionavelmente reconhecidos como universais. Ao reafirmar a interdependência de todos os direitos humanos, a merecerem igual proteção, a Declaração reconhece que os direitos individuais se transformam numa ficção jurídica, se a seus titulares, assim como aos Estados que os garantem, faltam recursos materiais para fazê-los valer.

Senhor Presidente,

A promoção e a defesa do regime democrático no interior de cada país não são suficientes. Impõe-se um esforço vigoroso de democratização das relações internacionais, em consonância com dois importantes fenômenos da hora atual: o amplo consenso em torno da superioridade da democracia representativa e a crescente vinculação entre as esferas interna e externa. Essa dupla constatação nos obriga a reconhecer que o ideal democrático se aplica com igual validade ao relacionamento entre as nações.

É com satisfação que vemos formar-se um virtual consenso quanto à necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança. Entendemos que à crescente atuação do Órgão em assuntos que afetam os interesses fundamentais dos Estados-Membros corresponde a necessidade de garantir sua maior representatividade e, com isso, sua legitimidade e sua eficácia. A reforma do Conselho deve ser alcançada de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas. A Assembleia Geral é o órgão democrático por excelência do sistema das Nações Unidas. A ele cabe o papel determinante de dar forma a esse processo.

A democratização do relacionamento entre as nações exige que a ordem internacional as proteja e garanta seus direitos contra atos ilícitos e abusos de poder. Não pode haver sociedade democrática sem a estrita observância do Direito e sem que os menos poderosos estejam ao abrigo do arbítrio dos que detêm a força e o poder. Já não é admissível, no mundo de hoje, que siga prevalecendo o célebre aforismo de Pascal, segundo o

qual "não se podendo fazer com que o justo fosse forte, fez-se que o forte fosse justo".

Senhor Presidente,

Embora o progresso material dos povos seja, em boa medida, produto de seu próprio e insubstituível esforço, é evidente que ele depende da prevalência de um ambiente externo favorável. É imperioso, portanto, que a sociedade internacional estimule, solidariamente, a criação de condições de progresso e não a preservação de privilégios.

Ademais de sua importância intrínseca, o desenvolvimento de todas as nações é o único fator realmente capaz de diminuir os desequilíbrios que se manifestam de maneira tão clara, por exemplo, nos crescentes fluxos de migrantes e refugiados. A justiça social em uma sociedade global torna-se condição indispensável para evitar crises, reduzir tensões, consolidar a democracia no mundo e promover os Direitos Humanos.

Se vamos engajar-nos em um exercício amplo de diplomacia preventiva, é essencial que tenhamos consciência de que apenas o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável constitui meio eficaz para alcançarem-se os fins almejados.

Na luta pelo desenvolvimento, as Nações Unidas desempenham papel primordial. Importa, pois, assegurar que esta Casa renove, com urgência, o seu compromisso com o desenvolvimento e, por conseguinte, a capacidade de operação de seu setor econômico e social. Foi com essa esperança que o Brasil apoiou e apoia decididamente a iniciativa de uma Agenda para o Desenvolvimento. Estamos certos de que o Secretário-Geral apresentará uma proposta de documento tão inovadora, fértil em ideias e ambiciosa quanto a Agenda para a Paz. Igual relevância assume a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil espera que, por seu intermédio, se logre cumprir os compromissos assumidos no Rio de Janeiro em 1992.

Com o mesmo espírito, apoiamos com empenho a realização da Cúpula do Desenvolvimento Social, oportuna iniciativa do Chile, país irmão sul-americano e nosso parceiro no grupo do Rio.

Mas não tenhamos ilusões: somente uma inserção dinâmica nas correntes do comércio e da tecnologia permitirá aos países em desenvolvimento ter a sua parte nos frutos do progresso. Por isso defendemos um sistema multilateral de comércio fortalecido, que assegure, ao mesmo tempo, adequada contrapartida aos esforços de liberalização que realizamos e um quadro normativo que iniba o protecionismo e o

unilateralismo. No horizonte atual, isso significa uma conclusão rápida e equilibrada da Rodada Uruguai, sem discriminações ou imposições. O significado da Rodada transcende os aspectos estritamente comerciais, já que de seu êxito dependerá a conformação de uma ordem internacional aberta e propícia à cooperação internacional, evitando-se a fragmentação das relações econômicas em blocos estanques.

O firme envolvimento da comunidade de nações na luta pelo desenvolvimento deve ser consentâneo com o princípio da soberania dos Estados. O Brasil entende que o Estado nacional soberano é a base da ordem jurídica e política internacional e que seu debilitamento não pode ser promovido sob penas de solapar as bases da representação internacional e do multilateralismo. Uma relativização do princípio da soberania – que aliás nunca é arguida com relação aos países poderosos – levaria a retrocessos na democratização das relações internacionais. Nesta fase, em que estamos construindo o futuro da convivência multilateral, não devemos permitir que as assimetrias de poder entre as nações venham a substituir, na prática, a igualdade jurídica dos Estados. A advertência do grande jurista e homem público brasileiro, Ruy Barbosa, feita na Segunda Conferência da Paz, em 1907, na Haia, permanece válida. Referindo-se à composição da Corte Permanente de Arbitragem, sublinhava ele que, a prevalecerem certas propostas, "as grandes potências não seriam, então, mais formidáveis apenas pelo peso de seus exércitos e de suas esquadras. Elas teriam também uma superioridade de direito na magistratura internacional, arrogando-se uma situação privilegiada na instituição à qual se pretende confiar a distribuição da justiça entre as nações".

Senhor Presidente,

A ordem internacional que queremos construir repousa num terceiro pilar: o desarmamento. O Brasil tem dado, juntamente com seus vizinhos e parceiros na América Latina, muito especialmente a Argentina, importante contribuição para a causa do desarmamento e a segurança internacionais.

A reforma do Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a AIEA, que acabam de ser aprovados pela Câmara dos Deputados no Brasil, concluindo, assim, importante etapa do processo de ratificação, fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso

com o uso pacífico da energia nuclear. Reafirmamos, também, nosso engajamento com a não proliferação de armas de destruição em massa em todas as suas formas. Em relação às armas químicas, já havíamos, com o Chile e a Argentina, firmado a Declaração de Mendoza, em que solenemente renunciamos à sua posse e fabricação. Fomos igualmente participantes ativos do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano. Felicitamo-nos pela vigência atual, ainda que em bases frágeis, da moratória de testes nucleares. Esperamos que o clima gerado pela moratória venha a resultar na conclusão rápida, e por meio de negociação multilateral, de um Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares. O Brasil, como é sabido, tem atuado de maneira francamente positiva e transparente no processo de criação do registro de armas convencionais das Nações Unidas.

A experiência brasileira no campo da construção da paz e da confiança é digna de nota. O Brasil tem dez vizinhos ao longo dos quase dezessete mil quilômetros de suas fronteiras. Nenhuma outra nação tem tido relação ininterrupta de paz e cooperação por tanto tempo com tão numerosos vizinhos. Muito poucos países gastam tão pouco em armamentos quanto o Brasil, em proporção ao seu produto nacional bruto.

Ao mesmo tempo, o Brasil não renuncia a seu direito de manter, em harmonia com seus vizinhos e parceiros, uma adequada e legítima capacidade de defesa. Tampouco renuncia ao direito de ter acesso à tecnologia necessária ao bem-estar social do povo brasileiro.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não proliferação e do desarmamento, o Brasil sente-se intitulado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedido, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

A história recente demonstra que, a despeito de alguns problemas sérios e persistentes, as operações de paz da ONU são importantes para a superação de situações conflituosas, muitas vezes antigas, complexas e delicadas. Espera-se das Nações Unidas que contribuam, com sóbria eficácia, a preservar a paz e a segurança onde elas estejam ameaçadas. O Brasil, que já participa com expressivo contingente de observadores militares nas operações de paz da ONU, pretende ampliar sua atuação neste campo, e já estuda maneira de fazê-lo.

Impõe-se, neste contexto, corrigir o grave equívoco político e estratégico de ver o Sul como área de instabilidade internacional. Ao contrário, várias regiões, como a América Latina, constituem exemplos de relações estáveis de cooperação baseadas na confiança mútua. Demonstra-o o vigor dos processos latino-americanos de integração, que, para além

dos aspectos mercantis, expressam de forma concreta um projeto político voltado para a cooperação e a solidariedade internacionais. Tais processos, entre eles o MERCOSUL, contrastam fortemente com os movimentos de fragmentação observados em outras partes do mundo.

Outra demonstração evidente do potencial de cooperação aparece na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, de uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre vários povos.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul reforça nossos vínculos com as nações irmãs da África. O adensamento de laços políticos e econômicos dentro da Zona de Paz é um objetivo para o qual pretendemos trabalhar com determinação, tendo em vista, inclusive, a constituição de uma vasta área do nosso planeta isenta da ameaça nuclear. Esperamos, ademais, ter o prazer de celebrar o ingresso pleno na comunidade sul-atlântica de uma África do Sul democrática, unida e liberta para sempre do horror do racismo.

O histórico discurso proferido pelo Senhor Nelson Mandela há poucos dias, deste mesmo pódio, autoriza-nos essa expectativa e confirma-nos a noção de que, embora não isento de obstáculos, é já irreversível o processo de democratização na África do Sul.

É forçoso admitir que continuam a existir sérios focos de tensão no mundo.

Pelos vínculos históricos de amizade, cooperação e afinidade cultural que nos unem, a situação de Angola preocupa particularmente. Entendemos que a comunidade internacional, através da ONU, tem papel importante a desempenhar na defesa da democracia angolana e no repúdio claro ao uso da força como meio de conquistar o poder.

A expectativa de uma pronta solução para a crise do Haiti anima também nosso espírito, embora sigamos preocupados com a situação dos Direitos Humanos e da Democracia naquele país.

A restauração da Paz na antiga Iugoslávia é tarefa prioritária da comunidade internacional, para que cessem os sofrimentos das populações envolvidas. É necessário que em Genebra e nas capitais da antiga federação prevaleça a disposição de contribuir para que se alcancem acordos aceitáveis para todas as partes envolvidas no conflito. Somente a partir dessa vontade política poderão as Nações Unidas efetivamente desempenhar seu insubstituível papel na pacificação da área.

Senhor Presidente,

Será através do nosso exemplo e da nossa resposta a estes desafios que se irá forjando a ordem futura a que todos aspiramos: democrática, estável, desarmada e comprometida com o desenvolvimento material de todas as nações.

A visão humanista que nos anima foi bem expressa por um poeta brasileiro, João Cabral de Melo Neto, também ele diplomata, e que me permito citar aqui: "Podeis aprender que o homem é sempre a melhor medida. Mais: que a medida do homem não é a morte, mas a vida".

Muito obrigado.

Nova York, em 27 de setembro de 1993.

1994

1994

O quadro interno brasileiro em 1994 esteve dominado pela campanha eleitoral e pela implantação do Plano Real. O êxito do Plano, que respondia a um profundo anseio da sociedade pela estabilidade monetária, terá sido decisivo para a vitória da candidatura Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno das eleições celebradas em 3 de outubro.

Externamente, contabilizar-se-iam na coluna dos desenvolvimentos positivos a eleição e posse de Nelson Mandela à frente do Governo da África do Sul, pondo oficialmente fim ao regime do *apartheid;* a assinatura da paz entre Israel e Jordânia, mais um elo no encadeamento de soluções para o conflito do Oriente Médio; a implementação da autonomia palestina em Gaza e Jericó, com o retorno do líder da OLP Yasser Arafat; o encaminhamento da paz em Angola; e a volta ao poder no Haiti, após intervenção militar capitaneada pelos EUA, do Presidente Aristide. Do lado negativo, assinalar-se-iam a persistência e, em certos casos, o agravamento de conflitos na Bósnia, no Afeganistão, no Iêmen e em Ruanda, assim como a radicalização dos movimentos fundamentalistas nos países da Bacia do Mediterrâneo, em particular na Argélia.

A União Europeia procederia a uma nova ampliação, desta feita para incluir Áustria, Finlândia e Suécia, chegando a englobar quinze países. E o MERCOSUL, por sua vez, após longas negociações, chegaria a um acordo sobre o tema da tarifa externa comum, o que permitiria a implantação tempestiva do calendário previsto para a União Aduaneira

e para a progressiva constituição do Mercado Comum Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Ao voltar a se dirigir à Assembleia em 1994, pouco antes das eleições que dariam a vitória ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Celso Amorim faria perante a Quadragésima Nona Assembleia Geral, um pronunciamento ao mesmo tempo analítico e reivindicatório.

O discurso se inicia com uma avaliação positiva da evolução da conjuntura internacional pós-Guerra Fria, contrabalançada por um inventário de novos problemas que afetavam em diversas regiões a paz e a estabilidade: crises localizadas, desigualdades sociais em escala global, práticas neoprotecionistas em matéria de comércio internacional e entraves ao acesso à tecnologia. O Ministro faz uma extensa e expressiva menção à questão de Cuba, país que àquela altura estava sendo objeto de ação diplomática de aproximação por parte do Itamaraty.

Para resolver os problemas residuais da macroestrutura internacional, o Ministro Celso Amorim sugere, também, retomando uma linha tradicional do discurso brasileiro, uma "nova utopia", fundada sobre urna perspectiva pluralista e democrática, comprometida com o desenvolvimento. E propõe formalmente a convocação de uma Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento.

Ampliando expressivamente as formulações de seu discurso no ano anterior, o Ministro Celso Amorim faz em 1994 uma extensa e objetiva exposição das pretensões do Brasil em torno da reforma do Conselho de Segurança. Defende a ampliação do Conselho e a participação de países em desenvolvimento em todas as categorias de membros. E, fundamentando suas razões em formulações especialmente voltadas para a circunstância latino-americana do Brasil, reivindica expressamente um assento permanente para o país: "Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes".

XLIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1994

Ministro Celso Amorim[51]

Senhor Presidente,

É com imenso prazer que saúdo Vossa Excelência, Senhor Amara Essy, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Côte d'Ivoire, e apresento os meus cumprimentos por sua eleição à Presidência desta Assembleia. Seu talento e experiência são garantia de que nossos trabalhos serão conduzidos com eficiência e equidade.

Estendo o meu reconhecimento também ao Embaixador Samuel Insanally, cuja atuação na Presidência da Quadragésima Oitava Sessão dignificou não só seu país, a Guiana, mas também todos os países da região amazônica e sul-americana. Saúdo, ainda, o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, a quem transmito meus agradecimentos pelos incansáveis esforços que vem empreendendo a frente desta Organização.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

A força das transformações é a marca deste fim de século. Os últimos anos têm sido de tal maneira pródigos em mudanças, e tão radicais têm sido elas, que poderíamos dizer, como Hamlet, que "*the time is out of*

[51] **Celso Luiz Nunes Amorim**, nascido em Santos, SP, em 3 de junho de 1942. Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Doutorado em Ciência Política/Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Sciences.* Terceiro Secretário em 1965. Ministro de Primeira Classe em 18/12/89. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/8/93 a 18/1/95 e, de 1/1/03 a 31/12/10.

joint". Tão vertiginoso se apresenta o processo, que alguns se iludem com fantasias de que o futuro já estaria domesticado.

Não é assim. As transformações não têm direção fixa e inexorável. Não nos podemos deixar seduzir por interpretações apressadas ou por meras aparências. É nossa responsabilidade imprimir sentido às mudanças e conduzir as tendências, de acordo com o interesse maior da coletividade mundial.

Senhor Presidente,

No próximo mês de novembro, terão transcorrido cinco anos desde a queda do Muro de Berlim. Já é tempo suficiente para avaliar o caminho percorrido e, sobretudo, para traçar planos que nos conduzam a bom porto.

A Guerra Fria desenvolveu-se sob o signo da negação, circunstância que se refletiu até mesmo na linguagem que caracterizou o período. As expressões que identificaram e explicaram quase quarenta anos de relacionamento tenso denotavam confronto, exclusão ou, na melhor das hipóteses, convivência incômoda de opostos. Falava-se, então, em "cortina de ferro", em "contenção", em "equilíbrio do terror".

Vivemos hoje uma fase de transição. O balanço desses últimos anos, embora precário e imperfeito, é positivo. A causa da paz conheceu avanços significativos. A guerra nuclear deixou de ser uma ameaça iminente. Conflitos que muitos de nós consideravam insolúveis foram ou estão sendo superados pelo diálogo e pela negociação. Na África Austral, no Oriente Médio, deram-se passos de importância histórica no sentido de um mundo mais justo e mais pacífico. Na América Central, no Sudeste Asiático, verificaram-se progressos. Em quase todo o planeta, a lógica do confronto vai cedendo lugar à lógica da cooperação.

É essa mesma lógica que queremos ver plenamente estabelecida em nossa região. A paz e a fraternidade são a vocação da América Latina. Temo-nos esforçado em trazer a República irmã de Cuba ao pleno convívio interamericano e internacional, com base em uma política de mão estendida, de diálogo e de aproximação. O isolamento político, econômico e comercial, além de injustificado, somente contribui para aumentar o sofrimento do povo cubano, em um momento em que identificamos sinais positivos de reforma democrática e de reconciliação. Também aqui, a estática do confronto deve ceder à dinâmica do diálogo, pondo fim ao último resquício da Guerra Fria.

Embora de características totalmente distintas, preocupamo-nos, igualmente, em favorecer uma solução duradoura para a crise haitiana com o retomo ao poder constitucional do Presidente Jean-Bertrand Aristide e a reconciliação nacional. Os esforços diplomáticos da comunidade internacional, que firmemente apoiamos, devem ter como marco de referência o pronto afastamento das autoridades *de facto* por meios pacíficos, únicos capazes de evitar maiores sofrimentos ao povo haitiano. É motivo de inquietação para nós que os princípios da não intervenção e da autodeterminação sejam objeto de interpretações incompatíveis com as Cartas da ONU e da OEA. A gravidade da crise haitiana e a urgência em resolvê-la não nos impedem de ver os riscos embutidos numa situação que evoca traumas e cicatrizes ainda vivos na memória da América Latina. Restabelecido o governo legítimo, caberá à comunidade internacional assistir o Haiti na desafiadora tarefa da reconstrução nacional.

Senhor Presidente,

Estamos ainda distantes da paz universal. Conflitos de grande crueldade chocam a sensibilidade do mundo e causam sofrimentos indizíveis a milhões de seres humanos. Ruanda e Bósnia-Herzegovina são signos trágicos do nosso tempo. As cenas de horror que os meios de comunicação nos trazem atestam a dificuldade de dar-se solução eficaz a desequilíbrios que constituem desafios para todos os povos. A intensificação dos fluxos migratórios em direção aos países desenvolvidos vê-se acompanhada do recrudescimento da xenofobia e do preconceito racial.

Situações críticas continuam a desafiar a capacidade da Comunidade Internacional de assegurar a paz e a harmonia. Em Angola, país tão próximo do Brasil por laços de sangue e de cultura, vemos, com dor e revolta, estender-se um conflito que é hoje a mais antiga e devastadora guerra civil. Encoraja-nos a perspectiva de que se possam concluir prontamente as negociações em Lusaca entre o Governo de Angola e a UNITA. Ao saudarmos o Presidente José Eduardo dos Santos por sua atuação política, exortamos a UNITA a demonstrar verdadeiro compromisso com a estabilidade e a paz no país e conclamamos todos aqueles que têm influência sobre a crise angolana a agir da mesma forma.

Alegra-nos verificar os avanços alcançados em Moçambique. O processo de conciliação nacional culmina com as eleições gerais a serem realizadas em outubro vindouro, quando o povo moçambicano terá a

oportunidade de escolher, em eleições livres e justas, o governo que estará à frente desse novo momento de sua história. É fundamental que a vontade popular expressa pelo voto seja respeitada em um quadro de observância estrita das regras democráticas. O Presidente Joaquim Chissano tem desempenhado um papel central nesse processo. É motivo de orgulho para o Brasil o fato de que tropas brasileiras estejam contribuindo para a reconstrução de Moçambique, através da ONUMOZ.

Também no caso do Timor Leste, detectamos sinais positivos no processo de negociações auspiciado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A democracia e os valores a ela associados são a conquista maior do nosso tempo. Uma revolução ética desenvolve-se diante de nós. Universaliza-se a preocupação com os direitos humanos, ao mesmo tempo em que cresce a consciência do imperativo da moralidade pública. A vida internacional deixa de ser a esfera do puro exercício da razão do Estado e incorpora uma dimensão mais humana e dirigida ao bem-estar dos indivíduos.

Também no âmbito econômico-social, a evolução recente afigura-se positiva. Após oito anos de difíceis negociações no âmbito da Rodada Uruguai do GATT, logramos assinar o Acordo de Marrakech. A Organização Mundial do Comércio abrirá novas e promissoras perspectivas para o relacionamento econômico das nações. O unilateralismo e o protecionismo, baseados em interesses paroquiais, perderão qualquer sombra de legitimidade.

Senhor Presidente,

Os efetivos progressos alcançados não devem impedir que vejamos com clareza os desafios que seguem reclamando ação decidida por parte da comunidade internacional.

Os direitos fundamentais do ser humano, apesar de incorporados aos valores universalmente reconhecidos, ainda reclamam apoio firme e decidido de todos os que neles acreditam.

As condições sociais da maioria da população mundial continuam a deteriorar-se. Nos últimos vinte anos, agravou-se a distância entre nações ricas e pobres, entre os milhões que se alimentam, estudam e

têm excedentes para o lazer e os bilhões que lutam para sobreviver. As pressões migratórias em direção ao Norte desenvolvido e muitos dos conflitos no Sul empobrecido são faces da mesma moeda. Os mais jovens, sobretudo, permanecem vítimas da privação e da falta de perspectivas, na maior parte do mundo.

A globalização da economia e o fortalecimento do livre comércio ainda precisam demonstrar, na prática, o seu inegável potencial como fator de crescimento e bem-estar para todos os povos. O velho protecionismo, agora revestido de novas roupagens, resiste às investidas da racionalidade econômica. O impacto positivo dos acordos de Marrakech vê-se gravemente ameaçado por novas condicionalidades, com efeitos restritivos sobre o fluxo de comércio internacional. Questões em si mesmas legítimas, como a preservação do meio ambiente e padrões trabalhistas universalmente aceitos não podem servir de pretexto para dificultar-se ainda mais o acesso dos bens produzidos nos países pobres aos mercados das nações mais abastadas. O custo do reajuste das economias mais prósperas não pode ser transferido para os ombros dos que nada ou pouco possuem.

O domínio da tecnologia é um grande divisor de águas entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. As dificuldades de acesso a tecnologias avançadas constituem obstáculo à superação das desvantagens dos países em desenvolvimento, reduzindo-lhes a competitividade e criando entraves à transformação dos processos de produção. A nova Divisão Internacional do Trabalho não pode reeditar velhos esquemas que já provaram sua ineficácia. A integração competitiva dos países em desenvolvimento na economia internacional há de basear-se em vantagens comparativas dinâmicas, com crescente incorporação do conhecimento ao processo produtivo. A par do indispensável esforço interno de cada país, este salto qualitativo pressupõe um ambiente internacional fundado na cooperação.

Senhor Presidente,

Para consolidar a paz e tornar irreversíveis os progressos conquistados, devemos ser capazes de desenvolver uma visão do futuro, uma nova utopia, que nos indique caminhos e seja, ao mesmo tempo, viável. O Brasil está convencido de que uma ordem efetivamente nova deve fundar-se sobre uma perspectiva pluralista e democrática das relações internacionais.

Não se trata de supor, de modo irrealista, que interesses específicos e por vezes conflitantes deixarão de afirmar-se na ação dos Estados e dos

demais atores internacionais. Trata-se, isto sim, de compreender que os interesses de todos estarão melhor atendidos quando as aspirações básicas da grande maioria forem razoavelmente satisfeitas.

A interdependência precisa ser entendida sob uma dimensão integrada, e não apenas como fenômeno econômico de mercado. Ela supõe capacidade política de agir em conjunto com vistas a objetivos que são de toda a humanidade. Num mundo interdependente, a melhoria das condições de vida em um longínquo país pobre pode representar a criação de empregos em um país desenvolvido. Eliminar a exclusão e promover a participação de todos constitui não só um dever moral, mas demonstração de lucidez e tirocínio.

Senhor Presidente,

A ordem a que o Brasil aspira tem, como um de seus pilares, o compromisso fundamental com o desenvolvimento. Este conceito tem a virtude de abranger as necessidades essenciais de todas as nações, grandes e pequenas, ricas e pobres. O desenvolvimento consolida a liberdade, dá dimensão concreta à dignidade do homem, valoriza a eficiência, promove a estabilidade, complementa a democracia. O desenvolvimento constrói a paz.

A promoção do desenvolvimento deve beneficiar-se das lições do passado. Devemos formular um conceito de desenvolvimento que reconheça em cada país o principal agente de sua própria prosperidade, mas que seja capaz de integrar as várias vertentes de sua dimensão internacional, em matéria de comércio, de investimentos e de fluxos de tecnologia.

Um esforço internacional renovado em favor do desenvolvimento só será bem sucedido se contar com uma parceria ativa e mutuamente vantajosa entre países do Norte e do Sul. A defesa dos interesses das nações mais ricas requer seu envolvimento na superação do atraso nas nações mais pobres. Acreditar no contrário é acreditar que o incêndio que consome a casa do vizinho jamais ultrapassará as cercas de nossa casa. É, numa palavra, uma insensatez, cujo preço povo algum parece rico o bastante para pagar.

As Nações Unidas têm um papel fundamental na construção de um sistema internacional aberto e participativo.

Há que se repensar em profundidade a atuação das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento. Nenhuma outra tarefa das

Nações Unidas responderá com maior acerto à necessidade de sustentar e promover a paz e de construir uma ordem justa e estável.

Devemos evitar a cristalização de uma indesejável divisão de trabalho entre as Nações Unidas, de um lado, e as instituições de Bretton Woods, do outro. A paz e o desenvolvimento constituem um todo indivisível e devem apoiar-se mutuamente. O Grande Foro das Nações não pode ficar à margem de decisões que emanam dos propósitos inscritos em sua própria Carta.

Essas preocupações estiveram na origem do lançamento da Agenda para o Desenvolvimento, em que a diplomacia brasileira esteve profundamente empenhada.

Várias Conferências das Nações Unidas, algumas já realizadas, outras por realizar, vêm contribuindo significativamente para evidenciar a necessidade de tratar de forma abrangente e coordenada o tema do desenvolvimento, que, de uma forma ou de outra, esteve ou estará presente nas Conferências do Rio de Janeiro, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de Viena, sobre Direitos Humanos, do Cairo, sobre População e Desenvolvimento, e as projetadas reuniões de Copenhague, sobre Desenvolvimento Social, e de Pequim, sobre a Mulher. É cada vez mais firme e universal a consciência de que as decisões alcançadas nesses encontros só produzirão resultados efetivos se todas essas questões forem vistas de forma integrada.

Com vistas a propiciar o debate de todos esses temas em um quadro conceitual mais amplo, o Governo brasileiro deseja propor a convocação de uma Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento, possivelmente em 1996, que buscaria enfeixar e sintetizar em um único conjunto coerente as iniciativas e os programas destinados a promover o bem-estar e a dignidade do ser humano.

Senhor Presidente,

A democracia há de ser a norma do relacionamento político dentro dos Estados e entre eles. A democratização dos Estados e das relações internacionais é a meta que poderemos tornar realidade. O fortalecimento do papel da Assembleia Geral e a ampliação do Conselho de Segurança, com a participação de países em desenvolvimento em todas as categorias de membros, são passos importantes e necessários no caminho da democratização e de uma maior legitimidade.

Como outros países-membros, desejamos que a reforma do Conselho de Segurança resulte no aumento de sua eficácia. Entendemos

que tal eficácia somente será assegurada por uma composição verdadeiramente representativa do conjunto das nações. No início deste mês, os Chefes de Estado e de Governo de catorze nações da América Latina e do Caribe que formam o Grupo do Rio, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, afirmaram que "(...) por sua tradição jurídica e contribuição à causa da paz, a região da América Latina e do Caribe deve estar contemplada em qualquer ampliação do Conselho".

O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes.

Eleito para integrar o Conselho de Segurança no corrente período, o Brasil tem procurado corresponder à confiança recebida. Temos pautado nossas posições pelo respeito aos princípios da não intervenção e da soberania e integridade territorial dos Estados; pela busca constante da solução pacífica e negociada dos conflitos; pelo primado do Direito na preservação da ordem pública internacional; pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e pela participação nas operações de manutenção da paz em diversas regiões do globo.

Somos parte da América Latina e orgulhamo-nos de estarmos inseridos em sua longa história de paz. A América Latina é a região mais desarmada do mundo e a única a haver-se tornado, por força do Tratado de Tlatelolco, definitivamente livre das armas nucleares. A adesão de Cuba ao Tratado, anunciada em carta do Presidente Fidel Castro ao Presidente Itamar Franco, em resposta à gestão brasileira, vem completar este quadro.

A América Latina tem sido fator de estabilidade internacional em um mundo conturbado. Nossa tradição jurídica, construída em décadas de esforço ordenador das relações interamericanas, representa contribuição relevante à comunidade internacional. Nosso pioneirismo em matéria de desarmamento nos autoriza a buscar gestos equivalentes de toda a comunidade internacional, em especial das potências nucleares. Nesse contexto, adquire especial relevância a pronta adoção, consubstanciada em compromissos multilateralmente negociados, de medidas efetivas de redução, e não apenas de controle, de seus arsenais (inclusive de material nuclear sensível, como o plutônio). É igualmente imperativa a conclusão das negociações visando à assinatura de um tratado universal de proscrição de testes nucleares.

O Brasil está decidido a participar ativamente da construção da nova agenda internacional baseada na participação e na cooperação universal para a paz e o desenvolvimento.

Essa disposição decorre de nossa própria identidade. Somos uma sociedade plural, aberta, resultante do encontro entre culturas e modos de vida distintos, que formaram uma nova cultura e um novo modo de vida, fundados na tolerância e no entendimento. Temos fronteiras definidas de forma pacífica com dez países, sem que se verificassem quaisquer conflitos há mais de 120 anos.

Forjada no diálogo, na conciliação e na reforma pacífica, a sociedade brasileira vive momento de grande afirmação democrática. Dentro de poucos dias, realizaremos as maiores eleições da história do País. Perto de cem milhões de eleitores irão às urnas, em clima de absoluta liberdade para escolher, dentre 35.000 candidatos, seus representantes nos Poderes Executivo e Legislativo, nos níveis federal e estadual.

Desenvolvemos uma das economias mais diversificadas do Hemisfério Sul. Caminhamos para a plena estabilização econômica, com uma moeda forte. Estão dadas, assim, as condições para a retomada de um processo sustentado de crescimento econômico, que, seguramente, voltará a situar o Brasil entre as economias mais dinâmicas do mundo.

Avançamos no processo de crescente integração da economia ao comércio internacional. Em janeiro próximo, juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai, colocaremos em vigor uma tarifa externa comum e, assim, teremos consolidado uma União Aduaneira capaz de gerar crescimento econômico e prosperidade. A aproximação de outros países sul-americanos em direção ao MERCOSUL vem demonstrar que a visão de uma Área de Livre Comércio da América do Sul caminha de forma efetiva para sua materialização. Essas realizações representam exemplo expressivo da capacidade empreendedora dos países latino-americanos e constituem etapa fundamental da consolidação da América do Sul como um todo harmônico e integrado.

Os esforços de cooperação política e econômica do Brasil não se esgotam na América Latina. De vocação universal, nossa diplomacia tem se empenhado em consolidar e aprofundar os laços que nos unem a países amigos em todos os quadrantes do globo, assim como em desenvolver novas e importantes parcerias políticas e comerciais. Desde o adensamento das tradicionais relações hemisféricas e com os países industrializados, até a proposta de fórmulas criativas de cooperação com países da África, Ásia e Oriente Médio, temos procurado elevar nosso diálogo a patamares cada vez mais elevados e, em muitos casos, estabelecer relacionamentos dinâmicos e privilegiados.

Os vínculos do Brasil com as nações irmãs africanas vêm sendo reforçados pela iniciativa de estruturação da Comunidade de Países de

Língua Portuguesa. Esse novo e importante foro ligará países irmãos em diferentes continentes e fornecerá área propícia ao entendimento e à cooperação.

A partir do elo geográfico que nos une, o Atlântico Sul, pretendemos alargar os horizontes da cooperação entre a América e a África, rejuvenescida e fortalecida, moral e politicamente, com a eleição de Nelson Mandela na África do Sul.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul transformará esse oceano em área livre de armas nucleares e será exemplo de relações solidárias e fraternas entre dois continentes. Com esse objetivo, os vinte e quatro países que hoje integram esse foro acabam de reunir-se em Brasília, com resultados extremamente auspiciosos para o fortalecimento dos vínculos entre a África e a América do Sul.

Senhor Presidente,

O Brasil deseja para si o que deseja para todos os povos. Sabemos que não podemos ser prósperos e felizes em meio à privação e ao infortúnio. Nossa diplomacia, infensa a qualquer forma de hegemonismo, busca contribuir, com confiabilidade e previsibilidade, em cooperação com todas as nações irmãs, para que a nova ordem mundial que se está forjando corresponda às nossas aspirações: que seja democrática, estável, desarmada, respeitosa da soberania dos Estados e comprometida com o desenvolvimento.

Muito obrigado.

Nova York, em 26 de setembro de 1994.

1995

1995

A conjuntura internacional esteve dominada em 1995 pela persistência de graves situações de conflito na ex-Iugoslávia. Ao cabo de repetidas instâncias em que as Forças de Paz das Nações Unidas estiveram severamente ameaçadas, produziu-se a intervenção da OTAN, mediante bombardeios destinados a reforçar as posições bósnia e croata e conduzir as forças sérvias à mesa de negociações. Ao se iniciar a Quinquagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, delineava-se, sob a pressão da diplomacia norte-americana, um entendimento tendente ao estabelecimento de um Estado bósnio composto de duas entidades: uma representativa da maioria bósnio-croata e outra da minoria servo-bósnia. Entrementes, não obstante os seguidos obstáculos antepostos pela persistência de atos de violência partidos de setores radicais de ambos os lados, foi possível avançar no caminho da pacificação entre Israel e os territórios palestinos, mediante a assinatura de novos instrumentos destinados a ampliar a capacidade do autogoverno palestino.

Manteve-se o cenário internacional, pois, caracterizado por uma combinação precária de fatores positivos e negativos, que se refletiram igualmente na persistência da volatilidade nos mercados de capitais e de divisas. A dificuldade demonstrada pelas principais economias desenvolvidas de superar a recessão e o desemprego, o agravamento dos conflitos comerciais entre os EUA e o Japão, assim como as sequelas da crise mexicana nos mercados emergentes constituíram-se, por sua vez, fatores adicionais de instabilidade.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições presidenciais de novembro de 1994 ensejou positivas transformações na dinâmica política interna do país e propiciou a retomada do processo de inserção competitiva do Brasil no mundo. O êxito do Plano Real se traduziu internamente em acentuada e constante queda da taxa de inflação e possibilitou a criação de condições para a estabilidade da economia. Ao mesmo tempo, graças à configuração de uma ampla base de apoio político, o Governo pode dar início ao processo de reformas constitucionais, condição fundamental para a consolidação de perspectivas de estabilidade e durabilidade a longo prazo do Plano Real e para o desenvolvimento econômico e social do país.

No âmbito externo, a Administração Cardoso dedicou-se, desde o seu início, a consolidar imagem de renovação e estabilidade. Superados os obstáculos iniciais derivados da crise mexicana de dezembro de 1994 e da subsequente instabilidade que esteve a ponto de afetar a economia argentina, o Brasil, graças ao êxito do Plano Real e à posta em marcha do processo de revisão constitucional, voltou a ocupar um lugar preeminente na captação de investimentos e recursos externos. Um significativo programa de viagens internacionais levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso aos EUA e à Europa, em condições de fortalecer as relações políticas, econômicas e financeiras do Brasil com os seus principais parceiros desenvolvidos. Ao mesmo tempo, foram dados passos importantes e consistentes em direção à progressiva consolidação do MERCOSUL. Coube à diplomacia brasileira neste período, por outra parte, um papel de destaque na articulação dos bem sucedidos esforços dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro com vistas a superar a situação de conflito armado criada entre Peru e Equador.

Em seu discurso perante a Quinquagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Ministro Luiz Felipe Lampreia destacou as transformações ocorridas no Brasil, assinalando a consolidação da democracia e a estabilização da economia como passos decisivos para a projeção do Brasil no mundo. Referindo-se à evolução da situação internacional, o Ministro cotejou os avanços logrados com a superação da Guerra Fria e os acontecimentos positivos produzidos no Oriente Médio, na África e na América Latina com a persistência de focos de tensão em diversas regiões, singularizando a guerra na ex-Ioguslávia como "exemplo vivo dos fracassos do passado e dos desafios e percepções equivocadas do presente".

O Ministro insistiu ainda, em sintonia com as mais tradicionais posturas da diplomacia brasileira, na urgente necessidade de que as

Nações Unidas sejam adequadamente instrumentadas para enfrentar o conjunto de problemas derivados da persistência de condições de subdesenvolvimento afetando a grande maioria da Humanidade. Não deixou ademais de se referir à proposta lançada pelo Presidente Cardoso no sentido de que a comunidade internacional tomasse medidas eficazes para contornar os problemas criados com a volatilidade dos fluxos internacionais de capital financeiro e a necessidade de se fortalecer a Organização Mundial do Comércio como o sustentáculo de um sistema de comércio multilateral aberto e não discriminatório.

Particularmente significativo – tendo presente a iniciativa tomada semanas antes pela França – revelou-se a condenação formulada pelo Ministro Lampreia à retomada dos ensaios nucleares, caracterizados como um risco ao meio ambiente e um estímulo à carreira armamentista.

No contexto da observância do quinquagésimo aniversário da fundação das Nações Unidas, o Ministro fez um balanço da trajetória da organização, atribuindo ênfase especial à questão da reforma do sistema, em particular do Conselho de Segurança, tema a que a diplomacia brasileira dedicou ao longo do ano particular importância. O Ministro Lampreia deixou clara em seu discurso a disposição do Brasil de contribuir para uma reforma que envolva um aumento qualitativo do número de membros permanentes do Conselho de Segurança capaz de contemplar os países em desenvolvimento com projeção global e que amplie, ao mesmo tempo, o número de membros não permanentes. Ao afirmar que a reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio Conselho de Segurança, o Ministro insistiu na necessidade de conferir àquele órgão principal das Nações Unidas maior autoridade e eficiência no exercício de suas responsabilidades.

L Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1995

Ministro Luiz Felipe Lampreia[52]

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que faço uso de nossa língua comum para parabenizá-lo por sua eleição. Sentimo-nos honrados por ter um estadista português, um amigo do Brasil e um representante da nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa à frente desta sessão da Assembleia Geral, uma sessão destinada a tornar-se um marco na história das Nações Unidas.

Meu Governo está certo de que, sob sua orientação segura, nossas deliberações forjarão entendimentos e compromissos capazes de afirmar a credibilidade e primazia de nossa Organização nas relações internacionais.

Quero também manifestar nosso mais sincero agradecimento a um outro amigo do Brasil, o Ministro Amara Essy, da Costa do Marfim, por seu excepcional trabalho na condução da quadragésima nona sessão da Assembleia Geral.

Desejo congratular-me com o Secretariado, por sua dedicação permanente às Nações Unidas e pelos esforços incansáveis no cumprimento de seus deveres para com a comunidade internacional.

[52] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia**, nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

Senhor Presidente,

Ao abrir hoje este debate, o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

Tais princípios e propósitos estabelecem um mandato de paz e desenvolvimento e permanecem tão relevantes hoje quanto há cinquenta anos. Eles coincidem perfeitamente com as aspirações da sociedade brasileira. Nossa própria Constituição os reflete, como valores supremos de nossa vida política e social na democracia.

Orgulho-me em ocupar este pódio como o representante de um país que ampliou seus compromissos com a democracia e os direitos humanos, com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica, com a paz e o desarmamento – um país em paz, que busca constantemente estender sua presença no mundo pelo fortalecimento de parcerias tradicionais e a promoção de outras novas. Esperamos de nossos parceiros uma atitude de cooperação compatível com a crescente participação do Brasil nos mercados mundiais e com sua contribuição para a paz e segurança internacionais.

A democracia no Brasil continua a revelar extraordinária vitalidade sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nosso arcabouço institucional vem sendo fortalecido e os avanços na esfera social geram entre os Brasileiros um sentido renovado de cidadania.

Ao mesmo tempo em que determina a aplicação dos mecanismos existentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso propõe legislação que assegurará a plena observância dos direitos humanos. Tanto no plano interno quanto no externo, as políticas brasileiras em matéria de direitos humanos estão baseadas na transparência e na cooperação com a sociedade civil. Juntamente com a ação decidida do Governo para atacar os problemas sociais do País, as medidas visando à promoção e à proteção dos direitos humanos contribuirão de forma significativa para reverter o quadro injusto de distribuição de renda que infelizmente ainda prevalece no Brasil.

Reformas estruturais há muito necessárias e privatização estão em fase de implementação, abrindo o caminho para a consolidação da estabilidade econômica e do crescimento econômico sustentado.

O Brasil atingiu um alto grau de abertura econômica, acelerando assim sua integração na economia mundial e criando condições mais favoráveis para uma participação acrescida no comércio internacional, na transferência de tecnologia e nos fluxos de capitais produtivos. A inflação foi reduzida aos níveis mais baixos em um quarto de século, permitindo que o País adote políticas em benefício das camadas mais pobres e desprivilegiadas.

Estamos também engajados em um amplo e dinâmico processo de integração aberta com nossos vizinhos, acrescentando substância econômica à harmonia política de que desfrutamos em nossa região. O MERCOSUL – união aduaneira congregando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – é uma realidade política e econômica de grande sucesso, um parceiro pronto para negociar e cooperar com todos os países e regiões.

O Brasil deu passos significativos no sentido de fortalecer seus compromissos em matéria de desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa. O Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou publicamente que o Brasil renuncia ao desenvolvimento, aquisição e exportação de mísseis militares de longo alcance. O Congresso está em vias de aprovar a Convenção de Armas Químicas, e legislação abrangente sobre o controle de exportações de tecnologia de uso dual está sendo finalizada. Após ter decidido observar unilateralmente as diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o Governo brasileiro está atualmente discutindo sua participação no regime.

O compromisso do Brasil com a paz e o entendimento foi claramente demonstrado quando de sua recente participação, ao lado dos outros três países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, na reaproximação de duas nações amigas em nossa região – Equador e Peru.

Tropas brasileiras participam ativamente de vários esforços de manutenção da paz das Nações Unidas, particularmente em Angola, país que compartilha com o Brasil uma herança comum e que está finalmente a ponto de sanar as feridas abertas por anos de lutas intestinas. Estamos orgulhosos também do papel desempenhado por nossas tropas na transição pacífica para um governo democraticamente eleito em Moçambique.

Após anos de dificuldades, os brasileiros recuperam seu orgulho. O País está entrando em um ciclo de crescimento de longo prazo e de maiores oportunidades, em uma era de otimismo e confiança. É com esse espírito que a Diplomacia brasileira está preparada para encarar o mundo e para trabalhar no seio das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Ao refletir sobre os acontecimentos deste último ano, sinto-me inclinado a dizer que "foi o melhor dos tempos, e foi o pior dos tempos".

Foram tempos de legítima esperança, mas também tempos de medo e horror. Tempos de realizações, mas também tempos de frustração. Tempos de confiança em um futuro melhor para a humanidade, mas

também tempos de pesar pelo fato de que a paz, a liberdade, a justiça e o bem-estar permanecem inalcançados em várias partes do mundo.

Tempos em que riscos e oportunidades coexistem lado a lado.

A configuração atual das relações internacionais converge em direção aos duplos conceitos que inspiram a revolução dos anos noventa: democracia e liberdade econômica com justiça social. Esta é a linha mestra que dará os contornos do século que se aproxima e que assegurará liberdade e prosperidade para todos.

O próprio conceito de poder mudou. A soberania de um país e a capacidade de satisfazer as necessidades de sua população dependem cada vez mais de bons indicadores sociais, estabilidade política, competitividade econômica e progresso científico e tecnológico, e não de poderio militar.

É hoje geralmente aceito que os principais fatores do orgulho nacional são a democracia, o desenvolvimento, o comércio e a riqueza econômica, ao invés da busca por hegemonia ou ganhos territoriais.

Uma nova era de liberdade está ao nosso alcance. Países buscam seu lugar em suas regiões e no mundo de forma pacífica, contribuindo para a geração de riqueza através do comércio e da cooperação

As economias emergentes tornaram-se uma força considerável ao redor do mundo, beneficiando-se da globalização, de uma maior liberdade econômica e do continuado crescimento do comércio internacional. A integração econômica fortaleceu os laços regionais.

A reconstrução e uma maior participação nas relações internacionais são observadas em várias partes do mundo e outras continuam a prosperar e a crescer em paz. Parcerias novas ou renovadas surgiram nos cinco continentes.

O Oriente Médio está finalmente trilhando o caminho do diálogo e do entendimento, através de um processo de paz que apoiamos firmemente e encorajamos. Angola e Moçambique são as novas promessas da África meridional, promovendo a paz e a conciliação regionais assim como o fizeram os sul-africanos.

A América Latina, e dentro dela os países do Cone Sul, continua a demostrar vitalidade tanto no plano político, com a democracia em pleno funcionamento, como no plano econômico, com a liberdade e a abertura liderando a retomada do crescimento e a expansão do comércio.

As Nações Unidas preservaram seu papel na manutenção da paz e da segurança internacionais. Uma ampla agenda para o final do século está sob consideração. Iniciativas positivas estão em curso para assegurar que a Organização seja capaz de promover a paz e o desenvolvimento

de forma mais efetiva. Uma reforma do sistema é também necessária, de modo a torná-lo mais sensível aos desafios que teremos de enfrentar.

A promoção das liberdades civis e a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, maiorias e minorias, fortes e fracos, estão definindo o debate, direcionando a ação e fortalecendo a cidadania em todo o mundo.

São de fato tempos de mudança para melhor.

Mas, mesmo ao celebrar essas tendências positivas, há que se ter em mente as múltiplas ameaças decorrentes da persistência da pobreza e da violência em várias partes do mundo.

As imagens da ex-Iugoslávia são exemplo vivo dos fracassos do passado e dos desafios e percepções equivocadas do presente. Elas nos lembram do quanto ainda resta por fazer para que possamos realizar as promessas contidas na Carta das Nações Unidas.

A pobreza extrema e o desemprego surgem talvez como os mais difusos dos temas internacionais, afetando igualmente países desenvolvidos e em desenvolvimento, corroendo o tecido social ao mesmo tempo em que estimula o extremismo da parte de indivíduos e engendra soluções imprevidentes da parte de governos.

O terrorismo, o tráfico de drogas, o crime organizado, a xenofobia e o racismo, "a limpeza étnica", o fanatismo religioso e a intolerância e as persistentes violações dos direitos humanos continuam a afligir milhões de seres humanos.

Políticas econômicas desvirtuadas, a especulação financeira e a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais continuam a ameaçar mercados em escala global. As economias emergentes – que se esforçam para consolidar a estabilidade e a retomada do crescimento ao mesmo tempo em que tentam lidar com variáveis como taxas de juros e preços de matérias-primas – tornam-se mais vulneráveis.

O desarmamento permanece um objetivo fugaz. As promessas anunciadas pelo fim da Guerra Fria parecem desaparecer numa nuvem de desculpas vazias. Os chamados "dividendos da paz" estão ainda por materializar-se.

O mundo é hoje teoricamente menos perigoso e ameaçador. A competitividade, a capacitação tecnológica, a pujança econômica e os indicadores sociais tornaram- se os pilares do poder nacional. Ainda assim, movimentos positivos na área do desarmamento e da não proliferação foram contrabalançados por práticas anacrônicas e por aventuras militares irresponsáveis.

Determinados países continuam buscando o poderio militar e o poder estratégico. Enquanto o compromisso com a não proliferação e o

apoio ao desarmamento nuclear ganham espaço na América Latina, na África e em partes da Ásia, testes nucleares trazem de volta a lembrança das ameaças e horrores que assombraram a imaginação coletiva durante os anos da Guerra Fria. Além de constituírem um risco ao meio ambiente, eles estimulam a retomada de uma corrida armamentista despropositada em várias partes do mundo.

Testes nucleares solapam os esforços pelo desarmamento e põem em xeque a conclusão de um Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares. Ao invés de ajudar a comunidade internacional a fortalecer os mecanismos de segurança coletiva, certos países insistem em seus testes e na atualização de seus arsenais nucleares. Deploramos isto.

Afinal, onde se encontram as Nações Unidas no atual cenário internacional? Como podem elas lidar com as forças conflitivas e ambivalentes que operam no mundo de hoje? Onde começa e termina sua responsabilidade? O que podemos fazer para realizar a visão de seus fundadores?

Estas são algumas das perguntas que se nos apresentam no momento em que nos preparamos para comemorar o quinquagésimo aniversário das Nações Unidas.

É bem verdade que nossa Organização pareceu por vezes intimidada diante de certos desafios. Mas é certo que as deficiências ao longo desses últimos cinquenta anos teriam sido ainda maiores não fossem as Nações Unidas uma consciência universal, um instrumento de paz e desenvolvimento tal como nenhum outro jamais o foi, com uma autoridade moral que os povos do mundo aprenderam a reconhecer e a apoiar.

Senhor Presidente,

Em 1941, quando as Nações Unidas eram apenas um sonho distante ocultado pela guerra, Franklin Delano Roosevelt definiu as "quatro liberdades" sobre as quais se deveria erguer uma verdadeira comunidade de nações.

Eram elas – e penso útil lembrar as palavras inspiradas do próprio Roosevelt: a liberdade de fala e expressão; a liberdade de cada pessoa de adorar Deus à sua própria maneira; a liberdade da escassez, que, "traduzida em termos comuns, significa entendimentos econômicos que assegurarão a todas as nações um período de paz sadio para seus habitantes"; e a liberdade do medo, que, "traduzido em termos comuns,

significa uma redução universal de armamentos até um ponto e de tal forma que nenhuma nação estará em condições de cometer um ato de agressão física contra qualquer vizinho".

Conceder à humanidade essas quatro liberdades foi o desafio que, em última análise, deu vida às Nações Unidas. Ainda assim, essas quatro liberdades continuam em grande medida inalcançadas. Elas permanecem como uma inspiração e um objetivo.

Nos últimos cinquenta anos, as nações do mundo têm utilizado este pódio para expressar suas aspirações e preocupações e para manifestar-se sobre uma verdadeira parceria internacional baseada na paz e na prosperidade. As Nações Unidas têm sido sem dúvida uma chamada ao consenso, uma força moral e ética, um promotor de vontade e ação políticas, um substituto para a confrontação e a controvérsia.

Chegou a hora de avaliarmos cuidadosamente as realizações e as deficiências das Nações Unidas, para traçarmos a rota para os próximos cinquenta anos. Chegou a hora de criarmos as condições para as Nações Unidas do século XXI.

Na esteira da Segunda Guerra Mundial, a ideia de um organismo internacional como as "Nações Unidas" pode ter parecido utópica, especialmente em vista do fracasso da Liga das Nações e das tragédias e crimes que resultaram da prática de políticas de poder – a forma de fazer política que levou o mundo à guerra e seus horrores.

Buscando evitar a utopia, as Nações Unidas foram projetadas para prover verdadeiros instrumentos de interação diplomática, capazes de substituir a política de poder por valores éticos e de promover a prevenção e a solução de conflitos por meio da negociação e do diálogo.

Com um compromisso com a paz e a segurança, por um lado, e com o desenvolvimento, por outro, as Nações Unidas ajudaram a escrever capítulos importantes da história contemporânea, tais como o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a busca pelo desenvolvimento, o desarmamento, a proteção dos direitos humanos e da dignidade humana, a descolonização, a luta contra o *apartheid,* a condenação da tirania e da opressão.

Nesse processo, organizações importantes, como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e as diversas outras conferências dedicadas a temas globais, desempenharam papel fundamental. Nesses foros, ampliamos compromissos nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, direito do mar, direitos da criança, meio ambiente e desenvolvimento social e direitos da mulher.

É certo que já realizamos uma parte de nossos sonhos. Então por que não almejarmos realizações adicionais?

Olhamos para o passado recente e encontramos as Nações Unidas no centro dos acontecimentos internacionais mais importantes. Mesmo quando as circunstâncias foram um fator de constrangimento de sua ação, as Nações Unidas sempre demonstraram força moral.

Olhamos o presente e sentimos as Nações Unidas limitadas por sua estrutura, esforçando-se para tirar proveito de sua própria experiência para adaptar-se às realidades cambiantes do mundo, de modo a permanecer como a principal força internacional.

E assim o Brasil vê confiante o futuro.

Senhor Presidente,

A paz e o desenvolvimento nos anos vindouros dependerão, em grande medida, de nossa capacidade de renovar e reformar as Nações Unidas.

Nas instituições, como nos seres humanos, reavaliação e reforma são um sinal de vitalidade, de maturidade, de responsabilidade.

Conforme já assinalado pelo Brasil em ocasiões anteriores, uma "lacuna normativa" abriu-se entre alguns dos preceitos de nossa Carta e as realidades do mundo cotidiano.

O fato é que a maioria das estruturas das Nações Unidas ainda são aquelas desenhadas há cinquenta anos. Naquele momento, o mundo entrava em uma nova fase de política de poder que já não mais se aplica. As Nações Unidas contavam com menos de um terço do número de membros que têm hoje. O conceito de desenvolvimento não estava no núcleo da agenda internacional. Atores significativos do mundo desenvolvido e em desenvolvimento não tinham ainda o papel influente que hoje desempenham.

Novas realidades exigem soluções inovadoras. Expectativas acrescidas requerem compromissos mais fortes.

Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalizador de outras reformas necessárias dentro do sistema das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança é um imperativo que não mais deve ser postergado.

Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados-Membros, o Conselho de

Segurança precisa ter legitimidade inquestionável. E, como bem sabemos, legitimidade depende em última análise de representatividade.

A reforma não deve acarretar uma ampliação indiscriminada do Conselho de Segurança e, muito menos, uma reforma que seja insuficiente, predicada na conveniência de um número limitado de Estados. Acima de tudo, será essencial assegurar representação mais equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento que tenham tanto capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global.

O surgimento de novas potências econômicas e de um número de países em desenvolvimento com projeção global alterou significativamente a dinâmica da política mundial. Esses atores chegaram ao primeiro plano do cenário internacional e devem estar presentes no núcleo de membros permanentes, de modo que a composição do Conselho se torne mais equilibrada e reflita melhor a diversidade de visões de mundo.

Um aumento qualitativo do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, juntamente com uma ampliação do número de membros não permanentes, corresponderia à necessidade de conferir-lhe maior autoridade e eficiência no exercício de suas responsabilidades acrescidas na era pós-Guerra Fria.

A reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio Conselho de Segurança.

O Brasil está pronto para assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento.

Senhor Presidente,

A mesma atenção atribuída ao melhoramento do desempenho das Nações Unidas em matéria de paz e segurança internacionais deve ser atribuída aos esforços em prol do fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento.

A pobreza e o desemprego, tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento, a instabilidade econômica e políticas econômicas desvirtuadas que afetam países individualmente, assim como a persistência ou surgimento de várias formas de protecionismo, são fatores que afetam negativamente o crescimento sustentado em nível mundial. Trata-se de questões às quais se deve atribuir alta prioridade.

O desemprego não pode ser usado como pretexto que levará, em última instância, a um protecionismo direcionado principalmente contra os países em desenvolvimento. Não há porque buscar alívio do desemprego

acusando outros povos, criando novas formas de protecionismo disfarçado, aumentando a tensão nas relações internacionais.

Temos que fortalecer o papel da Organização Mundial do Comércio como o sustentáculo de um sistema de comércio multilateral aberto e não discriminatório.

Temos que promover uma coordenação mais ampla de políticas macroeconômicas, estimular a integração regional, fornecer uma cooperação melhor e mais eficaz nas áreas de saúde, saneamento, educação, administração da justiça e outras áreas de grande impacto social.

Temos que alargar os círculos decisórios, de modo a incluir países cuja contribuição para esses objetivos possa ser instrumental.

As Nações Unidas devem buscar viabilizar os compromissos alcançados no mais alto nível na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, pois ainda não foram realizadas as promessas feitas no Rio de Janeiro em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. O mesmo tipo de seguimento deve aplicar-se aos compromissos alcançados nas conferências internacionais subsequentes sobre temas globais.

Esses são os objetivos principais de uma reforma das instituições das Nações Unidas que lidam, direta ou indiretamente, com o tema do desenvolvimento sustentável.

Acreditamos firmemente que a visão ampla de uma reforma das instituições das Nações Unidas levará a uma Organização melhor, mais eficiente e revitalizada. Pois, como declarou neste mesmo foro um grande estadista brasileiro, Oswaldo Aranha, que presidiu a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral em 1947, "acima de tudo, temos a capacidade de fazer das Nações Unidas a soma total da justiça, da segurança e da paz, ou, pela nossa falta de sabedoria, de permitir que sejam transformadas em mais uma espada a ser empunhada cegamente pela força e o instinto".

Senhor Presidente,

As Nações Unidas permanecerão como o maior símbolo do século XX, desde que consigam manter sua vitalidade e promover eficazmente a paz e o desenvolvimento.

O Brasil está comprometido com a paz e a democracia e acredita que, se todos os povos puderem expressar livremente suas ideias e construir seu próprio destino, a democracia sairá fortalecida e continuará a servir ao propósito do desenvolvimento e da justiça social. O Brasil também está

comprometido com o desenvolvimento e sabe que o desenvolvimento depende de um ambiente internacional de paz, cooperação e liberdade econômica.

No momento em que nossos Chefes de Estado e de Governo se preparam para comemorar juntos em Nova York, em outubro, as realizações de nossa Organização, apressemo-nos a criar as condições para que eles possam construir um futuro com o mesmo ímpeto e a mesma audácia que inspiraram a comunidade internacional cinquenta anos atrás.

Certifiquemo-nos de que, por meio de nosso inabalável compromisso e de nossa ação tempestiva, as Nações Unidas sairão fortalecidas desta Quinquagésima Assembleia Geral.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Nova York, em 25 de setembro de 1995.

1996

1996

O ano de 1996 foi caracterizado por certa instabilidade política na Europa, assim como por mudanças importantes em outras regiões. Os conservadores perdiam terreno no Reino Unido, o Partido Socialista Espanhol seria apeado do Poder, pondo fim à longa presidência de Felipe Gonzalez e a esquerda voltaria ao Governo na Itália, numa coalizão liderada por Romano Prodi. Boris Yeltsin seria reeleito Presidente da Rússia, tendo antes conduzido seu país a ocupar um assento no Conselho da Europa. Sob a liderança de Benjamim Netanyahu, os conservadores do Likoud assumiriam o controle do Governo em Israel, prenunciando um agravamento das tensões no Oriente Médio. Nos EUA, Bill Clinton seria reeleito em novembro.

Havendo prevalecido sobre as forças russas, o Talibã, com o apoio do Paquistão, ocuparia Cabul e imporia um regime fundamentalista no Afeganistão. Esta seria a origem de um processo conflitivo que anos depois se entrelaçaria com os atentados de 11 de setembro e conduziria à intervenção das forças norte-americanas no Afeganistão.

Na América Central, desanuviava-se até certo ponto o panorama com o fim da guerra civil na Guatemala após trinta e seis anos de conflitos. A atividade das FARC na Colômbia, porém, intensificava-se e chegaria à fronteira do Brasil, aonde chegariam a ser sequestrados nacionais brasileiros.

No Brasil, o Governo Fernando Henrique Cardoso buscava lidar com a estabilidade econômico-financeira do Brasil num contexto de acentuada volatilidade internacional. Abrir-se-ia a fase mais intensa

do processo de privatização. Buscava-se atrair novos investimentos estrangeiros. O Governo se mobilizava no Congresso para obter o apoio necessário para as reformas constitucionais e a legislação em geral necessária para a implementação de seu programa, que culminaria com a derrubada do monopólio nos setores do petróleo, telecomunicações, gás canalizado e navegação de cabotagem. O objetivo do Governo era o de buscar uma abertura controlada da economia, capaz de gerar confiança nos investidores, recuperar o ritmo de crescimento sem despertar pressões inflacionárias e proteger a economia do Brasil da flutuação excessiva que então se delineava dos mercados de capitais.

Ao abrir seu discurso, o Ministro Luiz Felipe Lampreia fez significativas referências ao fato de os países lusófonos participarem pela primeira vez da AGNU organizados como integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Aludiu igualmente ao maior sentido de coesão do MERCOSUL, "uma das forças criadoras do Hemisfério americano". Referiu-se seguidamente ao orgulho com que o Brasil se apresentava à comunidade internacional com uma "nova projeção" fundamentada na consolidação da democracia, na estabilidade e na abertura de sua economia, assim como na retomada do crescimento "com um fundamento de justiça social". Enfatizou ademais a evolução positiva do Brasil: de uma economia fechada e de uma sociedade autoritária para um país sintonizado com a liberdade política e econômica e a cooperação por meio da integração e do comércio.

Seguindo uma característica bem própria dos discursos brasileiros, o Ministro Lampreia expôs as credenciais do país para exercer um papel ampliado no cenário internacional:

- O Brasil é uma das maiores democracias do mundo;

- Uma economia em desenvolvimento diversificada e dinâmica;

- Um foco de atração de investimentos produtivos;

- Um mercado de imenso potencial;

- Um país que pode servir de ponte entre os muitos mundos presentes em sua realidade interna;

- Uma força em favor da paz e da integração.

Após traçar um balanço positivo da ONU e rememorar as celebrações do cinquentenário ocorridas no ano anterior, o Ministro Lampreia manifestou o sentimento de insegurança e de apreensão com que o Brasil percebia o futuro da ONU. Recapitulando os enfrentamentos existentes em várias partes do mundo, a crise financeira e de "motivação" da ONU, o Ministro reafirmou o compromisso do Brasil com a organização.

Em uma referência implícita ao tema da inserção internacional do Brasil no mundo pós-Guerra Fria, o Ministro chamou atenção para as transformações ocorridas no plano das relações internacionais: "o mundo hoje organiza-se em função de fatores muito mais concretos e dramáticos (do que o fator político-ideológico da Guerra Fria), como o comércio internacional, os fluxos de investimentos e a transferência de tecnologia". Seguindo esta mesma ordem de raciocínio, o Ministro enfatizou a evolução da ordem internacional ("a ênfase nas coalizões político-ideológicas foi substituída por ênfase nas coalizões econômicas") em direção a "grandes acordos econômicos regionais". Mas alertou ao mesmo tempo para a necessidade de que a ONU evite o risco de que o bipolarismo da época da Guerra Fria encontre nova expressão no "bipolarismo do bem-estar", formulação original de um conceito que não havia até então figurado no discurso brasileiro e que aparentemente não voltou a ser empregado.

Para tanto, prosseguiu, é importante que se promova uma reforma da ONU, que a torne "alternativa viável e lógica ao unilateralismo ou a políticas de poder". O tema da reforma, por sinal, é recorrente no discurso brasileiro com notável coerência desde que a Carta nos deixara frustrados pela não indicação para um assento permanente no Conselho de Segurança. O Ministro aludiu de forma genérica à questão da reforma daquele órgão principal, que "deve ser ampliado para permitir uma maior participação de países com capacidade de atuação global e disposição de arcar com as responsabilidades daí decorrentes". O Ministro não chegou a fazer prescrições precisas e concluiu com uma exortação genérica: "cabe-nos, agora, definir o rumo desse processo".

No que se refere aos temas de desarmamento, o Ministro Lampreia salientou alguns desenvolvimentos importantes para o Brasil:

- Os esforços diplomáticos em curso para que o Hemisfério Sul fosse formalmente reconhecido como espaço livre de armas nucleares;

- A decisão do Brasil de declarar (a partir daquela data) uma moratória na exportação de minas terrestres antipessoal para todos os países;

- A decisão do Brasil de assinar imediatamente o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT).

LI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
1996

Ministro Luiz Felipe Lampreia[53]

Senhor Presidente,

Aceite os meus cumprimentos por sua eleição para presidir esta Quinquagésima Primeira Sessão da Assembleia Geral.

A Delegação do Brasil confia na sua liderança para o fortalecimento deste órgão, na realização dos princípios e objetivos da nossa Carta.

Quero cumprimentar também o meu querido amigo, o Professor Diogo Freitas do Amaral, pela dedicação que demonstrou na presidência da histórica Quinquagésima Sessão.

Nós lhe somos reconhecidos pelo firme compromisso de contribuir para que nossos trabalhos estivessem à altura das celebrações e das expectativas do cinquentenário das Nações Unidas.

Minha Delegação estende uma palavra de gratidão e reconhecimento ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Boutros Boutros-Ghali, pela perseverança no cumprimento de suas tarefas.

Senhor Presidente,

Pela primeira vez, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe comparecem à Assembleia

[53] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia**, nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

Geral das Nações Unidas organizados na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, voltada para a cooperação e a coordenação política.

Em consulta e de forma concertada, os países-membros da Comunidade esperam atuar com maior intensidade nas Nações Unidas, para melhor promover os seus interesses comuns e projetar a identidade linguística, cultural e histórica que os une.

Também os países do MERCOSUL vêm a esta Assembleia Geral com um sentido ainda maior de coesão.

O MERCOSUL, expressão concreta e viva da integração econômica e do regionalismo aberto, é uma das forças criadoras no Hemisfério Americano.

É um dos traços novos e marcantes da identidade do nosso Continente, um reflexo da democracia e do compromisso com as reformas econômicas na nossa região.

Implantada a União Aduaneira, o MERCOSUL conta agora com a associação do Chile, por meio de um acordo de livre comércio com forte dimensão político-diplomática.

A associação da Bolívia, proximamente, e de outros países sul-americanos, aguardada com interesse, reforçará de forma muito concreta o perfil dinâmico e aberto do MERCOSUL.

Consolidado, em expansão, interlocutor de um número crescente de países e agrupamentos regionais, o MERCOSUL é uma resposta positiva que a América do Sul dá aos desafios e oportunidades do mundo de hoje.

Realizações como o MERCOSUL e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa reforçam as credenciais dos seus países-membros e os ajudam a fazer, da sua presença no mundo, um instrumento de desenvolvimento econômico e progresso social.

Senhor Presidente,

Meu país comparece a esta Assembleia Geral com o orgulho de poder apresentar-se à comunidade internacional com uma nova projeção.

O Brasil deve isso à consolidação da democracia, à estabilização e abertura da sua economia e à retomada do crescimento com um fundamento de justiça social.

Deve-o também à sua participação nos processos de integração regional e de internacionalização da economia mundial.

Estamos sintonizados com as duas principais forças que movem o mundo de hoje: a liberdade política e econômica e a cooperação por meio da integração e do comércio.

Posso dizer com grande satisfação que, graças a avanços concretos, e não por mero voluntarismo, pudemos ampliar o diálogo e a cooperação com nações amigas de todo o mundo, desenvolvidas e em desenvolvimento.

Reforçamos parcerias tradicionais e exploramos outras novas, sobretudo na África, na Ásia e no Oriente Médio.

Sabemos que a consolidação dessas conquistas pelo povo brasileiro depende de que haja continuidade e vigor nas políticas que nos trouxeram até aqui.

Sabemos que essas políticas ainda não esgotaram os desafios que o Brasil enfrenta nas áreas social, econômica e cultural.

Mas elas são um importante começo.

Estamos convencidos de que a crescente interação do Brasil com a sua região e com o mundo, a consolidação das suas parcerias internacionais e o bom diálogo e a cooperação com os seus muitos amigos são condições básicas para que a nação brasileira possa perseverar nas políticas que vem seguindo no plano doméstico.

O Brasil é uma das maiores democracias do mundo, uma economia em desenvolvimento diversificada e dinâmica, um foco de atração de investimentos produtivos, um mercado de imenso potencial – um país, em suma, capaz de entreter relações proveitosas com todas as nações, na base do respeito mútuo e da reciprocidade.

Por suas próprias características, o Brasil pode fazer a ponte entre os muitos mundos presentes na sua realidade interna.

Nossas aspirações a ampliar a participação nos foros decisórios internacionais serão sempre orientadas por uma avaliação criteriosa dos nossos próprios méritos e peso específico e pela contribuição que possamos prestar à comunidade das Nações.

Procuramos ser uma força a favor da paz e da integração.

Senhor Presidente,

O cinquentenário das Nações Unidas gerou na comunidade internacional uma justificada expectativa.

Uma expectativa de que olhássemos não apenas para o passado, celebrando os muitos feitos e realizações da nossa Organização, mas também para o futuro, em busca da sua adaptação a novas realidades e problemas.

Podemos dizer com segurança que a celebração do cinquentenário teve um bom resultado.

Com a opinião pública mundial focalizada sobre a ONU, líderes e governos se viram obrigados a refletir sobre a Organização e a dedicar a ela um espaço importante em suas agendas políticas.

Foi possível recordar a transcendência histórica da Carta de São Francisco e a importância da ONU como foro de debate e caixa de ressonância dos interesses conflitantes no cenário internacional do pós-Guerra.

A reflexão que fizemos mostrou claramente que, sem a ONU, o mundo teria sido mais violento, mais instável e inseguro, mais injusto e cruel, sobretudo com os mais fracos – uma presa de políticas de poder e de arbitrariedades.

Celebramos grandes avanços no direito internacional e nos compromissos políticos e éticos em torno de temas concretos – temas como o desenvolvimento sustentável, a proteção ao meio ambiente, os direitos humanos, o desarmamento, a não proliferação e a luta contra a pobreza, o terrorismo, o crime organizado e o narcotráfico.

Foi, portanto, um balanço positivo dos primeiros cinquenta anos das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Não podemos dizer com a mesma segurança que o cinquentenário marcou um compromisso renovado com a ONU e o seu futuro.

Ficamos muito aquém do que a comunidade internacional esperava, aquém mesmo do que os especialistas mais cautelosos aconselharam a prever.

Um impasse persiste, um impasse incômodo que deixa um misto de incerteza e frustração, de insegurança quanto ao futuro das Nações Unidas e, portanto, de apreensão.

As Nações Unidas iniciam uma nova etapa, depois de tantas mudanças no cenário internacional, sem os meios e a eficácia para atuar como órgão político máximo da humanidade e cumprir o seu mandato, um mandato que lhe foi conferido pela comunidade internacional e que continua tão atual quanto há cinquenta anos.

Em 1961, o presidente John Kennedy referiu-se à ONU como "nossa última, nossa melhor esperança".

Diante da ameaça de uma guerra nuclear e diante de vários conflitos, essa impressão traduzia a confiança da comunidade internacional em uma Organização construída sobre um desígnio universal de paz, entendimento e prosperidade entre os povos.

O mesmo Kennedy reafirmou naquele momento um compromisso com as Nações Unidas – "de apoiá-la – de impedir que se torne um mero foro para acrimônias – de fortalecer seu escudo para os novos e os fracos – e de aumentar o escopo de seu mandato".

Vinte e cinco anos depois dessas inspiradas palavras, as Nações Unidas se encontram diante de uma encruzilhada.

O mundo mudou, as correlações de forças mudaram e com elas as expectativas dos países em relação às Nações Unidas e à sua capacidade de administrar, prevenir e solucionar conflitos.

Mas diversos enfrentamentos ainda causam sofrimento, instabilidade e miséria em muitas partes do mundo.

Isso ocorre ao mesmo tempo em que a organização enfrenta sua pior crise financeira e de motivação.

Há um sentimento às vezes difuso, às vezes patente, de insatisfação com uma entidade que ainda representa o que de melhor o espírito humano soube conceber na busca da paz e do entendimento entre os povos.

Senhor Presidente,

O Brasil tem um compromisso com a Carta da ONU e com o patrimônio político, diplomático e jurídico que a Organização construiu nos últimos cinquenta anos.

Esse compromisso é parte do próprio patrimônio histórico e diplomático brasileiro e dos princípios pelos quais sempre pautamos a nossa atuação neste foro e nas relações com todos os povos, especialmente nossos dez vizinhos, com os quais vivemos em paz há mais de um século.

E é esse compromisso que nos impele a lançar uma palavra de cautela a todos os que, como nós, desejamos manter as Nações Unidas como uma grande fonte de liderança nas relações internacionais, como um instrumento para promover uma sociedade internacional mais apegada aos valores da liberdade, do direito e da cidadania.

Depois da exacerbação do fator político-ideológico durante a Guerra Fria, o mundo de hoje se organiza em função de fatores muito mais concretos e pragmáticos, como o comércio internacional, os fluxos de investimentos e a transferência de tecnologia.

A ênfase nas coalizões político-ideológicas foi substituída pela ênfase nas coalizões econômicas.

Movidos pela opinião pública, os Governos hoje se preocupam com o bem-estar social, a qualidade de vida, os indicadores socioeconômicos, o desemprego.

O principal foco do debate político está se deslocando definitivamente da estratégia e da ideologia para o campo econômico e da integração.

Por isso o mundo tem evoluído de forma intensa no sentido de grandes acordos econômicos regionais.

Norte-Sul e Leste-Oeste, eixos centrais da política internacional dos últimos cinquenta anos, dão lugar a agrupamentos de países unidos em torno do objetivo da integração econômica e da concertação de políticas macroeconômicas, financeiras e comerciais.

Norte, Sul, Leste e Oeste já não são mais os pontos cardeais na bússola do poder mundial. A OMC e seu corpo de regras abrangentes e universais para a promoção do livre comércio, a União Europeia, a APEC, o NAFTA, a OCDE, o G-7, a ASEAN, a SADC e o MERCOSUL são, em suas respectivas áreas de atuação, molas propulsoras do desenvolvimento, da cooperação, do entendimento e, portanto, da paz.

A paz almejada pelos fundadores das Nações Unidas pode surgir como a resposta das várias regiões e grupos de países aos desafios, oportunidades e riscos de um novo mundo, hoje rotulado de mundo da globalização. Um mundo que gera prosperidade e uma competição saudável entre países e regiões.

Mas um mundo que gera também, marginalizados e despossuídos entre os países e dentro dos países.

Um mundo que acirra desigualdades e fermenta conflitos.

Um mundo que exige razão, reflexão e ação construtiva.

Senhor Presidente,

Por meio da paz, da cooperação, do respeito pelos direitos humanos e do desenvolvimento, as Nações Unidas têm um papel de relevo a desempenhar na tarefa de evitar que o bipolarismo da época da Guerra Fria encontre nova expressão no bipolarismo do bem-estar.

É imperativo que a Organização evolua para desempenhar esse papel como tantas vezes fez com sucesso no passado.

Que saiba adaptar-se em termos de estrutura e de métodos de trabalho, para maximizar o potencial dos seus recursos humanos, materiais e financeiros.

Que saiba usar o grande poder político-estratégico, diplomático e moral que é capaz de mobilizar.

Que dê continuidade e implementação às decisões que toma às regras com que vai atualizando e dando organicidade ao direito

internacional e aos compromissos que tem obtido da comunidade internacional.

Muito resta a fazer na sequência das grandes conferências que moldaram a agenda internacional desta década.

Direitos da criança, meio ambiente e desenvolvimento, direitos humanos, população, desenvolvimento social, direitos da mulher e *habitat*: todas essas conferências geraram compromissos a cumprir, decisões a implementar e um importante trabalho de seguimento a realizar.

Para que a ONU mantenha seu lugar na estima da opinião pública mundial e continue sendo prioridade na política internacional, é preciso que saiba dar mais apelo e consequência à sua agenda.

Temos de corrigir a tendência a produzir reuniões cujo único resultado é gerar novas reuniões ou resoluções de sentido retórico.

Temos de acabar com a imagem de uma ONU morosa, letárgica e incapaz de corresponder aos desafios dos tempos.

O Brasil tem convicção de que uma reforma da Organização ainda está ao nosso alcance, de que é possível assegurar-lhe um papel de primeira grandeza nesta nova fase da sua existência.

Acreditamos em uma reforma que torne as Nações Unidas a alternativa viável e lógica ao unilateralismo ou a políticas de poder.

Que lhe dê capacidade de atuação no mundo radicalmente diferente em que ela deve mover-se.

Que lhe devolva a condição de foro privilegiado do debate e da ação político-diplomática.

Senhor Presidente,

Um ano depois de que nossos Chefes de Estado e de Governo chamaram a atenção para a gravidade da situação financeira da ONU, estamos ainda longe de uma solução para o problema.

Estrangular aos poucos as Nações Unidas, privando-as dos recursos para o desempenho de suas funções, não é a maneira de obter maior eficiência administrativa da Organização.

A persistir esse quadro, poderemos ver comprometida a capacidade da ONU de adaptar-se à nova dinâmica do mundo.

Poderemos ver evoluir uma situação em que os seus espaços de atuação vão sendo progressivamente ocupados por outros organismos e entidades, com agendas e objetivos próprios, que podem ou não refletir o sentimento da comunidade internacional e os interesses da paz, da segurança e da estabilidade mundiais.

Por tudo isso, é preciso ter perseverança, coragem e, sobretudo, a vontade política de fazer avançar a discussão de questões que refletem um real compromisso com as Nações Unidas.

Questões que dizem respeito à própria relevância da Organização nas relações internacionais nesta mudança de século. Questões como a reforma do Conselho de Segurança.

Há hoje um virtual consenso de que o Conselho deve ser ampliado para permitir uma maior participação de países com capacidade de atuação global e disposição de arcar com as responsabilidades daí decorrentes.

Cabe-nos, agora, definir o rumo desse processo, cujo resultado é fundamental para o fortalecimento das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

O Brasil tem assumido diversos compromissos em matéria de desarmamento e da não proliferação nuclear e de armas de destruição em massa e seus sistemas de lançamento.

Estamos agora empenhados em fazer com que o Hemisfério Sul seja formalmente reconhecido como um espaço livre de armas nucleares.

Temos a convicção de que esse é um direito dos povos que nele vivem e uma obrigação daqueles que em todo o mundo detêm arsenais nucleares ou têm capacidade de desenvolvê-los.

É também no marco de nossos esforços de desarmamento em todos os campos que trago a esta Assembleia Geral a decisão do Governo brasileiro de declarar a partir de hoje uma moratória na exportação de minas terrestres antipessoal para todos os países.

A experiência da participação brasileira na força da ONU em Angola só tem corroborado a importância de que o mundo declare essa moratória e se empenhe em eliminar o flagelo dessa ameaça à vida quotidiana de milhões de seres humanos.

Gostaríamos que essa decisão fosse tomada por todos os países que exportam minas ou têm capacidade de fazê-lo.

Senhor Presidente,

A comunidade internacional deposita grande esperança no Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares – CTBT.

Essa esperança justifica-se plenamente.

Temos diante de nós uma oportunidade histórica de pôr fim a uma prática anacrônica, que desperta cada vez mais o repúdio e a condenação da opinião pública mundial.

Estamos dando um passo importante rumo ao desarmamento nuclear geral e completo e afirmando inequivocamente que não há mais lugar no mundo de hoje para as armas nucleares ou para corridas armamentistas regionais.

O Brasil está comprometido com a não proliferação de armas de destruição em massa e com o fim dos arsenais atômicos e sempre expressou a sua inconformidade com testes nucleares.

Lutou para ver aprovado o CTBT na Conferência do Desarmamento e considerou o bloqueio de um consenso em Genebra um grave revés.

Era inconcebível para o Brasil que deixássemos o momento passar, que aceitássemos correr o risco de ver o CTBT seguir o mesmo caminho de tantas outras iniciativas cujo destino foi o esquecimento.

Por isso, o Brasil foi um dos primeiros países a estender o seu copatrocínio à iniciativa da Austrália de valer-se da oportunidade singular de trazer o CTBT à aprovação da Assembleia Geral.

Essa decisão refletiu o compromisso de legar às gerações presentes e futuras um mundo mais seguro, livre das armas nucleares.

É por isso que o Brasil assinará imediatamente o CTBT.

Exortamos todos os países, nucleares e não nucleares, a fazerem o mesmo.

Senhor Presidente,

Os povos do mundo esperam das Nações Unidas ação e liderança.

Esperam que a ONU continue sendo, nos próximos 50 anos, uma referência obrigatória da política internacional.

Para confiar em que a ONU será sempre, não a última, mas a nossa melhor esperança.

Muito obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 1996.

1997

1997

No Oriente Médio, na África e na Europa Oriental, o ano de 1997 prenunciou o quadro de crescente instabilidade que viria a se agravar nos anos subsequentes. Verificava-se perceptível escalada do conflito palestino-israelense com a ruptura dos acordos de Hebron. Saddam Hussein expulsaria do Iraque os inspetores da AIEA, agravando suspeitas quanto à existência de armas de destruição em massa naquele país. Caracterizava-se um estado de guerra civil em Ruanda, que iria culminar com um verdadeiro genocídio de minorias étnicas. O General Kabila assumiria o Poder no Zaire (hoje República Democrática do Congo) num contexto de violenta guerra intestina, que, de uma forma ou de outra, prosseguiria sem solução nos anos subsequentes. E a Albânia via-se mergulhada numa grave comoção interna que culminaria com a queda do Presidente Sali Berisha. Na América Latina, a violência do Sendero Luminoso no Peru atingiria notoriedade com a ocupação da Embaixada do Japão em Lima e a tomada de inúmeros reféns que então participavam da festa nacional nipônica.

Abriam-se ao mesmo tempo expectativas positivas no campo da ciência e da tecnologia com a clonagem do primeiro animal, a ovelha Dolly, e o pouso da sonda Pathfinder em Marte. Aprovava-se, por outra parte, em Conferência das Nações Unidas, o Protocolo de Kyoto, que emendou a Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, com vistas a estabelecer reduções de emissões tóxicas pelos Estados-Partes, cuja entrada em vigor, porém, só se daria em 2005, após extensas controvérsias que culminariam com a não participação dos EUA.

A esquerda venceria as eleições na França e Lionel Jospin tornar-se-ia Primeiro-Ministro. No Reino Unido, a volta dos trabalhistas ao Poder com o Primeiro-Ministro Tony Blair, após longo interregno conservador, prenunciava mudanças importantes de orientação.

No Brasil, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpria o seu terceiro ano de mandato. O capital político do Governo era então predominantemente investido na aprovação da emenda que permitiria a reeleição dos ocupantes de cargos no Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal.

Um evento se desenhava, porém que acabaria por afetar profundamente o Brasil. No segundo semestre de 1997 iniciar-se-ia forte turbulência nos mercados financeiros internacionais. Conhecida como "a crise asiática", a instabilidade nos mercados internacionais começou com a flutuação da moeda da Tailândia, havendo-se estendido rapidamente pelos mercados emergentes da região: Coreia do Sul, Indonésia, Malásia, Hong Kong, entre outros. O sistema financeiro da Rússia entraria em colapso e as consequências da crise logo se fariam sentir na América Latina. Produziu-se uma grande pressão sobre o real e as reservas internacionais do Brasil foram severamente abaladas. O índice Bovespa despencou quase 15% e os juros passaram da marca de 40% ao ano.

As repercussões mais sérias sobre o Brasil, porém, viriam a dar-se no ano seguinte. Àquela altura, o discurso brasileiro ainda poderia concentrar-se prioritariamente nos temas políticos e de segurança.

A Quinquagésima Segunda Sessão da Assembleia Geral da ONU foi a primeira de que participou o Secretário-Geral Kofi Annan. Ao saudá-lo, o Ministro Lampreia enfatizou a satisfação com que o Brasil recebia as propostas do novo Secretário-Geral para a reforma e o fortalecimento institucional da Organização.

O tom do discurso assumiu características mais otimistas: "uma nova atmosfera de esperança envolve as Nações Unidas". Concretamente, o Ministro salientou:

- Os projetos de modernização e abertura política e econômica em curso em muitos países;

- A integração econômica nos diferentes planos regionais;

- O fenômeno da internacionalização da economia no plano global.

Sob este contexto positivo, o Ministro enfatizou a evolução da América do Sul em direção à consolidação da democracia, da integração, da estabilidade e do desenvolvimento, enfatizando ao mesmo tempo a primazia do MERCOSUL no processo.

Particular atenção foi dada aos temas de desarmamento e controle de armas, havendo o Ministro anunciado a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso de submeter o Tratado de Não Proliferação (TNP) à aprovação do Congresso Nacional.

Sem prejuízo destes aspectos positivos, o Ministro recordou a continuada presença de fatores de desintegração, como a marginalização, a transnacionalização do crime, os conflitos em curso e o terrorismo no Oriente Médio e na América Latina.

Ao referir-se aos conflitos em curso no plano internacional, o Ministro singularizou o caso de Angola.

Sobre a questão da reforma da ONU e das propostas do Secretário-Geral, o Ministro Lampreia foi incisivo ao manifestar o "agrado e o entusiasmo" com que o Governo brasileiro recebera o relatório Annan, assim como o compromisso de trabalhar para a concretização das propostas contidas no relatório.

O Ministro dedicou em seguida um trecho muito expressivo do discurso (talvez o mais explícito de quanto o Brasil tenha feito na Assembleia) a resumir e expor a visão do Governo brasileiro sobre a questão da reforma do Conselho de Segurança:

- "Queremos que o Conselho seja mais representativo das realidades internacionais contemporâneas, como foi no início";

- Ampliação no número de membros permanentes "para contemplar o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento" e de não permanentes "para dar uma participação mais frequente aos países interessados";

- Repúdio à discriminação: não se pode criar uma terceira ou quarta categoria de membros;

- Os novos membros permanentes devem ser identificados por meio de exercício de realismo e pragmatismo, a partir de processo democrático que "sem prescindir do apoio regional, conduza a uma representação legítima e universalmente reconhecida".

Ao concluir, o Ministro reafirmou a disposição do Brasil de aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho "em representação da América Latina e do Caribe" e exortou a Assembleia a "definir o formato ideal de um Conselho de Segurança ampliado".

No discurso de 1996, o Ministro Lampreia havia citado Kennedy para qualificar a ONU como "nossa última, nossa melhor esperança". Em 1997, o Ministro recorreu a Martin Luther King para acentuar a necessidade de reforma da organização como uma tarefa a ser realizada com o sentido de "veemente urgência do agora", sem embarcar "no luxo da desmobilização ou de tomar o tranquilizante do gradualismo".

LII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
1997

Ministro Luiz Felipe Lampreia[54]

Senhor Presidente,

Introdução

Em nome da delegação brasileira, quero congratulá-lo pela sua eleição para presidir os trabalhos da Quinquagésima Segunda Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Brasil tem uma importante e operosa comunidade de origem ucraniana. Por isso, nós, brasileiros, nos sentimos felizes em ver esta Sessão ser presidida por um ilustre filho da Ucrânia, um país do qual se espera uma importante contribuição à causa da paz e da segurança internacionais.

Saudação ao Embaixador Razali e ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Quero saudar o Representante Permanente da Malásia, Embaixador Ismail Razali, pela condução dos trabalhos da Quinquagésima Primeira Sessão. A dinâmica presidência do Embaixador Razali permitiu a concepção de uma proposta imaginativa e abrangente, a partir de amplas consultas, para que possamos avançar na reforma do Conselho de Segurança.

Também tenho a satisfação de cumprimentar o nosso novo Secretário-Geral, Senhor Kofi Annan, escolhido para exercer um mandato que estará marcado pelos desafios políticos e administrativos da

[54] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia**, nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

modernização. O Secretário-Geral tem correspondido às expectativas que a sua eleição justificadamente gerou na comunidade internacional, em um momento difícil da vida da nossa Organização.

Acolhemos como sinal de renovada vitalidade das Nações Unidas as propostas de reforma e fortalecimento institucional apresentadas pelo Secretário-Geral. Essas propostas e a contribuição do Embaixador Razali certamente concentrarão as atenções da Assembleia Geral e nas consultas paralelas e contribuirão para consolidar um novo espírito que deve inspirar a nossa Organização.

Senhor Presidente,

Importância da liderança

Esse novo espírito se chama liderança: a mesma força que desde sempre tem sido capaz de fazer história, de alterar o curso dos acontecimentos dentro dos países e no plano internacional, de apontar caminhos, de dar esperança aos povos – de ver movimento onde outros enxergam apenas inércia ou paralisia.

O Embaixador Razali e o Secretário-Geral reviveram o espírito de liderança dos criadores das Nações Unidas, marcado pelo idealismo nos objetivos e pelo pragmatismo nas formas de atuar.

Foi também a liderança de homens como Dag Hammarskjöld ou como o brasileiro Osvaldo Aranha, por duas vezes Presidente desta Assembleia Geral, que permitiram muitos dos momentos em que as Nações Unidas tiveram uma atuação decisiva como fator de transformação nas relações internacionais.

Graças a essas manifestações de liderança, o mundo pôde contar com um foro sem paralelo na história, um palco de negociações e uma força política em favor da paz e da segurança internacionais. Se nem sempre as Nações Unidas foram capazes de impedir ou deter os conflitos, elas certamente reduziram em muito o seu número e evitaram que as suas consequências fossem maiores.

Por isso, as Nações Unidas se fixaram na percepção da opinião pública mundial como uma referência obrigatória, um sinal de esperança, uma força moral.

Nós estamos vendo hoje renascer a liderança nas Nações Unidas, sentindo os seus efeitos, testemunhando uma alteração notável no espírito e no ânimo da Organização. Há mais otimismo. Há mais motivação entre

os delegados e funcionários. Há mais expectativas da parte de um grande número de governos.

Uma nova atmosfera de esperança envolve as Nações Unidas.

É um fenômeno que temos de incentivar e explorar – um fenômeno cujas perspectivas devemos transmitir à opinião pública, para fazer renascer com força a confiança da comunidade internacional na nossa Organização.

Senhor Presidente,

Fatores positivos por trás da agenda

A agenda da Quinquagésima Segunda Sessão é vasta e revela a continuada complexidade e os numerosos conflitos de interesse que animam as relações internacionais em nossos dias.

Uma nova dinâmica internacional combina três impulsos positivos: os projetos de modernização e abertura política e econômica da maioria dos países; a integração econômica nos diferentes planos regionais, com seus inúmeros benefícios políticos e de segurança; e o fenômeno da internacionalização da economia, no plano global.

São movimentos que tendem a gerar, a incentivar e a consolidar a paz e a segurança internacionais, porque se baseiam na confiança e na concórdia para prosperar e produzir os resultados materiais e espirituais almejados pelos que neles estão engajados.

A integração econômica é cada vez mais a grande promotora e garante a paz, a segurança, a estabilidade e a cooperação internacional, e também por isso deve ser valorizada e incentivada.

Porque produz tantos benefícios políticos e econômicos, a integração é hoje a grande marca da realidade sul-americana, uma consequência da democracia e da liberdade econômica. O MERCOSUL, esse novo e poderoso impulso de desenvolvimento na região, constitui um exemplo da importância da integração.

Inviabilidade de uma corrida armamentista na América Latina

Plenamente democrática, em acelerada e dinâmica integração, a América do Sul tem um reduzido potencial de conflito. Com os mais baixos orçamentos militares do mundo, a nossa região vem aplicando políticas econômicas que implicam um estrito controle dos gastos orçamentários.

Nossas prioridades são a estabilidade e o desenvolvimento.

As compras de armamentos militares são plenamente compatíveis com as necessidades de defesa dos países latino-americanos e se destinam basicamente à reposição de equipamento obsoleto ou desgastado.

Medidas recentemente anunciadas no âmbito estratégico-militar não alterarão esses parâmetros fundamentais.

Os interesses concretos que unem os países da América do Sul – o comércio, os investimentos, a projeção internacional que ganhamos com o MERCOSUL e a crescente integração regional – são um fator inabalável de união e de coesão.

Importância de privilegiar o combate ao tráfico de armas

Não há na América Latina qualquer potencial de desestabilização militar. Não existe o perigo de uma corrida armamentista na região porque não existem condições políticas, econômicas ou estratégicas para isso. Assim, não se justifica uma iniciativa regional de autolimitação de armas convencionais. Seria o equivalente a defender o desarmamento dos desarmados.

Nossa preocupação deve ser o combate ao tráfico de armas, que sustenta a força do crime organizado e do narcotráfico. Esse sim é um problema grave que ajuda a perpetuar um vetor de desestabilização que também a nossa região infelizmente tem tido de enfrentar.

Só a ação determinada e coordenada da comunidade internacional, com medidas mais estritas de controle da fabricação e venda de armas a particulares, poderá coibir e mesmo suprimir o tráfico que sustenta o crime e leva à violência, ao medo e à desesperança. O Brasil faz uma exortação veemente a todos os países do mundo e particularmente aos do seu Hemisfério para que intensifiquem a cooperação no combate ao tráfico de armas.

Senhor Presidente,

Avanços na área do desarmamento nuclear e minas terrestres

Temos tido bons avanços em áreas de grande preocupação e crescente visibilidade, como o desarmamento e muito especialmente os esforços pela eliminação de minas terrestres antipessoal, que têm mobilizado cada vez mais a comunidade internacional.

Por isso, contamos hoje com o Tratado de Proscrição Total de Testes Nucleares – CTBT e a disposição da imensa maioria de assumir compromissos firmes, expressos na Conferência de Oslo sobre Minas Terrestres Antipessoal.

Nessas duas áreas, o Brasil vem procurando somar seus esforços aos da comunidade internacional.

TNP

Esse foi o sentido da decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso de submeter o Tratado de Não Proliferação – TNP à aprovação do Congresso Nacional. O Brasil pode dar uma contribuição adicional para o desarmamento nuclear, participando construtivamente das discussões que a prorrogação indefinida do TNP proporcionará, no âmbito desse, que é o mais universal dos Tratados de desarmamento.

Minas terrestres antipessoal

Esse também é o sentido do trabalho que temos realizado no âmbito da Conferência de Oslo sobre Minas Terrestres e do Processo de Ottawa. O Brasil apoia com firmeza a proscrição das minas antipessoal em todos os tipos de conflito.

A comunidade internacional deve engajar-se na ajuda aos países mais pobres e devastados pela guerra, que sofrem os efeitos perversos e prolongados das minas semeadas em seus territórios.

O Brasil quer que a proscrição das minas terrestres antipessoal e a desminagem se traduzam em compromissos efetivos de toda a comunidade internacional.

Essa é uma questão ética, de observância dos mais elementares princípios do direito humanitário. Por isso, esperamos que a Convenção internacional aprovada em Oslo, que consagra importantes compromissos nessa área, tenha aceitação universal.

Tendências negativas por trás da agenda

Essas tendências positivas poderiam criar a impressão de que as Nações Unidas são hoje menos necessárias do que há dez, vinte ou cinquenta anos. Essa é uma falsa impressão.

Porque, ao lado do que é positivo, encontramos também a continuada presença de fatores de desagregação. Alguns deles, infelizmente, são subprodutos das novas tendências mundiais – a marginalização dentro das nações e entre elas, a transnacionalização do crime e os conflitos de interesses que se canalizam para a violência, para a ameaça ou o uso da força.

Terrorismo

A persistência e a prepotência do terrorismo continuam a ser uma das mais sérias ameaças à paz e ao desenvolvimento internacionais, gerando desespero e sofrimento.

No Oriente Médio, o terrorismo e a intolerância ameaçam o futuro de um processo de paz promissor, que já mostrava benefícios para os povos da região. Em outros países, inclusive na América Latina, atos terroristas revelam a existência de grupos que insistem em práticas incompatíveis com os valores da civilização e da dignidade humana.

Precisamos ser incansáveis na condenação daqueles que recorrem à violência covarde para avançar seus propósitos obscuros, desprovidos de toda ética.

O Brasil é enfático ao expressar sua repulsa a essas práticas e exorta a comunidade internacional a não medir esforços para condenar e combater o terrorismo, qualquer que seja a forma em que se dê ou os motivos que invoque.

Ressurgimento de conflitos

Conflitos que pareciam definitivamente superados, graças ao espírito de entendimento promovido por uma ação construtiva das Nações Unidas, ainda mostram sinais de resistência, exigindo a continuada vigilância e o engajamento da comunidade internacional.

O caso de Angola

Angola é um caso exemplar. Uma história de esperança e promessa não pode ser continuamente rompida pelos fatores que já levaram tanta destruição e tanto sofrimento a um povo valoroso, ao qual nós brasileiros nos sentimos intimamente ligados.

Angola é hoje uma prova decisiva para as Nações Unidas. Não podemos aceitar sequer a possibilidade de um retrocesso. Por isso, o Brasil, no exercício da presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, exorta a comunidade internacional e particularmente os países que integram o Conselho de Segurança a exercer uma vigilância atenta e severa sobre o processo de paz em Angola. Temos de contribuir para que o povo angolano retome o seu desenvolvimento em um marco de democracia e pluralismo.

Senhor Presidente,

A importância da atuação continuada das Nações Unidas

As Nações Unidas têm um papel insubstituível nesse mundo que continua a mesclar forças de agregação e cooperação com forças da violência, da ruptura e da agressão. Mas, pela inação, pela incapacidade de gerar consensos, pelo obstrucionismo, pela excessiva politização de muitos temas, temos permitido que as Nações Unidas percam a sua força como instrumento da paz e da concórdia universais e promotoras da cooperação e do desenvolvimento.

Temos de reagir a essa situação. Temos de retomar, em todos os âmbitos, a noção cardeal de liderança.

A reforma das Nações Unidas e as propostas do Secretário-Geral

Os últimos anos revelaram que a reforma das Nações Unidas tornou-se inadiável. Não podemos mais perder de vista as grandes questões institucionais, nem dissipar energias preciosas.

Foi muito oportuna a circulação do relatório do Secretário-Geral, intitulado "Nações Unidas: um Programa de Reforma", que o Governo brasileiro recebe com agrado e entusiasmo.

A força da nossa Organização deriva da sua universalidade e da natureza abrangente do seu mandato.

As Nações Unidas não podem perder-se em tarefas cuja execução melhor caberia a outros Organismos internacionais ou agências especializadas.

Não podemos ser prisioneiros da inércia, nem condenar uma parte do nosso debate à irrelevância. É urgente que a Assembleia Geral

evolua para uma agenda mais concentrada naquilo que é fundamental para assegurar um papel de relevo para as Nações Unidas nas relações internacionais.

Para que façam uma diferença, para que exerçam liderança efetiva no complexo mundo de hoje, é imperativo que as Nações Unidas recuperem o sentido original da Carta, concentrando-se nas suas missões essenciais: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção da justiça e do direito internacional, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a proteção dos direitos humanos e a prestação de assistência humanitária.

Os Estados-Membros devem criar condições políticas para uma atuação eficaz das Nações Unidas e assumir o compromisso de estabelecer prioridades e eliminar o supérfluo. Só assim a Organização inteira – e não apenas o Secretariado – poderá se concentrar em suas tarefas fundamentais.

As ideias que nos oferece o Secretário-Geral, assumindo o papel de liderança que dele se espera, devem ser discutidas objetivamente por todos os Estados-Membros. O Brasil assume aqui o compromisso de trabalhar de forma construtiva com o Senhor Kofi Annan para que suas propostas prosperem em benefício da nossa Organização.

Senhor Presidente,

A reforma do Conselho de Segurança

O Brasil acompanha com interesse e espírito aberto e construtivo o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, porque acredita que o bom encaminhamento dessa questão é central na reforma da Organização.

Posição brasileira

Nós temos defendido uma ideia de reforma, voltada a fortalecer o Conselho e as Nações Unidas como um todo e não a contemplar o interesse individual de um ou outro país. Queremos que o Conselho seja mais representativo das realidades internacionais contemporâneas, como foi no início.

Para isso, o Conselho deve ser ampliado tanto nos seus membros permanentes, para contemplar o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento, quanto não permanentes, para dar uma participação mais frequente aos países interessados.

Repudiamos toda discriminação na concepção ou preenchimento desses novos assentos. Não devemos criar uma terceira ou uma quarta categoria de membros, porque isso enfraqueceria ou desvalorizaria a participação do mundo em desenvolvimento e da América Latina em particular no processo de reforma ou no futuro Conselho ampliado.

Sempre dissemos que a identificação dos novos membros permanentes deve ser um exercício de realismo e de pragmatismo, a partir de um processo democrático de seleção que, sem prescindir do apoio regional, conduza a uma representação legítima e universalmente reconhecida.

O Brasil, por intermédio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança, se a isso for chamado pela comunidade internacional.

Nesse caso, o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe. Queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, por meio de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude.

Projeto Razali

O Governo brasileiro vê com satisfação que caminhamos para a construção, senão de um consenso, ao menos de uma expressiva maioria em favor de algumas noções básicas para reformar o Conselho de Segurança. A principal delas é a ampliação do número de membros permanentes de forma a contemplar o mundo em desenvolvimento.

A proposta do Embaixador Razali, que continua sendo discutida no âmbito do Grupo de Trabalho, é base firme para um processo negociador que leve a uma decisão da Assembleia Geral. O Embaixador Razali nos permitiu resgatar o ideal de uma reforma do Conselho voltada a fortalecer a Organização como um todo.

Estamos convencidos de que a prioridade agora é definir o formato ideal de um Conselho de Segurança ampliado. É o que deve concentrar a nossa atenção.

Senhor Presidente,

Conclusão: exortação pela reforma e fortalecimento das Nações Unidas

A comunidade internacional precisa das Nações Unidas fortes, eficientes e presentes. Não podemos prescindir de um organismo político da universalidade e da força moral que só as Nações Unidas souberam conquistar na história da humanidade.

O foco central desta Sessão deve ser a determinação de dar às Nações Unidas condições para que ela seja um instrumento eficaz na promoção da paz e da segurança internacionais.

O mesmo espírito de liderança demonstrado pelo Secretário-Geral e pelo Embaixador Razali tem orientado muitas delegações. É visível uma nova disposição de diversos países-membros de dar uma contribuição construtiva ao processo de reforma do Conselho de Segurança e também às demais reformas.

Criou-se agora um novo impulso negociador. Temos liderança e projetos mais definidos e claros. É preciso aproveitar essa oportunidade, talvez única na história das Nações Unidas. Não podemos perder este momento.

Reforma tornou-se, mais do que um conceito-chave, uma palavra de ordem nas Nações Unidas em 1997.

Vamos realizá-la, com o sentido de "veemente urgência do agora" a que se referia o Doutor Martin Luther King, uma figura-símbolo da liderança política e das forças de transformação do século XX. "Este não é o momento", dizia King no seu mais famoso discurso, "de embarcarmos no luxo da desmobilização ou de tomar o tranquilizante do gradualismo. Agora é o momento...". Vamos fazê-lo.

Muito obrigado.

Nova York, 22 de setembro de 1997.

1998

1998

Durante o ano de 1998, avolumar-se-ia na Europa a tendência em favor de governos da social-democracia. Após os longos anos de Helmut Kohl, subiria ao poder na Alemanha Gerhard Schroeder, que voltaria as vistas do país para a consolidação da reunificação e para a estabilidade da Europa Oriental, àquela altura abalada pela repressão sérvia no Kosovo contra as maiorias albanesas e pela instabilidade reinante na Rússia.

Algum progresso se vislumbrava então no Oriente Médio: sob a mediação do Presidente Clinton, Yasser Arafat e o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu aprovam um esboço de acordo do tipo "terra em troca de paz". A situação, porém, se complicaria com os atentados atribuídos a Osama Bin Laden contra as Embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia. Forças norte-americanas bombardeariam o Sudão e o Afeganistão em função dos atentados. A não aceitação pelo Iraque das inspeções da AIEA, por sua vez, daria lugar a retaliações norte-americanas e britânicas. Na Ásia, a realização de testes nucleares pela Índia e, em seguida, pelo Paquistão, assim como a recusa daqueles países em assinar o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) resultaria em sanções norte-americanas e contribuiria para acirrar as tensões internacionais.

Na América do Sul, as atenções diplomáticas do Brasil estiveram voltadas prioritariamente para a crise aberta entre o Peru e o Equador em função da antiga disputa territorial entre ambos. Eram igualmente preocupantes as sucessivas crises com a Administração Menem na

Argentina devido às assimetrias existentes entre as políticas econômicas e financeiras dos dois grandes sócios do MERCOSUL. Hugo Chávez venceria sua primeira eleição presidencial na Venezuela. A Cúpula das Américas de Santiago daria seguimento às decisões da Cúpula de Miami, determinando o início das negociações para a criação da ALCA.

No Brasil, a administração Fernando Henrique Cardoso concluía em 1998 o seu programa de reformas e privatizações e preparava-se para as eleições que, uma vez aprovada a emenda constitucional correspondente, conduziria à reeleição do Presidente. O quadro financeiro internacional, porém, se agravara consideravelmente. Prosseguiam os efeitos negativos da crise asiática. As bolsas caíam e as moedas asiáticas entravam em franca desvalorização em consequência de movimentos súbitos de capitais e de ataques especulativos. A situação da Rússia se deteriorava com a desvalorização do rublo e a cessação de pagamentos externos. Em dezembro, o Brasil celebraria um acordo com o FMI.

A linguagem empregada pelo Ministro Lampreia em seu discurso perante a Quinquagésima Terceira Sessão da Assembleia Geral não poderia deixar de estar fortemente influenciada pela instabilidade reinante nos mercados financeiros internacionais e pela volatilidade dos movimentos de capital que àquela altura penalizavam com particular intensidade o Brasil. O Ministro dedicou a parte inicial do seu discurso a descrever o impacto da crise sobre o Brasil, a expor a ação desenvolvida pelo Governo para tornar mais estável e previsível o funcionamento do sistema financeiro mundial e a recapitular as propostas levadas ao G-7 desde 1995 pelas autoridades brasileiras com vistas, em particular, a ampliar a coordenação de políticas macroeconômicas e à expansão dos mecanismos de estabilização das moedas submetidas a ataques especulativos. A necessidade de medidas concertadas no plano internacional era inadiável, sob pena do retorno a "modelos de economia fechada, da busca ilusória de autossuficiência". Era urgente, concluiu o Ministro Lampreia, instrumentalizar os recursos da interdependência e implantar formas efetivas de governança no plano internacional.

Ao fazer uma vinculação entre a instabilidade econômica e a segurança internacional, o Ministro expôs a pretensão do Brasil democrático e modernizado a desempenhar papel mais ativo na construção da ordem mundial. Recordou nossa atuação como membro não permanente do Conselho de Segurança, a ratificação do CTBT, a aprovação dada pelo Congresso para a adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o depósito dos correspondentes instrumentos de ratificação.

Ressaltou a atuação do Brasil, como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro para resolver a crise aberta entre o Peru e o Equador, assim como a decisão de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Voltou também a valorizar a participação de militares e policiais brasileiros em forças das Nações Unidas. Referiu-se ao conflito reinante em Angola, à crise em Guiné-Bissau e ao processo que então se intensificava em Timor Leste.

Na parte final do discurso, o Ministro Lampreia (1) referiu-se de forma positiva à melhora observada nos índices de desenvolvimento humano do Brasil; (2) exigiu maior coerência das nações desenvolvidas entre seu discurso livre-cambista e suas políticas de defesa comercial (referência aos seguidos problemas causados por medidas *antidumping* impostas pelos EUA); e (3) retomou o tema da reforma da ONU, com vistas a sustentar a legitimidade e a eficiência dos procedimentos multilaterais e, em especial, a atualizar o funcionamento e a composição do Conselho de Segurança: "continuaremos a defender a expansão das duas categorias de membros, com a presença em ambas, de países em desenvolvimento".

LIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
1998

Ministro Luiz Felipe Lampreia[55]

Senhor Presidente,

Sua eleição para dirigir a Quinquagésima Terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas é para nós brasileiros motivo de especial satisfação. Brasil e Uruguai nasceram na história como nações irmãs, e o serão cada vez mais. A cada dia tornam-se mais fortes os laços que unem nossos destinos. Graças à oportunidade que tenho tido de trabalhar em conjunto com o amigo Chanceler Didier Opertti, posso manifestar, com segurança, a minha convicção de que a Assembleia Geral terá um grande Presidente.

No desempenho de cargo tão importante, poderá inspirar-se no exemplo de seu antecessor. À frente da Quinquagésima Segunda Sessão, o Chanceler Hennadiy Udovenko soube orientar e motivar as delegações, e deu valioso impulso à implementação das reformas propostas pelo Secretário-Geral.

Pela dedicação a esse esforço para modernizar a Organização e, sobretudo, pela atuação decisiva em episódios de real ameaça à paz internacional, o Secretário-Geral merece o nosso aplauso. O talento diplomático e a serena ousadia revelados pelo Senhor Kofi Annan – que em julho nos deu a satisfação de visitar o Brasil – confirmam que nele temos uma liderança à altura dos desafios e oportunidades que se apresentam.

[55] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia**, nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

Senhor Presidente,

O traço mais forte do momento que vivemos hoje é o quadro de preocupante instabilidade dos mercados financeiros globais.

Desde o último trimestre do ano passado, quando se difundiram as ondas de choque da então chamada "crise asiática", a economia mundial sofre os efeitos de um fenômeno cujo alcance, profundidade e permanência não estão ainda claros.

A comunidade internacional, porém, não pode esperar de braços cruzados que o curso dos acontecimentos venha esclarecer essas incógnitas.

É legítimo e necessário que os Governos atuem sobre a realidade, buscando antecipar-se aos problemas. Em uma era caracterizada pela rápida integração das economias nacionais, essa atuação dos governos terá de fazer-se, cada vez mais, de forma coordenada na esfera internacional.

Embora não haja consenso quanto à dimensão e aos prognósticos de duração da crise que estamos atravessando, existe uma crescente convergência de pontos de vista em relação ao impacto da alta volatilidade dos movimentos de capital.

Os acontecimentos dos últimos meses revelaram um sério descompasso entre o aprofundamento dos vínculos de interdependência financeira e a modesta eficácia dos mecanismos de diálogo e coordenação existentes no plano internacional.

Desde o início de sua gestão, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem procurado sensibilizar outras lideranças mundiais para a necessidade de tornar mais estável e previsível o funcionamento do sistema financeiro mundial.

Em seguidas mensagens enviadas aos integrantes do G-7, a partir de 1995, formulou propostas concretas: aumento da cooperação entre autoridades monetárias; ampliação da coordenação de políticas macroeconômicas entre países que possam ter impacto significativo nas finanças mundiais; aperfeiçoamento da capacidade internacional de monitorar políticas macroeconômicas domésticas; e expansão dos mecanismos de estabilização de moedas submetidas a ataque especulativo.

Houve avanços significativos em algumas dessas linhas, mas as providências adotadas ainda são insuficientes.

Até agora, a mobilização de vontade política não corresponde à magnitude e à gravidade do desafio. A crise não se resolverá por si mesma. É imperativo unir esforços para enfrentá-la.

Nesse, como em outros campos da vida internacional, devemos evitar a todo custo assumir a atitude que, nos anos setenta, o então

Chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira chamou de "síndrome do adiamento".

A experiência do passado nos ensina que a inação pode ter custos altíssimos. Ensina também que, se guiadas por reações impensadas e irracionais, as respostas dadas pelos diversos países às situações de crise internacional podem transformá-las em problemas ainda mais graves, prolongando seus efeitos no tempo e aumentando o sofrimento das populações.

É possível imaginar, por exemplo, em cenários extremos, a volta de modelos de economia fechada, da busca ilusória da autossuficiência e do isolamento, das concepções de segurança nacional fundadas na desconfiança em relação ao outro e na insegurança do outro.

Não podemos de modo algum permitir que tais cenários se tornem realidade.

Senhor Presidente,

O progresso na convivência entre as nações depende fundamentalmente de que os povos vejam no âmbito internacional não uma fonte de ameaças, mas sim um ambiente no qual, pelo caminho da articulação de vontades e meios, os riscos possam ser minimizados e as dificuldades, vencidas.

O nosso não é um mundo no qual as nações devam ser deixadas à própria sorte. O custo de fazê-lo acaba invariavelmente por superar as energias e os recursos poupados com o impulso de distanciamento.

A disposição de lidar com os problemas de forma coletiva levará os países, individualmente, a acreditar no benefício de encaminhar questões de seu interesse à consideração internacional.

O mundo não pode depender apenas da disposição, da capacidade e do interesse de um pequeno número de países em mobilizar e liderar os esforços internacionais, nesta ou naquela direção.

Não é aceitável continuar a enfrentar situações, como a atual crise financeira, nas quais os governos e as sociedades, apesar da inegável natureza internacional do fenômeno, não confiam plenamente em qualquer das organizações, foros ou mecanismos existentes, como fonte seja de apoio, seja de orientação, seja até mesmo de interpretação do problema.

É preciso dar consideração séria ao fato de que a maior interdependência das nações torna indispensáveis formas efetivas de governança no plano internacional.

Temos diante de nós um desafio essencialmente político. Não se trata apenas de modernizar procedimentos decisórios e estruturas administrativas. Trata-se de atribuir ao encaminhamento multilateral das questões a prioridade que lhe é reconhecida nos discursos.

Infelizmente, ainda existe um claro descompasso entre essa consciência de que os principais problemas da humanidade exigem tratamento também no plano internacional e a resistência dos governos e sociedades a agirem de acordo com essa consciência, inclusive na alocação de recursos e na adoção de políticas capazes de gerar repercussões externas.

No mesmo sentido, se cada vez é maior a articulação entre o nacional e o internacional, também as questões da paz e os temas do desenvolvimento estão crescentemente interligados.

Um mundo marcado pela instabilidade ou pela desesperança na esfera econômica não pode ser um ambiente seguro, livre das ameaças da guerra, das formas mais variadas de conflito e de violência. A recíproca também é verdadeira: o progresso material e social pressupõe condições mínimas de segurança e convivência pacífica, entre países e dentro dos países.

É imperativo avançar em ambas as frentes: trabalhar pelo estabelecimento de um clima de confiança tanto no campo das relações político-estratégicas entre as nações, como no contexto essencial da economia internacional.

Senhor Presidente,

O peso relativo do nosso país e o histórico de seu comportamento internacional são algumas das credenciais mais importantes do Brasil. Essas credenciais estão hoje fortalecidas pelo amadurecimento de nossa democracia e pela vigorosa modernização da economia brasileira.

Por tudo isto, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, renovamos nossa permanente disposição de desempenhar papel mais ativo na construção de uma ordem mundial que favoreça a realização da paz e do desenvolvimento.

Esse é o espírito que guia a atuação do Brasil no plano internacional, e também, mais especificamente, no âmbito das Nações Unidas.

Desejo assinalar, a propósito, que, no Conselho de Segurança e nos demais foros da ONU, a nossa delegação, chefiada pelo Embaixador Celso Amorim, refletiu com fidelidade essa orientação central da política externa brasileira.

Em 1998, completamos nossa participação no regime de não proliferação de armas de destruição em massa. Ratificamos o Tratado sobre a Proibição Total dos Testes Nucleares (CTBT) e aderimos ao Tratado de Não Proliferação, aprovado em julho pelo Congresso Nacional. Três dias atrás, em Washington, tive a satisfação de pessoalmente depositar o instrumento de adesão ao TNP, tal como fizeram os Embaixadores brasileiros em Londres e Moscou.

Essas decisões deram complemento formal e simbólico ao compromisso inscrito na Constituição brasileira, e apoiado em pactos bilaterais e regionais firmados anteriormente, de somente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos. Os acordos e a cooperação entre o Brasil e a Argentina, bem como o Tratado de Tlatelolco, são realizações exemplares nesse terreno.

O Brasil sente-se assim especialmente motivado para cobrar dos Estados nuclearmente armados, bem como daqueles capacitados a produzir tais artefatos, passos decididos com vistas ao desarmamento. Esperamos, também, dos Governos que ainda não o fizeram, a adesão ao TNP, ao CTBT e aos demais instrumentos e mecanismos pertinentes.

Em 9 de junho último, como expressão do vigor com que trabalha por essa causa, o Brasil assinou, com outros sete países, Declaração sobre a necessidade de uma nova agenda para o desarmamento nuclear. Na presente sessão da Assembleia Geral, em conjunto com nossos parceiros na Declaração, tencionamos apresentar projeto de resolução com o objetivo de impulsionar e orientar os esforços em prol da eliminação completa e definitiva das armas nucleares.

Não há mais espaço ou justificativa para adiar a ação tanto nesse campo, como no terreno mais amplo da luta para eliminar os demais tipos de armas de destruição em massa. O custo da omissão poderia ser verdadeiramente catastrófico e os riscos estão à vista de todos.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro, como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, vem empreendendo esforços sustentados para que o Equador e o Peru cheguem o quanto antes a acordo sólido e definitivo para solucionar o diferendo limítrofe que os separa há várias décadas. A diplomacia brasileira – juntamente com as da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos – encontra-se mobilizada com o propósito de oferecer a melhor contribuição possível.

Desdobramentos recentes confirmam os prognósticos de que o Processo de Paz está em vias de ser concluído, e atestam a vontade política e o empenho com que o Peru e o Equador vêm trabalhando nesse sentido.

Para o Brasil, o fato de a América do Sul ser uma região na qual os países convivem de forma essencialmente harmoniosa, pacífica e cada vez mais integrada é um dado vital e definidor que nossos povos se empenham em preservar.

O mesmo se aplica à manutenção do regime democrático como traço comum das nações do nosso continente, valor maior com o qual estamos coletivamente comprometidos no MERCOSUL, no Grupo do Rio, e, ainda, na Organização dos Estados Americanos.

O advento e a consolidação da democracia foi o fator determinante da extraordinária obra de integração na qual se acham engajadas as nações da América do Sul. Trata-se de uma conquista de nossas sociedades que os governos da região unidos, devemos estar sempre prontos a defender. Esse é um dos vetores fundamentais da política externa brasileira.

O Brasil também atribui importância central à promoção dos direitos humanos. Ao celebrarmos os cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, devemos reconhecer a lacuna que ainda existe entre os princípios e as regras já consagrados no direito internacional e a realidade prevalecente no mundo.

O Governo brasileiro luta para superar, em nosso país, essa distância entre as normas e os fatos. Estamos dispostos a buscar elementos no meio internacional que nos ajudem a concretizar uma aspiração que é de todos os brasileiros. Foi esse o sentido com que, no dia 7 de setembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu ao Congresso Nacional a decisão de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Senhor Presidente,

Nossa presença nos esforços de construção da paz vai além das Américas. Militares e policiais brasileiros têm integrado forças das Nações Unidas em diversos pontos do globo, especialmente em países de expressão portuguesa da África, aos quais estamos ligados por profundos laços históricos e culturais.

O Brasil acompanha com preocupação o desenrolar dos acontecimentos em Angola. As Nações Unidas devem insistir com firmeza no sentido de que a Unita cumpra os compromissos assumidos no Protocolo

de Lusaca. Seriam trágicas as consequências de um retrocesso que pusesse por terra os avanços alcançados no processo de paz. Os angolanos têm sido submetidos a enormes sofrimentos há várias décadas. Cabe à comunidade internacional fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que Angola possa, finalmente, dedicar-se à sua reconstrução e ao seu desenvolvimento.

Diante da grave crise interna vivida por Guiné-Bissau, o Governo brasileiro uniu-se aos demais integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa com o propósito de buscar uma solução pacífica. A CPLP, em estreita coordenação com os países da região, contribuiu para impulsionar progressos significativos e seguirá empenhada em favorecer condições propícias à urgente e completa normalização da vida daquele país.

Quanto ao Timor Leste – ao qual também estamos ligados por vínculos históricos e pela língua comum – o Brasil saúda o novo espírito com que se está tratando aquela questão delicada e complexa, inclusive no contexto das negociações tripartites entre os Governos português e indonésio, sob os auspícios do Secretário-Geral.

O Governo brasileiro tem mantido diálogo positivo com as partes envolvidas e está determinado a colaborar, no limite de suas possibilidades, para que, com a progressiva participação dos próprios timorenses, chegue-se a uma equação aceitável para todos os interessados.

Senhor Presidente,

A partir da estabilidade econômica alcançada desde 1994, o Brasil tem demonstrado renovado dinamismo, com o fortalecimento de nosso mercado interno e das perspectivas de desenvolvimento com justiça social.

Mas o Brasil de hoje não enxerga o seu desenvolvimento como algo isolado, contido em si mesmo. Sabemos que os destinos de nossa economia estão cada vez mais entrelaçados com os das economias de nossos vizinhos e parceiros, no âmbito de um processo de integração que tem contribuído decididamente para o progresso da região e para o bem-estar de nossas sociedades, especialmente no âmbito do MERCOSUL.

Os frutos desse processo servem não apenas à meta do desenvolvimento econômico, mas também, e, sobretudo, à causa da justiça social, que continua a ser a tarefa mais importante e urgente em nossa região.

Foi com satisfação, portanto, que recebemos os resultados publicados na mais recente edição do Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Os números mostram que, embora muito

ainda reste por fazer, o Brasil alcançou progressos sociais extraordinários ao longo das últimas décadas, nas áreas da saúde, da educação, do combate à pobreza, da redução da desigualdade entre as diversas regiões do País. Apesar dos enormes desafios que ainda temos pela frente, os brasileiros já estão vivendo melhor, como atesta nosso ingresso no rol das nações de maior desenvolvimento humano.

Coerente com o sentido de suas políticas domésticas e do seu papel no plano regional, o Brasil continuará a lutar na esfera mundial para que os frutos da interdependência econômica sejam repartidos de forma mais equilibrada, sem distorções como as resultantes de políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Tais políticas atingem de modo especialmente cruel os países em desenvolvimento e servem para reforçar os argumentos de setores domésticos nesses países que pregam a volta de modelos econômicos fechados. No atual momento de turbulência no cenário econômico mundial, é imperativo exigir das nações desenvolvidas maior coerência entre o discurso livre-cambista e suas práticas de defesa comercial.

Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, temos de abandonar o caminho de uma globalização que tem sido excludente – tanto nos processos decisórios, como na divisão dos benefícios – e buscar uma globalização solidária em ambas as dimensões.

Reformar e reforçar as Nações Unidas é parte essencial da construção de um mundo mais solidário.

O Governo brasileiro reconhece os significativos avanços já alcançados no plano da modernização estrutural e funcional da Organização. Concordamos com o Secretário-Geral quando ele afirma que a reforma não deve ser encarada como um evento, e sim como um processo, mas não podemos deixar de repetir que uma parcela importante da obra ainda está por fazer.

Para o Brasil, reformar as Nações Unidas implica necessariamente atualizar o funcionamento e a composição do Conselho de Segurança, atrelado até hoje a uma etapa da história mundial que há muito se encerrou.

Não se trata, como disse aqui no ano passado, de contemplar o interesse individual deste ou daquele país. Trata-se, isto sim, de corrigir deficiências fundamentais de legitimidade, representatividade e eficácia. Por isto continuaremos a defender a expansão nas duas categorias de membros, com a presença, em ambas, de países em desenvolvimento.

Difícil, quase inconcebível, seria contemplarmos um processo de reforma da Organização que mantivesse, às vésperas do milênio, a restruturação do Conselho de Segurança à margem de suas conquistas.

Senhor Presidente,

A base da solidariedade global é o estabelecimento de relações de confiança entre as sociedades. Não há outro caminho para transformarmos o cenário internacional em um ambiente de convivência pacífica, estável e construtiva.

A nossa "aldeia global" ainda está longe de transformar-se em uma comunidade integrada, na qual as pessoas se sintam plenamente participantes de uma mesma história.

Um dos grandes méritos das organizações internacionais reside justamente em oferecer um quadro de convívio que favorece o desenvolvimento de um sentido efetivo de comunhão universal. Reside, igualmente, em fazer com que, tratando de problemas comuns, os Governos confirmam na prática o quanto crescentemente precisam trabalhar juntos.

Nos foros internacionais se criam condições propícias ao surgimento de vínculos de maior identidade e confiança entre as nações e seus governantes.

É cada vez mais indispensável que os países confiem uns nos outros, mas também devem ter motivos para confiar na legitimidade e na eficiência dos organismos e procedimentos multilaterais de que necessitam para enfrentar suas questões mais importantes.

A dinâmica da vida internacional exige a atualização permanente dos instrumentos com que conta a comunidade das nações para atuar de forma coletiva diante de seus maiores desafios.

Devemos ter a coragem de reconhecer que nunca foram tão grandes o custo e os riscos de não fazermos essa atualização. Devemos, sobretudo, ter a disposição de tomar as decisões que irão restaurar, em última instância, a nossa confiança em nós mesmos, em nossa capacidade de afirmar que a história continua, e que estamos procurando encaminhá-la na direção de um mundo melhor e mais justo.

Nova York, 21 de setembro de 1998.

1999

1999

Reeleito em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou seu segundo mandato de quatro anos em 1º de janeiro de 1999. Logo teve de enfrentar ataque especulativo contra o real, que comprometeu seriamente as reservas internacionais do Brasil e terminou conduzindo à desvalorização da moeda. A crise de liquidez amainava gradualmente no plano internacional, mas suas reverberações no Brasil ainda eram intensas.

O quadro no Oriente Médio revelar-se-ia razoavelmente estável ao longo do ano. Ehud Barak assumiria a chefia do Governo em Israel. A segurança na Europa do Leste continuaria, por seu turno, precária: baldadas as possibilidades de acordo na ONU, a OTAN acabaria por intervir na ex-Iugoslávia contra o regime Milosevic para proteger as maiorias albanesas no Kosovo. A Rússia empreenderia vasta ofensiva militar sobre a Chechênia. Incapaz de assegurar a estabilidade política e econômica da Rússia, o Presidente Yeltsin renunciaria, abrindo caminho para a ascensão de Vladimir Putin. A República Checa, a Polônia e a Hungria ingressariam na OTAN e começariam a se preparar para a acessão à União Europeia. Em cumprimento ao Tratado Torrijos-Carter, os EUA passariam ao Governo panamenho em 31 de dezembro o controle do Canal do Panamá.

No final do ano, seriam baldadas as expectativas de lançamento da chamada "Rodada do Milênio" no âmbito da OMC. Fracassaria a Conferência Geral de Seattle, marcada, de resto, por grande afluência de manifestantes coordenados por Organizações Não Governamentais "antiglobalização".

O discurso do Ministro Lampreia perante a Quinquagésima Quarta Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1999 esteve, sobretudo, marcado pelo agravamento das crises no Kosovo, no Timor Leste e em Angola, assim como pelas insuficiências demonstradas pela ONU em lidar com aquelas situações. Há referências muito expressivas a Angola e, em particular, à disposição do Brasil de participar da força multinacional aprovada pelo Conselho de Segurança para intervir no Timor Leste, onde um *referendum* havia decidido pela independência da Indonésia.

O discurso contém uma apreciação da crise vivida pela América Latina como reflexo da volatilidade dos mercados financeiros internacionais. O Brasil, asseverou o Ministro, não obstante a crise, chegava ao final do século com uma inflação inferior a 8% e a perspectiva de iniciar um ciclo de desenvolvimento sustentado superior a 4% ao ano.

Voltaria ademais o Ministro Lampreia a enfatizar a importância do MERCOSUL e a tradição democrática e pacífica de nossa região, como ficara demonstrado, mais uma vez, pela solução do diferendo limítrofe entre o Peru e o Equador.

Renovavam-se àquela altura as lideranças em diversos países da América Latina. Ainda em 1999, realizar-se-iam eleições na Argentina, no Chile e no Uruguai. Em 2000, haveria eleições no México. O Ministro vaticinava perante a Assembleia Geral das Nações Unidas que estes processos iriam reforçar a "marca democrática" da América Latina.

Referir-se-ia, em seguida, especificamente à situação nos países da região: Bolívia; Peru (vitórias no campo econômico, no combate ao terrorismo e ao narcotráfico); Equador; Paraguai (o apoio dado pelo Brasil para a superação da crise que culminaria com o afastamento do Presidente Raul Cubas); Guiana; Suriname; Venezuela (necessidade de respeito ao processo de renovação que então se iniciava com a chegada ao poder do Presidente Hugo Chávez: "a expressão dessa vontade pelas vias institucionais é a melhor garantia de que as transformações irão manter-se no caminho do respeito às normas, direitos e deveres que definem a democracia"); e Colômbia.

Ao final deste percurso país por país, inédito nos discursos brasileiros, o Ministro reafirmou a plena incorporação do Brasil no processo regional: "do êxito dos nossos vizinhos… depende o sucesso do povo e do Governo brasileiros para resolver os seus próprios problemas, para vencer os seus próprios desafios que não são poucos nem pequenos".

Em seguida, após apontar o crime organizado e o tráfico de drogas como um dos maiores desafios às sociedades democráticas, o Ministro recapitulou os avanços feitos pelo Brasil na incorporação de compromissos

internacionais para reger aquisições de armas convencionais, o tráfico ilícito de armas e o crime organizado transnacional.

O discurso se encerrou com referência a palavras pronunciadas pelo Presidente Fernando Henrique ao iniciar o seu segundo mandato e com uma exortação à renovação e à mudança da ONU. Não foi feita, porém, menção explícita à questão da reforma do Conselho de Segurança.

LIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
1999

Ministro Luiz Felipe Lampreia[56]

Senhor Presidente,

O Brasil celebra a eleição de Vossa Excelência para presidir a Quinquagésima Quarta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Sua história pessoal de defesa da democracia e dos direitos humanos, que se integra à luta do povo da Namíbia pela liberdade e autodeterminação, será exemplo e fonte de motivação para nós.

Como nação irmã do Uruguai, orgulhamo-nos do trabalho realizado por seu antecessor, meu amigo Chanceler Didier Opertti. Desejo manifestar o reconhecimento e a gratidão do Governo brasileiro pelo decisivo papel que desempenhou à frente da Quinquagésima Terceira Sessão.

Nosso Secretário-Geral Kofi Annan merece homenagem especial. Neste período de graves e complexos desafios, seu equilíbrio e a força de sua serena liderança têm sido instrumentos valiosos na busca de soluções ao mesmo tempo realistas e inovadoras. Apreciamos e apoiamos seus esforços pela paz, pelo desenvolvimento e pela justiça.

O Governo brasileiro saúda a admissão de Kiribati, Nauru e Tonga, que se integram à família das Nações Unidas.

[56] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia**, nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

Senhor Presidente,

Ano após ano, há mais de meio século, nos reunimos aqui para falar do mundo em que vivemos.

Ano após ano, os representantes dos países que integram as Nações Unidas ocupam esta tribuna para apresentar sua visão da realidade internacional; para fazer diagnósticos e propor soluções.

À medida que passa o tempo, no entanto, e que aumentam as exigências de nossas sociedades, vemos ampliar-se a percepção de que entre as palavras e as ações existe uma permanente distância, que alimenta o ceticismo de uns e o pessimismo de outros.

A cada crise, a cada tragédia humana que consegue romper a barreira do descaso internacional e se transforma em notícia, a opinião pública de nossos países olha para as Nações Unidas e exige respostas eficazes.

A triste realidade, porém, é que a comunidade internacional só se sente compelida a agir de forma conjunta, e mobilizar a vontade política e os meios indispensáveis, depois que os problemas se agravam a ponto de tornar imensamente mais difícil sua solução.

O resultado é o sentimento de frustração e impaciência de que as Nações Unidas têm sido alvo. Seja porque as providências acabam por dar-se à margem da Organização, como ocorreu no Kosovo; seja porque as medidas aqui concertadas não foram suficientes para atender às necessidades concretas, como se viu no Timor Leste; seja porque, mais uma vez, as Nações Unidas têm diante de si, como acontece em Angola, conflitos que, apesar das consequências catastróficas de todos conhecidas, não recebem a prioridade devida por parte da comunidade internacional.

Por que determinadas situações desencadeiam intensa mobilização de vontades e meios, e outras não? Por que o sofrimento humano em certas áreas do globo desperta indignação infinitamente maior do que quando ocorre em outras regiões?

Duas situações ilustrativas dessa verdadeira síndrome do tratamento desigual são as que vivem Angola e o Timor Leste.

Em Angola, o descumprimento pela UNITA dos compromissos assumidos no Protocolo de Lusaca, e o enrijecimento de posições, ameaçam trazer de volta, com toda intensidade, a mesma guerra civil que, há quase um quarto de século, impõe privações e sofrimentos inaceitáveis a milhões de pessoas, em particular as mais desfavorecidas.

Nesse país irmão, a comunidade internacional tem diante dos olhos – embora seja pequena a cobertura pelos meios jornalísticos de alcance global – um imenso desafio político e uma tragédia humanitária de

chocantes proporções, que devem ser tratados com urgência e prioridade. O Conselho de Segurança não pode continuar a ser desrespeitado em suas resoluções como vem ocorrendo.

Também é urgente – e nesse caso as Nações Unidas já começaram a atuar – a tarefa de ajudar o povo do Timor Leste a garantir o direito, claramente expresso em votação livre, de decidir o seu próprio futuro como nação independente.

A sociedade brasileira, irmanada aos timorenses pela língua, pela cultura e pela história, rejubilou-se com eles pelo resultado inquestionável em favor da sua independência. Houve consternação no Brasil diante da violência e das perdas de vidas inocentes a que foi submetido aquele povo irmão.

O Brasil não pode aceitar, nem os cidadãos brasileiros compreender, que não seja plenamente assegurada a autodeterminação do povo timorense.

Nesse sentido, acreditamos que a força multinacional aprovada pelo Conselho de Segurança, e da qual o Brasil fez questão de participar desde o início de suas operações, será capaz de pôr fim às atrocidades cometidas a partir da consulta popular e de restabelecer as condições necessárias a uma transição pacífica para a independência.

Senhor Presidente,

Na década que ora se encerra, a América Latina, vista por muito tempo como uma terra de atraso e ditaduras, foi capaz de construir uma nova imagem internacional, a partir da transformação da sua realidade.

A redemocratização de nossos países foi fator decisivo para que isto ocorresse, como o foram também os avanços importantes que realizamos no terreno da luta pelo respeito aos direitos humanos, embora muito ainda reste por fazer.

A adoção de políticas econômicas consistentes, por sua vez, permitiu-nos sair dos eternos dilemas em que nos debatíamos e levou-nos a superar longos surtos inflacionários que tanta incerteza e tanta injustiça impuseram aos nossos cidadãos.

Ninguém pense que as dificuldades que experimentamos, aqui e ali, durante o ano de 1999 nos farão retroceder e perder as conquistas que alcançamos.

Por alguns dias, semanas talvez, no início deste ano, o Brasil chegou a ser percebido como o "homem doente da América Latina". Pensou-se

que teríamos uma recaída na inflação alta, que viveríamos uma recessão profunda, que novamente adotaríamos panacéias para gerar crescimento a curto prazo e logo cair nos velhos ciclos do passado, das expansões milagrosas seguidas de contrações desastrosas.

Ora, chegamos ao final do século com uma inflação inferior a 8%, com a perspectiva de iniciar um ciclo de crescimento sustentado superior a 4% ao ano, prontos para completar um grande programa de modernização, por meio de importantes reformas na área tributária, fiscal e da previdência social.

Não haverá vacilação na determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso de consolidar as bases de um país moderno, economicamente sadio e dinâmico, socialmente mais justo e politicamente maduro.

Senhor Presidente,

Com o advento da democracia, o Brasil e a Argentina puderam desenvolver a sólida amizade que une nossos povos e erguer em pouco tempo uma grande obra de integração. Nossos acordos no campo da cooperação nuclear são um exemplo e um fator de tranquilidade para a região e para a comunidade das nações.

O MERCOSUL, que criamos com o Paraguai e o Uruguai, e ao qual se associaram a Bolívia e o Chile, também democratizados, mudou o mapa econômico do hemisfério e do mundo. Nossa integração não se volta contra quem quer que seja, e, ao contrário, procura reforçar os laços históricos que mantemos dentro e fora das Américas.

Individualmente, e por meio do MERCOSUL, nossos países têm sido capazes de contribuir com maior peso para a construção de um ordenamento do comércio mundial que venha a ser ao mesmo tempo mais aberto, equilibrado e que deixe de validar a permanência de privilégios protecionistas, cujo custo incide principalmente sobre as nações em desenvolvimento.

Com a democracia, os países da América Latina puderam ajudar-se – sem ingerências indevidas e não solicitadas, mas com espírito solidário – em situações nas quais juntos perceberam risco à estabilidade institucional de um deles.

Graças à democracia, os países da região conseguiram resolver disputas que há muito perturbavam a harmonia do mais pacífico e estável continente do globo.

No final do ano passado, o Equador e o Peru, com o apoio das diplomacias do Brasil, da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos, firmaram em Brasília os acordos que puseram termo ao diferendo limítrofe que os opunha.

Assim, a despeito de todas as dificuldades, a América Latina vai-setransformando em um espaço fortemente integrado nas dimensões política, econômica e social.

E é com esse espírito de integração, com a permanente consciência de que pertencemos a uma mesma família, que o Brasil se sente muito próximo dos diversos processos de renovação em curso na região.

As eleições de outubro na Argentina haverão de confirmar a vitalidade política de nosso grande vizinho e de assegurar, na economia, as condições necessárias à estabilidade e à retomada do crescimento.

Estamos certos de que essas mesmas expectativas favoráveis valerão para os desdobramentos das eleições que se realizam, ainda em 1999, no Chile e no Uruguai e, ano que vem, no México. Elas irão reforçar a marca democrática da América Latina.

O desenvolvimento político e econômico alcançado pela Bolívia desde os anos oitenta – vencidos obstáculos que, vinte anos atrás, pareciam quase intransponíveis – é outra prova viva de uma região que tem mudado muito, e para melhor.

Também o Peru logrou vitórias que são objeto de reconhecimento internacional, seja no campo econômico, revertendo o panorama muito negativo da década passada, seja no combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

Essa capacidade de vencer dificuldades se manifesta igualmente no Equador, onde, com o apoio das instituições financeiras internacionais, as forças políticas deverão, pelos caminhos constitucionais e democráticos, empreender as reformas indispensáveis à superação da crise atual.

O Paraguai, por seu turno, conseguiu vencer delicada crise política no início deste ano e avança a passos firmes no rumo da consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico. Para tanto, conta, como sempre, com o decidido apoio do Brasil.

A Guiana é outro exemplo significativo de compromisso com o reforço da cultura democrática, e do espírito integracionista que nos anima. Fazemos votos de que o Suriname será capaz de juntar-se ao curso central dos progressos que estamos alcançando na região.

As mudanças em curso na Venezuela têm sido objeto de grande atenção internacional. Trata-se de processo a ser respeitado, pois nasce de manifestação clara e legítima do povo venezuelano em favor da renovação.

A expressão dessa vontade pelas vias institucionais é a melhor garantia de que as transformações irão manter-se no caminho do respeito às normas, direitos e deveres que definem a democracia.

O Brasil confia, igualmente, em que, na Colômbia, o governo do Presidente Andrés Pastrana levará adiante seus esforços para pacificar a vida daquele país irmão. Ingerências externas indevidas somente serviriam para agravar um quadro já complexo, que deve ser superado pelos próprios colombianos.

Do êxito de nossos vizinhos, êxito no qual confiamos, depende o sucesso do povo e do governo brasileiros para resolver os seus próprios problemas, para vencer os seus próprios desafios, que não são poucos, nem pequenos.

Senhor Presidente,

O crime organizado e o tráfico de drogas são hoje um dos maiores desafios às sociedades democráticas. Eles representam, sem dúvida, grave ameaça à segurança de instituições nacionais e dos próprios cidadãos, que pagam com suas vidas o preço intolerável desse fenômeno do nosso tempo.

O acúmulo descontrolado e o comércio de armas pequenas estão intimamente vinculados ao crime organizado e ao narcotráfico. O Brasil, cujos cidadãos veem suas vidas diariamente postas em perigo por armas de fogo contrabandeadas, atribui a mais alta prioridade a essa questão. No âmbito regional, já aprovamos a importante Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais. Esperamos que esta Assembleia aprove a celebração de Conferência Internacional sobre o Tráfico Ilícito de Armas em todos os seus Aspectos. No mesmo sentido, o Brasil atribui especial prioridade aos trabalhos para a elaboração da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional.

A existência de armas de destruição em massa, por sua vez, continua a ameaçar a segurança e a própria sobrevivência da humanidade.

Ações contrárias aos propósitos do regime de não proliferação devem ser firmemente condenadas pela comunidade internacional. Da mesma forma, os Estados nuclearmente armados, assim como aqueles capacitados a produzir tais artefatos, devem avançar para a eliminação completa e definitiva das armas nucleares.

Por essa razão, o Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul e Suécia voltarão a apresentar, nesta Sessão, projeto de resolução sobre a "Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear".

O projeto é animado pelo propósito de promover o diálogo construtivo sobre o tema e parte de percepções realistas e equilibradas sobre a natureza do processo de desarmemento nuclear.

Senhor Presidente,

As instituições democráticas nacionais e as organizações internacionais, em particular as Nações Unidas, enfrentam hoje desafios fundamentais.

No cotidiano dos países, as dificuldades econômicas, a presença e até o agravamento de problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade extremas, geram impaciência.

Impaciência diante de economias que não conseguem crescer em ritmo suficiente para elevar, com maior rapidez, o nível de bem-estar das sociedades.

Impaciência diante da vulnerabilidade às crises e turbulências nos mercados internacionais.

Impaciência diante de processos políticos que, por vezes, não parecem capazes de responder, com a velocidade deles cobrada, às demandas legítimas e urgentes dos cidadãos.

É essencial, no entanto, que a impaciência coletiva se manifeste e produza resultados por meio dos canais democráticos.

Esse compromisso do Brasil com as instituições democráticas e com o imperativo da legalidade vale também para a esfera internacional.

Ao iniciar seu segundo período de governo, para o qual foi eleito, em outubro, pela maioria absoluta dos eleitores brasileiros, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi claro:

> Não há fundamento válido para a ordem internacional fora do direito. Se o unilateralismo e o uso da força forem percebidos como princípios orientadores das relações internacionais, a opção racional no longo prazo não será a de uma aposta na ordem e na normatividade, mas nos recursos que viabilizam o exercício do poder. Uma ordem verdadeiramente nova deve ter, como aspecto primordial, a aceitação de instituições multilaterais – a começar pelo Conselho de Segurança – como fonte da legalidade e da legitimidade dos atos que garantem a paz e a solução pacífica de controvérsias.

As nossas sociedades esperam, também com crescente impaciência, que as organizações multilaterais, especialmente as Nações Unidas,

sejam capazes de desempenhar um papel importante, central mesmo, na construção de uma ordem internacional que conduza à realização de aspirações e valores compartilhados pelo conjunto da humanidade.

O caminho é o da renovação, da mudança. Se os governos do mundo querem ter nas Nações Unidas uma organização forte e eficaz, devem mudar seu modo de pensar e agir na Organização e, paralelamente, pensar e agir para mudar a Organização.

É disso que se trata. E é o que temos de fazer.

Muito obrigado.

Nova York, 20 de setembro de 1999.

2000

2000

O discurso pronunciado pelo Ministro Lampreia perante a Quinquagésima Quinta Sessão da Assembleia Geral da ONU – sexto e último de sua gestão à frente do Itamaraty – caracterizou-se por especial viés analítico. Iniciava-se o novo milênio. O momento era de avaliação e de renovação de expectativas. Realizar-se-ia em Nova Iorque, antes do início da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma reunião de alto nível, a "Cúpula do Milênio", na qual os 191 membros da ONU estabeleceriam oito metas fundamentais, as "Millenium Development Goals", com o objetivo de eliminar a pobreza e as desigualdades em escala global.

No ano em que comemorava o Quinto Centenário do Descobrimento, o Brasil voltara a recuperar a confiança dos mercados de capitais e retomava taxas razoáveis de crescimento.

O quadro internacional, porém, mantinha-se incerto. Uma nova Intifada iniciar-se-ia na Palestina após a visita do General Ariel Sharon a um templo sagrado em Jerusalém. Barak e Arafat buscavam caminhos de diálogo. Israel se retiraria do sul do Líbano. Mas a morte de Hafez al-Asad abriria incertezas quanto aos rumos da Síria.

Renovar-se-iam as lideranças nos EUA e na Rússia, com as eleições de Wladimir Putin e, ao final do ano, em circunstâncias precárias (derrota na eleição popular e vitória no Colégio Eleitoral) de George W. Bush.

Na América Latina, abrir-se-ia ciclo de renovação: o Presidente Vicente Fox seria eleito no México, pondo fim a décadas (71 anos) de domínio do PRI sobre a vida política e institucional do país. Fujimori

abandonaria o poder no Peru e, após a detenção de Pinochet em Londres, onde fora cuidar da saúde, começa o processo que levaria gradualmente a sua responsabilização no Chile por crimes cometidos durante seu Governo.

O Brasil levaria adiante seu compromisso com a integração regional ao convocar e sediar em Brasília a I Reunião de Presidentes da América do Sul.

Na Europa, o avanço da social-democracia sofreria um revés com a vitória do Partido Popular de José Maria Aznar na Espanha. Na Áustria, os conservadores se aliariam à extrema direita para poder governar. Milosevic seria apeado do Poder na Sérvia após os bombardeios da OTAN.

No continente asiático, uma breve expectativa positiva abrir-se-ia com a primeira reunião entre os mandatários das Coreias do Sul e do Norte.

O Ministro Lampreia procuraria analisar as ambivalências do sistema internacional como caracterizadas, de um lado, pela abundância crescente de recursos intelectuais e materiais e, de outro, pela incapacidade de mobilizar a vontade política necessária para articular convergências entre as realidades assimétricas vigentes no plano internacional e no interior das sociedades nacionais. Formulou, em seguida, uma apreciação sobre a necessidade de fazer acompanhar os progressos havidos na obtenção de mais ampla liberdade no mundo com maiores avanços também no que se refere aos "valores fundamentais de igualdade e da fraternidade".

Concluiu com uma denúncia da situação prevalecente no campo do comércio internacional: uma "manipulação das grandes causas globais, de movimentos solidários transnacionais em tentativas de encobrir e promover interesses de grupos e setores".

A preocupação do Ministro estava certamente ligada ao colapso da Conferência Geral da OMC em Seattle, que havia-se revelado incapaz de lançar as negociações do que então se denominava a Rodada do Milênio. Com este objetivo em mente, o Ministro Lampreia estendeu-se, em particular, sobre o descompasso entre a retórica do livre-comércio e a manutenção de políticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos. E criticou as restrições impostas ao comércio de produtos agrícolas, o uso indevido das chamadas "cláusulas trabalhistas e ambientais" em detrimento dos países em desenvolvimento.

Voltou igualmente a analisar a situação na América do Sul, chamando atenção para a evolução positiva do processo de integração na região e, em especial, para a recém-realizada I Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília.

O discurso encerrou-se com breve menção à série de eventos positivos ocorridos no âmbito das Nações Unidas, tais como as revisões das conferências mundiais sobre a mulher (Pequim+5), a conferência do TNP, a constituição do Tribunal Penal Internacional. Há também uma referência especial ao início da missão Sérgio Vieira de Mello no Timor Leste.

Finalmente, o Ministro aludiu às expectativas criadas com as decisões da "Assembleia do Milênio" realizada semanas antes e reafirmou a crença do Brasil no multilateralismo como fator capaz de garantir uma "governança progressiva e justa neste mundo integrado".

O discurso do Brasil na Sessão Plenária da Cúpula do Milênio esteve a cargo do Vice-Presidente Marco Maciel. Seu texto encontra-se a seguir. A ocasião serviu para reiterar o histórico compromisso do Brasil com o multilateralismo, tanto em suas dimensões políticas e de segurança, quanto no que se refere à ordem econômica e social internacional. Ao demandar maior presença dos valores da ONU nos campos do desenvolvimento econômico, social e cultural, o Vice-Presidente Marco Maciel formulou uma série de demandas aos países desenvolvidos, em particular, e ao sistema da ONU, em geral. Ressaltou, também, no que se refere à América Latina, os resultados positivos da Reunião de Presidentes da América do Sul.

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel[57], por ocasião da Sessão Plenária da Cúpula do Milênio

Senhora Presidente e Senhor Presidente,

É para mim motivo de grande satisfação trazer a esta cúpula histórica a saudação do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e de toda a Nação brasileira. Estou certo de que a Presidente da Finlândia, Senhora. Tarja Halonen, e o Presidente da Namíbia, Senhor Sam Nujoma, copresidentes da Cúpula do Milênio, saberão guiar-nos de forma inspiradora e segura na condução de nossas deliberações.

Cumprimento, ademais, o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja experiência e visão ampla do mundo têm sido fundamentais no fortalecimento da ONU.

Presidentes,

A Cúpula do Milênio representa momento propício para ratificar o compromisso coletivo com a paz e a segurança internacionais, a observância dos direitos humanos, o respeito ao direito internacional, a proteção ao meio ambiente, a erradicação da pobreza e o bem-estar de todos, objetivos que só são alcançáveis por meio do desenvolvimento econômico e social.

As Nações Unidas têm papel preponderante na implementação dessas aspirações. Não existe alternativa aos caminhos propostos pela

[57] **Marco Maciel**, Vice-Presidente da República de 1/1/95 a 31/12/98, e de 1/1/99 a 31/12/02 (2º mandato).

Organização para a promoção dos ideais de liberdade, igualdade, solidariedade e tolerância entre os povos. É cada vez mais necessário recorrer à ONU para resolver coletivamente os desafios do mundo moderno.

Presidentes,

A criação da Organização das Nações Unidas é um dos grandes legados do século XX. É chegada a hora de revitalizá-la para que reflita a nova realidade do cenário mundial, em sintonia com o propósito de democratizar as relações internacionais. É necessário reformar o Conselho de Segurança para dar-lhe maior representatividade, eficácia e legitimidade. Não se pode mais conviver com estruturas anacrônicas, em que o processo decisório, além de ser seletivo, não reflete a dinâmica das transformações mundiais sobrevindas nas últimas décadas.

Urge evitar a criação de um ambiente propício a atos unilaterais, fora do marco da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional.

Urge também trazer de volta à ONU o debate sobre a questão básica do desenvolvimento econômico, social e cultural.

O Brasil compartilha a avaliação expressa pelo Secretário-Geral Kofi Annan de que a extrema pobreza constitui uma afronta à humanidade. A erradicação da pobreza, o acesso à educação, a oferta de services básicos de saúde e ao desenvolvimento sustentável exigem convergência de esforços de toda a comunidade internacional. A globalizacão deve servir para a construcão de um mundo mais solidário e, portanto, mais simétrico. Apelamos aos países desenvolvidos para que intensifiquem os esforços em prol da redução da dívida dos países mais pobres. Esta medida certamente favorecerá a implementação de programas de educação em benefício das comunidades mais carentes, ampliando, em particular, o acesso de todas as crianças ao ensino básico.

Da mesma forma, a ONU não pode ficar alheia à crescente distância tecnológica entre ricos e pobres e às restrições que inibem a participação mais ativa dos países em desenvolvimento na economia mundial. É preciso democratizar o acesso à ciência e à tecnologia para acelerar a participação na era da informação a todos os povos do mundo.

Presidentes,

No momento em que mandatários de todo o mundo nos reunimos para reafirmar compromissos coletivos, devemos salientar os importantes

esforços de coordenação regional. Permitam-me, a propósito, ressaltar a recente celebração, pela primeira vez na história, de uma reunião dos Presidentes de todos os países da América do Sul. O êxito da "Reunião de Presidentes da América do Sul", realizada em Brasília, reforça a perspectiva de organização de um espaço comum de prosperidade em que todos os países da região poderão tratar de seus desafios e oportunidades. Tenho certeza de que as conclusões do encontro de Brasília constituem expressiva contribuição de nossas sociedades aos processos de integração indispensáveis nesses tempos em que o mundo se globaliza.

A Reunião de Brasília evidenciou prioridades da região. Fortaleceu-se o compromisso democrático. Firmou-se a convicção de que a infraestrutura para a integração, o incremento dos fluxos comerciais, o adensamento da cooperação científica e tecnológica e o combate ao narcotráfico e delitos conexos são fundamentais para promover o pleno desenvolvimento regional. Como expressão renovada da vocação pacífica dos países da região, acordou-se, finalmente, na criação de uma Zona de Paz sul americana.

Façamos da Cúpula do Milênio um marco para a construção de um mundo melhor. No limiar do século XXI, o fortalecimento da ONU é essencial para alcançar esse objetivo.

Muito obrigado.

Nova York, 6 de setembro de 2000.

LV Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2000

Ministro Luiz Felipe Lampreia[58]

Senhor Presidente,

O Brasil aplaude sua eleição para presidir esta Quinquagésima Quinta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sua experiência política pessoal e a contribuição histórica da Finlândia à promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento social são valiosas credencias que Vossa Excelência traz para o honroso exercício de presidir nossos trabalhos.

Manifesto o reconhecimento do Governo brasileiro a seu antecessor, o Chanceler Theo Ben Gurirab, cuja habilidade diplomática e identificação com os melhores valores das Nações Unidas foram essenciais para o papel decisivo que desempenhou à frente da Quinquagésima Quarta Sessão.

Faço uma referência muito especial ao nosso Secretário-Geral Kofi Annan. Sua autoridade moral tem sido referência segura na luta pelos princípios e propósitos das Nações Unidas. Seu relatório "Nós, os povos" é uma contribuição fundamental em favor da paz e da justiça, e do fortalecimento da atuação das Nações Unidas. Trata-se de documento que continuará a inspirar as decisões que somos chamados a tomar no âmbito de nossa organização.

O Brasil teve a satisfação de copatrocinar a resolução que integra Tuvalu à família das Nações Unidas. Saudamos a sua admissão.

[58] **Luiz Felipe Palmeira Lampreia,** nascido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1941. Terceiro Secretário em 7/11/63. Ministro de Primeira Classe em 29/6/84. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/1/95 até 2001.

Senhor Presidente,

Pela sexta vez consecutiva, tenho a honra de estar aqui na abertura do debate geral. Em todas as ocasiões anteriores, falei sobre aspectos positivos e negativos da realidade mundial, de fatos que nos causam satisfação, e de outros que geram sentimentos de frustração e até de indignação. Esses são os nossos desafios diários e a razão de ser do nosso trabalho.

Reunimo-nos aqui pela última vez neste século. Todos nós sabemos que o século XX foi marcado pela contradição entre, de um lado, a abundância crescente de recursos intelectuais e materiais que teriam permitido aproximar oportunidades, perspectivas e condições de vida, e, do outro, a incapacidade de articular a vontade política necessária para tal aproximação.

Essa é uma crítica que vale para o conjunto da comunidade internacional, e vale também para a grande maioria das nações aqui representadas, entre elas o próprio Brasil.

Continua a ser útil identificar na relação com o meio internacional condicionante e até obstáculos ao desenvolvimento nacional. Mas é igualmente esclarecedor buscar no interior de cada um de nossos países, nos êxitos e fracassos de nossas sociedades, elementos capazes de explicar a realidade mundial.

A globalização é assimétrica em parte porque emanada de sociedades nacionais também assimétricas, nas quais o objetivo da equidade social parece não ter hoje a mesma força de tempos atrás.

O valor maior da liberdade, felizmente, avança em todos os continentes. Mas os valores fundamentais da igualdade e da fraternidade estão perigosamente relegados ao segundo plano.

É preciso trazê-los de volta ao topo de nossas agendas, ao centro de nossas estratégias, antes que seja tarde demais. Antes que alguns povos possam ser levados a acreditar, erradamente, que o preço inevitável da liberdade é a perpetuação dos muros entre ricos e pobres, incluídos e excluídos, globalizados e abandonados.

O aprofundamento de um sentido genuíno de solidariedade, e a sua concretização em políticas eficazes, será, cada vez mais, condição para o enraizamento da liberdade e da democracia, no plano interno dos países, e para a construção de uma ordem internacional mais favorável à preservação da paz e à promoção do desenvolvimento.

Não deve haver manipulação das grandes causas globais, de movimentos solidários transnacionais, em tentativas de encobrir e promover interesses de grupos e setores.

É o que tem ocorrido, lamentavelmente, no terreno do comércio internacional.

Primeiro, o descompasso entre a retórica do livre comércio e a manutenção de políticas protecionistas dos mais diversos tipos por parte dos países desenvolvidos.

Como afirmei na Conferência da Organização Mundial do Comércio em Seattle, o nome desse jogo é discriminação. E a discriminação, sobretudo quando aplicada contra os mais fracos, é a negação absoluta da solidariedade.

Precisamos corrigir as graves distorções que afetam o comércio internacional, especialmente o comércio dos produtos da agricultura.

É inaceitável que os países mais prósperos, com economias baseadas quase integralmente nas áreas da indústria e dos serviços, possam legalmente restringir o acesso aos seus mercados de bens agrícolas, ao mesmo tempo em que cobram abertura ainda maior para os produtos nos quais podem competir sem risco, e com esmagadora vantagem.

Mais inaceitável ainda é que se permita a tais países, como ocorre hoje, conceder subsídios de dezenas de bilhões de dólares à produção e às suas próprias exportações de produtos agrícolas, com grave prejuízo para nações exportadoras mais eficientes e competitivas, embora mais pobres e, portanto, menos capazes de estender favores fiscais aos seus agricultores.

Em segundo lugar, não satisfeitos com a manutenção desse quadro agudamente discriminatório, em que a prática se apresenta muitas vezes como o oposto do discurso, algumas vozes de países desenvolvidos, ecoando interesses de setores específicos, pregam uma nova ofensiva contra as exportações das nações em desenvolvimento.

É o que se pode antecipar da retórica protecionista, travestida de internacionalismo humanitário, que levanta a bandeira sedutora das cláusulas trabalhistas e ambientais, cujo principal efeito seria o de fechar ainda mais o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados das nações ricas.

Essa retórica, e o seu apelo junto a determinados segmentos da opinião pública, poderiam levar a crer que as exportações dos países em desenvolvimento ameaçam o bem-estar econômico e o modo de vida das sociedades mais desenvolvidas. Todos nós sabemos que isto não é verdade. Afinal, essas exportações representam menos de um terço do comércio mundial e são constituídas principalmente de matérias-primas.

O objetivo principal daqueles que desejam aplicar requisitos trabalhistas às regras do comércio não é elevar a qualidade de vida dos trabalhadores dos países pobres. Seu propósito central é o de proteger setores de suas respectivas economias – alguns deles entre os mais

arcaicos do ponto de vista trabalhista – que, a rigor, já não têm capacidade de operar em um ambiente de livre concorrência internacional.

Sanções e barreiras comerciais não são uma maneira adequada de elevar os padrões trabalhistas e promover a defesa do meio ambiente nas nações em desenvolvimento, que são as primeiras interessadas nesses mesmos objetivos e precisam, isto sim, de mais e não menos exportações e crescimento econômico para realizá-los.

Essa é uma mensagem que nós, países em desenvolvimento, devemos apresentar com toda força e clareza. Devemos ajudar as sociedades desenvolvidas a perceber que não estão sozinhas no mundo, e, sobretudo, que não podem pretender elaborar regras para o comércio internacional com base apenas nos seus pontos de vista, nos seus interesses, como se não houvesse outros mais de cinco bilhões de seres humanos com aspirações igualmente legítimas de bem-estar, progresso e justiça.

Senhor Presidente,

Cada vez mais, as nações devem ser capazes de compreender e respeitar as diferenças de realidade, perspectiva e objetivo que existem entre elas. Devem ser capazes, ao mesmo tempo, de identificar semelhanças e afinidades; explorar e ampliar convergências e possibilidades de cooperação; superar desconfianças, rivalidades e conflitos.

Os processos de integração regional são hoje a fonte principal desse aprendizado necessário. Para a maioria dos países, é o caminho para uma participação mais intensa, profunda e benéfica no ambiente global.

Nas Américas, e mais especificamente na América Latina, temos seguido esse percurso com determinação. Os países da região estão mais integrados entre nós, e mais integrados ao mundo. São as duas faces inseparáveis de uma mesma progressão.

Dias atrás, pela primeira vez na história, realizou-se em Brasília, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Reunião de Presidentes da América do Sul.

O encontro teve o propósito de reunir os líderes sul-americanos em torno dos desafios comuns gerados pela realidade da geografia, do espaço compartilhado, da vizinhança física.

Nada mais natural que a primeira reunião se fizesse no Brasil, que divide fronteiras com nove de seus onze vizinhos do subcontinente e convive com todos eles, há mais de um século, numa atmosfera de paz, de amizade e, cada vez mais, de forte ânimo integracionista.

Os Presidentes tomaram decisões importantes e concretas, que certamente irão ter efeitos duradouros. No campo político, concordaram em aprofundar o compromisso dos países da América do Sul com a democracia e decidiram que a manutenção do estado de direito e o pleno respeito ao regime democrático passa a ser condição para a participação em futuros encontros sul-americanos. Decidiram, ainda, realizar consultas entre seus governos na hipótese de ameaça de ruptura da ordem democrática na região.

Na área comercial, resolveram iniciar negociações para estabelecer, antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, com vistas à futura conformação de um espaço econômico ampliado na América do Sul, com a presença do Chile, da Guiana e do Suriname.

Com esse mesmo propósito, os Presidentes resolveram coordenar o planejamento e o financiamento das iniciativas de integração de nossa infraestrutura, de projetos prioritários nos campos da energia, de transportes e de telecomunicações. Assim, trabalhando juntos, teremos condições de criar, em menos tempo, as ligações físicas que servirão à unidade da América do Sul.

Com relação ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado, um problema que atinge, sob formas diferentes, todas as regiões do mundo, os Presidentes destacaram o papel desempenhado pela OEA na luta contra as drogas nas Américas, e o estabelecimento, no ano passado, do Mecanismo de Avaliação Multilateral para avaliação do desempenho dos países do hemisfério nesse esforço. Resolveram, também, criar um sistema de consultas entre os órgãos dedicados a combater o narcotráfico e, ainda, instituir uma força-tarefa sul-americana contra a lavagem de dinheiro.

A Reunião de Presidentes da América do Sul foi um evento que jamais havia ocorrido em quase dois séculos de vida independente da maioria das nações do nosso subcontinente. Além do significado histórico, e de seus prováveis desdobramentos no longo prazo, foi uma cúpula da qual resultaram decisões e consequências imediatas.

A principal delas é o compromisso democrático. Como afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em termos muito diretos, "a América do Sul de hoje é sinônimo de democracia. (…). Não deixaremos que haja abusos nesse alvorecer democrático. E cada vez mais exigiremos não apenas o voto, mas as condições de liberdade, de informação e de garantias jurídicas que dão ao sufrágio o significado efetivo da democracia".

Senhor Presidente,

O ano que passou foi marcado por realizações importantes para as Nações Unidas. E eu aponto algumas delas.

O objetivo da construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, foi reafirmado nas revisões das conferências mundiais sobre a mulher (Pequim+5) e para o desenvolvimento social (Copenhague+5).

Na conferência do Tratado de Não Proliferação, houve avanços – modestos, mas significativos – no sentido de livrar o mundo das armas nucleares. Como membro da Nova Agenda, o Brasil orgulha-se de ter contribuído para o êxito da Conferência, cujos resultados servirão de baliza para medir os progressos futuros no campo do desarmamento nuclear.

O trabalho para a constituição de um tribunal penal internacional avançou e o Brasil assinou o Estatuto de Roma. Aqueles que praticam crimes contra a humanidade não devem, de modo algum, permanecer impunes.

No relatório Brahimi, temos um guia para fortalecer os mecanismos das operações de paz da ONU e, com isto, superar as mazelas do passado recente.

A coragem dos relatórios sobre Ruanda e Srebrenica deu-nos a dimensão precisa do que é necessário fazer.

No Timor, sob a liderança de um funcionário internacional exemplar, Sérgio Vieira de Mello, um novo Estado se desenha e começa a nascer. Expressamos nosso veemente repúdio ao ataque a inocentes voluntários no Escritório das Nações Unidas em Atambua, em Timor Ocidental, que vinham trabalhando em favor desse objetivo.

Em contrapartida, as frustrações são conhecidas.

Operações de paz que não se completam em Sierra Leoa e na República Democrática do Congo; a persistência do conflito em Angola, em razão da resistência inaceitável da UNITA em obedecer às decisões e aos direitos internacionais; a consciência da dimensão trágica das consequências da AIDS na África e no mundo.

Há menos de uma semana, em encontro histórico aqui mesmo nesta sala, as lideranças mundiais fizeram um balanço das atividades e realizações do multilateralismo.

O resultado foi uma afirmação mais clara do compromisso firme e inequívoco de fortalecer as Nações Unidas.

Saiu reforçada a convicção de que os níveis de justiça e as raízes da paz internacional continuarão a depender, cada vez mais, do que se fizer nesta Organização.

O Brasil sempre esteve convencido disso.

Sem a ONU, os direitos humanos estariam mais desprotegidos; os pontos de acomodação dos conflitos estariam mais distantes; as dificuldades para erradicar a pobreza seriam ainda maiores; o aprendizado da tolerância estaria mais atrasado; as soluções democráticas enfrentariam resistências ainda maiores.

A Assembleia do Milênio expressou o que talvez já soubéssemos. Mas ela pode e deve ter o efeito histórico de nos levar a agir.

Sabemos que é a articulação da vontade política que poderá fazer a diferença. E este é o foro político por excelência da comunidade internacional. Nosso objetivo principal é o de criar meio e instrumentos que permitam a efetiva realização de nossos ideais, valores e propósitos.

Aqui, tantas vezes, palavras e ações, objetivos e instrumentos estiveram divorciados, como se pertencessem a dois universos distantes e incomunicáveis.

Senhor Presidente,

Apenas o diálogo político entre os Estados, por intermédio do multilateralismo, pode conferir algum grau de racionalidade e previsibilidade à lógica das forças globais.

O multilateralismo – com o fortalecimento das Nações Unidas e com sua perspectiva moderna, que tem no indivíduo o beneficiário de suas ações – é a garantia de uma governança progressiva e justa neste mundo integrado.

É nossa obrigação realizar os nossos compromissos comuns, reafirmados tão vigorosamente na Assembleia do Milênio. Devemos fazer isto com determinação e sentido de urgência.

Nova York, 12 de setembro de 2000.

2001

2001

O discurso do Brasil perante a LVI Assembleia Geral foi proferido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a única ocasião em que, nos seus oito anos de mandato, o Presidente abriu, em nome do Brasil, o debate geral da Assembleia.

Era um momento excepcional. Em 11 de setembro, ocorrera o atentado contra as Torres Gêmeas em Manhattan logo reivindicado pelo movimento radical islamista Al Qaida liderado por Osama Bin Laden. Duas mil e setecentas pessoas de diversas nacionalidades morreram em consequência do ataque, que se estendeu ao Pentágono, em Washington. Um atentado simultâneo contra a Casa Branca foi evitado pela ação dos passageiros a bordo do voo que havia sido desviado de seu curso pelos terroristas.

Quedas acentuadas em Wall Street e na NASDAQ prenunciavam o perigo de uma recessão em escala global. As incertezas eram imensas.

O debate geral tivera seu início postergado. O discurso presidencial deu-se em 10 de novembro. Naturalmente, a ênfase principal recaiu sobre o tema do terrorismo.

O Governo do Presidente Bush lograra obter um grande consenso no país para o combate ao terrorismo. Os EUA haviam sido atacados em seu próprio território. Reinava uma sensação de extrema vulnerabilidade acentuada por uma série de tentativas de distribuir ANTHRAX por cartas contaminadas contra o Congresso norte-americano e outras instituições.

Diversas mudanças de lideranças ocorreriam naquele ano, entre as quais: Ariel Sharon em Israel; Koizumi no Japão; e Berlusconi na Itália.

Na Argentina, assolado por uma crise econômica incontrolável, o Presidente de la Rúa renunciaria, dando margem a um período de grande instabilidade que conduziria à ascensão de Eduardo Duhalde à frente do Executivo. O MERCOSUL ficou extremamente exposto às vulnerabilidades argentinas.

No âmbito hemisférico, realizar-se-ia em abril, no Canadá, a Cúpula das Américas. Reafirmar-se-iam então os objetivos gerais das negociações com vistas à conformação da ALCA.

Os EUA, à frente de uma coalizão de 40 países arregimentados às pressas, intervieram no Afeganistão para derrubar o regime do Talibã e desestruturar a liderança da organização Al Qaida.

Em seu discurso, o Presidente Fernando Henrique recordou a reação do Brasil, a solidariedade que expressara de imediato ao Presidente George Bush, nossa veemente condenação ao terrorismo e nossa proposta de convocação do órgão de consulta do TIAR. Foi, no entanto, muito claro ao manifestar que a "luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões". E ao estabelecer conexões entre o terrorismo, o tráfico de drogas, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

O Presidente estendeu-se ademais sobre o tema do desenvolvimento. Muito embora sem vincular terrorismo necessariamente a condições de pobreza, insistiu na importância de suprir as deficiências do processo de globalização e eliminar os déficits de governança e democracia prevalecentes no mundo.

Poucos dias antes da Conferência Geral da OMC prevista para se reunir em Doha, na qual finalmente se lançariam as negociações do que viria a ser impropriamente denominado de "rodada do desenvolvimento", o Presidente julgou oportuno conclamar pela abertura dos mercados dos países desenvolvidos e por uma solução para a questão do acesso a medicamentos, tema vital para o programa de combate à AIDS no Brasil.

Dedicou, por outra parte, ênfase importante no discurso, na linha observada nos pronunciamentos feitos pelo Ministro Lampreia, na necessidade de renovar as instituições de Bretton Woods e reduzir a volatilidade dos fluxos de capital.

No plano político, sobressai no pronunciamento presidencial a demanda de passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O Presidente insistiu igualmente na questão da reforma da ONU e da ampliação do Conselho de Segurança para torná-lo mais representativo. Não formulou uma reivindicação explícita de assento permanente para o

Brasil. Nossa aspiração ficou, porém, implícita (1) na menção ao fato de que "soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália"; e (2) na proposta de inclusão na categoria de membros permanentes, "daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje".

O Presidente apresentou ainda uma inédita demanda em favor da expansão do G-7/G-8 para incluir "países emergentes".

LVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2001

Presidente Fernando Henrique Cardoso[59]

Ao saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, presto tributo à República da Coreia, que dá ao mundo um exemplo de dedicação à paz e ao desenvolvimento. Reitero minha admiração ao Secretário-Geral Kofi Annan, que junto com a ONU recebeu a merecida homenagem do Prêmio Nobel da Paz. Mais do que nunca, precisamos agora de sua lucidez e coragem no esforço de construção de uma ordem internacional pacífica, democrática e solidária. Só o fanatismo se recusa a ver a grandeza da missão das Nações Unidas e de Kofi Annan.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Por uma tradição que remonta aos primórdios desta Organização, o mês de setembro em Nova York é marcado por uma celebração do diálogo: a abertura do debate desta Assembleia Geral.

Não foi assim este ano.

A ação mais contrária ao diálogo e ao entendimento entre os homens marcou o mês de setembro em Nova York, como também em Washington: a violência absurda de um golpe vil e traiçoeiro dirigido contra os Estados Unidos da América e contra todos os povos amantes da paz e da liberdade. Foi uma agressão inominável a esta cidade, que, talvez mais do que qualquer outra, é símbolo de uma visão cosmopolita.

[59] **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República de 1/1/95 a 31/12/98, e de 1/1/99 a 31/12/02 (2º mandato).

Uma cidade que sempre acolheu indivíduos de toda parte, como aos judeus holandeses de origem portuguesa que no século XVII se transferiram do Brasil para a então Nova Amsterdã. Nova York cresceu, prosperou e firmou-se dentro dos valores do pluralismo. Fez-se grande e admirada não só por sua herança judaica, anglo-saxã, mas também pela presença árabe, latina, africana, caribenha e asiática.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram uma agressão a todas essas tradições. Uma agressão à humanidade. Como primeiro Chefe de Estado a falar nesta sessão da Assembleia Geral, quero ser muito claro, como o fiz na própria manhã daqueles horríveis atentados e nos contatos com o Presidente George W. Bush: o Brasil empresta integral solidariedade e apoio ao povo norte-americano em sua reação ao terrorismo.

Para nós, todo o continente americano foi atingido. Daí nossa iniciativa de propor a convocação do órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O terrorismo é o oposto de tudo o que a ONU representa. Destrói os princípios de convivência civilizada. Impõe o medo e compromete a tranquilidade e segurança de todos os países.

As vítimas de qualquer ato terrorista não estarão sozinhas, e seus responsáveis – indivíduos, grupos ou Estados que os apoiem – não ficarão impunes. Encontrarão nos povos livres uma aliança sólida disposta a levantar barreiras contra a marcha da insensatez.

A Carta das Nações Unidas reconhece aos Estados-Membros o direito de agir em autodefesa. Isto não está em discussão.

Mas é importante termos consciência de que o êxito na luta contra o terrorismo não pode depender apenas da eficácia das ações de autodefesa ou do uso da força militar de cada país.

O compromisso das Nações Unidas, em 1945, foi o de trabalhar para fundar a paz e preservar as gerações futuras do flagelo da guerra. A guerra tem sempre um pesado custo humano. Um custo em vidas interrompidas, em vidas refugiadas e amedrontadas. Tudo isso realça a responsabilidade dos terroristas pelo que sucede hoje.

O Brasil espera que, apesar de todas as circunstâncias, não se vejam frustradas as ações de ajuda humanitária ao povo do Afeganistão. Mais ainda: dentro de nossas possibilidades, estamos dispostos a abrigar refugiados que queiram integrar-se ao nosso país.

Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões. Nenhuma das civilizações que enriquecem e humanizam nosso planeta pode dizer que não conheceram, em seu

próprio interior, os fenômenos da violência e do terror. Em todo o mundo, problemas de segurança pública, consumo e tráfico de drogas, contrabando de armas, lavagem de dinheiro são males afins ao terrorismo, que devemos extirpar.

Quero sugerir, desta tribuna, a realização de uma campanha mundial de opinião pública que conscientize os usuários de drogas em todos os países para o fato de que estão, ainda que involuntariamente, contribuindo para financiar o terrorismo. Se pretendermos estrangular o fluxo de recursos de que as redes ou facções terroristas se valem para espalhar a destruição e a morte, é imprescindível reduzir drasticamente o consumo de drogas em nossas sociedades. Além disso, devemos evitar que as diferenças de regimes fiscais entre os países sirvam como instrumento para a evasão de divisas essenciais ao desenvolvimento ou como proteção para as finanças do crime organizado, inclusive de ações terroristas. Se a existência de paraísos fiscais for indissociável desses problemas, então não devem existir paraísos fiscais. Coloquemos um fim a esses abrigos da corrupção e do terror, até hoje admitidos complacentemente por alguns governos.

Senhor Presidente,

É natural que, após 11 de setembro, os temas da segurança internacional assumam grande destaque.

Mas o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação e das outras questões de interesse global. O caminho do futuro impõe utilizar as forças da globalização para promover uma paz duradoura, baseada, não no medo, mas na aceitação consciente por todos os países de uma ordem internacional justa. Sobre essa questão, tenho procurado mobilizar as várias lideranças mundiais.

O Brasil quer contribuir para que o mundo não desperdice as oportunidades geradas pela crise de nossos dias. Pensemos na causa do desenvolvimento, um imperativo maior.

Há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização. Não me refiro a um mal-estar ideológico, de quem é contra a globalização por princípio, ou de quem recusa a ideia de valores universais, que inspiram a liberdade e o respeito aos direitos humanos.

Mas ao fato de que a globalização tem ficado aquém de suas promessas.

Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva de um déficit de democracia. A globalização só será sustentável se

incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da "globalização solidária", em contraposição à atual globalização assimétrica.

No comércio, já é hora de que as negociações multilaterais resultem em maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos. Os ministros reunidos em Doha têm uma pesada responsabilidade: a de fazer com que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio seja realmente uma "Rodada do Desenvolvimento". Para isso, é indispensável avançar com prioridade nos temas mais relevantes para a eliminação das práticas e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos.

O Brasil, que vem liderando negociações para garantir maior acesso aos mercados e melhores condições humanitárias para o combate às doenças, buscará encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres. Somos pelas leis de mercado e pela proteção à propriedade intelectual, mas não ao custo de vidas humanas. Este é um ponto a ser criteriosamente definido. A vida há de prevalecer sobre os interesses materiais.

Senhor Presidente,

É necessário renovar as instituições de Bretton Woods e prepará-las para os desafios do século XXI.

É preciso dotar o FMI de mais recursos e de capacidade para ser um emprestador de última instância, e atribuir ao Banco Mundial e aos bancos regionais o papel de promotores mais ativos do desenvolvimento.

Devemos reduzir a volatilidade dos fluxos internacionais de capital e assegurar um sistema financeiro mais previsível, menos sujeito a crise, na linha do que vem sendo proposto pelo G-20.

No mesmo sentido, embora não se ignorem as dificuldades práticas de um mecanismo como a "Taxa Tobin", poderíamos examinar alternativas melhores e menos compulsórias.

Proponho que a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a realizar-se no próximo ano em Monterrey, dedique especial atenção a essas questões.

Pensemos, também, em formas práticas de cooperação para amenizar o drama da AIDS, sobretudo na África. Até quando o mundo ficará indiferente à sorte daqueles que ainda podem ser salvos das enfermidades, da miséria e da exclusão?

O final do século XX marcou o fortalecimento de uma consciência de cidadania planetária, alicerçada em valores universais.

O Brasil está decidido a prosseguir nessa direção. O Tribunal Penal Internacional será um avanço histórico para a causa dos direitos humanos.

A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável.

O futuro depende do que fizermos hoje, em particular com relação ao Protocolo de Kyoto. O Brasil saúda o êxito da reunião de Marrakesh, que constitui passo decisivo para o controle e futura reversão do aquecimento da atmosfera. Estarei enviando mensagem ao Congresso Nacional com vistas à pronta ratificação do Protocolo de Kyoto.

Os eventos atuais, inclusive nesta cidade, mostram a dimensão da ameaça das armas de destruição em massa. Quer se trate de armas bacteriológicas, como o antraz, de armas químicas ou nucleares, não há alternativa ao desarmamento e a não proliferação.

Impedir que a ciência e a tecnologia transformem-se em arma dos insensatos é imperativo ético, que só se efetiva com a interferência ativa e legítima das Nações Unidas no controle, na destruição e na erradicação desses arsenais.

Senhor Presidente,

Assim como apoiou a criação do Estado de Israel, o Brasil hoje reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz.

Esta é uma dívida moral das Nações Unidas. É uma tarefa inadiável.

Como inadiável é a superação definitiva do conflito em Angola, que merece a oportunidade de retomar seu caminho de desenvolvimento.

O mesmo futuro o Brasil deseja ao Timor Leste, que esperamos ver em breve ocupando seu assento nesta Assembleia como representação soberana.

Para responder a problemas cada vez mais complexos, o mundo precisa de uma ONU forte e ágil.

A força da ONU passa por uma Assembleia Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores

de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália.

Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje. Como considera inerente à lógica das atuais transformações internacionais a expansão do G-7 ou G-8. Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que têm a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes.

Senhor Presidente,

Uma ordem internacional mais solidária e mais justa não existirá sem a ação consciente da comunidade das nações. É um objetivo demasiado precioso para ser deixado ao sabor das forças do mercado ou aos caprichos da política de poder.

Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável.

A sombra nefasta do terrorismo demonstra o que se pode esperar se não formos capazes de fortalecer o entendimento entre os povos.

Esta Organização foi criada sob o signo do diálogo. Diálogo entre Estados soberanos que sejam súditos de nações livres, cujos povos participem ativamente das decisões nacionais.

Com sua ajuda, vamos fazer com que o século XXI não seja o tempo do medo. Que seja o florescimento de uma humanidade mais livre, em paz consigo mesma, na caminhada sensata para a construção de uma ordem internacional legítima, aceita pelos povos e ordenadora das ações dos Estados no plano global.

Este é o desafio do século XXI.

Saibamos enfrentá-lo com a visão grandiosa dos fundadores desta Organização, que sonharam com um mundo plural, baseado na Paz, na solidariedade, na tolerância, e na Razão que é a matriz de todo o Direito.

Muito obrigado.

Nova York, 10 de novembro de 2001.

2002

2002

O nível de violência no Oriente Médio aumentou consideravelmente ao longo do ano de 2002. Os tempos iniciais da relação Sharon/Arafat foram tormentosos. Israel faria diversas incursões na margem ocidental, chegando, em determinada altura, a confinar o Presidente da OLP na sede do Governo em Ramallah. A pressão sobre o Iraque tornar-se-ia ainda mais forte. O Congresso norte-americano autorizaria o Presidente Bush a intervir contra o regime de Saddam Hussein. Alguma esperança de solução para o conflito surgiria com a volta dos inspetores da AIEA ao Iraque.

Os Estados Unidos mantiveram, porém, os preparativos para o conflito. Opuseram-se frontalmente à implantação do Tribunal Penal Internacional.

O nível de violência pós-11 de setembro elevou-se. Atentados na Indonésia causaram várias mortes. Rebeldes chechenos tomaram de assalto um teatro em Moscou.

A Coreia do Norte admitiu a existência de seu programa nuclear.

A fome na África assumiria proporções catastróficas. A instabilidade tomaria conta de um país até aparentemente sólido: a Costa do Marfim. Angola, porém, iniciaria seu processo de pacificação com a morte do lider da UNITA, Jonas Savimbi.

O Partido Islâmico venceria as eleições na Turquia, comprometendo de certa forma as aspirações daquele país a integrar a União Europeia. Jacques Chirac venceria as eleições na França após segundo turno

inesperado contra o candidato da extrema-direita, Jean Marie Le Pen. O euro tornava-se a moeda única na maioria dos países da União Europeia.

Os mercados internacionais continuariam em turbulência: várias grandes empresas, entre as quais Enron e Worldcom, entraram em colapso em função de especulações excessivas, fraudes e negócios escusos. Após a renúncia do Presidente de la Rúa, a crise econômica na Argentina chegaria ao seu momento mais crítico: a moeda se desvalorizaria drasticamente após o "default" da dívida implementado pelo Governo.

Realizar-se-ia no Equador a Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul.

A Conferência Rio+10 realizada na África do Sul não se revelou capaz de levar adiante de maneira significativa os resultados positivos da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organizada com tanto êxito no Brasil em 1992. A sintomatica ausência do Presidente George Bush do segmento de cúpula caracterizou o afastamento dos EUA da vanguarda das negociações ambientais multilaterais.

O Brasil continuaria bastante afetado pela volatilidade dos mercados. Os meses que antecederam a eleição de 2002 e os que se seguiram à vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores foram difíceis para e economia brasileira com fuga de capitais e pressão sobre a moeda.

Ao subir à tribuna da ONU, a poucos meses do encerramento do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a poucas semanas do pleito que culminaria com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Lafer usou a oportunidade para fazer uma exposição sobre as orientações fundamentais da política exterior do Brasil no período que se encerrava, assim como sobre os princípios que a nortearam: democracia, multilateralismo, legitimidade, diálogo e cooperação.

O Ministro Lafer retomou, ao mesmo tempo, os temas das insuficiências da globalização, da volatilidade dos capitais, do protecionismo e das barreiras ao comércio.

No plano político e social, o Ministro reafirmou o compromisso do Brasil com os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Referiu-se igualmente a diversas questões ligadas à paz e à segurança:

> - Reiterou o apoio do Brasil a um Estado Palestino democrático, seguro e economicamente viável, assim como à existência do Estado de Israel em segurança e dentro de fronteiras reconhecidas;

- Ao reafirmar que o uso da força só se legitima mediante as deliberações apropriadas do Conselho de Segurança, insistiu em que, "no caso específico do Iraque", cabia àquele órgão principal da ONU "decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes".

Quanto à reforma do Conselho de Segurança, o Ministro voltou a manifestar a necessidade da expansão do número de seus membros permanentes e não permanentes e a expressar que o Brasil estava "pronto a dar sua contribuição… e assumir todas as suas responsabilidades".

LVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2002

Ministro Celso Lafer[60]

Senhor Presidente,

Felicito Vossa Excelência por sua eleição para presidir a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Agradeço a seu antecessor, Han Seung-soo, pela liderança que demonstrou em momento particularmente crítico da Organização.

Ao Secretário-Geral Kofi Annan, reitero a confiança do Brasil nas qualidades de estadista com que tem conduzido seu mandato.

Tenho a satisfação de saudar o ingresso do Timor Leste na família das Nações Unidas, assim como o acolhemos, em julho último, em Brasília, na nossa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um Timor livre – um notável êxito das Nações Unidas.

O Brasil dá igualmente boas-vindas à Suíça, que se associa de maneira plena a este foro político global.

Senhor Presidente,

Venho a esta tribuna como representante de um país que acredita nas Nações Unidas.

[60] **Celso Lafer**, nascido em São Paulo, em 7 de agosto de 1941. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor em Ciência Política pela Universidade de Cornell, EUA. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 13/4/92 a 5/10/92 e em 2002.

De um país que reconhece o multilateralismo como princípio ordenador da convivência entre Estados.

Esta é a convicção de todas as horas, fáceis ou difíceis.

Esta é uma hora difícil para a Organização. Exige respostas respaldadas nos princípios e valores que a fundamentam. O Brasil os defende desde as primeiras conferências internacionais do século XX.

Como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento.

Assim tem sido a política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso no correr dos oito anos dos seus dois democráticos mandatos, na qual orientações fundamentais são recorrentes:

- Democratizar as instâncias decisórias;

- Superar o déficit de governança existente no plano internacional;

- Estabelecer uma nova arquitetura financeira e dar resposta eficaz à volatilidade dos fluxos de capital;

- Defender um sistema multilateral de comércio que seja justo e equilibrado;

- Corrigir as distorções que surgem de uma economia que se globaliza, ao lado de processos políticos e institucionais que não se globalizam;

- Afirmar os valores dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Estes são desafios que não podemos enfrentar sozinhos.

Por isso, tanto tem feito o Presidente Fernando Henrique em favor do fortalecimento do MERCOSUL e da integração sul-americana, como instrumentos para a paz, cooperação e maior competitividade de nossos países. Do mesmo modo, estimulou novas parcerias em todos os continentes, e tem-se empenhado em obter negociações equilibradas para o estabelecimento de áreas de livre comércio, em especial com a União Europeia e com os países que integram o processo da Área de Livre Comércio das Américas.

Estamos empenhados:

- Na entrada em vigor do Protocolo de Kyoto e no funcionamento do Tribunal Penal Internacional;

- Na implementação da agenda do desenvolvimento social;

- Em fazer avançar o desarmamento nuclear e convencional.

Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a visão brasileira do mundo exprime objetivos, não apenas de um governo, mas do país e da sociedade.

Por essa razão, o processo eleitoral em curso, ao fortalecer nossa democracia, irá projetar com vigor as credenciais internacionais do Brasil.

Nosso compromisso com a ONU e com o multilateralismo não se abala "em tempo de tormenta e vento esquivo", para citar Camões.

E quanto mais graves os desafios – como os da difícil conjuntura em que vivemos – maior a necessidade de que a resposta a eles se faça com legitimidade.

Legitimidade que vem da participação e do consenso.

A cooperação deve ser nosso "modus operandi".

No contexto multilateral, é fundamental a liderança na proposta das tarefas a serem realizadas.

Mas o conteúdo e a forma de cada tarefa só podem ser definidos por meio do diálogo.

Só o diálogo torna possível construir uma coalizão de nações efetivamente unidas.

Nações unidas pela força do convencimento.

O emaranhado de interesses que formam as redes de interdependência em escala planetária, não será controlado sem uma autoridade que se enraíze em instituições multilaterais e no respeito ao direito internacional.

Deve ser mantido o compromisso com soluções negociadas sob o manto legitimador do multilateralismo.

Quando dos ataques terroristas de 11 de setembro, a solidariedade desta Organização com os Estados Unidos da América foi imediata, com a adoção de resoluções pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança.

O Brasil tomou a iniciativa, no nível regional, de invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, como expressão do nosso firme repúdio e condenação à barbárie do terrorismo.

Essas respostas têm-se desdobrado na busca de uma renovada colaboração nas áreas de segurança, inteligência, cooperação policial e judicial.

Soluções duradouras para os problemas do terrorismo, do tráfico de entorpecentes e do crime organizado requerem um trabalho cuidadoso e persistente de criação de parcerias, de elaboração de arranjos cooperativos consistentes com o sistema multilateral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Muitos países e regiões têm permanecido alijados dos benefícios da economia globalizada, arcando apenas com seus custos.

A mesma circulação livre de capitais que pode gerar investimento é responsável pelo ataque especulativo às moedas nacionais e pelas crises de balanço de pagamentos com consequências negativas para a continuidade das políticas públicas e para o resgate da dívida social.

O protecionismo e toda sorte de barreiras ao comércio, tarifárias ou não tarifárias, continuam a sufocar a economia dos países em desenvolvimento e neutralizar a competitividade de seus produtos.

A liberalização do setor agrícola não tem passado de uma promessa, sempre adiada para futuro incerto.

A globalização requer a reforma das instituições econômicas e financeiras e não pode limitar-se ao triunfo do mercado.

A concepção moderna de desenvolvimento requer a promoção dos direitos humanos, tanto os civis e políticos quanto os econômicos, sociais e culturais.

Nesse campo, é uma grande honra para todos os brasileiros a nomeação de Sérgio Vieira de Mello como novo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Sucede Mary Robinson, a quem devemos o reconhecimento pelo importante trabalho realizado.

Senhor Presidente,

A ONU foi criada para manter a paz e a segurança. No entanto, persistem conflitos armados e focos de violência e insensatez.

A situação no Oriente Médio evidencia a distância que nos separa da ordem internacional imaginada pelos redatores da Carta das Nações Unidas.

O Brasil apoia a criação de um Estado palestino democrático, seguro e economicamente viável, assim como o direito do povo palestino à autodeterminação. O Brasil também defende o direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras reconhecidas e o de seu povo viver em segurança. Ambas são condições essenciais para uma paz duradoura no Oriente Médio. Somente por meio do reconhecimento mútuo e generalizado das legitimidades em conflito na região, assim como mediante o aprimoramento de acordos existentes será possível estancar a destrutividade indiscriminada da violência e construir um caminho de solução.

O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não duradouro.

No caso específico do Iraque, o Brasil sustenta que cabe ao Conselho de Segurança decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes. O exercício pelo Conselho de Segurança de suas responsabilidades constitui a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente.

Em Angola, os últimos desenvolvimentos positivos devem ser sustentados pela comunidade internacional para a reconstrução do país e a consolidação da paz e da democracia.

O objetivo de fortalecer o sistema de segurança coletiva permanece um desafio.

O Conselho de Segurança precisa ser reformado de modo a aumentar sua legitimidade e criar bases mais sólidas para a cooperação internacional na construção de uma ordem internacional justa e estável. Deve ser parte essencial da reforma a expansão do número de membros, tanto na categoria de permanentes quanto de não permanentes.

O Brasil já manifestou – e o reitero neste momento – que está pronto a dar a sua contribuição para o trabalho do Conselho de Segurança e a assumir todas as suas responsabilidades.

Senhor Presidente,

Para o Brasil, as Nações Unidas são o espaço público para gerar o poder, que só resulta, na lição de Hannah Arendt, da capacidade humana de agir em conjunto.

A ONU é essa peça essencial da criação de uma governança global voltada para a distribuição mais equitativa dos benefícios da paz e do progresso.

Daí nossa visão de futuro, uma visão consagradora da solidariedade entre povos e nações, uma visão legitimada por uma concepção renovada e participativa do poder.

Inspira-nos a observação de Guicciardini, o conterrâneo e contemporâneo politicamente mais bem sucedido do que Maquiavel: "Entre os homens, usualmente, pode muito mais a esperança do que o medo".

Muito obrigado.

Nova York, 12 de setembro de 2002.

2003

2003

O início do mandato do Presidente Lula foi marcado por fortes pressões externas e por um conjunto de decisões de Governo destinadas a afiançar o comprometimento da nova administração brasileira com a estabilidade macroeconômica. Logo ao assumir, o Presidente Lula deslocar-se-ia simbolicamente a Porto Alegre para participar das reuniões do Foro Social e de lá dirigir-se-ia a Davos, onde falaria para o mundo empresarial reunido no Foro Econômico Mundial. Suas mensagens foram efetivas. Logo o Brasil conseguiu recuperar a confiança dos investidores e pôde prosseguir no caminho da estabilidade. Os investimentos voltariam a fluir. O crescimento econômico manteve-se em patamar razoável.

Havendo implantado, ao mesmo tempo, programas sociais de alcance global como o Fome Zero e outros, o Presidente Lula credenciar-se-ia rapidamente como um agente político de primeiro plano no cenário internacional. Além da América Latina e dos principais parceiros no Brasil e no mundo desenvolvido, suas viagens internacionais ao longo dos anos subsequentes se estenderiam à África, à Ásia e ao mundo árabe. Sob sua liderança, a política externa do Brasil, cuja direção fora novamente confiada ao Ministro Celso Amorim, ver-se-ia orientada para os objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social.

Ao proclamar a América Latina e, em particular a América do Sul, como a prioridade número um da política exterior do Brasil, o novo Governo tomaria uma série de iniciativas destinadas a incrementar a integração regional e os laços do Brasil com cada um dos seus vizinhos. Logo teria o Brasil que enfrentar um quadro de instabilidade na Venezuela,

provocado pela atuação de grupos opositores ao Governo do Presidente Hugo Chávez. Na Argentina, Nestor Kirchner sucederia a Eduardo Duhalde e pouco a pouco lograria superar a grave crise vivida pelo país desde o final do Governo Menem.

O quadro de tensões internacionais agravar-se-ia consideravelmente com a invasão do Iraque em março. Apesar de os inspetores da ONU, sob o comando de Hans Blix, não terem encontrado qualquer evidência significativa da existência de armas de destruição em massa no Iraque, os Estados Unidos, com o apoio do Reino Unido, da Itália de Berlusconi e da Espanha de Aznar, montaram uma formidável máquina de guerra para invadir o país e mudar o regime vigente sob Saddam Hussein. Em abril, o regime iraquiano seria efetivamente desmontado e os EUA se encarregariam da administração provisória do país.

No Oriente Médio, algum progresso pareceria àquela altura possível: acordar-se-ia o chamado "road map" para a paz entre Israel e os palestinos negociado sob os auspícios dos EUA, da União Europeia, da Rússia e da ONU. Começaria, ao mesmo tempo, a construção do muro idealizado por Sharon para alegadamente isolar Israel de ataques terroristas vindos da Palestina.

Na Ásia, a marcha da Coreia do Norte para a aquisição de capacidade nuclear bélica intensificou-se: o Governo de Piong Yang denunciou o TNP, reativou o trabalho nas instalações nucleares, anunciou que havia adquirido tecnologia para construir mísseis de longo alcance e que iria testá-los.

Em 23 de setembro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu pela primeira vez ao pódio da Assembleia Geral da ONU para proferir o discurso do Brasil.

O Presidente iniciou suas palavras com uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello, recém-vitimado no atentado à missão da ONU em Bagdá. Reafirmou, em seguida, a plena adesão do Brasil ao multilateralismo e à democracia, assim como nossa convicção de que "as tragédias do Iraque e do Oriente Médio" só poderiam ser encaminhadas no contexto da ONU.

Para resolver as deficiências da Organização, tornava-se imperativo reformá-la, prosseguiu o Presidente, estendendo-se sobre a necessidade de efetuar mudanças no Conselho de Segurança (sua composição "em especial no que se refere aos membros permanentes não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há 60 anos"), no ECOSOC e na Assembleia Geral (para fortalecê-la politicamente e para que possa "assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais").

Enfatizou, em seguida, a importância das relações do Brasil com os vizinhos do Continente sul-americano voltadas para a criação de um

"inédito sentimento de parentesco e de parceria", em cujo contexto, "nossa relação com a Argentina é fundamental".

Tratando-se do primeiro discurso que pronunciava na ONU, o Presidente Lula fez um apanhado geral do alcance da política exterior do Brasil, salientando, além da prioridade regional, a importância das relações com a África e o mundo árabe. Ressaltou igualmente o estabelecimento do foro trilateral Brasil/Índia/África do Sul (IBAS). Discorreu ainda sobre os resultados da Conferência Geral da OMC em Cancún e a ação do G-20, enfatizando a vinculação feita pelo Brasil entre comércio internacional e desenvolvimento: "o comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza".

A partir dessa formulação, o Presidente abordou extensamente o tema que singularizou os primeiros momentos de sua projeção internacional: a guerra contra a fome e a miséria. Ao descrever os programas que estavam sendo implantados no Brasil, o Presidente enfatizou a necessidade de iniciativas no plano internacional e recordou a proposta que fizera da criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome. Chegou a sugerir a constituição, no âmbito da ONU, de um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por Chefes de Estado e de Governo de países de todos os Continentes. Concluiu com um chamamento em prol da humanização das relações internacionais e pela paz baseada na justiça social.

LVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2003

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[61]

Senhor Presidente,

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional. Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível.

Rendo homenagem ao Secretário-Geral, Kofi Annan, por sua liderança na defesa de um mundo irmanado pelo respeito ao direito internacional e a solidariedade entre as nações.

Esta Assembleia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello.

A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.

Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil.

Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

[61] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/2010 (2º mandato).

Saúdo fraternalmente o Senhor Julian Hunte, que assume a Presidência desta Assembleia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da Organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.

Senhoras e Senhores,

Nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes. Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo. O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.

As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central.

No Iraque, o clima de insegurança e as tensões crescentes tornam ainda mais complexos o processo de reconstrução nacional.

A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU. Não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo.

Não podemos fugir a nossas responsabilidades coletivas. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.

Senhor Presidente,

Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro. Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado.

Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambiguidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco.

Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.

É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua – em especial no que se refere aos membros permanentes – composição não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase sessenta anos.

Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes muitas vezes exercendo papel crucial na busca no cenário internacional de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.

É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização.

Queremos um ECOSOC capaz de participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um ECOSOC que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional.

A Assembleia Geral, por sua vez, precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipação de esforços, dedicar-se aos temas prioritários. A Assembleia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes Conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS e desenvolvimento social.

Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e da segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisia do veto e as ações sem endosso multilateral.

A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.

Senhor Presidente,

O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação.

Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria.

Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.

A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial há anos estagnada.

Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional.

Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementaridades. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural.

Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.

O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social.

O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram na reunião da OMC em Cancún que esta grave questão pode ser resolvida por meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva

abertura dos mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental.

No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza.

O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza.

Senhor Presidente,

Reitero perante esta Assembleia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, na única – política e materialmente – Evian. Precisamos engajar-nos na guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.

Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político.

E todos sabemos que é factível. Se houver – de fato – vontade política de realizá-lo.

Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por modestos que sejam. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.

A fome, hoje, atinge cerca de 1/4 da população mundial – incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição.

Nada é tão absurdo e inaceitável quanto à persistência da fome em pleno século XXI, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.

A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas.

Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las. De que vale toda essa genialidade

científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida?

Recordo a lúcida advertência de Paulo VI, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: "os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência".

A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro.

Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século.

O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.

Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem.

Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia. Recuperamos a estabilidade e criamos as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado.

Continuaremos a trabalhar com vigor para manter o equilíbrio das contas públicas e reduzir a vulnerabilidade externa. Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer.

Mas devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender às necessidades de alimentação, de emprego, de educação e de saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Temos o compromisso de realizar uma grande reforma social no país.

A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.

Por isso, lancei no Brasil o projeto "Fome Zero", que visa – por meio de um grande movimento de solidariedade e de um programa abrangente envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado – eliminar a fome e suas causas.

O Programa conjuga medidas estruturais e emergenciais e já atende quatro milhões de pessoas que não tinham sequer o direito de

comer todos os dias. Nossa meta é que até o final de meu governo nenhum brasileiro passe fome.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas aprovaram as Metas do Milênio. A FAO possui notável experiência técnica e social. Mas precisamos dar um salto de qualidade no esforço mundial de luta contra a fome. Propus, nesse sentido, a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e sugeri formas de viabilizá-lo.

Existem outras propostas, algumas já incorporadas aos programas das Nações Unidas. O que faltou até agora foi a imprescindível vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir. De nada servem os fundos se ninguém aporta recursos. As Metas do Milênio são louváveis, mas se continuarmos omissos, se o nosso comportamento coletivo não mudar, permanecerão no papel – e a frustração será imensa.

É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto.

É preciso praticar o que pregamos. Com audácia e bom senso. Com ousadia e pés no chão. Inovando no conteúdo e na forma. Adotando métodos e soluções novas, com intensa participação social. Por isso, submeto à consideração dessa Assembleia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de Estado ou de Governo, de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las operativas.

Esperamos motivar contribuições financeiras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com as possibilidades de cada um, bem como de grandes empresas privadas e organizações não governamentais.

Senhor Presidente,

Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi:

"A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente."

O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança.

A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.

Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia.

A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores,

Não podemos frustrar tanta esperança.

O maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo é justamente este: HUMANIZAR-SE. É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: JUSTIÇA SOCIAL.

Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça.

Muito obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 2003.

2004

2004

A agenda internacional permaneceu, ao longo do ano de 2004, essencialmente dominada pelas diversas ramificações do confronto entre o radicalismo islâmico e as potências ocidentais. Os Estados Unidos começariam a enfrentar a dura realidade iraquiana, enredando-se nas disputas entre os diferentes grupos radicados no país. Evidências de tortura na prisão militar de Abu Ghraib desatariam reações internas e externas crescentemente hostis à ação militar dos EUA no Iraque. Nada porém impediria a reeleição do Presidente Bush em novembro.

Em março, violento atentado contra um comboio ferroviário em Madri faria mais de 200 vítimas fatais e acarretaria a queda do Presidente Aznar e o retorno dos socialistas ao poder sob a liderança de Rodriguez Zapatero, que logo anunciaria a retirada das forças espanholas do Iraque.

Dez novos membros se incorporariam à União Europeia e consolidariam as transformações ocorridas nos anos anteriores nos países do Leste: Chipre, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Checa, Eslováquia e Eslovênia. Por sua vez, a OTAN se veria acrescida da Bulgária, dos três países bálticos, da Romênia, da Eslováquia e da Eslovênia.

Os partidos ortodoxos ganhariam as eleições presidenciais no Irã. Reverter-se-ia o caminho de moderação observado até então e o Irã se prepararia para assumir um papel crescentemente preponderante nos cenários regional e mundial, em franca oposição aos EUA e seus aliados europeus.

Hamid Karzai seria eleito no Afeganistão, abrindo algumas perspectivas de estabilidade para aquele país devastado pela guerra e pela ação de militantes fundamentalistas. A violência na Chechênia continuaria: mais de mil crianças seriam feitas reféns em escola na Província da Ossétia do Norte.

As mudanças na Europa Oriental seriam aceleradas pela vitória eleitoral da chamada "revolução laranja", conduzida por Viktor Youchtchenko. Na Rússia, Wladimir Putin seria eleito para novo mandato.

A morte de Yasser Arafat abre sérias indagações sobre a continuação do processo de paz na Palestina.

Na América do Sul, a Terceira Cúpula de Presidentes resultaria na Declaração de Cuzco, carta de intenções que sentaria as bases para a implantação da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA.

Em 2004, ao tornar a ocupar a tribuna da Assembleia Geral da ONU, o Presidente Lula iniciaria seu discurso com uma denúncia da desigualdade entre as nações. Falou da manutenção de uma lógica "que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio" e retomou o conceito da "globalização assimétrica e excludente", expondo uma série de dados referentes à desigualdade no mundo e pregando a configuração de uma nova ordem internacional como caminho para a paz duradoura.

Numa alusão às formulações de Max Weber, exclamou: "Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade". E citou Franklin Roosevelt: "o que mais se deve temer é o próprio medo".

Conclamou novamente a ONU a lutar contra a pobreza e a fome, propugnando por "mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais… criados para encontrar soluções, mas (que) às vezes se tornam parte do problema". Aludiu especificamente ao FMI. Manifestou a expectativa de que se pudesse dar "um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza".

No plano da paz e da segurança, o Presidente, após referir-se ao Oriente Médio, ressaltou a participação do Brasil na força criada para atender à situação no Haiti, em séria crise desde que uma insurreição popular obrigara o Presidente Aristide a abandonar o poder. Enfatizou ainda o fortalecimento do MERCOSUL e a "relação estratégica" com a Argentina. Anunciou o "surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações".

Havendo-se referido ao progresso então ocorrido na recuperação do *momentum* negociador na OMC mediante a aprovação em Genebra, após o fracasso de Cancún, do "framework" que possibilitou a retomada

das negociações, o Presidente salientou o papel do G-20 e a necessidade de "continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial… (que) crie sólidas pontes entre os países do Sul".

O Presidente concluiu suas palavras com uma referência ao tema da reforma do Conselho de Segurança. Sem formular explicitamente as pretensões do Brasil, chamou atenção para o fato de que "qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes, é, com certeza, insuficiente". Já então se delineava uma expectativa positiva em relação à possibilidade da reforma. A Comissão convocada pelo Secretário-Geral da ONU, da qual participava um experiente representante brasileiro, trabalhava com afinco em busca de propostas inovadoras. Embora os EUA não dessem qualquer indicação de flexibilidade e a China mantivesse rígida oposição às pretensões do Japão, a ação convergente do chamado G-4, composto por Brasil, Índia, Japão e Alemanha, permitia antever que o processo de reforma desencadeado na ONU poderia conduzir à materialização das expectativas tão longa e consistentemente acalentadas pelo Brasil.

A fim de que se possa compreender plenamente o contexto e o sentido na intervenção do Presidente Lula na Assembleia Geral de 2004, torna-se indispensável ter presente o conjunto de seus pronunciamentos formulados na véspera, tal como igualmente transcritos na presente edição.

LIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2004

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[62]

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Jean Ping, Presidente da Quinquagésima Nona Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhor Jian Chen, Subsecretário-Geral para assuntos da Assembleia Geral,

Senhoras e Senhores,

Saúdo, na pessoa do chanceler Jean Ping, os representantes de todos os povos aqui reunidos.

Cumprimento fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, que tem conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e Senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta Assembleia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, pela fome e pela desesperança.

[62] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/2010 (2º mandato).

A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: "Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome".

Hoje somos 191 Estados-Nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação.

Esta Assembleia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de oitenta vezes.

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional.

Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio.

Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, duzentos milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo.

A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a Segunda Guerra.

Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá e Jacarta.

Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se quisermos a paz, devemos construí-la. Se quisermos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida.

São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.

Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.

Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável.

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do "New Deal", Franklin

Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável: "O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação". "O que mais se deve temer é o próprio medo".

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar.

O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático.

Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais. Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema.

Trata-se de ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural.

O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infraestrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus Senhores e Minhas Senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.

Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.

Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome.

Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã.

Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza. Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.

Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a autodeterminação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares.

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional.

Foi assim que atendemos o Brasil e outros países da América Latina à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta.

Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos.

O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do MERCOSUL e de uma relação estratégica com a Argentina.

O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para alcançar acordos justos e equitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento.

A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros.

Senhoras e Senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Kyoto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopirataria e à negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e Senhores,

Reitero o que disse no ano passado desta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo.

Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns.

Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve

adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.

Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.

As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e Senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: "A paz só virá como fruto da Justiça".

Muito obrigado.

Nova York, 21 de setembro de 2004.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[63], durante a reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização

Tarja Halonen, Presidente da Finlândia,

Senhor Benjamim Mkapa, Presidente da Tanzânia,

Senhor Jaques Chirac, Presidente da França,

Demais Senhoras e Senhores, Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Jean Ping, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas,

Meu Caro Amigo Juan Somavia, Diretor-Geral da OIT,

Senhoras e Senhores representantes de organismos internacionais,

Senhoras e Senhores representantes de organizações não governamentais,

Senhoras e Senhores,

Meu agradecimento à Presidente Halonen, da Finlândia, e ao Presidente Mkapa, da Tanzânia, pelo convite para participar deste debate sobre a implementação da Declaração do Milênio.

[63] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/2010 (2º mandato).

Durante a Cúpula de 2000, foi anunciada solenemente, aqui, nas Nações Unidas, a decisão coletiva de fazer do Terceiro Milênio uma era de paz e desenvolvimento para todos, especialmente para os que se encontram à margem dos enormes avanços econômicos, científicos e tecnológicos do mundo contemporâneo.

Assumimos compromissos ambiciosos, mas inadiáveis. Os objetivos são desafiadores, mas realizáveis. Não podemos e nem queremos continuar a conviver com a ameaça da guerra, com o alastramento da AIDS, com a frustração crescente dos que não têm direito à dignidade nem à esperança.

Não estamos aproveitando o potencial que a globalização oferece para reduzir a fome e a pobreza, para prover de condições dignas o mundo do trabalho, para atender às demandas de homens e mulheres por alimentação, moradia, água, saneamento, educação e cultura.

O relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização vem em boa hora. Mostra, com números eloquentes, que a globalização aumentou a distância entre ricos e pobres, acirrou assimetrias e aprofundou desigualdades. A suposta racionalidade dessa globalização não satisfaz os interesses da maioria.

Os desafios e os dilemas de nossa sociedade planetária exigem soluções integradas e vontade comum. Precisamos globalizar os valores da democracia, do desenvolvimento e da justiça social para dar resposta ao preocupante déficit de governança mundial.

São esses valores que contribuirão para dar outro sentido à segurança coletiva, reduzindo a ameaça do terrorismo e das armas de destruição em massa.

Quantas vezes teremos que repetir que a mais mortífera arma de destruição em massa que o mundo possui é a miséria?

Sabemos que o mercado é importante estímulo à produção e à alocação de recursos. Mas os mecanismos de mercado não são capazes, por si mesmos, de assegurar o fim das desigualdades e das injustiças. Em alguns casos podem mesmo agravá-las, por isso é necessária à intervenção de líderes comprometidos com o progresso social.

É preciso tomar as rédeas da globalização. É necessário torná-la uma força positiva para todos os povos do mundo. O fortalecimento do sistema multilateral das Nações Unidas é fundamental para desenvolvermos estratégias integradas e consistentes que respondam aos múltiplos desafios. Globalização justa significa regimes multilaterais mais eficazes, transparentes e democráticos.

Regimes que remunerem a maior competitividade dos agricultores – grandes e pequenos, nos países em desenvolvimento, ao eliminar as barreiras que restringem o acesso aos mercados dos países ricos.

O sistema financeiro internacional deve contribuir para o crescimento da produção e a melhor distribuição de renda em nível mundial.

Suas regras devem permitir aos países em desenvolvimento a necessária margem de autonomia para que construam suas infraestruturas e apliquem políticas industriais e tecnológicas próprias.

Senhoras e Senhores,

Uma outra globalização, socialmente justa e politicamente sustentável, deve começar pelo direito de todos ao trabalho, a um emprego que dignifica.

O acesso ao trabalho decente está no centro da primeira e mais importante das Metas do Milênio: a redução da pobreza e da fome.

O debate sobre condições decentes de trabalho diz respeito a todos.

Cada organização internacional, cada instituição financeira e cada governo têm responsabilidade. O trabalho decente tem de ser uma realidade para todos.

Não deve, no entanto, servir de pretexto para a imposição de cláusulas comerciais protecionistas que terminam por prejudicar precisamente aqueles a quem se pretende ajudar.

Senhoras e Senhores,

São essas as tarefas que temos de cumprir. Sabemos, no entanto, que o exemplo deve vir de casa. No Brasil, trilhamos um caminho árduo, mas necessário, contra os desequilíbrios internos e a vulnerabilidade externa. Estou hoje mais otimista do que nunca.

O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Embaixador Somavía, pôde ver durante sua recente visita ao Brasil os resultados do programa "Fome Zero".

Estamos combatendo a miséria com seus aspectos emergenciais, mas também atacando suas causas estruturais.

Os bons resultados que temos colhido no Brasil me dão confiança. Por essa razão tenho procurado trabalhar com outros líderes para colocar

o tema da inclusão social no centro da agenda internacional. Esse é o sentido da reunião sobre o combate à fome e à pobreza que ocorrerá daqui a pouco.

A receptividade que teve a iniciativa que tomei, junto com os Presidentes Chirac, Lagos e Zapatero, com o apoio do Secretário-Geral Kofi Annan, reforça minha certeza de que estamos no caminho certo.

Felicito todos os que participaram da elaboração desse relatório. Suas conclusões terão papel decisivo para reforçar a determinação das Nações Unidas, de governos e da sociedade civil mundial em agir, e agir com urgência.

O trabalho decente, como a luta contra a fome, tem pressa.

Não podemos esperar.

Muito obrigado.

Nova York, 20 de setembro de 2004.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[64], na reunião de líderes mundiais para a "Ação contra a fome e a pobreza", na sede das Nações Unidas

Senhoras e Senhores,

Como todos sabem, esta reunião é uma iniciativa compartilhada, na qual sou acompanhado pelos Presidentes Jacques Chirac, da França; Ricardo Lagos, do Chile e José Luis Rodríguez Zapatero, do governo da Espanha. Em nome dos meus colegas, aqui presentes, gostaria de expressar nossa satisfação pelo apoio e dedicação do Secretário-Geral Kofi Annan a esta iniciativa.

Antes de dar início às intervenções formais, gostaria de propor a adoção da agenda que foi circulada a todos os participantes. E, se não há objeções com relação à agenda, poderíamos considerar a agenda aprovada. Como todos sabem, nosso tempo está limitado a três horas. Portanto, temos que ser um tanto rígidos, no sentido de manter o limite máximo de dois a três minutos para cada intervenção, após as palavras de abertura de meus colegas.

Espero poder contar com a sua compreensão, neste aspecto.

Senhoras e Senhores,

Tenho, agora, a honra de convidar o Secretário-Geral Kofi Annan a proceder à sua intervenção. (palavras do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan).

[64] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Presidente Chirac, da França,

Senhor Ricardo Lagos, Presidente do Chile,

Senhor José Luis Rodríguez Zapatero, Presidente do governo espanhol,

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Eu quero, em especial, agradecer a presença não só dos Presidentes que estão presentes, dos Ministros, mas, também, das entidades da sociedade civil que estão presentes.

Minhas primeiras palavras são para agradecer às Senhoras e aos Senhores por haverem atendido a este chamado, que não é apenas meu, e dos meus colegas Jacques Chirac, Ricardo Lagos e Rodriguez Zapatero, com o apoio do Secretário-Geral Kofi Annan. É o chamado da nossa consciência.

Esta reunião é para somar os esforços de nações, povos, sociedades e pessoas em torno de um objetivo comum: combater a fome e a pobreza que ainda afligem tantos homens, mulheres e crianças no mundo.

O fato de estarmos aqui, líderes de mais de 50 povos e nações, já faz crescer nossa esperança. É um gesto forte e concreto no rumo de uma aliança mundial contra a fome e a pobreza.

A fome é um problema social que precisa, urgentemente, ser enfrentado como um problema político.

A Humanidade atingiu níveis espetaculares de progresso científico e tecnológico. A produção mundial é mais do que suficiente para saciar a fome das populações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta, para que todos tenham, ao menos, o alimento indispensável à sobrevivência.

A fome subtrai a dignidade, destrói a autoestima e viola o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida.

Hoje, tenho certeza: a nossa angústia diante do flagelo da fome é compartilhada por todos os líderes aqui presentes e por centenas de milhões de cidadãos do mundo. Mais que isso: compartilhamos a busca de soluções. Cada vez mais lideranças, povos e nações apresentam-se para combater o bom combate.

Senhoras e Senhores,

Em 2000, estabelecemos, coletivamente, as Metas do Milênio, dando o necessário destaque à erradicação da fome. Elas são justas e viáveis. Mas podem tornar-se letra morta por falta de vontade política.

Não podemos permitir que isso aconteça. Seria uma frustração tremenda para grande parcela da Humanidade, com danos gravíssimos à própria paz mundial.

Já não bastam as intenções proclamadas. Chegou a hora de tornar esse compromisso palpável e operacional. Não se trata apenas de cobrar dos países ricos aquilo que efetivamente podemos e devemos cobrar-lhes: uma postura radicalmente nova e um engajamento superior, frente à tragédia absurda da fome e da pobreza.

Os países pobres e as nações em desenvolvimento terão autoridade moral para cobrar dos países ricos se não se omitirem internamente, se fizerem a sua parte, se aplicarem de modo honesto e eficiente seus próprios recursos no combate à fome e à pobreza.

No Brasil, estamos empenhados em fazer a nossa parte. O programa "Fome Zero" é um objetivo irrenunciável, que temos perseguido com obstinação. Combinamos medidas emergenciais, inadiáveis, com soluções estruturais, emancipadoras, mobilizando todos os instrumentos disponíveis.

Nosso programa de transferência de renda, o "Bolsa Família", já incluiu 5 milhões de famílias pobres, mais de 20 milhões de pessoas; reduzimos impostos sobre os alimentos de consumo popular; estamos executando o maior programa de financiamento da agricultura familiar da história brasileira; começamos a implantar um novo modelo de reforma agrária; aumentamos os recursos para a alimentação escolar que atende, hoje, 36 milhões de crianças carentes.

Governo e sociedade civil trabalham intensamente para cumprir as Metas do Milênio. Vamos, inclusive, instituir um prêmio nacional para as cidades que mais avançarem no seu cumprimento.

Senhoras e Senhores,

Sabemos que em vários países também estão sendo feitos esforços consideráveis para combater a fome. Mas, no mundo de hoje, essa não é uma tarefa que os povos possam cumprir isoladamente. O que existe no mundo é fome de inclusão social, de oportunidades econômicas e de participação democrática.

Uma política de combate à fome, imprescindível à inclusão social pela qual lutamos, supõe a retomada sustentável do crescimento econômico, com expansão do emprego e da renda de vastos segmentos de nossas sociedades, que hoje se encontram à margem da produção, do consumo e da cidadania.

Supõe, também, reduzir as profundas assimetrias da economia mundial, para equilibrar o relacionamento comercial entre as nações e atenuar as pressões financeiras sobre os países em desenvolvimento.

No relatório técnico apresentado por França, Chile, Espanha e Brasil são examinados alguns mecanismos inovadores de financiamento que poderão complementar os esforços atuais e suprir o conhecido déficit de recursos para o desenvolvimento.

O relatório não é exaustivo, nem prescritivo. Analisa alternativas e oferece um leque de opções para o conjunto de atores: governos, organizações sociais, setor privado e indivíduos.

Ele inclui medidas que demandam negociação multilateral, como taxas sobre transações financeiras ou sobre o comércio de armas, e outras que podem, desde logo, ser adotadas de forma voluntária, a exemplo das contribuições via cartão de crédito.

Senhoras e Senhores,

Não os convidamos aqui para discutir ou mesmo endossar os aspectos técnicos do relatório. Estes serão examinados, com a necessária profundidade, no momento apropriado.

Aqui estamos para, juntos, inaugurar uma nova etapa nos esforços de combate à fome e à pobreza.

Não nos esqueçamos nunca de que a fome é a mais cruel das armas de destruição em massa. A fome continua matando vinte e quatro mil pessoas por dia e onze crianças por minuto.

O desafio é tão grande que nos exige humildade para reconhecer que não há soluções prontas, fórmulas mágicas e ousadia para enfrentá-lo com a prioridade e a urgência que os famintos do mundo reclamam. A pior resposta ao drama da fome é não dar resposta nenhuma.

Senhoras e Senhores,

Apelo aos governos, às organizações sociais, aos sindicatos e às empresas para que reafirmem e ampliem seu compromisso, constituindo uma vigorosa parceria global pela superação da pobreza.

Para que possamos, em 2005, participar da Cúpula da ONU sobre a Declaração do Milênio com soluções, de fato, inovadoras para erradicar esse fenômeno economicamente irracional, politicamente inaceitável e eticamente vergonhoso que é a fome.

Muito obrigado.

Nova York, 20 de setembro de 2004.

Palavras do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[65], no encerramento da reunião de líderes mundiais para a "Ação contra a Fome e a Pobreza", na sede das Nações Unidas

Senhoras e Senhores,

Eu gostaria, primeiro, de pedir desculpas. Há um grande número de dirigentes, ministros, presidentes, representantes de instituições importantes para nós, no combate à miséria, como o nosso querido Enrique Iglesias, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o nosso querido Somavia que não falou aqui, hoje.

Mas eu penso que os que falaram demonstraram que nós já temos total conhecimento do grave problema da pobreza no mundo, e da necessidade de uma nova ordem econômica que leve em conta, efetivamente, o ser humano.

Eu penso que nós estamos começando, mais uma vez, porque em outros momentos já aprovamos notas, já aprovamos documentos, mas quando voltamos para os nossos países, cada um fica preocupado com o seu problema e se esquece das decisões que tomamos no ano anterior.

Eu penso que nós precisamos fazer da política de combate à fome e à pobreza quase que uma profissão de fé, na nossa ação cotidiana, nas reuniões que fizermos, daqui para frente, entre ministros de vários países, presidentes, instituições financeiras, aqui estão presentes ONGs, sindicados e igrejas.

Eu penso que um movimento que envolve a sociedade, como este aqui, pode nos dar a esperança de que nós estamos dando um outro passo,

[65] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

com um compromisso um pouco maior, já com o aprendizado de outros momentos que nós tivemos aqui, na sede das Nações Unidas.

Cada um de vocês vai receber a Declaração, que já teve a adesão de 107 Chefes de Governo e Presidentes da República. Eu penso que, quando retornarmos para casa, muitas vezes, magoados, porque o tempo foi muito curto, dois minutos, um minuto e, ainda, com a campainha tocando, de vez em quando – não sei se vocês perceberam, a campainha pegou o presidente Kirchner de surpresa, e a campainha tem um barulho que nos deixa preocupados – eu sei que todo mundo tinha preparado um discurso para falar um pouco mais, tinha mais assunto para falar. Mas, muitas vezes, a nossa capacidade de síntese é tão grande que, mesmo falando dois minutos, eu acho que as pessoas falaram a essência daquilo que era importante falar.

Portanto, eu quero do fundo do coração, agradecer aos meus pares, aqui, coordenadores. Mas, sobretudo, quero agradecer a vocês que atenderam ao chamamento e vieram, e aqui ficaram essas horas todas, sentados, para falar apenas dois minutos. Mas eu penso que foram dois minutos que podem contribuir muito mais do que muitos discursos de horas e horas que nós fizemos em outros lugares, e que não conseguimos concretizar, materializar uma saída.

Eu quero terminar dizendo que eu sou agradecido à vontade de vocês, à compreensão de vocês. E quero terminar dizendo: eu não tenho dúvida que os pobres do mundo começam, a partir da vontade demonstrada por vocês ao comparecerem a esta reunião, a ter um pouco mais de esperança de que nós iremos derrotar a fome e a pobreza.

Muito obrigado a todos e até amanhã.

Nova York, 20 de setembro de 2004.

2005

2005

Novos atentados, desta vez em Londres, no mês de julho, viriam a manter o tema do terrorismo no centro das preocupações internacionais. Ataques na Jordânia e uma série de distúrbios difusos na periferia das cidades francesas manteriam as atenções da opinião pública voltadas para o crescente hiato entre os chamados valores ocidentais e o fundamentalismo islâmico. O assassinato do lider Rafic Hariri em Beirut, aparentemente instigado pela Síria, abriria novo período de conturbação naquele país que, finda a ocupação israelense, se reconstruíra e se modernizara com rapidez. Sharon formaria um novo Governo de União Nacional em Israel, abriria entendimentos com o Governo palestino de M. Abbas, que substituíra Arafat, e iniciaria a retirada israelense da Faixa de Gaza sob fortes críticas internas e amplo descrédito internacional.

A Coreia do Norte finalmente anunciaria dispor de armas nucleares operacionais.

A conservadora Angela Merkel sucederia a Gerhard Schroeder na Alemanha. Incapaz, porém, de formar Governo com a direita, Merkel negociaria a formação de uma "grande coalizão" com seus ex-adversários social-democratas.

A construção europeia entraria em crise com a recusa do eleitorado francês em aprovar o Tratado Constitucional da União Europeia. O "não" francês seria seguido pelo "não" holandês e o Reino Unido suspenderia seu processo interno de *referendum*.

A política externa do Brasil, sob a condução do Ministro Celso Amorim, manter-se-ia ativa em diferentes frentes: na América do Sul, reforçavam-se os processos de integração, impulsionados também pela CASA, que ainda ensejaria uma iniciativa de aproximação com os países árabes mediante, a cúpula entre dirigentes de ambas as partes em Brasília; o MERCOSUL ampliaria seus mecanismos operacionais centrados na relação Brasil-Argentina; na ONU, ampliavam-se as convergências entre os países do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) até que, no final do ano, alguma reticência japonesa e a mudança do Governo na Alemanha viessem a atenuar a coesão de métodos (mas não de objetivos) do Grupo, que havia logrado tabular, apesar das divisões existentes entre os países africanos, um projeto de resolução para a reforma do Conselho, já então apoiado por significativo grupo de países em todas as regiões; na OMC, a liderança do Brasil no G-20 conferia ao Ministro Amorim papel de relevo na negociação da rodada de Doha que, no entanto, parecia enfrentar continuadas dificuldades.

Ao analisar os temas ligados à paz e à segurança, em seu discurso perante a Assembleia Geral de 2005, o Ministro Celso Amorim chamou atenção para a necessidade de implementação das metas da Declaração do Milênio e, salientando a satisfação do Brasil com os progressos havidos no tema das fontes adicionais e inovadoras de financiamento para a ação contra a fome e a pobreza, insistiu na necessidade de ampliar a assistência ao desenvolvimento.

Comprometeu o apoio do Brasil ao combate ao terrorismo e à eliminação de suas causas profundas com base no respeito ao direito internacional e nos direitos humanos. O Brasil, assegurou, estava preparado para trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo. Não há um vínculo automático entre pobreza e terrorismo, afirmou; mas problemas econômicos severos, combinados com ausência de liberdades civis e políticas "podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados".

O Ministro Amorim deu grande ênfase em seu discurso ao tema da reforma da ONU: "nossa palavra de ordem". Dias antes se realizara reunião de cúpula do Conselho de Segurança para dar andamento aos temas da reforma. O Presidente Lula foi o representante do Brasil na cúpula. O documento final então aprovado, segundo o Ministro Amorim, ficara aquém das nossas ambições, mas apesar disso poderia ser capaz de fornecer as diretrizes para levar a termo a tarefa.

Voltou a enunciar a plataforma do Brasil: (1) a Assembleia Geral precisa ser fortalecida mediante mudanças que a tornem mais ágil e

produtiva; (2) o ECOSOC deve ter sua estrutura elevada, mediante a organização de um segmento de alto nível do qual participaria o Ministro da Economia da presidência do G-7/G-8; (3) a Comissão para a Construção da Paz deve servir como o elo até então inexistente entre segurança e desenvolvimento.

O sistema de direitos humanos deve ser aprimorado, mediante a criação de um novo Conselho baseado nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. O Alto Comissário deve ser encarregado de formular um relatório global cobrindo todos os países e situações. A proteção internacional dos direitos humanos deve estar baseada na responsabilidade coletiva: o princípio da não intervenção deve ser acompanhado pela ideia da "não indiferença". Nenhuma intervenção pode, porém, ser contemplada sem que todos os demais esforços tenham sido esgotados.

O Conselho de Segurança é a peça central do processo. Nenhuma reforma será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não permanentes com os países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. É preciso resolver o déficit democrático do Conselho.

O Ministro Amorim ressaltou a aliança estratégica com a Argentina; a vocação da Comunidade Sul-Americana de Nações para a integração de toda a América Latina e o Caribe; a importância do IBAS; o papel do G-20 nas negociações multilaterais de comércio ("associar liberalização comercial com justiça social"); o fortalecimento dos laços com a África; o envolvimento do Brasil nos esforços da paz das Nações Unidas no Haiti ("primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz"); e a realização em maio de 2005, em Brasília, da Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes.

A contribuição do Brasil para o debate geral da Sexagésima Assembleia Geral das Nações Unidas, tal como expressa no discurso do Ministro Celso Amorim, deve ser avaliada em conjunto com a participação do Presidente Lula no segmento de alto nível sobre a implementação das Metas do Milênio (15/9/05), na reunião de cúpula do Conselho de Segurança (14/9/2005), e no debate de alto nível sobre mecanismos de financiamento ao desenvolvimento (14/9/2005), cujos textos figuram igualmente a seguir.

No que diz respeito às metas do Milênio, o Presidente expôs resumidamente, mas com bastante precisão, as iniciativas do Governo brasileiro nas áreas de combate à fome, direito ao trabalho, equidade racial e de gênero, e preservação ambiental. Insistiu na necessidade de que

se ampliassem "e muito" os recursos disponíveis para combater a pobreza e a fome em escala global, sem o que a segurança e a paz mundiais se tornariam uma "quimera". Finalizou afirmando que sem a reforma do Conselho de Segurança a ONU não poderá cumprir o papel histórico que lhe está destinado.

Na reunião de Cúpula do Conselho, o Presidente fez um apanhado dos principais temas da agenda multilateral e sintetizou a visão do Brasil sobre: (1) Terrorismo (firmeza para combater este flagelo, que não poderá ser derrotado apenas pela repressão, mas pela "cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos"); (2) Situação na África (a União Africana é o melhor instrumento para superar os conflitos do presente e lidar com a herança de um passado de dependência); (3) Haiti (a missão de estabilização das Nações Unidas, chefiada pelo Brasil, contribui para a estabilização duradoura do país, sem truculências ou imposições); (4) Comissão de Construção da Paz; (5) Necessidade de melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC; (6) Oriente Médio (apoio aos esforços diplomáticos então em curso); (7) "Atualização do Conselho de Segurança" (condenou a persistência de um "claro déficit de transparência e representatividade" e pregou a ampliação da composição do Conselho "de forma equitativa" nas duas categorias de membros para incluir em ambos os países em desenvolvimento); e (8) Combate à fome e à pobreza.

E, finalmente, no que toca ao tema dos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, ao dirigir-se a seus colegas no debate de alto nível, o Presidente Lula recapitulou os progressos feitos na ONU e em outros foros em função da iniciativa tomada pelo Brasil, com o apoio da França, Chile e Espanha. Felicitou-se em particular pela iminente implementação da proposta feita pelo Presidente Chirac de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas. Resumiu também os avanços feitos pelo Brasil nos programas "Fome-Zero" e "Bolsa-Família".

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[66], no Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento

Senhoras e Senhores,

Para Josué de Castro, brasileiro e cidadão do mundo, "a fome é expressão biológica de males sociológicos". Ela é um flagelo fabricado pelos homens, contra os homens. Essas ideias guardam atualidade.

Fiz do combate à fome prioridade de meu governo. É luta que expressa desafio maior: promover o desenvolvimento com justiça social e democracia política.

É o que estamos tratando fazer no Brasil. Temos estabilidade econômica. Reencontramos o crescimento sustentado.

Expandimos emprego, distribuição de renda, financiamento à agricultura familiar e às pequenas empresas.

Em 2004 organizei, junto com meus colegas da França, Chile e Espanha, reunião de alto nível para promover Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza.

Sessenta Chefes de Estado e de Governo e mais de cem delegações responderam positivamente.

Hoje damos continuidade a um debate iniciado na Cúpula do Milênio.

Queremos que essas metas sejam alcançadas.

O relatório Sachs mostra que esses objetivos são possíveis.

[66] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

O debate sobre fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento deixou de ser tabu.

A ONU trouxe o tema para o centro de sua agenda.

O BIRD, o FMI e o G8 sensibilizaram-se para a questão.

Este debate e os eventos paralelos relacionados às Metas do Milênio refletem a força da mobilização.

Para cumprir aqueles objetivos a comunidade internacional necessita engajar-se.

Ir mais rápido. Passar da palavra à ação.

Aprofundar parcerias entre governos, empresários e sociedade civil.

No ano passado, sugerimos mecanismos para obter recursos adicionais, que permitissem ajuda mais eficiente, em bases estáveis e previsíveis.

Este ano, o grupo técnico, mais Alemanha e Argélia, discutiu iniciativas de curto prazo.

Caminhamos para a execução de projetos-piloto em torno de algumas dessas ideias.

Apoio a proposta de meu amigo Chirac, de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas.

Sei que outros países, como o Chile, já caminham nessa direção.

No Brasil, determinei que meu Governo apressasse estudos para que a medida possa ser adotada rapidamente.

Esse mecanismo arrecadará recursos significativos. Mais importante será seu efeito de demonstração.

Com criatividade e solidariedade, seremos capazes de encontrar fórmulas inovadoras para o combate à pobreza extrema.

Iremos propor à Assembleia Geral a redução dos custos das remessas internacionais dos emigrantes.

Queremos que elas cheguem integralmente a seus destinatários.

Isso ajudará a gerar renda e emprego para as famílias daqueles que deixaram o lar em busca de oportunidades.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que a contribuição maior do Brasil à erradicação da fome no mundo é o esforço inédito que estamos fazendo no nosso próprio país. As ações que integram o "Fome Zero" são parte de uma grande transformação em curso no Brasil.

Contribuem para realizar cinco dos oito objetivos do Milênio.

O programa "Bolsa-Família" garante renda a 7,5 milhões de famílias e, no fim de 2006, alcançará todos brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Cerca de 37 milhões de crianças e adolescentes hoje se beneficiam de programas de alimentação escolar.

Transferimos não apenas renda, mas o direito à educação e à saúde.

Condicionamos o benefício à frequência escolar e ao acompanhamento da saúde das gestantes e das crianças.

O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar favorece hoje 120 mil agricultores.

O campo, que sempre alimentou os demais brasileiros, deixará de revelar os piores índices de fome.

O Brasil contribui para a superação da pobreza e das desigualdades, quando promove discussões sobre a necessidade de maior equilíbrio e justiça no comércio internacional.

Escandalosos subsídios aos agricultores dos países industrializados representam seis vezes o adicional de 50 bilhões de dólares necessários anualmente para cumprir as Metas do Milênio.

Neste mundo instável em que vivemos, estou convencido de que a erradicação da fome é condição indispensável para construir uma ordem internacional estável e pacífica.

A hora de agir é agora.

Muito obrigado.

Nova York, 14 de setembro de 2005.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[67], na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Senhor Presidente,

Desejo congratulá-lo pela iniciativa de convocar esta reunião, em um momento crucial para o futuro das Nações Unidas.

Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais.

Precisamos adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação.

Esta é a terceira reunião de Cúpula do Conselho em 60 anos de existência.

Em 1992, os Chefes de Governo dos membros do Conselho se reuniram para celebrar o fim do confronto Leste-Oeste e os novos horizontes que se abriam para uma ação efetiva em favor da estabilidade internacional.

Havia motivos para confiar no futuro da segurança coletiva.

Em 2000, o encontro de Cúpula coincidiu com atos de brutal violência movidos pela intolerância racial e religiosa.

Buscava-se aprender as lições das guerras civis na ex-Iugoslávia e em Ruanda para recuperar a capacidade da Organização de conter abusos maciços aos direitos humanos.

Hoje, estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas.

[67] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta a esses desafios.

Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos.

O combate a esse flagelo exige firmeza.

Mas não o derrotaremos apenas pela repressão.

Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança.

Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.

No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Senhor Presidente,

O Conselho deve continuar a dedicar também amplo espaço em sua pauta às questões africanas.

Nos quatorze países africanos que já visitei e nos numerosos contatos em Brasília com lideranças do Continente, pude comprovar o importante progresso institucional e econômico em curso na região.

A decidida vontade política de suas lideranças de superar os conflitos do presente e lidar com a herança de um passado de dependência tem sua melhor expressão na criação da União Africana.

Esse exemplo merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional. No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não pôde evitar.

A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional.

Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições.

Estamos estimulando o diálogo e apoiando a reconstrução institucional e econômica.

O estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz mostra que a comunidade internacional partilha essa mesma visão. Uma melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC

assegurará que situações como as do Haiti ou da Guiné-Bissau recebam tratamento adequado.

São crises profundas de sociedades que buscam reencontrar o caminho do desenvolvimento.

Nessas questões, a ação das Nações Unidas é insubstituível.

É o caso do conflito no Oriente Médio, onde questões políticas sensíveis precisam ser equacionadas com credibilidade e transparência.

Com esse espírito, o Brasil apoia os esforços do "quarteto" para implementar o Mapa para a Paz.

Senhor Presidente,

O projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável da atualização do Conselho de Segurança.

Sua agenda cada vez mais ampla e ambiciosa implica responsabilidades diversificadas – muitas vezes em áreas não previstas pela Carta. Não é admissível que o Conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade.

A boa governança e os princípios democráticos, que valorizamos no plano interno, devem igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo.

Temos diante de nós uma oportunidade histórica para ampliar a composição do Conselho de forma equitativa.

Para a maioria dos países membros da ONU, isto significa aumentar o número de membros permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento de todas as regiões nas duas categorias.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto um bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome.

Insisto que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa.

A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças.

Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia.

Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.

Reitero que o Brasil deseja que este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional – papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas.

O Brasil assume plenamente suas responsabilidades na promoção das reformas necessárias ao fortalecimento desta instituição, que deve estar no centro das complexas decisões que o momento histórico exige.

Muito obrigado.

Nova York, 14 de setembro de 2005.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[68], por ocasião de Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a implementação das Metas do Milênio

Senhoras e Senhores,

As Metas do Milênio constituem uma notável conquista do humanismo contemporâneo. Sua aprovação representou, sem dúvida, uma vitória dos valores de solidariedade humana sobre as doutrinas então predominantes no mundo, de indiferença moral e omissão política perante os excluídos.

Elas refletem, pois, um estágio superior da nossa consciência coletiva. Baseiam-se na convicção de que devemos combater as desigualdades, respeitando e valorizando as diferenças.

Expressam uma visão substantiva de democracia, segundo a qual os direitos políticos, para serem efetivos, são indissociáveis dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Afirmam a necessidade de expandir a produção de riquezas, mas universalizando os seus benefícios; e de fazê-lo sem eliminar as fontes da vida, mas protegendo-as e renovando-as.

O que exigirá, com certeza, uma nova relação, mais criativa e responsável, dos seres humanos com a natureza e consigo mesmo. As Metas traduzem, enfim, o ideal civilizatório da paz fundada na justiça.

Não poderia haver objetivos mais justos e pertinentes, nosso desafio é o de concretizá-los. Para isso, não bastam mecanismos e procedimentos de rotina.

[68] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Na maioria dos países, as Metas simplesmente não serão cumpridas se persistirem os atuais modelos de financiamento e os limitados fluxos de ajuda. Temos de agir com maior presteza e ousadia.

É preciso ampliar, e muito, os recursos disponíveis para combater a pobreza e a fome, oferecendo oportunidades de desenvolvimento aos países pobres. Se os países desenvolvidos tiverem a devida lucidez estratégica, perceberão que essa nova atitude, esse esforço adicional, mais do que justo, é absolutamente necessário. Sem ele, temo que a segurança e a paz mundiais se tornem uma quimera.

Senhoras e Senhores,

Tenho dito sempre, e faço questão de repetir, que cada um de nossos países deve fazer a sua parte. Temos nos empenhado em realizar no Brasil as mudanças que propomos no plano internacional, sem qualquer pretensão de ditar modelos, mas com tremendo entusiasmo e determinação política.

Adotamos as Metas do Milênio como referência obrigatória para as nossas políticas públicas. Criamos, inclusive, um prêmio nacional para valorizar as melhores experiências de solidariedade social, sejam de governos locais, de igrejas, de empresas ou de movimentos populares.

Assinalo brevemente iniciativas de nosso governo em quatro áreas:

- O combate a Fome;

- O direito ao trabalho;

- A luta pela equidade racial e de gênero; e

- A preservação ambiental.

Hoje, o Programa "Fome Zero", que tem no "Bolsa Família" o seu principal instrumento, já beneficia 7 milhões e 500 mil famílias, cerca de 30 milhões de brasileiros e brasileiras.

Até o final de meu governo, todas as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza estarão incorporadas ao programa. O Brasil, afinal, garantirá aos seus filhos o direito de comer todos os dias.

Já avançamos bastante, o que nos credencia a dar passos ainda mais ambiciosos no rumo da justiça social. Fizemos o Brasil voltar a crescer

de modo sustentado, com geração de empregos e distribuição de renda. Em 32 meses, criamos 3 milhões e 200 mil novos empregos, sem falar em centenas de milhares de postos de trabalho gerados na agricultura familiar.

A preocupação com os direitos das mulheres e com a promoção da igualdade racial permeia todas as nossas políticas públicas.

Criamos secretarias especiais, com status ministerial, cuja função é justamente a de instigar e estimular a equipe de governo para garantir que isso de fato aconteça.

Exemplifico com algo que me emociona profundamente: negros e índios pobres, oriundos da escola pública, agora podem entrar na universidade, graças ao nosso programa de cotas étnicas e de apoio financeiro aos alunos carentes.

Um exemplo mais: abolimos uma discriminação anacrônica que pesava sobre as trabalhadoras rurais na reforma agrária, a titularidade da terra era só dos maridos. Agora é dos maridos e das mulheres. O crédito à agricultura familiar era só para os homens, agora passou a ser também para homens e mulheres.

Na área ambiental, entre outros êxitos, destaco com alegria a redução consistente do desmatamento na Amazônia e as novas perspectivas que se abrem para os 22 milhões de habitantes da região com o Plano Amazônia Sustentável, um inovador projeto de desenvolvimento econômico e social ecologicamente orientado.

O Brasil está se transformando num país cada vez mais produtivo e solidário e cada vez mais disposto a somar forças com nações de todos os quadrantes para que as Metas do Milênio sejam de fato atingidas em benefício dos pobres do mundo e de toda a humanidade.

Quero terminar dizendo que não posso deixar de sublinhar um ponto que levantei na Reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a necessidade urgente de reforma daquele órgão – a fim de torná-lo mais legítimo, mais representativo – sem a qual a ONU não cumprirá o papel histórico que lhe está destinado.

Muito obrigado.

Nova York, 15 de setembro de 2005.

LX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2005

Ministro Celso Amorim[69]

Senhor Presidente,

Senhor Secretário-Geral,

Excelências,

Congratulo calorosamente o Embaixador Ian Eliasson, da Suécia, por sua assunção à Presidência da Sexagésima Assembleia Geral. Saúdo fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja sabedoria e compromisso com o multilateralismo têm contribuído imensamente para o avanço das Nações Unidas. O Chanceler Jean Ping, do Gabão, merece um reconhecimento especial pela forma competente e dedicada como presidiu a Quinquagésima Nona Sessão da Assembleia Geral.

A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, Desenvolvimento, Democracia, Respeito aos Direitos Humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem.

O documento final da Cúpula certamente ficou aquém de nossas ambições. Mas fornece as diretrizes para levar a termo nossa tarefa.

A Assembleia Geral precisa ser fortalecida. Mais do que nunca, precisamos de um foro de representação universal em que as questões

[69] **Celso Luiz Nunes Amorim**, nascido em Santos, SP, em 3 de junho de 1942. Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Doutorado em Ciência Política/Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Sciences.* Terceiro Secretário em 1965. Ministro de Primeira Classe em 18/12/89. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/8/93 a 18/1/95, e de 1/1/2003 a 31/12/10.

cruciais da atualidade internacional possam ser democraticamente debatidas. A Assembleia Geral deve prover liderança e direção política à Organização como um todo. Ao defendermos a autoridade da Assembleia Geral, mediante mudanças que a tornem mais ágil e produtiva, estamos defendendo a essência mesma das Nações Unidas.

O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos. O ECOSOC deve ser a instância deliberativa privilegiada na busca da conciliação entre os objetivos do crescimento econômico e da redução das iniquidades de uma globalização assimétrica. O Presidente Lula sugeriu neste ano, na Cúpula do G-8 em Gleneagles, que poderíamos começar a elevar a estatura do ECOSOC, organizando um segmento de alto nível com a participação, por exemplo, do Ministro da Economia da presidência rotativa do G-8. O ECOSOC deve também prestar sua contribuição na promoção da estabilidade e da paz, em parceria com o Conselho de Segurança, como estabelece o artigo 65 da Carta.

O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz preencherá uma lacuna institucional importante. Será o elo, hoje inexistente, entre segurança e desenvolvimento.

As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados. Apoiamos a criação de um Conselho de Direitos Humanos que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. A elaboração de um relatório global sobre direitos humanos, a cargo do Alto Comissariado, que cubra todos os países e situações, contribuirá para aumentar a credibilidade do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Secretário-Geral instou-nos a trabalhar de forma mais coordenada com vistas à proteção das vítimas de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos. A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva. Temos sustentado – em nossa região e fora dela – que o princípio da não intervenção em assuntos internos dos Estados deve ser acompanhado pela ideia da "não indiferença".

Lidamos, hoje, com conceitos novos como "segurança humana" e "responsabilidade de proteger". Concordamos que devem ter um lugar adequado em nosso sistema. Mas é ilusório pensar que podemos combater os desvios políticos que estão na origem de violações graves de direitos

humanos por meios exclusivamente militares, ou mesmo por sanções econômicas, em prejuízo da diplomacia e da persuasão.

A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que promovem e protegem os direitos humanos, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social. As Nações Unidas não foram criadas para disseminar a filosofia de que a ordem deve ser imposta pela força. Esse recurso extremo deve ser reservado a situações em que todos os demais esforços tenham sido esgotados e as soluções pacíficas sejam realmente inviáveis. E o julgamento sobre a existência dessas condições excepcionais há que ser sempre um julgamento multilateral. A Carta contempla dois tipos de situações para o uso da força: a necessidade de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais, e o direito de legítima defesa. Esses dois conceitos não podem ser confundidos, sob pena de embaralharmos as bases doutrinárias da Organização.

Senhor Presidente,

A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-Membros.

No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo.

Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático.

Há dois anos, o Presidente Lula declarou, perante esta Assembleia, que toda nação comprometida com a democracia, internamente, deve lutar – em suas relações exteriores – por processos decisórios transparentes, legítimos e representativos. No mesmo espírito, o Secretário-Geral Kofi Annan apontou para as contradições a serem superadas, e cito: "Somos nós que vamos ao redor do mundo pregando a democracia. Acredito ter

chegado a hora de aplicarmos isso a nós mesmos e assim mostrarmos que existe representação efetiva".

Senhor Presidente,

Estamos ainda distantes dos objetivos da Declaração do Milênio. A Sessão de Alto Nível destacou a importância de compromissos renovados com a Assistência ao Desenvolvimento e contribuiu para promover uma aceitação mais ampla da destinação de 0,7% do produto nacional bruto como ajuda ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devemos continuar a trabalhar com fontes inovadoras e adicionais de financiamento. Noto com satisfação que, desde o Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, convocada pelo Presidente Lula há um ano, obtivemos progressos significativos. Um número crescente de Governos e de grupos não governamentais se está juntando ao esforço para pôr fim à fome e à pobreza. Esta é a única guerra em que estamos empenhados. A única em que todos poderão, um dia, declarar vitória.

No último ano, testemunhamos novamente atos brutais de terrorismo. Civis, mulheres e crianças inocentes são hoje vítimas de grupos adversários dos valores que compartilhamos. Como país cuja identidade não pode ser dissociada das noções de tolerância e diversidade, o Brasil rejeita de maneira veemente esses atos abomináveis, que atentam contra a própria noção de humanidade. Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais. Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio terrorismo. Apesar de não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo, problemas socioeconômicos severos – em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas – são fatores que podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados. Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo.

Reconhecemos os riscos da proliferação de armas de destruição em massa. Não podemos, entretanto, deixar de lembrar a importância de reduzir e desmantelar os arsenais existentes de todas essas armas. Lamentamos profundamente que a VII Conferência de Revisão do Tratado

de Não Proliferação Nuclear não tenha produzido resultados tangíveis. Ao lado dos esforços para a não proliferação, devemos continuar a trabalhar incansavelmente para o desarmamento nuclear.

Enfrentamos, além dos desafios a que já me referi, duas crises com impacto global: a explosão pandêmica do HIV/AIDS e as trágicas ameaças derivadas das mudanças climáticas. O Brasil continuará mobilizado para promover a implementação dos instrumentos multilaterais para combater esses flagelos.

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente. A Comunidade Sul-Americana de Nações, fundada em Cuzco, Peru, no ano passado, será um fator de fortalecimento da integração de toda a América Latina e do Caribe.

Nosso esforço de estabelecer alianças com outros países e regiões estende-se além do horizonte regional.

A criação do IBAS – grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul – aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões.

Empenhamo-nos, junto com outros países, a formar o G-20, que colocou os países em desenvolvimento no centro das negociações agrícolas da Rodada de Doha. A ação do G-20 permitiu, pela primeira vez, no quadro do GATT ou da OMC, associar liberalização comercial com justiça social.

Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula. O comércio e a cooperação entre o Brasil e a África cresceram de forma significativa. O diálogo intensificou-se. Temos contribuído para a consolidação da paz e da democracia em países como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ajudamos a combater a fome, a desenvolver a agricultura e, com grande empenho, a lutar contra o flagelo do HIV/AIDS em vários países irmãos do continente africano.

Tivemos a honra de, pela primeira vez, ter o Presidente da Nigéria e da União Africana nas comemorações da nossa data nacional.

A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz.

No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais. Além de iniciativas de cunho bilateral, temos procurado fortalecer laços com entidades regionais, como a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo. Em maio de 2005, uma inédita Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes foi realizada em Brasília. A Cúpula constitui um evento pioneiro que reuniu duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em uma demonstração concreta e efetiva de harmonia entre civilizações.

Durante diversas viagens ao Oriente Médio, tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz. A prática efetiva da tolerância e do respeito ao outro, e a convivência harmoniosa das diversas comunidades constituem, talvez, a nossa vantagem comparativa. Percebi que esta convicção é compartilhada por importantes personalidades e líderes políticos tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhor Presidente,

No limiar de um novo capítulo na vida das Nações Unidas, o Brasil estará comprometido com os ideais que levaram à criação da única Organização de vocação universal, a única que poderá garantir um futuro de paz e prosperidade, não para uns poucos, mas para todos.

Muito obrigado.

Nova York, 17 de setembro de 2005.

2006

2006

Com as eleições na Bolívia, Chile, Colômbia, México, Peru e Brasil, o ano de 2006 foi marcado por intensa atividade política na América Latina. No caso da Bolívia, a decisão do Governo Evo Morales de nacionalizar as jazidas de petróleo e gás, assim como as refinarias estrangeiras em operação no país, afetou diretamente os interesses da PETROBRAS e engendrou uma intensa movimentação diplomática entre o Brasil e a Bolívia. A Venezuela, por sua vez, rompeu definitivamente seus vínculos com a Comunidade Andina das Nações e incorporou-se formalmente ao MERCOSUL. Simultaneamente, o Governo venezuelano, em campanha para obter um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, intensificou sua mobilização internacional, havendo o Presidente Chavez assumido crescentemente um discurso antagônico aos EUA.

No plano global, o cenário internacional esteve caracterizado (1) pela continuada instabilidade do mercado de petróleo e gás; (2) por uma prolongada crise em torno do programa nuclear do Irã; e (3) pelo bombardeio e invasão do Líbano pelas Forças Armadas de Israel em represália à ações cometidas pelo Hezbollah em território israelense.

Estas três vertentes da crise internacional se entroncaram com o recrudescimento do conflito no Afeganistão, revelando-se as forças da OTAN incapazes de conter as atividades das milícias do Taliban, assim como com a continuada violência interna no Iraque. Não obstante o pesado envolvimento, sobretudo dos EUA e do Reino Unido, o conflito iraquiano revelou-se extremamente desgastante para os projetos de

liderança e de "diplomacia de transformação" postos em prática pela Administração Bush.

A situação no Oriente Médio agravou-se para Israel, que acabou sofrendo o que poderia ser classificado como seu primeiro "não êxito" na longa história de episódios bélicos na região. As lideranças palestinas em operação no Líbano emergiram do conflito reforçadas em seu prestígio. Mas a continuada resistência do Governo da autoridade palestina em Ramallah, ora controlado pelo Hamas, em reconhecer a existência de Israel, somada ao agravamento das disputas com o Irã, cujas lideranças continuavam igualmente a negar o direito à existência do Estado de Israel, assim como à inflexibilidade negociadora da Síria, parecia dar pouco alento à possibilidade de soluções negociadas para o conflito palestino-israelense.

A diplomacia brasileira esteve presente no Oriente Médio, havendo o Brasil promovido a retirada de milhares de refugiados libaneses do teatro de operações e buscado manter contactos de alto nível, mediante, inclusive, uma visita do Ministro Celso Amorim, com vistas a estimular soluções negociadas para a crise. O Brasil continuou, por seu turno, à frente da operação de paz da ONU no Haiti.

Dando seguimento a um projeto diplomático iniciado no primeiro ano de Governo do Presidente Lula, realizou-se no Brasil a primeira cúpula de Forum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), ocasião em que se aprovou substanciosa quantidade de compromissos destinados a fortalecer o diálogo tricontinental entre os três grandes países em desenvolvimento.

No plano do comércio multilateral, verificou-se se interrupção das negociações da Rodada de Doha, devido, de um lado, à incapacidade dos EUA de indicar comprometimento com reduções mais profundas em suas propostas de apoio doméstico à produção agrícola e, de outro, ao imobilismo das posições negociadoras da União Europeia. Na sua qualidade de coordenador do G-20, o Brasil dispendeu intensos esforços diplomáticos com vistas, inicialmente, a impedir a interrupção das negociações e, posteriormente, a buscar reiniciá-las, mediante a convocação de uma Reunião Ministerial do G-20 realizada no mês de agosto no Rio de Janeiro, com a presença do Diretor-Geral da OMC e dos Ministros dos EUA, da UE e do Japão.

Toda esta problemática se refletiu no discurso pronunciado pelo Presidente Lula no dia 19 de setembro na abertura do debate geral da Sexagésima Primeira Assembleia Geral das Nações Unidas. Dando seguimento à orientação prioritária de sua administração, o Presidente

conferiu ênfase à temática do combate à fome e à pobreza, estabelecendo vínculos precisos entre a segurança internacional e o direito ao desenvolvimento econômico e social: "ninguém está seguro num mundo de injustiças". Ao valorizar os progressos obtidos na ação internacional entre a fome, a pobreza, o Presidente destacou os resultados alcançados no Brasil e lançou um renovado desafio à comunidade internacional: "Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global".

O Presidente Lula estabeleceu igualmente um nexo entre a luta contra a fome e a pobreza e a instauração de uma ordem mundial capaz de colocar o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Contra este pano de fundo, voltou a condenar o protecionismo agrícola e, valorizando a atuação do G-20, insistiu em resultados positivos nas negociações multilaterais de comércio sob a égide da OMC. Chegou a fazer uma vinculação explícita entre a credibilidade do sistema da OMC e repercussões negativas nos campos político e social: "Se a Rodada fracassar, ... males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo encontrarão terrenos férteis para proliferar".

Ao reafirmar a adesão do Brasil aos valores representados pelo multilateralismo, o Presidente expressou confiança na ONU e alertou para os riscos de erosão de sua credibilidade devido ao prolongado agravamento do conflito no Oriente Médio. Referindo-se à convivência harmônica e integrada das comunidades árabe e israelense no Brasil, o Presidente perguntou; "Não seria o momento de convocar uma ampla conferência sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países da região e de outros que poderiam contribuir, pela capacidade de experiência em conviver pacificamente com as diferenças"?

Na parte final do discurso, o Presidente retomou o tema da reforma da ONU e, em particular, a ampliação do Conselho de Segurança: juntamente com os países do G-4, "o Brasil sustenta que a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente". Referiu-se ainda à América do Sul como "uma prioridade da política externa brasileira".

E concluiu insistindo em que "o combate à fome e à pobreza, a paralisia da Rodada de Doha e o impasse no Oriente Médio são temas interligados".

LXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2006

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[70]

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Chefes de Estado e de Governo,

Senhora Sheika Haya Rashed Al-Khalifa, Presidente da Sexagésima Primeira Assembleia Geral das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhoras e Senhores integrantes das delegações,

Ao falar pela primeira vez desta tribuna, em 2003, afirmei a necessidade de agirmos com urgência para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo. É o que estamos fazendo no Brasil. Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social.

O nível de vida dos brasileiros melhorou, cresceram o emprego e a renda, aumentou o poder de compra do salário mínimo. Nossos recursos são escassos, mas mesmo assim conseguimos resultados surpreendentes. O programa "Bolsa Família", carro-chefe do "Fome Zero", garante uma renda mínima a mais de 11 milhões de famílias brasileiras. Com boa alimentação, as pessoas recuperam sua dignidade, têm mais saúde e aprendem melhor.

[70] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/03 a 31/12/06 e a partir de 1/1/07 a 31/12/2010 (2º mandato).

Destinar recursos para a área social não é gasto, é investimento. Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global, se o combate à fome e à pobreza fossem, de fato, uma prioridade da comunidade internacional. Onde existe a fome não há esperança, há desolação e dor. A fome alimenta a violência e o fanatismo e um mundo de famintos nunca será um lugar seguro.

O gigantismo da tarefa não deve nos assustar, especialmente se não estamos sozinhos. Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos, quase um em cada sete habitantes do Planeta, não têm o suficiente para comer. São necessários 50 bilhões de dólares adicionais por ano para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio no prazo estipulado. A comunidade internacional pode fazer isso. Pensem, por exemplo, nas centenas de bilhões de dólares que foram investidos para levar adiante a plena integração dos países do Leste à União Europeia. Pensem, também, nos custos das guerras e de outros conflitos.

Todos aqui também sabem que a Segunda Guerra do Golfo custou várias centenas de bilhões de dólares. Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial, poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas, retirá-las da indigência e salvar milhões e milhões de vidas.

Que não se iludam os países ricos, por mais fortes que hoje sejam, pois ninguém está seguro num mundo de injustiças. A guerra jamais trará segurança, a guerra só gera monstros, rancor, a intolerância, o fundamentalismo e a negação destrutiva das atuais hegemonias. É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro, ao que é, sim, diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menos direito à felicidade, criatura que somos do mesmo criador. Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social. O caminho da paz é o desenvolvimento compartilhado. Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça, por isso, digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes, interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos.

Senhora Presidente,

Avançamos nos últimos anos. No encontro de líderes mundiais, em 2004, demos impulso à ação contra a fome e a pobreza. Juntos conseguimos uma forte mobilização internacional em torno do tema. Nosso esforço coletivo começou a dar frutos. Estamos colocando em prática mecanismos inovadores como a contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais.

A fome e a doença são irmãs gêmeas. Por isso, nos engajamos junto com outros governos na criação de uma central internacional de compra de medicamentos contra a AIDS, a tuberculose e a malária. Essa iniciativa irá criar novas fontes de recursos e facilitar o acesso aos medicamentos a custos mais baixos. Não podemos fugir de nossas obrigações. Por isso, saúdo os líderes de visão que estão engajados nessa guerra, a guerra contra a degradação do ser humano e a falta de esperança, a única guerra na qual a vitória final será de toda a humanidade.

Senhora Presidente,

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial, que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. Desde que, livre e justo, o comércio internacional, será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos.

É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo. Os subsídios dos países ricos, sobretudo na área agrícola, são pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso. Não me canso de repetir que enquanto o apoio distorcido dos países desenvolvidos alcança a indecorosa soma de um bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia nos países pobres e em desenvolvimento.

Essa é uma situação política e moralmente insustentável. Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência. A velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade. O Brasil, juntamente com seus parceiros do G-20, está empenhado nessa tarefa.

A criação do G-20, na prática, mudou os padrões de negociações na Organização Mundial do Comércio. Até recentemente, os países em

desenvolvimento tinham participação marginal nas negociações mais importantes. Eliminar as barreiras que travam o desenvolvimento dos países pobres é um dever ético para a comunidade internacional, e é também a melhor maneira de garantir prosperidade e segurança para todos.

Pela primeira vez na história do sistema GATT-OMC, a palavra desenvolvimento aparece no título de uma rodada de negociações comerciais, mas a agenda de desenvolvimento de Doha, que decidirá o futuro do Sistema Mundial de Comércio está em crise. Se bem sucedidas, as negociações na OMC ajudarão a tirar milhões de pessoas da pobreza extrema.

Agricultores que não podem competir com os subsídios milionários, finalmente terão oportunidade de prosperar. Países pobres da África, que atualmente não exportam produtos agrícolas, poderão começar a fazê-lo. Se a Rodada fracassar, as consequências serão sentidas muito além da esfera comercial. A própria credibilidade do sistema da OMC ficará ameaçada, com repercussões negativas nos campos político e social. Males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo, encontrarão terreno fértil para proliferar. Tenho conclamado os líderes mundiais a assumirem a responsabilidade que lhes cabe. A importância dada a esse tema na última Cúpula do G-8 ainda não produziu resultado prático. Esta geração tem uma oportunidade única de mostrar ao mundo que os interesses egoístas não prevalecerão sobre o bem comum. A história não perdoará nossa omissão.

Senhora Presidente,

O comércio justo, assentado em bases sólidas, consensuais, e uma OMC transparente, sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, constituem um dos pilares da nova ordem mundial que defendemos. Outro pilar no campo da paz e da segurança internacional é constituído pelas Nações Unidas. O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. Não há modo mais efetivo de aproximar os estados, a manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns.

Conflitos como os do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas. A recente crise no Líbano expôs a Organização a uma perigosa erosão de credibilidade. A eficácia das Nações Unidas tem

sido seriamente questionada. O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida. A opinião pública mundial se mostra impaciente diante de dificuldades que custa a entender. A morte de civis inocentes, incluindo mulheres e crianças, choca a nossa sensibilidade.

No Brasil, milhões de árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada. O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso país. O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade, além dos diretamente envolvidos pelas grandes potências. Até hoje não chegaram a uma solução. Cabe perguntar: não seria o momento de convocar uma ampla conferência sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países de região e outros que poderiam contribuir pela capacidade de experiência em conviver pacificamente com as diferenças? O Brasil acredita no diálogo. Por isso realizamos a Cúpula América do Sul/Países Árabes, em 2005.

Também mantemos boas relações com Israel, cujo nascimento, como Estado, ocorreu quando um brasileiro, Oswaldo Aranha, presidia a Assembleia Geral. Conflitos entre nações não se resolvem apenas com dinheiro e armas. Ideias, valores e sentimentos também têm seu lugar, sobretudo quando se fundam em experiências vividas.

Senhora Presidente,

Mais do que nunca as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada. Já tivemos avanços significativos com o processo de reforma administrativa e a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz. Mas a obra ficará incompleta sem mudanças no Conselho de Segurança, órgão encarregado de zelar pelos temas da paz. O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente. Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e mais representativo. A grande maioria dos estados membros também concorda com essa visão e reconhece a urgência da matéria. Não podemos lidar com problemas novos, usando estruturas anacrônicas. Cedo ou tarde, Senhora Presidente, deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais, como disse o Secretário-Geral. Nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros, chegou à hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos fóruns políticos das Nações Unidas.

Senhora Presidente,

A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira. Nossa região é a nossa casa. Estamos expandindo o MERCOSUL e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações. O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos. Uma América do Sul forte e unida contribuirá para a integração da América Latina e do Caribe.

Sentimo-nos também ligados por laços históricos e culturais ao continente africano. Por sermos a segunda maior população negra do mundo, estamos comprometidos a partilhar os desafios e os destinos da África, mas as questões regionais são partes da problemática global que enfrentamos.

O combate à fome e à pobreza, a paralisia da Rodada de Doha e o impasse no Oriente Médio são temas interligados. Seu bom caminho exige confiança nas soluções negociadas. Nesse momento, essa confiança está abalada, por isso, é extremamente grave. A ordem mundial que nos cabe construir, deve basear-se no critério de justiça e respeito ao direito internacional. Só assim poderá haver paz, desenvolvimento e uma genuína convivência democrática na Comunidade de Nações.

Não nos faltam recursos. Falta determinação política para aplicá-los nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador. Transformar o desespero em alegria e em razão de viver.

Muito obrigado.

Nova York, 19 de setembro de 2006.

2007

2007

Tendo sido reeleito em novembro de 2006, o Presidente Lula inaugurou, em 2007, o seu segundo mandato como Presidente do Brasil. Em termos de estabilidade e crescimento, as perspectivas políticas e econômicas no Brasil revelavam-se alvissareiras. Mais adiante, porém, o país seria afetado pela crise financeira global. O ano de 2007, na realidade, ficará na História como o ano em que começou a se delinear a maior crise financeira do pós-guerra. Iniciada em Wall Street com a falência de grandes instituições do mercado de capitais, devido sobretudo à superexposição a hipotecas "podres" (*subprime*) no mercado imobiliário norte-americano, a crise se alastraria por todos os centros financeiros europeus e asiáticos, gerando falências, desemprego e acentuado recuo nas taxas de crescimento de diversos países.

Até a eclosão da crise, porém, as bolsas internacionais, lideradas por Nova York batiam recordes sobre recordes. Em julho, o índice Dow Jones de Wall Street atravessou a barreira de 14 mil pontos pela primeira vez na História.

A crise demorou a chegar ao Brasil e, quando chegou, veio de forma muito mais suave do que na maioria dos países desenvolvidos. A política de juros altos mantida pelo Banco Central assegurou a atratividade do mercado brasileiro, que se viu reforçada ainda pelo crescimento da demanda interna, como resultado das políticas sociais postas em prática pelo Governo. Logo ao inicio do ano, havia-se anunciado a implantação do "Programa de Aceleração do Crescimento" (PAC), destinado a estimular

investimentos em infraestrutura e, portanto, ativar o nível de crescimento do país. As perspectivas de longo prazo da economia brasileira viram-se ainda robustecidas pelo anúncio em novembro da descoberta do gigantesco campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos. No setor do petróleo, de resto, a crise aberta com a expropriação de duas refinarias da PETROBRAS na Bolívia, foi resolvida mediante um acordo financeiro com o Governo do Presidente Morales.

A situação política interna do Brasil, embora marcada por uma série de crises no âmbito do Legislativo, manteve-se sólida, permitindo à Administração do Presidente Lula levar adiante o programa que havia sustentado a sua reeleição, baseado, como afirmou em seu discurso de posse, em crescimento sustentado, com inclusão social e distribuição de renda.

Entre os visitantes ilustres que estiveram no Brasil: o Presidente Bush (março), com o qual se solidificaram entendimentos destinados a reforçar o mercado internacional de etanol; o Papa Bento XVI (maio), presente à reunião da Conferência Episcopal da América Latina (CELAM), realizada em Aparecida do Norte, por ocasião da qual verificou-se a canonização do primeiro Santo nascido no Brasil – Frei Antônio de Sant'Anna Galvão.

O ano de 2007 foi igualmente um ano de renovação de mandatários em vários países importantes para o Brasil: em janeiro, Rafael Correa assumiu a Presidência do Equador, Daniel Ortega a da Nicarágua; em maio, Nicolas Sarkozy foi empossado como Presidente da França; em junho, Gordon Brown substituiu Tony Blair como Primeiro-Ministro do Reino Unido. Em dezembro, Cristina Kirchner assumiria a Presidência da Argentina em substituição a seu marido Nestor. Na Venezuela, Hugo Chávez assumiu seu terceiro mandato presidencial.

A União Europeia realizou igualmente no início do ano a sua expansão mais controvertida, com o ingresso da Bulgária e da Romênia.

A crise dominou a cúpula anual do G-7/G-8, realizada na Alemanha, havendo ficado evidente a exaustão do modelo de governança mundial baseado na tutela das grandes potências. A cúpula de Heiligendam mostraria a necessidade de um diálogo mais interativo com os países do até então conhecido como G-5: Brasil, Índia, China, África do Sul e México.

A situação no Oriente Médio manteve-se em alta tensão, agravando-se as dissensões internas entre as facções palestinas: rompeu-se a frágil coexistência entre o Fatah e o Hamas, que se havia instalado de facto na faixa de Gaza. No Iraque, os EUA iniciariam uma escalada de ações (*surge*) destinada a criar condições para a eventual retirada de suas forças do país, já bastante pressionadas pelo atoleiro em que se estava transformando o Afeganistão, com o constante crescimento das forças do

Taliban e a porosidade da fronteira com o Paquistão, cujo governo militar enfrentava crescente oposição.

No Irã, o anúncio de que o país havia colocado em funcionamento novas centrífugas de enriquecimento de urânio, reacendeu em Israel e nos países da Aliança Atlântica o temor de que o regime islâmico do Presidente Ahmadinejad estaria prestes a desenvolver uma capabilidade nuclear bélica. Datam de então os esforços mais concentrados de arregimentação internacional com vistas a impedir, mediante estímulos positivos e negativos, a nuclearização bélica do Irã. Os líderes iranianos continuaram, porém, a insistir na natureza pacífica do programa nuclear do país.

O Presidente Lula iniciaria seu discurso na Sexagésima Segunda Sessão da Assembleia Geral da ONU saudando a eleição do Secretário-Geral Ban Ki-moon, que havia tomado posse em janeiro, e, bem assim, a iniciativa então tomada de encetar debates de alto nível sobre a questão das mudanças climáticas, tema então identificado como de particular prioridade para as economias desenvolvidas europeias. O Presidente insistiu, porém, na postura tradicional do Brasil: todos deveriam cumprir os compromissos do Protocolo de Kyoto na razão direta de suas responsabilidades diferenciadas: "não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra". O Presidente ressaltou, ao mesmo tempo, os importantes avanços logrados pelo Brasil para diminuir os efeitos da mudança do clima, mediante drástica redução do desmatamento da Amazônia, sem comprometer o desenvolvimento sustentável dos habitantes da região. Propôs formalmente que o Brasil, havendo sediado a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente em 1992, fosse escolhido para sediar em 2012 a "Rio+20". Ainda na vertente ambiental, o Presidente aproveitou o discurso para reforçar a imagem positiva dos biocombustíveis brasileiros, em particular o etanol, apresentado como seguro ambiental, social e economicamente, podendo abrir "excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África".

Tal como nas ocasiões anteriores, o Presidente enfatizou em seu discurso o avanço das políticas sociais conduzidas no Brasil, em particular o combate à fome e à pobreza e, bem assim, o acesso a medicamentos. Não deixou igualmente de vincular a superação da pobreza ao estabelecimento de novas relações econômicas que deixem de penalizar os países pobres, insistindo na conclusão da Rodada Doha da OMC, mediante a fixação de regras justas e equilibradas para o comércio internacional e a eliminação do protecionismo agrícola.

O Presidente salientou, a esse propósito, os avanços alcançados sob a inspiração do Brasil no processo de integração sul-americana, assim como o diálogo estabelecido com países árabes, africanos e asiáticos.

Como sempre, o Presidente conferiu especial ênfase ao tema da reforma do Conselho de Segurança e da reestruturação dos mecanismos decisórios dos organismos financeiros internacionais, com os quais concluiu a sua intervenção: "É hora de passar das intenções à ação!".

LXII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2007

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[71]

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Srgjan Kerim, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhoras e Senhores delegados,

Cumprimento-o, senhor Secretário-Geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional. Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes. É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade, anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço. Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma.

[71] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/2003 a 31/12/2006 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida. O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social. Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do Planeta. Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto. Isso, contudo não basta. Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações. O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A Floresta Amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do Planeta, mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia. Um resultado como esse não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia. Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável – econômico, social, educacional e cultural – de seus mais de 20 milhões de habitantes. Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países. O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global. Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental.

O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Precisamos avaliar o caminho

percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20.

Senhoras e Senhores,

Não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo. O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO^2 na atmosfera. Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade. O problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos. No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais. Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis. Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado internacional com um selo que garanta suas qualidades sócio laborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento. A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou

a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos. Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades. Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos. Meus amigos e minhas amigas, A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a AIDS, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Ideias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática. Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres. A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional. São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os mais pobres. É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento. O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral,

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no MERCOSUL. Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais. Criamos – Brasil, África do Sul e Índia –um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. Temos realizado, inclusive, projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e em Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação. Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do Presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento. A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo. No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constróem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e Senhores,

Ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos. Trata-se dos murais "Guerra" e "Paz", pintados pelo grande artista brasileiro Cândido Portinari. O sofrimento expresso no mural, que retrata a guerra, nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados. O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza. Não é por acaso que o mural "Guerra" está colocado de frente para quem chega, e o mural "Paz", para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas. O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.

Muito obrigado.

Nova York, 25 de setembro de 2007.

2008

2008

A crise financeira esboçada em 2007 golpeou fortemente a economia mundial em 2008. Todas as principais economias viram-se a braços com a necessidade de adotar medidas custosas de estímulo à atividade econômica e a "salvar" empresas financeiras e industriais de quebras que – temia-se – poderiam engendrar uma recessão ainda pior do que a de 1929.

O Brasil, porém, continuou a navegar a crise a custos relativamente baixos. O Presidente Lula chegou a afirmar confiante que o que no resto do mundo parecia um tsunami, no Brasil chegaria como uma marola! A confiança no potencial do Brasil foi reforçada por novas descobertas de reservas petrolíferas na camada do pré-sal. Em abril, a Standard & Poor's elevou o "rating soberano" do Brasil para "grau de investimento". No mês seguinte a Fitch faria o mesmo.

Com estas auspiciosas decisões foi possível manter a fluência econômica e financeira do Brasil em meio à turbulência que afetava os mercados internacionais. Tal era a confiança nas persepectivas da economia brasileira que foi tomada a decisão formal de levar adiante, após o licenciamento do IBAMA, a construção da usina nuclear de Angra 3.

Em setembro, a crise nos mercados atingiria o seu ápice com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers (quarto maior dos EUA) e a publicação de dados comprometedores sobre a saúde financeira do do Banco Merril Lynch, assim como da megasseguradora AIG. Considerada, então, grande demais para que fosse deixada falir, a AIG

foi salva por um empréstimo bilionário do governo norte-americano. As quebras se estenderiam à Europa: a Irlanda se tornaria o primeiro país da zona euro a entrar em recessão, logo seguida por outros. Fora da União Europeia, a Islândia, dotada de uma economia frágil de base financeira, foi à bancarrota. Os EUA registrariam crescimento negativo no terceiro trimestre do ano. As Bolsas internacionais entraram em colapso. O índice Bovespa teve em outubro a sua pior queda em dez anos: 11,4% num só dia. Em cinco meses, as ações negociadas na Bovespa perderam 60% de valor.

Os Bancos Centrais das principais economias mundiais acertaram medidas coordenadas para enfrentar a crise de crédito e oferecer ajuda aos Bancos. A União Europeia anunciou um pacote de cerca de 200 bilhões de euros (cerca de 1,5% do PIB do Bloco) para impulsionar a economia e recuperar o nível de emprego. O "Federal Reserve Board" reduziu a taxa de juros nos EUA de 1% para uma margem entre zero e 0,25%. Cerca de 17,5 bilhões de dólares foram destinados a ajudar o setor automobilístico. O Brasil tomou medidas similares, reduzindo impostos e injetando recursos na economia, em particular para estimular a indústria automobilística, fortemente abalada pela desaceleração do consumo.

Formado no bojo da crise e com base na experiência do G-7/G-8 ampliado, o G-20 Financeiro reunir-se-ia em Washington no mes de novembro. Aprovou-se então uma declaração de princípios e diversas propostas de reforma dos mercados financeiros. Era o começo da transformação que passaria a ser operada nos círculos decisórios internacionais, ainda que não institucionalizada no plano das organizações internacionais.

O ano foi também palco de importantes mudanças de governos: em fevereiro, Romano Prodi convocou eleições antecipadas na Itália, que acabaram por reconduzir ao poder uma coalizão de centro-direita liderada por Silvio Berlusconi. Ainda em fevereiro, Fidel Castro anunciou sua renúncia, sendo substituido pelo irmão Raul. Em março, Dmitri Medvedev foi eleito Presidente da Rússia, havendo indicado seu antecessor e mentor Wladimir Putin como Primeiro-Ministro. Na Espanha, o governo socialista conseguiu manter-se no poder, apesar da crise, nas eleições realizadas em março. Em abril, Fernando Lugo seria eleito Presidente do Paraguai. E em novembro, sob uma plataforma renovadora, Barack Obama venceria as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Sua adversária nas primárias do Partido Democrático, Hillary Clinton, seria designada Secretária de Estado. Obama se comprometeria a retirar as tropas de combate norte-americanas do Iraque em 2010.

Na Europa, sob forte pressão das principais potências da OTAN, foi declarada a independência do Kosovo, província da Sérvia, majoritariamente integrada por populações de origem albanesa. Em aparente retaliação, a Rússia logo em seguida impor-se-ia em conflito aberto com a Georgia ao apoiar as reivindicações de duas províncias separatistas.

O Paquistão sofreria uma importante transformação política com a renúncia do General Pervez Musharraf e a eleição de Azif Ali Ardari, viúvo de Benazir Butho (morta em atentado em dezembro de 2007). O Paquistão entraria a partir de então em fase de acentuada instabilidade, agravada pela crescente desenvoltura de grupos de Talibans na região da fronteira com o Afeganistão. Na África do Sul, o Presidente Thabo Mbeki ver-se-ia levado a renunciar, abrindo caminho para a eleição no ano seguinte de Jacob Zuma.

Em Israel, denúncias de corrupção conduziram à demissão do Governo liderado por Ehud Olmert e sua substituição, no ano de 2009, por uma coalizão de direita, sob a chefia de Benjamin Netanyahou. O ano se encerraria com uma mal planejada e mal conduzida ofensiva militar contra o Hamas na faixa de Gaza, que grangeou forte condenação internacional ao Estado hebraico.

Na América do Sul produziu-se séria crise envolvendo a Colômbia, o Equador e a Venezuela quando, no mes de março, alegando a existência de bases guerrilheiras na FARC na região da fronteira, as Forças Armadas colombianas invadiram o território equatoriano e assassinaram um comandante da guerrilha.

Logo em maio, porém, com a criação da UNASUL, sob inspiração do Brasil, estabeleceu-se um foro eficaz para a consideração dos processos de integração em curso na América do Sul e, bem assim, das eventuais crises envolvendo os países da região.

No ano de 2008, o Presidente Lula pronunciou dois discursos na ONU. O primeiro, em maio, por ocasião de reunião especial do Conselho Econômico e Social para cuidar da crise alimentária mundial. O Presidente aproveitou o ensejo para relatar os resultados alcançados com os programas de combate à fome e à pobreza postos em prática no seu Governo. Usou expressões fortes para dramatizar o "desastre humanitário" gerado pela crise e pelo aumento dos preços dos produtos alimentícios, causado pelo aumento do petróleo, dos fertilizantes, da energia e do transporte. Vinculando o problema alimentar a distorções estruturais no comércio internacional de produtos agrícolas, o Presidente responsabilizou o protecionismo praticado pelos países industrializados e voltou a instar

pela "conclusão equilibrada" da Rodada de Doha, submetendo-se os produtos agrícolas às regras multilaterais da OMC. Referiu-se igualmente à necessidade de compatibilizar a segurança energética com a proteção ambiental. E não deixou de assinalar os excelentes resultados obtidos pelo Brasil no aproveitamento da cana-de-açúcar para a produção de etanol, anunciando a realização em novembro seguinte de uma Conferência sobre Biocombustíveis convocada pelo Brasil em São Paulo.

O segundo discurso presidencial, por sua vez, deu-se, como de hábito, ao ensejo da abertura do debate geral da Sexagésima Terceira Assembleia Geral. Foi um discurso acentuadamente crítico das estruturas internacionais, apontadas como causadoras da crise, que àquela altura chegara ao Brasil e ameaçava precipitar o mundo em uma recessão sem precedentes: "a euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial". Pregando a necessidade de mecanismos de prevenção e controle, assim como total transparência das atividades financeiras, o Presidente criticou os organismos econômicos supranacionais por carecerem de instrumentos para coibir a anarquia especulativa: "Devemos reconstruí-los em bases completamente novas!".

Retomando os temas predominantes em seus discursos anteriores, o Presidente voltou a vincular a crise alimentar global, o impasse nas negociações comerciais na OMC ("continuamos insistindo num acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos") e a degradação ambiental. As responsabilidades por este estado de coisas recaem sobre os países industrializados do Norte: "um suposto nacionalismo populista que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo é praticado sem constrangimento em países ricos"... "aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais". Ao ressaltar as iniciativas criadas e em andamento entre os países do Sul (IBAS, G-20, cúpulas América do Sul-África, América do Sul-Países Árabes, BRICS), assim como a criação da UNASUL, primeiro instrumento que congregou todos os países sul-americanos, o Presidente reafirmou um dos seus pontos mais constantes na análise da situação internacional: "Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo". E enfatizou o papel ativo e inovador que a diplomacia brasileira vinha desempenhando no cenário internacional ao promover a primeira cúpula América Latina-Caribe em Salvador da Bahia (dezembro de 2008) e ao se solidarizar com os países mais pobres, em particular na África, assim como com o Haiti.

Voltou igualmente o Presidente a conclamar pela reforma do Conselho de Segurança, "cuja representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos". E não deixou de enfatizar os temas correlatos da segurança energética e do aquecimento global, a serem resolvidos com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os biocombustíveis, especialmente o etanol à base da cana-de-açúcar, assim como o biodiesel, representam a alternativa mais adequada para diminuir a dependência em combustíveis fósseis, frisou, ao manifestar o desejo de aprofundar o debate sobre estes temas com a comunidade internacional na Conferência Mundial sobre Biocombustíveis então convocada pelo Brasil para o mes de novembro de 2008 em São Paulo.

O Presidente referiu-se ainda à liderança do Brasil ao haver lançado quatro anos antes a iniciativa contra a fome e a pobreza, da qual a UNITAID, Central de Compras de Medicamentos constituía-se num primeiro resultado. E, ao recordar o sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos que seriam celebrados em dezembro de 2008, o Presidente Lula concluiu sua intervenção chamando atenção para as mudanças em curso no Brasil desde 2003, ano em que iniciara seu primeiro mandato: "Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a vida dos brasileiros". Citando números expressivos, o Presidente afirmou que as melhorias ocorridas no Brasil foram obtidas "em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia". E, recordando Josué de Castro, pioneiro na reflexão sobre o problema da fome no mundo, exclamou: "Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza... Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam...".

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[72], por ocasião de encontro especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sobre a crise alimentar mundial

Quero cumprimentar o Embaixador Mérorès, Presidente do ECOSOC e Representante Permanente do Haiti, pela iniciativa de convocar este encontro. Saúdo, igualmente, a presença do Secretário-Geral Ban Ki-moon e demais altos funcionários e delegados dos países-membros da ONU.

Desde o primeiro dia de meu mandato como Presidente do Brasil, dediquei-me ao combate à fome e à pobreza no Brasil e no mundo. Há quase quatro anos, nesta sala do ECOSOC, em uma reunião de dezenas de líderes mundiais, lançamos a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. Com essa mobilização, obtivemos importantes avanços, sobretudo na área da saúde. Temos plena consciência, entretanto, de que resta muito por fazer. A recente elevação mundial dos preços dos alimentos dá contornos dramáticos a esse desafio. Homens e mulheres famintos manifestam-se mundo afora pondo em risco, em alguns casos, a estabilidade institucional. Estamos diante da ameaça real de um desastre humanitário de grandes proporções. Desastre que atinge os mais pobres, aqueles que mais gastam proporcionalmente para alimentar-se. Diante dessa perspectiva de retrocesso na luta contra a fome e a desnutrição, as Metas do Milênio ficam ainda mais distantes. Precisamos agir em diferentes frentes. No plano emergencial, há que rapidamente conter os efeitos mais adversos dessa crise. O Brasil está fazendo sua parte no Haiti, com o envio de ajuda alimentar e apoio à reabilitação da agricultura local.

[72] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/2003 a 31/12/2006 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Mas temos de fazer uma profunda e urgente reflexão sobre o problema para melhor enfrentá-lo. Essa é uma questão complexa que exige uma análise objetiva e serena, sem conclusões apressadas e parciais.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon acertadamente observou, na UNCTAD, no mês passado, que a crise tem múltiplas causas. O aumento do preço do petróleo e, por consequência, dos fertilizantes, da energia e do transporte vem pesando fortemente na elevação dos custos de produção de alimentos. Flutuações sazonais, agravadas por fortes quebras de safras por razões climáticas, também fazem parte dessa equação. Da mesma forma, têm seu papel os realinhamentos cambiais e a especulação financeira com commodities agrícolas. Mas, por trás desse quadro preocupante de pressão sobre os estoques mundiais de alimentos, temos um fato novo e alvissareiro: um número crescente de pessoas está comendo mais e melhor em muitos países em desenvolvimento. A crescente inclusão de pessoas no círculo dos que comem mostra que as estruturas e práticas atuais no cenário internacional não nos permitem assimilar, sem sobressaltos, esses novos consumidores. É preciso produzir mais e distribuir melhor os alimentos. Mas, sobretudo, criar condições para que países pobres possam produzir seus próprios alimentos.

A fome se alastra por aqueles países mais pobres que sofrem de dupla vulnerabilidade. Não têm como custear a importação de alimentos cada vez mais caros e, ao mesmo tempo, não produzem localmente o suficiente para alimentar a própria população. Como explicar que vastas regiões com clara vocação agrícola não tenham investido no cultivo de alimentos para garantir ao menos a subsistência de sua população? A resposta passa fundamentalmente pelas distorções existentes no comércio mundial de produtos agrícolas, especialmente pelo protecionismo praticado, durante décadas, para não dizer séculos, pelos países industrializados. Pequenos agricultores pobres não podem competir com subsídios milionários concedidos por países ricos a seus fazendeiros. Incapazes de sustentar-se economicamente tornam-se dependentes de alimentos importados e da ajuda externa. Os subsídios agrícolas premiam a ineficiência, perpetuam os privilégios de poucos e agravam a fome de muitos. A eliminação dessas distorções explica o empenho do Brasil pela conclusão equilibrada da Rodada Doha. Defendemos um acordo que, uma vez por todas, submeta os produtos agrícolas às regras multilaterais da OMC. Fazer valer regras justas no comércio agrícola internacional é fundamental não apenas para eliminar a fome no mundo. É decisiva para outro desafio crucial de nosso tempo: compatibilizar a proteção ambiental com a segurança energética. É preciso desmascarar campanhas, movidas pelo protecionismo comercial e

pelos interesses de grupos petroleiros, que buscam demonizar a produção de biocombustíveis.

Atribuem-lhes a culpa seja pelo encarecimento dos alimentos, seja pelo aquecimento global. Desconhecem, com isso, a exitosa experiência brasileira com o etanol, à base da cana-de-açúcar. Em 30 anos, cortamos drasticamente as emissões de CO^2, ao mesmo tempo em que reduzimos a demanda por energias fósseis a ponto de tornar-nos praticamente independentes do ponto de vista energético. Realizamos isto sem prejudicar a produção de alimentos. Muito pelo contrário. Nesse período, a produção agrícola no Brasil cresceu exponencialmente graças a ganhos de produtividade na produção agrícola, aí incluída a cana-de-açúcar. O combate à fome e à pobreza deve começar pelo despertar de vocações produtivas nos países mais vulneráveis. O Brasil está fazendo sua parte. Investimos maciçamente em pesquisa e melhoramento agrícola. Oferecemos nossa experiência e nosso conhecimento a outros países em desenvolvimento, de que é exemplo a abertura, em 2007, do Escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Acra, Gana. Os biocombustíveis podem contribuir para reduzir essa vulnerabilidade, sobretudo no campo energético. Isto sem falar que a produção de biocombustíveis é fonte não apenas de energia renovável, mais limpa e barata. Gera também a renda e os empregos, sobretudo no campo, que ajudarão a sustentar uma agricultura pujante. No momento em que a comunidade internacional discute alternativas às fontes fósseis, que sentido faz taxar a importação de etanol e não de petróleo? O Brasil não pretende impor seu modelo. Quer que o potencial dos biocombustíveis seja avaliado de acordo com realidade de cada país. Adotados de forma criteriosa, podem ajudar a resgatar países da insegurança alimentar e energética.

Diante da escalada do preço da energia e da ameaça do aquecimento global, é irresponsável abdicar, de forma preconceituosa, de uma opção estratégica para países que não têm petróleo, alimentos e nem como comprá-los. O Brasil não teme esse debate. Muito pelo contrário. Estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados a participar de Conferência Internacional dos Biocombustíveis, em São Paulo, em novembro. Um exame abrangente e desapaixonado de todos os aspectos da questão será valiosa contribuição para construir uma verdadeira parceria mundial para o desenvolvimento sustentável. Vamos trabalhar para que uma vida digna e próspera esteja ao alcance de todos, ao mesmo tempo em que garantimos nossa segurança energética e preservamos o planeta para futuras gerações. Nessa tarefa, Senhor Presidente, o papel das Nações

Unidas e, mais especificamente, do ECOSOC é fundamental. Desejo-lhe êxito em seus trabalhos.

Muito obrigado.

Nova York, 20 de maio de 2008.

LXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2008

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[73]

Senhores e senhoras chefes de Estado e de Governo, Senhor Miguel d'Escoto, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhoras e senhores chefes de Delegação, Saúdo, com alegria, o presidente da Assembleia Geral, meu ilustre amigo Miguel d'Escoto.

Desejo-lhe pleno êxito em sua missão. Esta Assembleia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial. As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas. A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas. O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia.

[73] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/2003 a 31/12/2006 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras. Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós. Há outras questões igualmente graves no mundo de hoje. É o caso da crise alimentar, que ameaça mais de um bilhão de seres humanos; da crise energética, que se aprofunda a cada dia; dos riscos para o comércio mundial, se não chegarmos a um acordo na Rodada de Doha; e da avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando, sobretudo os mais pobres.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

O Muro de Berlim caiu. Sua queda foi entendida como a possibilidade de construir um mundo de paz, livre dos estigmas da Guerra Fria. Mas é triste constatar que outros muros foram se construindo, e com enorme velocidade. Muitos dos que pregam a livre circulação de mercadorias e capitais são os mesmos que impedem a livre circulação de homens e mulheres, com argumentos nacionalistas, e até fascistas, que nos fazem evocar, temerosos, tempos que pensávamos superados. Um suposto "nacionalismo populista", que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos. As crises financeira, alimentar, energética, ambiental e migratória, para não falar das ameaças à paz em tantas regiões, demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais. Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs. Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e

comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para "encontrar o Norte", como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso "norte" às vezes está no Sul. Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infraestrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa. Reunidos em Santiago do Chile há pouco mais de uma semana os presidentes da América do Sul, comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respaldamos seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano.

Em dezembro, o Brasil irá sediar, na Bahia, uma inédita cúpula de toda a América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Será uma reunião de alto nível, sem qualquer tutela, assentada em uma perspectiva própria latino-americana e caribenha. Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África. Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

Senhor Presidente, a força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva. As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembleia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança. O multilateralismo deve guiar-nos também na solução dos complexos problemas ligados ao aquecimento global, com base no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O Brasil não tem fugido a suas responsabilidades. Nossa matriz energética é crescentemente limpa. As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes – ao lado de fatores climáticos e da

especulação com as commodities agrícolas – os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte. A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram terras deterioradas e são plenamente compatíveis com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo. Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Senhor Presidente, há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater AIDS, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio. Em dezembro serão comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo.

Senhor Presidente, o Brasil de hoje é muito distinto daquele de 2003, ano em que assumi a Presidência do meu país e em que, pela primeira vez, compareci a esta Assembleia Geral. Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a vida dos brasileiros. Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuímos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa

participação popular. No ano em que celebramos o centenário do grande brasileiro Josué de Castro, o primeiro Diretor-Geral da FAO e um dos pioneiros da reflexão sobre o problema da fome no mundo, vale a pena recordar sua advertência: "Não é mais possível deixar-se impunemente uma região sofrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as suas consequências". Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza. Senhor Presidente, reitero o otimismo que expressei aqui há cinco anos. Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam. Dispomos de sentimento, razão e vontade para vencer qualquer adversidade. Esse, mais do que nunca, é o espírito dos brasileiros.

Muito obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 2008.

2009

2009

Os efeitos da crise econômica mundial e as movimentações politícas com vistas às eleições presidenciais de 2010 dominaram os acontecimentos no Brasil durante todo o ano de 2009. O PMDB assumiu as Presidências da Câmara e do Senado. A economia brasileira começou a dar sinais de que passara a ser efetivamente afetada pela crise. O ano se iniciou com índices crescentes de desemprego, sobretudo na indústria. A recessão no Brasil seria, como antecipado, de curta duração. Já no final no segundo trimestre as taxas voltaram a ficar positivas e o índice da Bolsa de São Paulo foi-se recuperando gradativamente.

A recuperação das economias dos países desenvolvidos, porém, revelou-se lenta e custosa, configurando o sombrio pano de fundo em que se desenharam os acontecimentos internacionais – assim como a conjuntura interna em muitos países – no ano de 2009. Paralelamente, diante da dupla ameaça representada pela continuação e aprofundamento do conflito no Afeganistão, assim como pela renitente fragilidade da situação do Iraque, os EUA e as potências militarmente envolvidas nas operações viram-se sensivelmente fragilizadas em seu empenho de encontrar soluções militares e políticas em ambos teatros.

Havendo tomado posse em janeiro, Barrack Obama defrontou-se simultânea e imediatamente com a necessidade de controlar a crise que ameaçava a estabilidade da economia norte-americana e com a urgência em visualizar uma saída para os longos conflitos no Iraque e no Afeganistão. Iniciados pela administração Bush, ambos conflitos comprometiam a

capacidade do novo governo democrata de operar as transformações prometidas em sua campanha.

No que se refere à crise, os EUA, logo seguidos pela União Europeia, puseram em marcha vultosíssimos programas de estímulo econômico. O desemprego chegara a cifras sem precedentes nas últimas quatro décadas e as Bolsas atingiam índices baixíssimos. A Irlanda entraria formalmente em recessão, seguida pela Espanha. Reunido em Londres, o G-20 Financeiro, com a plena participação dos "países emergentes", aprovou planos globais de estímulo à economia mundial. Minimamente abalada pela crise, a China, havendo ultrapassado a Alemanha, tornar-se-ia a terceira potência mundial em termos de Produto Interno Bruto, atrás apenas dos EUA e do Japão.

Como se não bastassem as guerras no Iraque e no Afeganistão; a continuada tensão no Oriente Médio; a deterioração da situação no Paquistão; e a crise global, produziu-se, ainda ao longo de 2009, sensível agravamento na relação entre a Aliança Atlântica e o Irã devido ao efeito combinado do anúncio da iminente entrada em funcionamento de novas usinas de enriquecimento de urânio – que potencialmente capacitariam o país a produzir artefatos nucleares – e da contestação dos resultados do pleito que conduziu à reeleição do Presidente Ahmadinejad. Em novembro, o Presidente do Irã faria viagem oficial a Brasília, ocasião em que propôs que o Brasil atuasse como mediador entre seu país e as potências ocidentais.

Na América do Sul, a administração do Presidente Hugo Chavez muniu-se de instrumento jurídico para garantir sua permanência indeterminada no poder. Em fevereiro, foi aprovado por referendum popular emenda constitucional que permitiu a reeleição ilimitada do Presidente e dos Governadores de Estado na Venezuela. Em outubro, Colômbia e EUA assinaram acordo que passaria a permitir o uso de sete bases colombianas por forças armadas norte-americanas, alegadamente para combater o narcotráfico. A decisão reabriu tensões especialmente entre a Colômbia, a Venezuela e o Equador.

Em junho, os militares em Honduras depuseram o Presidente Constitucional do país, Manuel Zelaya, ensejando-se prolongada crise no âmbito das relações hemisféricas. A diplomacia brasileira viu-se ainda mais diretamente envolvida na questão em setembro, quando o Presidente deposto retornou ao país e instalou-se na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa. Eleito em novembro em circunstâncias questionáveis, o Presidente Porfirio Lobo passou desde então, com o apoio dos EUA, a buscar sem êxito reintegrar Honduras na OEA. Zelaya abandonaria a Embaixada do Brasil após a eleição de Lobo.

No fim do ano, o Presidente Evo Morales seria reconduzido à Chefia do Estado na Bolívia e José Mujica seria eleito Presidente do Uruguai.

A crise econômica e financeira mundial continuou a dominar a substância do discurso do Presidente Lula ainda na Assembleia de 2009. O pronunciamento presidencial foi centrado em tres temas, tal como enunciados logo ao princípio do texto: as "três ameaças que pairam sobre nosso planeta: a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos". "Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas... o que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas... a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se... a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro... a apologia perversa do Estado mínimo... a demonização das políticas sociais... o confisco de grande parte da soberania nacional e popular por circuitos autônomos de riqueza e de poder".

Duras palavras com que, iniciado o seu discurso, o Presidente passou a responsabilizar os países desenvolvidos – "e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos" – por haverem sido incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de prevení-la. Havendo-se difundido pelo mundo todo, a crise parecia àquela altura do ano ter sido parcialmente contida, engendrando "em alguns um perigoso conformismo". Na realidade, porém, alertou o Presidente, no que terá sido talvez o seu mais contundente discurso na Assembleia, "a maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada", entre os quais a regulação dos mercados financeiros, a reforma do FMI e do Banco Mundial, a Rodada de Doha, o protecionismo, o combate aos paraísos fiscais.

O Brasil, afirmou orgulhosamente, não ficou de braços cruzados: "um dos últimos, felizmente a sentir os efeitos da crise, é hoje um dos primeiros a sair dela". Citando os campos em que a ação do governo resultara exitosa, o Presidente congratulou-se pelo fato de a economia brasileira haver retomado seu ímpeto, prenunciando um ano de 2010 promissor.

Mas não devemos, prosseguiu, pensar que poderemos resolver nossos problemas sozinhos, apenas no espaço nacional: "é imprescindível refundar a ordem econômica mundial", mediante a irrigação da economia mundial com importantes créditos, a regulação financeira, a generalização de políticas anticíclicas, o fim do protecionismo, o combate aos paraísos fiscais e a reforma dos organismos financeiros multilaterais e do Conselho de Segurança da ONU, "renovado, aberto a novos membros permanentes".

Propôs a seguir que o mundo multipolar e multilateral se nutrisse das experiências regionais bem-sucedidas como a UNASUL, capacitando-se a ONU para efetivamente lidar com os conflitos do Oriente Médio "garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel", com o terrorismo "sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações"; uma ONU que ajude o Haiti e se comprometa com o "Renascimento Africano", que seja capaz de avançar no caminho do desarmamento e da não proliferação, de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos direitos humanos, de preservar o meio-ambiente.

Afirmando não ser voluntarista, o Presidente reclamou mais vontade política para enfrentar as grandes questões que "conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia". Citou especificamente neste contexto o embargo contra Cuba e a derrocada do Presidente Manuel Zelaya em Honduras, que havia dias antes sido acolhido na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa: "A comunidade internacional exige que Zelaya reassuma imediatamente a Presidência de seu país e deve estar atenta à inviolabilidade da missão diplomática brasileira...".

O Presidente dedicou ainda substancial parte de seu discurso ao tema das mudanças climáticas. A Assembleia reunia-se às vésperas da reunião de Copenhague da qual se esperava um Acordo capaz de substituir o Protocolo de Kyoto. Copenhague fracassaria. Mas o Brasil anunciava a disposição de cumprir a sua parte e o Presidente enumeraria os objetivos alcançados no país com o "Plano de Mudanças Climáticas". Enunciaria, nesse contexto, o princípio básico a nortear a política do Brasil: os países ricos devem assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima: "eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas". E voltaria a enaltecer as virtudes da matriz energética brasileira, em particular o programa de biocombustíveis baseado na exploração social e ambientalmente responsável da cana-de-açúcar.

Ao concluir sua apresentação, o Presidente foi peremptório: torna-se necessário "construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral. Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas".

LXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas
2009

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[74]

Meus cumprimentos ao presidente da Assembleia Geral, Ali Treki, ao Secretário-Geral, Ban Ki-moon, e a todos os chefes de Estado e delegados presentes.

Senhoras e Senhores,

A Assembleia Geral das Nações Unidas tem sido e deve ser cada vez mais o grande foro de debate sobre os principais problemas que afligem a humanidade.

Quero abordar aqui três questões cruciais, que me parecem interligadas, três ameaças que pairam sobre nosso planeta: a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos nós.

Senhor Presidente,

Há exatamente um ano, no limiar da crise que se abateu sobre a economia mundial, afirmei, desta tribuna, que seria um grave erro, uma omissão histórica imperdoável, cuidarmos apenas das consequências da crise sem enfrentarmos as suas causas.

[74] **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República de 1/1/2003 a 31/12/2006 e de 1/1/07 a 31/12/10 (2º mandato).

Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder.

Afirmei que era chegada a hora da política. Disse que governantes – e não tecnocratas arrogantes – deveriam assumir a responsabilidade de enfrentar a desordem mundial. O enfrentamento da crise e a correção de rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos – e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos – foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de preveni-la.

Os efeitos da crise se espalharam por todo o mundo, golpeando inclusive e sobretudo àqueles que há anos vinham reconstruindo suas economias com enormes sacrifícios. Não é justo que o custo da aventura especulativa seja assumido pelos que nada tem a ver com ela: os trabalhadores e as nações pobres ou em desenvolvimento.

Passados doze meses, constatamos que houve alguns progressos, mas que persistem muitas indefinições. Ainda não há uma clara disposição para enfrentar, no âmbito multilateral, as graves distorções da economia global. O fato de ter sido evitado o colapso total do sistema parece ter provocado em alguns um perigoso conformismo.

A maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. É incompreensível a paralisia da Rodada de Doha, cujo acordo beneficiará sobretudo as nações mais pobres do mundo. Há sinais inquietantes de recaídas protecionistas. Pouco se avançou no combate aos paraísos fiscais.

Mas muitos países não ficaram de braços cruzados. O Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos

primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais.

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que ela eclodiu, políticas anticíclicas.

Aprofundamos nossos programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Aumentamos os salários acima da inflação. Estimulamos, por meio de medidas fiscais, o consumo para impedir que se detivesse a roda da economia.

Já saímos da breve recessão. Nossa economia retomou seu ímpeto e anuncia um 2010 promissor. As exportações recuperam seu vigor. O emprego se recompõe de forma extraordinária. O equilíbrio macroeconômico foi preservado sem afetar as conquista populares. O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Mas não tenho a ilusão de que poderemos resolver nossos problemas sozinhos, apenas no espaço nacional. A economia mundial é interdependente. Estamos todos obrigados a atuar além de nossas fronteiras. Por isso, é imprescindível refundar a ordem econômica mundial.

Nas reuniões do G-20 e nos muitos encontros que mantive com líderes mundiais tenho insistido sobre a necessidade de irrigar a economia mundial com importantes créditos. Tenho defendido a regulação financeira, a generalização de política anticíclicas, o fim do protecionismo, o combate aos paraísos fiscais. Com a mesma determinação, meu país propõe uma autêntica reforma dos organismos financeiros multilaterais.

Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis. Somente organismos mais representativos e democráticos terão condições de enfrentar complexos problemas como os do reordenamento do sistema monetário internacional.

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Vivemos um período de transição no âmbito internacional. Caminhamos em direção ao mundo multilateral. Mas também multipolar, seguindo as experiências de integração regional, como ocorre na América do Sul com a constituição da UNASUL. Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. Ao contrário. Poderá ser um fator de revitalização da ONU. De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países – como o Haiti – que buscam reconstruir sua economia e seu tecido social depois de haver recuperado a estabilidade política; de uma ONU que se comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes.

Senhor Presidente,

Não somos voluntaristas. Mas sem vontade política não se pode enfrentar e corrigir situações que conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia. Sem vontade política persistirão anacronismos como o embargo contra Cuba. Sem vontade política continuarão a proliferar golpes de Estado como o que derrocou o Presidente constitucional de Honduras, Manuel Zelaya, que se encontra, desde segunda-feira, refugiado na embaixada do Brasil em Tegucigalpa. A comunidade internacional exige que Zelaya reassuma imediatamente a Presidência de seu país e deve estar atenta à inviolabilidade da missão diplomática brasileira na capital hondurenha.

Sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global.

Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima. Eles

não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas.

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de, CO^2 o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Em 2009, já podemos apresentar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. A matriz energética brasileira é das mais limpas do planeta: 45% da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE essa proporção não supera 5%. Oitenta por cento de nossa eletricidade provém igualmente de fontes renováveis. Vinte e cinco por cento de etanol está misturado à gasolina que consomem nossos veículos. Mais de 80% dos carros produzidos no país têm motor flex, o que permite a utilização indiscriminada de gasolina ou álcool.

O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional.

Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de álcool em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda Amazônia e nossos principais biomas.

O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais do que 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar nem compromete o equilíbrio ambiental. Empresários, trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente nos canaviais brasileiros.

Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autosuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocarão na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde.

Por outro lado, deve-se exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima.

Causa-nos também profunda preocupação a insuficiência dos recursos até agora anunciados para as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento.

A resolução desses e outros impasses só ocorre se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Senhor Presidente,

Os temas que estão no centro de nossas preocupações - a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima - têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral.

Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas.

Obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 2009.

2010

2010

Coube ao Ministro Celso Amorim pronunciar, perante a LXV Sessão da Assembleia Geral da ONU, iniciada poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o último discurso da administração do Presidente Lula. Em novembro, no segundo turno das eleições, a Senhora Dilma Rousseff seria eleita Presidente da República.

A volatilidade dos mercados continuava a criar incertezas entre os países desenvolvidos. As flutuações cambiais causaram transtornos sensíveis para as operações de comércio e de investimento. Vários países europeus, notadamente Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda, viram-se às voltas com severos programas de ajuste, cortes orçamentários e outras medidas de contenção de gastos que, por sua vez, ensejaram seguidas manifestações de repúdio popular. Nos EUA, prevaleceu a impressão de uma recuperação econômica inconclusa: a recessão havia sido sustada pela retomada de taxas reais de crescimento, mas persistiam altos índices de desemprego. Ao final do ano, a China, que havia sido alçada à condição de segunda economia do mundo, continuava a manter a sua moeda, o reminbi, abaixo do valor tido como adequado, à luz de sua situação econômica e financeira. O dólar, por sua vez, experimentou forte depreciação, caindo a níveis acentuadamente baixos frente às principais moedas de referência, como o euro. No Brasil, a valorização do real devido ao influxo de divisas na pujante economia emergente brasileira começaria, no segundo semestre, a criar problemas mais sensíveis para a balança de pagamentos do país ao determinar uma aceleração notável

nas importações e nos gastos em viagens internacionais. Antecipavam-se medidas mais efetivas de coordenação cambial entre as principais economias do mundo na reunião do G-20 fixada para a Coreia. As medidas esperadas, porém, não se materializaram. A incapacidade das grandes economias de mercado de tomar medidas apropriadas e tempestivas foi uma das causas que desencadearam a crise que se faria sentir abertamente em 2011.

O ano de 2010 começara sob o impacto de uma catástrofe natural de graves consequências para o Haiti. Em 12 de janeiro, um terremoto de alta contundência sacudiu extensa área ao largo da capital Porto Príncipe. A destruição não teve precedentes. Foi mobilizada intensa ação internacional. Na sua qualidade de país Comandante da Força de Paz das Nações Unidas, o Brasil exerceu papel de liderança na assistência das vítimas e na reconstrução do país. No terremoto, perdeu a vida a Doutora Zilda Arns, grande liderança católica brasileira, fundadora da Pastoral da Criança. O desastre haitiano seria seguido por outro, igualmente devastador, no Chile. Ocorrido na transição entre as presidências Bachelet e Piñera, o terremoto teve graves consequências para a economia chilena, que justamente retomava a sua trajetória de crescimento em meio às mudanças políticas suscitadas pelo fim dos seguidos anos de governo da Concertação. Mais adiante, o Chile seria ainda sacudido por uma tragédia causada pela explosão de uma mina no Norte do país, ocasionando a prolongada retenção a mais de um quilômetro de profundidade de cerca de trinta mineiros.

E não menos devastadoras continuaram a ser as consequências dos conflitos em curso no Iraque, no Afeganistão e no Oriente Médio. Durante todo o ano verificaram-se atentados contra as forças estrangeiras em operação no Afeganistão e no Iraque, caracterizando-se, de um lado, a crescente vulnerabilidade do Paquistão à ação dos talibãs e, do outro, a exaustão dos esforços das frentes lideradas pelos EUA no Iraque. Em agosto, tal como prometido em sua campanha eleitoral, o Presidente Barack Obama, determinou a retirada de todas as forças de combate norte-americanas do país, permanecendo apenas os contingentes de apoio e treinamento das forças iraquianas. Paralelamente, reforçaram-se as ações militares contra o Talibã, ante a evidência concreta de que o longo esforço de guerra no Afeganistão continuava a dar sinais de esgotamento diante do efeito combinado da resistência taliban e da inconsistência do regime do Presidente Karzai.

Na península coreana sucederam-se fricções, a principal das quais envolveu o afundamento, em março, de um navio da marinha sul-coreana, com

a perda de 104 vidas, por um torpedo lançado pela Coreia do Norte. A tensão entre os dois países chegou a extremos, acentuada pelo processo sucessório em Piong Yang que culminaria com a misteriosa indicação de jovem filho do Presidente Kim Jong-il, cujo estado de saúde debilitava-se a olhos vistos.

Em abril, deu-se uma catástrofe natural de vastíssimas proporções no Golfo do México com a explosão de uma plataforma da BP e consequente extravasão de óleo, causando graves danos ao meio ambiente e à economia de grandes regiões costeiras dos EUA. A origem do vazamento somente seria remediada em fim de agosto, após custosíssima operação que pôs em dúvida a segurança das operações de exploração de petróleo "off-shore", tema de singular importância para o Brasil.

Ao mesmo tempo, os EUA e a Rússia reforçavam a feição convergente de suas relações ao assinarem com toda solenidade um acordo de redução de armas nucleares em larga escala. Ambos os países se comprometeram igualmente a atuar de forma compatível em relação ao Irã, cujo programa nuclear parecia estar em fase de acelerado desenvolvimento.

A situação no Oriente Médio continuou a se deteriorar, sobretudo a partir do ataque efetuado por forças israelenses, no final de maio, a uma flotilha pacifista organizada por ativistas turcos para tentar furar o bloqueio da Faixa de Gaza. Houve mortos entre os ativistas. A ação israelense mereceu a repulsa da comunidade internacional, chamando ainda mais atenção para a necessidade de desbloquear as conversações entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina. Nova tentativa de negociação, mais uma vez mediada pelos EUA, viria a ser feita entre os meses de agosto e setembro.

No Brasil, o ano foi, sobretudo, caracterizado pelo intenso debate político que precedeu as eleições de 3 de outubro, havendo-se, mediante o exercício do voto, consolidado ainda mais o processo e as instituições democráticas. À luz dos sensíveis avanços registrados no desenvolvimento econômico e social do Brasil, solidificou-se a percepção de que o Brasil havia definitivamente passado a ocupar um lugar preeminente entre as maiores economias do mundo.

A diplomacia brasileira buscou, portanto, desenvolver políticas que, lastreadas na importância acrescida do país, colocassem o Brasil no centro de processos decisórios sobre temas outrora fora do nosso alcance. Este foi o caso notadamente da intermediação levada a cabo, juntamente com a Turquia, para obter um acordo com o Irã sobre seu programa nuclear, capaz de impedir a aplicação de novas sanções pelo Conselho de Segurança. Não obstante a intermediação brasileira e turca, os membros

permanentes do Conselho de Segurança decidiram levar adiante as sanções.

Esse foi, em linhas gerais, o pano de fundo do discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim na LXV Sessão da Assembleia Geral da ONU, poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais do dia 3 de outubro. A intervenção do Ministro Amorim, de resto, deve ser analisada em conjunto com seu discurso na véspera perante a cúpula de Chefes de Estado e de Governo representados no Conselho de Segurança, cuja íntegra acha-se igualmente reproduzida adiante. O Ministro iniciou sua oração recapitulando os avanços realizados pelo Brasil na consolidação da democracia, no crescimento econômico sustentado na estabilidade financeira e na inclusão social, representada pelo fato de que mais de vinte milhões de brasileiros haviam saído do estado de pobreza e outros tantos da pobreza extrema.

Recordando que a promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva, o Ministro ressaltou a cooperação prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento, havendo singularizado vários projetos e diversos parceiros, em particular na África. Singularizou igualmente o Haiti, renovando o comprometimento do Brasil com aquele país.

Demorou-se, por outra parte, o Ministro nos temas relativos à integração e à paz na América do Sul e na América Latina em geral, ressaltando a fundação da UNASUL como fator de prevenção de ingerências externas à região. Não deixou igualmente de condenar com veemência o golpe de Estado ocorrido em Honduras e exortou ao regresso do ex-Presidente Zelaya "sem ameaças à sua liberdade", como condição "indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região".

Coerente com a visão brasileira do mundo, o Ministro insistiu na necessidade de se redefinirem as regras que regem o convívio internacional. Passou em revista o quadro da governança mundial, chamando atenção para a importância assumida pelo G-20; para a necessidade de uma solução equilibrada para o processo de negociações em curso na OMC; para a falta de legitimidade das instituições financeiras internacionais e; bem assim, para a necessidade de se alcançar um acordo geral "abrangente e ambicioso" sobre mudança do clima.

Não deixou igualmente de insistir na necessidade da reforma do Conselho de Segurança, tal como coerente e consistentemente defendida ao longo dos anos pelo Brasil. Na véspera, em sua intervenção perante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, o Ministro, ao criticar as insuficiências do sistema multilateral para lidar com as crises do mundo contemporâneo, havia pregado a necessidade de maior entrosamento

entre as instituições multilaterais voltadas para a segurança e as que se ocupam do desenvolvimento econômico e social: "As questões de segurança que afetam o conjunto da comunidade internacional não podem ser tratadas como se fossem parte da esfera privada de um número limitado de países". É importante, ressaltou, aumentar a efetividade do papel dos membros não permanentes do Conselho, fazendo-os participar plenamente do processo decisório. E é igualmente importante, acentuou, lidar de maneira imaginativa com a questão do veto, dificultando o seu emprego e encorajando a autocontenção dos que detêm este poder.

Como evidência do envolvimento do Brasil com as grandes questões ligadas à paz e à segurança – "como se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não permanente" – o Ministro analisou detidamente a iniciativa brasileiro-turca de negociar com o Irã a "Declaração de 17 de maio", que objetivava remover os obstáculos antepostos à solução do dossiê nuclear iraniano. A despeito das sanções que se seguiram ao malogrado esforço brasileiro-turco, o Ministro manifestou a "esperança de que a lógica do diálogo e do entendimento" pudesse prevalecer.

No seu discurso da véspera, o Ministro referira-se expressamente ao tema das sanções. Sem questionar sua legitimidade, o Ministro chamou atenção para o fato de que, muitas vezes, a imposição de sanções acarreta efeitos indesejados, em particular sobre os setores mais vulneráveis da sociedade civil. Só devem ser usadas, portanto, com extrema cautela, quando todas as vias de diálogo e entendimento tiverem sido esgotadas.

No discurso perante a Assembleia Geral, o Ministro referiu-se ainda à problemática do Oriente Médio, estipulando que os elementos fundamentais para o processo de paz na região são: "o congelamento da construção de assentamentos nos territórios ocupados, o levantamento do bloqueio à faixa de Gaza e o fim dos ataques a populações civis".

Ao encerrar sua intervenção, o Ministro referiu-se ao "compromisso inabalável do Brasil com os Direitos Humanos". Conclamou a comunidade internacional a um tratamento do tema "sem politização ou parcialidade em que todos... estejam sujeitos ao mesmo escrutínio". E prosseguiu: "Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral autoconferida".

E, finalmente, sintetizou o sentido da diplomacia desenvolvida pelo Brasil nos oito anos de Governo Lula: "uma diplomacia independente, sem subserviência e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância, a solidariedade".

Discurso do Ministro Celso Amorim[75] na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança das Nações Unidas[76]

Presidente Abdullah Güul, da República da Turquia,

Senhor Secretário-Geral,

Senhoras e Senhores,

Gostaria de parabenizar o Presidente Güul pela iniciativa de realizar esta reunião de alto nível.

Há 65 anos, as Nações Unidas foram instituídas para coibir outra guerra de grandes proporções. No entanto, para muitos, a paz real nunca ocorreu. Milhões ainda vivem em um mundo onde conflito e pobreza se sustentam.

Esforços internacionais para promover a estabilidade têm sido dificultados por uma visão estreita, segundo a qual a paz é concebida apenas como a ausência de um conflito armado.

Hoje é evidente que paz, segurança, desenvolvimento, direitos humanos e os preceitos da lei estão inter-relacionados. A paz não pode se desenvolver onde há fome e pobreza.

[75] **Celso Luiz Nunes Amorim**, nascido em Santos, SP, em 3 de junho de 1942. Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Doutorado em Ciência Política/Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Sciences.* Terceiro Secretário em 1965. Ministro de Primeira Classe em 18/12/89. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/8/ 93 a 18/1/95, e de 1/1/2003 a 31/12/10.

[76] Texto traduzido por André Yuji Pinheiro Uema.

Tal qual uma "estratégia de saída", operações de manutenção da paz devem apresentar uma "estratégia de sustentabilidade". Uma estratégia que nos leve aos reais dividendos da paz - estabilidade, desenvolvimento e instituições nacionais fortes.

A manutenção e a construção da paz devem, na medida do possível, andar juntas.

Deixe-me esclarecer: não estamos defendendo que seja dada uma autorização ao Conselho de Segurança para promover o desenvolvimento. Entretanto, na maioria dos casos, o Conselho se beneficiaria das recomendações da Comissão da Construção da Paz.

Outros órgãos do sistema das Nações Unidas também devem ser envolvidos. A coordenação entre o Conselho de Segurança e a ECOSOC, prevista no artigo 65 da Carta das Nações Unidas, deve ser aplicada na íntegra.

Senhor Presidente,

No Haiti, onde o Brasil orgulha-se de ter contribuído com os esforços de estabilização da ONU, fica patente que a paz não subsistirá se não for dada atenção adequada às questões de extrema pobreza e privação.

A estabilidade efetiva só prevalecerá se a oportunidade criada pela MINUSTAH for aproveitada para fortalecer instituições e melhorar as condições de vida da população haitiana.

Isso exigirá um profundo envolvimento dos diferentes órgãos que tratam de questões econômico-sociais, bem como de instituições financeiras internacionais – todas sob a coordenação adequada das Nações Unidas.

Guiné-Bissau é outro exemplo em que pobreza e instabilidade institucional obstruem a paz. As reformas de que o país precisa, especialmente de suas Forças Armadas, exigirão decisões ousadas por parte das autoridades, mas não podem dispensar significativa cooperação internacional.

Para atingir esses objetivos em conjunto, é necessária atenção especial do Conselho.

Da mesma forma, ações coordenadas de manutenção e de construção da paz também serão de grande valor em situações como a encontrada na RDC (República Democrática do Congo).

Senhor Presidente,

Interações com outros órgãos das Nações Unidas e a habilidade de lidar com situações complexas são indispensáveis para tornar o Conselho de Segurança mais eficaz. No entanto, isso não é suficiente. É preciso ser mais representativo e legítimo, tornando, também, sua metodologia de trabalho mais transparente.

Questões de segurança atinentes a toda a comunidade internacional não podem ser tratadas como de domínio privado a um número limitado de potências.

Melhorar a eficiência do Conselho de Segurança também depende do papel dos membros não permanentes. Eles devem participar de todo o processo de tomada de decisão. Esses membros podem apresentar pontos de vista diversificados e experiências regionais ao Conselho. Não é adequado solicitá-los a apenas ratificar decisões já tomadas pelos membros permanentes.

Não é tampouco possível discutir a eficiência do Conselho sem tratarmos da questão do veto. Somos realistas. Não estamos propondo a supressão do veto. Mas, fórmulas criativas que dificultem ou autolimitem seu uso são necessárias.

Todas as medidas acima indicadas – uma abordagem holística a crises, a reforma da composição do Conselho, a ampliação do papel dos membros não permanentes e a restrição no uso do veto – devem contribuir para uma comunidade internacional mais engajada nas decisões do Conselho.

É indispensável que todos os países-membros não se sintam apenas obrigados a submeter-se a essas decisões, mas sim que estejam politicamente interessados em proceder dessa forma.

Em outras palavras, a eficiência do Conselho depende, em grande parte, na percepção, pela comunidade internacional, de sua legitimidade e representatividade.

Obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 2010.

LXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU 2010

Ministro Celso Amorim[77]

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss,

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

É grande a honra de subir a esta tribuna e falar em nome do povo e do Governo brasileiros. Trago a saudação do Presidente Lula. Dentro de poucos dias, mais de 130 milhões de brasileiros comparecerão às urnas e escreverão mais um importante capítulo da nossa democracia.

Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente.

Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média.

[77] **Celso Luiz Nunes Amorim**, nascido em Santos, SP, em 3 de junho de 1942. Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Doutorado em Ciência Política/Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Sciences.* Terceiro Secretário em 1965. Ministro de Primeira Classe em 18/12/89. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/8/ 93 a 18/1/95, e de 1/1/2003 a 31/12/10.

Políticas públicas firmes e transparentes reduziram as desigualdades de renda, de acesso e de oportunidades. Milhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania. O mercado interno fortalecido nos preservou dos piores efeitos da crise mundial desencadeada pela ciranda financeira nos países mais ricos do Planeta.

O Brasil orgulha-se de já ter cumprido quase todas as metas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A incapacidade de um país, de qualquer país, de alcançar essas metas deve ser encarada como um fracasso de toda a comunidade internacional. A promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas.

Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional.

Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul. O Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS, foro que congrega Índia, Brasil e África do Sul, financia projetos no Haiti, Guiné Bissau, Cabo Verde, Palestina, Camboja, Burundi, Laos e Serra Leoa.

O Brasil aumentou substancialmente sua ajuda humanitária e multiplicou os projetos de cooperação com países mais pobres.

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países.

Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos.

Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico.

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

Neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática.

Em poucas situações a solidariedade internacional é tão necessária quanto no Haiti.

Juntamo-nos à ONU no luto pela tragédia que ceifou centenas de milhares de vidas haitianas. Nós mesmos perdemos brasileiros de grande valor, como a Dra. Zilda Arns – uma mulher que dedicou sua vida aos pobres, especialmente às crianças –, Luiz Carlos da Costa, Chefe-Adjunto da MINUSTAH, além de dezoito de nossos militares.

Queremos expressar nossa compaixão pelo sofrimento do povo haitiano e, acima de tudo, nossa admiração pelo estoicismo e coragem com que tem sabido enfrentar a adversidade.

Os haitianos sabem que podem contar com o Brasil, não só para a manutenção da ordem e a defesa da democracia, mas também para o seu desenvolvimento. Estamos realizando o que prometemos e estamos vigilantes para que os compromissos da comunidade internacional não se esgotem em manifestações retóricas.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul. Fortalecemos nossa parceria estratégica com a Argentina. Aprofundamos o MERCOSUL, inclusive com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento.

A fundação da UNASUL – União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa.

Com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, lançada na Bahia e confirmada em Cancún, reafirmamos a vontade regional de ampliar para a América Central e Caribe o espírito integracionista que anima os sul-americanos.

O Brasil reitera seu repúdio – que é de todos os latino-americanos e caribenhos – ao ilegítimo bloqueio a Cuba, cujo único resultado tem sido o de prejudicar milhões de cubanos em sua luta pelo desenvolvimento.

Condenamos retrocessos antidemocráticos, como o golpe de Estado em Honduras. O regresso do ex-Presidente Zelaya sem ameaças à sua liberdade é indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região.

Quando o Presidente Lula subiu a esta tribuna pela primeira vez, em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque.

Esperamos que tenhamos aprendido as lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos. É preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias.

Para alcançarmos um mundo verdadeiramente seguro, é preciso que seja cumprida a promessa da eliminação total das armas nucleares. Cortes unilaterais são bem-vindos, mas insuficientes, sobretudo quando ocorrem em paralelo à modernização dos arsenais atômicos.

Como o Presidente Lula costuma dizer, o multilateralismo é a face internacional da democracia. E a ONU deve ser o principal centro de decisões para a política internacional.

As mudanças que se têm operado no mundo ao longo das últimas décadas e a sucessão de crises que temos vivido no que toca à segurança alimentar, à mudança do clima, ao campo econômico e financeiro, e às áreas de paz e segurança tornam urgente redefinir as regras que organizam o convívio internacional.

A crise financeira de 2008 precipitou mudanças na governança econômica global. O G-20 tomou o lugar do G-8 como principal foro de deliberação sobre temas econômicos.

O G-20 significou uma evolução. Mas o Grupo deve sofrer ajustes, por exemplo, para garantir maior presença africana. O G-20 só preservará sua relevância e legitimidade se souber manter diálogo franco e permanente com o conjunto das nações representadas nesta Assembleia Geral.

No auge da crise, conseguimos evitar o pior: um surto protecionista descontrolado, que teria lançado o mundo em uma depressão profunda. Mas os países desenvolvidos não têm demonstrado o necessário compromisso com a estabilidade econômica global. Continuam privilegiando uma lógica baseada em interesses paroquiais.

Em nenhuma outra área isso é tão evidente quanto na Rodada Doha da OMC. Uma solução equilibrada desse processo, que se estende por quase dez anos, favoreceria, com o fim dos subsídios distorcivos e das barreiras protecionistas, a expansão econômica e o desenvolvimento nos países mais pobres. Afinal, são estes as principais vítimas da visão estreita e mesquinha que ainda prevalece em relação ao comércio internacional.

Na área financeira, as reformas tampouco foram suficientes. Resistências injustificadas impedem que mudanças já acordadas sejam concretizadas. A obstinação em manter privilégios anacrônicos perpetua e aprofunda a falta de legitimidade das instituições.

Outro grande desafio é o de alcançar um acordo global, abrangente e ambicioso sobre a mudança do clima.

Para avançar nessa matéria, é preciso que os países deixem de se esconder uns atrás dos outros. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez a sua parte. Mas, em Copenhague, várias delegações, sobretudo do mundo rico, procuraram justificativas para se esquivarem de suas obrigações morais e políticas. Esqueceram-se de que com a natureza não se negocia.

Um resultado positivo na COP-16, com progressos reais em florestas, financiamento para adaptação e mitigação e a reafirmação dos compromissos de Kyoto, é imprescindível. A presidência mexicana pode contar com o engajamento do Brasil.

Em 2012, organizaremos no Rio de Janeiro a Rio+20. Em nome do Governo brasileiro, renovo o convite a todos, para realizarmos a promessa de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Senhor Presidente,

A reforma da governança global ainda não alcançou o campo da paz e da segurança internacionais. Nas esferas econômica e ambiental as nações mais ricas já compreenderam que não podem prescindir da cooperação dos países pobres e dos emergentes. Mas, quando se trata de assuntos da guerra e da paz, as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder.

O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes

Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade.

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não permanente, que é contribuir para a paz. Por essa razão, nos empenhamos em encontrar um instrumento que pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano.

Ao fazê-lo, nos baseamos em propostas apresentadas como "oportunidade ímpar" para criar confiança entre as partes. A Declaração de Teerã de 17 de maio, firmada por Brasil, Turquia e Irã, removeu obstáculos que, segundo os próprios autores daquelas propostas, impediam que se chegasse a um acordo.

A Declaração de Teerã não esgota a matéria. Nem foi essa a intenção. Estamos convictos de que, uma vez de volta à mesa de negociações, as partes encontrarão formas de resolver outros problemas, como o enriquecimento a 20% e o estoque de urânio enriquecido acumulado desde outubro de 2009.

A despeito das sanções, ainda temos esperança de que a lógica do diálogo e do entendimento prevaleça.

O mundo não pode se permitir o risco de um novo conflito como o do Iraque. Por isso temos insistido com o Governo do Irã que mantenha uma atitude flexível e de abertura às negociações. É preciso que todos os envolvidos revelem essa disposição.

Seguimos com atenção os desdobramentos no processo de paz no Oriente Médio. Esperamos que o diálogo direto entre palestinos e israelenses, lançado no início deste mês, leve a avanços concretos, que resultem na criação de um Estado Palestino nas fronteiras anteriores a 1967. Um Estado que assegure ao povo palestino uma vida digna, coexistindo, lado a lado e pacificamente, com o Estado de Israel.

Mas não é a forma do diálogo que determinará se haverá resultados. O que importa é o ânimo das partes de chegar a uma paz justa e duradoura. Isto será mais fácil com o envolvimento de todos os interessados.

O congelamento de construções em assentamentos nos territórios ocupados, o levantamento do bloqueio à Faixa de Gaza e o fim de ataques a populações civis são elementos fundamentais neste processo.

Na visita que fez a Israel, à Palestina e à Jordânia, em março, o Presidente Lula discutiu esses temas com governantes e com representantes da sociedade civil. Recebemos em Brasília, com frequência, dirigentes de diversos países da região, que buscam apoio para a solução dos problemas que os afligem há tantas décadas e que não têm sido resolvidos pelos meios e atores tradicionais.

O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam.

Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos.

Favorecemos um tratamento não seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam sujeitos ao mesmo escrutínio.

Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral autoconferida.

Senhor Presidente,

Nos oito anos do Governo Lula, o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade.

Assim como o Brasil mudou, e continuará a mudar, o mundo se está transformando. É preciso aprofundar e acelerar essas mudanças.

Com os avanços tecnológicos e a riqueza acumulada, não há mais lugar para a fome, a pobreza e as epidemias que podem ser evitadas. Não podemos mais conviver com a discriminação, a injustiça e o autoritarismo. Temos que enfrentar os desafios do desarmamento nuclear, do desenvolvimento sustentável e de um comércio mais livre e mais justo.

Estejam certos: o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade.

Muito obrigado.

Nova York, 23 de setembro de 2010.

2011

2011

Em 21 de setembro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff pronunciou seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU. No correr do ano, os acontecimentos no plano internacional haviam sido marcados sobretudo pela sucessão de levantamentos populares em países árabes – a "primavera árabe" – e pelo agravamento da crise do sistema financeiro em países desenvolvidos, em particular na União Europeia.

A "primavera árabe" iniciou-se na Tunísia, desencadeada pela imolação em praça pública de um trabalhador que protestava contra o regime autoritário e policialesco do Presidente Ben Ali. Em janeiro, após a morte do trabalhador, socorrido num hospital de Tunis, milhares de tunisianos saíram às ruas em manifestações contra o governo. Semanas depois, baldados seus esforços de controlar as manifestações, Ben Ali deixou o país para se refugiar na Árabia Saudita, cercado de acusações de enriquecimento ilícito.

Posteriormente, as ruas do Cairo encheram-se de manifestantes hostis ao Presidente Hosni Mubarak, cujo regime durava desde a morte de Anwar Sadat. Os militares, com os quais Mubarak governava, procuraram manter a ordem, sem antagonizar sistematicamente os manifestantes concentrados na Praça Tahrir. Excessos foram cometidos, porém, pelas forças de segurança leais a Mubarak. Após três semanas do início das manifestações, Mubarak renunciou. Preso, foi em seguida submetido a processo, a despeito de grave enfermidade de que foi acometido.

Manifestantes ocuparam, também, as ruas de Sana para pedir o afastamento do Presidente do Iêmen. Xiitas protestaram em Bahrain

contra o Governo da minoria Suni, ocasionando o emprego de forças militares da Arábia Saudita para assegurar a ordem. No Marrocos e na Jordânia, movimentos populares de menor intensidade foram atalhados por iniciativas governamentais voltadas para reformas e uma certa abertura dos respectivos sistemas políticos e institucionais.

Na Líbia, produziu-se um conflito armado de grandes proporções à medida que o líder Muammar Khadaffi (no poder desde 1969) começou a usar a força para conter manifestações armadas partidas de um heterogêneo grupo de revoltosos concentrados na cidade de Benghazi. A OTAN apoiou os rebeldes mediante a interdição do espaço aéreo líbio. Diversos governos europeus – que havia pouco ainda apoiavam o regime Khadaffi, do qual se beneficiavam com investimentos no setor petroleiro – passaram a apoiar abertamente os revoltosos. Os EUA, embora simpáticos à ação militar, mantiveram-se ausentes do teatro das operações. O Presidente Obama – às voltas com a retirada definitiva das tropas americanas do Iraque e com o agravamento da situação de descontrole no Afeganistão e no Paquistão – optaram por "liderar por detrás" ("lead from behind"), conceito até certo ponto contraditório, então citado pela Casa Branca para definir uma nova fase da política de segurança nacional norte-americana.

Os rebeldes alcançaram seus objetivos. Após meses de conflito armado, Khadaffi foi preso e sumariamente executado por uma unidade militar. Constituiu-se um governo composto pelas diversas tendências por detrás da revolta, com caráter acentuadamente confessional.

O foco transformacional no núcleo árabe desviou-se então para a Síria, onde protestos dispersos contra o regime do Presidente Assad pouco a pouco foram-se avolumando. A repressão do governo tornou-se particularmente violenta, ocasionando milhares de fatalidades, a ponto de a Liga Árabe passar a exortar a demissão de Assad.

Em praticamente todos os episódios deslanchados na "primavera árabe" mesclaram-se tendências alegadamente democráticas e civilistas a correntes de maior e menor inspiração fundamentalista islâmica.

Significativamente, um episódio ocorrido ao princípio do movimento acentuou a continuidade do fênomeno de fundamentalismo islâmico no grande jogo político-estratégico internacional: forças norte-americanas localizaram Osama Bin Laden em seu refúgio paquistanês (a poucos quilômetros de Islamabad) e o assassinaram. O episódio marcou o começo de desentendimentos entre os EUA e seu outrora aliado, o Paquistão. Daí por diante, os EUA passariam a encontrar crescentes dificuldades para controlar a movimentação dos Talibãs na fronteira afegã-paquistanesa.

O processo de insegurança e crescente radicalização do mundo islâmico foi ao mesmo tempo assinalado pela persistência do Irã de conduzir seu programa de enriquecimento de urânio a despeito das ameaças de embargo petrolífero partidas dos EUA e relutantemente ecoadas pela UE e pelo Japão.

O grande evento transformador no plano internacional no ano de 2011 foi, porém, a crise financeira. O que ocorreu na realidade foi um segundo movimento da crise originada anos antes nos EUA com a quebra do Lehman Brothers e o colapso do sistema de financiamento habitacional. As economias marginais da União Europeia, os chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) entraram, um a um, em situação de descrédito financeiro. Abriu-se na zona do euro uma profunda crise, que se estendeu por todo o resto do ano-calendário de 2011. Portugal recebeu ajuda de US$ 116 milhões; na Itália, o Governo Berlusconi foi obrigado a renunciar, havendo sido substituído por um gabinete tecnocrático liderado por Mario Monti, reconhecido "expert" do setor financeiro; a Grécia beirou insistentemente a bancarrota, havendo-se mantido solvente após a posse de um gabinete técnico e a aceitação por parte dos credores de uma redução ("haircut") de 50% em seus haveres. A Irlanda recebeu uma segunda porção de capitais europeus. E a Espanha, altamente deficitária, viu-se a braços com a necessidade de impor medidas de austeridade que determinariam a queda do Governo socialista e a volta ao poder do Partido Popular.

A União Europeia, às voltas com a possiblidade de implosão da zona do euro, teve de adotar medidas severas capitaneadas pela Alemanha que, coadjuvada pela França, manteve a direção e o pulso do processo europeu, num dueto que ficou conhecido como "Merkozy". O Reino Unido, insatisfeito com o não atendimento de suas reinvindicações para proteger a autonomia do centro financeiro da "City" de Londres, vetou as medidas destinadas a "salvar" o Euro, que tiveram de ser implementadas por instrumentos assinados pelo Governo da União Monetária fora do quadro institucional da UE.

No Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff viu-se na circunstância de iniciar seu Governo em meio aos prenúncios da crise financeira internacional. Foi levada a impor políticas acautelatórias. Registraram-se, em praticamente todos os setores de atividade, números inferiores aos do ano anterior em que o Brasil crescera à razão de 7,5%, beneficiado pelo aumento da demanda da China (que se tornaria o primeiro parceiro comercial do Brasil) por "commodities", pela entrada maciça de capitais atraídos pelo crescimento do país e pelas altas taxas de juros. A política posta em curso pelo Governo

tratou de mantar elevada a demanda interna sem, contudo, arrefecer no controle da inflação. A taxa de crescimento do PIB manteve-se no limite inferior do previsto, em torno de 3,5%. A despeito desta inflexão, o Brasil tornou-se, em 2010, a sétima ecomonia do mundo, havendo ultrapassado a Itália e aproximando-se em seguida do Reino Unido (que viria a ultrapassar em 2011) para situar-se como a sexta maior potência econômica mundial em termos de produto.

A Administração Rousseff manteve em linhas gerais a mesma base política que havia sustentado o Governo do Presidente Lula. Em termos de política externa, não se produziram mudanças notáveis, sem prejuízo de algumas variações ditadas pelas circunstâncias intrarregionais e pela crise financeira.

Em mensagem de fim de ano à Casa, o Ministro Antonio Patriota resumiu o quadro prevalecente em 2011:

> (Este) turbulento ano ... será lembrado, sobretudo, pelo agravamento da crise financeira internacional, originada nos países mais desenvolvidos e agora localizada na Europa, em particular na zona do euro, e pela "primavera árabe" (assim como pelo) debate internacional provocado pelos desdobramentos em países como a Líbia e a Síria. No plano econômico, tornou-se ainda mais evidente que os países emergentes – muito especialmente o BRICS – passaram a ser os principais motores da economia internacional ... (No plano dos direitos humanos e da promoção da democracia), o Brasil e a América do Sul se sobressaíram como região de desenvolvimento com redução da pobreza ... e paz. O mundo (asseverou o Ministro) olha, cada vez mais, para o Brasil no tratamento de questões importantes!

O Brasil finalizou 2011 com uma rede diplomática expandida de 228 postos no Exterior: 140 Embaixadas, treze Missões junto a Organismos Internacionais, dois Escritórios e 72 Repartições Consulares.

O discurso pronunciado pela Presidente Dilma na abertura da LXVI Assembleia Geral foi particularmente incisivo. Iniciou-se com uma reflexão sobre o significado de que pela primeira vez "uma voz feminina inaugurava o Debate Geral", após a qual a Presidente afirmou dividir (sua) emoção com mais da metade dos seres humanos que (...) nasceram mulher – e que, com tenacidade estão ocupando o lugar que merecem no mundo". Este será, concluiu, "o século das mulheres".

A primeira parte do discurso foi toda dedicada à crise, que qualificou como econômica, de governo e de coordenação política. Referindo-se à tradicional linha seguida pelo Brasil de ampliar os círculos decisórios

internacionais, a Presidenta afirmou tornar-se essencial que a crise deixe de ser administrada "apenas por uns poucos países". Faltam recursos políticos e faltam ideias, insistiu, frisando que o desafio do momento era o de "substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo". Enfatizou os riscos de ampliação do desemprego, "a face mais amarga da crise". Exortou a ONU, o G-20 e o FMI a emitirem "sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica". Chamou atenção para a necessidade de se atribuir prioridade à solução dos problemas dos países em crise de dívida soberana (o problema da zona do euro achava-se então no limiar de sua plena caracterização!) e reverter o quadro recessivo (a economia do Brasil já dava os primeiros sinais de desaceleração!). Insistiu na necessidade de que o combate à crise não agravasse o desemprego e também na importância de por côbro à chamada "guerra cambial", mediante a adoção de medidas de câmbio flutuante, assim como ao protecionismo comercial.

A Presidenta expôs a estratégia seguida pelo Brasil para controlar efeitos da crise, mediante (1) o controle dos gastos do governo, e (2) o fortalecimento do mercado interno com distribuição de renda e inovação tecnológica.

Referiu-se posteriormente às linhas seguidas pelo Brasil no plano internacional em busca do desenvolvimento, da paz e da segurança. Mencionou especificamente a contribuição do Brasil para a recuperação do Haiti e da Guiné-Bissau.

Ao abordar os levantamentos da chamada "primavera árabe", foi enfática: é preciso encontrar "uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo".

Afirmou, a esse propósito, a necessidade de que a manutenção da segurança internacional não se limitasse a intervenções em situações extremas, concentrando-se na prevenção de conflitos, mediante o exercício da diplomacia e a promoção do desenvolvimento. Em referência indireta à situação no Iraque e no Afeganistão, condenou intervenções externas indevidas como fatores de agravamento de conflitos possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, e inaugurando novos ciclos de violências (Líbia).

Nesse contexto, a Presidenta introduziu um conceito original no discurso do Brasil ao referir-se à "responsabilidade ao proteger" como princípio corolário ao da "responsabilidade de proteger".

E não deixou de singularizar a necessidade de que a atuação, a representatividade, a credibilidade, a eficácia e a legitimidade do

Conselho de Segurança sejam promovidas mediante a sua reforma. Ao expor as credenciais do Brasil (paz, integração e cooperação com os vizinhos regionais, uso da energia atômica para fins exclusivamente pacíficos, promoção dos direitos humanos), reiterou a disposição do país de "assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho".

Referindo-se ao pleito então apresentado pela Palestina de ingresso como membro da ONU, a Presidenta manifestou haver "chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a título pleno" de maneira a ampliar as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio.

Ao finalizar sua intervenção, a Presidenta reafirmou a importância atribuida pelo Brasil à realização, em 2012, da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e recordou os êxitos obtidos pelo Brasil no combate à pobreza e na diminuição da desigualdade social, comprometendo-se a cumprir a meta de erradicar a pobreza extrema no Brasil.

Retornando em seguida ao tema inicial de sua intervenção (e "como mulher que sofreu tortura no cárcere"), fechou suas palavras com uma exortação à "valorização e afirmação da mulher", juntando sua voz "às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da política e da vida profissional e que conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje".

Abertura do Debate Geral da LXVI Assembleia Geral das Nações Unidas 2011

Presidenta Dilma Rousseff [78]

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e Senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

[78] **Dilma Rousseff**, Presidenta da República desde 1/1/11.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha

falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na inter-relação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da MINUSTAH temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar "Primavera Árabe". O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o Secretário-Geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o Secretário-Geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua Diretora-Executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da LXVI Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

Nova York, 21 de setembro de 2011.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)